UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JOÃO FLÁVIO MENEZES AMARAL

A PERMANENTE "ALDEOTIZAÇÃO" DA ZONA LESTE DE FORTALEZA:

a territorialização intra-urbana das classes dominantes como articulação multiescalar da segregação em uma metrópole brasileira

Recife

2025

JOÃO FLÁVIO MENEZES AMARAL

A PERMANENTE "ALDEOTIZAÇÃO" DA ZONA LESTE DE FORTALEZA:
a territorialização intra-urbana das classes dominantes como articulação multiescalar da segregação em uma metrópole brasileira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.
Área de concentração: organizações, espacialidade e sociabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Breno Fontes

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Amaral, João Flávio Menezes.
A permanente "aldeotização" da zona leste de Fortaleza: a territorialização intraurbana das classes dominantes como articulação multiescalar da segregação socioespacial em uma metrópole brasileira / João Flávio Menezes Amaral. – Recife, 2025.
572f.: il.

Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2025.
Orientação: Breno Augusto Souto Maior Fontes.

1. Segregação; 2. Classes dominantes; 3. Pierre Bourdieu; 4. Territórios; 5. Fortaleza. I. Fontes, Breno Augusto Souto Maior. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

JOÃO FLÁVIO MENEZES AMARAL

A PERMANENTE "ALDEOTIZAÇÃO" DA ZONA LESTE DE FORTALEZA:
a territorialização intraurbana das classes dominantes como articulação multiescalar da segregação socioespacial em uma metrópole brasileira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em: 04/04/2025

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência
Prof. Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes (Presidente/Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência
Profa. Dra. Irlys Alencar Firmo Barreira (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Ceará

Participação via videoconferência
Prof. Dr. Wellington Ricardo Nogueira Maciel (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Ceará

Participação via videoconferência
Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado (Examinador Externo)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Participação via videoconferência
Prof. Dr. Luciano Antônio Furini (Examinador Externo)
Universidade Estadual Paulista

À minha mãe, Maria Cecília, a mulher mais forte do mundo. Obrigado por tudo

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro para realização desta pesquisa de doutorado. Sem a possibilidade de dedicação exclusiva nos primeiros anos, perseguir uma carreira acadêmica nas ciências humanas seria um sonho impossível. Obrigado por manter acesas as ciências humanas e nos permitir perseguir questões importantes e que não se resumem à produtividade econômica.

Aos memorialistas de Fortaleza e seus blogs encantadores citados neste trabalho. O quão triste e esquecida seria essa cidade sem vocês? Obrigado pelo esforço. Eu reconheço cada um de vocês.

Agradeço ao PPGS/UFPE pela oportunidade e excelente formação. Mais do que à instituição, agradeço às pessoas que a fazem funcionar com excelência.

Aos professores do PPGS, muito obrigado pelos ensinamentos e, sobretudo, pelo estímulo. Obrigado também pela imensa compreensão e confiança na concessão de adiamentos de prazos. Não foi fácil contornar a pandemia e a necessidade de administrar tempo e energia entre pesquisa e trabalho.

Aos colegas de turma, igualmente, obrigado pela solidariedade, pela diversão, por tornar a ciência social em algo que não precisa ser solitário. Espero encontrá-los bem e felizes ao longo das nossas vidas acadêmicas.

O que seriam dos acadêmicos do PPGS – docentes e discentes – sem a paciência, organização e diligência de Mônica e Karine, infalíveis. Seria impossível para qualquer cientista ser obstinado por seus problemas sem a retaguarda na resolução dos grandes pequenos problemas cotidianos. Muito obrigado por nunca deixarem perguntas sem respostas, dúvidas sem orientações e erros sem solução.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Breno Fontes, obrigado de coração pela educação impagável, pelos estímulos, pelas desmistificações, pelos bons conselhos e, sobretudo, pela paciência e confiança. Espero fazer valer a pena a espera, com a tese e com o sucesso futuro. Foi um prazer e uma honra ser formado no seu caminho.

Aos colaboradores dessa pesquisa, em especial aos que se interessaram genuinamente em ajudar com indicações. Por receio de revelar suas identidades, não revelarei seus nomes, mas vocês sabem que vocês são. Saibam que as pequenas ajudas foram *essenciais* para a realização da pesquisa. Não entendam as análises críticas da história e de abstrações sociológicas como um julgamento moral das suas ações. Vocês, como eu, não são *apenas* a sua classe social.

Mais difícil do que fazer uma tese de doutorado é viver uma boa vida. Agradeço à minha família e aos meus amigos pela compreensão e pelo carinho infinito.

Aos meus amigos, especialmente, por insistirem em não parar de beber, por se recusarem a me deixar desaparecer e por me lembrar constantemente que esta tese é menos importante do que ela parece.

Aos meus irmãos, pela parceria e pelos meus sobrinhos. Nunca imaginei que fosse possível multiplicar o espaço que vocês ocupam no meu coração por dois.

Aos meus sobrinhos, Maya “Bola de Fogo” e Théo “Pitelino”, por me fazerem imaginar se vocês lerão esses agradecimentos algum dia. E se alguma será socióloga, ou algum, talvez, geógrafo, ou talvez ambos arquitetos. Obrigado por toda alegria extra que vocês me trazem simplesmente vivendo suas vidinhas pequeninas.

Ao meu avô, José Alves, e minha avó, Maria Alice, pelo orgulho que sei que sentiriam e pelo almoço que sei que fariam em minha homenagem.

Ao meu pai, João Luiz, pelo encorajamento.

À minha mãe, Maria Cecília, pela coragem.

À Carrapicho, literalmente, minha melhor amiga. Agora nós podemos pensar em outras coisas enquanto damos uma volta.

À Isadora, minha pessoa favorita no mundo todo. Agora nós podemos começar a viver em paz. Obrigado pela infinita paciência.

“It's not just us keeping them apart. It's everyone in Beszel and everyone in Ul Qoma. Every minute, every day. We're only the last ditch: it's everyone in the cities who does most of the work. It works because you don't blink. That's why unseeing and unsensing are so vital. No one can admit it doesn't work. So if you don't admit it, it does. But if you breach, even if it's not your fault, for more than the shortest time ... you can't come back from that.”

China Miéville, *The City & The City*

RESUMO

O trabalho avalia diferentes abordagens de estudos em segregação e propõe um quadro teórico a partir da teoria social de Bourdieu e da teoria da territorialização de Haesbaert, propondo um conceito de territórios intraurbanos como ferramenta de análise da segregação enquanto estratégia socioespacial de reprodução de classe articulada em diferentes escalas e dimensões analíticas sociológicas (do material objetivo do espaço físico, passando pelas redes sociais de interação, ao tecido simbólico intersubjetivo da cultura). A pesquisa foi realizada a partir da abordagem qualitativa da *grounded theory*, tomando como estudo de caso três bairros de renda média-alta – o Cocó, o Papicu e o bairro de Lourdes – situados na zona leste da cidade de Fortaleza, região que vem recebendo novas ocupações de alto padrão, mas que foi historicamente ocupada por populações de baixa renda ao longo da estruturação socioespacial da cidade A situação de não integração social diante da aproximação física de grupos de alta e baixa renda constatada contemporaneamente na região é interpretada à luz do quadro teórico proposto e do desenvolvimento histórico da separação espacial de classes sociais em Fortaleza desde o século XIX. Além da literatura sobre o desenvolvimento local e de dados socioeconômicos de contextualização do recorte do estudo, 35 entrevistas conversacionais de profundidade com moradores de habitações de alto padrão, além de entrevistas com lideranças comunitárias, usuários, profissionais de mercado, observações de campo em áreas públicas e em um grande *shopping center* formam o corpus de análise a partir do qual práticas, percepções e narrativas das elites são estudadas, revelando como padrões de macrossegregação residencial e de microssegregação em situações de co-presença entre indivíduos socialmente distantes são expressões coesas, não contraditórias, do princípio de manutenção topológica da estrutura social nas cidades.

Palavras-chave: Segregação; Classes Dominantes; Bourdieu; Territórios; Zona leste de Fortaleza

ABSTRACT

This research evaluates different approaches to studies on segregation and proposes a theoretical framework based on Bourdieu's social theory and Haesbaert's theory of territorialization, producing the concept of intra-urban territories as an instrument for analyzing segregation as a socio-spatial strategy of class reproduction articulated at different scales and sociological analytical dimensions (the objective material world of the physical space, the social networks, and the symbolic intersubjective world of culture). An investigation was carried out using the qualitative grounded theory approach, electing as a case study three upper-middle-income neighborhoods - Cocó, Papicu and the Lourdes - located in the east side of the city of Fortaleza, a region that has been receiving new high-end projects, but one that also has been historically occupied by low-income populations. The situation of social non-integration in the face of the physical approximation of high- and low-income groups observed in the region is interpreted in the light of the historical development of the spatial separation of classes in Fortaleza since the 19th century. In addition to the literature on local development and socio-economic data to contextualize the adopted study area, 35 conversational interviews with residents of high-end housing, as well as interviews with community leaders, users, market professionals, field observations in public areas and in a shopping mall compose the corpus of analysis on which sociospatial practices, perceptions and discourses of the upper classes are studied, revealing how residential macro-segregation and micro-segregation in situations of co-presence between socially distant individuals are cohesive, non-contradictory expressions of the principle of topological maintenance of the social structure in cities.

Keywords: Segregation; Upper Classes; Bourdieu; Territories; East Side of Fortaleza

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Dimensões da segregação residencial propostas por Reardon e O'Sullivan, p. 79

Figura 02 - O crescimento concêntrico da cidade concebido por E. Burgess, p. 88

Figura 03 - As áreas urbanas de Chicago no modelo concêntrico de Burgess, p. 88

Figura 04 - Representação teórica de mudanças de áreas valorizadas [*fashionable*] em seis cidades estadunidenses entre 1900 e 1936, ilustrando a configuração de setores de círculos de H. Hoyt, p. 92

Figura 05 - Comparação de abstrações das estruturas internas das cidades por Harris e Ullman, p. 94

Figura 06 - Diagrama esquemático de modelagem baseada em agentes, ilustrando a ênfase na dinâmica processual de configuração de um sistema urbano como objeto de análise, p. 95

Figura 07 - Modelo do desenvolvimento estrutural urbano latinoamericano, p. 101

Figura 08- Alternativas de distribuição espacial das áreas de alta renda, ilustrando otimização da concentração unidirecional em relação à direcionalmente aleatória, conforme Villaça, p. 103

Figura 09 - Representação da estrutura intraurbana de seis cidades brasileiras a partir do modelo de Hoyt, p. 105

Figura 10 - Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDH-B) de Fortaleza, em 2014, p. 244

Figura 11 - IDH-B, componente de Renda, de Fortaleza, em 2014, p. 246

Figura 12 - IDH-B de Fortaleza destacando área da Regional II, conforme divisão administrativa de 2014, p. 251

Figura 13 - Assentamentos precários em Fortaleza e localização do recorte geográfico, p. 254

Figura 14 - Concentração de residentes negros de baixa renda e de residentes brancos de alta renda, p. 256

Figura 15 - Variação da população por bairro de Fortaleza entre 2010 e 2022, p. 258

Figura 16 - Distribuição espacial e temporal de remoções e ameaças em Fortaleza e Regional 2, p.267

Figura 17 - Detalhamento remoções e ameaças no perímetro da Regional 2 (vigente em 2018), p. 267

Figura 18 - Principais vilas e povoações da Capitania do Ceará na segunda metade de século XVIII, rotas de boiadas e estimativas populacionais, p. 277

Figura 19 - Mapa geomorfológico simplificado do Ceará indicando regiões serranas de produção de algodão no século XIX, p. 291

Figura 20 - Representação da Vila de Nossa Senhora da Assunção atribuída ao capitão-mor Manuel Francês, c. 1726, p. 329

Figura 21 - Fotografia do edifício do Colégio Militar, c. 1900, p. 330

Figura 22 - Fotografia da Igreja do Pequeno Grande ao lado do Colégio da Imaculada Conceição , c. 1900, p. 331

Figura 23 - Vista da residência de Thomaz Pompeu a partir da Av. do Imperador, na Jacarecanga, c. 190-, p. 333

Figura 24 - Residência de Antônio da Cunha Fontenele, construída na década de 1890, p.334

Figura 25 - Imagem de data desconhecida da Residência pertencente a Lineu Jucá, construída antes de 1920, p. 337

Figura 26 - Imagem de data desconhecida da residência pertencente a Manuel Ricardo de Holanda Jr., construída antes de 1920, p. 338

Figura 27 - Imagem de data desconhecida da residência pertencente ao General Eudoro Corrêa, construída antes de 1920, p. 338

Figura 28 - Imagem de data desconhecida do Sítio Itarema/Vila Alsace, construída Lindolfo Gondim e adquirida por Myrtil Meyer em 1919, p. 339

Figura 29 - Imagem do Castelo do Plácido, finalizado em 1921, datada da década de 1960, p. 339

Figura 30 - Evolução da mancha urbana de Fortaleza a partir da ocupação do centro histórico. p. 348

Figura 31 - Trem em direção à Estação Ferroviária João Felipe, ca. 19-, p. 351

Figura 32 - Vista aérea da Av. Alberto Nepomuceno ilustrando prédios “de costas para o mar”, ca. 1930, p. 359

Figura 33 - Bangalôs na Praia de Iracema, início da ocupação das elites valorizando a orla marítima, ca. 1930, p. 359

Figura 34 - Obras do Porto do Mucuripe, ca. 193-, p. 365

Figura 35 - Palafitas na atual comunidade Poço da Draga, ilustrando ocupações precárias litorâneas em Fortaleza, ca. 1974, p. 366

Figura 36 - Casebres na atual Praia Formosa, com esgoto a céu aberto, ilustrando ocupações precárias litorâneas em Fortaleza, ca. 1966, p. 366

Figura 37 - Casebres de comunidades de pescadores na atual Praia do Meireles, ilustrando ocupações precárias litorâneas em Fortaleza, ca. 1952, p. 367

Figura 38 - Aquarela de José dos Reis Carvalho, retratando casa de pau a pique, ilustrando ocupações precárias litorâneas em Fortaleza, ca. 1859, p. 367

Figura 39 - Ilustração da ocupação do bairro Aldeota entre 1930-45 a partir Levantamento aerofotogramétrico do Serviço Geográfico do Exército de 1945, p. 372

Figura 40 - Ilustração da ocupação do bairro Aldeota entre 1945-63 a partir Levantamento aerofotogramétrico do Serviço Geográfico do Exército de 1963, p. 372

Figura 41 - Fotografia de residência no estilo Art Déco, construída entre 1940 e 1950, atualmente edifício comercial pertencente ao grupo Unimed, p. 373

Figura 42 - Fotografia da família do empresário e político (ARENA) Raul Carneiro, na frente da sua casa no bairro Aldeota, p. 373

Figura 43 - Ilustração da ocupação do bairro Aldeota entre 1963-72 a partir Levantamento aerofotogramétrico do Serviço Geográfico do Exército de 1972, p. 380

Figura 44 - Localização das zonas marginais de Fortaleza em 1970, cf. SUDEC, p. 396

Figura 45 - Evolução da ocupação regular e irregular de quadras e áreas públicas na extremo leste do bairro Aldeota e bairro Varjota, p. 399

Figura 46 - vista da av. Santos Dumont, sentido oeste-leste, em direção à Aldeota, ca. 1900, p. 404

Figura 47 - vista da av. Santos Dumont, sentido oeste-leste, em direção à Praia do Futuro, ca. 1976, p. 404

Figura 48 - Fotocópia de trecho da célebre matéria de Luciano Carneiro publicada no Correio do Ceará, 5 de março de 1949, p. 406

Figura 49 - Hospital Geral de Fortaleza, construído nas proximidades da Av. Santos Dumont, ca. 1970, p. 407

Figura 50 - Fábrica da Cervejaria Astra (posterior Fábrica Brahma), construída nas proximidades da Av. Santos Dumont, ca. 1970, p. 408

Figura 51 - Implantação da Cidade 2000 na zona leste (canto superior), ca. 1973, p. 410

Figura 52 - Extensão da Av. Santos Dumont até entrada para Cidade 2000, attes da continuação até a Praia do Futuro, ca. 1971, p. 411

Figura 53 - Entrada para Cidade 2000 a partir da Santos Dumont, ca. 1973, p. 411

Figura 54 - Anúncio de página inteira em jornal local sobre lançamento da Cidade 2000, p. 412

Figura 55 - Loteamentos aprovados pela Prefeitura de Fortaleza por década, p. 414

Figura 56 - Convidados na piscina da mansão do médico Edmilson Pinheiro, ilustrando o estilo de vida das elites fortalezenses associado à preferência de modo de habitação, p. 415

Figura 57 - Casas de alto padrão do loteamento Vereda Atlântica, pioneiros suburbanos das elites no extremo leste, p. 416

Figura 58 - Renda per capita (direita) e densidade habitacional (esquerda) no antigo Sítio Cocó, a partir de dados dos anos 1970, p. 417

Figura 59 - Zoneamento do Plano Diretor Físico de 1975, em sua revisão de 1979, p. 418

Figura 60 - Vista da av. Santos Dumont, a paisagem ordenada, ordenante e ordeira do Cocó, p. 428

Figura 61 - Paisagem típica das ruas do Cocó, ruas vazias, guaritas e fachadas cegas, p. 431

Figura 62 - Fachadas comerciais e residenciais típicas do Cocó, paisagem diurna e noturna, cercas garantindo uma pseudo-abertura e a redução do espaço apropriável por usuários indesejados (detalhe para o morador de rua entre as edificações), p. 432

Figura 63 - Fortal em 2022, ilustrando o cercamento do evento como cercamento do encontro, p. 435

Figura 64 - saída de trabalhadores vindos da estação da Parangaba na estação de VLT Papicu, durante a manhã, p. 448

Figura 65 - unidade estilística da arquitetura residencial de diferentes condomínios de alto padrão, reproduzindo a arquitetura de shoppings I, p. 464

Figura 66 - unidade estilística da arquitetura residencial de diferentes condomínios de alto padrão, reproduzindo a arquitetura de shoppings II, p. 465

Figura 67 - unidade estilística da arquitetura residencial de diferentes condomínios de alto padrão, reproduzindo a arquitetura de shoppings III, p. 466

Figura 68 - Broadway: unidade estilística da arquitetura residencial de diferentes condomínios e toponímias de prestígio I, p. 468

Figura 69 - Maison Privée: unidade estilística da arquitetura residencial de diferentes condomínios e toponímias de prestígio II, p. 468

Figura 70 - International Trade Center: unidade estilística da arquitetura residencial de diferentes condomínios e toponímias de prestígio III, p. 469

Figura 71 - Conjunto do Pau Fininho, shopping Rio Mar e edifícios de alto padrão ao fundo, p. 473

Figura 72 - O Parque do Cocó margeado por edifícios de alto padrão, p. 494

Figura 73 - A praça Martins Dourado, Cocó, p. 499

Figura 74- A praça Rodrigues Sancho (Praça da Aprosa), Cocó, p. 500

Figura 75 - A praça Estrigas e Nice (Praça do Rio Mar), Papicu, p. 501

Figura 76 - Padrão proxêmico ilustrando divisão no posicionamento de corpos no espaço público, missa na praça Martins Dourado, p. 506

Figura 77- Regulação do espaço público na praça Martins Dourado, p. 507

Figura 78 - Uniformes de lazer e trabalho que categorizam usuários na praça Martins Dourado, p. 514

Figura 79 - Imagem aérea do bairro de Lourdes, p. 518

Figura 80- Imagens de ruas do bairro de Lourdes, p. 518

Figura 81- barracos recentemente levantados nas dunas da Lagoa do Papicu, na favela do Pau Fininho, p. 521

Figura 82 - barracos avançam sobre a Lagoa do Papicu, prédios avançam sobre as dunas, p. 523

Figura 83 - instalação de arame farpado no espaço público no bairro de Lourdes, entre as dunas e o Mirante da Igreja de Lourdes, p. 528

Figura 84 - placa hostil contra “comportamentos suspeitos” no bairro de Lourdes, p. 533

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descrição da amostra de informantes: entrevistas informais e com especialistas, p. 240

Tabela 2 - Descrição da amostra de informantes: entrevistas conversacionais, p. 241

Tabela 3 - Crescimento demográfico intercensitário de Fortaleza e Ceará, p. 326

Tabela 4 - Estimativa da população das principais favelas de Fortaleza em 1961, p. 395

Tabela 5 - Estimativa da população das principais vilas marginais de Fortaleza em 1970, p. 395

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....17
2. O QUE É SEGREGAÇÃO: CONSTRUINDO UM OBJETO EM DIÁLOGO COM A LITERATURA..... 27
2.1. INTRODUÇÃO AO DEBATE.....27
2.1.1. Método de exposição e método de investigação.....27
2.1.2. A importância de um deslocamento ontológico para pensar a cidade.....29
2.1.3. Questões de princípio: apontando a direção de um quadro teórico..... 32
2.2. TRANSLAÇÃO TEÓRICA EM TORNO DA SEGREGAÇÃO: SITUANDO AS IDEIAS NO CAMPO.....35
2.2.1. A distensão do conceito de segregação: entre concepções restritas e ampliadas..... 35
2.2.2. A segregação residencial e o paradigma substancialista do mosaico urbano.....41
2.2.2.1. As fundações ecológicas do paradigma ecológico do mosaico urbano.....46
2.2.2.2. As origens da segregação como problema e agenda de pesquisa social: perspectiva da Ecologia Humana Clássica de Robert Park.....47
2.2.2.3. Áreas naturais e áreas sociais: a hipertrofia do paradigma do mosaico urbano entre a ecologia humana clássica e a ecologia fatorial..... 56
2.2.2.3.1. O conceito de Áreas Naturais: a hipertrofia do organicismo no seio da Ecologia Humana Clássica.....56
2.2.2.3.2. O conceito de Áreas Sociais: o desenvolvimento da Ecologia Fatorial..... 63
2.2.3. Medidas de segregação e modelos morfológicos: mensurações e representações do ordenamento socioespacial das cidades..... 70
2.2.3.1. Medidas de segregação residencial: quantificando diferenças no espaço e a espacialidade das diferenças..... 70
2.2.3.2. Os modelos morfológicos clássicos da primeira metade do século XX: descrever e tipificar a estrutura socioespacial das cidades.....83
2.2.3.2.1. O modelo centro x periferia de círculos concêntricos de Kohl-Sjoberg.....84
2.2.3.2.2. O modelo centro x subúrbio de círculos concêntricos de Engels e Burgess.....86
2.2.3.2.3. O modelo de setores de círculos de Hoyt..... 89
2.2.3.2.4. A permanência clássica dos modelos morfológicos como tipos ideais..... 93
2.2.3.2.5. Os modelos morfológicos clássicos no contexto latino-americano e brasileiro: apreendendo reestruturações do urbano e de reestruturações teóricas..... 96
2.2.3.3. A estrutura ecológica e a crítica marxista em Villaça: o modelo de setores de círculos a partir da segregação como processo de dominação.....103
2.2.4. A concepção ampliada de segregação: desafios e oportunidades além do paradigma do mosaico urbano.....115
2.2.4.1. O deslocamento teórico das medidas da segregação centrada no indivíduo..... 122
2.2.4.2. O enclausuramento como configuração do urbano: a análise antropológica de Caldeira sobre os enclaves fortificados no Brasil..... 127
2.2.4.3. O medo como afeto da experiência urbana mixofóbica e a fragmentação sociopolítica urbana..... 137
2.2.4.4. O encasulamento da vida urbana: a segregação total dos espaços de atividades... 145
2.2.4.5. Mobilidade como fator de segregação: a disjunção como meios de desintegração153

2.2.4.6. A sociabilidade tectônica: a segregação como apropriação coletiva diferencial do espaço.....159
2.2.4.7. A segregação no espaço público: o espaço como meio e mídia de distanciamento social em interações..... 165
2.2.4.7.1. A segregação como classificação moral dos corpos no espaço e da espacialidade dos corpos..... 172
2.2.4.7.2. A segregação como territorialização da privacidade no espaço público..... 176
2.3. ESPECIFICAÇÃO TEÓRICA DO PROBLEMA DE PESQUISA..... 183
2.3.1. A reprodução da segregação por meio das práticas socioespaciais das elites..... 183
2.3.2. a formulação de uma questão empírica em termos teoricamente informados.....187
3. ESPAÇO SOCIAL REIFICADO E TERRITÓRIOS INTRA-URBANOS: UMA TEORIA RELACIONAL DA SEGREGAÇÃO..... 193
3.1. A REIFICAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL: O LUGAR DO ESPAÇO NA TEORIA SOCIAL DE PIERRE BOURDIEU.....194
3.2. ESPAÇO DE SOCIAÇÃO: REDES COMO MANIFESTAÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIOESPACIAL URBANA.....203
3.3. TERRITÓRIOS-REDE E TERRITORIALIZAÇÕES INTRAURBANAS: OPERADORES PRÁTICOS DA TRADUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NA CIDADE.... 218
3.4. SÍNTESE: ENUNCIANDO UMA QUESTÃO DE PESQUISA..... 226
4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO..... 230
4.1. A ELITE URBANA: CLASSES DOMINANTES, MARCADORES DE ESTILO DE VIDA E PODER DE ESCOLHA LOCACIONAL.....233
4.3 A ZONA NOBRE SUA FRENTE DE EXPANSÃO LESTE EM FORTALEZA.....244
5. O HISTÓRICO MATERIAL E CULTURAL DA MACROSSEGREGAÇÃO RESIDENCIAL DE FORTALEZA.....274
5.1. INTRODUÇÃO.....274
5.2. A MARGINALIZAÇÃO DO CEARÁ COLONIAL E A HERANÇA DE UMA FORTALEZA ATRASADA.....276
5.2.1. As bases do crescimento urbano no século XIX: a transformação econômica e demográfica cearense e a centralização regional de Fortaleza.....284
5.2.2. A política da centralização e do desenvolvimento urbano de Fortaleza ao longo do século XIX.....292
5.2.3. O choque cultural da modernidade: o projeto civilizatório da urbanização de Fortaleza 312
5.3. A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DO SETOR LESTE DE FORTALEZA AO LONGO DO SÉCULO XX: QUALIFICANDO O COMPORTAMENTO LOCACIONAL DAS ELITES.....327
5.3.1. Antes do bonde e antes da Aldeota: o bairro do Outeiro (1870-1930)..... 333
5.3.2. De Outeiro à Aldeota: a eleição do lugar das elites em Fortaleza (1930-1960)..... 350
5.3.3. A subordinação do poder público ao mercado imobiliário.....362
5.3.4. A cidade leste e a cidade oeste.....364
5.3.5. As sementes da periferia leste.....370
5.3.6. A consolidação da Aldeota como subúrbio romântico..... 375
5.3.7. A nova centralidade das elites: carros, prédios, shoppings e “novas Aldeotas”

(1970-2000)..... 384
5.3.8. A higienização da Aldeota: o papel do estado na defesa do espaço intra-urbano segregada..... 399
5.3.9. A "Aldeota" além dos trilhos e do rio Cocó: expansão e consolidação do setor de círculo leste-sudeste.....411
6. O TERRITÓRIO DA ELITE URBANA NA FRONTEIRA DA ZONA LESTE DE FORTALEZA..... 433
6.1. O COCÓ E O PAPICU..... 436
6.1.1. Flânerie..... 436
6.1.1.1. Qualificação de elementos da lógica locacional das elites urbanas contemporâneas... 442
67.1.1.1.1. As escolas..... 447
6.2.1.1.2. Os hospitais.....450
6.1.1.1.2. A garantia da homogeneização da experiência cultural e corporal..... 453
6.2.2. Flânerie II.....455
6.2.2.1. O território como zona de conforto ético e estético.....460
6.2.2.2. Os espaços públicos no Cocó e no Papicu: as ruas.....488
6.2.2.3. O estilo de vida condominial e a condominialização de espaços públicos.....492
6.2.2.4. O Parque do Cocó: primórdios da tradição de vigilância de espaços públicos na zona nobre..... 498
6.2.2.5. As praças adotadas: a contra-apropriação de espaços públicos e urbanidades segregadas..... 504
6.3. O BAIRRO DE LOURDES.....522
6.3.1. Flânerie..... 522
6.3.1.1. A guerra pela tranquilidade: o de Lourdes contra o Pau Fininho..... 527
6.3.1.2. Ainda existem subúrbios para as elites?..... 537
6.3.1.3 Do enclausuramento à apropriação hostil.....540
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 546
REFERÊNCIAS..... 553

1. INTRODUÇÃO

Na década de 1960, Jane Jacobs, uma jornalista apaixonada pelas cidades, por Nova York e pela sua vizinhança, capitaneou um embate contestatório contra as políticas urbanas levadas a cabo por tecnocratas modernistas e levou essa disputa para o plano das ideias, revolucionando o campo teórico normativo sobre o que garante o bom funcionamento das cidades.

Sendo eu mesmo um comunicólogo encantado pelas cidades, por Fortaleza e pela minha vizinhança (o bairro de Fátima, para mim, é o centro do mundo inteiro), é natural que eu tenha nutrido especial admiração pela figura e pelas ideias de Jacobs. Seu trabalho revolucionário foi publicado na obra *Vida e morte das grandes cidades americanas*. A autora observou os usuários e os usos dos espaços, públicos especialmente, das praças e das ruas, das esquinas, das fachadas e das edificações, assim como as atividades fim desses imóveis. Em suma, um desordenado *corpus* de análise com a intenção de observar *a vida nas cidades*, como ela se relaciona com o espaço construído e como a transformação do espaço pode prejudicar o cotidiano de comunidades que se configuram nesse espaço. Mais ativista do que cientista, a organização teórico-metodológica de Jacobs está longe de ser classificada de forma clara e bem situada no campo das ciências sociais ou dos estudos urbanos. No entanto as conclusões que chegou acerca da relação entre diversidade e vitalidade revelaram para urbanistas do mundo todo a importância de considerar que a boa cidade - que necessariamente será definida normativamente, na medida em que permite ou contribui para o quer que se entenda por uma boa sociedade e uma boa vida - jamais será tão simples como boas ideias desenhadas como bons sistemas e boas políticas públicas no papel.

A lição foi bem incorporada pelo campo do urbanismo. Mais de 50 anos depois de Jacobs, no curso de arquitetura da Universidade de Fortaleza, o professor Marcelo Capasso me ensinava, corrigindo um mau projeto: “o papel aceita qualquer coisa, uma linha que você risca vai afetar a *vida* de um monte gente que vai *viver* o seu projeto todo dia, dia após dia”. O papel aceita, de fato, qualquer *ideia*. E como ensina o que já se tornou um bordão descolonial, construído no pensamento social brasileiro, as ideias frequentemente estão fora do lugar e o lugar fora das ideias. E ideias, de qualquer modo, sempre apresentam aderência apenas parcial à realidade, pois são restringidas tanto pela inevitável limitação imposta por pontos de vista, determinados tanto por lugares sociais

e históricos, quanto por escopos metodológicos necessários para que análises tenham começo, desenvolvimento e conclusões. E assim como linhas e edificações concretas (que sempre são ideias colocadas em prática), ideias no papel também podem afetar a vida de muita gente, que vai viver as suas consequências práticas.

Nas cidades brasileiras, contextos socioespaciais que concentram, expressam e reproduzem a imensa desigualdade do país, a diversidade social, de usos e de edificações não parecem produzir de forma alguma vizinhanças com vitalidade. Pelo menos não depois da explosiva urbanização da sociedade brasileira na segunda metade do século XX. Se faz todo sentido - ou se, no mínimo, parecia fazer sentido em outro contexto social e histórico - que a diversidade , i.e., a concentração e encontro de diferenças, resultaria em vitalidade urbana e integração social, por que este não é o caso em nossas cidades? Por que nos bairros em que as classes médias-altas de Fortaleza vem escolhendo habitar cada vez mais, expandindo a área de concentração de domicílios de maior renda na cidade e aproximando-se de áreas que já são ocupadas por milhares de domicílios de baixa renda não exibem uma pujante vitalidade consequente da diversidade desse encontro?

Antes de recorrer ao óbvio naturalizado em qualquer sujeito urbano brasileiro, apertando rapidamente o gatilho da violência como explicação, devemos exercitar uma temperança sociológica, que deveria sempre preceder a imaginação sociológica, e refletir devagar sobre a questão. E antes de prosseguir nesse trajeto, devemos lembrar que a cultura do medo, que surge com o aumento da violência urbana no Brasil, também a reproduz. O medo como justificativa narrativa não necessariamente determina que seja também o afeto do medo a causa sociológica do comportamento da nossa população urbana de criar cidades com menos vitalidade e mais barreiras diante da potência da diversidade.

Seria um problema de ideias fora do lugar e do lugar fora das ideias? A relação entre vitalidade e diversidade seria verdadeira apenas para o contexto social, espacial e histórico de Jacobs? Nesse sentido, hoje se sabe muito bem que as ideias de Jacobs se mostraram parcialmente acertadas, parcialmente equivocadas, mais normativas do que científicas, apesar da sua diligência, mas sobretudo limitadas ao ponto de vista do contexto socioespacial estadunidense que observou em detalhe.

Seria um problema de diferença demais? Da qualidade ou intensidade das diferenças? Diante da desigualdade significativamente mais elevada de renda e de acessos a todo tipo de recursos materiais e imateriais necessários para a reprodução social digna de acordo com nossos parâmetros, seria uma especificidade o grau dessas diferenças? Ou entre as desigualdades de lá, subjazem igualdades de recursos que, aqui, são desiguais?

Ou seria o caso de que o encontro de diferenças e diversidade não são a mesma coisa? Os homens (notadamente os Homens, mais que os Humanos) frequentemente se encontram dispostos a matar e morrer em nome de diferenças. O resultado do encontro de diferenças como diversidade e vitalidade certamente deve ser dependente de condições de possibilidade para sua emergência. Diferenças - devemos tentar organizar analiticamente essa linha de raciocínio - resultam em diversidade apenas se, por qualquer que seja a razão para tanto, existe algum grau de relação entre elas. A vitalidade que Jacobs observou como fruto da diversidade e tentou defender romanticamente das autoestradas e zoneamentos funcionalistas modernistas é sobretudo uma composição socioespacial no interior do espaço urbano. Uma diversidade de elementos diferentes que não mantém alguma relação aparente entre si dificilmente será apontada como uma unidade. Ao contrário, possivelmente essa diversidade será percebida em seus elementos individuais. Na melhor das hipóteses, será percebida como uma série de coisas coexistentes apenas. Um contexto socioespacial na cidade que apresenta como qualidade a vitalidade urbana, nos termos de Jacobs, só será percebido de tal forma se for possível apreender que as diferenças se integram de alguma maneira, se existir, portanto, interação entre elas que permita que se perceba a relação entre as coisas e, a partir delas, uma imagem de conjunto.

Perseguir essa linha de questionamento sobre por que as diferenças nas cidades brasileiras não florescem em vitalidade urbana, mas, ao contrário, explodem em fragmentação urbana, parece ser um caminho mais produtivo do que ponderar sobre as diferenças em si, seus graus ou qualidades. Sobretudo porque ao colocar ênfase sobre a relação entre as diferenças, e não nas diferenças em si, garante que não se persiga explicações embasadas em essencialismos, buscando na natureza de fatores sociais como propriedades alquímicas, que agem ou reagem de certa forma. Do ponto de vista sociológico, é preferível conceber que não existem coisas sociais, mas coisas

socializadas. Diferenças, mesmo de propriedades incontestavelmente objetivas das coisas, só fazem sentido e só tem efeito prático na medida em que se encontram relacionadas a outras coisas. Um indivíduo sequer teria *noção de si*, se não sentisse, percebesse e entendesse que está *diante* do mundo e vice-versa.

Muito antes de Jacobs, a investigação sobre diferenças e diferenciação no espaço urbano e na sociedade urbanizada já se constituía em um dos mais importantes temas de investigação no âmbito dos estudos urbanos, sob o guarda-chuva conceitual da ideia de *segregação*. A importância do seu trabalho, talvez, tenha sido em reconhecer e apontar para a importância e benefício das diferenças no contexto urbano estadunidense, onde elas eram notadamente separadas e ordenadas em consequência da agência institucional, coletiva e individual em uma sociedade intensamente racializada e etnicizada, em que até os dias de hoje cidadãos ponderam sobre a validade de ⅛ de alguma ancestralidade e hifenizam etnicamente suas identidades.

Não é coincidência que nessa sociedade marcada pela diligente circunscrição de diferenças sociais, um espaço urbano igualmente recortado em um mosaico de vizinhanças tenha emergido e chamado a atenção dos estudiosos do urbano. Em uma cultura acadêmica contextualmente influenciada pelo cientificismo - a crença de que o domínio teórico sobre fenômenos naturais poderia se estender para as coisas sociais com igual consenso e aderência - e em uma cultura nacional até hoje impregnada pela inevitável síndrome de *idiotia* etnocêntrica que afeta aqueles que dominam e desejam dominar culturalmente os outros, os estudiosos do urbano estadunidense imaginavam que olhavam nas suas cidades todas as cidades do mundo. Desvios que desafiassem modelos com pretensões científicas e universais durante muito tempo foram concebidas como questões de fases de desenvolvimento histórico.

O efeito de tal situação de ideias fora do lugar e lugar fora das ideias foi a insistência durante muito tempo em conceber e investigar o fenômeno da segregação como a configuração da concentração de diferenças no espaço. Essa agenda foi importada para o contexto brasileiro, cujos estudiosos, diante da síndrome de impostor que inevitavelmente acomete aqueles dominados culturalmente e que temem deixar de sê-lo, encontraram dificuldade em conceber e explicar as cidades de forma verdadeiramente autóctone, começando do zero. Consequentemente a questão sobre mosaicos urbanos com peças não tão variadas assim, em posições muito diferentes, não

tão grandes e não tão afastadas assim, assim como a pulverização das diferenças em meio às cidades e o encontro cotidiano dessas diferenças recebeu atenção relativamente tardia, aqui e no resto do sul globap. Não à toa, o pioneiro estudo de Teresa Caldeira, *Cidade de Muros*, internacionalmente influente, onde a autora descreveu e ofereceu uma detalhada explicação antropológica e política para uma nova configuração da segregação nas cidades brasileiras, só foi publicado na década de 1990, dando conta de dinâmicas urbanas que já se desenhavam muito claramente desde os anos 1970, quando a academia brasileira ainda estava produzindo explicações sociológicas para o tradicional padrão centro x periferia das nossas cidades a partir das teorias urbanas marxistas popularizadas nos anos 1960.

No contexto urbano brasileiro, as circunscrições de diferenças se desdobram de forma diferente que as estadunidenses, tornando-se objetos de menos deliberação, para o bem ou para o mal. Diferenças étnicas e raciais sofreram apagamento enquanto problemática, mas não enquanto categorias sociais que possuem efeitos muito concretos. Dissimula-se que raça importa muito e pretende-se que as divisões sociais se dão apenas entre pobres e ricos. Nesse cenário, a violência material e imaterial com que se exerce a solidez e eficácia dos limites que são reconhecidos é ainda mais expressiva que o contexto estadunidense. Não é à toa que a configuração colonial de brancos concentrando riquezas dominando sobre negros e pardos empobrecidos e subalternizados tenha sido muito pouco alterada ao longo dos séculos.

O encontro das diferenças brasileiras, como em qualquer outro contexto, é um fenômeno *sui generis* e se é importante explicar por que nossas cidades são segregadas, mesmo quando, espacialmente, as diferenças se encontram, é preciso embarcar em uma jornada teórica, histórica e empírica que permita refletir extensivamente - e responder devagar com a devida temperança sociológica - porque o pensamento romântico de Jacobs, infelizmente, não oferece a solução para construir boas cidades no Brasil.

Essa tese, portanto, pretende contribuir para os estudos urbanos sobre segregação, não apenas no Brasil, tentando, em primeiro lugar, encontrar unidade teórica na diversidade de concepções, contradições e lacunas sobre o tema da divisão socioespacial das cidades que emergem no pensamento interdisciplinar dos estudos urbanos. O questionamento que urge e impele a imaginação sociológica é alcançar um entendimento sobre por que o encontro de diferenças não resulta na *mistura*

sociocultural, fiando-se na hipótese de que responder essa questão resultará no encontro da coerência teórica que permita alinhar como desdobramentos de um mesmo princípio sociológico as diferentes configurações da divisão socioespacial nas cidades.

A divisão entre centro e periferia, embora sem dúvidas se constitua como efeito funcional, econômico e logístico, só emerge conforme o uso e ocupação diferencial do espaço urbano se configura de forma prática por uma coleção de indivíduos mais ou menos diferentes em sociedade, organizados como coisas socializadas, colocados em relação uns com os outros, com as ideias, as coisas e com o próprio espaço que usam e ocupam. Também é de forma prática que a frustração da integração, da diversidade e da mistura, quando existem as condições geográficas para tal, se concretiza.

Ao longo da exposição da pesquisa, é sintetizado como a teoria sociológica relacional de Pierre Bourdieu e a teoria geográfica relacional sobre territórios e processos de desterritorialização de Rogério Haesbaert, colocadas em diálogo em torno das ideias de reticularidade, multiescalaridade e multidimensionalidade da ordenação social de diferenças no espaço urbano, permitem equipar o olhar analítico sobre a segregação de forma a conciliar as diferentes concepções e achados abrigados sob o seu guarda-chuva temático.

A empreitada investigativa que resultou na extensa discussão conceitual e na construção do quadro teórico relacional em torno das ideias-chave de territórios e da espacialização do espaço social bourdieusiano nasceu a partir da investigação empírica da cidade de Fortaleza. Não só o estudo sobre o desenvolvimento histórico da configuração do seu padrão de segregação residencial, mas também o estudo qualitativo da sua zona leste, onde bairros relativamente recentes de classe média-alta - o Cocó, o Papicu e bairro de Lourdes - encontram fisicamente áreas populares de bairros e favelas nos quais historicamente uma grande parcela da população pobre de Fortaleza encontrou abrigo.

A tese se inicia pela discussão teórica fomentada ao longo do processo de investigação qualitativa. É este o conteúdo do seu primeiro capítulo, uma detalhada discussão de achados e limitações de diferentes abordagens sobre a segregação urbana, seguida da proposta de articulação teórica entre pensamentos relacionais sociológicos e geográficos para navegar de forma conciliatória os entendimentos contraditórios sobre a segregação que emergem após um panorama que debate as origens do conceito e

desenvolvimentos mais recentes, inevitavelmente deixando muito de fora, enfatizando não só mudanças metodológicas e teóricas significativas, mas também epistemológicas e ontológicas em torno da cidade e da suas dinâmicas de ordenação socioespacial de diferenças enquanto objetos de conhecimento.

Só depois esse quadro teórico resultante é utilizado como referência interpretativa do desenvolvimento histórico da segregação residencial de Fortaleza e do estudo de campo da expansão de bairros nobres na zona leste. Após um segundo capítulo de esclarecimentos e justificativas metodológicas, essas análises, colocando à prova o instrumental teórico produzido, compõem os três capítulos finais. Contextualiza-se historicamente a urbanização de Fortaleza, em seguida realiza-se um estudo histórico da eleição da zona leste, em torno do bairro Aldeota, pelas elites como área de concentração residencial. Por fim, uma espécie de *flanêrie* por entre os dados narrativos coletados em entrevistas conversacionais e informais e dados registrados em notas de campo realizadas durante a observação de diferentes espaços tenta mostrar as formas como as diferenças não se misturam nos bairros nobres que avançam sobre a periferia leste da cidade. Demonstra-se como a separação social, mesmo quando há encontro, é fruto do exercício de poder sobre outros indesejados e demonstra-se como tal exercício de poder localmente, nos shoppings, portarias e praças públicas, se articula com o exercício de poder de classe sobre a estruturação de todo o espaço intraurbano a partir da segregação residencial. Essa articulação de escalas e meios de dominação é precisamente o que tentamos demonstrar como processo de territorialização de classe, que ocorre conforme estratégias de dominação e acesso privilegiado a recursos se desdobram de diferentes formas, mas sempre espacializadas de alguma forma, seja dividindo bairros nobres e pobres, seja constrangendo e inibindo o comportamento seletivamente de indivíduos em determinadas situações e lugares.

No segundo capítulo, onde são expostas considerações metodológicas, esclarecemos a razão dessa ordem invertida de exposição. O processo de pesquisa foi realizado tomando a abordagem da *Grounded Theory* (GT) como referência metodológica qualitativa. No capítulo não apenas justificativas detalhadas de escolhas conceituais que orientaram o desenho metodológico são apresentadas, mas também é mapeado o processo de pesquisa, tornando claro para a devida leitura crítica a condução da investigação e os detalhes que podem interessar ao leitor especializado.

Essa opção metodológica foi, de certa forma, imposta, muito mais do que escolhida, à pesquisa. Com o início da pandemia de Covid-19 em 2020, alongando-se, com arrefecimento gradativo do estado de crise e da desestabilização da vida cotidiana, até início de 2023, o projeto original proposto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco - centrado na avaliação da ocorrência ou não de gentrificação a partir de políticas de renovação urbana e investimento turístico nas comunidades situadas nos morros do Mucuripe - foi impossibilitado. A necessidade de propor o desenho de um novo projeto ao passo que a coleta de dados e revisões de literatura se tornavam prementes para tentar manter o andamento da pesquisa dentro dos prazos me obrigou a me engajar na pesquisa equipado com pouco mais do que a temática da segregação e a definição de um recorte geográfico amplo da zona leste de Fortaleza. A realização das necessárias etapas exploratórias que, usualmente, antecedem o desenho de um projeto de pesquisa bem delimitado, orientando gradativamente a realização de novos diálogos com a literatura, reconstruções de recortes geográficos e sociológicos, e a coleta de dados, só poderia ser adequadamente conduzida a partir da GT como abordagem.

É pela natureza do conhecimento teórico emergente da exploração progressiva do campo e dos dados que a redação do relatório de pesquisa inverte a ordem dos fatores. Uma vez que o processo contínuo e longo de análise comparada constante e de amostragens teóricas (tanto para informantes como para espaços escolhidos para análise) lentamente produziu um conjunto de categorias que eram apenas parcialmente explicadas pela literatura em segregação, lacunas e contradições apontaram para novas reflexões, novos diálogos teóricos, novas orientações de coleta de dados, até resultar na unidade coerente do quadro teórico baseado na ideia de processo de territorialização intraurbana de classe como manutenção da topologia do espaço social. A reorganização dos dados interpretados a partir dessa lente resultam na sua colocação posterior à teoria que eles fizeram, fragmentariamente e paulatinamente, emergir.

A noção de territorialização intraurbana tenta superar o dilema há muito reconhecido, mas raramente endereçado enquanto problemática em si mesmo a ser resolvida: a conciliação analítica da ideia de segregação social e segregação espacial, frequentemente tomadas como processos distintos para criar condições analíticas geográficas *ou* sociológicas de investigação. Em consonância com uma virada espacial

nas ciências sociais, que aponta para a necessidade de escapar à desespacialização da análise sociológica, a ideia de território como uma relação social espacialmente mediada tenta evitar essa limitação. Mais do que tomar o espaço como elemento sociológico relevante, tanto porque é objeto socializado, socialmente produzido, como porque é agente socializante, socialmente produtor, a ideia de território tenta conceber a continuidade socioespacial da experiência de classe, entendendo que as diferenças sociais, tais como a de classe, se constituem e se reproduzem atualizando a estrutura social condicionante através das práticas na duração espaço-temporal, superando a virtualidade do fenômeno social ao reestruturá-lo continuamente, cumprindo assim o processo de reprodução social praxiológico, ou seja, a partir de estruturas estruturadas estruturantes, como celebremente sintetiza Bourdieu, enfatizando a inércia da reprodução social, ou como um processo contínuo de estruturação, como sintetiza Giddens, por sua vez enfatizando o fluxo contínuo da reprodução social. A ideia de territorialização pretende, portanto, espacializar a sociologia da prática.

Ao longo dos capítulos que atravessam a análise histórica e empírica, busca-se revelar os mecanismos socioespaciais diferentes que assumem o caráter de estratégias de classe no processo de territorialização intraurbana que contribuem para a determinação de uma experiência socioespacial específica. Por essa razão a exposição da investigação empírica, mais por inspiração do que por filiação teórico-metodológica, remete à Jane Jacobs, em sua variedade de objetos, e à Walter Benjamin, em sua desordem exploratória das *flanêries*, passeando por dados narrativos e observacionais fora de ordem, ora tomando como objeto analiticamente relevante guaritas de condomínios, uniformes, parques, objetos de decoração, ruas, carros, placas, shoppings, pessoas, memórias de infância, discursos, um assalto, entre outros elementos registrados como reveladores da *territorialidade*. A opção por tal desordem aparente se dá pelo fato de que uma ordenação linear de mecanismos e escalas sociais e espaciais dos fenômenos não corresponde de forma alguma à simultaneidade e sobreposição, à interação de processos na conformação da experiência urbana de classe que faz com que o indivíduo, no espaço e nos *milieus*, sinta-se seguro, confortável, reconhecido, inserido e situado. Poderia-se confundir a exposição linear com a ordenação linear do território. A intenção é percorrer as articulações, os diferentes limites em operação, os elementos que tornam salientes a territorialidade, e não percorrer categorias e recortes de análise

que dariam a entender que o território se capilariza de forma linear ou em uma repetição fractal, do maior para o menor, do mais para o menos importante ou eficiente. A divisão social da experiência urbana ocorre em diversas frentes e escalas, é preciso tatear a cidade, as percepções e as práticas dos indivíduos que se encontram fora e dentro dele para conseguir ver e, depois, descrever sua forma.

A descrição de Robert Park, que data precisamente de um século atrás, da sociedade urbana como um lugar onde indivíduos podem encostar os seus corpos, mas viver em mundos completamente diferentes, é provavelmente a maior inspiração para a tentativa de propor uma releitura específica do fenômeno da segregação urbana. A fragmentação da vida social nas cidades inevitavelmente ganha características espaciais que podem ser estudadas de forma objetiva, se se exploram as ideias necessárias para a dar nome à complexidade que se revela por trás da fluidez dos pequenos mundos que compõem a cidade. O primeiro passo, intenção desta tese de doutorado, é se debruçar sobre como esses pequenos mundos são portados e reconstituídos pelos indivíduos que os habitam como insiders ou que apenas os reconhecem como outsiders, sobretudo porque acreditam na sua existência e assim os colocam em prática no tempo e no espaço. Trata-se de uma forma distinta de conceber e de ler o espaço urbano dividido em diferenças, mas que certamente proporciona aos estudos urbanos condições de, no mínimo, arriscar passos na persecução de um caminho possível para superar as contradições que os estudos sobre a forma como diferenças organizam o espaço urbano, a forma como o espaço urbano organiza as diferenças, e como diferenças podem, ou não, ao colidirem no espaço da cidade cidade constituir efetivamente encontros vitais ou apenas co-presenças violentamente esterilizadas.

2. O QUE É SEGREGAÇÃO: CONSTRUINDO UM OBJETO EM DIÁLOGO COM A LITERATURA

2.1. INTRODUÇÃO AO DEBATE

2.1.1. Método de exposição e método de investigação

Iniciamos introduzindo o leitor ao diálogo com a literatura que sustentou a construção do objeto da pesquisa e a interpretação dos dados coletados por meio de entrevistas conversacionais e observações de campo em bairros nobres na zona leste de Fortaleza. A compreensão dos resultados de uma pesquisa sociológica requer sobretudo clareza em torno da problemática que orienta um processo progressiva construção de objetos de pesquisa colocados sob escrutínio. Construir modelos mentais em torno de fenômenos sociais é um processo indissociável do uso de conceitos que tornam a realidade social um objeto inteligível e passível de análise. Um instrumental conceitual sólido é condição de trabalho e resultado final da atividade sociológica. Esse instrumental toma forma clara conforme parte de, tanto quanto contribui para, um repertório teórico e metodológico compartilhado nos campos do saber pertinentes à problemática colocada em questão - e só assim uma reivindicação de conhecimento científico pode ser examinada criticamente e ser legitimada enquanto tal.

Nesse sentido, a apresentação desta pesquisa se inicia por uma extensa discussão de esclarecimento conceitual em torno de uma problemática bastante ampla: a relação entre diferenciações sociais e espaciais no interior das cidades. Esta é uma questão mais complexa do que a descrição dos evidentes padrões de divisão dos espaços urbanos em áreas “pobres” e “nobres”. A imaginação e sensibilidade sociológica não deve se contentar em pousar o olhar sobre a experiência urbana cotidiana e familiar da cidade dual, dividida em áreas contrastantes, socialmente homogêneas e aparentemente desconexas. Também não deve se limitar sobre a relação entre tais padrões de divisão e lógicas de mercado aplicadas à economia imobiliária, enfatizando o mercado como principal fator mediador do acesso à terra e à localização urbanas. Tampouco deve-se permitir restringir-se pelo peso de tradições teóricas, necessariamente abordando uma problemática a partir de abordagens extensivamente operacionalizadas na investigação da relação espaço-sociedade. Afinal, enfatizam Sabatini e Sierralta (2006, p. 169),

estamos tratando de uma das relações mais desafiadoras nas ciências sociais, "a que liga as dimensões econômicas, culturais e políticas com as dimensões espaciais da realidade social", e inevitavelmente aspectos desconhecidos ou não controlados dessa relação complexa e sobredeterminadas virão à tona conforme fenômenos mal explicados são iluminados por diferentes luzes sobre a questão no âmbito dos campos dos estudos urbanos.

A princípio, uma discussão teórica desvinculada de dados empíricos poderá parecer demasiadamente abstrata, uma vez que só nos debruçaremos nos capítulos posteriores sobre um corpus de pesquisa: práticas socioespaciais e discursos de residentes de áreas afluentes na região leste da cidade de Fortaleza. Justifico-me com uma importante lição de Karl Marx (1982): o modo de exposição deve se distinguir do modo de investigação. Por razões de clareza expositiva, não mergulhamos diretamente em nosso estudo de caso. Não sem antes equipar o leitor com um quadro teórico bem definido. A discussão teórica que se segue não se trata de uma exposição de sínteses de ideias de uma filiação teórica específica, mas de uma articulação teórica que visa enunciar as questões e, consequentemente, os objetos de pesquisa em formas conceitualmente bem delineadas antes de proceder com qualquer discussão em torno de dados coletados.

Isso se dá como consequência de uma abordagem qualitativa metodologicamente orientada pela *grounded theory.* Não atacamos nossa problemática a partir de um ângulo prescrito, munidos de hipóteses e conceitos prévios, mas aprendemos o que apreendemos gradativamente diante dos dados, alcançando construções teóricas empiricamente fundamentadas, mas que podem e devem ser colocadas sob o teste da utilidade transponível. Isolá-las de um corpo empírico específico permite a apreciação das ideias, e não tanto das explicações de um caso.

Essa opção de apresentação, portanto, não deve produzir mal-entendidos sobre a natureza empírica da pesquisa: essas estruturas teóricas com as quais construímos a exposição da nossa investigação se definiram a posteriori, conforme o diálogo com a literatura se desenvolveu antes, ao longo e após o trabalho de campo. Só agora podem ser expostas antecipadamente como um conjunto ordenado de ideias em uma apresentação linear e gradativa. Já tratamos aqui, portanto, do resultado do trabalho de pesquisa. É precisamente isto, afinal, um quadro teórico: o conjunto de lentes

específicas a partir das quais a imaginação sociológica se desdobra em conhecimento científico ao ser confrontada tanto por dados empíricos quanto por teorias que informam suas interpretações, a matéria e as ferramentas às quais lançamos mão para cumprir a tarefa que C. W. Mills (2009) nomeou muito adequadamente de artesanato intelectual.

2.1.2. A importância de um deslocamento ontológico para pensar a cidade

O leitor perceberá que endereçamos o fenômeno da divisão e da ordenação socioespacial das diferenças no interior das cidades a partir de uma perspectiva sociológica específica. Concebemos a cidade como um sistema socioespacial que é o resultado da disputa por diferentes recursos materiais e imateriais por indivíduos, grupos e instituições em condições assimétricas de ação e socialização, considerando especialmente as estratégias coletivas em tal disputa, e sem deixar de levar em conta a inter-relação entre o material e o imaterial que articulam. Nesse sentido, poderíamos facilmente ver nossa abordagem classificada como devedora da tradição da ecologia humana estadunidense. No entanto, consideramos mais especificamente que a cidade é resultado da coleção de práticas socioespaciais, socialmente estruturadas, mas também estruturantes do mundo social em sua dupla natureza de fenômeno objetivo de condições materiais de vida e socialização e de fenômeno intersubjetivo de condições de leitura, interpretação e ação no mundo. Aqui, nossa leitura baseada na dialética entre conflito e consenso escapa às ideias ecológicas e alcança a sociologia da prática bourdieusiana. Tentamos analisar a relação espaço-sociedade com a intenção de não desintegrar perspectivas macro e micro, tentando produzir uma praxiologia espacializada, endereçando atribuições de sentido e usos do espaço enquanto práticas socioespaciais, independente do recorte/escala em termos de agentes sociais ou espaços socializados. Essa posição emergiu da reflexão cuidadosa em torno dos fundamentos teóricos, dos modos de ver ou tornar visível a cidade como um fenômeno socialmente produzido e enquanto um objeto socioespacialmente fragmentado resultante de tal gênese social.

É inegável que a existência de padrões evidentes e recorrentes no tempo e no espaço de divisões sociais nos espaço urbanos (ou, alternativamente, de divisões espaciais das sociedades urbanas), produzindo áreas socialmente e funcionalmente

distintas entre si - como as áreas "pobres" e "nobres" ou as centralidades e as periferias urbanas - justifica a concentração histórica de esforços de investigação em torno das causas e efeitos dessa configuração. No entanto, esses padrões de divisão representados em mapas temáticos de áreas se mostram mais ou menos aderentes à realidade conforme se transformam a escala espacial e social de análise ou os dados mensurados e analisados. Em suma, mudam conforme se alteram detalhes metodológicos do modo de representar a cidade como um objeto socioespacial fragmentado. E a pesquisa empírica qualitativa com residentes de bairros afluentes na zona leste de Fortaleza mostrou que mesmo o vasto corpo de conhecimento acumulado sobre segregação da cidade em áreas sociais deixa lacunas incômodas quando se aborda a mesma coisa por ângulos diferentes.

A discussão teórica em que embarcamos questiona as bases ontológicas substancialistas que subjazem à grande parte das leituras sociológicas e geográficas a partir das quais as cidades se tornam objetos de análise. Essa lógica substancialista de pensamento é o caso mesmo quando espaço e sociedade são concebidos como instâncias que mantêm relações dialéticas ou sistêmicas entre si, observando a cidade como produto e fator de produção das configurações socioespaciais no seu interior. Frequentemente a cidade é concebida como um mosaico de diferenças socioespaciais, tendo como base retratos estáticos de indicadores sociais espacializados, ignorando, por exemplo, o movimento dos agentes no espaço urbano que transforma os lugares no tempo cotidianamente e permite elipses na experiência urbana de indivíduos que conseguem viver a cidade completamente isolados daquilo que é espacialmente próximo, mas socialmente distante, e integrados ao que é socialmente próximo, mas espacialmente distante.

Repensar o substancialismo na sociologia espacial, portanto, mostrou-se como um tema imperativo para encontrar coerência na apreensão das diversas formas de divisão socioespacial na cidade que os dados qualitativos coletados nos revelaram. Buscando suporte em diferentes autores do campo dos estudos urbanos, argumentamos em nossa discussão teórica em favor de uma leitura sociológica relacional da produção social do espaço urbano e, consequentemente, dos processos de diferenciação social e espacial nas cidades que, de modo perigosamente elástico, são abrigados sob a ideia geral de segregação socioespacial, um conceito bastante útil heuristicamente mas, como

veremos, operacionalmente impreciso. Ao final da nossa discussão conceitual, defendemos um quadro teórico que nos permita enfatizar e explicar dinâmicas e padrões de divisão socioespacial nas cidades que complementam as lacunas das leituras substancialistas das cidades. Leituras estas que são centradas especialmente nas distinções entre áreas caracterizadas pelo uso residencial de grupos sociais diferentes. Nossa esperança é contribuir com um modo de pensar que contribua para um entendimento sociologicamente mais refinado em torno da reprodução das divisões socioespaciais nas cidades, criando condições coerentes de articular aparentes contradições das representações dessas divisões. Trata-se de tentar entender como as diferenças de achados descritivos podem ser conciliadas como fruto da expressão de um mesmo princípio sociológico de reprodução social: a manutenção de distâncias no espaço social.

Os espaços urbanos contraditoriamente operam, ao mesmo tempo, como o lugar de concentração e encontro de diferenças e, portanto, das trocas, mas também operam como lugar de contínua (re)produção de desigualdades entre indivíduos, grupos e classes sociais. As cidades se mostram incessantemente como expressões materiais e culturais da capacidade humana de produzir heterogeneidade ao passo em que se aumenta a concentração e a densidade populacional no espaço. Há mais de um século as formas de sociabilidade nas cidades, marcadas pela distância, pela reserva e diversidade sociocultural, assim como as divisões das cidades em vizinhanças socialmente muito distintas, se mantêm como um dos principais temas de investigação na sociologia urbana. E os modos como as cidades se fragmentam em milieus diferentes sempre tentaram ser compreendidos considerando a totalidade do processo pelo qual (re)produzimos diferenças e assimetrias sociais. Nesse sentido geral de atribuição da gênese das fraturas no espaço urbano à matriz social de reprodução de diferenças, não há dissenso entre ecologistas, interacionistas ou marxistas nos estudos urbanos, por exemplo. A dificuldade para o sociólogo ao tomar como objeto a ordenação socioespacial das cidades está justamente em não permitir que seu olhar seja polarizado pela oposição pouco produtiva entre estrutura e agência, ou a natureza macrossociológica e microssociológica da reprodução de diferenças sociais.

Compreender a forma como reproduzimos diferenças de modo prático na reprodução cotidiana local do espaço urbano é tão fundamental quanto a compreensão

de como, em uma escala global, relações sociais de produção e dominação se reproduzem conforme se dá a reprodução de capital através da reprodução dos espaços urbanos por agentes que representam as categorias sociológicas do Estado, do mercado e dos movimentos sociais. Compreender a forma como rotinas de comportamento e interações simbolicamente estruturadas em determinada cultura é tão fundamental quanto compreender princípios ecológicos ou econômicos que condicionam a produção, distribuição e acesso a recursos e, consequentemente, condicionam também ordenação socioespacial das cidades como um organismo integrado em torno da sua produção e consumo. Como sintetizou brilhantemente Henri Lefebvre (2001, 1993), a cidade é uma mediação, uma transição, uma instância liminar entre a ordem próxima e a ordem distante de reprodução social. Cabe aos estudos urbanos investigá-la exaustivamente pela miríade de perspectivas que tal condição determinada pelo local e pelo global tornam relevantes.

2.1.3. Questões de princípio: apontando a direção de um quadro teórico

Dando uma forma conceitual mais clara à nossa problemática de pesquisa ao longo de um capítulo inteiramente teórico, nossas questões se tornarão mais eficientes na sua função de iluminar o caminho - i.e., o método - de nossa investigação. O principal desafio com que nos deparamos é em como transformar dinâmicas de articulação entre distâncias sociais e físicas nas cidades em objeto de estudo.

É útil regredir a indagações nos termos em que despertaram nossa imaginação sociológica, tentando apresentá-las relativamente desprovidas de filiações teórico-metodológicas específicas e da bagagem conceitual que tais escolhas implicam. Essas indagações iniciais em torno de contradições percebidas pelo olhar do pesquisador surgiram a partir das experiências relatadas na introdução desta pesquisa e foram o ponto de partida do diálogo com a literatura e da exploração empírica. Do mais geral para o mais específico, as perguntas abaixo foram os gatilhos que se desdobraram em toda a investigação apresentada nesta tese:

- Por que a diversidade de pessoas, edificações e usos, mesmo quando ela parece ocorrer na cidade de Fortaleza, não resulta - como preconizou

Jane Jacobs (1961) em sua defesa da urbanidade nas cidades - na efetiva mistura social e em maior vitalidade urbana de tais áreas?

- Como é possível que grupos sociais afluentes consigam criar, manter e se manter em lugares e meios sociais marcadamente homogêneos apesar da intensa heterogeneidade social e da densidade demográfica das cidades contemporâneas?
- Como indivíduos pertencentes a esses grupos tomam suas decisões locacionais referentes não apenas ao uso residencial, mas também de consumo, trabalho, lazer, mobilidade e de usos dos espaços públicos? E como essas decisões estão relacionadas umas com as outras?
- Em que medida as decisões locacionais, assim como os usos e apropriações do espaço urbano de tais grupos se produzem com o objetivo de construir e manter tais meios socialmente homogêneos? E em que medida ocorrem de modo condicionado pelos próprios contextos urbanos objetivos e subjetivos de avaliação, ação e interação desses indivíduos?
- Como tais indivíduos usam e se apropriam de áreas, equipamentos e outros elementos públicos ou coletivos que compõem o espaço urbano? É possível construir e manter milieus socialmente homogêneos em espaços diversamente ocupados?
- Em que medida distâncias sociais entre grupos sociais diferentes se mantêm expressivas quando se constatam distâncias físicas significativamente pequenas entre eles? Por que em diversas ocasiões - e a experiência comum da vida urbana revela isso - aquilo que a psicologia social chamou de propinquidade espacial parece ser insuficiente para a formação de vínculos sociais significativos entre indivíduos socialmente distantes?

Nesse sentido, ao longo dessa pesquisa lançaremos luz sobre os modos através dos quais grupos sociais privilegiados constroem territórios nos espaços urbanos de forma a garantir o controle sobre sua reprodução social. Ou seja, nos debruçamos sobre a forma como aqueles que possuem maior acesso a recursos em geral - enquanto grupo

caracterizado por tal acesso - controlam suas condições de vida e, nessa esteira, também controlam suas experiências espaciais e sociais, materiais e simbólicas, em meio a cidade diversas, Distâncias físicas enquanto estratégias de controle se mostram subvertidas pela natureza de densidade da heterogeneidade urbana e colocam em relevo o fato de que estratégias tão eficientes quanto afastamentos e muros se desdobram no processo de construção social da realidade urbana, dividindo as cidades no mundo das ideias e na prática em campos, círculos, esferas, tribos, cenas ou o que quer que represente uma multiplicidade de microcosmos sociais. Dessa forma, tentamos tomar como objetos os milieus das classes dominantes na cidade, considerando-os como seus contextos cotidianos e práticos de reprodução enquanto seres sociais que podem ou não ser espacialmente muito bem delimitados sob a forma de áreas específicas. Concebemos tais milieus como manifestações de territórios de classe e nos debruçamos também sobre a função estruturante de tais territórios sobre as práticas socioespaciais orientadas por valores e discursos - princípios de di-visão do mundo - sobre a cidade enquanto objeto e meio espacial, social e político de percepção e ação. De modo mais geral e direto, podemos sintetizar que investigamos as formas de reprodução prática da segregação urbana, entendendo que estamos diante de um processo de exercício de poder por parte dos grupos sociais que se beneficiam dela. E perseguimos essa investigação sem nos restringir a escalas espaciais específicas de observação, descrição e análise, tensionando a estaticidade de representações de divisão do espaço.

Ao longo da nossa discussão demonstraremos que se pretendemos nos afastar de uma naturalização da experiência urbana da cidade dual, não aceitando que o fenômeno da segregação urbana se limita aos padrões de fragmentação em áreas de concentração de pobreza e de riqueza, ou mesmo de concentrações diferenciais no espaço de outras categorias a partir das quais observamos divisões sociais, é preciso um esforço teórico amplo de nomear fenômenos relacionados, mas muito diferentes. Nosso diálogo com a literatura, portanto, deve retornar ao fundamental. Devemos iniciá-lo endereçando o antigo "problema substantivo do que se quer dizer com segregação" (WHITE, 1983, p. 1009). Assim podemos expor as potencialidades e limites que o conceito instável de segregação oferece. E assim podemos demonstrar sua produtividade em orientar a investigação daquilo que tomamos como objeto geral de investigação: as diferentes formas de articulação entre distâncias sociais e físicas no espaço urbano.

2.2. TRANSLAÇÃO TEÓRICA EM TORNO DA SEGREGAÇÃO: SITUANDO AS IDEIAS NO CAMPO

2.2.1. A distensão do conceito de segregação: entre concepções restritas e ampliadas

Inevitavelmente, a questão da relação entre distâncias sociais e distâncias físicas no espaço urbano imediatamente nos direciona para a ideia de segregação socioespacial. Quando pensamos na ordenação social e espacial das cidades, nos usos e apropriações não aleatórias dos espaços urbanos por grupos sociais diferentes; quando pensamos em hierarquias sociais relacionadas a tais ordenações não aleatórias; e, sobretudo, quando pensamos na separações em termos de socialização e diferenças de acesso a recursos entre tais grupos relacionadas a distâncias e barreiras físicas, frequentemente evocamos a ideia de segregação. Estas ideias são relacionadas, mas não descrevem a mesma coisa.

O uso indiscriminado do termo segregação na literatura científica e na linguagem leiga demanda reflexão cuidadosa. É necessário precisar se estamos endereçando formas específicas de segregação (seja pela especificidade das suas características sociológicas e/ou geográficas) ou se estamos recortando analiticamente aspectos específicos da segregação enquanto fenômeno socioespacial complexo. Uma revisão histórica e um mapeamento das diferentes definições e operacionalizações do conceito no seio dos estudos sobre segregação constitui um trabalho acadêmico em seu próprio próprio direito. Este não é o nosso objetivo, mas se pretendemos operacionalizar esse conceito com a devida vigilância epistemológica, é imprescindível definir minimamente os contornos das ideias fundamentais que alimentaram a concepção de segregação residencial como um tema de investigação central nos estudos urbanos, assim como os contornos das ideias que tensionam e colocam em cheque essa concepção tradicional de segregação. Se a ideia de segregação se abre como a temática que abriga nossa problematização sobre o espaço urbano, não devemos fugir da reflexão detalhada sobre os potenciais e limites que esse tema nos oferece.

É importante ressaltar que o fenômeno da segregação é um tema antigo e que goza de especial importância no campo dos estudos urbanos. Pode-se dizer até mesmo que é uma questão fundacional dessa seara das ciências sociais e geográficas. Muito embora o urbanismo como campo do conhecimento moderno remonte às intervenções e

princípios do planejamento e desenho urbanístico na Europa no século XIX, investigações científicas sistemáticas sobre a configuração socioespacial das cidades, i.e., sobre as formas e razões pelas quais as cidades apresentam as configurações sociais e espaciais que apresentam, só foram bem organizadas a partir das primeiras décadas do século XX. Mesmo que atualmente o pioneirismo de trabalhos realizados por Kohl ou por Engels já no século XIX[1] sejam reconhecidos na literatura, ainda é consenso na história das ideias sociológicas a atribuição do mérito de fundação do campo específico da sociologia urbana e, mais especificamente, da formulação do conceito de segregação, à primeira geração da Escola de Sociologia de Chicago, responsável pela popularização da tradição da Ecologia Humana, entre as décadas de 1910 e 1930, nos Estados Unidos (EUA).

As cidades que explodiram demograficamente nos EUA a partir de meados do século XIX foram caracterizadas não só pela densidade demográfica gerada pela industrialização e urbanização, mas também pela notável divisão de seus espaços intraurbanos em áreas socialmente muito contrastantes. Tais contrastes na sociedade urbana estadunidense não se expressavam apenas em termos de condições econômicas e materiais de existência, mas especialmente em termos de diferenças étnicas e culturais geradas pela diversidade da migração intra e internacional. Foi nesse contexto, marcado

[1] Em meados do século XIX já existiam esforços de investigação sobre dinâmicas geográficas e sociais da urbanização que se desenvolvia, literalmente a pleno vapor, especialmente no norte global, onde a industrialização teve precedência. Na década de 1840, por exemplo, o geógrafo e historiador alemão Johann Georg Kohl publicou *Der Verkehr und die Ansiedlungen der Menschen in ihrer Abhängigkeit von der Gestalt der Erdoberfläche*, onde propõe o que é amplamente reconhecido como o primeiro modelo de segregação residencial do espaço urbano, baseado em observações das cidades pré-industriais europeias continentais. Kohl tentou expor matematicamente uma tendência à organização espacial radial em círculos concêntricos das cidades, onde a elite ocupa o centro - lugar de acúmulo de infraestrutura e prestígio - e as camadas mais pobres círculos progressivamente mais afastados. Naquela mesma década, em contraponto, Friedrich Engels (1975) realizou seu célebre trabalho: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Ali ele também observou e descreveu transformações no espaço urbano de Manchester, que naquele momento, como aponta Peter Hall (1998), despontava como a primeira grande cidade industrial do mundo. A rápida industrialização em torno da produção têxtil na região deu ignição a um explosivo crescimento desordenado da cidade, acarretando na concentração de precárias condições habitacionais em cortiços para a massa proletária em torno de pólos industriais no centro. Em resposta, houve um movimento de mudança de residência das elites dos centros para subúrbios mais amenos. Engels, observando a industrialização capitalista em seu berço, no mesmo período em que Kohl registrava padrões urbanos pré-industriais europeus, nos deu evidência em primeira mão da relação entre reordenação do espaço urbano e a reestruturação produtiva e civilizacional do capitalismo industrial. Algumas décadas mais tarde, em textos publicados entre 1872-73, coligidos na coletânea *Sobre a questão da moradia*, Engels (2015) debate com o "socialismo burguês" sobre o déficit habitacional, que então já se conformava como um grave problema social na Alemanha em urbanização, e tenta demonstrar o nexo entre a escassez de moradias, a precarização das condições de habitação nas cidades e as relações de produção capitalistas. Esse é, possivelmente, o primeiro esforço marxista dirigido para a compreensão da produção capitalista do espaço urbano.

pela preocupação com o problema da desintegração social nas cidades, que a ideia de segregação surgiu no âmbito da Ecologia Humana como uma problemática sociológica específica.

Em torno da questão fundacional dos ecologistas humanos sobre a relação entre a divisão social do espaço urbano e a divisão espacial da sociedade urbana desenvolveram-se diversas investigações sobre os padrões, causas e efeitos da segregação no campo interdisciplinar dos estudos urbanos ao longo de todo o século XX e até os dias de hoje. A necessidade de compreender a sociedade urbana industrial moderna estimulou não só análises sobre as novas formas de sociabilidade e organização social tipicamente urbanas (temas essenciais nos debates sobre a modernidade desde meados do século XIX, que não foram ignorados por Simmel, nem inteiramente ignorados por Weber, Marx ou Durkheim), mas também diversos estudos sobre padrões socioespaciais de configuração das cidades, uma vez que a necessidade de administrar as cidades demandava urgentemente tal conhecimento para subsidiar o planejamento urbano em bases geográficas para a organização logística de políticas públicas.

Traçando paralelos naturalistas com o campo da ecologia e com a geografia física, operacionalizando técnicas cartográficas de espacialização de dados estatísticos que revelavam padrões socioespaciais de uso e ocupação do solo, a primeira geração da Escola de Sociologia Chicago sistematizou e popularizou uma concepção ecológica do espaço urbano como um mosaico de áreas funcional e socialmente diferentes. A partir dessa concepção, aparentemente autoevidente, mas historicamente produzida, diversos estudos ainda trabalham identificando - ou assumindo como configurações dadas - padrões morfológicos de ordenação socioespacial das cidades. O posterior desenvolvimento epistemológico e metodológico das análises sociais e espaciais transformaram a ideia original de áreas naturais da Ecologia Humana, evoluindo para uma concepção menos naturalista de áreas sociais. No entanto, a raiz ecológica de concepção do espaço urbano à semelhança do espaço natural, ordenado em diferentes biomas justapostos, permanece como base da concepção da ideia de segregação urbana, trate-se de análises espaciais quantitativas de descrição minuciosa da configuração socioespacial das cidades ou de análises sociológicas qualitativas aprofundadas de

estudos de vizinhança ou comunitários, que tomam áreas ou subáreas representativas destas como recortes de análise.

Apesar da importância desse consenso ontológico em torno da cidade dividida em áreas como base de problematização, a vasta bagagem acumulada em um século de estudos sobre segregação produziu uma diversidade de definições e de operacionalizações do conceito. E isso se refletiu em uma diversidade de formas de concepção, representação e mensuração do fenômeno da concentração diferencial de grupos sociais no espaço, contribuindo para a elasticidade da ideia de segregação no meio acadêmico. Adicionalmente, conforme a própria sociedade adota e transforma reflexivamente ideias do campo científico para descrever, entender e incidir sobre si mesma, o uso corrente do termo no âmbito do senso comum também contribui significativamente para a polissemia e imprecisão do conceito de segregação.

De modo muito geral, tanto no discurso leigo quanto no discurso científico, apesar de significativas divergências teóricas, a ideia de segregação com frequência toma uma das seguintes formas descritas abaixo. Embora relacionadas, essas formas não podem simplesmente ser tomadas como definições intercambiáveis entre si, uma vez que designam alternadamente um estado ou configuração geral das cidades, um processo socioespacial de ordenação das cidades ou um atributo de elementos sociais ou espaciais ordenados nas cidades.

1) Frequentemente evoca-se a segregação como uma descrição do estado de desigualdade social que se expressa de forma perceptível no arranjo espacial e na paisagem construída das cidades. Vivemos em cidades em que, inegavelmente, coexistem justapostas ilhas de concentração espacial de afluência e miséria, e apontamos para tal configuração socioespacial desigual como um estado ou condição dos espaços urbanos como um todo. Concebe-se, assim, a ideia de segregação como configuração geral ou como característica das cidades, marcadas por contrastes socioespaciais;

2) Frequentemente também se atribui a tal configuração socioespacial desigual efeitos causais sobre a própria desigualdade entre os indivíduos e grupos sociais que habitam as cidades, de modo que o termo segregação é utilizado como uma espécie de sinônimo urbano para a dinâmica socioeconômica sistêmica em que “os ricos ficam mais ricos e pobres ficam mais pobres”, associada aos acessos desiguais a recursos

necessários para reprodução material e social. Estes recursos e, mais especificamente, estes acessos assimétricos se concretizam e se espacializam diferencialmente nas cidades. Desse modo, percebe-se com muita clareza como processos de reprodução de desigualdades sociais também são processos de reprodução de desigualdades na ocupação, uso e apropriação do espaço das cidades. Concebe-se assim a ideia de segregação como um processo de reprodução das condições sociais e espaciais desiguais das realidades urbanas.

3) Também é usual a mobilização do termo como um atributo de localizações geográficas, ou mesmo de grupos ou indivíduos mais diretamente associados a tais lugares na condição de habitantes ou usuários, qualificando como segregados os elementos - lugares ou agentes - que apresentam características que revelam sobre si o acúmulo e as consequências das desigualdades que percebemos operar nas cidades. É comum se referir a uma comunidade pobre que habita a periferia de uma cidade - ou ao espaço que ela habita, como uma favela - como sendo segregada. Enfatiza-se, assim, muito mais a condição de exclusão social do que de exclusão espacial. Por vezes, a mesma lógica é utilizada para apontar como segregação a condição excludente de uma comunidade de residentes de um condomínio fechado de alto padrão, por exemplo, endereçando como segregada a comunidade que concentra atributos de afluência e privilégios, como a exclusividade social de acesso a recursos ou a distância de problemas sociais urbano. Nesse sentido, a segregação é entendida como um atributo socioespacial, frequentemente como um sinônimo da condição de exclusão ou de exclusividade. Concebe-se, assim, a ideia de segregação como qualificação de lugares, comunidades, grupos ou mesmo indivíduos no interior das cidades.

Em comum, todas essas concepções de segregação se referem em alguma medida a questões de desigualdades e exclusões sociais, assim como ao modo como formações sociais e espaciais se articulam nas cidades inevitavelmente afetadas por tais processos. Essa interseção de sentido entre as concepções, no entanto, não nos oferece especificidade suficiente. Não devemos simplesmente tomar a ideia de segregação como mera expressão espacial de desigualdades sociais. Na melhor das hipóteses, essa interseção nos revela apenas o núcleo central da ideia de segregação enquanto uma espécie de “noção-valise” (SPOSITO, 2018): um centro de massa temático em torno do qual gravitam uma gama de questões sobre a problemática indiscutivelmente complexa

da relação entre a configuração espacial das cidades e as desigualdades sociais que a atravessam.

Nessa galáxia conceitual em torno da relação entre ordenação e uso do espaço e assimetrias sociais, duas concepções diferentes do termo devem ser consideradas com especial atenção. Por um lado, é especialmente importante a concepção restrita da problemática da segregação residencial. Tradicionalmente os estudos urbanos optaram por recortar como objeto o aspecto mais facilmente observável e, discutivelmente, mais relevante da diferenciação social no e do espaço urbano a partir das desigualdades no uso habitacional do solo. Por outro lado, também é importante dissertar sobre uma concepção ampliada da ideia de segregação com pretensão de objetivar todo padrão de diferenciação socioespacial (incluindo padrões de mobilidade, de redes sociais, de ocupação dos espaços públicos, por exemplo), considerando configurações de separação e exclusão social a partir de diferentes formas de desigualdade, contemplando diferentes escalas espaciais de análise (do hiper-local ao regional), e alcançando o extremo da ideia de segregação individual enquanto problemática. No limite, essa concepção ampliada corre o risco de equiparar a ideia de segregação à toda forma de diferenciação social do, no e através do espaço. Sem um princípio organizador que ordene toda forma de diferenciação do espaço como expressão de um fenômeno específico, elimina-se completamente qualquer utilidade do conceito, que sequer funcionará adequadamente como descrição do que quer que seja em meio à heterogeneidade das cidades.

Esses dois polos de concepção que distendem a ideia segregação urbana devem ser discutidos em detalhes separadamente. Veremos que, por um lado, a concepção restrita de segregação residencial é baseada em uma abordagem ecológica substancialista dos fenômenos socioespaciais, favorecendo a análise das configurações morfológicas, das distâncias físicas e de categorias sociais como base para compreensão da diferenciação e distanciamentos sociais nas cidades. Por outro lado, veremos que a concepção ampliada de segregação, que permite a consideração multifacetada das formas de distanciamento social no espaço, é melhor embasada por uma ontologia relacional dos fenômenos socioespaciais. Praticar a vigilância epistemológica demanda avaliar em que medida essas duas concepções são ferramentas úteis para compreender nossa problemática específica: a forma como as elites reproduzem distâncias físicas e sociais em seu favor no processo de produção social do espaço urbano.

2.2.2. A segregação residencial e o paradigma substancialista do mosaico urbano

Quando falamos em segregação residencial, de modo geral nos referimos ao processo de diferenciação residencial (TIMMS, 1971), ou seja, ao processo específico de ocupação não aleatória por diferentes grupos sociais de áreas distintas para fins habitacionais no interior das cidades e regiões metropolitanas - sendo tais grupos definidos por determinadas categorias de classificação sociológica (e.g., renda, etnia, religião). É o fenômeno de diferenciação residencial que se tenta descrever com a definição bastante usual de segregação como a organização do espaço urbano em áreas internamente homogêneas e externamente heterogêneas socialmente.

Reduzir o escopo do fenômeno de diferenciação social no espaço urbano ao seu uso residencial permite uma operacionalização mais precisa do conceito de segregação e proporciona uma orientação mais clara para a análise empírica, restringindo a ideia de segregação à separação espacial de grupos, mas mesmo assim essa escolha ainda envolve um desafio teórico e metodológico. Pode ser analiticamente conveniente separar o fenômeno da segregação em segregação social e segregação espacial, mas não devemos ignorar que resultados variáveis de acordo com decisões de categorizações sociais sobre as quais se constroem diferenças, assim como de acordo com decisões de recortes espaciais em termos de escopo e unidades de análise, se somam ao fato de que é impossível determinar que distâncias físicas e distâncias sociais são coextensivas, ou seja, que existe equivalência entre distâncias espaciais e distâncias sociais entre indivíduos. É autoevidente que distâncias físicas e sociais influenciam-se mutuamente em alguma medida, mas considerar distâncias físicas como proxies de distâncias sociais é sobretudo uma conveniência analítica dada a possibilidade de objetividade para o observador que tenta apreender a ordenação de divisões sociais no espaço. Não faltam exemplos nas nossas cidades contemporâneas de casos de significativa distância social em situações de proximidade física (tal como condomínios de luxo rodeados por extensas favelas ou pequenas favelas remanescentes em áreas nobres no Brasil); assim como sabemos que não faltam exemplos de casos em que se verifica proximidade social apesar de grandes distâncias físicas, por exemplo, em consequência da intensificação das tecnologias de mobilidade e comunicação, responsáveis por mitigar o isolamento[2]

[2] Park (1967) concebe a ideia de mobilidade, inspirado em W. I. Thomas, como uma noção oposta à de isolamento. A maior mobilidade de um indivíduo se refere não apenas à sua capacidade de se mover

dos indivíduos e por diminuir o peso da propinquidade espacial como fator de determinação de vínculos sociais e acesso a recursos (tal como a suburbanização das classes médias baseada no uso de automóveis particulares ou mesmo o fenômeno do modelo de trabalho remoto, que possui a capacidade de descentralização em escala regional de mercados de trabalho).

Apesar das dificuldades que subjazem à aparente simplicidade dessa concepção restrita de segregação, é inegável a relevância do fenômeno da diferenciação residencial, o que justifica a particular concentração de investigações em torno desse tema. Como ressalta Sako Musterd (2020, p.7):

> Segregation is frequently addressed as a residential phenomenon. Most studies, in particular 'classic' studies rooted in the School of Human Ecology, have limited their analyses to the residential sphere (...). This is understandable, since place of residence is a domain where many people, especially children, the elderly and those with part-time jobs or without a job, spend most of their daily time. This domain therefore has a relatively big impact on the quality of life of individual households. This impact was particularly significant up until the mid-twentieth century, when the possibilities for personal mobility started to explode; yet residential segregation has in fact remained highly relevant until today. As a result, this domain has received the most attention – in practice and in research [...]

Intimamente vinculada à relevância do fenômeno da segregação residencial está a relevância do fenômeno da vizinhança. Apesar de pouco objetivo, o conceito de vizinhança possui inestimável valor heurístico para os estudos urbanos. Desde as origens da agenda de pesquisa em torno da segregação no âmbito da Ecologia Humana o conceito de vizinhança é um tema endereçado pela sociologia urbana, entendido como uma unidade factual da vida urbana e da lógica de organização socioespacial das cidades, uma unidade que emerge naturalmente como uma formação social e como fator socialmente produtor no desenvolvimento de contextos urbanos. Em sua defesa da validade do planejamento urbano em torno da unidade da vizinhança, Lewis Mumford

---

fisicamente pelo espaço e de acessar com mais facilidade e velocidade localizações mais distantes, mas também à capacidade do indivíduo de acessar informação e de interagir de forma mediada com outros distantes. De modo geral "mobilidade em um indivíduo é medida não meramente pela mudança de localização, mas pelo número e variedade de estímulos aos quais o indivíduo ou a população respondem" (ibid., p.17) Trata-se de uma noção que oferece ricas possibilidades de reflexão para os estudos acerca dos processos de territorialização em rede contemporâneos. Podemos admitir, por exemplo, que um indivíduo mais ou menos territorializado nos termos em que pensa Haesbaert (2004) é um indivíduo mais móvel ou mais isolado nos termos de Park. As relações entre segregação e mobilidade e segregação e entre estas ideias e territorialização serão discutidas mais à frente.

(1954, p. 257-258) argumenta que a formação de vizinhanças é um fenômeno que "naturalmente" e historicamente se manifesta como parte do fenômeno urbano, independente das cidades capitalistas particularmente divididas em classes sociais:

> Whether it is possible for a city, be it planned or not, to escape some sort of definition or at least local coloring by neighborhoods is problematic. (...) In a rudimentary form neighborhoods exist, as a fact of nature, whether or not we recognise them or provide for their particular functions. For neighbors are simply people who live near one another. To share the same place is perhaps the most primitive of social bonds, and to be within view of one's neighbors is the simplest form of association. Neighborhoods are composed of people who enter by the very fact of birth or chosen residence into a common life. Neighbors are people united primarily not by common origins or common purposes but by the proximity of their dwellings in space. This closeness makes them conscious of each other by sight, and known to each other by direct communication, by intermediate links of association, or by rumor. In times of crisis, a fire, a funeral, a festival, neighbors may even become vividly conscious of each other and capable of greater cooperation; but in origin, neighborliness rests solely on the fact of local cohabitation. (...)
>
> At all events, neighborhoods, in some primitive, inchoate fashion exist wherever human beings congregate, in permanent family dwellings; and many of the functions of the city tend to be distributed naturally- that is, without any theoretical preoccupation or political direction - into neighborhoods. (...) Neighborhood grouping, around certain common domestic and civic facilities, is complementary to another form of grouping, likewise ancient, in occupational association or zones, by means of which professions or industries of the same sort tend to form well-defined precincts (...)

De fato, evidências antropológicas e arqueológicas sugerem que formas de divisão residencial e funcional sempre se manifestaram nas cidades, muito antes do desenvolvimento da urbanização capitalista produzir de modo característico uma ordenação das cidades marcada pela divisão no espaço em grupos de renda. Indícios apontam que mesmo nas mais primitivas manifestações do fenômeno urbano conhecidas pela ciência contemporânea, as cidades já se configuravam como mosaicos de ocupação residencial associados a alguma forma de diferenciação social. Graeber e Wengrow (2022), por exemplo, revisam uma vasta coleção de evidências que contradizem a tese de que as origens da urbanização se associam às origens da divisão social do trabalho e centralização de poder econômico e político que criou as bases do Estado e, consequentemente, também as condições de possibilidade da organização socioespacial das primeiras aglomerações urbanas. Os autores coligem indícios de que

as formações urbanas primevas eram desprovidas do poder central organizador do Estado. Mas, ainda assim, os autores observam que nesses primórdios da urbanização descentralizada politicamente, há indícios que revelam que pareciam ocorrer formas de divisões residenciais em vizinhanças e divisões funcionais do uso do solo.

Corrêa (2018) enfatiza que o espaço urbano, em qualquer tipo de sociedade, é caracterizado por ser fragmentado, ou seja, apresenta áreas que se distinguem pelo seus conteúdos econômicos e sociais, pelo arranjo espacial de suas formas, sua paisagem, e, mais importantemente, pelos processos e dinâmicas que produzem, reproduzem ou transformam tais áreas. Essa fragmentação implica também na vivência, percepção e representação de tais áreas de forma distinta pelos diferentes grupos sociais que vivem dentro e fora delas, de modo que a fragmentação do espaço urbano se constitui "em realidade, em uma complexa fragmentação que é simultaneamente objetiva e (inter)subjetiva" (ibid., p. 39). Ou seja, apesar da diversidade de fatores que influenciam os padrões de diferenciação residencial em diferentes contextos urbanos, há um nexo mutuamente reprodutivo entre a distribuição diferencial de pessoas e atividades no espaço, que pode ser avaliado tanto pela observação de diferentes condições objetivas de existência de unidades domésticas, assim como pelo distanciamento de experiências de socialização dos indivíduos, de suas percepções do e ações no mundo. Nesse sentido, Musterd (2020, p.2) complementa:

> Collective outcomes of individual behaviour, whether driven by individuals themselves or by structural forces in wider global, economic and political settings, tend to produce certain levels of inequality, which in their turn impact certain types of spatial segregation. Although there would seem to be a general tendency for households to segregate themselves from one another based on a range of demographic, socioeconomic and cultural differences (...), this tendency also appears to be firmly affected by historical place specific legacies in different contexts, as well as other contextual factors. In this regard, it is important to state that the relationship between households and their environment is mutual: households shape their environment, while environments trigger certain household behaviours.

Mais do que apenas descrever e representar a diferenciação residencial, historicamente os estudos urbanos enfatizaram a relação mutuamente produtiva entre vizinhança e agente social (seja este agente o indivíduo, a família, o grupo ou classe social). Essa relação meio/agente jaz na raiz das concepções ecológicas substancialistas de cidade, considerando não apenas o meio social [milieu] mas também a sua

espacialidade no contexto urbano, admitindo uma correlação entre posicionamento social e posicionamento no espaço, assim como a objetividade da unidade da vizinhança enquanto fenômeno socialmente produzido e socialmente condicionante.

A ideia de área natural, formulada originalmente no contexto da Escola de Sociologia Chicago, embora tenha posteriormente desaguado no conceito epistemologicamente mais maduro de áreas sociais, estabeleceu as bases para um modo de concepção e representação do espaço urbano que atravessa abordagens teóricas e metodológicas muito divergentes como um consenso ontológico que as coloca em um mesmo campo teórico. Se por um lado ecologistas entendem que a segregação é um processo de distribuição da população conforme fatores ecológicos - como a divisão e especialização do trabalho, a diferenciação e a competição - e fatores sociais - como a cooperação, proximidades socioculturais e afinidades vocacionais e morais - operam como princípios ordenadores do espaço urbano, aglomerando indivíduos em áreas que adquirem o "caráter" de seus habitantes, configurando vizinhanças que, por sua vez, se tornam elementos que determinam socialmente os grupos que abrigam; por outro lado, marxistas entendem que são os processo de produção capitalista do espaço urbano e de reprodução da força de trabalho que determinam a localização de indivíduos em áreas residenciais distintas nas cidades, socialmente caracterizadas e diferenciadas, de modo que a segregação está relacionada não só ao processo de reprodução das relações de classe capitalistas e da dominação material, política e ideológica burguesa por meio do controle econômico da iniciativa privada e do controle do Estado, mas também ao próprio processo de formação e reprodução econômica, política e cultural de classes sociais em si.

Apesar da diferença absoluta em termos teóricos entre essas duas importantes abordagens, a definição de Manuel Castells (1983, p. 210) em *A questão urbana*, obra seminal para os estudos urbanos marxistas, de segregação como "a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade não só em termos de diferença, como também de hierarquia", não é tão distante da concepção de Robert Park (1971, p.9) sobre a organização de áreas naturais da cidade como resultado do processo de segregação, entendendo que existe correspondência entre movimento e posição espacial e social, observando que

> The point is that change of occupation, personal success or failure—changes of economic and social status, in short—tend to be registered in changes of location. The physical or ecological organization of the community, in the long run, responds to and reflects the occupational and the cultural. Social selection and segregation, which create the natural groups, determine at the same time the natural areas of the city.

A essa concepção em comum sobre o urbano, que cria uma unidade ontológica entre abordagens teoricamente distintas, nos referimos como o paradigma ecológico do mosaico urbano. Trata-se de uma concepção centrada 1) no fenômeno da diferenciação residencial e da espacialização diferencial do acesso a recursos de reprodução social em áreas distintas da cidade por grupos em diferentes posições ou condições sociais; 2) em ontologias sociais e espaciais substancialistas, que concebem que os fenômenos observados - coisas (e.g., o espaço, a vizinhança) e agentes (e.g., indivíduos, classes) que inter-agem - são entidades monádicas, delimitáveis e que possuem atributos mensuráveis através do uso de métodos adequados, em detrimento da ênfase na relação entre interagentes, que emergem e se caracterizam em função das suas relações; e 3) na importância da base do sistema socioespacial urbano organizado em áreas-unidades que mantém relações estruturadas entre si, i.e., na ideia de estrutura urbana, que é tomada como objeto de análise.

2.2.2.1. As fundações ecológicas do paradigma ecológico do mosaico urbano

É útil dissertar sobre o paradigma ecológico do mosaico urbano compreendendo melhor a sua radicalidade no conceito de áreas naturais desenvolvido pela Ecologia Humana Clássica, cuja base ontológica posteriormente foi transposta para o conceito de áreas sociais, que até hoje sustenta o que a literatura define muito vagamente como a abordagem da Ecologia Fatorial. Esse retorno às origens da problematização do fenômeno da diferenciação da cidade em vizinhanças nos ajudará a assimilar o potencial e as limitações do recorte específico da segregação residencial como processo social de ordenação do espaço urbano independentemente das diferentes abordagens teóricas e metodológicas específicas sobre seus padrões, causas e efeitos. Mais do que compreender se uma leitura marxista ou ecológica humana são mais adequadas para

explicar processos de diferenciação residencial, devemos compreender como a ideia da inter-relação entre agente social e seu meio espacial ocuparam um lugar central na descrição e interpretação das desigualdades e conflitos por recursos como fatores relevantes de determinação não só do espaço, mas do fenômeno urbano de modo geral.

2.2.2.2. As origens da segregação como problema e agenda de pesquisa social: perspectiva da Ecologia Humana Clássica de Robert Park

Em 1915, Robert Park (1967) publicou o ensaio *The City: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment*[3], considerado a pedra angular da Ecologia Humana Clássica e dos estudos de caso de vizinhanças realizados pela primeira geração de sociólogos da Escola de Chicago. Nesta "espécie de manifesto ou roteiro de estudos" (VELHO, 1967, s.p.), é delineada por Park uma eclética abordagem sociológica para o estudo das dinâmicas de organização socioespacial das cidades e dos processos de socialização em seu interior como um objeto unificado, mas analiticamente separado. O programa proposto por Park (2019, p.47) costura influências intelectuais aparentemente contraditórias de seu tempo, mas que se coordenam em um quadro teórico inteiramente construído em torno da ideia da cidade como um "laboratório ou clínica na qual a natureza humana e processos sociais podem ser convenientemente e produtivamente estudados" e em busca da compreensão da inter-relação reprodutiva entre o indivíduo e seu meio na modernidade urbana.

É preciso dissipar "fatos míticos" que se acumularam ao longo do processo de herança intelectual das ideias de Park e que simplificaram a riqueza do seu programa de pesquisa como a mera aplicação da racionalidade ecológica para a análise social (COLIN, MAINES, BRIDGER, 1996). A questão da relação intrínseca entre indivíduo, comportamento e meio não foi abordada pelo autor a partir da transposição cientificista ingênua dos princípios das ciências naturais para as ciências sociais. Segundo Coline Ruwet (2017, p. 202), comentadora da obra de Park, é fundamental compreender seu

[3] O texto original de Park (1915) foi publicado em 1915 e posteriormente republicado na importante coletânea *The City* (PARK, 1967), em 1925, atualmente considerada uma obra clássica das ciências sociais, onde alguns dos principais expoentes da primeira geração da Escola de Chicago publicaram textos seminais da sociologia urbana, tais como Burgess (1967) e McKenzie (1967).

pensamento a partir da posição teórica – e política – que permeia toda sua trajetória intelectual: o entendimento de que "as realidades sociais são resultado da interação entre pessoas – agindo no seio de grupos – e seus meios [milieus]; quando mudanças surgem nestes, as relações sociais são igualmente modificadas em retorno".

Como muitos pensadores sociais de seu tempo, buscando legitimar a sociologia como conhecimento científico empírico, Park formulou o programa da Ecologia Humana buscando inspiração e fundamentação em teorias ecológicas então inovadoras sobre a inter-relação adaptativa do comportamento de plantas e animais com o meio ambiente e sobre o sucesso e insucesso reprodutivo de espécimes e espécies em competição por recursos naturais mais ou menos escassos. No entanto, não devemos ignorar que o autor também incorporou ao programa de sociologia urbana da Escola de Chicago uma tradição sociológica que se construía nos EUA desde meados do século XIX, sob influências tais como a sociologia dos costumes de William Sumner, a sociofilosofia de Georg Simmel e, mais importantemente, da aplicação da filosofia pragmatista às ciências sociais, ideia perseguida por pensadores sociais igualmente importantes, tais como W. I. Thomas e G. H. Mead. Ao mesmo tempo que a Robert Park é atribuída a paternidade do programa da Ecologia Humana, seu trabalho também é entendido como um pilar da posterior edificação da corrente do Interacionismo Simbólico.[4]

É a partir da chave de leitura da integração entre o que o autor distingue como ecologia humana - que se debruça sobre as comunidades humanas como fenômenos materiais e espacialmente delimitados - e sociologia propriamente dita - que se debruça sobre a sociedade como fenômeno moral constituído através da comunicação - que o meio urbano e a sociedade urbana são construídos como objeto de análise. A cidade é concebida por Park como uma espécie de fenômeno total, dependente de dinâmicas materiais e simbólicas de reprodução social.

[4] Howard Becker (1996), por exemplo, aponta para a importância das obras de Simmel que foram frequentemente publicados pela *American Journal of Sociology*, primeiro periódico do campo da sociologia dos EUA, criado por Albion Small, fundador do departamento de sociologia da Universidade de Chicago em 1895. Assim como também aponta a importância do pensamento de Robert Park como um marco da sociologia estadunidense. O autor finaliza sua conferência sobre a Escola de Chicago proferida no Brasil deixando claro os marcos teóricos de sua "linhagem" intelectual: "antropologicamente falando, descrevi minha linhagem na seguinte ordem: Simmel, Park, Hughes, Becker."

> [A cidade] é algo mais que a agregação de indivíduos e conveniências sociais – ruas, prédios, luzes elétricas, bondes e telefones, etc.; algo mais, também, que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – cortes, hospitais, escolas, polícia e funcionalidades civis de variados tipos. A cidade é, preferivelmente, um estado mental, um corpo de costumes e tradições e de atitudes organizadas e sentimentos que inerem a esses costumes e são transmitidos com essas tradições. A cidade não é, em outras palavras, meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Ela está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, ela é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana. (1967, p. 1)

Esses diferentes aspectos do fenômeno urbano se inter-relacionam e interagem de forma mutuamente produtiva. Observando o princípio da relação recursiva entre indivíduo e meio - e ecoando uma influência não referenciada de Simmel (2014) e sua ideia da "tragédia da cultura"[5] - Park entende que a cidade como meio e o indivíduo como agente nela inserido se determinam mutuamente através da atuação das formas culturais autonomizadas que a cidade assume. Formas que a cidade incorpora como externalidade dos interesses e ações coletivas dos indivíduos e que, em retorno, passam a se impor e a formar, como forças objetivas externas, os habitantes que as produziram. Como o próprio autor sintetiza tal relação de recursividade:

> O fato é que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que *a cidade possui uma organização moral assim como uma física, e estas interagem de formas características de modo a moldar e modificar uma a outra*. É a estrutura da cidade que primeiramente

[5] Essa questão foi trabalhada ao longo de múltiplos ensaios, assim como na *magnum opus* de Simmel, *Filosofia do Dinheiro*, publicada aproximadamente no período em que Park frequentou seus cursos, em 1900, e finalmente foi sintetizada na concepção de tragédia da cultura. Simmel entendia que o homem se caracteriza enquanto tal ao se separar do mundo natural, criando um dualismo primordial entre sujeito e objeto, de modo que o indivíduo se encontra "diante" do mundo natural com que se defronta, luta, adapta, violenta e pelo qual é violentado, e assim produz a cultura (a arte, o direito, a religião, a técnica, a ciência, os costumes). A cultura adquire, por sua vez, forma cristalizada e autonomia peculiar, com a qual o homem passa a se encontrar igualmente confrontado e por ela é formado, uma vez que o "espírito" humano se torna ele mesmo objeto de produção humana a partir de tal relação de interação com seu meio de existência (SIMMEL, 2014). Em seu célebre *As grandes cidades e a vida do espírito*, sua tese acerca da cidade como contexto sociopsicológico objetivo de formação da personalidade e comportamento do homem moderno, é um exemplo de suas ideias em torno da autonomização da cultura objetiva sobre a subjetividade. Exemplificando a importância da sua abordagem sobre tal questão, e em particular a importância da cidade como objeto privilegiado de compreensão da sociedade moderna, temas legados para Park, Simmel (2013, p.311-312) abre o seminal texto sobre a cidade com a passagem: "os problemas mais profundos brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade da sua existência diante das superioridades da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida [...] Onde os produtos da vida especificamente moderna são questionados acerca de sua interioridade; onde por assim dizer o corpo da cultura é questionado sobre sua alma - como me parece ser o caso no que diz respeito às nossas grandes cidades -, a resposta precisa ser buscada na equalização promovida por tais formações entre os conteúdos individuais e supraindividuais da vida, nas adaptações mediante as quais a personalidade se conforma com as potências que lhe são exteriores."

> nos impressiona pela sua vastidão e complexidade. Mas *essa estrutura tem sua base, no entanto, na natureza humana, da qual é uma expressão*. Por outro lado, esta vasta organização que surgiu em resposta às necessidades de seus habitantes, *uma vez formada, se impõe sobre ele como um fato externo bruto, e os forma, por sua vez, de acordo com o projeto e interesses que incorpora*. (PARK, p.4, grifos nossos)

A interação entre os processos que Park distingue como ordenamento moral e ordenamento físico da cidade e sua relação com o fenômeno da segregação residencial é o ponto específico que nos interessa colocar em evidência. Compreender a sua proposta fundacional da sociologia urbana em torno da questão da segregação nos permitirá iluminar como o paradigma ecológico do mosaico urbano se formou no âmbito dos estudos urbanos como uma hipertrofia da perspectiva sobre processos supraindividuais e estruturais como instâncias de determinação do ordenamento socioespacial das cidades - notadamente sob a guisa de processos econômicos que agem como fatores de distribuição residencial de grupos e sob a forma como vizinhanças adquirem a qualidade de proxies de fatores determinantes de reprodução social. Consequentemente, essa hipertrofia implica na hipotrofia de perspectiva pragmática interacional que favorece a análise de práticas e interações sociais nas cidades enquanto instâncias em que se atualizam localmente e de forma situada os seus fatores condicionantes estruturais abstratos.

A abordagem ecológica clássica sobre a organização socioespacial das cidades toma como ponto de partida analítico a identificação de forças de influência resultantes da reprodução e transformação biótica e material da coexistência humana, enfatizando o caráter autônomo do fenômeno urbano enquanto um objeto-organismo que adquire "uma vida deveras própria" (PARK, 1967, p.4). A Ecologia Humana Clássica de fato admite, portanto, certo determinismo organicista e entende que há um limite para a possibilidade de transformações arbitrárias na configuração das cidades por agentes individuais, coletivos ou institucionais. Mesmo as ações interessadas e coordenadas de grandes agentes produtores do espaço - tais como os agentes do mercado imobiliário, o Estado, os movimentos sociais organizados, dotados de capacidade significativamente maior de transformação e, por isso mesmo, privilegiados como unidades sociais de análise pela economia política urbana - estão subordinadas à soma dos efeitos dos

processos ecológicos que operam sobre a comunidade urbana e seu meio, em uma dimensão mais profunda, natural, de determinação.

As dinâmicas de divisão e distribuição da população no espaço urbano, portanto, teriam raízes em fatores ecológicos específicos, forças sistêmicas que ultrapassam qualquer manifestação da volição humana, coletiva ou institucional, e que caracterizam a modernidade enquanto momento histórico de desenvolvimento. Fatores tais como o aumento e o adensamento demográfico que produzem as cidades como uma forma específica de comunidade; a competição por recursos entre agentes individuais e coletivos tendo a cidade como contexto e objeto de ação; a divisão e a especialização do trabalho gerada por tal competição e a consequente pulverização ocupacional e vocacional dos indivíduos; o acúmulo das influências de "simpatias e rivalidades", gostos e sentimentos pessoais, interesses e necessidades vocacionais e econômicas entre os indivíduos e grupos diferenciados pela especialização; e, finalmente, os processos naturais de seleção, adaptação, invasão e sucessão resultantes da interação competitiva por recursos, incluindo o espaço e a localização nas cidades.

No âmago de tais forças naturais - ou, melhor seria dito, naturalizadas - estão os princípios da competição e da adaptação, sob os quais "a cidade adquire uma organização e distribuição da população que não é nem projetada nem controlada" (ibid. p. 5), impondo até mesmo aos imperativos do contexto geográfico natural e ao conjunto de ações racionais do Estado, da iniciativa privada e dos movimentos sociais o "caráter" final da cidade. Embora os agentes coletivos ou individuais possuam a capacidade de transformação do seu meio, em última análise, eles estão sujeitos aos resultados ecossistêmicos e autonomizados da coleção de agências individuais coordenadas por princípios ecológicos estruturais.

Esse primado de princípios estruturais como ponto de partida para a compreensão da sociedade e do espaço urbano - ora subordinando a dimensão econômica a fatores bióticos, como o aumento e adensamento demográfico, ora subsumindo a ecologia a princípios econômicos, como a especialização funcional de atividades em função da competição - justificam muitas das críticas de cientificismo, conservadorismo e de naturalização de vieses filosóficos e políticos liberais direcionadas à Ecologia Humana Clássica. Entretanto, na teoria social originalmente proposta por Robert Park uma lógica mais robusta que um estruturalismo organicista

simplificado vincula esses princípios ecológicos às interações sociais como veículos dos processo de ordenamento físico e moral que produzem as cidades enquanto meios de existência humana, onde competem tanto quando coordenam-se os indivíduos, grupos e instituições.

Para a Ecologia Humana Clássica, a especialização das atividades econômicas, fruto do ciclo contínuo de competição-adaptação, é um processo ecológico que tem como resultado uma correspondente especialização de "vocações" e "personalidades". Tal especialização produz "tipos vocacionais", que incorporam interesses e necessidades econômicas específicas em função de suas atividades e experiências, formando o que o autor se refere como "grupos naturais", caracterizados por afinidades culturais de interesses e necessidades. Além disso, admitindo o fenômeno da transformação das formas de sociabilidade tradicionais para formas de sociabilidade especificamente modernas, em consonância com pensadores influentes dos primórdios da sociologia como Tönnies e Simmel, Park também concebe que a libertação do indivíduo dos constrangimentos morais e funcionais dos laços primários ou fortes favorece a expressão individual das excentricidades e idiossincrasias de personalidade reprimidas nas pequenas comunidades. Assim, emergem também "tipos temperamentais", definidos pela comunhão de gostos e sentimentos específicos, que encontram abrigo e estímulo na diversidade do modo de vida urbano. Esse modo de vida marcado pela impessoalidade, por laços fracos e interessados, pelo surgimento das massas urbanas e dos círculos sociais libertos dos estreitos horizontes geográficos e axiológicos das comunidades tradicionais permitem uma intensa pulverização sociocultural relacionada à especialização e fragmentação vocacional. Assim desenvolve-se nas cidades a lógica pervasiva de mediações de grandes distâncias sociais em contextos de aproximação espacial como um padrão de sociabilidade tipicamente urbano em que torna-se

> característico de uma cidade que pessoas de todos os tipos, as quais nunca se compreendem inteiramente, se encontrem e se misturem. O anarquista e o clubista, o padre e o Levita, o ator e o missionário, que tocam ombros na rua, vivem em mundos totalmente diferentes. Tão completa é a segregação das classes vocacionais que é possível viver em um isolamento quase tão completo como aquele de uma comunidade rural remota. (PARK, 1967, p.26)

Tal diferenciação social é a base do processo de uma correspondente segregação da cidade em "áreas naturais", que Park (1971, p.11) concebe como o "*habitat* dos

grupos naturais" e que se constituem nas unidades socioespaciais do ecossistema urbano. Conforme o autor esclarece essa relação:

> The main point, however, is that everywhere the community tends to conform to some pattern, and this pattern invariably turns out to be a constellation of typical urban areas, all of which can be geographically located and spacially defined. (PARK, 1971, p. 9)

Entretanto, conforme aponta Neckel (1997), ciente de que a racionalidade ecológica era insuficiente para explicar adequadamente a diversidade cultural no interior das cidades, Park recorreu à filosofia pragmatista para endereçar lacunas sociológicas da ecologia humana. É importante sublinhar que para Park a análise ecológica não eliminava a necessidade de considerar o fato de que os indivíduos participam de uma ordem moral e simbólica através da comunicação. A ordem cultural transcende a natureza e é o que distingue a sociedade, objeto da sociologia, da comunidade, objeto da ecologia. Como enfatizam Maines, Bridger e Ulmer (1996), na totalidade do pensamento de Park, a produção de consensos, tanto quanto a competição, é uma dinâmica fundamental para compreensão dos processos sociais e da ordenação socioespacial urbana.

Especificando que o objeto último da Ecologia Humana não são propriamente a divisão do espaço ou dinâmicas demográficas, mas as relações entre os indivíduos que constituem uma comunidade espacialmente delimitada, Park também concebe o que podemos apontar como um momento subjetivista de sua teoria social. Ele não só esclarece a irredutibilidade do social ao natural dado o aspecto comunicativo e moral da sociedade, como também aponta que é a ação, a tendência do indivíduo a agir, as atitudes, e não o indivíduo, que devem ser tomados como a unidade de análise sociológica:

> *Society, as John Dewey has remarked, exists in and through communication,* and communication involves not a translation of energies, such as seems to take place between individual social units, for example, in suggestion or imitation, two of the terms to which sociologists have at various times sought to reduce all social phenomena; but rather communication involves a transformation in the individuals who thus communicate. And this transformation goes on unceasingly with the accumulation of individual experiences in individual minds.
> If human behavior could be reduced again, as some psychologists have sought to reduce it, to a few elementary instincts, the application of the

> kinetic theories of the physical sciences to the explanation of social life would be less difficult. But these instincts, even if they may be said to exist, are in constant process of change through the accumulation of memories and habits. *And these changes are so great and continuous that to treat individual men and women as constant and homogeneous social units involves too great an abstraction. That is the reason why we are driven finally, in the explanation of human conduct and society, to psychology*. In order to make comprehensible the changes which take place in society it is necessary to reckon with the changes which take place in the individual units of which society seems to be composed. *The consequence is that the social element ceases to be the individual and becomes an attitude, the individual's tendency to act. Not individuals, but attitudes, interact to maintain social organizations and to produce social changes*. (PARK, 1971, p.13-14, grifos nossos)

As forças ecológicas não são, portanto, os únicos fatores em jogo no processo de formação e caracterização de grupos naturais e suas correspondentes áreas naturais no meio urbano. A ação e interação humanas podem ser coordenadas coletivamente por princípios ecológicos, mas de todo modo estão alicerçadas na comunicação, de forma que a própria competição por recursos se torna objeto da produção de significados compartilhados. Portanto, as áreas naturais - produtos de um processo de segregação que tem como forças produtivas objetivas e exteriores os processos de diferenciação, competição, seleção, invasão e sucessão - se configuram como unidades socioespaciais culturalmente características e distintas umas das outras pela influência de diferentes representações coletivas compartilhadas pelos grupos naturais de si, assim como dos outros grupos e áreas naturais que se constituem na cidade. Os indivíduos não se ordenam unicamente em função da competição por recursos e posições sociais que se traduzem em posições no espaço, mas também em função das representações que produzem, compartilham e revestem de sentido os seus contextos materiais de existência.

Com o adensamento populacional, a intensificação das diferenças sociais e o acúmulo histórico da vida social, a organização das cidades também se define pela soma do efeito de interesses, sentimentos, gostos e valores compartilhados que estabelecem não apenas proximidades e afinidades sociais, mas "distâncias morais" no seio da sociedade que também se expressam geograficamente. Como esclarece o autor sobre a relação entre a ordem moral e física da cidade:

> The point is that change of occupation, personal success or failure - changes of economic and social status, in short - tend to be registered in changes of

> location. The physical or ecological organization of the community, in the long run, responds to and reflects the occupational and the cultural. Social selection and segregation, which create the natural groups, determine at the same time the natural areas of the city. (PARK, 1971, p.11)

Com a tendência de correlação entre mudanças na estrutura social e mudanças na ocupação do espaço, as áreas naturais ganham sentido social conforme são apropriadas por grupos, adquirem "algo do caráter e qualidades dos seus habitantes", sendo "inevitavelmente manchadas com sentimentos peculiares de sua população", convertendo "meras expressões geográficas em vizinhanças, isto é, localidades com sentimentos, tradições e histórias próprias" (PARK, 1967, p.6, grifo nosso).

Na proposta original da sociologia de Park, a relação entre processos intersubjetivos e ecológicos é fundamental. Se fossem consideradas isoladamente, as dinâmicas ecossistêmicas reduziriam a interação social e o processo de segregação no espaço urbano a explicações utilitaristas organicistas. Essa interação de ordenamentos físicos e morais é o que produz, enfim, os diferentes microcosmos culturais das vizinhanças, as unidades sociais geograficamente delimitadas que também são pequenos mundos simbólicos que compõem o grande mosaico das cidades modernas.

Fica evidente que a abordagem de Robert Park é mais complexa do que uma simples transposição da ideia de sistemas biológicos ou behavioristas, resultantes da soma de comportamentos compreendidos como meras interfaces entre meio ambiente e disposições utilitárias dos indivíduos em competição por recursos. Contra um reducionismo naturalista, Park entende que os grupos sociais que se dividem na cidade, embora tenham como gênese as forças ecológicas de competição e diferenciação adaptativa, ao interagirem materialmente e simbolicamente, negociam convergências e divergências de interesses e necessidades, temperamentos e gostos, valendo-se de instrumentos de comunicação, de organização política e institucional, e assim produzem seus meios físicos e culturais de existência. De modo recursivo, tais meios condicionam os indivíduos, pois atuam como as condições objetivas e subjetivas em que os agentes se reproduzem material e culturalmente. Consequentemente, reproduzem também as próprias diferenças e divisões socioespaciais - ou melhor dito: a configuração de distâncias sociais e físicas - que segregam grupos e vizinhanças na cidade. Em uma passagem atemporal de The City (...), Park (1967, p.40) sintetiza com maestria a heterogeneidade organizada da cidade que emerge em função das mediações entre o que

podemos chamar de espaço social e o espaço físico: a cidade é um "mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram".

Desde as fundações de uma agenda de pesquisa sociológica urbana, portanto, foi teorizado sobre como a fragmentação do espaço urbano ocorre de forma a produzir unidades socioespaciais e culturais discretas sob a forma de áreas específicas. Unidades que são, por um lado, recortes geográficos que concentram espacialmente características socioeconômicas e materiais concretas, fenômenos ecológicos, mas que também são, por outro lado, províncias simbólicas da cidade, fenômenos interacionais e comunicativos de difícil circunscrição, usualmente endereçados através do conceito de vizinhança, conceito que possui muito mais valor heurístico do que de operacionalização empírica objetiva. A descontinuidade desses mundos simbólicos, no entanto, é notada - quando Park observa que indivíduos podem ser tão socialmente distantes que vivem mundos completamente distintos apesar de se encontrarem lado a lado - mas não é endereçada enquanto problemática relevante, subordinando tal fluidez à noção da justaposição fixa de áreas naturais e vizinhanças.

Mais importantemente, as bases ecológicas da sociologia urbana enfatizam a inter-relação entre meio físico e sociedade e a autonomização da cidade como sistema condicionante da reprodução social. Ao mesmo tempo em que a questão dos princípios explicativos de formação social de áreas naturais de vizinhanças se define como problema relevante, a questão da formação social do indivíduo ou grupo por tais unidades adquire igual importância. Não é por acidente que um importantíssimo fruto e legado metodológico da sociologia de Park foram os estudos de caso de vizinhanças e, posteriormente, os importantes estudos sobre efeitos de vizinhança na apreensão das desigualdades sociais nas cidades.

A dupla distância que caracteriza o fenômeno da segregação - a separação social e a separação física - impôs o duplo desafio de analisar a configuração socioespacial da cidade nesses dois eixos de diferença e, sobretudo, de elucidar a relação entre eles. Desde a obra fundacional da Ecologia Humana, Park concebeu que interagem uma dimensão ecológica estrutural e uma dimensão pragmática interacional nos processos de segregação. No entanto, a concentração espacial diferencial de grupos socialmente categorizados no espaço se mostrou como um objeto de análise empírica mais factível do que o grau, qualidade ou efeitos da interação social sobre a distribuição de grupos no

espaço. Isso privilegiou a produção de descrições, mensurações e explicações de processos de segregação tomando como objetos de análise unicamente as áreas socialmente caracterizadas, especialmente a partir do uso residencial do solo.

2.2.2.3. Áreas naturais e áreas sociais: a hipertrofia do paradigma do mosaico urbano entre a ecologia humana clássica e a ecologia fatorial

2.2.2.3.1. O conceito de Áreas Naturais: a hipertrofia do organicismo no seio da Ecologia Humana Clássica

Embora a ideia de áreas naturais tenha sido proposta em linhas gerais por Robert Park, a operacionalização e posterior refinamento do conceito foram méritos de outros sociólogos da primeira geração da Escola de Chicago, notadamente Ernest Burgess e Harvey Zorbaugh. Apoiando-se na concepção de segregação como um processo ecológico de formação de áreas naturais originalmente proposto por Park, esses autores fortaleceram a face ecológica da sociologia urbana estadunidense dos anos 1920 enfatizando as áreas da cidade como unidades de análise a partir de estudos morfológicos da estrutura urbana e da tipificação e identificação estatística dos elementos de tal estrutura.

Valendo-se da racionalidade da Ecologia Humana para interpretar dados socioeconômicos espacializados por técnicas cartográficas relativamente novas em seu tempo, Burgess (1967) realizou uma proposta de mapeamento, classificação e explicação da relação entre diferentes zonas na cidade de Chicago conforme as características socioeconômicas e étnicas de seus habitantes, tipologias habitacionais e usos do solo. Seu modelo de estrutura urbana em zonas concêntricas não foi apenas uma tentativa de representação da organização socioespacial das cidades a partir de dados sobre características e localizações de grupos sociais, mas foi um esforço pioneiro de explicação de uma lógica de configuração socioespacial e de previsão do crescimento das cidades a partir de princípios ecológicos.

Embora Park tenha dedicado esforços ao embasamento teórico da Ecologia Humana, empiricamente ele favoreceu estudos de caso de comunidades e vizinhanças e de nuances da sociedade urbana, realizando e supervisionando pesquisas qualitativas de campo que colocavam em relevo as idiossincrasias dos seus objetos recortados no

interior das cidades. Ernest Burgess, liderança de igual importância no âmbito da primeira geração da Escola de Sociologia de Chicago, favoreceu o uso do quadro teórico ecológico para identificar padrões de organização social do espaço urbano a partir de dados empíricos comparados sobre as diferentes áreas naturais que coexistiam em Chicago. Seu modelo de zonas socialmente e funcionalmente caracterizadas como ferramenta de compreensão do processo de urbanização é um marco no desenvolvimento de uma linha de pesquisa sociológica e geográfica centrada não apenas na representação, mas na análise e explicação preditiva da estrutura urbana a partir da sua morfologia. Ao tomar como objeto tipos ideais de áreas-unidades que formam a estrutura do espaço urbano e as relações entre tais tipos em sua configuração, a popularização e fortalecimento dessa linha de investigação morfológica foi um passo igualmente importante no fortalecimento do paradigma ecológico do mosaico urbano.

Sua obra popularizou a ideia de que as cidades apresentam formas típicas de ordenação socioespacial em áreas, estimulando a verificação da aderência do seu modelo a outros contextos e a produção de outras propostas de descrição e explicação da estrutura formal das cidades. Embora tais propostas pudessem se apresentar como contrapontos teóricos e metodológicos à Ecologia Humana, elas concordavam em um ponto fundamental com a abordagem de Burgess: a cidade é concebida como um sistema de áreas socialmente caracterizadas relacionadas e tais áreas são as unidades de análise objetivas para a compreensão das dinâmicas de transformação e crescimento da cidade como uma totalidade. A compreensão da estrutura morfológica do sistema urbano não só pretendia oferecer um instrumento de planejamento urbano para a alocação de recursos por parte do Estado e da iniciativa privada, mas também pretendia oferecer uma descrição clara do que seriam os resultados da influência dos princípios ecológicos estruturais, a partir da qual se poderia proceder com investigações empíricas sobre suas operações.

As ideias de Burgess foram tão influentes que, muito embora tenham sido extensivamente falseadas e superadas por modelos mais aderentes, mesmo no âmbito de estudos morfológicos, seu modelo continua sendo amplamente citado por razões históricas. É importante notar também que obras anteriores nesse sentido, como as de Kohl e Engels só foram reconhecidas em seu pioneirismo depois da influência de Burgess.

O trabalho de Harvey Zorbaugh acerca das áreas naturais frequentemente é relegado a notas de rodapé. No entanto, seus escritos sobre o conceito de áreas naturais nos oferecem um perfeito exemplo dos fundamentos substancialistas do paradigma do mosaico urbano estabelecidos pela Ecologia Humana que tentamos iluminar aqui[6].

Em *The natural areas of the city*, publicado em outra importante coletânea da sociologia urbana estadunidense da década de 1920, The Urban Community (BURGESS, 1971), Zorbaugh (1971) propôs uma agenda de pesquisa específica em torno da operacionalização estatística do conceito de área natural e da sua importância para a sociologia e planejamento urbanos. Sua proposta pode ser considerada uma semente do que, décadas depois, foi reconhecido como a abordagem da Ecologia Fatorial.

A sua concepção de área natural não se distancia do que foi originalmente proposto por Robert Park. No entanto, Zorbaugh (ibid.,p. 221-222) concilia as ideias de Park com as de Burgess, indicando que o crescimento e ordenação socioespacial da cidade conforme uma estrutura de "segregação geral" da cidade em zonas típicas sempre encontra a realidade de um "framework de transporte, organização de negócios e industrial, sistemas de parques e avenidas, e traços topográficos", que "age como barreiras à movimentação da população e tendem a fixar os limites de áreas naturais". O processo de divisão de áreas fisicamente bem demarcadas se relaciona com a

[6] Além do importante texto *The natural areas of the city* (1971), em sua pesquisa de doutorado, *The Gold Coast and the Slum*, Zorbaugh (1976) investiga o processo de segregação a partir de um estudo de caso da região denominada de *Near North Side* de Chicago. Ele tomou como objeto dois bairros adjacentes em uma mesma região administrativa da cidade e onde ocorriam as maiores concentrações de riqueza e de pobreza, a vizinhança conhecida como *Gold Coast*, onde havia a maior concentração de riqueza da cidade, onde podia se encontrar "um alto edifício de apartamentos em que apartamentos de dezessete cômodos são alugados por mil dólares mensais" (p. 5), e a vizinhança conhecida como *Little Hell,* onde havia a maior concentração de pobreza da cidade e, "a uma milha de distância", encontravam-se "famílias italianas em quartos em porões esquálidos pelos quais pagam seis dólares mensais" (p. 5). Sua investigação trata da relação entre grupos e áreas naturais e demonstra a importância de determinar áreas naturais como unidades de planejamento e intervenção mais adequadas que os recortes logísticos administrativos a partir dos quais as gestões municipais desenham políticas públicas. Produzindo um perfeito exemplo do ecletismo metodológico da sociologia urbana da Escola de Chicago, o autor realizou uma extensa pesquisa qualitativa com os grupos que habitavam tais recortes geográficos, assim como coletou e analisou uma vasta coleção de dados com o objetivo de analisar a distribuição espacial de fenômenos sociais e, assim, caracterizar as áreas estudadas. Além de dados tipicamente utilizados, como indicadores demográficos, de concentração de pobreza, de criminalidade, de suicídios, de tipologias habitacionais precárias, ele também recorreu a uma criativa operacionalização de dados referentes a diferentes práticas, como o endereço de pessoas detidas em uma batida policial na região, endereços de litígios por pensão alimentícia, endereços de pessoas enterradas em valas comuns, endereços de membros de uma associação comunitária, de associações comerciais, presenças de gangues de jovens, de tipos de igrejas, de citações em revistas da alta sociedade, entre outros.

segregação social da população em grupos naturais e com a aquisição das suas características culturais, constituindo as áreas naturais da cidade.

Sinteticamente, Zorbaugh (ibid., p. 223) define que "uma área natural é uma área geográfica caracterizada tanto pela sua individualidade física quanto pelas características culturais das pessoas que nela vivem". A contribuição do autor para o fortalecimento do paradigma do mosaico urbano está na sua ênfase da natureza concreta das unidades socioespaciais de área, entendendo-as como objetos reais resultantes da formação da cidade como um ecossistema. As áreas naturais, para o autor, são "fatos ecológicos que devem ser levados em consideração por aqueles que pretendem controlar o crescimento da cidade assim como por aqueles que pretendem administrar o governo da cidade" (ibid., p.227). O autor é categórico ao apontar que a área natural é "uma unidade na estrutura física da cidade, tipificada pela individualidade física e pelas atitudes, sentimentos e interesses das pessoas segregadas em seu interior" e que as "áreas naturais e grupos naturais são os 'átomos' do crescimento da cidade, as unidades que tentamos controlar ao administrar e planejar a cidade" (ibid., p. 224, grifos nossos).

Sua argumentação ilustra a concepção marcadamente substancialista do processo de fragmentação do espaço urbano, concebendo-o como um conjunto dividido em unidades individuais dotadas de propriedades geográficas e socioculturais objetivas e que podem, portanto, ser identificadas e mensuradas corretamente se utilizados os métodos adequados.

Zorbaugh aponta a ineficiência de divisões administrativas das cidades tipicamente utilizadas por gestões urbanas (como os bairros, as divisões de segurança ou de saúde), enfatizando "a improbabilidade de que uma cidade ideal seja o molde de uma cidade real" (ibid. p. 228). O autor argumenta como zoneamentos e planejamentos meticulosos, como os de Berlim ou de Chicago de sua época, assim como as implementações de políticas públicas ou comunitárias e as diferentes tentativas de caracterização estatística da estrutura socioespacial urbana falham quando não são produzidas corretamente em função da "divisão natural" das cidades.

A ênfase na compreensão adequada de uma configuração natural real do espaço urbano em áreas-átomos como conhecimento necessário para a otimização da gestão técnica e política da cidade é um ponto crucial da argumentação de Zorbaugh e que, inclusive, ilustra a influência profunda da concepção ecológica sobre o desenvolvimento

dos estudos urbanos. Por exemplo, a ideia de áreas naturais como unidades de análise foi incorporada pelos especialistas nos desenhos de metodologias de divisão das cidades em setores censitários como unidades espaciais e demográficas para a coleta e sistematização de dados na realização de censos (TIMMS, 1971). O processo de coleta de dados a partir de setores censitários foi inaugurado na década de 1910 nos EUA e, embora continuamente refinado e transformado ao longo do tempo, até hoje se constitui em uma das mais importantes fontes de dados utilizada nas análises urbanas, reproduzindo a leitura das cidades em função de unidades de áreas socialmente caracterizadas.

Em sua defesa das áreas naturais como unidades básicas de análise urbana, Zorbaugh (ibid., p.228-229) expressa a tendência de valorização de pesquisas quantitativas e análises espaciais que ganhavam tração dentro e fora da Escola de Chicago, estimulada pelo rápido desenvolvimento de métodos estatísticos de pesquisa[7], em torno dos quais se construíam ilusões positivistas sobre a possibilidade de explicação e previsão objetiva do desenvolvimento urbano:

> One of our crying needs in planning for and administering the city is a significant statistics of city life. *But statistics, to be significant, must be based not only upon accurately defined and comparable units but upon units that are actual factors in the process under examination*. Our statistics of city life are based, at the present time, upon administrative areas, which have no real correspondence with the natural areas of the city. Consequently, our statistics are of little significance for the problems of city life. Mowrer, in his recent study of family disorganization in Chicago, found that statistics of family disorganization *meant nothing until they were prepared for natural areas*. Similarly, Shaw, studying the problem of juvenile delinquency, found that statistics, revealing when compiled for the natural areas of the city, meant nothing when compiled for wards.

[7] É importante lembrar que no início do século XX, não apenas a coleta e sistematização de tais dados - hoje amplamente difundidos e informatizados - era muito mais difícil, como também tais coletas e sistematizações eram relativamente novas. Embora a coleta sistemática de dados oficiais por governos remonte ao desenvolvimento de aparelhos de gestão econômica de estados nacionais ao longo do século XVIII, foi ao longo do século XIX e XX que a estatística começou a ganhar forma como campo matemático e método de pesquisa científica. Grande parte do conhecimento estatístico para análise de dados que utilizamos hoje foi sistematizado ao longo do século XX. Ronald Fisher, por exemplo, um dos pilares da estatística moderna, só publicou o seu *Statistical Methods for Researchers*, um dos livros mais importantes para a popularização dos métodos estatísticos para a ciência, em 1925, mesmo ano em que a canônica coletânea de artigos da Escola de Chicago, *The City*, foi publicada. O estímulo e atração que novas técnicas de pesquisa produziam sobre pesquisadores sociais no início do século certamente não era tão distinta do efeito que hoje produzem as tecnologias de coleta, mensuração e análise de massivos volumes de dados com a pervasividade da informática na vida cotidiana e ao redor do globo. Ao longo do século XX, tal acesso inédito a dados e métodos quantitativos comandou grandes esforços por parte de cientistas sociais para utilizá-los, frequentemente suportando ilusões sociológicas positivistas.

> *The natural areas of the city are real units. They can be accurately defined.* Facts that have a position and can be plotted serve to characterize them. *Within the areas we can study the subtler phases of city life - politics, opinion, cultural conflicts, and all social attitudes*. As this data accumulates it becomes possible to compare, check, and fund out knowledge. With natural areas defined, with the processes going on within them analyzed, statistics based upon natural areas should prove diagnostic of real situations and processes, indicative of real trends. It is not improbable that statistical ratios might be worked out which would afford *a basis for prediction beyond the mere agglomeration of population, making it possible to apply numerical measurement to that collective human behavior in the urban environment* which is the growth of the city.

Em conjunto com a agenda de pesquisa organicista de Burgess em torno da morfologia do espaço urbano, a argumentação de Zorbaugh evidencia como o projeto da Ecologia Humana se inclinou cada vez mais em direção ao estudo da cidade como uma totalidade sistêmica, cujas unidades elementares poderiam ser caracterizadas, localizadas, analisadas e comparadas, afastando-se da defesa teoricamente e metodologicamente eclética de Park do urbano como laboratório por excelência da sociedade moderna, onde era permitido o acesso privilegiado à relação entre agentes e meio. Gradativamente as ênfases organicistas da metáfora ecológica ganharam evidência e solaparam os aspectos pragmatistas que, em tese, equilibravam a proposta social original de Park.

No prefácio da coletânea *The Urban Community,* assinado em 1926, Burgess já demonstrava a tendência da análise organicista da totalidade da cidade como objeto privilegiado sobre "fenômenos concretos" que, sem a compreensão de uma dimensão estrutural unificadora, pareceriam apenas "dejetos" ou "destroços" na "deriva" da vida urbana:

> *The tendency at present is to think of the city as living, growing; as an organism, in short.* This notion of the city in terms of growth and behavior gives the character of *order and unity to the many concrete phenomena of the city which otherwise, no matter how interesting, seemed but meaningless flotsam and jetsam in the drift of urban life.* (BURGESS, 1971, p. viii)

Tal tendência possuía afinidade com o desenvolvimento de métodos estatísticos e cartográficos de análise que se desenvolveram rapidamente ao longo do século XX. Com a diminuição da importância do pragmatismo que apontava para uma teoria da ação nos escritos de Park, a importância dos "fenômenos concretos da cidade" também

diminuíram e adquiriram posição subordinada enquanto fatores e objetos relevantes para a compreensão das dinâmicas de segregação urbana. Nas décadas de 1930 e 1940 trabalhos como os de Alihan (1938) e Firey (1944), por exemplo, enfatizaram a importância que percepções, representações e valores sociais exerciam sobre a relação dos indivíduos com as suas vizinhanças e a organização do espaço urbano, dando ensejo a uma corrente culturalista no seio da Ecologia Humana (MAINES, BRIDGER, ULMER, 1996; TIMMS, 1971). No entanto, dada a natureza intersubjetiva da problemática que tais abordagens endereçaram, elas não atenderam às demandas por conhecimento operacionalizável, positivo e comparativo em torno das cidades que se tornou hegemônico nos estudos urbanos a partir do pós-guerra. Como observa Timms (1971, p. 94-95):

> The nature of the relationship between values and social structure has rarely been spelled out by those attempting to explain ecological differentiation in terms of the social values perspective. Values are rarely consensual - especially in urban-industrial society - and, in the absence of consensus, it may be very difficult to use the social values approach in any attempt at prediction. Furthermore, it is unrealistic to anticipate a one-to-one correspondence between values and behaviours. Many intervening variables must also be taken into account. More serious, perhaps, is the conceptual confusion which accompanies the key construct of the social values approach - that of value itself. It has been variously used to describe a wide variety of subjective phenomena. Very rarely has it been given a constitutive definition in terms of its connexions with general theory and equally rarely has it been the object of independent investigation.
> [...]
>
> The social values approach to urban ecology has served the necessary and useful function of stressing the importance of human motivation in residential differentiation. By itself, however, it can hardly be said to constitute a systematic theory of differentiation.

Diante da dificuldade de investigação empírica objetiva, a dimensão cultural e interacional de reprodução social e seus impactos sobre a divisão do e no espaço urbano não puderam ser suficientemente cristalizados como fatores mensuráveis nos modelos estatísticos e morfológicos que gradativamente se tornaram os métodos privilegiados para análise comparativa e interpretação macrossociológica das estruturas urbanas. Estas leituras do urbano, no entanto, são dependentes da sua fixidez para que se mantenham coerentes com uma matriz ontológica substancialista de compreensão da realidade que é condição necessária da sua mensuração objetiva. Consequentemente, elas abstraem a cidade do seu fluxo, do movimento, dos encontros, das interações, das

trocas, das práticas e rituais, do característico embaralhamento de indivíduos, ações, intervenções no espaço e sentidos que a animam e, apenas aparentemente, são um caos urbano de dejetos e destroços à deriva.

2.2.2.3.2. O conceito de Áreas Sociais: o desenvolvimento da Ecologia Fatorial

Os esforços para tornar a divisão social do e no espaço urbano inteligível ganharam novas orientações teórico-metodológicas conforme a hegemonia acadêmica da Escola de Sociologia de Chicago começou a diminuir a partir de meados da década de 1930 nos EUA[8]. As bases ecléticas da Ecologia Humana clássica, o pragmatismo aplicado à sociologia, assim como a orientação para estudos de caso qualitativos, que estimulavam um pluralismo e flexibilidade metodológicas, perderam prestígio diante do crescimento de agendas de pesquisa macrossociológicas e quantitativas comparativas no pós-guerra. É justamente na década de 1950, por exemplo, que ocorre nos EUA a revolução quantitativa na disciplina da geografia, uma mudança paradigmática que afeta os estudos urbanos sobre segregação, trazendo para o repertório da sociologia urbana técnicas estatísticas de análise espacial cada vez mais refinadas que buscavam não apenas mensurar e descrever, mas encontrar leis explicativas para a ordenação socioespacial das cidades tomando como indicadores as diferenças no uso e ocupação do solo.

Alguns trabalhos podem ser apontados como marcos de referência do processo de transição da Ecologia Humana Clássica para a abordagem que foi nomeada como

[8] Análises históricas sobre a ascensão, queda e transformação da Escola de Chicago podem ser encontradas em Neckel (1997), Maines, Bridger e Ulmer (1996) e Cortese (1995). Estes autores apontam fatores significativos para compreender essa transição na sociologia estadunidense. A disputa pela hegemonia com o desenvolvimento de outros departamentos de sociologia, que construíam outras abordagens, notadamente os departamentos de Columbia e Harvard - onde, por exemplo, Talcott Parsons passou a atuar na década de 1930, lugar e período em foi publicada sua obra mais importante, *The structure of social action*, em 1933; A saída de Robert Park da Universidade de Chicago, em 1934, considerado o mentor intelectual do pluralismo metodológico e um dos últimos grandes defensores da orientação pragmatista nas ciências sociais, que diminuiu progressivamente conforme orientações quantitativas positivistas ganhavam mais espaço com o desenvolvimento da aplicação de métodos estatísticos às ciências sociais. A mudança de orientação geral da pesquisa sociológica em função da crescente influência dos EUA sobre a geopolítica global também contribuiu para a diminuição da importância de abordagens qualitativas de compreensão local em nome de análises estatísticas e mensuração de efeitos macrossociológicas que tinham instituições e organizações como unidades de análise. Embora tal mudança não tenha eliminado a influência da Escola de Chicago e das suas abordagens qualitativas de pesquisa - que posteriormente desaguaram na formulação do Interacionismo Simbólico -, a abordagem macrossociológica e quantitativa tomaram a dianteira na compreensão dos processos de urbanização.

Ecologia Fatorial. Enquanto a Ecologia Humana Clássica apresentava relativo consenso teórico em torno de uma concepção organicista de ecossistema urbano e da ideia de áreas naturais como entidades concretas que deveriam ser reveladas pelos meios adequados, a abordagem mais geral da Ecologia Fatorial é entendida como a coleção de tentativas de representar a diferenciação socioespacial a partir de técnicas de análise fatorial para caracterizar áreas típicas, entendendo que tais áreas não são fenômenos naturais concretos que devem ser revelados, mas construtos lógico-estatísticos que permitem determinadas representações e recortes relevantes do sistema urbano e, consequentemente, determinadas representações de configurações específicas do fenômeno da segregação.

Apesar do importante amadurecimento epistemológico e metodológico em relação à Ecologia Humana em torno da natureza das unidades socioespaciais de análise, a Ecologia Fatorial representa um importante avanço na consolidação do paradigma do mosaico urbano e da segregação residencial como problemática privilegiada. Apesar da aparente ruptura no pós-guerra, a Ecologia Fatorial de certa forma cumpriu a proposta que Zorbaugh (1971) defendera 20 anos antes: são refinadas suficientemente técnicas estatísticas com o intuito de representar unidades geográficas de análise e planejamento urbano a partir de suas características sociais e não por divisões administrativas arbitrárias[9].

Um marco inicial desse processo de transição para a Ecologia Fatorial, conforme Corrêa (2016) e Timms (1971), foi a sistematização da metodologia de Análise de Áreas Sociais, inaugurada por Eshref Shevky e Marilyn Williams com a publicação da obra *The Social Areas of Los Angeles* em 1949, e posteriormente refinada pelo trabalho de Wendell Bell.

Shevky e Williams (1949) difundiram importantes inovações na aplicação de análises estatísticas de dados socioeconômicos municipais sistematizados em setores

[9] É importante ressaltar que o próprio processo de planejamento e definição de setores censitários como unidade de coleta e análise de dados levou em consideração a influência da ecologia urbana e da ideia de áreas naturais. Os desafios do método não giravam apenas em torno das necessidades de criar unidades o mais homogêneas comparáveis possíveis apesar de restrições diversas, mas também era levado em consideração que "facts in order to be really significant for studies in human ecology should conform to natural areas - units that are actual factors in the processes under examination" (SCHMID apud TIMMS, 1971, p.39). A concepção fundamental de áreas naturais como unidade de leitura urbana, e suas ambiguidades em torno das relações entre características socioculturais e geográficas, foi transposta para a própria concepção e prática de delineamento de setores censitários (TIMMS, 1971). Ou seja, tal noção ecológica está imiscuída na própria unidade básica de análise sobre a qual a ecologia fatorial e a análise de áreas sociais construirão suas descrições e explicações.

censitários, que se tornavam cada vez mais disponíveis nos EUA e, mais tarde, no mundo[10]. The Social Area of Los Angeles se constitui em um marco nos estudos das cidades por revelar com clareza a mudança de orientação da pesquisa urbana no contexto estadunidense. Uma passagem introdutória de Shevky e Williams (1949, p. 1, grifos nossos) ilustra bem a inclinação macrossociológica, comparativa e quantitativa nos estudos urbanos que se desenhou entre os anos 1930 e o pós-guerra:

> In American sociology, the study of the city and the comparative study of cities represent two separate tendencies. Until very recently, American workers in the field have shown little interest in the comparative study of cities. They have tended to limit their inquiry to the contemporary American city, especially to the American city in its most spectacular metropolitan form. But here also *there has been a startling lack of comparative knowledge. It is partly as a consequence of this situation that the brilliant formulations of Robert Park, which provided the original impetus for the detailed ecological studies of Chicago, ultimately resulted in the development of a non-experimental, descriptive method.* The influence of this tradition in the study of the city still persists in research and teaching, but its organizing principles no longer appear congruent with the postulates and theories with which social scientists at present operate.
> *In the scientific study of society, attention has come to be focused more and more on structural problems, on problems of institutional organization and function, and on the interrelationships of these with human behavior. In the analysis of these problems, comparative knowledge has become indispensable.*
> [...]
> *The study of the very large cities is at present impeded, not only because of the enormous practical difficulties to be overcome but also because of the many unsettled problems of method to guide research within the framework of a unified social science*. In the pages that follow, an effort is made to deal with some of the difficulties by utilizing certain *objective criteria of urbanization and stratification in modern society as bases upon which to unify the study of the city with the comparative study of cities*. We cannot understand the structure of cities without understanding the structure and function of urban society itself, and since urban society is the product of the movement of people it is necessary that we first establish the framework of trends within which that movement takes place.
> [...]
> To do this it is often necessary to deviate from the conventions of the departmentalized social sciences. As students of the city, we are as much interested in the technology that makes the city possible as we are in the pattern of custom and deliberate choice that shapes its outward form; we are as keenly interested in the distribution of prestige and power and in the

[10] É relevante apontar que muitas das pesquisas sobre estruturação e morfologia urbanas, segregação e diferenciação residencial já eram em meados do século XX realizadas com base em dados socioeconômicos censitários e na unidade socioespacial de análise dos setores censitários. A metodologia de levantamento e sistematização de dados em setores censitários foi utilizada pela primeira vez em 1910, nos EUA, apenas para oito grandes cidades. A cada nova década, novas cidades passavam a apresentar dados organizados em setores censitários. Mas apesar dessa expansão, a difusão dessa metodologia foi um processo lento. Em 1960, por exemplo, apenas 180 áreas urbanas estadunidenses, incluindo 136 áreas metropolitanas, possuíam divisão em setores censitários (TIMMS, 1971). Ao longo da história dos estudos urbanos o uso e a reflexão metodológica minuciosa em torno dessa unidade mínima de dados socioespaciais, hoje amplamente disponíveis, foi e ainda é extremamente importante.

> distribution of income as we are in the age structure of the population and the changing function of the family. Perhaps none of these preoccupations are reflected adequately or meaningfully enough in our material. *They have, however, guided our choices of what to look for, what trends to examine, and what measures to define and compute in order to reduce the complexity of the phenomena under observation.*

Shevky e Williams contribuíram com essa mudança de orientação formalizando um método estatístico que permitia a descrição da comunidade urbana em categorias sociais que poderiam posteriormente ser espacializadas em uma tipologia que tornava possível "reduzir a complexidade" do fenômeno urbano e, assim, proceder em seu estudo comparativo.

The Social Areas of Los Angeles, devemos ressaltar, é primariamente um estudo de estratificação social da cidade de Los Angeles baseado na ideia corrente na sociologia estadunidense - que afastava sistematicamente o marxismo e a sua concepção de classe social - de que existem posições sociais em uma estrutura de estratificação social, entendida como um sistema de posições multidimensionalmente determinado[11].

Buscando descrever a estrutura social a partir da posição de grupos sociais (e não de indivíduos), os autores produziram um sistema classificatório a partir de uma matriz de critérios socioeconômicos. Shevky e Williams, portanto, propuseram uma sistematização de dados mensurados para a totalidade da cidade e comparáveis entre si, que poderiam ser posteriormente agrupados em tipos relevantes, que por sua vez eram comparáveis entre cidades. Os autores se valeram de técnicas estatísticas de análise multivariada, à época inovadoras, dialogando tanto com o trabalho de Lazarsfeld em torno da classificação de tipos na pesquisa social quantitativa, entendidos como "clusters de atributos mutuamente dependentes considerados como um todo" (SHEVKY, WILLIAMS, 1949, p. 63), assim como com o conceito de fatores das técnicas de análise fatorial, entendidos como "variáveis [em um sistema] que possuem maior significância analítica que outras" de modo que uma "descrição da relação geral dessas variáveis também será uma descrição geral das condições no sistema" (ibid. p.

[11] Uma concepção genérica de espaço social, e não bem desenhada conceitualmente, como em Bourdieu, teve grande aceitação na sociologia estadunidense. É seminal nesse tema o trabalho de Bogardus na popularização da ideia de observação de distâncias sociais a partir da ideia de percepções de status social através da mensuração de "atitudes de intimidade social". No entanto, as ideias de posição social e distância social também eram entendidas como uma forma de estratificação social a partir de diversos fatores, dos quais a classe social, em conformidade com as ideias de Weber, era apenas um dos fatores de determinação de posição na pirâmide social.

34)[12]. O agrupamento de tais tipos identificados em função da sua espacialidade (posição e distância entre setores censitários) resulta no que os autores cunharam como áreas sociais da cidade.

Essa tipologia de estratificação social baseada em fatores mensurados a partir de setores censitários era essencialmente uma metodologia descritiva. Embora tenham definido indicadores e fatores principais de divisão socioespacial a partir de um diálogo com teorias sobre a estratificação social de seu tempo e com as ideias em torno do urbanismo como modo de vida de Louis Wirth, Shevky e Williams não avançaram explicações sobre a estruturação da comunidade urbana que descreviam com seu modelo. O investimento dessa metodologia de identificação de tipos e de análise fatorial com teorias sociais mais robustas só foi realizado posteriormente, a partir do trabalho de Wendell Bell, que se tornou o herdeiro e principal difusor da abordagem que, com a publicação de Social Area Analysis por Shevky e Bell (1955), passou por ajustes metodológicos e foi denominada de Análise de Áreas Sociais.

Os detalhes da teoria social de Shevky e Bell não são especialmente importantes para nosso debate. É relevante apenas apontar que, apesar de grandes divergências teóricas em relação à proposta da Ecologia Humana Clássica, a ideia ecológica fundamental da cidade como um sistema de áreas socialmente caracterizadas relacionadas - i.e., de estrutura socioespacial urbana - que deve ser analisado a partir de padrões típicos de fragmentação e configuração seguiu fortalecida. Essa concepção é precisamente o eixo comum das investigações sob o guarda-chuva metodológico, muito

[12] Embora as técnicas de análise fatorial tenham começado a ser desenvolvidas e aplicadas na psicologia por Charles Spearman desde a primeira década do século XX (MULAIK, 2010), foi a partir da década de 1930 que Louis Thurstone, outro psicólogo atuante no campo da psicometria, desenvolveu diversos conceitos no âmbito da análise fatorial que permitiram o refinamento da técnica para a análise de múltiplos fatores. Embora a noção de análise fatorial certamente já fosse conhecida por Shevky e Williams - os autores referenciam, mas não citam ao longo do texto, um artigo de Robert Winch sobre o método -, eles não afirmam utilizar diretamente tal técnica de análise estatística, apenas se valem da noção de fator na produção de um modelo estatístico multivariado, ideia que é mais atribuída à obra *Pareto's General Sociology - a physiologist's interpretation*, de L. J. Henderson, efetivamente citada na monografia. O desenho metodológico de formulação de índices para determinação de uma tipologia de estratificação em *The Social Areas of Los Angeles*, portanto, é mais diretamente devedor de Lazarsfeld - que já atuava nos EUA desde a década de 1930 - e de sua concepção de espaço de atributos como método para formulação de tipos, como ilustra a passagem: "*At a level of generalization where several attributes are taken into account in the manner indicated here, Lazarsfeld has introduced the concept of attribute space. We have adopted this concept in the organization of our material. In order to group census tracts with similar indexes for social rank, urbanization, and segregation, a three-dimensional attribute space was, therefore, conceived" (SHEVKY, WILLIAMS, 1949, p.63).*

mais do que teórico, da Ecologia Fatorial. A capacidade de verificação apurada por modelos estatísticos de distribuições de grupos e fenômenos sociais no espaço urbano arraiga ainda mais a concepção da cidade como um conjunto de unidades socioespaciais (subcomunidades) que se configuram por meio de diferentes dinâmicas de segregação residencial e se constituem em entidades formadoras de seus habitantes como seus ambientes sociais locais. Como exemplifica Duncan Timms (1971, p. 5):

> Different parts of the city are marked by higher or lower proportions of the unmarried, the separated and divorced, and the widowed. There is a systematic patterning of criminality, mental illness, and various other forms of aberrant behaviour. Voting patterns, membership in associations and a host of other participatory phenomena vary from neighbourhood to neighbourhood. The effect of residential differentiation is to divide the urban fabric into a series of more or less distinct sub-communities. Each area is associated with a particular combination of population characteristics. In turn these characteristics become part of the local environment. 'Each area with its particular characteristics leaves its cultural stamp upon the people who reside there, and affects them in numerous and diverse ways.'! The city becomes a mosaic rather than an unitary phenomenon.

Assumida uma posição ontológica espacial da cidade como um mosaico de áreas discretas e uma posição ontológica social da cidade como um conjunto estratificado de subcomunidades, a Ecologia Fatorial se mostra até hoje como uma forma produtiva de visualização de tais aspectos do fenômeno urbano e de derivar de tais representações teorias acerca de suas causas e efeitos. Embora diferenças explicativas em torno da segregação e dos seus desdobramentos sejam avançadas, os estudos urbanos constroem relativo consenso em torno da ideia de que a partir de métodos de análise espacial que associam dados sociológicos a unidades de recorte geográfico - sejam estas unidades bairros, setores censitários ou habitações - é possível dar conta da multiplicidade de variações das características sociais de vizinhanças em função de fatores indicadores diversos:

> The typical study in factorial ecology consists of the application of extensive factor analytic techniques to a wide range of demographic, socio-economic, and housing data generated on a sub-area framework. The analysis is founded on the belief that it will be possible to account for the manifold variation in neighbourhood characteristics in terms of a much smaller number of underlying constructs. [...] The criteria of significance reside in both the statistical properties of the factors, as accounting for a certain proportion of variance, and in their theoretical connexions.(TIMMS, 1971, p.55)

Os desdobramentos dessa concepção e modo de análise do espaço urbano persistem relevantes até hoje. Por um lado, porque o contínuo refinamento de análises espaciais permitem visualizar padrões socioespaciais a partir de dados empíricos de forma metodologicamente mais robusta, por outro lado porque modelos estatísticos comparáveis permitem a verificação mais apurada de semelhanças e diferenças entre estruturas socioespaciais de cidades. Além disso, na esteira do paradigma do mosaico urbano, diferentes métodos de análise espacial para a mensuração e comparação especificamente das formas e graus de segregação nas cidades também se desenvolveram, como veremos em seguida.

É relevante dissertar brevemente sobre os esforços em torno da mensuração da segregação residencial, buscando não apenas descrições objetivas do fenômeno, mas também bases para sua comparação no espaço e no tempo, assim como também é importante dissertar sobre as tentativas de descrição morfológica da estrutura intraurbana como um sistema de áreas socioeconomicamente e funcionalmente típicas. Em seguida, poderemos abordar mais especificamente o que análises construídas a partir do paradigma do mosaico urbano revelam sobre os padrões de segregação residencial no contexto brasileiros.

2.2.3. Medidas de segregação e modelos morfológicos: mensurações e representações do ordenamento socioespacial das cidades

2.2.3.1. Medidas de segregação residencial: quantificando diferenças no espaço e a espacialidade das diferenças

O fortalecimento do paradigma do mosaico urbano fomentou investigações específicas em torno da descrição da segregação socioespacial a partir de unidades de áreas contrastantes em suas qualidades definidoras que evidenciam o fenômeno de diferenciação social no espaço urbano. Os estudos ecológicos buscaram investigar a segregação entendendo que existem tendências de configuração do espaço urbano que podem ser empiricamente aferidas através da análise de diferenças na ocupação do espaço, notadamente nos usos residenciais do solo e das localizações de fenômenos

sociais associados às unidades habitacionais como unidades socioespaciais mínimas de análise. Nesse sentido, foram desenvolvidas diferentes formas de mensurar e representar a segregação em uma cidade, seja descrevendo a forma do mosaico de áreas sociais diferentes ou mensurando o grau de diferença entre as áreas de uma cidade, entendendo o processo de segregação ora como um sinônimo da diferenciação residencial entre de modo geral, aferindo a distribuição não aleatória de grupos sociais no espaço; ora, de modo mais específico, como o estado de diferenciação residencial intenso entre grupos em uma cidade, tentando avaliar o grau em que se manifesta separação física entre eles e apontando tal configuração espacial como um indicativo da sua efetiva separação social.

Como vimos, a concepção substancialista do espaço urbano fragmentado em áreas socialmente caracterizadas subjaz a diferentes abordagens diferentes. Apesar de suas diferenças teóricas, as explicações da ordenação socioespacial das cidades se desenvolveram em grande medida adequando-se teórica e metodologicamente à disponibilidade de determinados tipos de dados tomados como indicadores de propriedades da realidade socioespacial urbana. Pela influência da afinidade entre teoria e dados disponíveis, naturalmente explorando as oportunidades e conveniências metodológicas, a operacionalização do conceito de segregação em função das possibilidades de sua observação produziu leituras admitidamente redutoras da complexidade do fenômeno de diferenciação e da divisão socioespacial nas cidades, tomando uma pela outra.

Os próprios metodólogos envolvidos em tais esforços jamais ignoraram as dificuldades e não deixaram de apontar um prejuízo necessário a tais reduções operacionais em busca de descrições e comparações objetivas da ordenação socioespacial das cidades. Duncan e Duncan (1955, p. 217), por exemplo, já na década de 1950, ao desenvolver o Índice de Dissimilaridade, um dos métodos mais importantes nos estudos em segregação, pontuaram várias ressalvas metodológicas e epistemológicas em relação aos "problemas substanciais" da Ecologia Fatorial (LEBOWITZ, 1977; REES, 1971) e alertaram para as dificuldades de operacionalização quantitativa da ideia difusa de segregação, já amplamente utilizada como ferramenta conceitual pelos estudos urbanos independentemente de abordagens teóricas ou

metodológicas, enfatizando o risco de perder o seu enorme valor heurístico diante do que chamaram de “operacionalismos ingênuos”:

> A difficult problem of validation is faced by the proponent of a segregation index formula. The concept of "segregation" in the literature of human ecology is complex and somewhat fuzzy, i.e., the concept involves a number of analytically distinguishable elements, none of which is yet capable of completely operational description. Yet it is a concept rich in theoretical suggestiveness and of unquestionable heuristic value. Clearly we would not wish to sacrifice the capital of theorization and observation already invested in the concept. Yet this is what is involved in the solution offered by naive operationism, in more or less arbitrarily matching some convenient numerical procedure with the verbal concept of segregation. The problem must be faced of considering a variety of possible selections of data and operations on these data in an effort to capture methodologically what is valuable in the work done with the concept prior to the formulation of an index. As we have suggested, it may be that no single index will be sufficient, because of the complexity of the notion of segregation, involving as it does considerations of spatial pattern (...), unevenness of distribution, relative size of the segregated group, and homogeneity of sub-areas, among others. In short, we are emphasizing the distinction between the problems of (a) working from a limited set of data to a mathematically convenient summary index, and (b) working from a theoretically problematic situation to a rationale for selecting and manipulating data. [...] Sociologists will learn, as economists have, that there is no way to devise adequate indexes which avoids dealing with theoretical issues. Incidentally, one lesson to be learned from the relatively unproductive experience with segregation indexes to date is that similar problems are often dealt with under different headings. Most of the issues which have come up in the literature on segregation indexes since 1947 had already been encountered in the methodological work on measures of inequality, spatial distribution, and localization in geography and economics.

A corrida metodológica quantitativa no campo dos estudos urbanos, apesar da consciência de seus limites epistêmicos, resultou em uma espécie de desmembramento da ideia de segregação. White (1983, p. 1009), por exemplo, em sua contribuição para esse debate, aponta que, em torno do “problema substantivo do que se quer dizer com segregação”, deve-se distinguir entre o seu sentido sociológico e geográfico. O sentido sociológico diria respeito especificamente à ausência de interação entre grupos sociais; o sentido geográfico diria respeito especificamente à desigualdade da distribuição dos grupos sociais no espaço físico. Nem sempre os dois “tipos” de segregação se manifestam conjuntamente, sendo possível, na sua concepção, a ocorrência de segregação social sem a segregação espacial, como o autor supõe ser o caso em uma sociedades de castas, por exemplo. Em sua discussão o autor aponta, entretanto, que os dois “tipos” de segregação estão provavelmente relacionados e enfatiza que as

proximidades físicas não devem ser tomadas exatamente como indicadores de relações sociais.

Os esforços de mensuração da segregação espacial não passaram ao largo das problematizações em torno da consideração de distâncias sociais e espaciais como coextensivas. Tentativas de mensurar a segregação residencial desenvolvidas desde a primeira metade do século XX tentaram enfatizar a princípio o seu aspecto social, concentrando-se na ideia de separação ou isolamento de grupos sociais. No entanto, logo acumularam-se questões em torno da espacialidade implícita de tais mensurações. Tentativas de mensurar mais apuradamente o aspecto espacial da segregação foram desenvolvidas, por sua vez, focando nos fenômenos do distanciamento, da distribuição e da concentração espacial de grupos nas cidades. Mas logo acumularam-se questões em torno da instabilidade da objetividade dessas mensurações por serem variáveis em função da escala espacial de análise adotada, revelando configurações muito diferentes de segregação conforme recortes e unidades observacionais geodemográficas são alteradas.

Não há dúvidas de que as formas de mensuração da segregação foram continuamente aperfeiçoadas com o refinamento metodológico dos estudos em segregação. A complexidade do fenômeno foi progressivamente endereçada por modelos cada vez mais complexos, até alcançar um ponto que podemos indicar como uma mudança paradigmática, que desloca a concepção da segregação como fenômeno associado aos lugares, que privilegia a fixidez e inércia dos usos residenciais da cidade, para uma concepção de segregação como fenômeno associado aos indivíduos e suas experiências urbanas, lançando luz sobre a inevitável fluidez da cidade produzida pela mobilidade das pessoas e coisas, sobre a capilaridade da diferenciação e divisão socioespacial nas cidades, apontando os limites das representações da configuração socioespacial urbana construídas sobre a estabilidade da leitura substancialista da cidade como um objeto fragmentário estruturado em elementos bem caracterizados e bem ordenados.

Uma discussão detalhada dos diferentes métodos de mensuração seria uma digressão em nosso debate, pois a falta de acesso a dados, a recursos necessários e à escassez de estudos quantitativos sobre a segregação para a cidade de Fortaleza não nos

permitiu incorporar análises dessa natureza em nossa investigação[13]. Todavia, é importante delinear sinteticamente um desenvolvimento histórico dessas formas de mensuração da segregação para que possamos iluminar as suas limitações epistemológicas e contextualizar melhor as transformações teórico-metodológicas que argumentamos terem se acumulado na direção de uma transformação paradigmática em torno da ideia de segregação. Transformação com a qual pretendemos contribuir com esta tese defendendo um modo relacional de pensar a reprodução e ordenação do espaço urbano.

A partir das revisões de literatura realizadas por Feitosa (2005), Barros e Feitosa (2018) por Lisboa et al (2023), podemos indicar uma periodização do desenvolvimento das principais medidas de segregação que será suficiente para os nossos propósitos de contextualização. As autoras apontam que, inicialmente, a partir das décadas de 1940/1950, os primeiros métodos de mensuração de segregação enfatizavam diferenças sociais a partir de medidas dicotômicas. Esses estudos se desenvolveram nos EUA como um reflexo do contexto histórico de sua produção, em que investigações eram pautadas pela grave questão da segregação étnica entre brancos e negros naquele país.

O índice de dissimilaridade, proposto por Duncan e Duncan (1955), é o marco metodológico mais significativo desse período, tendo se tornando uma espécie de padrão-ouro para mensuração da segregação residencial até as décadas de 1970/1980. Duncan e Duncan foram capazes de demonstrar que "havia pouca ou nenhuma informação em outros índices predominantes [na literatura] que não estivesse contida no índice de dissimilaridade" (MASSEY; DENTON, 1988, p.281). Conceitualmente, sintetiza Feitosa (2005, p. 43), o índice de dissimilaridade "mede a proporção da população de um grupo que deveria se mudar para outras áreas para que a composição populacional em cada uma das unidades de área seja idêntica à da cidade como um todo". Em resumo, trata-se de um método que mensura o quão concentrado

[13] A escassez de dados e recursos acadêmicos torna mensurações de segregação em Fortaleza particularmente escassas. Estudos recentes comparativos que produzem medidas de segregação global que contemplam Fortaleza podem ser encontrados em França (2022) e Bittencourt et al (2020). Estudos sobre a distribuição de classes ocupacionais no espaço da região metropolitana podem ser encontrados em Pequeno e Molina (2009). Uma minuciosa análise de estatísticas e comparações inter-censitárias específicos na zona leste de Fortaleza podem ser encontrados em Machado (2017). Outros estudos, à semelhança do realizado por Machado, analisam estatísticas inter-censitárias como esforços comparativos de contextualização da condição de exclusão e concentração de pobreza ou fenômenos sociais em tais espaços, mas estudos dessa natureza infelizmente não produzem análises espaciais e medidas de segregação globais ou locais para fins comparativos no espaço e no tempo.

espacialmente é um grupo social em relação a outro, aferindo essencialmente o grau da não aleatoriedade da distribuição residencial e a concentração diferencial de dois grupos. Tal método oferece uma medida global de segregação, uma avaliação da intensidade da segregação em uma cidade como um todo, sem levar em conta os padrões geográficos específicos de tais concentrações, ou seja, ignorando as nuances da distribuição espacial de tais grupos.

A partir dos anos 1970, tentativas de mensurar a segregação não apenas entre duas categorias sociais, mas entre múltiplos grupos, assim como o acúmulo de críticas às limitações do índice de dissimilaridade estimularam tanto o desenvolvimento de novas metodologias como o resgate de métodos esquecidos de mensuração, impondo aos estudos em segregação um "estado de desarranjo teórico e metodológico" (MASSEY; DENTON, 1988, p. 282) marcado pelo excesso de medidas inconsistentes e incompatíveis, prejudicando as necessidades de padronização para os estudos comparativos.

A principal contribuição que marca esse segundo período de desenvolvimento metodológico dos estudos quantitativos em segregação foi o trabalho de Massey e Denton (1988). Os autores avaliaram 20 índices diferentes encontrados em revisões de literatura, estudaram suas intercorrelações através de análises fatoriais e os classificaram como diferentes medidas do que identificaram como cinco principais dimensões da segregação residencial tratadas pela literatura. Massey e Denton (1988, p. 282-283) reconheceram que o entendimento simplificado da segregação apenas como "o grau em que dois ou mais grupos vivem separados uns dos outros, em diferentes partes do ambiente urbano" mascarava a complexidade do fenômeno, enfatizando o fato de que "grupos podem viver separados uns dos outros e ser 'segregados' de diversas formas".

As dimensões da segregação sistematizadas por Massey e Denton (1988) pretendem endereçar uma variedade de expressões ou características da segregação residencial. Duas delas, conforme Feitosa (2005) são classificadas como medidas não-espaciais, pois não consideram informações geográficas: a dispersão (evenness), que se refere à distribuição diferencial de grupos no território, pois membros de minorias podem se encontrar distribuídos de forma a serem sobrerrepresentados ou subrepresentados em áreas da cidade; e a exposição *(exposure)*, que diz respeito ao potencial de contato entre os membros de um grupo em relação a outros, pois membros

de minorias podem estar distribuídos de modo a raramente compartilhar vizinhanças com membros de maiorias ou não (MASSEY; DENTON, 1988). As outras três medidas são classificadas como medidas espaciais por Feitosa (2005), pois endereçam fatores como localização, forma e área na avaliação da segregação: a concentração *(concentration)*, que representa a quantidade de superfície da cidade ocupada por um grupo, pois membros de uma minoria podem estar espacialmente concentrados em uma pequena área ou não; a centralidade *(centralization)*, que se refere ao grau de proximidade de um grupo do centro da cidade *(urban core)*, pois os membros de uma minoria podem estar congregados em localizações mais ou menos centrais; e o agrupamento *(clustering)*, indicação da separação física entre grupos através da avaliação do grau em que membros de um grupo estão desproporcionalmente localizados em áreas contíguas, pois as áreas ocupadas por uma minoria segregada podem formar extensos enclaves contínuos ou se encontrar em diversos enclaves espalhados por uma área urbana (MASSEY; DENTON, 1988) .

Massey e Denton (1988) demonstraram como as possibilidades de mensurar a segregação estão associadas à variedade de configurações possíveis no processo de diferenciação residencial nas cidades. Os autores apontaram a importância de trabalhar com diversas medidas de forma complementar para alcançar uma compreensão adequada da segregação residencial em um determinado recorte. Entretanto, malgrado a organização metodológica de Massey e Denton visando uma melhor avaliação de nuances do fenômeno, a operacionalização do conceito de segregação residencial permaneceu especialmente problemática no que diz respeito à sua espacialidade.

Desde os esforços mais tempranos de mensurar objetivamente a segregação, a questão da incorporação adequada da sua espacialidade já era reconhecida como um difícil obstáculo metodológico. Duncan e Duncan (1955, p. 215), por exemplo, na proposição do índice de dissimilaridade, apontaram que todos os índices avaliados em sua revisão de literatura sobre segregação étnica nos EUA compartilhavam do pressuposto problemático de que a segregação poderia ser mensurada sem considerar os padrões espaciais de usos residenciais dos diferentes grupos, muito embora já fosse observado que diferentes cidades apresentavam diferentes configurações espaciais e já fosse bem entendido que “certamente quaisquer variáveis de organização ecológica

relacionadas ao grau de segregação devem ser afetadas também pelo padrão espacial de segregação".

A partir da década de 1980 começa a tomar forma um terceiro período de desenvolvimento de medidas de segregação elencado por Feitosa (2005). Esse período é caracterizado pelo refinamento da investigação em torno da espacialidade implícita dos índices de segregação de categorias sociais existentes e pelo desenvolvimento de representações e análises geograficamente mais ricas da diferenciação residencial.

De modo geral, os métodos de mensuração considerados não espaciais são construídos sobre leituras da composição da população de determinadas unidades observacionais geodemográfica, i.e., subáreas de uma área mais ampla tomada como objeto de estudo (como uma região metropolitana, uma cidade, ou área de uma cidade por exemplo). Desse modo, medidas podem ser realizadas por meio de bases de dados - como planilhas de variáveis socioeconômicas - que assumem tais unidades observacionais geodemográficas apenas como fatores agregadores arbitrários da população de indivíduos (ou agregadores de outros elementos como famílias ou domicílios, por exemplo, ou mesmo de outras unidades geodemográficas menores como quarteirões, ruas ou setores censitários) e que informam atributos médios das variáveis mensuradas para a população de elementos que agregam. Análises desse tipo podem se dar ao luxo de ignorar completamente as características espaciais das unidades agregadoras (tais como tamanho, forma, localização ou proximidades, por exemplo) em seus resultados.

Fowler (2016, p.7) aponta que o desenvolvimento de medidas espaciais de segregação se desenvolveu com o reconhecimento de que "unidades espacialmente próximas não são completamente independentes umas das outra e não podem ser tratadas fora de seus contextos espaciais" e que a "utilidade de medidas aespaciais de segregação dependem do quão significativa é uma unidade de agregação". Os desenvolvimentos metodológicos desse período colocaram em evidência a espacialidade implícita de qualquer medida de segregação residencial considerada não-espacial, uma vez que necessariamente são construídas a partir de dados da população urbana agregados em alguma unidade espacial (bairros, vizinhanças, setores censitários, ruas, quarteirões, domicílios) tomada como unidade observacional.

Esse amadurecimento geográfico estendeu para as medidas não-espaciais amplamente utilizadas pela sociologia urbana os diferentes problemas que interferem na acurácia de modelos de análise espacial, tais como o MAUP (*modifiable aereal unit problem*), problemas de limites (*edge effects* ou *boundary problems*), problemas de padrão (*pattern problems*) e problemas de variabilidade de resultados em diferentes escalas de análise. Tratam-se de questões importantes porque endereçam as inconsistências de resultados de mensurações a partir das variações de unidades observacionais e recortes espaciais de análise. Também foram identificados problemas relacionados ao fato de que índices "não-espaciais" como o índice de dissimilaridade (D), por exemplo, quando têm sua espacialidade ignorada, são inadequados como mensuração objetiva do fenômeno porque podem gerar resultados sociais idênticos para configurações espaciais significativamente diferentes, questão que foi nomeada como o problema do tabuleiro de damas (*checkerboard problem*)[14] (FOWLER, 2016; REARDON, O'SULLIVAN, 2004; SABATINI, SIERRALTO, 2006; FEITOSA, 2005).

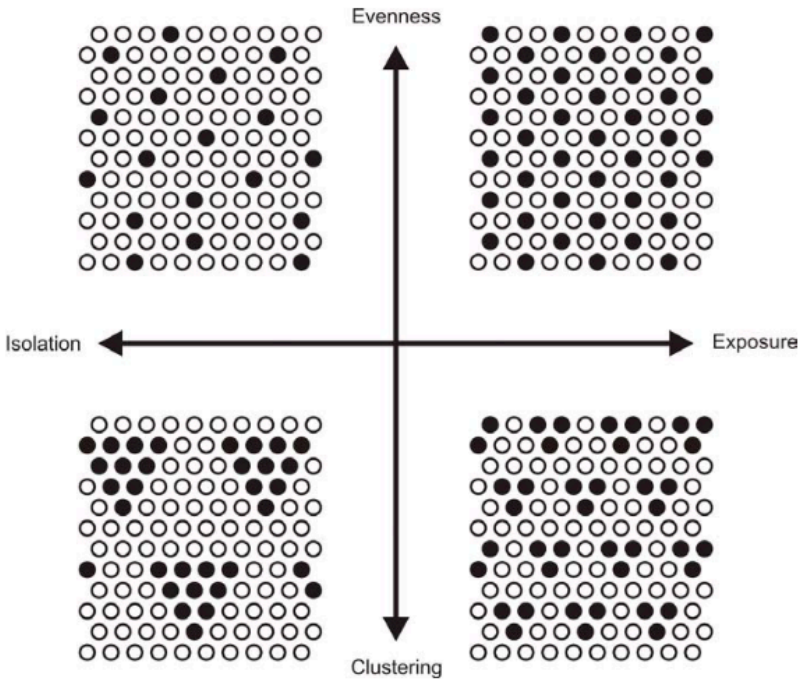
Na esteira de esforços de espacialização das medidas de segregação, Reardon e O'Sullivan (2004) propuseram uma útil reorganização da classificação das dimensões da segregação previamente sugeridas por Denton e Massey (1988). Os autores conceberam que a segregação diz respeito à extensão em que indivíduos de diferentes grupos sociais ocupam ou experienciam diferentes ambientes sociais, de modo que mensurar a segregação envolve tanto a definição dos ambientes sociais dos indivíduos quanto a quantificação da extensão em que tais ambientes sociais diferem entre indivíduos. Eles observaram, no entanto, que as medidas de segregação consideradas não-espaciais são, de fato, abordagens que levam em consideração a diferenciação entre ambientes sociais e implicitamente definem tais ambientes a partir de unidades geodemográficas de análise sem considerar características espaciais de tais ambientes e de sua organização.

Reardon e O'Sullivan (2004) observaram que as dimensões da segregação de Denton e Massey (1988) poderiam ser subsumidas em uma tipologia determinada por dois eixos de configuração socioespacial: a variação entre dispersão/agrupamento (*evenness / clustering*) e a variação entre isolamento/exposição (*isolation / exposure*).

[14] Uma explicação especialmente detalhada e ilustrada de tais problemas pode ser encontrada em português em Sabatini e Sierralta (2006), assim como em Feitosa (2005). E uma extensa discussão sobre a questão pode ser encontrada, em inglês, em Reardon e O'Sullivan (2004)

Nenhum dos eixos se refere a dimensões não-espaciais da segregação, pois ambos são indicadores de duas dinâmicas socioespaciais diferentes que caracterizam possibilidades de configurações mais ou menos segregadas. O eixo dispersão/agrupamento se refere ao grau de equilíbrio da distribuição da ocupação residencial dos diferentes grupos sociais na cidade e o eixo isolamento/exposição diz respeito ao potencial de encontro desses grupos distintos em função da distância física entre eles. O diagrama abaixo ilustra com clareza os eixos de segregação apontados por Reardon e O'Sullivan (2004):

Figura 01 - Dimensões da segregação residencial propostas por Reardon e O'Sullivan



Fonte: Reardon e O'Sullivan (2004)

A partir desse terceiro período de desenvolvimento, aponta Fowler (2016), acumularam-se na literatura métodos para a incorporação das distâncias e das características espaciais de unidades de análise como forma de enriquecer a significância geográfica das unidades geodemográficas de agregação de dados. Métodos de delimitação geográfica e de ponderação estatística de proporções populacionais para unidades espaciais entendidas como ambientes locais (*local environments*), conforme proposto por Reardon e O'Sullivan (2004), ou como localidades, conforme proposto por Feitosa et al (2007), são exemplos de como a busca por medidas espaciais de

segregação incorporaram mudanças conceituais em torno das unidades geodemográficas de análise, gerando modelos estatísticos significativamente mais complexos para a mensuração da segregação.

Fowler (2016) observa que, com a compreensão da importância da contextualização espacial dos dados observados, os estudos em segregação adquiriram um melhor entendimento sobre como pressuposições sobre a extensão das unidades observacionais alteram significativamente as mensurações de segregação. A vigilância metodológica em torno da espacialidade das medidas de segregação colocou em relevo especialmente as inconsistências relacionadas a escalas espaciais de análise e, consequentemente, também o fato de que medidas globais de segregação (i.e., que produzem valores únicos para indicar a intensidade da segregação em um recorte geográfico como um todo) invisibilizam especificidades localizadas da ordenação espacial das cidades, pois sabe-se que a segregação é um fenômeno que se manifesta diferencialmente no espaço urbano, onde existem áreas específicas que podem ser qualificadas como mais ou menos segregadas.

Para tentar capturar essas variações locais e produzir representações mais precisas da segregação no interior das cidades, estudos passaram a se debruçar mais sobre medidas locais de segregação, que avaliam o grau de segregação de áreas específicas dentro das cidades e o quanto tais áreas contribuem para medidas globais. Esse processo de decomposição de índices globais em formas de mensuração locais e a inconsistência de resultados em diferentes escalas demonstrou que não é possível determinar uma escala espacial correta ou mais adequada para a análise da segregação. Diferentes escalas podem apresentar tendências diferentes ou mesmo contraditórias de segregação residencial. Desse modo, a compreensão adequada do fenômeno passou a demandar, além da apreciação de múltiplas medidas que endereçam suas diferentes dimensões, também a sua análise em múltiplas escalas, seja valendo-se da modulação de "larguras de banda" nos modelos utilizados (FEITOSA et al, 2007), seja adotando modelos que tentam produzir um "perfil de segregação" que expresse a segregação como uma função da escala de análise (REARDON et al, 2008 apud FOWLER).

Fowler (2016) defende mais precisamente que a segregação deve ser compreendida como um fenômeno multiescalar, argumentando que é insuficiente simplesmente aceitar que se trata de um fenômeno que é observado diferentemente em

diferentes escalas. Para o autor, métodos e teorias tradicionais da segregação já não são mais suficientes para dar conta dos padrões de diferenciação residencial complexos que se revelam conforme aferições da segregação residencial entre diferentes escalas em uma mesma cidade variam. A complexidade desses padrões, defende o autor, deve ser correspondida por representações igualmente mais complexas.

Embora há muito seja teoricamente bem entendido no âmbito dos estudos urbanos que vizinhanças ou lugares são resultados complexos de interações de processos que vão do individual ao global e que mensurações demográficas variam em função da escala espacial de observação, as representações quantitativas desses processos interagentes em múltiplas escalas não parecem capazes de acompanhar tais entendimentos. Para Fowler (2016), é preciso conceber segregação e diversidade como configurações que produzem uma a outra em diferentes escalas. O grau de segregação ou diversidade em uma escala é dependente do grau de segregação e diversidade em outra. Teoricamente, um único domicílio, que tende à semelhança social, é uma unidade completamente segregada de seus vizinhos. A coleção de domicílios socialmente diferentes em um quarteirão, entretanto, torna-o uma unidade espacial diversa. Mas a coleção de quarteirões diversos de forma específica (aglomerando todas as etnias que podem ser subsumidas à categoria de não-branco, por exemplo) ou majoritariamente habitados por um grupo social específico produz uma vizinhança segregada, que, por sua vez, pode compor um bairro diverso pela diversidade de vizinhanças, e assim por diante. Os estudos em segregação deveriam se concentrar menos em determinar o status de segregado ou diverso a determinada unidade de observação, argumenta Fowler (2016), e mais em tentar representar e compreender o contexto em que segregação e diversidade se relacionam.

A metodologia proposta por Fowler (2016) com o intuito de compreender a segregação de forma multiescalar é, em linha gerais, uma espécie de perfil de segregação mensurado a partir de uma unidade espacial inicial até o limite da totalidade de uma área estudada. A partir da identificação de um grau inicial de segregação/diversidade em dada unidade espacial (e.g., um domicílio), pode-se definir o tamanho e os limites de uma vizinhança avaliando a continuidade do grau inicial constatado em mensurações de unidades de área progressivamente maiores (um edifício, uma quadra, um setor censitário). Em seguida, pode-se definir a intensidade das

fronteiras de uma vizinhança em função da expressividade da transformação do grau de segregação/diversidade inicial após a ultrapassagem dos limites da vizinhança identificada. Quanto maior e mais curta é essa transformação, maior a diferença entre vizinhanças. A proposta de Fowler é melhor ilustrada a partir da ideia de que um gráfico de linha representando a intensidade da segregação/diversidade sobe e desce conforme um indivíduo - completamente segregado em seu domicílio - caminha sobre um linha reta, aumentando progressivamente a área de análise incorporada como unidade de mensuração, e agrupa no cálculo de nível de segregação/diversidade todos os outros indivíduos que poderia encontrar no caminho naquela unidade de área.

Tal analogia proposta por Fowler (2016), ilustrando com a ideia de movimento e variação de potenciais de encontro de um indivíduo com outros em diferentes recortes espaciais, é um precioso exemplo de como os estudos quantitativos em segregação começam a superar a centralidade do modelo ecológico do mosaico de áreas sociais, que toma a fixidez do urbano fragmentado em unidades geográficas (e.g., quadras, ruas, setores censitários, bairros, distritos) e sociais (e.g., vizinhanças) discretas como ponto de partida analítico para, depois, tentar compreender a inter-relação produtiva entre agente e meio.

O movimento metodológico de mensuração em direção a escalas progressivamente mais locais e de esforços teóricos para conciliar as variações de mensurações resultantes alcançam um ponto de mudança paradigmática que caracteriza o que apontaremos, em diálogo com Lisboa et al (2023), como um quarto período de desenvolvimento de mensurações da segregação, marcado pela ideia de medidas centradas no indivíduo. Entretanto, uma discussão mais detalhada sobre essa mudança de perspectiva baseada na transformação radical de unidades de análise com o intuito de mensurar dimensões da segregação inconcebíveis por meio de medidas “tradicionais” é um tema que será abordado em mais detalhes no tópico dedicado ao que apontamos como a concepção ampla de segregação, que engloba diferentes problematizações em torno da diferenciação socioespacial nas cidades que fogem à possibilidade de captura pelas lentes do paradigma ecológico do mosaico urbano.

2.2.3.2. *Os modelos morfológicos clássicos da primeira metade do século XX: descrever e tipificar a estrutura socioespacial das cidades*

Os estudos em segregação também foram pautados pela busca por configurações típicas a partir da sua ocorrência, identificando e descrevendo padrões e tendências de ordenação socioespacial das cidades que uma vez representados em tipos ideais morfológicos, poderiam ser tomados como objetos de estudo a partir dos quais conclusões sobre a segregação poderiam ser derivadas.

Como vimos no tópico anterior, a necessidade de avaliar de forma objetiva a diferenciação socioespacial estimulou o desenvolvimento metodológico em torno da mensuração e descrição do estado de segregação das cidades, enfatizando em maior ou menor grau a espacialidade desse processo. Um tema de investigação relacionado igualmente importante foi a busca pela tipificação morfológica da ordenação socioespacial das cidades em áreas sociais. Há uma diferença entre o esforço de descrever objetivamente os resultados do processo de segregação em termos de qualidade e diferença entre áreas socialmente caracterizadas - i.e., constatando graus de diferença social e características geográficas (distâncias, aglomeração etc.) a partir de modelos estatísticos construídos sobre dados socioeconômicos agregados em unidades espaciais - e o esforço de tipificar configurações resultantes do processo de diferenciação de áreas da cidade em termos sociais, espaciais e funcionais.

Tratam-se, sem dúvida, de esforços que caminham juntos, e que juntos representam a essência do paradigma ecológico do mosaico urbano, mas não necessariamente ocorrem em conjunto e, frequentemente, são representações contraditórias. Ao longo do desenvolvimento dos estudos em segregação, foram precisamente mensurações empíricas da diferenciação socioespacial que desafiaram a validade de modelos morfológicos e estimularam a produção de novas tipificações mais complexas.

Enquanto medidas de segregação são a culminação do esforço de identificação empírica das diferenças socioespaciais a partir de modelos estatísticos espacializados e da busca por resultados comparáveis, os modelos morfológicos são tipos ideais que tentam representar configurações da diferenciação socioespacial das cidades como um todo, ilustrando tendências de organização que teoricamente se repetem no tempo e no

espaço e a partir das quais o processo de segregação pode ser interpretado e a estrutura socioespacial das cidades teoricamente antecipada.

Efetivamente, a constatação da repetição de certos padrões gerais de ordenamento do espaço sugere, sim, a existência de tendências universais de organização socioespacial que podem ser abstraídas das manifestações concretas, contextualizadas e idiossincráticas das cidades reais tomadas como objeto de análise. As tentativas de mapeamento, produzindo representações de estruturas geográficas do espaço interior das cidades como sistemas de áreas típicas, enfatizando as semelhanças abstratas entre diferentes casos em detrimento de especificidades geográficas e sociológicas concretas dos diferentes casos, foram importantes passos no fortalecimento do paradigma do mosaico urbano. Consequentemente, também o foram na consolidação da segregação residencial como principal parâmetro para a aferição da diferenciação e separação social no espaço urbano.

Muito embora atualmente modelos explicativos de tendências de organização do espaço urbano foquem muito mais a representação de processos generativos que levam em conta diferentes variáveis, e não em formas resultantes, alguns modelos morfológicos clássicos ainda são importantes ferramentas a partir das quais as ordenações socioespaciais formais das cidades podem ser abstraídas, comparadas e interpretadas em busca de conclusões e previsões não tanto universais, mas também não idiossincráticas, localmente restritas. É importante, portanto, versar superficialmente sobre alguns dos modelos morfológicos clássicos que subsistem com força conceitual e histórica na literatura para subsidiar nossa discussão posterior em torno do que é verificado empiricamente por Villaça (2019) como um padrão morfológico típico das grandes cidades brasileiras. Morfologia que demonstraremos também se manifestar na cidade de Fortaleza.

2.2.3.2.1. O modelo centro x periferia de círculos concêntricos de Kohl-Sjoberg

O primeiro e mais antigo padrão de estrutura socioespacial urbana comumente apontado na literatura é o modelo de Kohl-Sjoberg. Em 1841, o geógrafo e historiador alemão Johann Georg Kohl (1841) publicou *Der Verkehr und die Ansiedlungen der*

Menschen in ihrer Abhängigkeit von der Gestalt der Erdoberfläche[15], onde propôs o que foi tardiamente reconhecido pela literatura[16] como uma pioneira proposta de modelo morfológico de estruturação do espaço urbano. Baseado em observações comparadas de cidades pré-industriais europeias continentais, ainda não afetadas pelos efeitos transformadores da industrialização, Kohl tentou expor leis de tendência à organização espacial radial em círculos concêntricos das cidades, enfatizando a influência de rotas de transporte. Ele observou que as elites ocupavam o centro - o lugar de acúmulo de infraestrutura, acessibilidade e prestígio - e as camadas mais pobres ocupavam círculos periféricos ao núcleo urbano progressivamente mais distantes.

Um século mais tarde, na década de 1960, o sociólogo sueco Gideon Sjoberg (1960) publicou *The Pre-Industrial City*, um importante estudo comparativo sobre o padrão de organização espacial de cidades pré-industriais e apontou, independentemente de Kohl, um padrão radial de organização dos espaços urbanos. O reconhecimento tardio do trabalho de Kohl e o impacto do trabalho Sjoberg na literatura dos estudos urbanos resultaram na nomeação contemporânea do modelo de Kohl-Sjoberg para se referir à estrutura típica radial de ordenação do espaço urbano em um núcleo central e zonas concêntricas periféricas, com as elites ocupando a centralidade historicamente mais bem servida e desenvolvida das cidades e os mais pobres os cinturões periféricos, menos infra-estruturados.

A configuração das cidades entre centro e periferia certamente não é estranha à realidade urbana brasileira. Malgrado os perigos de um reducionismo dualista que simplifica a distinção entre centros ricos e periferias pobres, esse padrão de divisão ainda se mostra como uma importante tipologia para a compreensão da configuração de cidades ao redor do mundo, não só pela sua verificação histórica em cidades pré-industriais ao redor do globo, mas especialmente pelo fato de que ainda hoje se trata de uma estrutura que pode ser abstraída da configuração concreta de diversas cidades no mundo.

---

[15] Obra não traduzida para o português. Em tradução livre: "O tráfego e os assentamentos humanos na sua dependência da forma da superfície terrestre".

[16] Peucker (1968) realiza interessante defesa de Kohl como um predecessor da geografia teórica em artigo no final da década de 1960, ilustrando o quão tardio foi o reconhecimento do seu pensamento.

2.2.3.2.2. O modelo centro x subúrbio de círculos concêntricos de Engels e Burgess

Curiosamente, na mesma década em que Kohl produziu seu estudo, Friedrich Engels (1975) publicou *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Em suas observações, o autor descreveu minuciosamente transformações na cidade de Manchester, que, naquele momento, como enfatiza Hall (1998), despontava como a primeira grande cidade industrial do mundo, graças ao acelerado desenvolvimento da sua produção têxtil. A rápida industrialização gerou um explosivo crescimento demográfico, acarretando na concentração da massa proletária em precárias condições habitacionais em cortiços situados em torno de pólos industriais nas proximidades da centralidade urbana. Como consequência, Engels constatou que ocorria um movimento de mudança de localização residencial por parte das elites, abandonando os centros urbanos adensados em busca de subúrbios mais amenos, com melhores condições habitacionais. Observando a industrialização capitalista em seu berço inglês, poucas décadas depois de Kohl registrar os padrões urbanos pré-industriais europeus, Engels proporcionou evidência em primeira mão da relação entre a reestruturação socioespacial das cidades e a reestruturação econômica e societária da industrialização capitalista[17].

Assim Kohl, Engels também teve suas observações tardiamente reconhecidas nos estudos urbanos. Em 1925, quase oitenta anos depois da publicação de Engels, Ernest Burgess (1967) - liderança da primeira geração da Escola de Chicago ao lado de Robert Park - publicou seu célebre modelo de estrutura e crescimento urbano, sintetizado no texto *The growth of the city*. Independentemente de Engels, e do outro lado do oceano Atlântico, Burgess identificou um arranjo dos grupos sociais semelhante ao observar e tipificar em diferentes áreas a estrutura socioespacial da cidade de Chicago.

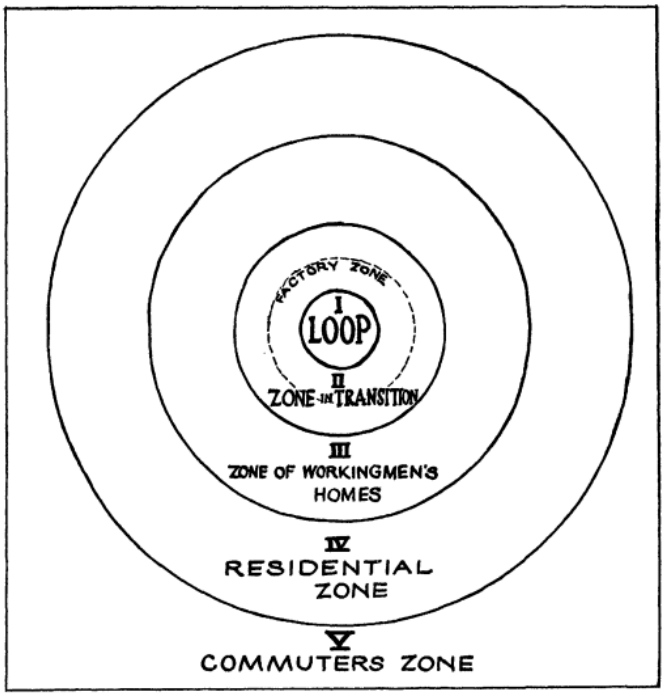
Burgess constatou que a população mais pobre tendia a se concentrar em torno do centro da cidade, enquanto grupos sociais mais afluentes tendiam a habitar os subúrbios mais amenos das cidades, distanciando-se dos problemas ambientais e socioeconômicos da urbanização. Mapeando as vizinhanças de Chicago, ele observou

[17] Algumas décadas mais tarde, em textos publicados entre 1972-73, coligidos na coletânea *Sobre a questão da moradia*, Engels (2015) debate com o "socialismo burguês" sobre o déficit habitacional, que então já se conformava como um grave problema social na Alemanha em urbanização, e tenta demonstrar o nexo entre a escassez de moradias, a precarização das condições de habitação nas cidades e as relações de produção capitalistas. Esse é, possivelmente, o primeiro esforço marxista dirigido para a compreensão da produção capitalista do espaço urbano.

que diferentes zonas caracterizadas funcional e socialmente surgiam em torno do que chamou de *Central Business District* (CBD), o núcleo urbano de uso predominantemente comercial e de serviços e com uma consequente concentração de preços do solo mais elevados. Embora o CBD abrigasse apartamentos residenciais e hoteis de alto padrão, Burgess concebeu que ao redor desse núcleo central de alta valorização se produziam quatro outras zonas residenciais típicas, que se tornavam progressivamente mais afluentes e menos adensadas: indo de uma zona de transição entre usos comerciais e residenciais de baixo padrão, passando por áreas de habitação verticalizadas de grupos mais pobres até alcançar as áreas residenciais mais nobres nos subúrbios da cidade, em que se encontravam as habitações unifamiliares de melhor qualidade e em localizações ambientalmente mais amenas.

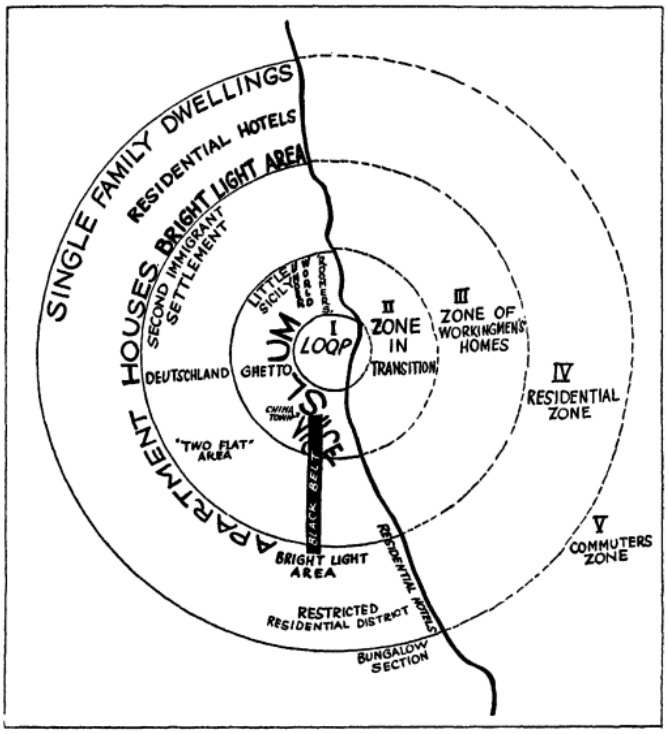
Essa estrutura - típica da urbanização estadunidense, onde o automóvel particular foi popularizado muito cedo - se constitui em uma inversão do modelo pré-industrial de Kohl-Sjoberg, em que as vantagens locacionais do centro estimulam a sua apropriação residencial pelas elites. Burgess observou que o elevado "metabolismo" do centro tende a atrair usos comerciais, elevando o preço do solo central. Isso estimula o adensamento da força de trabalho ao seu redor e a geração de externalidades de tais transformações no uso do espaço, fatores que, por sua vez, estimulam a evasão da população de maior renda para "fora" das cidades, em busca dos subúrbios. Ele entendia que o crescimento demográfico gerava uma pressão de expansão da cidade para o exterior mantendo um crescimento proporcional das suas zonas típicas, ou seja, um inchaço que tendia a manter inalterada a estrutura de zonas concêntricas em torno do CBD, aumentando apenas a população e as áreas ocupadas por essas zonas, de modo que uma zona passaria a invadir a zona imediatamente exterior (Figuras 02 e 03). Para Burgess, o adensamento demográfico e o consequente aumento pela competição por usos do solo, o aumento do metabolismo urbano, fazendo com que as zonas concêntricas cresçam umas sobre as outras, geram movimentos contínuos de desorganização e reorganização das áreas sociais da cidade, movimentos de transformação do espaço urbano caracterizados pelos processos ecológicos de invasão, adaptação e sucessão de grupos sociais.

Figura 02 - O crescimento concêntrico da cidade concebido por E. Burgess



Fonte: Burgess (2019, p. 51)

Figura 03 - As áreas urbanas de Chicago no modelo concêntrico de Burgess



Fonte: Burgess (2019, p. 55)

Considerando o então desconhecimento dos trabalhos de Kohl e de Engels, o modelo de Burgess foi uma importante inovação para a sociologia urbana. Seu trabalho não se tratava apenas de um esforço de representação do espaço urbano a partir de dados empíricos sobre as características e localizações de grupos sociais, mas era sobretudo uma tentativa de representar uma lógica de ordenação socioespacial e crescimento das cidades a partir dos princípios da Ecologia Humana, ou seja, do comportamento social e econômico dos diferentes grupos em competição por recursos no contexto urbano. Mais do que mapear as áreas da cidade, o autor pretendia compreender a relação entre princípios de organização da vida social e os arranjos espaciais das atividades humanas, de modo a revelar os mecanismos de organização e crescimento das cidades para que sua gestão se tornasse científica.

O trabalho de Burgess foi o principal responsável por popularizar o primeiro modelo de estruturação socioespacial das cidades no âmbito da sociologia urbana. Mesmo que muito rapidamente seu modelo tenha se mostrado não transponível para outros contextos de análise (mesmo na realidade urbana dos EUA), a partir dele se desenvolveu uma rica linha de investigação empírica, interdisciplinar e comparada em torno das estruturas e processos de estruturação dos espaços intraurbanos e metropolitanos.

2.2.3.2.3. O modelo de setores de círculos de Hoyt

Na esteira da linha de investigação inaugurada por Burgess nos EUA, Homer Hoyt (1939) publicou *The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities*. Publicado em 1939, esse trabalho sintetiza a sua teoria dos setores de círculos, onde o autor propõe, com base em análises econométricas e espaciais empíricas de múltiplas cidades, um modelo morfológico de estrutura urbana que apresentou muito mais aderência à realidade urbana dentro e fora dos EUA do que o pioneiro modelo de círculos concêntricos proposto anteriormente por Burgess.

Aluno da Universidade de Chicago, economista e consultor de investimentos imobiliários para instituições públicas e privadas, a primeira grande contribuição para os estudos urbanos de Hoyt consistiu na sua tese de doutoramento (HOYT, 2000), uma minuciosa investigação da variação de investimentos imobiliários em um período de

100 anos na cidade de Chicago. Sua pesquisa identificou não apenas a existência de ciclos econômicos imobiliários, mas um nexo entre variações de preços imobiliários e a ocorrência de eventos históricos (como a guerra civil americana e a primeira guerra mundial) ou a instalação de novas infraestruturas de transporte (como a construção de canais, ferrovias e linhas de bonde).

Conforme Beauregard (2007), a experiência empírica e conhecimento do mercado imobiliário de Hoyt contradiziam o modelo de círculos concêntricos de Burgess e lhe indicavam, sobretudo, a hipótese da influência de vias de transporte na variação dos preços do solo e, consequentemente, da relação entre a localização de grupos de alta renda no espaço urbano e localizações de infraestruturas de mobilidade.

Expandindo suas investigações para além de Chicago, Hoyt posteriormente realizou um vasto estudo empírico comparado de 64 cidades estadunidenses. Suas análises, no entanto, eram pautadas não pela busca de princípios sociológicos explicativos, como ensaiado por Burgess, mas na operacionalização prática de conhecimento empírico para melhor determinar o montante, tempo e localização de investimentos imobiliários, assim como para definir estratégias comerciais de análises e concessões de créditos imobiliários para a população. A partir de análises econométricas e do uso da técnica de sobreposições de mapeamentos (overlay mapping) de variáveis proxy - como raça ou etnia, por exemplo, criando condições para a prática, hoje ilegal, de redlining nos EUA - Hoyt pretendia determinar a solvência ou potencial de consumo de vizinhanças inteiras. Sua intenção era produzir uma metodologia para determinar a localização de áreas com potencial de crescimento e de retorno de investimentos a partir dos padrões locacionais de diferentes grupos sociais nas cidades.

Em *The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities*, Hoyt (1939) demonstrou que as cidades estadunidenses não apresentavam o padrão de crescimento radial, com as classes sociais ocupando diferentes aneis concêntricos em torno de um CBD, como havia concebido Burgess. Ele observou que as cidades apresentavam configuração de áreas sociais em setores de círculos, organizados radialmente em torno do CBD, determinados principalmente pelo desenho de expansão radial centro-periferia de eixos de mobilidade e, em segundo lugar, por fatores funcionais e geográficos locais (Figura 04). Burgess havia concebido que as cidades inchavam uma expansão radial proporcional para o exterior, ampliando as zonas

concêntricas conforme o aumento da demanda pelo solo próximo ao CBD estimulava sua expansão e o efeito de crescimento das zonas circundantes, mas Hoyt observou que esse crescimento para o exterior ocorre seguindo os principais vetores de tráfego e a localização diferencial de infraestruturas, de externalidades negativas e de amenidades urbanas.

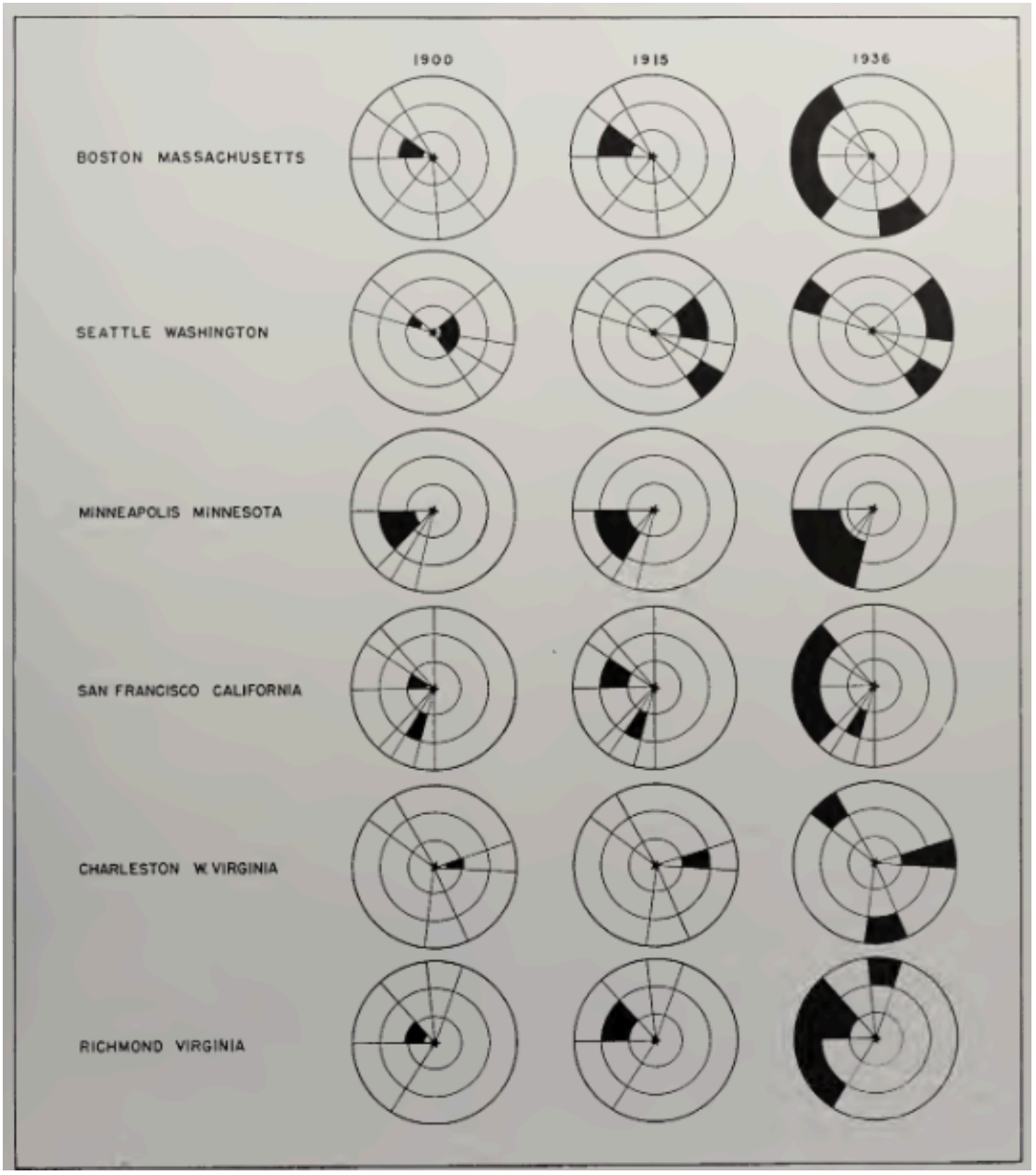
Segundo a sua teoria dos setores de círculos, as camadas mais pobres se localizam nas proximidades de eixos de mobilidade que otimizam seu acesso ao trabalho (i.e., o acesso a zonas industriais ou polos de empregos não especializados), arcando com as externalidades negativas da urbanização, como o adensamento excessivo, a pior qualificação geográfica (e.g., áreas alagáveis ou próximas a fontes de poluição) e menores possibilidades de expansão externa. Já as camadas mais ricas tenderiam a garantir sua localização em torno de eixos de mobilidade rápida que dão um acesso mais fácil, embora mais oneroso, à concentração de infraestrutura e serviços, em áreas que apresentam maiores ofertas de amenidades (e.g., menor densidade e poluição, áreas com cotas mais altas e mais ventiladas, ao longo de corpos hídricos não utilizados por indústrias, com possibilidades de habitações maiores) e menores restrições para a expansão geográfica em direção a novas áreas rurais não adensadas ou em direção de outros centros comerciais.

Hoyt foi capaz de demonstrar a validade da percepção de um fenômeno comum em diversas cidades: bairros de alta renda tendem a crescer em uma mesma direção e não a se desenvolver em pontos opostos ou aleatórios da cidade. A explicação de tal fenômeno, segundo a teoria de Hoyt, jaz na inércia das vantagens locacionais, difíceis de serem reproduzidas em outros locais, estimulando a concentração dos grupos de alta renda em um único setor da cidade.

Na década de 1960, Hoyt (2008) já havia realizado diversos estudos verificando semelhanças e diferenças entre grandes cidades latino-americanas, europeias e as cidades estadunidenses, argumentando em favor da aderência do seu modelo de setores de círculos. O autor percebeu que mesmo em cidades latinas, por exemplo, apesar das diferenças socioeconômicas e históricas nos processos de urbanização e organização espacial, as habitações de alto padrão tendiam a se desenvolver em um único lado das cidades. Mas, por outro lado, o próprio autor não se furtou a observar como a rápida multiplicação do automóvel particular e de grandes empreendimentos imobiliários,

como shopping centers e hipermercados regionais, se mostraram como elementos que produziram cinturões viários radiais e grandes polos comerciais geradores de fluxo e valorização imobiliária fora dos CBDs, fazendo emergir, a partir do pós-guerra, novos padrões de configuração do espaço urbano que se desenvolviam e desafiavam seu próprio modelo.

Figura 04 - Representação teórica de mudanças de áreas valorizadas [*fashionable*] em seis cidades estadunidenses entre 1900 e 1936, ilustrando a configuração de setores de círculos de H. Hoyt



Fonte: Hoyt (1939, p. 115)

2.2.3.2.4. A permanência clássica dos modelos morfológicos como tipos ideais

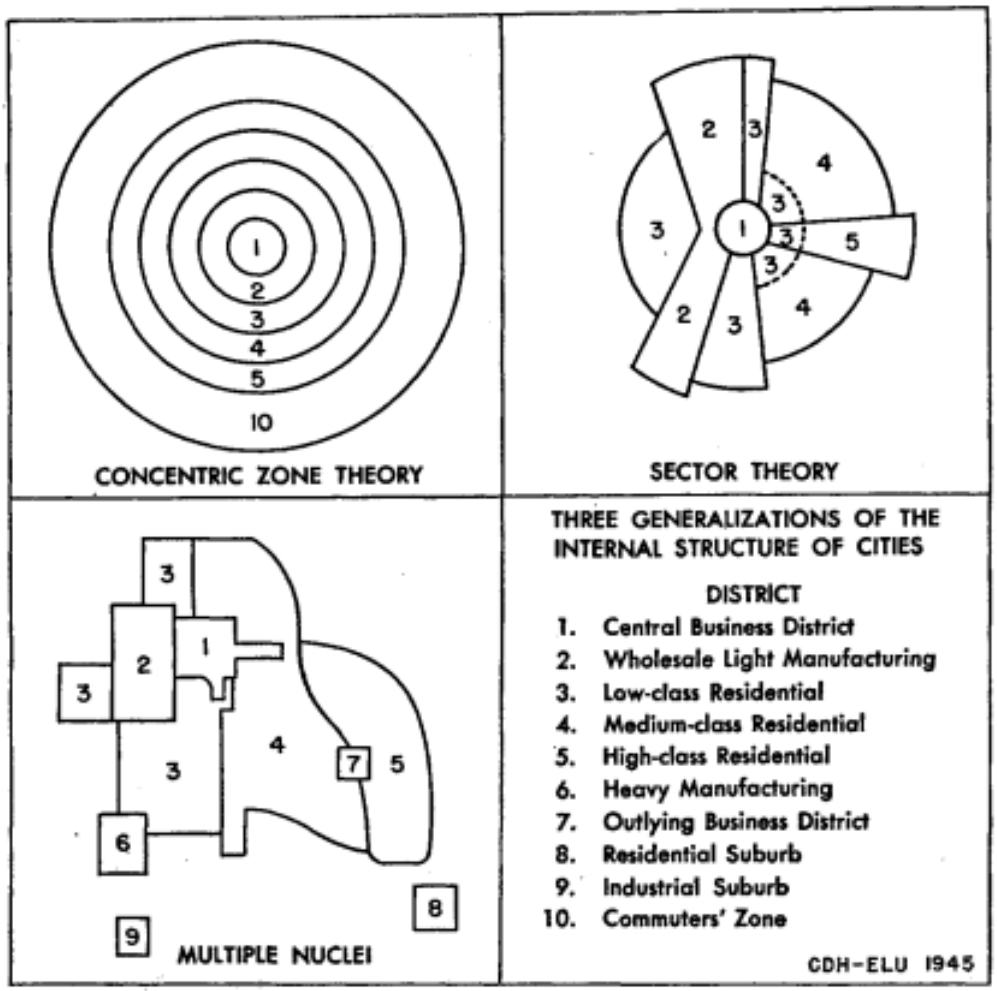
Inevitavelmente, o modelo morfológico de setores de círculos de Hoyt, publicado ainda em 1939, foi superado por modelos mais ricos, menos dependentes de um conjunto reduzido de variáveis e mais aderentes à complexidade dos processos de ordenação socioespacial das cidades.

Em 1945, por exemplo, Harris e Ullman (1945) já defendiam o seu modelo de núcleos múltiplos. Embora esses autores também trabalhassem com tipologias funcionais de zonas para descrever morfologicamente a estrutura do organização do espaço urbana, eles propunham que as cidades se originam a partir de um centro inicial, mas se expandem conforme se produzem novas centralidades regionais de usos especializados que agem como pontos de inflexão no processo de expansão urbana (Figura 05). Hoyt deu um primeiro passo para se afastar da ideia de um centro gravitacional em torno do qual cinturões circulares de áreas sociais se constituem, Harris e Ullman deram um passo a mais e se afastaram de explicações erigidas sobre a ideia de dinâmicas de organização espacial a partir de um centro único, pavimentando caminho para modelos que levariam em conta fatores históricos e situacionais de cada cidade, assim como demandas e influências das diferentes atividades econômicas, fenômenos culturais e novas formas de interações que estruturam as cidades como expressão espacial histórica e com historicidade de diferentes formações sociais.

Ao longo da segunda metade do século XX, o programa de pesquisa em torno da estruturação do espaço urbano incorporou o desenvolvimento de refinamentos em métodos estatísticos e da capacidade computacional informática aplicadas à análise espacial, produzindo modelos progressivamente mais refinados. Como observam Li e Gong (2016), em um rico panorama sobre o desenvolvimento de modelos morfológicos, a modelagem de processos de crescimento urbano avançaram na conceptualização de fenômenos tanto em termos de diferentes espacialidades - do macro para o micro, considerando em mais detalhes a heterogeneidade e as expressões de diferentes interações socioeconômicas, funcionais e naturais entre agentes e coisas - quanto em termos de temporalidade - evoluindo de descrições estáticas de estruturas para modelagens dinâmicas, centradas mais em descrições aderentes de processos generativos do que propriamente de características morfológicas. Esse movimento teórico-metodológico resultou na construção de diferentes paradigmas de modelagem,

tais como modelos baseados em automação celular, em usos do solo e transportes ou modelos baseados em agentes. Além disso, observam Li e Gong, os estudos urbanos buscaram cada vez mais a conciliação de modelos baseados em diferentes paradigmas e variáveis, integrando-os para alcançar compreensões muito mais detalhadas dos processos de estruturação urbana (Figura 06).

Figura 05 - Comparação de abstrações das estruturas internas das cidades por Harris e Ullman



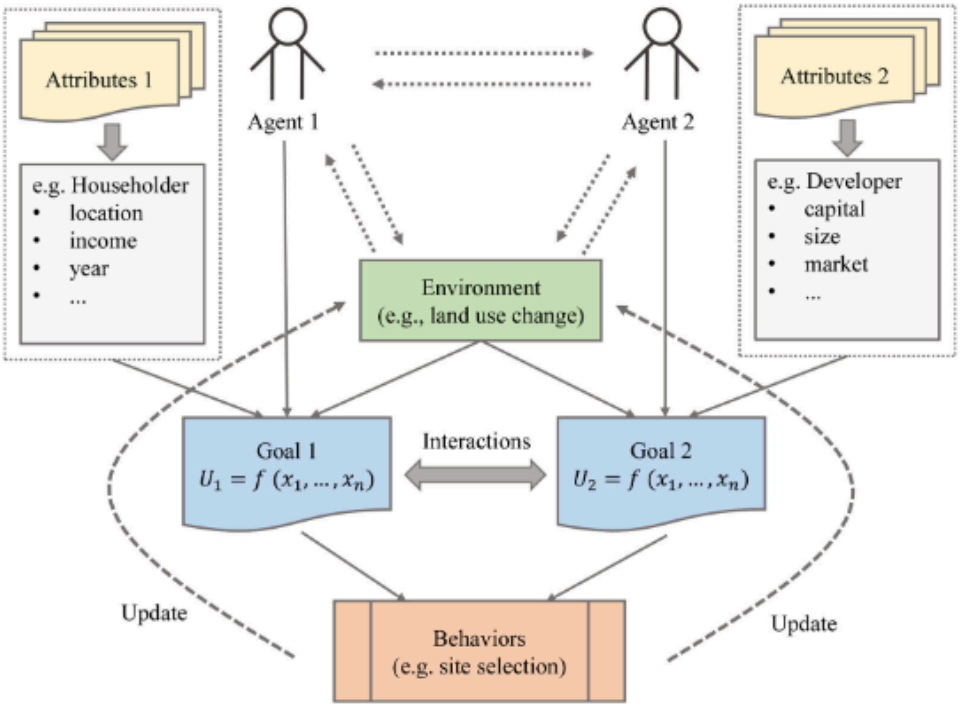
Fonte: Harris e Ullman (1945, p. 13)

O avanço de modelos morfológicos estáticos para modelagem dinâmica de processos generativos possibilita representações mais aderentes à complexidade dos diferentes contextos urbanos, mas, inevitavelmente, tais representações, conforme ganham em especificidade, perdem o valor heurístico comparativo de tipos ideais oferecido pelos modelos morfológicos clássicos para estudos comparativos. Há uma

produtividade teórica a ser explorada por abstrações mais gerais dos fenômenos, permitindo encontrar padrões que relacionam objetos, apesar da unicidade do conjunto de suas particularidades, a efeitos e causas comuns, revelando processos em operação que de outra forma permaneceriam sem hipóteses que os colocassem em evidência e escrutínio.

Em comum, os modelos morfológicos tentam capturar padrões funcionais do uso do solo das cidades, procurando classificá-los e encontrar inter-relações entre eles, enfatizando especialmente a distribuição do uso habitacional de grupos sociais de renda ou etnia. Esta é, como argumentamos antes, uma lógica fundamental do paradigma ecológico do mosaico urbano, que une diferentes abordagens teóricas em um consenso ontológico profundo. Desse modo, os retratos de modelos morfológicos das cidades, embora demasiado abstratos, tornaram-se valiosos pontos focais para o estudo dos processos de segregação como fenômenos de reprodução de estruturas e assimetrias sociais, estudando a operação de processos genéticos a partir de resultados típicos que os revelam, sejam estes processos mecanismos ecológicos, econômicos, políticos ou culturais.

Figura 06 - Diagrama esquemático de modelagem baseada em agentes, ilustrando a ênfase na dinâmica processual de configuração de um sistema urbano como objeto de análise



Fonte: Li e Gong (2016, p. 5)

2.2.3.2.5. Os modelos morfológicos clássicos no contexto latino-americano e brasileiro: apreendendo reestruturações do urbano e de reestruturações teóricas

Se pretendemos compreender os potenciais da ideia de segregação residencial tanto quanto os seus limites para discutir a extensão em que distâncias sociais e físicas se articulam nas cidades brasileiras, é imperativo discutir as leituras morfológicas sobre o urbano brasileiro que marcam os estudos urbanos latinos e nacionais.

Ao tentar identificar semelhanças e divergências em diferentes contextos de análise, o resultado de estudos comparados a partir de modelos morfológicos das cidades foi a concepção de um processo evolutivo típico - e de pretensões universalizantes etnocêntricas - da organização do espaço urbano. Sjoberg (1960; 1975), por exemplo, ao comparar os padrões que identificou nas cidades pré-industriais com aqueles identificados nas cidades do norte global de seu tempo, teorizou que, com o desenvolvimento da industrialização e a criação de certas condições tecnológicas, todas as cidades tenderiam a experimentar os mesmos processos reestruturação intraurbana e caminharam para configurações estruturalmente semelhantes. Da configuração típica centro x periferia pré-industrial, as cidades assumiriam estruturas semelhantes àquelas tipicamente verificadas no norte global. Casos em que padrões tipicamente pré-industriais ou pós-industriais não eram verificados foram classificados por Sjoberg (1975) como casos de cidades que se encontravam em processos de transição, como "cidades industrializantes".

É inegável que mudanças estruturais socioeconômicas trazidas com a industrialização se refletem no espaço urbano de uma sociedade que experimenta tal transformação societária. No entanto, como o próprio Sjoberg (1975, p. 197) observa, os processos de industrialização divergem no espaço e no tempo e interagem com as características socioeconômicas, culturais e geográficas locais, de modo que "diferentes nações seguem caminhos um tanto diferentes em direção à urbanização industrial".

No contexto da América Latina, onde a industrialização ocorreu tardia e aceleradamente, essa reestruturação dos espaços urbanos gerou configurações socioespaciais que desafiaram os modelos que tomavam as cidades do norte global como parâmetro. A ideia desenvolvimentista de que tais casos atípicos eram cidades em desenvolvimento cumpriu muito mais o propósito de sustentar as teorias produzidas, classificando casos não aderentes à configuração industrial tipicamente estadunidense

enquanto fases de cidades que tenderiam para tal. No entanto, o poder inercial do espaço historicamente construído aliado a fatores socioeconômicos específicos da urbanização acelerada das sociedades latinas mostraram que é insuficiente a ideia de que essas cidades iriam se conformar aos modelos industriais do norte quando alcançassem suficiente desenvolvimento econômico e tecnológico. É importante compreender a urbanização e a segregação socioespacial das cidades latinas como fenômenos específicos e que apresentam seus próprios padrões de organização.

Não restam dúvidas de que o crescimento urbano das cidades latinas transformou completamente o padrão histórico colonial tipicamente pré-industrial, gerando uma nova estrutura locacional de grupos no espaço. Os núcleos urbanos pré-industriais latinos foram produzidos tanto a partir de tendências "naturais" de organização determinadas por condições de mobilidade medievais, como a partir da imposição de regras urbanísticas coloniais renascentistas que objetivavam garantir funcional e simbolicamente o crescimento urbano permanentemente subjugado pelos centros, onde se localizavam os equipamentos de poder econômico, administrativo e ideológico[18].

Diferentes análises históricas do processo de urbanização latina ao longo do século XX mostraram que a estrutura urbana das cidades passou por diferentes configurações típicas ao longo do seu desenvolvimento. Schnore (1975), Mertins e Bähr (1981), Yujnovsky (1978), Borsdorf (2003) e Villaça (2017), por exemplo, observaram que nas grandes cidades latinas, os grupos sociais mais abastados deixaram de se concentrar nos seus centros históricos, conforme o adensamento das cidades e condições de mobilidade - como as linhas de bonde e posteriormente o automóvel - permitiram o distanciamento das externalidades negativas da urbanização ao mesmo tempo que garantiam o acesso aos seus benefícios. No entanto, esses autores também observaram que as cidades latinas não adotaram o padrão locacional de ocupação suburbana das elites típico das cidades estadunidenses. Caracterizadas pelo processo de hiperurbanização (CASTELLS, 1983) - em que os níveis de urbanização excedem o lastro produtivo da industrialização e geração de empregos, transformando as cidades

[18] A Lei das Índias, primeira legislação urbanística da era moderna, impunha aos assentamentos coloniais formas padronizadas que garantiam a centralidade administrativa, militar, econômica e simbólica dos colonizadores. Os planos trazidos da europa deviam adaptar-se à topografia local e deviam garantir o traçado regular renascentista em quadrícula, assim como a localização de edifícios e funções urbanas, adequando planos europeus ao contexto social e espacial conflituoso da colonização.

não em centros de produção, mas de concentração de populações desempregadas, pauperizadas, mal servidas, com uma desequilibrada concentração da rede serviços urbanos que reforça a segregação de classes - as grandes cidades latinas foram marcadas pela periferização e marginalização da pobreza em extensas ocupações - formais e informais - de baixa renda nos arrabaldes das cidades.

Yujnovsky (1978), avaliando o estado da urbanização latina na década de 1970, propôs que as cidades latinas passaram por uma evolução estrutural, classificando seus períodos de desenvolvimento. De assentamentos de origem colonial caracterizados por configurações pré-industriais de ocupação, a partir dos anos 1850, com os primeiros passos da industrialização no país, crescimento populacional e a chegada de tecnologias de transporte europeias, as cidades latinas apresentaram gradativamente um deslocamento das elites para áreas fora dos centros históricos. Chácaras foram transformadas em habitações permanentes e os centros históricos foram gradativamente deixados para usos predominantemente comerciais mais rentáveis e para ocupações residenciais de imigrantes de baixa renda que se constituíam na força de trabalho de tal concentração comercial. A partir da década de 1930, com novos setores de alta renda estabelecidos fora dos limites dos centros históricos e com a explosão demográfica das cidades em função da progressiva aceleração da industrialização das cidades, e posteriormente do campo, ocupações de populações de baixa renda esgarçaram cada vez mais os tecidos urbanos com a criação de loteamentos populares, conjuntos habitacionais e favelas em áreas desvalorizadas com pouca ou nenhuma infraestrutura de serviços, amiúde em áreas de risco, produzindo o processo de periferização da pobreza que hoje é tão familiar à realidade urbana brasileira.

A estrutura marcada pela apropriação de áreas centrais pelas elites e das relegação das periferias aos mais pobres, portanto, permaneceu como uma característica das cidades latinas, muito embora tal arranjo não se configure como uma simples reprodução - ou regressão - do modelo pré-industrial centro x periferia. O que Yujnovsky observou foi o processo de mudança e coexistência de padrões típicos de organização socioespacial. Após ou concomitantemente ao deslocamento das elites para fora dos centros históricos, sugerindo um movimento de suburbanização dos mais ricos, populações mais pobres ocupavam novamente as periferias, reconstituindo uma relação centro x periferia mais complexa. Estudos posteriores à análise da urbanização latina de

Yujnovsky datada dos anos 1970 constatam que, enquanto os estudos urbanos latinoamericanos se debruçaram sobre a marginalização espacial da pobreza na segunda metade do século XX, já começavam a se desenhar formas mais complexas de segregação dos mais ricos em condomínios fechados e um novo movimento de suburbanização das elites em direção às regiões metropolitanas, assim como também enfatizam padrões locacionais de populações de baixa renda nas áreas centrais, desafiando o modelo de cidade dual, dividida entre áreas nobres e pobres bem divididas e que podem ser bem delineadas em diagramas que reproduzem um mosaico de áreas sociais, aventando a ideia de fragmentação socioespacial urbana como processo mais complexo do que aquele comunicado pela segregação residencial ou funcional (CALDEIRA, 2000; BORSDORF, HIDALGO, 2009; SPOSITO, SPOSITO, 2020). A evolução da complexidade da configuração morfológica das cidades latinas associadas a períodos históricos de desenvolvimento é bem representada pelo diagrama representado na Figura 07, produzido por Borsdorf, Bähr, Janoschka (2002 apud BORSDORF, HIDALGO, 2009), que representa uma evolução de configurações de segregação de áreas que vão da ordenação da cidade colonial e pré-industrial compacta, que perdura até meados do século XIX, progressivamente se complexificando conforme a urbanização se desenvolve com áreas industriais, redes de transporte e novas tipologias de uso habitacional e comercial do espaço, produzindo a desagregação da organização concêntrica nas formas da cidade setorial, da cidade polarizada e na forma da aglomeração fragmentada.

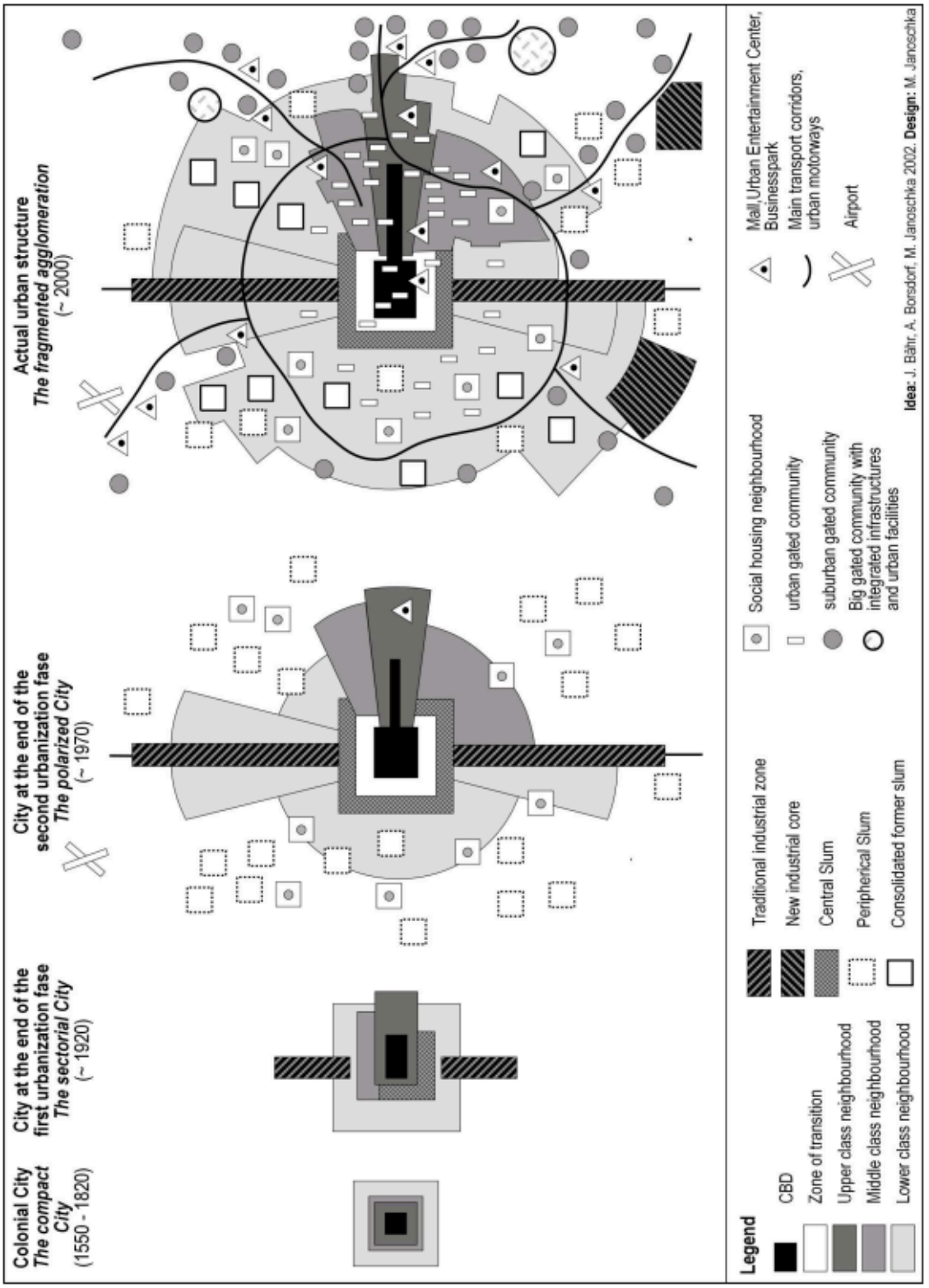
Será útil para nossa investigação discutir em mais detalhes os padrões de estruturação morfológica das cidades brasileiras para que possamos entender dois aspectos muito importantes das nossas cidades que coexistem conforme mudamos a escala de análise considerada.

Primeiramente, devemos dissertar sobre a tendência das grandes cidades brasileiras assumirem uma estrutura típica marcada pela aderência, até certo ponto, ao modelo de setores de círculos de Hoyt, mas também marcada pela permanência do poder de atração do centro, apresentando uma morfologia pré-industrial de divisão entre centro afluente e periferia pobre. A partir de minucioso estudo comparado realizado por Villaça (2017) veremos como esse padrão de organização se manifesta em função do comportamento da busca por acessibilidade como vantagem locacional e do efeito

inercial da infraestrutura de mobilidade e serviços instalados sobre os valores locacionais, mas, sobretudo, entenderemos que esse padrão se manifesta em função da segregação residencial, que, por sua vez, é resultante do poder de escolha locacional das elites urbanas e, consequentemente, de tais escolhas como estratégias de dominação de classe.

No entanto, como ressalva o próprio autor, dada a extrema desigualdade socioeconômica brasileira e o diminuto tamanho demográfico das camadas de maior poder econômico, as regiões de concentração de camadas de alta renda não necessariamente são regiões majoritariamente ocupadas por grupos de alta, mas sim as regiões onde a maior parte desses grupos se concentra nas cidades. Desse modo, nas cidades brasileiras, frequentemente as áreas de ocupação residencial das elites se encontram cercadas ou atravessadas por ocupações de baixa renda. Após uma leitura crítica dos padrões de segregação residencial no Brasil, portanto, dissertaremos sobre estudos em segregação que analisaram padrões habitacionais mais recentes e exploraram qualitativamente recortes mais locais, demonstrando como a distribuição espacial de diferenças sociais nas cidades tensiona não só modelos morfológicos de estrutura urbana, mas, em última análise, todo o paradigma do mosaico urbano, evidenciando que a correlação entre distâncias sociais e físicas não é tão simples como fazem parecer, por mais teoricamente ricas e empiricamente subsidiadas que sejam, as leituras baseadas nas raízes ecológicas de concepção do fenômeno urbano.

Figura 07 - Modelo do desenvolvimento estrutural urbano latinoamericano



Fonte: Borsdorf, Bähr, Janoschka (2002) apud Borsdorf, Hidalgo (2009)

2.2.3.3. A estrutura ecológica e a crítica marxista em Villaça: o modelo de setores de círculos a partir da segregação como processo de dominação

O urbanista Flávio Villaça (2017) produziu um dos mais importantes estudos empíricos comparados do desenvolvimento de padrões morfológicos das cidades brasileiras. Analisando seis capitais ao longo de um recorte histórico de mais de um século, da segunda metade do século XIX até os anos 1990, o autor observou que, embora os grandes centros urbanos brasileiros sejam caracterizados pela marcada divisão em áreas centrais e periféricas de grande contraste socioeconômico, eles também apresentam uma configuração típica de áreas sociais, bem representada pelo modelo de setores de círculos de Homer Hoyt.

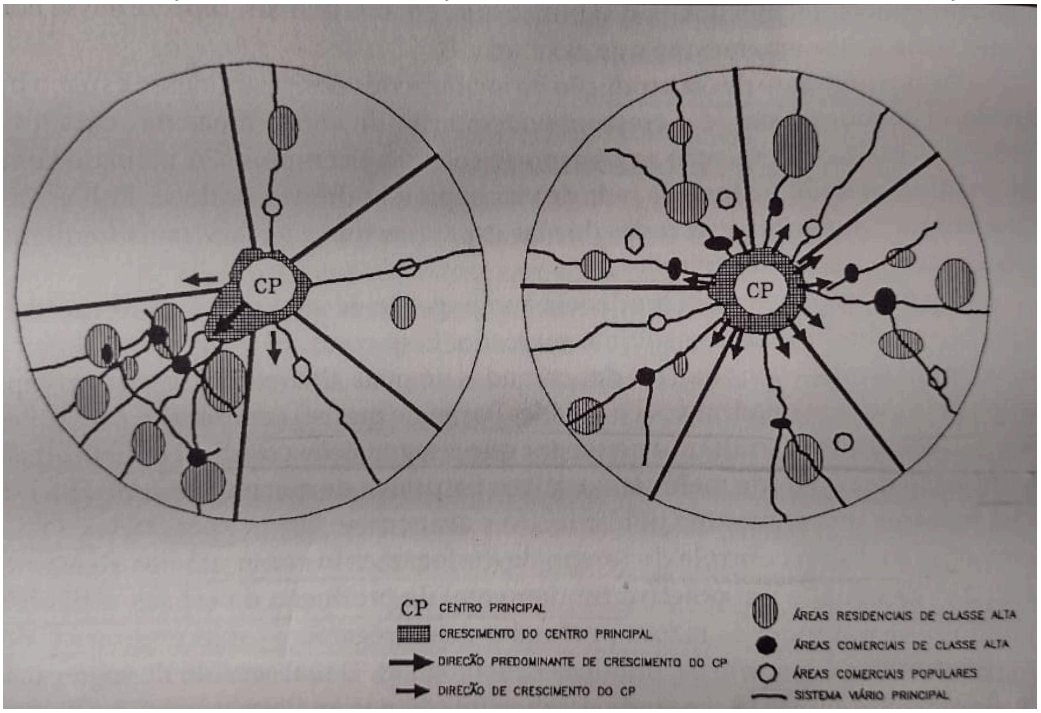
O autor observa que as cidades brasileiras, de fato, se dividem em centralidades bem infraestruturadas ocupadas pelas elites e extensas periferias mal servidas ocupadas pelas populações mais pobres. No entanto, essa configuração se dá de modo que a concentração das classes de alta renda na área central resulta na produção de uma região geral que tende a se expandir em uma mesma direção. A aglomeração centralizada dos mais ricos não se dá de forma aleatória em diferentes sentidos de expansão ou distribuída no entorno de um centro em uma configuração de anel concêntrico. Essa região geral de ocupação das elites - região que podemos associar ao termo do senso comum de "zona nobre" de uma cidade - tende a se expandir orientada por um ou mais eixos de mobilidade intraurbana que conformam uma área social que pode ser abstraída na forma de um setor de círculo (Figura 08).

Villaça (2017) demonstra em sua exposição que o modelo morfológico dos setores de círculos de Hoyt é o que melhor adere às cidades brasileiras, não só pelo arranjo espacial da diferenciação residencial, mas sobretudo pela associação entre a localização residencial das elites e eixos de mobilidade (Figura 09). No entanto, o autor vai além das explicações que considera superficiais de Hoyt, construídas sobre fatores superficiais como o efeito de inércia da infraestrutura urbana construída e a preferência locacional dos mais ricos por acessibilidade à infraestrutura, serviços e amenidades. Hoyt interpreta o fenômeno da diferenciação residencial que seu modelo descreve a partir de uma leitura demasiado utilitária das decisões locacionais de indivíduos. Villaça (ibid., p. 17), por sua vez, propõe uma teoria locacional sociologicamente mais robusta para explicar os padrões que observa, partindo de um diálogo entre a "herança" da

Escola de Chicago em torno de uma "visão articulada e de conjunto", ou seja, de estrutura socioespacial interna das cidades, e a influência crítica do pensamento marxista acerca da produção social do espaço urbano.

A configuração morfológica das cidades, aferida por mapas temáticos e representada em modelos abstratos, é apenas um aspecto manifesto da estrutura dos espaços intraurbanos. Por estrutura do espaço intraurbano Villaça especifica que se refere à "localização relativa dos elementos espaciais e suas relações, ou seja, dos centros de negócios (não só o principal, mas também os demais), das áreas residenciais segregadas e, finalmente, das áreas industriais" (VILLAÇA, 2017, p. 33). Para compreender o que o autor entende por estrutura intraurbana, é preciso considerar não apenas elementos dotados de espacialidade e suas posições no espaço, mas a relação que tais elementos mantêm entre si. A localização é um atributo relacional de um ponto, necessariamente determinada pela sua relação com todos os outros pontos no espaço considerado. A estrutura do espaço intraurbano, portanto, é mais especificamente um sistema relacional de localizações, em que mudanças em um ponto afetam todos os outros a ele relacionados.

Figura 08 - Alternativas de distribuição espacial das áreas de alta renda, ilustrando otimização da concentração unidirecional em relação à direcionalmente aleatória, conforme Villaça

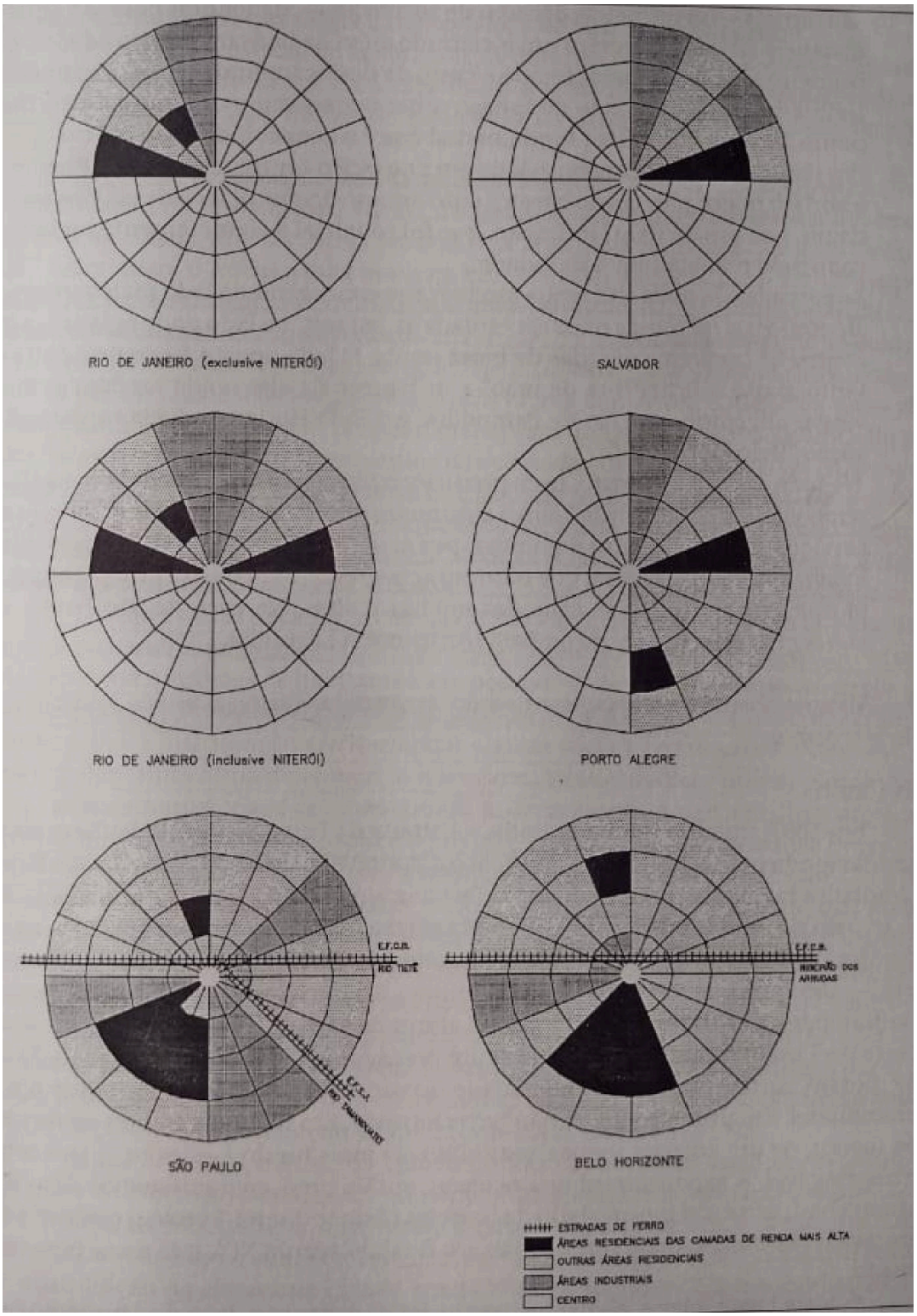


Fonte: Villaça (2017, p. 340)

Nesse sentido, o processo de produção social do espaço urbano, ao criar valores de uso e troca em determinados pontos do espaço em detrimento de outros, sempre afeta a totalidade do sistema, mesmo que infinitesimalmente. A transformação do sistema de localizações significa a transformação de localizações de atividades de produção e consumo no espaço, cujas relações são determinadas por dois fatores: 1) a espacialidade dos elementos desigualmente distribuídos e conectados nas cidades (notadamente as infraestruturas materiais, i.e., as redes viárias, de saneamento, de energia etc.); e 2) pelo fator mais significativo das possibilidades de transporte de pessoas de um ponto a outro no espaço intraurbano, que determina as condições de possibilidades de relação entre os usos residenciais, de trabalho e de consumo dessas redes diferencialmente espacializadas de infraestruturas e serviços. Desse modo, explicar os processos de estruturação morfológica das cidades demanda sua explicação por uma teoria das localizações, concebendo que os sistemas de áreas sociais concretos são produto de decisões regidas pelas distribuições das coisas, das atividades, dos deslocamentos e da valorização diferencial das localizações que esses fatores determinam no seio do espaço intra-urbano.

É fundamental acompanhar o autor em sua distinção de escalas de estruturação regional da rede urbana e de estruturação local do espaço intraurbano. Os dois fenômenos, embora relacionados, não seguem a mesma lógica, pois são determinados por processos distintos. Nas duas dimensões, a espacialização de elementos e agentes, deslocamentos e localizações são fatores determinantes. Mas enquanto nas redes urbanas regionais são os deslocamentos de matéria, mercadorias, energia, informações, em suma, de capital, que determinam sua configuração; no âmbito dos espaços intraurbanos são sobretudo os deslocamentos dos indivíduos - enquanto força de trabalho e, principalmente, enquanto consumidores - que atuam como principais fatores de estruturação socioespacial.

Figura 09 - Representação da estrutura intraurbana de seis cidades brasileiras a partir do modelo de Hoyt



Fonte: Villaça (2017, p. 115)

O espaço regional das redes urbanas impõe às cidades eixos de mobilidade ao determinar conexões regionais (como estradas, ferrovias e portos), condicionando a localização de atividades industriais e suas externalidades, inquestionavelmente afetando a estrutura de localizações intraurbana. Mas estas são forças de origem extra-urbana, determinadas por fatores econômicos de deslocamento e localização de recursos de produção que consideram como praticamente desprezíveis as distâncias e localizações na escala do espaço intraurbano. Uma rodovia pode determinar a direção para a qual uma cidade se expande no espaço geográfico, onde se localizam áreas industriais e determinar suas relações com o espaço metropolitano e regional, mas os fatores que determinam sua implantação não são os mesmos que determinam a sua apropriação e sentido urbano, sua função e seu valor no âmbito do sistema de localizações intraurbano.

Para Villaça (2017), é crucial não cometer o erro de transpor a análise de fatores globais que explicam o fenômeno geral de urbanização para a análise dos processos de estruturação intraurbana. Decerto, são fatores econômicos e tecnológicos que criam condições de possibilidade e transformação do fenômeno da urbanização. Esses fatores incidem sobre a urbanização, alterando a densidade demográfica, a distribuição de bens e pessoas, as possibilidades de uso econômico do espaço, as formas construídas, as extensões e distribuições de infraestruturas. No entanto, esses fatores não são responsáveis pela transformação direta, imediata, do espaço intraurbano. É útil relembrar mais uma vez Lefebvre (2001) e enfatizar a cidade como mediação entre a ordem próxima das relações sociais e a ordem distante das relações de produção.

Em sua teoria das localizações, Villaça evita cometer os excessos cientificistas da Ecologia Humana Clássica, que naturaliza a sociedade e as cidades como organismos que respondem como tropismos sistêmicos a transformações nas condições materiais de existência conforme princípios estruturais despersonalizados de comportamento individual e coletivo, assim como também evita excessos de um marxismo ortodoxo, que tende a hipostasiar relações de classe e abstrações econômicas em leituras que concebe o espaço urbano como consequência da reprodução despersonalizada e descontextualizada de capital e de relações de produção. O autor sublinha que os fatores globais de transformação no processo de urbanização tomam efeito no espaço intraurbano sempre de forma mediada, passando “pelas suas estratificações sociais, pelo

desnível de poder econômico e político entre as classes em nossas metrópoles, (...) pela dominação que se dá por meio do espaço urbano" (VILLAÇA, 2017, p.33). A incorporação dessa perspectiva crítica marxista em relação à dominação de classe por meio do processo de produção do espaço é um avanço fundamental da teoria de Villaça em relação à perspectiva ecológica de Chicago e à economicista utilitarista de Hoyt. Essas teorias adotam uma posição acrítica em torno do conflito por recursos como processo explicativo, ignorando a economia política e o exercício material e imaterial de poder em relações assimétricas de classe, fatores intrínsecos à reprodução social conflituosa e, consequentemente, à organização socioespacial das cidades.

O valor locacional de elementos regionalmente determinados é mediado pelo processo de segregação de classes sociais no espaço intraurbano. Processo este que, por sua vez, é determinado pelo exercício de poder econômico, político e ideológico das elites na disputa locacional pela melhor acessibilidade aos recursos necessários para a reprodução social. Nas palavras do autor, a sua tese essencialmente afirma que

> (...) para as metrópoles brasileiras - e quase certamente também para as latino-americanas -, a força mais poderosa (mas não única) agindo sobre a estruturação do espaço intra-urbano tem origem na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante. Esta [...] é uma condição necessária para o exercício da dominação por meio do espaço intra-urbano. Tal estruturação só remotamente se relaciona com as transformações por que tem passado o capitalismo nacional e mundial nas últimas décadas. A dominação através da estruturação do espaço intra-urbano visa principalmente à apropriação diferenciada de suas vantagens locacionais. Trata-se de uma disputa em torno de *condições de consumo*. (VILLAÇA, 2017, p. 45, grifo nosso)

A configuração segregada do espaço intraurbano, i.e., a concentração das elites em uma região geral em que recursos escassos para a sua reprodução social se tornam mais facilmente acessíveis para consumo, garante que a produção, distribuição e a apropriação desigual destes recursos se tornaria muito mais fácil e menos dispendiosa.

Villaça (2017) compreende que essa disputa locacional por controle e acesso se dá em um nível fundamental pela otimização do uso do tempo. É a otimização do tempo para o consumo que subjaz à disputa locacional por melhores condições de acessibilidade física. Uma vez que a sobrevivência demanda o trabalho, ela demanda necessariamente dispêndio de energia e tempo. Mas enquanto a energia é um recurso

renovável e armazenável, o tempo é um recurso irreproduzível. A disputa locacional pela conveniência no deslocamento é, portanto, uma busca pela produtividade no dispêndio de energia, valendo-se do espaço, da sua estrutura locacional, como meio para otimizar o uso do tempo.

Este é um comportamento inato e instintivo dos seres humanos e que atravessa todas as formações sociais. Citando Marx e Engels (apud VILLAÇA, 2017, p. 333), o autor nos lembra que "os homens devem estar em condições de poder viver para 'fazer história'. Mas para viver, é preciso antes de mais nada beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se etc". Nesse sentido, a reprodução material do indivíduo através do trabalho não está apartada do consumo dos bens produzidos através do trabalho. Produção e consumo são lados de uma mesma moeda, condições de existência um do outro. A força de trabalho, e tampouco o processo de reprodução de capital pode prescindir do consumo como concretização do ato da troca de mercadorias:

> O primeiro fato histórico é pois a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição de toda a história, que é necessário tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora a fim de manter os homens vivos. (MARX, ENGELS apud VILLAÇA, 2017, p. 333)

Dialogando com a tese marxista de Manuel Castells (1983) de que o *locus* da reprodução da força de trabalho é o espaço urbano, Villaça argumenta que é o consumo que reproduz os seres humanos que a compõem. A força de trabalho é reproduzida conforme se reproduzem relações de produção capitalistas também nos processos de distribuição e consumo, ou seja, conforme relações de classe de dominação e subordinação incidem sobre tais processos. Os indivíduos disputam os recursos para sua reprodução não apenas enquanto indivíduos, mas enquanto classes sociais. Lefebvre (2001) nos lembra que estratégias de classe não são necessariamente as ações coordenadas, conscientes e autointeressadas de uma burguesia organizada, mas são estratégias na medida em que os resultados de ações individuais de membros de classes reproduzem as relações de classe e as condições de dominação e subordinação entre elas. Desse modo,

> entende-se por dominação por meio do espaço urbano o processo segundo o qual a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano. Dentre essas vantagens, a mais decisiva é a otimização dos gastos de tempo despendido nos deslocamentos dos seres humanos, ou seja, a acessibilidade às diversas localizações urbanas, especialmente ao centro urbano. [...] O benefício ou recurso fundamental que se disputa no espaço urbano é o tempo de deslocamento. As burguesias produzem para si um espaço urbano que otimiza suas condições de deslocamento. Ao fazê-lo, tornam piores as condições de deslocamento das demais classes. (VILLAÇA, 2017, p. 328)

A segregação, então, é um processo que necessariamente implica na determinação de vencedores e perdedores em disputa por localizações motivado pela vantagem e controle na apropriação de recursos. Villaça defende, portanto, que é um contrassenso distinguir entre processos de segregação voluntária e involuntária, pois é a capacidade de autossegregação de um grupo que determina a segregação imposta a outro grupo. O cerne do processo de segregação que comanda a estruturação do espaço intraurbano, portanto, se encontra no controle do espaço como meio de controle da acessibilidade para otimizar o tempo como recurso fundamental, escasso, irreproduzível e não armazenável.

A segregação, nesses termos, é um motor fundamental da estruturação do espaço intraurbano porque induz um ciclo reprodutivo na organização locacional: a concentração espacial das elites consumidoras em pontos estratégicos de acesso a bens e serviços estimula a maior concentração estratégica da oferta de bens e serviços nos pontos de concentração dessas elites consumidoras, produzindo o aumento da demanda e a expansão contínua da região de concentração de alta renda em uma mesma direção, sempre associada a determinados eixos de mobilidade, fixados por diferentes razões, que criam condições materiais de possibilidade de melhor acessibilidade. Embora vantagens como proximidades de centros históricos e atrativos naturais possam se constituir como fatores iniciais de determinação da localização e direção da ocupação residencial das elites e seus serviços, existe um efeito inercial do espaço construído. Após a concentração inicial das elites em determinada área e direção de expansão, se solidifica a estrutura de localizações da cidade e torna-se extremamente difícil a sua reestruturação. Definem-se as conveniências e inconveniências de deslocamento para as elites e os diferenciais de valores locacionais do sistema intraurbano como um todo, tornando-se progressivamente mais difícil o posterior abandono de um vetor de expansão da ocupação das camadas de maior renda, mesmo quando tais atrativos

naturais e proximidade dos centros históricos já não possuem a mesma intensidade, já não existem mais e mesmo quando se apresentam de forma semelhante ou maior em outras localizações.

É precisamente a dificuldade de reestruturação do espaço intraurbano a mais pungente evidência de que as dinâmicas locacionais intra-urbanas das cidades brasileiras tem como principal motor o processo de autossegregação das camadas de maior renda. O exemplo mais recente de efetiva transformação estrutural das cidades brasileiras, conforme Villaça (2017), foi o processo de emergência de "novos centros" para as elites e a "deterioração" de centros históricos, transformados em "centros velhos" voltados para o comércios, serviços e habitação das camadas de baixa renda, transformando significativamente a configuração morfológica de áreas sociais, a espacialidade dos elementos urbanos e os deslocamentos de indivíduos de alta e baixa renda.

Villaça observou um padrão de "abandono" dos centros tradicionais, apesar da sua concentração histórica de equipamentos e serviços e da sua importância estrutural e simbólica no desenvolvimento das cidades. No início do século XX, desprovidas de capacidade de mobilidade suficiente, as elites reformaram os centros tradicionais, adequando-os às suas necessidades, concentrando e controlando o acesso aos bens e serviços necessários para sua reprodução social. As reformas urbanas no Rio de Janeiro no início do século são o principal exemplo desse momento da urbanização brasileira. Mas conforme a difusão do automóvel e da infraestrutura viária para esse modal aumentou a capacidade de mobilidade dos grupos de alta renda, tornou-se viável o seu completo deslocamento e a apropriação de novas áreas, fora dos centros tradicionais. Progressivamente a relocação das camadas de maior renda estimulou a descentralização de equipamentos e serviços, criando novas centralidades mais adequadas aos seus interesses e necessidades. As elites urbanas foram capazes de condicionar a ação dos agentes do mercado imobiliário e do Estado, resultando na transferência gradativa de escolas, hospitais, comércios, serviços e mesmo de prédios e equipamentos públicos de valor urbano simbólico (como sedes de governo e equipamentos culturais como igrejas, mercados e monumentos), assim como na orientação e concentração de investimentos imobiliários de novas construções, na implantação de melhorias no sistema viário, na urbanização mais aprazível e de maior qualidade, no atendimento adequado por serviços

públicos básicos e até mesmo na aplicação desigual da legislação urbanística. Dessa forma, as camadas de alta renda capitanear a reestruturação das cidades brasileiras, produzindo um padrão típico de "novos centros" econômicos e simbólicos para si, e esvaziando os "centros velhos" do benefício da concentração de seu poder de consumo, transformando-os em centralidades voltadas para o atendimento das camadas mais pobres. Consequentemente, os centros tradicionais sofreram com a degradação e depreciação pela falta de investimentos públicos e privados.

Esse padrão de reorganização do espaço intraurbano caracterizado pela coexistência de centros com funções distintas, ampliando a intensidade da divisão das "nossas metrópoles em duas cidades divorciadas uma da outra" (VILLAÇA, 2017, p. 311), se consolidou a partir dos anos 1970, resultando na morfologia atual característica das cidades brasileiras em que as camadas de renda acima da média tendem a se segregar em zonas adjacentes aos centros tradicionais, mantendo uma direção prioritária de expansão de bairros nobres em torno de um ou alguns eixos viários principais, formando setores de círculos. Muito embora o movimento de apropriação de áreas antes consideradas "suburbanas" tenha ocorrido de forma gradual pelas elites e em baixa intensidade, a partir dos anos 1970 ocorre o efetivo abandono por parte das camadas de maior renda dos centros tradicionais e uma rápida verticalização e adensamento de novas áreas nobres.

Mesmo que áreas pontuais de ocupação de alta renda e algumas "ilhas de classe média" sejam observadas fora da região geral de concentração de alta renda, elas não são vetores de crescimento predominantes da expansão da sua ocupação, não apresentando a mesma taxa de verticalização e adensamento que o vetor principal de aglomeração das elites. Villaça (2017) entende que o que difere entre as cidades brasileiras na apresentação desse padrão é apenas o estágio em que se encontram nesse processo de ordenação socioespacial.

Em sua análise, Villaça revela a lógica de produção do valor-localização, identificando que se trata do resultado não só da distribuição assimétrica no seio social e no espaço de recursos, mas também das próprias condições de acesso físico a tais recursos. Como urbanista, o autor enfatiza o espaço como meio - e portanto como recurso em si - de controle sobre a distribuição e acesso a diferentes recursos, que torna mais produtivo o próprio trabalho de apropriação desses recursos, i.e., o consumo.

Apontando que é a disputa pelo valor de uso da localização intraurbana (e não propriamente do valor de uso do solo) o mecanismo que distribui e separa as atividades e as classes sociais, Villaça mostra como a estrutura intraurbana típica é resultado da relação entre acesso e exclusão, que reproduz a relação entre dominação e subordinação, de maneira que a configuração das cidades são o acúmulo das interações infinitesimais em contextos de desigualdade de recursos sociais situadas em um sistema relacional de localizações no espaço. Lembramos uma vez mais: estratégias de classe não são necessariamente ações conscientemente coordenadas de reprodução social das distâncias sociais em favor de um grupo, mas o são conforme continuam contribuindo para a reprodução das relações de dominação e subordinação. O que Villaça expõe é como as próprias decisões locacionais em torno do consumo (por parte de consumidores, empresas e estado) orientam a segregação como um processo de reprodução de relações de classe.

É importante notar que, apesar da inflexão relacional sobre a leitura de Villaça, seu objeto de análise ainda é a configuração morfológica construída a partir da distribuição no espaço de atividades (residência, comércio, serviço, linhas de transporte) e categorias sociais. Muito embora ele enfatize que a relação estrutural entre as áreas sociais importe mais do que as áreas em si na interpretação do processo de estruturação urbana, a representação da totalidade urbana como um mosaico de ambientes sociais distintos permanece como característica de sua análise do processo de diferenciação social no espaço urbano.

Apesar de especificar seu escopo de análise como o espaço intraurbano, distinguindo-o com clareza da escala regional de urbanização, Villaça adota uma escala macro da totalidade da cidade como objeto socioespacial, a partir da qual tenta revelar dinâmicas de configuração típicas que resultam em formas igualmente típicas. Às relações de classe corresponde uma macroespacialização de áreas sociais que, dialeticamente, incide sobre tais relações de classe e, em última análise, sobre as próprias classes sociais.

Villaça observa a posição (embora sempre considerando a importância do valor-localização de tal posição) e a permanência das atividades, aquilo que é fixo para mensuração objetiva. Assim ele ainda reproduz o foco no lugar como unidade de análise e, portanto, toma áreas socialmente caracterizadas pelo uso - notadamente o uso

residencial - como átomos de representação do sistema socioespacial urbano. Embora conceba que o mecanismo motor do comportamento locacional que resulta na segregação seja a otimização do consumo da/na cidade, ele toma as distâncias físicas como principais proxies desse acesso e a capacidade de deslocamento físico no espaço como principal fator modulador capaz de relativizar essa distância. Nesse sentido, o autor ainda constroi sua análise sobre um certo utilitarismo, admitindo um cálculo hedônico distância (custo) x recursos (benefício) para a otimização da acessibilidade como a chave interpretativa do comportamento locacional e que explica o fenômeno das concentrações diferenciais de atividades e grupos sociais nas áreas segregadas que toma como ponto de partida analítico.

Argumentamos nos tópicos de discussão que se seguem sobre a produtividade de perseguir uma explicação com resolução sociológica ainda mais refinada sobre o comportamento locacional das elites, investigando dinâmicas sociais que subjazem e atravessam o processo otimização do consumo.É necessário considerar não apenas a lógica de valorização diferencial do acesso, mas também dos próprios recursos enquanto fatores socialmente posicionais, para que se possa compreender com mais clareza a espacialização diferencial dos recursos enquanto estratégia de controle de acesso, a capacidade diferencial de deslocamento como forma de modulação dessa espacialização, assim como as diferentes estratégias de controle desse acesso quando o espaço - as distâncias ou as barreiras - já não operam (ou não operam com a mesma eficiência) enquanto meio de controle. Conforme discutiremos no final deste capítulo, uma visão sociológica e geográfica relacional torna teoricamente viável e coerente uma perspectiva sobre a segregação como um fenômeno multiescalar e multidimensional, articulando suas diferentes manifestações, aparentemente irreconciliáveis ou mesmo contraditórias, a partir de um conjunto reduzido de princípios.

2.2.4. A concepção ampliada de segregação: desafios e oportunidades além do paradigma do mosaico urbano

As dinâmicas intraurbanas de diferenciação e separação social, não há dúvidas, se expressam em áreas e distâncias entre grupos sociais, como vimos extensivamente até aqui em nossa exploração da concepção restrita de segregação como diferenciação

residencial. A difusão de tecnologias que aumentam a capacidade de mobilidade - no seu sentido amplo de oposição ao isolamento, tal como proposto por Park (1967) a partir do pensamento de W. I. Thomas - e o contínuo aumento da urbanização ao longo do século XX e, consequentemente, da complexidade das cidades como sistemas socioespaciais mostraram que as relações entre sociedade e espaço são muito menos lineares do que o paradigma ecológico substancialista baseado na ideia de áreas sociais pressupõe. Já na década de 1960, por exemplo, o urbanista Melvin Webber (1963) popularizou a reflexão em torno da progressiva independência espacial das relações sociais urbanas. No entanto, inverter a clássica problemática de Webber (1963), sintetizada na ideia de "comunidades sem propinquidade", explorando o fenômeno da propinquidade sem comunidade é tão ou mais relevante para entender como desigualdades sociais e cidades segregadas mantém uma relação recursiva. Como vimos, o fenômeno de indivíduos que encostam cotovelos na rua mas vivem em mundos completamente separados, tanto quanto as bases ecológicas de concepção do fenômeno da diferenciação residencial, também foi apontado como aspecto relevante no programa centenário e inaugural de Robert Park (1967) para a investigação sociológica do urbano.

Nesse sentido, é importante retomar a ressalva de Villaça (2017) na sua análise da segregação e estrutura das cidades brasileiras. O autor não deixa de enfatizar que, dada a pequena proporção das classes com rendimento acima da média em relação ao tamanho da pobreza no Brasil, as regiões gerais de aglomeração das elites não são necessariamente bairros onde a maior parte da população pertence às classes de maior renda, mas sim aquelas regiões onde a maior parte da elite se concentra nas cidades. Esse fato, por si só, já desafia a aderência da ordenação socioespacial das cidades brasileiras - e, possivelmente, também das latinas em geral - às abstrações de modelos morfológicos. A simples observação direta da paisagem das nossas cidades permite aferir materialmente a concentração diferencial da riqueza e distinguir facilmente a qualidade do espaço urbano entre áreas "nobres" e "pobres", mas essa mesma experiência também nos mostra que, se por um lado a ocupação residencial das elites tende a se concentrar em regiões centrais bem estruturadas e de melhor valor locacional, por outro, a distribuição residencial da pobreza não se restringe apenas à ocupação espacialmente periférica. Malgrado recorrentemente pressionadas "para fora" por forças de mercado ou de Estado, áreas de baixa renda e mesmo ocupações precárias informais

de baixíssima renda subsistem nas áreas centrais de concentração de alta renda das cidades brasileiras. E além dessa "desordem" do mosaico urbano, a dualidade centro/periferia entre realidades marcadamente desiguais também produz zonas de fronteira onde mundos sociais muito diferentes se encontram, mas não se integram social ou espacialmente, resultando naquilo que atualmente é melhor descrito na literatura como fragmentação socioespacial (SPOSITO, 2020; LEGROUX, 2021) .

É importante lembrar que mapas temáticos que ilustram, por exemplo, a distribuição de concentração de rendas familiares em manchas de renda são representações cartográficas de distribuições de dados estatísticos. Apesar das minúcias metodológicas de controle e ponderação de análises espaciais, como também vimos na discussão prévia, estamos sempre lidando com a espacialização de estatísticas que são modelos matemáticos com o objetivo de reduzir a complexidade de informações de uma distribuição em nome da sua operacionalização objetiva. Em tais representações, a variação de dados aferidos para um determinado recorte é sempre achatada em uma caracterização estatística final simplificada para toda uma unidade geodemográfica de agregação de dados.

Feitosa, Reyes e Zesks (2008) produziram um experimento comparativo a partir de um modelo generativo baseado em agentes relativamente simples, mas que nos oferecem subsídios ricos para ponderar sobre a ordenação socioespacial das cidades brasileiras. As simulações de formas urbanas dos autores são produzidas considerando decisões locacionais residenciais de indivíduos modeladas a partir de apenas dois parâmetros simples: um índice de desigualdade de renda entre os agentes e um índice de valor locacional, determinado pela preferência por maior ou menor proximidade do CBD e pela qualidade geral de um ponto em função da sua proximidade de bens e serviços públicos.

A simulação confirma que conforme a preferência pela proximidade de uma centralidade diminui, as cidades adquirem formas mais dispersas e espraiadas; e ao contrário, uma maior importância atribuída ao CBD produz cidades mais adensadas e compactas. A preferência por qualidade de um ponto à acessibilidade ao centro pode surgir, por exemplo, conforme ocorre a popularização dos automóveis particulares como modal de transporte, como é o caso típico da sociedade estadunidense, onde o custo de uso deste modal é relativamente mais barato que outros contextos (mesmo no âmbito do

norte global). Quando predomina a preferência por qualidade à acessibilidade ao CBD, as medidas de segregação aumentam de modo geral, apresentando tanto em uma maior clusterização de agentes semelhantes em termos de renda como em uma menor exposição. Os experimentos mostraram ainda que o aumento do parâmetro desigualdade de renda gera um resultado surpreendente: ocorre um esperado aumento da clusterização, mas também um aumento da exposição entre os grupos de renda. Ou seja, as classes sociais mais abastadas (demograficamente minoritárias) se aglomeram mais intensamente, mas se encontram mais fisicamente próximas de áreas de menor renda, mais suscetíveis ao encontro com agentes diferentes.

As simulações com parâmetros de alta desigualdade de renda e maior preferência por qualidade à proximidade do CBD, são precisamente as que se aproximam da morfologia suburbana concêntrica constatada por Burgess, onde cinturões de áreas pobres cercam um centro de alto padrão e configuram-se subúrbios de alta renda. Já nas simulações em que há alta desigualdade de renda e maior preferência pela proximidade do CBD, é produzido o padrão de setores de círculos proposto por Hoyt, com uma maior clusterização de grupos de renda em uma mesma região e maior exposição social entre grupos, configuração que Villaça observou ser uma característica das cidades brasileiras.

Os experimentos de Feitosa, Reyes e Zesks (2008) não contradizem a teoria locacional de Villaça para os padrões típicos de macrossegregação residencial das cidades brasileiras. O autor observa que a infraestrutura e serviços públicos hipossuficientes das nossas cidades são desigualmente concentrados nas áreas centrais e seu entorno imediato, mantendo a valorização da proximidade do centro como um parâmetro locacional importante de acesso à serviços básicos, assim como também observa que a situação brasileira de altíssima desigualdade social e tamanho reduzido dos grupos de renda elevada produzem uma configuração melhor descrita como ilhas de prosperidade verticalizadas e adensadas em um oceano de ocupações de baixa renda. Fortaleza, como veremos mais à frente, não foge a esse padrão.

O fato de que as cidades brasileiras apresentam o que pode ser descrito como um mosaico de áreas sociais de pequena granularidade não deve ser ignorado ao investigar a questão da segregação residencial. Representações da macrossegregação das nossas cidades, embora revelem as imensas extensões da desigualdade socioespacial nas

cidades brasileiras polarizadas em centros e periferias, em contrapartida também achatam e invisibilizam uma característica importante da desigualdade e da separação social no espaço intraurbano brasileira: a sua pervasiva capilaridade.

Essa configuração de maior clusterização e maior exposição de grupos socialmente muito distantes produz dinâmicas de segregação específicas. Pela própria natureza geográfica de um mosaico urbano de menor grão, escalas mais locais de análise se tornam mais relevantes. Consequentemente, agentes de menor "escala social" também ganham mais relevância. As práticas, interações e experiências de indivíduos e grupos socioculturalmente situados e espacialmente mais concretamente localizados se tornam objetos de importância maior para compreender como a segregação condiciona a agência local tanto quanto emerge dela como uma configuração global do sistema urbano.

Lopes de Souza (2018, p.130) contribui para a nossa linha de argumentação ao afirmar que "em toda sociedade heterônoma haverá, em algum grau e de algum modo, segregação residencial como uma expressão espacial da desigualdade e da assimetria sociais (...)", no entanto, complementa o autor, a segregação "não existe e não precisa existir da mesma forma e com a mesma intensidade", de modo que devemos entender que "a escala pode turvar nossa visão, como quando senhores e escravos moram bem próximos uns dos outros na mesma propriedade (...), situação de que são herdeiros nas cidades brasileiras de nosso tempo, o quarto de empregada e o elevador de serviço". Essas dinâmicas socioespaciais "microscópicas" ou hiperlocais demonstram a necessária materialização no espaço de distâncias sociais. A ideia de que existe uma dimensão social da segregação isolada de formas de segregação espacial é problemática, pois é sobretudo uma conveniência analítica. Não devemos ignorar que diferenças sociais globais se inscrevem no espaço dividindo a sociedade urbana em vizinhanças de classes econômicas (e por categorias como etnias e religiões), tanto quanto emergem delas, assim como se inscrevem e emergem do jogo prático dos indivíduos em interação nas cidades. Há mais espaço entre os diferentes cotovelos que se encostam nas cidades do que supõem nossas vãs teorias sobre a propinquidade.

Também é importante não pressupor que toda diferenciação implica necessariamente em hierarquias entre elementos diferenciados. A diferenciação é pré-condição para hierarquias, mas hierarquias não são resultados necessários da

diferenciação. Partir de tal pressuposição incorre em cometer o erro de naturalizar o arbítrio cultural na dotação de sentido e de construção social da realidade, que é meio de exercício de poder simbólico, i.e., de re-produção de relações de poder e dominação em condições de desigualdades. A mera distinção factual entre pessoas de pele preta e pessoas de pele branca não implica necessariamente na valoração diferencial entre as duas categorias socialmente produzidas de etnia ou raça. Tais valorações - e suas consequências objetivas, como os efeitos do racismo, por exemplo - são produtos de construções sociais categóricas e são reproduzidas como construções sociais, que manifestam efeitos reais por meio das práticas sociais ancoradas em um sistema cultural arbitrário e atravessado por relações de poder. Em suma, assimetrias sociais se constituem não em função da diferenciação social, mas da classificação diferencial das diferenças.

A partir da diferenciação e da valoração das diferenças, estabelecem-se relações e separações que são sempre parciais entre indivíduos e grupos. Interações sociais são realizadas em condições de status, papeis, contextos, situações e possibilidades de sociabilidade culturalmente muito bem demarcadas entre partes diferenciadas e hierarquizadas, ou seja, se constituem em termos do que pode ser relacionado entre duas categorias sociais e aquilo que deve permanecer separado entre elas (mestres de escravos, nativos de estrangeiros, cidadãos de não-cidadãos, patrões de empregados, clientes de funcionários etc.). Isso produz o difícil problema da qualificação ou da determinação da intensidade de relações sociais entre duas partes. Para operacionalizar mais adequadamente a ideia de separação entre agentes devemos compreender que a separação não se constitui como a absoluta ausência de relação e interação nas cidades, mas sim como cisões parciais que permitem ou não a integração ou determinam certas condições assimétricas para a integração entre partes diferenciadas. O não encontro, a evitação, a reserva, a ignorância, a desconfiança, o medo e mesmo a hostilidade são formas de distanciamento por parte de indivíduos e grupos que, enquanto seres sociais, navegam um mundo social complexo de contextos socioespaciais mutáveis e jogam um jogo de regulação da manutenção apenas do conteúdo necessário nas relações entre com os outros, reproduzindo na prática a estrutura social determinada não por diferenças em si, mas pelas assimetrias que se constroem com elas.

Quando aferimos o espaço urbano "de longe", seja "de cima" por meio de imagens aéreas que nos mostram padrões no tecido urbano, seja "de fora" por meio de mapas temáticos ou de modelos morfológicos que abstraem a realidade, temos como externalidade a invisibilização de distâncias físicas desprezíveis pela macroescala de análise global da cidade e, assim, também de dinâmicas espaciais locais (ou mesmo hiperlocais) que se relacionam às modulações de conteúdo das interações sociais (i.e., da definição daquilo que é relacionável e aquilo que deve ser separado). Mas quando aferidas de perto, seja "do chão", observando os usos do e interações no e com o espaço localmente, seja "de dentro", observando as percepções, experiências e atribuições de sentido à cidade e seus lugares por parte dos indivíduos, essas dinâmicas são bastante evidentes, e até mais relevantes para os indivíduos que produzem o espaço urbano cotidianamente e raramente aferem a cidade "de longe" para orientar suas ações. Lopes de Souza (2014, p.148-49) defende a necessidade de evitar considerar unicamente a sociedade e seus espaços a partir de uma "visão de sobrevoo", típica do aparelho de Estado, e aponta que mesmo a tradição da geografia crítica enfatiza excessivamente "as estruturas em detrimento dos agentes, a economia e o trabalho em detrimento do imaginário e até mesmo, em grande medida, do poder".

A efetividade prática da reprodução das assimetrias sociais na cidade por parte de agentes que não observam, nem sempre concebem e muito raramente tem como objeto de ação o espaço intraurbano como um todo, mas estão sempre localizados nele, sendo influenciados e influenciando todo o sistema de localizações ao incidir sobre um ponto do espaço, aponta para como a articulação entre distâncias sociais e espaciais é um processo que ocorre de maneira multiescalar, "de longe" e "de perto", e multidimensional, que envolve da materialidade à mobilização de sentidos nas práticas e interações de macro e micro-agentes sociais.

Estudos sociológicos, antropológicos e geográficos qualitativos sobre o tema da segregação, afastando-se da descrição e mensuração objetiva da distribuição social em áreas como objeto privilegiado para a compreensão da estruturação urbana, deslocam o olhar analítico da visão de sobrevoo sobre o mosaico urbano para objetos sociais e espaciais progressivamente mais locais: para dentro de vizinhanças ou de comunidades e condomínios fechados, para as mudanças culturais e materiais nos modos de habitar e de se relacionar com e no espaço público, para as práticas socioespaciais de grupos

específicos ou mesmo de indivíduos em lugares, para usos além do residencial incluindo outras esferas de reprodução social no escopo de análise da produção do espaço, para formas de mobilidade e de relativizar distâncias comprimindo o espaço e o tempo, para a capacidade de re-produzir, de dominar e de se subordinar a discursos e imaginários urbanos, incluindo a intersubjetividade dos indivíduos como fator relevante de re-produção e como produto da segregação urbana.

Esses temas são substratos férteis que nutrem o desenvolvimento daquilo que nos referimos como uma concepção ampliada e versátil de segregação, que vai além - e não necessariamente exclui - da ideia de objetividade que a impressão de estase gerada pelo efeito inercial das localizações residenciais produz. A questão da segregação perde condições - atualmente e até certo ponto - de objetividade de descrição e mensuração geográfica e ganha contornos mais sociológicos de problematização. No entanto, não devemos incorrer no erro de admitir uma segregação social como objeto, distinta da segregação espacial, mesmo que com intenções de clareza analítica. Qualquer fenômeno social possui uma dimensão espacial, ignorada por conta e risco do analista, mas também é incorreto parear fenômenos sociais como a diferenciação, a desigualdade e a exclusão à segregação. O desafio é avaliar as diferentes espacialidades da manutenção e re-produção de diferenças e assimetrias sociais, não restringindo-se a escalas ou categorias geográficas como área ou distância específicas como objetos. O movimento crucial para essa espécie de transição paradigmática é mudar o foco da problematização calcada no substancialismo, que pretende descrever, identificar, qualificar e localizar as coisas e as suas distribuições no espaço urbano, para uma abordagem de problematização calcada no relacional, que favorece a compreensão de oposições, limites e interfaces, que emergem conforme se re-produzem as diferenciações e assimetrias sociais.

Nos próximos tópicos, dissertaremos sobre algumas problemáticas que são marcos da concepção ampliada de segregação. Tratam-se de questões importantes para a compreensão dos desafios que os estudos urbanos impõem à centralidade da diferenciação residencial como objeto de investigação privilegiado. Esses temas de investigação orientaram a construção do instrumental conceitual sociológico e geográfico de análise, discutido no segundo capítulo, que nos permitirá uma leitura

relacional e não contraditória da natureza multiescalar e multidimensional da segregação.

2.2.4.1. O deslocamento teórico das medidas da segregação centrada no indivíduo

O centro gravitacional da diferenciação residencial como objeto de análise comandou uma exploração profunda da divisão espacial de grupos sociais em vizinhanças nas cidades. As causas e efeitos da segregação residencial, avaliando relações entre localização habitacional, acessos a recursos diversos e a própria constituição de grupos ou classes como agentes sociais específicos foram repetidamente verificadas e refinadas. Uma contrapartida do consenso em torno de um programa de pesquisa em torno da problemática é que o acúmulo de esforços de investigação sobre o fenômeno da diferenciação residencial também expõe os seus limites como objeto de estudo suficiente para compreender a complexidade das espacialidades dos processos de diferenciação social nas cidades.

Nas últimas décadas, apontam Lisboa et al (2023), diversos autores criticaram a importância atribuída ao bairro ou vizinhança - ou qualquer que seja a concepção que poderia ser apontada como uma área socialmente caracterizada - enfatizando que análises baseadas em características atribuídas a lugares tendem a homogeneizar as experiências de vida dos indivíduos que vivem nesses lugares. Análises baseadas em lugares não estão apenas sujeitas a níveis de erro que modelos estatísticos e que análises espaciais necessariamente possuem, como apresentado anteriormente ao discutir a evolução de medidas de segregação, mas elas também não incorporam o fato concreto de que pessoas que compartilham uma mesma vizinhança ou uma mesma categoria social frequentam lugares muito diferentes em suas atividades cotidianas de reprodução social e apresentam diferentes padrões de mobilidade e de uso do tempo. Análises baseadas em lugar ignoram que os usuários do espaço urbano possuem experiências espaço-temporais da cidade estruturadas diferentemente, e ignoram que essas diferenças de experiência espaço-temporal também determinam experiências da divisão socioespacial das cidades muito distintas, experiências estas que produzem contextos socioespaciais de ação e interação percebidos diferentemente e, finalmente, condicionam práticas socioespaciais e regras de sociabilidade muito distintas.

Ao se considerar uma coleção de experiências individuais pode apresentar padrões típicos, revelam-se formas de articulação espaço-sociedade que se constituem em formas específicas de segregação (não mais apenas as formas residenciais). Nesse sentido, uma agenda de pesquisa substancialista, em busca da descrição e medidas objetivas da segregação, alcançaria o paroxismo de mensuração hiperlocalizadas da experiência urbana fragmentada na ideia de segregação individual, a partir da qual seria possível identificar padrões coletivos de experiência de segregação em diferentes espaços e revelar formas espaço-temporais bem delineados do fenômeno da segregação. A superação das medidas baseadas no lugar em direção a medidas baseadas no indivíduo, no entanto, ainda é um desafio metodológico longe de ser bem resolvido, apesar do crescente acesso a dados individualizados com o advento das tecnologias móveis.

Lisboa et al (2023) indicam duas vertentes de estudos quantitativos que tentam superar o foco na segregação residencial. A primeira vertente se baseia na concepção de espaços de atividades advinda da geografia comportamental (JAKLE et al 1976) e representa um grande desenvolvimento em relação à concepção restrita de segregação residencial porque "partem do entendimento de que a segregação é experienciada no lugar e não uma característica do lugar" (LISBOA et al 2023, p.37). São estudos que, apesar de significativo deslocamento teórico na direção de uma concepção ampliada de segregação, não realizam propriamente mensurações de segregação individual e ainda se valem de metodologias baseadas no lugar aplicadas em escalas locais, debruçando-se, por exemplo, sobre correlações entre padrões de segregação em lugares de diferentes atividades, medidas demográficas de lugares em diferentes temporalidades (durante o dia e ou noite, por exemplo) e dados de mobilidade referentes a indivíduos que habitam, usam periodicamente ou atravessam determinados lugares. A segunda vertente apontada pelas autoras efetivamente se debruça sobre mensurações de segregação individual a partir de pesquisas de origem-destino realizadas com amostras de populações e com Big Data acumulado por serviços de tecnologia mobile. São estudos que permitem visualizar a grande heterogeneidade de experiências de segregação, pois não apenas são capazes de comparar diferenças de segregação individual entre grupos sociais e lugares em diferentes momentos, mas também permitem a avaliação desagregada de uma categoria social que apresenta padrões residenciais em comum, revelando a

interseccionalidade de experiências de segregação entre vizinhos, que podem diferir grandemente por gênero, cor, etnia ou idade, por exemplo. Apesar da riqueza de oportunidades oferecidas por estudos dessa natureza, entretanto, ainda se tratam de análises muito limitadas. São muitas as dificuldades metodológicas relacionadas aos dados que as suportam[19], mas sobretudo são significativos os desafios teóricos em torno da mudança de perspectiva que a ideia de experiência de segregação individual propõe, pois é imprescindível um minucioso trabalho epistemológico antes de se admitir que é suficientemente coerente acessar tal fenômeno subjetivo a partir de dados objetivos coletados a partir de comportamentos manifestos mensuráveis.

Anteriormente discutimos como o paradigma ecológico do mosaico urbano também se constituiu em função de uma espécie de affordance metodológico dos dados disponíveis aos analistas. Se formas de representação do urbano e de seus processos socioespaciais de estruturação são construídas em função do acesso a dados disponíveis que podem ser tomados como indícios do objeto socioespacial estudado, os dados individualizados pela difusão da tecnologia *mobile* certamente condicionarão uma profícua fase de desenvolvimento teórico-metodológico. A observação e comparação "microscópica" de fluxos, temporalidades e padrões de usos de espaços permitem perscrutar padrões objetivos associados aos comportamentos individuais e oferecem um inestimável complemento às análises centradas na diferenciação residencial. No entanto, ainda nos encontramos diante de reduções problemáticas do fenômeno ao tomar mensurações construídas sobre a hiper-localidade do corpo individual em movimento como representações adequadas da segregação. As descrições de padrões de espaços de atividades ou de padrões espaço-temporais de mobilidade individuais oferecem uma avaliação objetiva apenas daquilo que mensuram: padrões espaciais de uso, deslocamento e permanência. Embora permitam retratos mais detalhados do que qualificações e justaposições de áreas contínuas, colocando em relevo a capilaridade e a natureza reticular e espacialmente fragmentada ordenação socioespacial urbana, ainda são configurações essencialmente geográficas tomadas como indicadores de um

[19] Dados do tipo *Big Data* frequentemente são representativos apenas dos usuários das tecnologias que os geram (desigualmente acessadas), são dificilmente vinculados a perfis socioeconômicos suficientes e possuem necessárias restrições de uso em defesa da privacidade dos usuários. Dados amostrais oriundos de pesquisas de origem-destino, por sua vez, são de difícil levantamento, dado o alto custo de aplicação de questionários, e de difícil acesso, pois raramente são disponibilizados publicamente de forma gratuita.

processo de articulação sociedade-espaço mais complexo do que é possível revelar apenas com os detalhes de suas dimensões especificamente espaciais.

Se, como argumentam Lisboa et al (2023), a segregação deve ser entendida como um fenômeno experienciado pelo indivíduo, medidas hiper-locais e móveis ainda oferecem apenas uma constatação parcial da espacialidade desse fenômeno. Distâncias e proximidades físicas só podem ser tomadas como indicadores de relação social até certo ponto. Toda análise que, de certa forma, se construa sobre a "primeira lei da geografia" Tobler, considerando que "todas as coisas estão relacionadas a todas as outras, mas coisas próximas estão mais relacionadas que coisas distantes", tenderá a subdimensionar a dimensão simbólica e fenomenológica estruturada do mundo social em sua relação com o espaço, dimensão determinante para a percepção e definição dos diferentes meios socioespaciais em que vivemos e, portanto, para a reprodução da segregação nas cidades através da experiência e da prática dos indivíduos. O problema da definição e compreensão insuficiente de tais meios sociais, apontado por Reardon e O'Sullivan (2004), há muito é um obstáculo para os estudos em segregação, devido à dificuldade de especificação conceitual do que se é, afinal, a separação social entre os indivíduos. Sposito (2018), por exemplo, com base no pensamento lefebvreano, aponta que é a separação, a ausência de relação social, o traço fundamental da segregação. Mas conceber quando tais relações existem ou não é tão desafiador quanto tentar avaliar o conteúdo das relações que, de forma evidente, existem para o analista.

É inegável que uma configuração socioespacial em que as distâncias físicas determinam que grupos sociais, em termos práticos de socialização, sequer coexistem ou possuem ciência da sua coexistência constitui um quadro de segregação muito mais evidente, dada a coincidência expressiva entre distâncias sociais e físicas. Tal separação, nos termos que Sposito (2018) apontou, poderia ser facilmente apontada se verificada a inexistência de qualquer intersecção entre espaços de atividades e padrões de mobilidade de dois indivíduos ou grupos sociais diferentes. Mas nem sempre este é o caso na vida urbana. Podemos afirmar, sem dúvidas, que distâncias físicas são um fator que contribui significativamente para a integração ou desintegração social, mas não podemos afirmar que são um fator determinante para tanto, especialmente diante do processo contemporâneo de midiatização das sociabilidades e de progressivo aumento

da capacidade e da necessidade da mobilidade nos contextos urbanos e metropolitanos contemporâneos.

O que a ideia de experiência individual de segregação coloca em relevo é que mesmo em situações de aproximação física ainda há - literalmente - espaço e processos simbólicos que operacionalizam esse espaço concretizando os processos de diferenciação social e as dinâmicas de separação e exclusão que tais processos comandam. No entanto, impõe-se o desafio de observação empírica de tais processos. Dados individualizados de usos e mobilidade podem nos mostrar objetivamente padrões de circulação e permanência em lugares, nos revelando espaços locais mais ou menos compartilhados com alteridades, mas certamente não podemos extrapolar de tais dados mensurações da experiência de inclusão ou exclusão social nos espaços que um indivíduo frequenta. É preciso realizar uma transposição sociológica da questão para uma investigação qualitativa detalhada das formas de sociabilidade urbanas e de usos dos e nos espaços da cidade se pretendemos entender como os indivíduos não só experienciam divisões socioespaciais, mas também como reproduzem cotidianamente mecanismos práticos que atualizam processos de inclusão ou exclusão socioespacial em padrões que podemos conceber como segregação em um sentido ampliado.

Devemos complementar a espacialidade da segregação e da verificação a partir das distâncias físicas entre diferenças sociais com investigações em torno das estratégias de separação, das formas voluntárias e involuntárias, mas típicas, de isolamento e de exclusão (de exclusividade) que se manifestam mesmo em cenários de alta exposição, como as cidades brasileiras. Afinal, se consideramos o fluxo e a variedade locacional envolvidas nas práticas e interações de diferentes agentes que animam o espaço urbano, padrões de segregação se revelarão, malgrado sua complexidade, conforme escalas de análise se movem da visão de sobrevoo até alcançarem o corpo individual, as suas práticas, adentrando a subjetividade, os sentidos compartilhados, até encontrar na intersubjetividade dos indivíduos as estruturas sociais que coordenam suas ações, das pequenas decisões locacionais cotidianas até as cidades que constroem juntos, mas separados.

A cidade é um fenômeno socioespacial caracterizado pela densidade, pela heterogeneidade e, sobretudo, pelos resultados da densidade da heterogeneidade. É nessa direção que poderão ser compreendidas como um fenômeno único as divisões das

cidades em “pequenos mundos” (PARK, 1967, p.26), seja na sua manifestação como um mosaico de vizinhanças, seja na forma aparentemente caótica que os indivíduos trazem os seus pequenos mundos consigo, os concretizam e os experienciam por toda parte.

2.2.4.2. O enclausuramento como configuração do urbano: a análise antropológica de Caldeira sobre os enclaves fortificados no Brasil

O trabalho de Teresa Caldeira (2000, 1997, 1996a, 1996b, 1996c) sobre o surgimento de enclaves fortificados como um novo padrão de segregação nas cidades contemporâneas é um dos mais importantes subsídios para nossa ilustração dos limites do paradigma ecológico do mosaico urbano. O estudo antropológico de Caldeira interpreta as transformações no modo de habitar e de se relacionar com e na cidade trazidas com o surgimento de condomínios fechados e fortificados no Brasil. A autora analisa esse fenômeno à luz de fatores como o aumento da violência urbana, a cultura do medo, a comoditização da segurança, e sobretudo à luz da reação à expansão de direitos democráticos em sociedades desiguais marcadas por heranças coloniais institucionalizadas de estratificação. Publicada no final da década de 1990, sua pesquisa influenciou debates sobre segregação internacionalmente, tornou-se leitura imprescindível para a compreensão da urbanização e da recente sociedade urbana brasileira, e ofereceu uma explicação cultural detalhada para objetos que, do ponto de vista de leituras ecológicas morfológicas da estrutura urbana, seriam casos interpretados como idiossincrasias locais, esperadas como desvios de modelos abstratos, ou como um desordenamento fragmentário que demanda modelos bem mais complexos de representação, a exemplo da aglomeração fragmentada proposta por Borsdorf e Hidalgo (2009), dificilmente comparável e eficiente enquanto tipo ideal.

Em seu comentário sobre o legado da autora, Tavolari (2023) observa que a obra de Caldeira poderia ser considerada como um pioneiro, embora discreto, gesto de vanguarda descolonial nos estudos urbanos em um momento em que este debate ainda era incipiente. É importante reconhecer que Caldeira realizou uma análise cultural e política observando características sui generis do contexto socioespacial urbano brasileiro, admitindo o seu lugar de fala e ponto de vista, sua “antropologia com sotaque” (CALDEIRA, 2000, p. 18), afastando-se de abordagens baseadas no

paradigma ecológico ou na economia política - estrangeiras em seus cernes apesar das tradições de releituras locais - e dando um importante passo para o reconhecimento da importância de fatores como raça e gênero no debate sobre segregação no Brasil, aumentando a sensibilidade do campo para a interseccionalidade das desigualdades sociais nas cidades. Além disso, a autora também propôs, considerando o status de São Paulo como maior região metropolitana brasileira - e uma das maiores do mundo - e como umas das mais desiguais do planeta, que os processos que identificou e analisou ali poderiam ser entendidos como um caso extremo, "uma forma mais clara [que] pode guiar a percepção" (CALDEIRA, 2000, p. 328), de padrões de segregação e sociabilidade urbana que se espalham pelo mundo e a partir do qual outras cidades poderiam entender a si mesmo e, talvez, seus futuros com mais clareza - incluindo aquelas do norte global, como Los Angeles[20].

Embora reconheça que a cidade de São Paulo efetivamente tenha apresentado diferentes configurações de macrossegregação em áreas sociais ao longo de seu desenvolvimento, acenando para a validade da lógica ecológica de análise da segregação e para a importância do modelo centro x periferia para compreensão da urbanização brasileira, Caldeira não perde de vista o entendimento de que "as formas pelas quais a segregação social se inscreve no espaço das cidades variam historicamente" (CALDEIRA, 1997, p.156) e que novos modelos de segregação podem se manifestar e se desenvolver em diferentes contextos, de diferentes formas a partir de diferentes fatores relevantes em jogo.

A sua leitura antropológica do urbano ofereceu um importante contraponto às análises de padrões de macrossegregação de base ecológica e às análises marxistas da economia política urbana das cidades brasileiras, ambas construídas sobre a dualidade centro x periferia e sobre a associação direta entre marginalização, pobreza e segregação espacial. De fato, estudos sobre segregação no Brasil historicamente importaram e adaptaram o instrumental teórico e as próprias problematizações de base ecológica e

[20] Los Angeles não só é um importante polo de produção acadêmica nos estudos urbanos, mas também é uma cidade tomada como objeto de estudo referencial nos estudos urbanos estadunidenses. A Escola de Los Angeles é reconhecida nos estudos urbanos como uma corrente inovadora, que tomou a cidade como objeto paradigmático para o estudo de novos processos de estruturação, de segregação e de urbanização, valorizando especialmente estudos culturalistas e críticos. Nomes como Mike Davis e Edward Soja são exemplos de pensadores associados a essa escola. A própria Teresa Caldeira, doutorada na Universidade de Los Angeles, também é um nome associado a essa escola. Em seu livro, ela traça comparações diretas entre Los Angeles e São Paulo para sustentar seu argumento de transponibilidade dos seus achados.

marxista do norte global, especialmente dos EUA e França, respectivamente. Um processo de amadurecimento epistemológico para reconhecer e lidar com as implicações e limitações dessa importação se desenvolve em nossos estudos urbanos até hoje. Essa importação estimulou a produção de análises semelhantes ao interpretar a realidade local, insistindo na importância da descrição e análise da macrossegregação entre centro x periferia. Enquanto isso, passaram despercebidas as lógicas de produção do espaço e dinâmicas socioespaciais características das cidades brasileiras ancoradas em diferentes fatores e que já estavam em pleno desenvolvimento. Como observa Tavolari (2023, p. 413):

> Em outras palavras: não só estamos diante de um novo padrão de segregação urbana, como também de uma espécie de ponto cego das análises sobre a cidade, que continuavam - e talvez ainda continuem - operando como se o padrão centro-periferia estivesse inalterado. Em verdade, muito do diagnóstico intelectual sobre a consolidação do padrão centro-periferia foi formulado justamente no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, quando os condomínios fechados já eram uma realidade, mas não eram incluídos como elementos estruturantes dessa clivagem. Há, portanto, a constatação de um descompasso entre os conceitos e as transformações urbanas das décadas de 1980 e 1990.

Trata-se de uma contradição que exemplifica bem a diversidade de problematizações que coexistem nos estudos urbanos sobre um mesmo objeto e que tensionam e ampliam a concepção de segregação, diminuindo sua precisão mas aumentando seu valor heurístico, conforme a realidade socioespacial observada se torna mais complexa e um número maior de fatores é considerado como relevante para análise. Caldeira endereçou esse descompasso entre teoria estabelecida e realidade empírica ao observar que, sobre o padrão centro x periferia de divisão de classes das cidades sociais brasileiras, uma nova forma de segregação começou a se manifestar notavelmente desde os anos 1970 e já estava bem consolidada na década de 1990. A autora expõe de forma clara a problemática que motivou sua análise:

> Nos últimos quinze anos, no entanto, uma combinação de processos — alguns semelhantes ao que estão afetando outras cidades — transformou profundamente o padrão de distribuição de grupos sociais e atividades econômicas no espaço da cidade. *São Paulo continua a ser altamente segregada, mas a maneira pela qual as desigualdades se inscrevem no espaço urbano mudou de modo considerável.* Nos anos 90, *as distâncias físicas entre ricos e pobres diminuíram, ao mesmo tempo que os vários mecanismos para separá-los tornaram-se mais óbvios e complexos*. (CALDEIRA, 1997, p. 156, grifo nosso)

Os modelos de macrossegregação se tornam representações menos adequadas da configuração socioespacial que emerge conforme as distâncias residenciais e de atividades deixam de obedecer um padrão locacional ordenado em áreas sociais bem divididas e conforme essas distâncias deixam de ser suficientes para imprimir as distâncias sociais de classe entre os indivíduos. É evidente que estratégias espaciais locais de distanciamento social sempre foram parte da vida social urbana, mas conforme uma grande necessidade de reforçar e reinventar essas estratégias se desenvolve, tornando mais explícitas as estratégias de separação nas cidades, uma questão relevante se revela para os estudos urbanos. Não só a intensidade e a ocorrência em número representativo dessas estratégias passam a produzir um novo padrão de segregação socioespacial, mas sobretudo são parte do desenvolvimento de uma nova cultura urbana, criando espaços que "[contradizem] diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno quanto as modernas democracias" (CALDEIRA, 2000, p.12). A autora observa que ocorre o abandono do ideal moderno de cidade aberta e democrática - onde a reserva como traço de sociabilidade e a ideia de igualdade do status de cidadão tentavam garantir um equilíbrio entre a esfera de vida individual e a esfera pública - em nome de uma cidade fragmentada, anti-democrática, marcada pela hostilidade e pela suspeita como modo de sociabilidade e pela progressiva erosão das noções de esfera pública e espaço público. Nesse sentido, Caldeira argumenta dois pontos importantes:

> Primeiro, quero demonstrar *a necessidade de refazer o mapa cognitivo da segregação social na cidade*, atualizando as referências através das quais a vida cotidiana e as relações sociais são entendidas. A não ser que a oposição centro-periferia seja revista e *a maneira pela qual se concebe a incorporação da desigualdade social no espaço urbano* seja modificada, não será possível entender os presentes desafios da cidade. Segundo, quero mostrar que essas mudanças espaciais e seus instrumentos *estão transformando significativamente a vida pública e o espaço público.* Em cidades fragmentadas por enclaves fortificados, é difícil manter os princípios de acessibilidade e livre circulação, que estão entre os valores mais importantes das cidades modernas. *Com a construção de enclaves fortificados, o caráter do espaço público muda, assim como a participação dos cidadãos na vida pública*. As transformações na esfera pública de São Paulo são semelhantes a mudanças que estão ocorrendo em outras cidades ao redor do mundo e expressam, portanto, uma versão particular de um padrão mais difundido de segregação espacial e transformação na esfera pública. (CALDEIRA, 2000, p.211-212)

Caldeira não só enfatiza a importância de uma mudança de perspectiva em relação à forma como a desigualdade social é incorporada no espaço urbano, mas também aponta para um objeto de análise relevante para a compreensão da separação social nas cidades: o espaço e a esfera pública urbana. Sua análise sobre essa questão é construída como uma pesquisa interdisciplinar, que não se debruça propriamente sobre padrões de distribuição espacial de diferenças sociais, mas sobre os modos de habitar e usar o espaço residencial, sobre a emergência de novos hábitos, comportamentos, rituais, produtos e serviços relacionados ao aumento da privatização da vida urbana, sobre discursos de indivíduos, instituições e mídia, sobre tipologias arquitetônicas e empreendimentos imobiliários, sobre estatísticas sociais de violência e do mercado imobiliário, assim como sobre a história econômica e política da urbanização da sociedade brasileira e da cidade de São Paulo.

É importante frisar, no entanto, que embora Caldeira se afaste da lógica geográfica de análise da distribuição e concentração de grupos, atividades e problemas sociais no espaço, sua investigação não é de forma alguma espacialmente cega. Caldeira não comete o erro de distinguir entre segregação social e espacial. A sua análise da forma de segregação que emerge com os enclaves fortificados leva em consideração tanto fatores sociais como físicos que contribuem para essa configuração de divisão socioespacial marcada pela ruptura com o espaço público e pela consequente erosão da esfera pública moderna. Em seu cerne, a análise de Caldeira é uma investigação política sobre a relação entre violência urbana, violência de classe e violência de estado como elementos de produção que produzem o que chama de democracia disjuntiva[21]. Mas a relação entre formas de habitar e de sociabilidade urbanas que toma como objeto e as formas políticas que revela como processos subjacentes evidencia como a segregação socioespacial está intimamente relacionada a processos socioculturais e políticos de contestação de controle da expansão da cidadania e de reprodução não só de desigualdades, mas de hierarquias e de dominação/subordinação no contexto urbano de aproximação de diferenças. Pode-se dizer que Caldeira mantém, portanto, em vista a espacialidade da vida urbana, de modo a não produzir uma análise espacialmente cega,

[21] Por democracia disjuntiva a autora se refere a uma cultura política que se manifesta mais explicitamente, mas não apenas, em sociedades pós-coloniais, que apresentam índices de desigualdade marcadamente e historicamente elevados e passaram por processos de expansão democrática de direitos civis e modernização tardios.

mas não especificamente olhando o espaço a partir da lógica do conhecimento geográfico calcado sobre a descrição e compreensão estrutural da distribuição de elementos e atividades em extensões de terra, mas mais olhando o espaço a partir da lógica de produção de conhecimento da geografia cultural, tentando compreender como a produção, atribuição e compartilhamento de sentidos no seio social se relacionam dialeticamente com a politização, normatização e usos do espaço.

Ao abrir mão de áreas como unidades socioespaciais de observação, no entanto, uma análise como a de Caldeira perde um referencial objetivo para visualizar a separação entre grupos sociais e abre portas para uma diversidade de objetos (sejam elementos materiais de fato, como muros e placas, ou uma diversidade de situações e fenômenos em diferentes escalas) em que é possível observar dinâmicas de reprodução de desigualdades, hierarquias e assimetrias de acesso em jogo na relação espaço-sociedade. De fato, a autora revela uma concepção bastante ampla de segregação, independente da ideia de distribuição de diferenças no espaço, calcada sobre a ideia mais geral de organização do espaço como reflexo de diferenciações sociais:

> A segregação - tanto social quanto espacial - é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Eis porque é útil categorizar e contrapor uma concepção restrita e específica de diferenciação residencial, sustentada no paradigma ecológico do mosaico urbano de áreas sociais, e uma concepção ampliada e versátil de segregação. Se o valor do paradigma ecológico que subjaz à concepção restrita de segregação em áreas está em compreender a totalidade do organismo ou sistema urbano para compreender a produção e os efeitos da segregação em retrospecto, uma concepção ampliada de segregação pretende enfatizar justamente a re-produção local da segregação, argumentando que padrões de organização do espaço urbano emergem como uma coleção de comportamentos individuais, localizados e situados em contextos mais complexos do que a divisão da cidade em vizinhanças permite conceber. Se pensadores como Burgess argumentam que é preciso de uma unidade estrutural que enquadre os

fenômenos da vida urbana que, sem tal *framework* de interpretação, se mostram como apenas objetos "à deriva", pensadores como Caldeira analisam precisamente transformações na sociabilidade urbana, conectando os detritos aparentemente à deriva, observando sua raízes e desdobramentos, mostrando que, uma vez circunscritos pelo olhar teórico, evidenciam padrões de organização socioespacial. Talvez a maior limitação da leitura ecológica do espaço urbano é a sua dependência da aglomeração espacial em áreas para verificar a evidência de processos de organização socioespacial das cidades, de modo que fenômenos que não ganham relevância pela sua expressividade geográfica dificilmente são capturados por tal leitura. Dessa forma, conforme a descontinuidade espacial de fenômenos urbanos se mostra progressivamente mais relevante, seja pelo desenvolvimento de condições de mobilidade, seja por transformações na cultura, tecnologia e mercado de produtos imobiliários, inevitavelmente a observação do urbano construída sobre unidades de área expressivas se torna menos eficiente em capturar a relação espaço-sociedade.

O principal achado de Caldeira é o padrão de produção de enclaves fortificados como uma configuração de segregação urbana que desorganiza a divisão centro x periferia e enfatiza o fato de que, nas cidades brasileiras, a exposição de áreas centrais de maior renda a áreas de baixa renda é significativa. Na definição da autora:

> *Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo.* Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os "marginais", os tem-teto. Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público. [...] *Privatização, cercamentos, policiamento de fronteiras e técnicas de distanciamento criam um outro tipo de espaço público: fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desigualdade é um valor estruturante.* No novo tipo de espaço público, as diferenças não devem ser postas de lado, tomadas como irrelevantes, negligenciadas. Nem devem também ser disfarçadas para sustentar ideologias de igualdade universal ou de pluralismo cultural. (CALDEIRA, 2000. p.11-12. grifo nosso)

A segregação em enclaves fortificados não diz respeito apenas ao uso residencial. Embora os condomínios residenciais fechados despontem como a forma mais expressiva desse processo, Caldeira enfatiza que diferentes atividades também passam a se localizar em enclaves fortificados, intensificando a separação social entre

grupos sociais nas cidades. Nesse sentido, embora a autora tenha identificado essa nova forma de segregação observando o caso extremo de São Paulo, é relevante apontar que esse processo de privatização da vida urbana possui raízes históricas muito mais distantes do que as apontadas pela autora, que toma como indícios de início desse processo de enclausuramento o surgimento de novos produtos imobiliários contemporâneos, como condomínios fechados e shopping centers.

Vargas (2018), em sua análise histórica dos espaços terciários observa como as diferentes formas de mercados públicos - do bazar árabe às praças medievais e modernas europeias - se constituíram como os principais espaços do encontro e da troca, não apenas econômica, nas cidades ao longo da história. A autora observa como essas tipologias urbanas terciárias foram progressivamente privatizadas e deram início a um paulatino processo de divisão social da experiência urbana do encontro de diferenças, conforme surgiram galerias, arcadas, magazines e lojas de departamento que remontam ao final do século XVIII e, principalmente, ao século XIX. Nos EUA, os primeiros shopping centers surgem já na década de 1930 e a construção desses empreendimentos ganha tração no pós-guerra com a intensificação da suburbanização das classes médias e altas. O desenvolvimento dos shoppings inicialmente nos subúrbios estava associado à ausência de pontos focais de fluxo, como praças centrais ou estações de trem, dificultando a localização de atividades comerciais voltadas para as classes com poder de consumo que abandonaram o centro, de modo que as principais vias de tráfego de automóveis, e os grandes terrenos a preços acessíveis disponíveis, se mostraram como os lugares ideais para a implantação desses grandes empreendimentos comerciais. Ao longo da década de 1960, a população suburbana estadunidense triplicou (de 27 para 76 milhões) e, em meados da década de 1970, o país já registrava 15 mil shoppings. Como afirma Vargas (2018, p. 191), esse processo "não apenas imprimiu uma mudança no modelo existente de varejo, mas respondeu, também, por uma transformação no padrão urbano, retirando o elemento varejista do centro da cidade e recolocando-o, isolado de outras atividades, na periferia das cidades". No contexto europeu, o surgimento de shoppings não estava associado a um processo de suburbanização das classes médias, mas sim de descentralização das grandes aglomerações urbanas com a construção de novas cidades planejadas no processo de reconstrução do pós-guerra.

Na década de 1960, os EUA desenvolvem a tipologia de shopping centers regionais, mega-empreendimentos imobiliários de múltiplos andares que incorporam não só comércios, mas uma grande variedade de serviços e lazeres (de serviços médicos a cinemas, por exemplo), tentando simular completamente os atributos de centralidade presentes nos centros urbanos tradicionais. É essa tipologia de centralidade artificial que passa a ser exportada para o mundo e que é majoritariamente implementada no Brasil. Mas, diferentemente dos EUA, os shoppings brasileiros foram localizados fora do centro principal das cidades, articulados à especulação em torno da expansão de áreas nobres das cidades em crescimento acelerado, e não nas periferias suburbanas ou regiões metropolitanas. Embora o primeiro shopping brasileiro tenha sido construído em 1966, foi a partir dos anos 1980 que essa tipologia de espaço terciário ganhou tração nas grandes cidades do país. Em 1981, existiam apenas 16 shoppings em centros urbanos brasileiros, em 1990 esse número chegou a 91, em 2001 a 240, e em 2024 a ABRASCEL já registra 639 empreendimentos classificados como shoppings (VARGAS, 2018, p. 233; ABRASCEL, 2024).

As análises ecológicas da segregação, hiperfocadas na questão da macrossegregação residencial, não foram sensíveis o suficiente para capturar esse processo de separação social de atividades associado ao desenvolvimento de espaços privatizados de comércio, serviços e lazer ao longo da urbanização capitalista desde o século XIX. Embora a implantação de grandes empreendimentos comerciais em eixos viários nas periferias ou centros tenha sido levada em consideração nas análises de estruturação urbana para explicar padrões de localização residencial de diferentes classes sociais, a separação de grupos sociais que os usos desses espaços de consumo em si produzem não receberam o devido peso nos debates sobre segregação. O trabalho de Caldeira é especialmente relevante por apontar o efeito da transposição da quase totalidade da experiência urbana das elites para esses enclaves fortificados e por apontar propriedades em comum entre esses espaços, independentemente das atividades que pretendem abrigar, que contribuem para os mesmos resultados sociais atribuídos ao fenômeno da segregação residencial:

> Todos os tipos de enclaves fortificados partilham algumas características básicas. *São propriedade privada para uso coletivo* enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. *São fisicamente demarcados e isolados* por muros, grades, espaços vazios e

> detalhes arquitetônicos. *São voltados para o interior* e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. *São controlados* por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido ao seu tamanho, as novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles *são espaços autônomos, independentes de seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar.* Em outras palavras, em contraste com formas anteriores de empreendimentos comerciais e residenciais, *eles pertencem não aos seus arredores imediatos, mas a redes invisíveis* (...). Em consequência, embora tendam a ser espaços para as classes altas, podem ser situados em áreas rurais ou na periferia, ao lado de favelas ou casas autoconstruídas. Finalmente, os enclaves *tendem a ser ambientes socialmente homogêneos.* Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição. (CALDEIRA, 2000, p.258-259, grifo nosso)

O novo padrão de segregação que Caldeira observou emergir de forma particularmente expressiva em São Paulo não é uma nova organização ou reestruturação de áreas sociais na cidade, mas uma configuração descontínua no espaço, articulada como uma rede de enclaves fragmentados. A natureza reticular de espaços privados e enclausurados - fisicamente cindidos do espaço público e cultural e politicamente cindidos da esfera pública - não pode ser adequadamente representada por modelos morfológicos e mensurações baseadas na ideia de áreas como elemento geográfico relevante. Essa rede vem se desenvolvendo desde o início do processo de urbanização moderno, especialmente com a segmentação de públicos em espaços de consumo privados. No entanto, a leitura ecológica do urbano privilegiou recortes geográficos de áreas e vizinhanças para representar a cidade como objeto, dada a dificuldade de descrever e mensurar o que Arantes (1994) definiu bem como "a arquitetura complexa de lugares e territórios da cidade".

2.2.4.3. O medo como afeto da experiência urbana mixofóbica e a fragmentação sociopolítica urbana

A ruptura com o espaço público produzida pelos enclaves fragmentados articulados em rede produz um universo privado e homogêneo de socialização e experiência cotidiana para os grupos que podem acessar esses espaços. Esses milieus

enclausurados marcados pela exclusividade (no seu duplo sentido de exclusivo e excludente) operam produzindo um simulacro de universo social igualitário que se sustenta no afastamento e/ou na vigilância disciplinar das alteridades que podem produzir qualquer tensionamento do conforto e segurança oferecido pelos enclaves. A desigualdade, como observou Caldeira (2000), opera como fator estruturante desses espaços justamente porque é o seu reconhecimento que cria o principal apelo dos enclaves em sociedades marcadas pela tensão social da densidade de diferenças extremas.

A expressão da segregação como um padrão de enclausuramento em enclaves fortificados possui diversas implicações relevantes que tensionam a concepção ecológica do mosaico urbano. A principal implicação, apontada e explorada por Caldeira (2000), é o fato de que os enclaves minam o espaço público como âncora material da esfera pública. Abandonado pelas elites como lugar de existência dos "subcidadãos" e de livre ocorrência de problemas que atribuem a esses grupos de forma generalizada, os espaços públicos perdem o investimento de capital econômico, cultural, simbólico e político dos grupos com maior recursos para incidir sobre a produção do espaço urbano. Os espaços públicos são ressignificados pelas elites como lugar da imprevisibilidade, da ausência da ordem ética e estética que escrevem e à qual se subscrevem, da suspeita, do medo e da hostilidade. Estabelece-se um ciclo de retroalimentação em que a ansiedade em torno do espaço público não ordenado privadamente, vigiado e filtrado se transforma em progressiva evitação, a heterogeneidade da cidade se torna cada vez mais alienígena e o desengajamento e desinvestimento das elites ganham cada vez mais tração, alimentando o processo. As elites, como observa Atkinson (2006), se desfiliam da cidade como um todo e se encerram em espaços exclusivos de fruição e reprodução.

A progressiva privatização do público urbano em enclaves foi acompanhada pela hipertrofia daquilo que Bauman (2009) se refere como mixofobia, em detrimento do que chama de mixofilia, ambos processos estimulados pela urbanização da sociedade e que "coexistem não apenas em cada cidade, mas também em cada cidadão" (ibid. p. 48). Enquanto a mixofilia se caracteriza pela atração da promessa de oportunidades da variedade das cidades, "a mixofobia se manifesta como impulso em direção a ilhas de identidade e de semelhança espalhadas no grande mar da variedade e da diferença"

(ibid. p. 44). Embora esses traços de sociabilidade urbana sejam tendências com "propulsão autônoma" (ibid. p. 48), a mixofobia é nutrida tanto pela sensação de instabilidade gerada pelo desmonte das redes de proteção e de identidade da "fase sólida" da modernidade diante da globalização e redução dos estados para a desregularização dos mercados, quando pelo mercado imobiliário, que estimula a paranoia como afeto da vida urbana. Para Bauman (ibid. p. 49),

> o isolamento das áreas residenciais e dos espaços frequentados pelo público - comercialmente atraente para os construtores e para seus clientes, que entreveem uma solução rápida para as ansiedades geradas pela mixofobia - é, de fato, a causa primeira da mixofobia. As soluções disponíveis criam (por assim dizer) o problema que pretendem resolver: os construtores de *gated communities*, ou de condomínios estritamente vigiados, e os arquitetos dos espaços vedados criam, reproduzem e intensificam a necessidade, e portanto a *demanda,* que, ao contrário afirmam satisfazer.

Somada à hiper-urbanização (CASTELLS, 1983), que produziu cidades como sistemas institucionalmente frágeis e economicamente hipossuficientes para servir adequadamente o crescimento demográfico e espacial desordenado, as cidades do sul global experimentaram um expressivo aumento de índices de violência urbana. Em áreas periféricas, onde a maior parte da população pobre se localiza em áreas mal servidas pelo poder público e privado e onde, consequentemente, há maior concentração de atividades ilegais, progressivamente a criminalidade se organizou em instituições que também passam a gerir tais espaços com efetividade prática concreta apesar da ilegitimidade. A violência urbana não só afeta drasticamente o estilo de vida urbano das elites, dando forma e discurso de expressão para a mixofobia e estimulando o enclausuramento como resposta, mas também alcança as áreas periféricas de baixa, criando outras formas de desfiliação da cidade. Embora expressões de urbanidade, ocupações de espaços públicos como a rua e calçadas, a maior permeabilidade entre espaços privados e públicos, com usos mistos de edificações, fachadas ativas e olhos na rua, ainda possam ser percebidos como reminiscências da vida urbana pública moderna em vizinhanças de baixa renda, um processo de enclausuramento como uma reação à violência urbana e à sensação de insegurança também é percebido nessas áreas, com a instalação generalizada de muros, grades e artifícios de segurança em residências e comércios.

A violência e o afeto do medo são fenômenos gêmeos e compõem uma questão amplamente discutida nos estudos urbanos. Lopes de Souza (2008), na obra *Fobópole*, explora essa questão a fundo. O autor observa que as cidades nunca foram ambientes completamente isentos e inafetados pela violência como problema social. Efetivamente, as raízes das grandes cidades europeias, por exemplo, são os burgos protegidos por muralhas. As diretrizes coloniais modernas de construção de novos centros urbanos, por exemplo, também eram em grande medida determinadas em função de estratégias de defesa militar. A necessidade militar de proteção contra invasores estruturou cidades em diferentes contextos e formas urbanas e arquitetônicas típicas que são encontradas tanto na história urbana ocidental quanto oriental. Essas evidências de respostas ao risco e ao medo de invasões e guerras (e é importante distinguir risco e medo) mostram como a violência não é, de modo algum, um fenômeno inédito e tampouco o é o afeto do medo como estruturador de práticas socioespaciais em busca de segurança. As cidades contemporâneas, entretanto, apresentam uma relação *sui generis* com o trinômio risco-medo-segurança que se manifesta em novos padrões de sociabilidade, formas políticas e urbanas, e novos padrões de separação social.

Apesar do medo de invasões e outros problemas geradores de insegurança coletiva (como situações de fome, pragas e eventos climáticos, por exemplo), a violência interna cotidiana entre cidadãos nas cidades nunca se tornou uma questão de grande relevância ou nunca desencadeou discursos e sensações de insegurança interna generalizada. O autor não deixa de reconhecer que as cidades concentravam situações de violência sob a forma de abusos de poder que se manifestavam como formas diversas de opressão e conflitos entre grupos no seio social, e não apenas por parte do Estado ou classes dominantes. Abusos sexuais relacionados à violência de gênero, castigos físicos por parte do Estado, empregadores ou estratos sociais superiores, duelos e vendetas por reparação de honra, perseguições, conflitos e até mesmo massacres étnicos ou religiosos, imposições de servidão e a escravidão, todas fora práticas violentas que fizeram parte da vida urbana ao longo da história. No entanto, ainda assim, a violência urbana contemporânea despontou como um fenômeno que parece mobilizar muito mais o imaginário, a cultura, o comportamento e a política nas cidades ao longo da segunda metade do século XX, notadamente a partir das suas últimas décadas.

Souza (2008) aponta para o fato de que ocorre, primeiramente, um efeito cultural de contraste da experiência urbana contemporânea com um período excepcional, no contexto ocidental, de relativa paz bélica, de desenvolvimento técnico-científico com consequências sanitárias da grande impacto, iniciativas de bem-estar social mais ou menos relevantes em diferentes contextos, e de desenvolvimento da cultura de consumo nas cidades em crescimento entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, aproximadamente durante os períodos culturais europeus da era vitoriana e da *belle époque*. Eventos geradores de insegurança (guerras, invasões, pragas, por exemplo) e expressões de violência interpessoal entre cidadãos (castigos físicos, violências domésticas, conflitos por honra e terra, por exemplo) foram progressivamente regulados pelo Estado ao longo do processo civilizatório moderno. Mesmo nas primeiras décadas do pós-guerra, gerações urbanas ocidentais ainda vivenciaram contextos urbanos com índices de violência significativamente menores do que os atuais.

A experiência urbana de uma sequência de gerações historicamente recentes é caracterizada pelo início do crescimento urbano acelerado - e, no sul global, marcadamente desordenado - e pela vivência de um cenário, por um lado, anterior ao desenvolvimento das consequências deletérias de médio e longo prazo desse processo de urbanização acelerada, e por outro lado, em que consequências positivas de curto prazo desse processo eram bastante conspícuas e relacionadas à percepção de progresso e melhoria da qualidade de vida individual e coletiva. A experiência coletiva dessas gerações de urbanitas - especialmente das classes médias e altas urbanas, com poder de consumo e distante fisicamente das áreas de maior concentração da pobreza - produziu um imaginário e discursos que estabeleceram cenários de paz, civilidade e ordem, mais concretos que um passado distante, como parâmetros a partir do qual as características da violência e a vida urbana contemporâneas são colocadas em comparação.

No final do século XX, as cidades rapidamente passam a ser compreendidas como lugares marcados pela insegurança e o medo se desenvolve como um elemento discursivo particularmente potente que se relaciona não só com as formas de sociabilidade e com a interpretação das desigualdades sociais, com discursos e práticas políticas e econômicas, e também de modo muito tangível com transformações na produção do espaço urbano. Sobre essa mudança, argumenta Souza (2008, p. 39):

> A partir das últimas décadas do século XX, por várias razões e com variações de país para país, o período de relativa "calmaria" vai se extinguindo, e em dois sentidos: de uma parte, "novas guerras" vão-se multiplicando, especialmente após o fim da Guerra Fria, reavivando formas de violência (principalmente contra civis) que, durante muito tempo, foram antes exceções do que a regra (...), ainda que não tão excepcionais assim (...); de outra parte, e já antes disso, a criminalidade "ordinária", sem motivação política ou religiosa direta, vai-se intensificando nas cidades de vários países, a ponto de um novo vocabulário começar a dar o tom dos novos tempos: "banalização da morte" , "cultura da violência". É sobretudo o contraste com os períodos anteriores, e em particular com o período de relativa "calmaria" que se estende da era vitoriana e da belle époque até meados do século XX (ou seja, um período ainda um tanto vivo na memória de muitas das nossas famílias, graças ao testemunho de avós e bisavós), que faz com que a fobópole possa ser vista como um fenômeno dotado de "alguma" novidade histórica.

É evidente que a cultura do medo não se trata apenas de uma espécie de pânico moral em torno do contraste da violência de hoje e ao longo do último século. Índices de violência elevados concentrados nos centros urbanos e o surgimento de novas expressões de violência conforme os conflitos bélicos, a repressão do Estado, respostas à exclusão social, conflitos interpessoais, e estruturas de mercados ilegais, seus agentes e práticas se transformam e atravessam a vida urbana contemporânea. O que Souza (2008, p. 8) observa é o fato de que existem "épocas em que, por razões variadas, a presença do medo como fator condicionante e estruturante das relações sociais e da organização espacial é menor, sendo maior em outras. Nossa época pertence ao segundo tipo". Uma vez que tanto a cultura do medo como a urbanização são traços particularmente marcantes da contemporaneidade, esses fenômenos se relacionam de forma igualmente marcante e produzem o que Souza chama de *fobópoles*.

A fobópole é, de forma simplificada, "uma cidade dominada pelo medo da criminalidade violenta" (SOUZA, 2008, p. 40). Mais especificamente, uma cidade em que "o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil" (ibid, p. 9), se enraizando "na psicologia coletiva, provocando conseqüências comportamentais diversas, até mesmo psicopatológicas", de modo que "grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico (entre outras síndromes

fóbico-ansiosas, inclusive transtorno de estresse pós-traumático) por causa da violência, do medo da violência e da sensação de insegurança" (ibid., p.43), produzindo um contexto em que "o ser humano se mostra particularmente vulnerável a irrupções de tal sentimento, sob o efeito do (assim percebido) "clima de guerra civil", [e o medo encontra] um terreno fértil para continuar prosperando." (ibid., p.33).

Souza, dialogando com Steinert (2003) e Coelho (1988), ressalva que ocorre uma perigosa instrumentalização do discurso bélico pela mídia e pela política, que exploram a reação emocional à sensacionalização e espetacularização da violência e, especialmente, a construção de uma narrativa mobilizadora de Estado e cidadãos em guerra contra a criminalidade. A consequente amplificação e retroalimentação do medo pela mídia e pela política produzem uma relação não necessariamente proporcional entre a percepção coletiva de insegurança e estado objetivo de violência nas cidades. Esse poder discursivo de transformação da percepção da realidade da mídia e da política em torno do medo é uma dimensão fundamental daquilo que Caldeira (2000) chama de "fala do crime".

No entanto, apesar dos efeitos deletérios da "fala do crime" em torno da ideia de guerra contra a criminalidade, Souza argumenta que, de fato, as fobópoles são caracterizadas por um estado de guerra civil molecular - conceito que toma emprestado do ensaísta Hans Enzensberger[22]. A guerra civil molecular descreve a realidade das metrópoles em que a violência não é praticada apenas por exércitos, polícias e milícias, ou por serviços secretos de repressão ou redes secretas de terroristas, tampouco por grupos criminosos bem identificados como mafiosos, traficantes de drogas, vigilantes ou gangues de qualquer tipo, mas *potencialmente* também por cidadãos inconspícuos [*unauffäligen Bürgern*] que "de uma hora para outra, se transformam em hooligans, incendiários, chacinadores e assassinos seriais" (ENZENSBERGER apud SOUZA, 2008, p. 26). É característico da guerra civil molecular o que Enzensberger tenta descrever como um "caráter autista" dos transgressores violentos, referendo-se à indistinção entre destruição e autodestruição da violência, a desconexão da violência de qualquer fundamentação ideológica e, portanto, o desaparecimento de qualquer

[22] Hans Magnus Enzenberger (1929-2022) foi um filósofo, escritor, poeta, ensaísta e intelectual público alemão, citado como um dos mais importantes intelectuais públicos alemães na segunda metade do século XX. O termo guerra civil molecular foi cunhado em 1993 na sua obra ensaística traduzida no Brasil como *Guerra Civil* (no original: *Aussichten auf den Bürgerkrieg*)

legitimidade ou sentido coerente atribuído a ela. Souza (2008, p. 36-37) comenta, sobre o conceito:

> (...) faz-se necessária, sem sombra de dúvida, perícia no manejo da idéia de uma "guerra civil molecular". Perícia e prudência. A "guerra civil molecular", que mescla elementos de criminalidade menos ou mais organizada e criminalidade ordinária não-organizada (e, em alguns países, também o terrorismo), respostas menos ou mais preventivas, menos ou mais repressivas por parte da polícia (e muitas vezes, dependendo do país, mesmo truculentas, com abundância de violência policial abusiva e seletiva) e reações autodefensivas por parte da classe média e das elites (uso de carros blindados, compra de armas, utilização de segurança privada e estratégias espaciais diversas) - reações essas que agravarão a "guerra civil molecular", ao invés de detê-la ou estancá-la - , apresenta pontos de contato com uma guerra civil, visto ser, também, uma situação de violência difusa, ações e reações de ressentimento, ódio e violência de cidadão contra cidadão em uma multiplicidade de situações no interior de uma cidade e de um país. Não obstante, essa "guerra civil molecular", se não é uma guerra civil convencional, haja vista que não se contrapõem grupos étnicos ou agremiações político-ideológicas lutando organizadamente para tomar o poder de Estado, muito menos é, obviamente, uma guerra em que se contraponham os nacionais de um país a "inimigos externos" (assim declarados pelo Estado) de outra nacionalidade - enfim, dois exércitos em confronto. E, se não se trata de uma guerra civil convencional e muito menos de uma guerra externa, a "guerra civil molecular" não há de ser debelada com o recurso a uma escalada de militarização, que é antes parte do problema que da solução. (36-37)

O *low key urban warfare* cotidiano da guerra civil molecular enfatiza a hostilidade como marca da sociabilidade urbana contemporânea. A hostilidade deságua na legitimação da militarização como resposta não só na dimensão da forma urbana, mas principalmente como motor ideológico de um sistema midiático, político e institucional que mobiliza continuamente a crise urbana da insegurança como meio de implementação e manutenção de estados de exceção como paradigmas de governo das cidades. Tais estados de exceção frequentemente têm como objetivo último, mostra Wacquant (2009), a criminalização da pobreza, a estigmatização de seus territórios, corpos e práticas, legitimando uma forma de controle e gestão típicas dos estados neoliberais sobre um contingente populacional "improdutivo" que até hoje não foi - e não será - integrado ao capitalismo e aos plenos direitos democráticos e de consumo que promete universalizar.

O resultado mais grave da fobópole, argumenta Souza (2008), é o processo de fragmentação do tecido socioespacial urbano. Essa fragmentação é caracterizada como um estágio mais intenso da segregação socioespacial, pois mais do que a separação,

promove o efetivo processo de cisão política entre as partes. Os fragmentos politicamente desconexos da fobópole impõem novas camadas de heteronomia, em detrimento da autonomia, aos indivíduos e coletividades. A emergência desses espaços sujeitos a diferentes micro-regimes de regulação é um agravamento em termos de distanciamento social, de diferenças de acesso e experiência de uma mesma cidade.

Souza (2008, p. 154) aponta para três dimensões principais dessa fragmentação nas cidades brasileiras. Em primeiro lugar, o surgimento dos "espaços por excelência da autossegregação", que podem ser melhor resumidos como os enclaves fortificados descritos por Caldeira (2000) ou por Atkinson (2006), que são marcados pela separação voluntária das elites desfiliadas do espaço público urbano. Com mais recursos para "escapar" das ansiedades da mixofobia e das vulnerabilidades à insegurança, os mais ricos criam espaços auto-regulamentados, que expressam a condição de privilégio e de estar acima da lei, ao mesmo tempo que tornam-se submetidos à própria regulamentação e vigilância excepcional que produzem na criação de seus próprios claustros.

Em segundo lugar, Souza (ibid.) aponta "os espaços por excelência da segregação induzida", as favelas e ocupações irregulares, de baixa renda, que existem tanto nas centralidades como, em maior escala, nas periferias urbanas e metropolitanas. Espaços resultantes do processo de segregação involuntária, que expressam a condição de estar abaixo da lei, da marginalização não só do sistema econômico, mas também do status de cidadania, de reconhecimento de direitos. São territórios onde não só os estados de exceção operam na aplicação de abusos e supressão de direitos, mas também onde agentes ilegais operam com capacidade institucional reguladora ilegal. Na periferia do capitalismo, a fragilidade das instituições de estado abre caminho para a atuação de diferentes agentes na produção do espaço de forma não legítima, mas bastante concreta. Esse é o caso dos movimentos sociais no processo de ocupação e autoconstrução das periferias, por exemplo; assim como é o caso dos mercados informais e ilegais de terra, com a atuação de grileiros e loteadores clandestinos; e também é o caso do crime organizado (em maior ou menor grau), que passa a atuar ocupando, atuando, vigiando e regulando esses espaços periféricos e marginalizados como uma face ou como resposta à política da militarização urbana, sob a forma da

paramilitarização conspicuamente violenta, e produzindo o que Souza se refere como enclaves territoriais ilegais.

Em terceiro lugar, também indo ao encontro de Caldeira, o autor (idem) aponta para o enfraquecimento do espaço público como suporte da esfera pública. O abandono do público como lugar da política significa o enfraquecimento da democracia cotidiana, muito embora as instituições democráticas formais possam permanecer em operação. A erosão da esfera pública como dimensão do encontro e mediação das diferenças significa a erosão da possibilidade de encontro, contato e troca entre indivíduos e grupos que antes poderiam ser caracterizados apenas como segregados, mas agora se encontram em condição de fragmentação sociopolítica. É útil comparar as atitudes de suspeita, hostilidade e isolamento que Souza (2008) e Caldeira (2000) observam contemporaneamente com a leitura de Simmel (2013) e Park (1967) em torno da atitude blasé e da reserva como marcas da sociabilidade urbana moderna. Se o individualismo moderno era marcado pelo afastamento psicológico e social como estratégia de equilíbrio entre o indivíduo e o público nas cidades, o individualismo na fobópole contemporânea é marcado pela aversão e denegação do público, buscando ilhas de identidade e sociabilidade filtradas, controladas, vigiadas e, sobretudo, espacialmente isoladas da densidade de diferenças da cidade.

2.2.4.4. O encasulamento da vida urbana: a segregação total dos espaços de atividades

Outra implicação do processo de segregação derivado do processo de enclausuramento que merece atenção específica é o fato de que a rede de enclaves fortificados produz, apesar da sua descontinuidade espacial, uma base contínua de experiência cotidiana de homogeneidade e assimetria social para aqueles que podem optar por habitá-los. Enfatizamos que, apesar da importância dos condomínios fechados como tipologias habitacionais típicas do final da segunda metade do século XX, o processo de enclausuramento também é caracterizado pela criação de enclaves fortificados de trabalho, educação, lazer e consumo, em suma, de todos os espaços de atividades[23] em que a vida urbana se reproduz.

[23]Para discussões e metodologias mais recentes que as de Jakle et al (1976) em torno do conceito de espaços de atividades, o leitor pode se referir a Wong e Shaw (2011), Palmer (2013) e Li e Wang (2016) e, especialmente, para a revisão de literatura de Müürisepp et al (2022).

A natureza fechada e privatizada dos enclaves transforma essas redes de lugares em circuitos fechados, onde as elites se autossegregam mantendo o afastamento com o espaço público e as distâncias sociais preservadas, na medida em que o acesso dos mais pobres a tais circuitos usualmente ocorre conforme assumem papeis subalternos bem determinados, em geral, como empregados bem identificados. Compreender a transposição da homogeneidade entre esses espaços de atividades enclausurados, portanto, é uma questão fundamental para compreender como novos padrões de segregação emergem produzindo uma fragmentação ordenada em circuitos de lugares fechados exclusivos e socialmente homogêneos .

Conforme as elites se desfiliam do espaço público segregando-se em enclaves, a sua exposição à diversidade social diminui, i.e., a sua probabilidade de encontro físico e, portanto, de convivência e integração social com outros socialmente diferentes. Boterman e Musterd (2016) se referem a esse agravamento da segregação nas cidades a partir da redução da exposição à diversidade social em múltiplos espaços de atividades como o processo de encasulamento urbano [*urban cocooning*].

Discutimos anteriormente como o grau de exposição ou isolamento de grupos sociais no espaço urbano é uma das métricas fundamentais para qualificar a segregação em uma cidade. No entanto, essa medida usualmente é operacionalizada em análises de padrões de segregação residencial, tentando avaliar essencialmente, como observam Boterman e Musterd (2016), o grau em que famílias vivem juntas ou separadas em determinado recorte espacial, ou seja, a diversidade social de uma área.

A operacionalização do conceito de diversidade através do grau exposição-isolamento de grupos sociais, entretanto, não é tão simples. Primeiro, por razões de priorização de problemáticas tradicionais no campo dos estudos urbanos, as diferenças sociais consideradas na composição da diversidade são usualmente restritas a categorias sociológicas de classe social, etnia ou do cruzamento de ambas, ignorando categorias que também são relevantes por também determinarem distinções e divisões relevantes no espaço urbano, mesmo em termos restritos de diferenciação residencial, tais como gênero, geração, educação, ocupação ou estilos de vida. Em segundo lugar, as análises de graus de exposição-isolamento reforça o pressuposto de efeitos de propinquidade espacial, de que a proximidade física, por produzir maior possibilidade de encontro, garante maior interação social entre diferenças.

A ideia de propinquidade se popularizou nos estudos em segregação residencial a partir do estudo em psicologia social publicado em 1950 por Festinger et al (1970) sobre fatores condicionantes na formação de grupos[24], onde divulgaram importantes achados sobre a influência do ambiente físico na formação de grupos, concebendo seus achados como padrões ecológicos de interação e socialização. Entre os achados, os autores apontaram para como a proximidade física e o que chamaram de proximidade funcional no uso do espaço atuam como fatores que garantem contatos passivos (fortuitos, não intencionais), que aumentam a probabilidade da formação de laços sociais relevantes. Apesar das expressas ressalvas dos autores sobre a condição de homogeneidade social de seu estudo de caso e da afirmação de que "onde a comunidade é heterogênea, espera-se que fatores ecológicos tenham consideravelmente menos peso do que possuem em comunidades onde há um maior grau de homogeneidade e interesses em comum entre os residentes[25]" (FESTINGER et al., 1970, p. 163), o entendimento de que a proximidade espacial tende a produzir laços sociais pela maior probabilidade de contato entre indivíduos suportou e ainda suporta, conforme Boterman e Musterd (2016), a criação de vizinhanças socialmente diversificadas como objetivo de políticas públicas de combate à segregação, especialmente no contexto do norte global.

O sucesso da obra de Jane Jacobs (1961), em sua defesa da diversidade como elemento fundamental para garantir a vitalidade urbana da cidades, resultando no paradigma no Novo Urbanismo, é um exemplo de definição de princípios de planejamento e desenho urbano construídos a partir de observações dos usuários e usos do espaço e da hipótese de que é possível criar condições espaciais mais propícias para a integração social de vizinhanças a partir do encontro entre pessoas, grupos e atividades diferentes. Em consonância com a defesa da diversidade, uma corrente de estudos sobre a questão de efeitos de vizinhança, problemática que ganhou atenção redobrada desde o impacto do trabalho de Julius Wilson (1990) e permanece sendo

[24] O estudo de Leon Festinger et al, intitulado *Social pressures in informal groups: a study of human factors in housing*, publicado em 1950, foi um extensa e detalhada pesquisa que utilizou métodos sociométricos e observações qualitativas sobre diversos condicionantes de formação de vínculos de amizade e lógicas de comportamento de grupo, realizada a partir de um estudo de caso em um alojamento universitário masculino. Embora os autores não utilizem exatamente o termo propinquidade ao se referir à proximidade espacial, eles referenciam a importância de estudos sobre a influência da proximidade residencial sobre escolhas românticas e casamentos, que descrevem esse fenômeno como efeito de propinquidade espacial.

[25] No original: "*where the community is heterogeneous, one would expect the ecological factors to have considerably less weight than they do in communities where there is a high degree of homogeneity and common interests among the residents*"

reavaliada (CUTLER et al, 2008; HASTINGS, 2009; SAMPSON, 2019), apontam para relações entre resultados deletérios econômicos, sociais e políticos decorrentes da concentração e segregação residencial da pobreza em vizinhanças homogêneas, isolando comunidades de redes de acesso a oportunidades de trabalho e a recursos econômicos, culturais e sociais, assim como a serviços privados e públicos. Nesse sentido, a diversificação social de vizinhanças emerge como um antídoto antípoda ao isolamento da pobreza para garantir a equalização social de acessos a recursos. Nos países centrais, a diretriz da diversificação social orientou o desenho e implementação de políticas públicas para criar, tornar ou manter vizinhanças mais socialmente balanceadas em termos de classe e etnicidade. No Brasil, políticas dessa natureza, com o objetivo, por exemplo, de controlar preços de alugueis para evitar gentrificação de áreas, ou de revitalizar áreas urbanas e estimular construções de melhor padrão em áreas pobres com a intenção de atrair grupos mais afluentes para vizinhanças pobres não são realizadas. Mas políticas como a urbanização de favelas com alternativa à remoção de comunidades de áreas centrais, a definição de Zonas Especiais de Interesse Social e o próprio zoneamento com a intenção de tentar condicionar espacialmente a atuação do mercado imobiliário de forma mais distribuída, assim como a realização de operações urbanas consorciadas em áreas de baixa renda, embora não tenham especificamente a diversidade social como objetivo de seus desenhos, podem ser consideradas iniciativas semelhantes que poderiam resultar na mistura social nas localizações centrais ou em áreas de baixa renda.

Apesar das evidências em favor da importância da diversidade e dos efeitos da proximidade espacial, estudos de avaliação de políticas de diversificação social também corroboram a ressalva de Festinger et al (1970) em relação à heterogeneidade social como um fator que pode solapar a eficácia da propinquidade como condicionante espacial de formação de laços sociais. Por exemplo, Galster et al (2008), em um estudo quantitativo longitudinal em cidades suecas, observaram correlações negativas entre mobilidade social e vizinhança quando estas apresentavam distâncias sociais muito grandes entre os domicílios. Já Musterd et al (2015), em estudo quantitativo sobre mudanças de localização residencial em cidades holandesas, observaram maior probabilidade de famílias optarem por abandonar a localização residencial quando percebem uma grande distância social - para cima ou para baixo - em relação às suas

vizinhanças. Análises de projetos de revitalização de vizinhanças empobrecidas também apontam resultados na mesma direção. Popkin et al (2009), em um estudo longitudinal do impacto do programa HOPE VI, política estadunidense de revitalização de projetos de habitação social com objetivo de criar áreas com diversidade de renda, em curso desde 1992, observaram não apenas o baixo impacto econômico das políticas de estímulo à diversificação social de vizinhanças pobres, como também observaram que os efeitos positivos foram o deslocamento de famílias desses contextos para vizinhanças menos empobrecidas. E, ainda, análises críticas de políticas de revitalização urbana no contexto europeu com objetivos de diversificação, como a de Lees (2008), revelam que frequentemente projetos dessa natureza não resultam na democratização de oportunidades e acessos, mas na ativação de rendas imobiliárias latentes, desencadeando processos de gentrificação. De modo ainda mais relevante para nossa discussão, estudos qualitativos sobre o comportamento individual de pessoas em vizinhanças socialmente diversas mostram que residentes de grupos sociais diferentes interagem muito pouco e de forma seletiva, controlando a composição de seus círculos sociais. Essas estratégias interacionais e espaciais de evitação e de contatos seletivos e controlados entre alteridades, constituem o que a literatura sobre dinâmicas de microssegregação em vizinhanças chama de configuração social tectônica, que discutiremos em detalhes mais à frente.

Gill Valentine (2008, p. 334), em sua reflexão sobre o encontro e o fomento de uma cultura cívica em contextos de diferenças argumenta que, no campo dos estudos urbanos, ocorre uma idealização romântica dos espaços de encontros e de composição diversificadas, impedindo a percepção objetiva do fato de que "proximidade não é o mesmo que contato significativo" e que, frequentemente, a proximidade entre grupos diferentes agrava percepções negativas, conflitos e atitudes defensivas em relação a identidades e comunidades. As observações de Caldeira (2000), Souza (2008) e de Atkinson (2006) sobre o enclausuramento, a militarização e desfiliação das elites do espaço público apontam para direção semelhante à observação de Valentine (2008): a diversidade social no espaço parece ir de encontro às preferências dos indivíduos, especialmente aqueles de maior renda, que possuem mais recursos para buscar, produzir, manter e impor a homogeneidade social em seus meios residenciais.

Se a ideia de efeitos de vizinhança e da diversidade residencial como solução política para as consequências da segregação encontram raízes nos efeitos da propinquidade espacial revelados por Festinger et al (1970), a aparente infactibilidade ou obstáculos para a diversidade residencial encontra suas raízes no experimento do economista Thomas Schelling (1969) sobre escolhas locacionais e no conceito de homofilia. Schelling demonstrou, a partir de uma simulação simples de um modelo dinâmico baseado em agentes sem parâmetros de restrições de escolhas, que mesmo uma pequena preferência por, no mínimo, vizinhanças mistas (por exemplo, se uma família branca acha incômodo estar cercada apenas por domicílios de famílias negras ou vice-versa) pode resultar em padrões de segregação de grande escala a partir dos comportamentos locacionais individuais com base na avaliação da composição do conjunto de vizinhos. O princípio da homofilia, cunhado na sociologia na década de 1950 por Lazarsfeld e Merton (1954) e popularizado por McPherson et al (2001) com a renascença da análise de redes, afirma que a "similaridade gera conexão" e, desse modo, se constitui como um princípio estruturante na formação de redes sociais.

Se a diversidade residencial parece ser impraticável - seja pelo condicionamento estrutural à homogeneidade conduzido pelo princípio da homofilia, seja como fator cultural de preferência e exercício de poder das elites para evitar tal cenário - a questão da diversidade em espaços destinados a outros usos, que não o uso residencial, se torna ainda mais relevante, uma vez que é crucial compreender se os efeitos da segregação residencial são mitigados ou reforçados pela experiência de heterogeneidade ou homogeneidade fora das vizinhanças.

Na literatura sobre segregação, críticas à centralidade da segregação residencial são construídas sobre a observação bastante pertinente de que a vida urbana não ocorre restrita aos espaços residenciais, uma vez que os indivíduos se movem e passam períodos de tempo significativos em lugares de trabalho, educação, lazer, e mesmo em estruturas e meios de transporte. Todos esses espaços constituem, pelas mesmas razões da influência da propinquidade, em oportunidades de encontro, troca e formação de laços sociais com outros. O uso residencial é demasiado estático e a vida urbana é eminentemente dinâmica, marcada pela mobilidade desde a separação do ambiente doméstico do ambiente de trabalho ao longo da urbanização e processo civilizatório capitalista. Uma das principais abordagens alternativas para esse impasse são as

tentativas de analisar e correlacionar medidas de segregação nos diferentes espaços de atividade, observando como a segregação é ou não transposta para outras esferas da vida urbana.

Boterman e Musterd (2016) realizam uma análise de dados censitários individualizados e espacializados, testando a correlação da segregação de classe e étnica em áreas residenciais, em lugares de trabalho e em modais de transporte no contexto holandês para tentar verificar "em que medida os mais ricos estão organizando a sua vida em ambientes homogêneos", ou seja, em que medida reduzem sua exposição à diversidade em geral nos diferentes espaços de atividades, concretizando a configuração socioespacial que os autores chamam de encasulamento urbano. Os autores observam que, em termos de estratificação econômica de classe, o percentil dos 30% mais ricos habitam vizinhanças homogêneas, trabalham em ambientes homogêneos e tendem a usar automóveis particulares, sendo, portanto, o grupo que apresenta o maior encasulamento; os 40% mais pobres vivem em vizinhanças ainda mais homogêneas, mas trabalham em ambientes relativamente mais heterogêneos e utilizam meios de transporte públicos, aumentando significativamente a sua exposição à diversidade. Já a classe média (o percentil entre 41-70%) foi o grupo que apresentou a maior exposição à diversidade em todas as dimensões.

Os achados de Boterman e Musterd para a realidade holandesa não podem ser transpostos diretamente para a realidade brasileira. No entanto, o processo de encasulamento que os autores evidenciam a partir de uma análise estatística representativa confirma achados qualitativos em torno das dinâmicas de segregação em vizinhanças socialmente diversificadas e em espaços de atividades, dinâmicas relacionadas ao comportamento de autossegregação, enclausuramento e mixofobia dos mais ricos de forma semelhante à realidade brasileira. É razoável, portanto, confirmar a experiência do senso comum brasileira e assumir que o encasulamento é um processo de segregação que também afeta a nossa realidade, uma vez que nossas cidades são marcadas por distâncias físicas menores entre grupos de renda mais desiguais, índices de violência urbana e de insegurança mais elevados e transporte público de pior qualidade que o contexto europeu, estimulando estratégias de evitação de problemas urbanos e de outros por parte daqueles que possuem os recursos para implementá-las em seu cotidiano.

O fenômeno do enclausuramento torna a questão do encasulamento mais grave. É importante distinguir bem os dois processos. Enquanto o encasulamento diz respeito à diminuição da exposição à diversidade social (o aumento do isolamento, portanto) nos diferentes espaços de atividade em que a vida dos indivíduos se reproduzem, o enclausuramento diz respeito especificamente ao padrão de segregação em enclaves fortificados, espaços privados, fechados, vigiados e exclusivos para diferentes atividades. O enclausuramento pode não se constituir como uma condição necessária para o processo de encasulamento, mas certamente o encasulamento é uma consequência da produção de enclaves fortificados para as diferentes atividades na cidade.

O agravo se dá justamente pelo fato de que o encasulamento passa a ocorrer em espaços privativos e fechados. A transposição da homogeneidade social de um espaço de atividade para outro impõe uma segregação totalizante, criando uma base de meios socioespaciais de experiência contínua de homogeneidade social que não é afetada pela descontinuidade espacial: da residência, passando pelo modal de transporte, até os lugares de consumo e lazer, educação ou trabalho, o encontro com a diferença é reduzido ao mínimo. Constitui-se uma rede de enclaves fragmentados espacialmente, mas socialmente não perturbada ou interrompida por distâncias sociais significativas. Nesses espaços, efeitos de propinquidade atuam como fatores de homofilia do mesmo modo, pois embora a proximidade física possa inexistir, a proximidade funcional ainda opera, conforme os indivíduos circulam e utilizam os mesmos pontos dessa rede de enclaves para as mesmas atividades.

Outro aspecto dessa rede de enclaves é que, pela natureza cercada e privada desses espaços de atividades, ela se constitui como um circuito fechado, uma rede de acesso controlado fisicamente ou simbolicamente. Isso estimula cada vez mais a ruptura com os pontos de contato e a experiência das elites com o espaço e a esfera pública, criando um conjunto de ambientes privadamente normatizados que se constituem como um intermédio de classe entre indivíduos e o próprio poder público em seu papel legítimo de regular a cidade e os cidadãos.

Um terceiro aspecto é que esse circuito fechado de enclaves que abriga as atividades das elites também se constitui como uma base de experiências de assimetria social diante do contato com os outros. Conforme a ruptura com o espaço e a esfera

pública ocorre, o princípio democrático da igualdade de direitos entre cidadãos se esvai, sendo substituída pela lógica do direito de acesso - usualmente via poder de consumo. Os enclaves, além de ambientes socialmente homogêneos também podem se constituir como ambientes socialmente destensionados para as elites, ou seja, como contextos físicos e simbólicos em que diferenças se encontram sempre enquadradas em situações bem definidas de papeis e hierarquias, onde o acesso dos mais pobres, usualmente, ocorre sob a condição de prestadores de serviços para proprietários ou consumidores.

2.2.4.5. Mobilidade como fator de segregação: a disjunção como meios de desintegração

Até aqui, ampliamos a concepção de segregação para além do paradigma ecológico do mosaico de áreas sociais elencando os processos de encasulamento e de enclausuramento como fenômenos vinculados aos lugares, mas cuja natureza fragmentária e reticular desafiam a leitura do espaço urbano como um sistema zonal de áreas. Transitamos da concepção de segregação como um fenômeno demográfico de distribuição e concentração espacial de diferenças para uma concepção de segregação como fenômeno socioespacial de eliminação ou diminuição da exposição à diversidade, de isolamento em meios socioespaciais homogêneos, sejam tais meios grandes áreas ou redes de lugares conectados.

É possível ampliar ainda mais o potencial heurístico do conceito, buscando uma definição ainda mais larga. Podemos abrir mão de conceber a segregação primariamente como um fenômeno espacial, sem, no entanto, abrir mão de que se trata de um fenômeno que, necessariamente, possui expressão espacial. Nesse sentido, a segregação pode ser mais produtivamente concebida como a restrição ou a tendência de impedimento ao encontro e à interação entre diferenças, uma expressão da homofilia como uma espécie de heterofobia.

Nenhuma interação pode prescindir de espacialidade e, mais especificamente, da espaço-temporalidade do encontro[26]. Nesse sentido, a segregação residencial em

[26] Mesmo as interações mediadas, que podem vencer o espaço e o tempo através da comunicação midiatizada, possuem materialidade e, portanto, espacialidade. As interações mediadas não sincrônicas não só dependem da materialidade e espacialidade das redes logísticas de comunicação, das próprias mídias, como do espaço em que são produzidas e em que ocorrem, assim como dependem do encontro material e espacializado entre produtor e mídia e receptor e mídia. Certamente, um debate que considera a

vizinhanças, o encasulamento e enclausuramento de espaços de atividades, ao reduzirem a exposição à diversidade, são formas de restrição ao encontro entre diferenças que se expressam em arranjos socioespaciais específicos. Se, para além da segregação residencial, a segregação urbana contemporânea também se caracteriza como um processo de enclaves fragmentados articulados em rede em se abrigam as diferentes atividades de reprodução social, o movimento dos indivíduos no espaço para acessar tais espaços de atividades necessariamente se constitui como um aspecto relevante para a compreensão de tais configurações de segregação.

Netto et al (2015), em diálogo com a virada das mobilidades nos estudos urbanos, propõem uma abordagem teórico-metodológica para a análise empírica da segregação que envolve, de fato, uma transposição da compreensão do fenômeno como algo relacionado aos lugares para uma compreensão de algo relacionado aos indivíduos.

Os autores argumentam - corroborando nossa argumentação epistemológica - que o que chamam de abordagem da "segregação territorial" não permite que nuances da experiência socioespacial urbana em que a separação se reproduz sejam capturadas, reduzindo o fenômeno ao admitir que distâncias físicas são proxies válidos de distâncias sociais. Netto et al (2015) observam que ao adotar uma concepção estática de segregação associada a noções espaciais igualmente estáticas, perde-se de vista o modo como os indivíduos se esforçam e investem recursos na sua capacidade de movimento como forma de ultrapassar limitações espaciais. Ao se mover, os agentes podem se distribuir no espaço, de modo que suas características fixas não são determinantes. Se a segregação se constituísse como um fenômeno eminentemente espacial - de distribuição e concentração diferencial de elementos e atividades - a difusão de tecnologias de mobilidade necessariamente resultaria na eliminação dos efeitos da segregação e teríamos cidades mais integradas, em que as distâncias físicas entre as coisas perderiam o efeitos de distâncias sociais. Uma vez que este não é o caso, os autores apontam essa contradição como indício de que a reprodução da segregação urbana é dependente de outros fatores tão ou mais relevantes do que a divisão social do espaço em áreas típicas. Netto et al (2015) argumentam que a segregação poderia ser melhor entendida a partir

midiatização das relações sociais torna o debate sobre segregação ainda mais complexo, mas não endereçamos esta questão neste trabalho, apesar da pervasividade e relevância dos meios de comunicação na na vida urbana conemporânea.

da ideia proposta no campo da análise de redes sociais por Linton Freeman (1978): a segregação como restrição à interação.

A proposta de Freeman (1978) sugere uma concepção demasiado ampla de segregação como um fenômeno social e, apenas secundariamente ou não necessariamente, espacial. Além de colocar o fenômeno em um patamar de difícil operacionalização. Como observar a não interação e atribuir sua não manifestação a fatores causais? Ao se debruçar sobre a segregação como fenômeno, retorna-se sempre para a dificuldade em determinar o que é ou não uma interação e, a partir desta, uma relação, impondo o desafio teórico de determinar de forma coerente graus e conteúdos de interações. Admitindo a impossibilidade de mensuração de interações restringidas ou não, Netto et al (2015) apontam que podem mensurar, no entanto, as oportunidades de encontro a partir das trajetórias individuais no espaço, entendendo que os encontros são a "matéria-prima" da interação no espaço urbano, suas condições materiais de possibilidade[27].

O encontro não só é condição de possibilidade para a interação social fortuita, mas também para algo mais importante: para a formação de vínculos e redes sociais relevantes, que se constituem como uma dimensão fundamental da reprodução social e, dessa forma, se mostram como um fator relevante na definição de desigualdades de acessos a outros recursos. Nesse sentido, Neto et al (2015) relacionam a capacidade de formação e manutenção de redes sociais às desigualdades que a capacidade de mobilidade impõe espacial e temporalmente a oportunidades de encontro com outros socialmente diferentes ou semelhantes. De fato, a literatura sobre a relação entre redes sociais aplicada, segregação e desigualdade urbana evidencia que grupos mais pobres possuem redes sociais menores e uma capacidade de formação de vínculos mais

[27] Mais uma vez reconhecemos que estamos ignorando a midiatização das relações sociais que se produziu ao longo de toda a modernidade, alcançando o atual estágio de pervasividade das tecnologias de comunicação mobile. Não ignoramos a importância da midiatização das cidades, das relações nas cidades e, consequentemente, da vida urbana. No entanto, entendemos que as novas tecnologias de informação e comunicação não transformam a base das dinâmicas de segregação socioespacial sobre a qual são difundidas. Ou ainda não a transformaram suficientemente ao ponto de tornar irrelevante a sua compreensão isolada. O discurso da des-territorialização, como mostra Haesbaert (2019), não desespacializ de forma alguma as relações sociais, apenas coloca em relevo a natureza reticular que sempre fez parte da relação espaço-sociedade, mas que antes se mostrava menos expressiva diante das limitações de mobilidade da humanidade. E é precisamente a natureza reticular, multiescalar e multidimensional da segregação, um fenômeno que articula ordenações e experiências da continuidade e descontinuidade do espaço, que queremos evidenciar sob as leituras ecológicas das divisões sociais nas cidades.

dependentes da propinquidade espacial, efeito que Marques (2010) definiu como localismo. A ideia de localismo especifica um pouco melhor o que os estudos urbanos concebem como efeitos de vizinhança. É por efeito do localismo de redes sociais que os grupos mais pobres se tornam mais vulneráveis às limitações de acesso a recursos relacionadas à segregação residencial e em locais de trabalho. Por outro lado, os mais ricos possuem redes maiores, mais diversas social e espacialmente, e praticamente independentes da propinquidade espacial. Marques (2010) também observou em seu estudo, por exemplo, que os grupos mais ricos possuem grandes redes que funcionam quase como comunidades "desterritorializadas", frequentemente sem nenhum vizinho residencial.

Netto et al (2015), analisando redes sociais e padrões de trajetos de 121 moradores de Niterói classificados em três grupos de renda entre 2.187 pontos de destino, observaram uma relação entre renda, capacidade de mobilidade e uma maior capacidade de construção e manutenção de redes sociais. Os seus achados mostraram que os indivíduos mais pobres residem mais longe do CDB, realizam deslocamentos diários bem maiores e restritos, ou seja, em vias estruturantes e repetidamente (indicando o uso de transporte público) e com menos pontos de atividade distribuídos no espaço. Já os mais ricos residem mais próximos do CBD e realizam trajetos diários menores, mas bem mais fragmentados, utilizando diferentes ruas do sistema viário nas proximidades do CBD (indicando uso de carros ou tráfego pedonal), e com múltiplos pontos de atividade. Um total de 59% dos trajetos apresentaram trechos compartilhados entre dois ou todos os grupos sociais em algum ponto, indicando que transitar na cidade ainda é, potencialmente, uma experiência de encontro de diferenças. No entanto, os grupos de alta renda e baixa renda compartilham apenas 2% dos trajetos, enquanto os de alta renda e média renda compartilham 37% das trajetórias. Os dados apontam para uma intensa segregação dinâmica entre os mais ricos e os mais pobres e a classe média como, potencialmente, aquela mais sujeita à exposição à diversidade social, indo ao encontro dos achados de Boterman e Musterd (2016) no que diz respeito ao grau de encasulamento de diferentes grupos de renda.

Mais importantemente, Neto et al (2015) observaram que os mais ricos possuem maior capacidade de mobilidade no sentido de uma maior capacidade de realizar diferentes atividades com menos esforço. O número de atividades diárias realizadas

aumenta com a renda, indicando que os ricos têm acesso a mais espaços de atividades e, portanto, a mais esferas de sociabilidade do que os mais pobres, que apresentam trajetos mais lineares, com menos atividades em torno de menos espaços e com necessidade de vencer distâncias bem maiores entre eles. A maior capacidade de mobilidade dos mais ricos permite que eles articulem com facilidade esferas de sociabilidade topologicamente em torno espaços de atividades e não de proximidade espacial, de modo que podem construir redes maiores, potencialmente mais diversas, e mantendo vínculos mais facilmente, por exemplo, em torno de atividades educacionais, familiares e de amizades. Entre os mais pobres, inversamente, o efeito do localismo é confirmado pelos autores, que observam que a vizinhança, espacialmente restrita, se constitui como a esfera de sociabilidade mais relevante para esse grupo de renda.

As diferenças em mobilidade se articulam ao fenômenos da homofilia na formação de redes sociais. A separação social, em termos de redes de sociabilidade de composição homogênea e diferentes entre si, tende a se reforçar, uma vez que os mais pobres se encontram sujeitos à homogeneidade social na composição de suas redes pela concentração espacial da pobreza e os mais ricos, embora possuam uma capacidade de mobilidade bem maior que permite redes sociais menos localizadas e potencialmente mais diversas, podem continuar selecionando os seus vínculos através da seleção das oportunidades de encontros e esferas de sociabilidade que se inserem, de forma a manter a sua homogeneidade social.

Nesse sentido, percebe-se que as diferenças de renda implicam em uma espacialidade dos vínculos sociais que reproduz a segregação nas cidades. Não só o comportamento espacial - as decisões locacionais por preferências residenciais, a produção de enclaves e o encasulamento de atividades - mas também o que Netto et al (2015) apontam como a espacialidade dos potenciais encontros, definida por padrões de mobilidade, também é afetada pela diferenciação socioeconômica. Se a vida cotidiana urbana implica uma rotina de movimento entre lugares da cidade por uma miríade de indivíduos na execução de suas variadas atividades, dada a sua natureza de estado de fluxo contínuo, essa dimensão da experiência urbana é rica em potencial de diversidade e integração. No entanto, o que fica evidente é que mesmo na dimensão do movimento coletivo dos indivíduos no espaço, para além das suas estruturas fixas, ainda se reproduzem distâncias sociais através não só da distância ou separação espacial, mas da

disjunção, que impede a co-presença do compartilhamento de um espaço através do encontro e, consequentemente, a interação que pode resultar em vínculo social. Como argumentam Netto et al (2015, p. 1100, grifo nosso):

> Urban experience seems indeed to be shaped differently for socially different actors. In unequal social contexts, these differences may lead to the progressive and silent separation of different actors, *entailing a systematic absence of otherness.* The experience of alterity may collapse *within the very workings of everyday life in the city.* This subtle and most effective way of engendering the 'invisibility of the other' may well lead to the emergence of different social worlds within a same city. *The systematic disjunction of encounters turns social difference into social segregation.*

Se abrir mão da espacialidade manifesta pela fixidez - mais imediatamente apreensível pelos sentidos e pelos métodos tradicionais de mensuração geográfica - em troca de uma perspectiva que identifica a espacialidade relevante da segregação a partir do comportamento e experiência individual parece produzir uma concepção perigosamente ampliada da ideia se segregação, confundindo o fenômeno como um sinônimo de todo processo social de diferenciação, exclusão e opressão nas cidades, argumentamos que é precisamente o caráter sistemático de ausência de alteridade que retorna o fenômeno para a sua natureza espacial. A ausência presume a não presença e, portanto, a expressão espacial da homogeneidade produzida a partir da não presença da alteridade sempre constituirá o cerne dos processos de segregação e o objeto que devemos tentar observar com clareza. Mas mais do que a espacialidade complexa da não presença, da disjunção como garantia da desintegração, também nos interessam como estratégias de segregação as diversas formas de impedimento, de controle, de afastamento ou de constrangimento de corpos e sujeitos para garantir a separação social, todas elas, de uma forma ou de outra, com suas próprias espacialidades.

Netto et al (2015) deixam muito claro que sua abordagem sobre a relação entre mobilidade e segregação não é capaz de oferecer com precisão uma "geografia de encontros" no espaço-tempo. Os autores ressalvam que são apenas capazes de apontar espaços de potencial copresença, potencial encontro e potencial interação. Embora o encontro seja determinante para a interação, interações significativas não necessariamente resultam dos encontros, ou mesmo da sua repetição. Dado o caráter

contingente e a imprevisibilidade de uma interação qualquer, é um desafio metodológico mensurar e qualificar toda interação que deriva de encontros.

Enfatizamos o termo qualificar, pois Netto et al (2015) também entendem com clareza que, mesmo identificado o potencial de encontro, trata-se de um outro problema identificar a experiência de uma interação, as tensões de negociação ou rejeição em espaços de contato entre alteridades, em suma, o conteúdo das interações.

Nesse sentido, se tomamos a ideia de segregação como um processo de restrição da interação como meio de impedimento da integração, é relevante refletir ainda sobre 1) como ocorrem processos de separação espacial mesmo em situações de encontro, tal como nos mostram estudos de padrões de microssegração ecológica em vizinhanças socialmente diversificadas; e 2) sobre como ocorrem processos de separação social mesmo em situações de encontro em determinados espaços, avaliando como meios sociais dependem da contextualização do espaço, semantizando-o, normatizando-o, politizando-o para produzir a apropriação socialmente homogênea quando não é possível garantir a homogeneidade da sua ocupação. Os dois tópicos que se seguem discutirão estes pontos.

2.2.4.6. A sociabilidade tectônica: a segregação como apropriação coletiva diferencial do espaço

Na literatura sobre processos de gentrificação, a discussão sobre a microssegregação interna em vizinhanças que adquirem diversidade social a partir de políticas de revitalização com esse objetivo ou a partir de movimentos espontâneos de localização intraurbana das classes médias ganhou destaque. A avaliação da sociabilidade entre grupos sociais nesses contextos pretende observar em que medida a diversidade se concretiza como integração e em que medida efetivamente são iniciados processos de gentrificação que deslocam simbolicamente e, eventualmente, fisicamente os moradores de menor poder aquisitivo.

Avaliando vizinhanças com um influxo de residentes de maior poder aquisitivo em Londres, Robson e Butler (2001) observaram um modo de convivência local entre classes sociais que descreveram como “tectônica”. A metáfora tentou expressar a forma como dois grupos sociais - os antigos moradores de menor renda e predominantemente

afro-caribenhos e os novos moradores de classe média predominantemente brancos - pareciam habitar as mesmas vizinhanças, passando uns pelos outros sem interações relevante, como placas tectônicas. Embora compartilhassem áreas residenciais, de lazer públicas e de consumo, as interações entre grupos não resultaram em laços sociais significativos que produzissem os benefícios de diversidade esperados. Mesmo que a diversidade de uma das vizinhanças estudadas, Brixton, fosse recorrentemente citada como um atrativo para a escolha locacional dos novos moradores, a narrativa se relacionava muito mais aos anseios de incorporação estética de uma classe média jovem de signos de cosmopolitismo como estratégia de diferenciação cultural de outras frações da classe média percebidas como conservadoras. A descrição dos autores esclarece:

> There appears, in short, to be something of a gulf between a widely circulated rhetorical preference for multicultural experience and *people's actual social networks and connections* (...) The model of social cohesion in Brixton, *where physical interaction with an extraordinarily heterogeneous social landscape is an unavoidable feature of everyday life, might be characterized as 'tectonic'*. That is to say, broadly, that *relations between different social and ethnic groups in the area are of a parallel rather than integrative nature*; people keep, by and large, to themselves. The vibrancy of the urban landscape in Brixton appears thus to serve, for most of its middle-class residents, as an ideologically charged and desirable backdrop for lives conducted at a remove from its multicultural institutions. (ROBSON; BUTLER, 2001, p.77-78, grifos nossos)

Os autores observaram que os diferentes grupos viviam suas vidas cotidianas na vizinhança com pouco contato, poucas interações sociais significativas e com pouco engajamento e consciência uns dos outros. Essa sociabilidade de natureza paralela garantia aos novos moradores de classe média uma experiência urbana suficientemente estável e distensionada para operar a "manobra clássica de gentrificação intra-urbana: casar a necessidade de proximidade espacial de outros grupos urbanos enquanto estrategicamente são mantidas e protegidas as distâncias materiais e culturais deles"[28] (ALLEN, 1984 apud ROBSON, BUTLER, 2001, p. 84). Os autores concluem, portanto, que a "propinquidade espacial é alcançada às custas da distância social de outros grupos sociais[29]" (ROBSON; BUTLER, p. 85). Os autores também observaram o fato

[28]No original: "*(...) middle-class incomers have been preoccupied with handling the classical manoeuvre of inner-city gentrification: coupling a necessary spatial proximity to other urban groups while strategically maintaining and protecting their material and cultural distance from them*."
[29]No original: "*In other words, spatial propinquity is achieved at the expense of social distance from other social groups.*

de que conflitos em relação à convivência e insatisfações da classe média gentrificadora em relação à necessidade de compartilhar a vizinhança com alteridades só emergiram em torno do problema da educação dos filhos e da necessidade de compartilhar escolas de menor prestígio com os filhos de outros grupos sociais mais pobres. Em torno desse inevitável ponto de socialização dos filhos, os autores observaram a apreensão das famílias de classes médias com filhos pequenos em relação aos outros quando atingirem idades mais avançadas, frequentemente resultando na avaliação da sua própria permanência no bairro em função de estratégias parentais e educacionais necessárias para garantir a reprodução cultural do status de classe média dos filhos.

O fenômeno da configuração de sociabilidade tectônica em vizinhanças socialmente diversificadas foi verificado empiricamente e melhor explicado em outros contextos. Embora Robson e Butler (2001) tenham o mérito de verificar e nomear esse fenômeno de paralelismo de experiências de vizinhança marcado pela insignificância de encontros e interações entre grupos sociais conforme experiências da habitar a vizinhança foram narradas por residentes, uma avaliação empírica dos usos e apropriações do espaço da vizinhança e dos limites atribuídos a ela nos imaginários dos grupos não foram realizadas, assim como pouca explicação sobre como essa configuração tectônica se estrutura foi desdobrada..

Van Gent et al (2016, p. 248) realizam um estudo com a intenção de "mapear como características ambientais e posições sociais interagem para avaliar como limites simbólicos em uma vizinhança socialmente diversificada renovada podem ser espacializados"[30]. Conforme os autores (ibid.), os processos de definição do "outro" [othering] e a consequente definição de limites simbólicos entre diferenças ocorre nas interseccionalidades de diversas categorias sociais - de classe e etnia a idade, tempo de residência ou status jurídico (proprietário/locatário). E os próprios projetos arquitetônicos e urbanísticos contribuem com "esquemas classificatórios", nos termos que sugere Bourdieu, e espacializam essas percepções de diferença. Essa relação entre categorias sociais de diferença e espaços classificados leva à construção e incorporação de mapas mentais coletivos a partir desses fatores. Os autores tentam observar através

[30]No original: "(...) *chart how environmental characteristics and social positions interact in order to gauge how symbolic boundaries within a socially mixed renewed neighbourhood may become spatialized*."

dessas diferenças de percepção do espaço compartilhado a experiência de sociabilidade tectônica no contexto estudado.

O estudo de Van Gent et al (2016) recorreram à produção e sobreposição de mapas mentais feitos por moradores de diferentes perfis sociais e que habitam diferentes localizações em uma vizinhança holandesa historicamente ocupada por perfis de menor renda que passa a receber moradores de maior renda a partir de um projeto de renovação urbana. O método consistiu em solicitar que os participantes desenhassem os limites das suas vizinhanças e, posteriormente, as diferenças na definição de limites foi comparada controlando as características dos indivíduos em termos de localização, tempo de permanência na vizinhança e classe social.

Os autores observaram, não surpreendentemente, que marcos e limites físicos expressivos, a localização dos indivíduos, atividades diárias de consumo e o tempo de residência foram os fatores mais relevantes na definição dos limites da vizinhança de cada indivíduo. No entanto, a diferença de classe social também exibiu resultados significativos. Os padrões de vizinhança desenhados por parte das classes médias, por exemplo, mostraram percepções de vizinhança muito mais restritas aos seus próprios espaços residenciais, com a inserção de espaços de consumo e lazer mais distantes que seus vizinhos próximos, mas pertencentes a uma classe social mais pobre. Além disso, foi constatado consenso em relação a alguns limites de vizinhança traçados por diferentes grupos sociais, indicando a existência do que os autores chamaram de "linhas de falha" [fault lines], indícios de padrões de atividades diárias e de apropriação do espaço distintas entre as classe e, portanto, da configuração tectônica de microssegragação na vizinhança.

Por outro lado, indo de encontro à hipótese de sociabilidade paralela entre grupos, também foram verificadas algumas áreas de sobreposição entre mapas mentais de classes diferentes, indicando a existência zonas de fronteira [urban borderlands], que podem indicar espaços importantes onde "diferentes residentes podem se encontrar, interagir e entrar em conflito na vida cotidiana" (VAN GENT et al, 2016, p. 264)

Em estudo de outra vizinhança londrina, Jackson e Butler (2015) revisitam o método de Robson e Butler (2001) citado acima e observam, à semelhança de Van Gent et al (2016), que, até certo ponto a configuração tectônica de microssegregação pode ser verificada em uma área em processo de gentrificação, dividindo uma vizinhança em

mundos sociais paralelos de diferentes grupos com nenhuma ou pouca interação entre eles, também a partir de marcos espaciais e limites físicos muito claros:

> On one level, the social divisions along ethnic lines described by the Peckham respondents seem to be an almost exact replication of the Brixton story of 'social tectonics'. 'Social tectonics' were reflected in our respondents' accounts of neighbourhood practices and mapped onto the local area, with Rye Lane acting as a fault line. The area to the west side of Rye Lane was characterised as predominantly white and middle class, whereas *there was little knowledge about, or engagement with, the other side of the road* (...) The same was also true of the border of Peckham High Street to the North, *with the North Peckham estates talked of as places of poverty and violence but that largely unaffected the lives of middle-class residents on the other side of the road.* For example, a respondent described the process of leaving Peckham Rye station in the evening where *those who turn right, towards the Bellenden Road area, are middle class, white and suited and those who turn left, towards North Peckham, are black and poorer*. (...) In these respects, social tectonics as a metaphor still has resonance in this gentrifying area. (JACKSON, BUTLER, 2015, p. 2358)

No entanto, os autores também identificam que a condição de diversidade social no contexto estudado não é inteiramente marcada pela lógica de sociabilidade tectônica entre os diferentes grupos habitantes. Na área em que a maior parte dos novos residentes de classe média residem, ainda fisicamente muito próximos de domicílios e da vida cotidiana de famílias socialmente distantes, a sociabilidade paralela não parecia ser o caso, de modo que "a diferença precisava ser confrontada quase à porta dos respondentes e, portanto, não podia ser mantida a uma distância segura[31]" (JACKSON, BUTLER, 2015, p. 2359),

Nesse contexto, os autores observaram, efetivamente, a interação e o engajamento dos moradores de classe média com a sua nova vizinhança, mas isso ocorreu como um processo de "pertencimento eletivo" (SAVAGE et al., 2005), conforme a necessidade de posicionamento de suas identidades de fração específica da classe média em seu contexto sociocultural. Por um lado, a participação na vida social da vizinhança pelos novos moradores mais abastados ocorreu distanciando-se daqueles que percebiam como os mais pobres - os indesejados e os problemáticos - situados além das "linhas de falha" da configuração tectônica de convivência cotidiana. Por outro lado, a participação desse grupo social gentrificador na vizinhança também se deu

[31] No original: *"(...) difference had to be confronted almost on the respondents' doorsteps and therefore could not be held at arm's length."*

conforme construíam o seu distanciamento de uma classe ainda mais afluente, incorporando novos valores políticos e culturais, vínculos e lugares da vizinhança. Essa classe superior, representada por um bairro nobre no imaginário geográfico da cidade, se mostrava como um grupo de referência do qual já não se sentem parte os novos moradores, conforme experimentaram o empobrecimento devido a crises econômicas e cortes de gastos públicos, ou simplesmente em relação ao qual já não possuem mais percepções aspiracionais. Ou seja, as interações e as práticas espaciais desse grupo de classe média com outros socialmente diferentes na vizinhança de fato ocorreu, mas refletindo uma "colagem narrativa da vizinhança" própria e estratégica, de interpretações dos "outros" e de "outros lugares" de forma a manter, diminuir ou aumentar distâncias sociais para preservar a sua própria percepção de posição social.

Os estudos sobre vizinhanças socialmente diversificadas evidencia que mesmo na situação de pertencimento em termos da unidade de vizinhança, em que a proximidade física poderia ser confundida com proximidade social, ainda se manifestam dinâmicas de separação que configuram áreas, segmentação de lugares, de trajetos e até mesmo do tempo. Em suma, são diferenças de padrões de uso e apropriação do espaço, que produzem uma microssegregação ecológica, um submosaico que só se torna visível em uma escala microlocal.

Os mesmos estudos sobre a tectônica social nestes contextos também mostram a existência de zonas de fronteira, interações orientadas pela lógica de pertencimento eletivo. Simplesmente sabemos que o encontro e, em alguma medida, a interação entre socialmente diferentes ainda é um fato cotidiano da vida urbana. Assim evidenciam os dados de Netto et al (2015) sobre o compartilhamento de trajetos entre classes ou simplesmente pode-se coligir a experiência empírica de viver em uma cidade brasileira, onde, mesmo aqueles de mais alta renda, ainda encontram diariamente outros socialmente diferentes ao se deparar com estranhos em elevadores, prestadores de serviços, recepcionistas, funcionários em locais de consumo, funcionários no ambiente doméstico, porteiros, motoristas, entregadores, guardadores de carros, limpadores de vidro, moradores de rua. Viver em coletividade, encontrar e, em alguma medida, interagir com outros é condição necessária do funcionamento das cidades como máquinas de produção e consumo, de produção e circulação de capital, e é o que a transforma em uma arquitetura complexa de lugares e territórios. Sem encontro ou

interação, não há troca; e sem troca haveria apenas uma impossível estase no sistema social que se manifesta espacialmente como uma cidade.

Se retomamos a definição elástica de Freeman (1978) de que qualquer restrição à interação, envolvendo o espaço físico ou não, é uma forma de segregação no espaço social, podemos estender a concepção do fenômeno ao seu limite. Há sempre a possibilidade de impedir - ou dificultar - a interação social apesar da situação de encontro. E em última análise, também há a possibilidade de operacionalização do espaço como um fator de imposição de assimetria social em interações (preservando assim distâncias sociais apesar da interação). Seja pela operação simbólica que impõe ao espaço a condição de cenário de situações sociais, determinando possibilidades de inter-ação e uso do espaço bem definidos; seja considerando a menor escala espacial possível, a da corporalidade dos indivíduos e dos seus espaços pessoais,. Com efeito, uma vez que dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço, sempre haverá uma dinâmica espacial dotada de sentido que se interpõe entre eles ao interagirem. A relevância geográfica dessa dinâmica pode vir a ser considerada desprezível, pelo seu caráter contingente, situacional ou caótico relacionado à hiperlocalidade dos corpos, mas sociologicamente não.

2.2.4.7. A segregação no espaço público: o espaço como meio e mídia de distanciamento social em interações

Devemos conceber a separação não como a ausência de interação, mas como a ausência de integração. A forma de sociabilidade tectônica evidencia como grupos sociais distintos podem se apropriar de um espaço de formas diferentes, resultando em sua não integração apesar da diversidade na ocupação do espaço. Como veremos, mesmo no caso dos espaços públicos ou abertos, onde diferenças teoricamente deveriam se encontrar em condições de igualdade, também operam formas de distanciamento social capilarizadas, que não se valem exatamente das distâncias físicas, das barreiras ou da disjunção, mas da capacidade comunicativa do espaço enquanto signo, ou seja, tanto de ser investido de sentidos compartilhados, quanto de expressar tais sentidos.

Ao adotar uma escala ainda mais próxima do indivíduo, mudamos o foco para a interação, a comunicação interpessoal e o comportamento corporal. Tornam-se

relevantes aqui os padrões do comportamento individual que dão sentido e lastro empírico a concepções supraindividuais de estruturas.

O estudo de padrões de comportamento de uso corporal do espaço e de linguagem corporal é um tema vastamente explorado, remonta à psicologia, à noção ecológica de espaço como ambiente condicionante do comportamento, e ao trabalho de estudiosos do urbano que investigaram minuciosamente os usuários do espaço arquitetônico e urbano. Essa seara de investigação procede com um exercício antropológico fundamental: a desnaturalização das rotinas cotidianas de comportamento e interação, em busca de padrões culturais e ambientais condicionantes que podem explicar efeitos de emergência de fenômenos sociais. São observados o intrincado jogo de uso do corpo e de coordenação dos espaços pessoais, revelando o peso fisiológico dos sentidos, a distância do olhar e do campo de visão, da capacidade de escutar bem a fala ou de visualizar as minúcias das expressões faciais, o alcance dos membros permitindo a interação corporal, assim como a intimidade do odor do outro; também as regras culturais de linguagem corporal em elevadores, nas calçadas ou transportes públicos, quando a vida urbana impede a manutenção desses padrões fisiológicos de organização espacial; os diferentes ritmos de caminhada humana, os pontos que condicionam permanência ou não, sensação de segurança ou não, que são memoráveis ou não na formação de esquema cognitivos do espaço; Jacobs (1961) dedicou um capítulo inteiro à importância das esquinas; Festinger et al (1970) observaram a importância de escadas como elementos que afunilam o fluxo e promovem a interação social; Gehl (2011) se tornou uma referência sobre a importância da escala arquitetônica adequada ao corpo e sensibilidade humana. O fato de que somos organismos individuais dotados de capacidades corporais e perceptivas típicas materialmente situados no espaço-tempo estimula a investigação atenta em torno daquilo que respondemos enquanto organismos perceptivos. Nesse sentido, diversos estudos buscam desvendar o usuário do espaço em sua relação ecológica com o ambiente e tomam a psique humana como interface desse processo por excelência. Mas o fato de que somos organismos situados em um mundo social também significa que sempre estamos histórica e culturalmente situados, e, frequentemente, ao estar materialmente situados no fluxo da vida significa estar em interação social com outros ou outras coisas. Esse fator, por sua vez, estimula uma seara de investigação do aspecto comunicativo do espaço e do corpo

no espaço. A antropologia, notadamente, se debruçou sobre essa questão.. Por vezes de forma tangente, mas ainda assim de forma deveras produtiva, como na antropologia de Erving Goffman (1963), por vezes tomando a questão como objeto primário de investigação, tal como os estudos de Ray Birdwhistell (1970) sobre linguagem e movimento corporal e de Edward T. Hall (2005) sobre o espaço.

Edward T. Hall é apontado como o pioneiro do campo da antropologia do espaço. A relação recursiva entre indivíduo e ambiente já era uma questão de investigação no âmbito dos estudos ecológicos. No entanto, o trabalho de Hall (2005), publicado nos anos 1960, surge no âmbito da antropologia cultural anglófona influenciada pela virada linguística e pela influência dos estudos pragmáticos em comunicação, que pretendiam analisar os diversos códigos colocados em prática pelos indivíduos de uma comunidade (ou em interação) para tentar apreender o contexto comunicativo, que impõe um caráter de "orquestra" à comunicação - em oposição a uma noção "telegráfica" desse processo (WINKIN, 1981). Hall inaugurou o campo que cunhou como proxêmica: um paralelo linguístico para a compreensão "do uso que o homem faz do espaço como uma elaboração especializada da cultura". Subscrevendo-se à teoria do relativismo linguístico[32], entendendo que a língua é um elemento de formação do pensamento e, consequentemente, da percepção do mundo, Hall defendeu que a proxêmica, enquanto estudo etnográfico linguístico descritivo e comparativo dos padrões de comportamento espacial culturalmente ritualizados dos indivíduos, evidencia que

> *pessoas de culturas diferentes não apenas falam línguas diferentes mas, o que possivelmente é mais importante, habitam mundos sensoriais diferentes.* Uma triagem seletiva de dados sensoriais admite alguns dados e exclui outros, de tal modo que a *experiência como é percebida através de um conjunto de filtros sensoriais determinados pela cultura* é totalmente diferente da experiência através de outro conjunto. *Os ambientes arquitetônicos e urbanos que as pessoas criam são expressões desse processo de filtragem e triagem*. A partir desses ambientes transformados pelo homem, é possível aprender como povos diferentes usam seus sentidos. Dessa maneira não se pode confiar na experiência como um ponto de referência estável, porque ela ocorre num cenário moldado pelo homem" (HALL, 2005, p.3, grifos nossos)

[32] Popularmente a ideia de relativismo linguístico é referido na literatura a partir da hipótese de Sapir-Whorf, evocando o trabalho, notadamente de Whorf, que tentou demonstrar empiricamente a relação entre linguagem, percepção e experiência.

Hall popularizou uma minuciosa categorização de distâncias espaciais (íntima, pessoal, social e pública), definidas em função da ideia de que outros diferentes modos de comunicação ocorrem a partir de outros fatores biométricos também culturalizados e que se associam ao comportamento espacial (o movimento e linguagem corporal, o toque corporal, o contato visual e visão, o calor e odor corporal, a voz), e que determinam diferentes territórios de interação (território corporal, território familiar, território interacional, território público). Essas tipologias seriam signos e estruturas da linguagem espacial de diferentes culturas e, consequentemente, meios para a compreensão da diversidade do comportamento humano e de como as pessoas produzem e podem desenvolver os seus espaços de vivência, trabalho, lazer, educação e as cidades como um todo.

No âmbito da microssociologia o comportamento espacial humano e o espaço em si não foram temas que receberam a mesma importância que aquela verificada no campo da antropologia cultural. No entanto, Frehse argumenta que o espaço foi uma categoria central para no pensamento do antropólogo e sociólogo Erving Goffman, autor que trabalhou extensivamente com metáforas espaciais como esquemas conceituais para a compreensão do seu objeto: a ordem da interação comunicativa entre os indivíduos que seria a base para a compreensão do fenômeno social.

Em uma minuciosa exegese da obra goffmaniana, Frehse (2008) defende a que muito embora a sociologia de Goffman não tenha produzido uma elaboração teórica específica sobre o espaço, ela não opera sem mobilizar essa categoria. Para além das metáforas espaciais conceituais para concretizar abstrações sociológicas (espaço social, espaço interacional, cenário, fronteiras, regiões), o pensamento de Goffman revela com clareza o aspecto semiótico do espaço e sua importância como fator relevante para a interação.

Tangencialmente, observa a autora, a sociologia interacional de Goffman contribuiu para uma sociologia do espaço de diferentes formas. De modo mais evidente, primeiro ao defender a importância das relações espacialmente próximas como objeto de análise. Também foi de grande a importância a sua delimitação daquilo que definiu como "estabelecimentos sociais concretos" (espaços físicos determinados, portanto), como indicadores para o recorte do seu objeto: "o tipo de vida social que se desenrola nos limites físicos desses estabelecimentos" (FREHSE, 2008, p. 158). A realização de

diversos estudos etnográficos sobre as lógicas normativas desses milieus, colocando sob o microscópio a relação dos indivíduos com seus lugares, deu novo fôlego para os estudos de caso de vizinhanças da "era de ouro" da Ecologia Humana, estimulando sua descendência como como uma "microecologia social". Além disso, suas diversas investigações da ordem normativa que rege as interações sociais em lugares e comunidades urbanas, incluindo lugares públicos das cidades, podem ser consideradas uma coleção de minuciosas análises em torno da complexidade da vida social urbana, desenvolvendo problematizações de seus predecessores - como Simmel e Park - sobre a reserva, a atitude blasé, ou o distanciamento social como traços da sociabilidade moderna urbana, que embora se constituam como marcos teóricos importantíssimos, diante da profundidade de seus trabalhos empíricos, são interpretações superficiais. Sobretudo, uma importante inflexão do pensamento de Goffman é a defesa da relevância ontológica e epistemológica do fato de que fatos sociais são situados, localizados em um tempo e lugar, um entendimento que parecia claro na primeira geração de sociólogos de Chicago, mas que o desenvolvimento da sociologia contemporânea pareceu estranhar durante muito tempo (ABBOT, 1997 apud FREHSE, 2008).

De forma mais específica, a exegese da obra de Goffman realizada por Frehse (2008) destila quatro concepções importantes de espaço que se revelam, de certo modo, aninhadas em diferentes níveis na sua teoria.

Em um primeiro nível, o espaço determina limites físicos que demarcam os estabelecimentos sociais concretos como contextos empíricos de referência. Trata-se de uma importância mais metodológica do que teórica da concepção de espaço nesse nível, indicativa ainda de uma "sociologia no espaço e, não uma sociologia do espaço" (ibid, p. 159). No entanto é importante acrescentar que a consideração da localização concreta das situações interacionais tomadas como objeto de análise já é a inevitável porta de entrada para a compreensão da espacialidade da vida social teoricamente relevante, pois ela necessariamente aponta para o espaço enquanto elemento concreto de contextualização das interações também para os indivíduos. Ou seja, os limites físicos que circunscrevem um estabelecimento social concreto são relevantes não apenas pela delimitação da co-presença como condição material da interação, mas também por serem *proxies* da delimitação simbólica de um espaço de interação, funcionando como

elemento de modulação do mundo social. E é só por serem efetivos para os sujeitos interagentes que também são metodologicamente eficientes para o sociólogo.

Uma segunda concepção se aproxima da ideia ecológica do espaço como ambiente que incide sobre o comportamento. Aqui Goffman se aproxima dos debates sobre a materialidade física das interações e da possibilidade de comunicação. Ele observa a relevância das posições espaciais e distâncias entre indivíduos, da interferência material de arranjos espaciais ou mobiliários, tendo como referência a capacidade perceptiva e o comportamento corporal humano. Trata-se de uma concepção de espaço como "meio físico de relações sociais necessariamente espaciais", que além de cenário interacional, "interfere na vida social como condicionante físico de interações" (ibid, p. 159).

Uma terceira concepção observa o espaço como signo. A microssociologia goffmaniana reconhece que os próprios atos, gestos e comportamento espacial dos indivíduos são "'veículos de signos', isto é, portadores de 'mensagens cerimoniais' relativas aos respectivos selves e comunicadas durante a co-presença" (ibid, p. 160). Frehse observa que esse entendimento do espaço como "substância semiótica" ativa não só a incorporação teórica e analítica dos locais físicos como "recursos cênicos" comunicativos, mas também os movimentos e posicionamentos no espaço como elemento relevante associado à linguagem corporal nas interações e apresentações dos selves em tais situações.

A quarta concepção identificada por Frehse é o corolário da "dupla dimensão, de ambiente situacional e ambiente do self nas situações". O espaço é um ambiente de signos, não se trata apenas de um "ambiente expressivo", pois "tal como o corpo, o espaço é idioma". O espaço é dotado de potencial semiótico, opera como um signo, mas sobretudo é um meio em que os indivíduos e suas corporalidades podem operar comunicativamente, podem "transformá-lo e a si mesmo em signos" (FREHSE, 2008, p.161). Aqui a aproximação com a antropologia do espaço de Hall de cunho linguístico e pragmático acima discutida é evidente. O espaço se constitui socialmente como um dos vários "idiomas que os indivíduos lançam mão quando interagem", que "faz par com o corporal, ao mesmo tempo em que está a ele submetido – sendo o corpo poderoso produtor de espaço –, o que retira do idioma espacial o mero caráter instrumental".

Nesse sentido, Frehse (2008, p. 162, grifo nosso) destila uma evidente sociologia do espaço em meio a esse marco da perspectiva microssociológica, evidenciando como o espaço interfere e é mobilizado nas interações sociais:

> (...) o espaço físico não constitui somente cenário físico de interações. É condicionante físico, signo e idioma de interações que localizam, de diferentes modos, os indivíduos interacional e, assim, socialmente. (...) *Ao interagirem no espaço físico, os indivíduos se localizam e localizam aqueles que com eles interagem no espaço interacional e social*. Assim, vêm à tona duas dimensões do espaço abstrato que, na sociologia, costuma prestar-se a ponto de referência para a compreensão de relações e interações sociais. Como, na situação de interação, a localização interacional e social dos indivíduos se efetiva através da expressividade destes, o espaço físico não é só cenário. Ele condiciona fisicamente a interação, porém, de outro ângulo, insere-se nela como signo, ao mesmo tempo em que constitui o seu ambiente e, ainda, a *Umwelt* do *self* de cada indivíduo em interação. O que remete, em última instância, a seis dimensões sincrônicas do espaço físico.

Mesmo na mais inexpressiva escala o espaço permeia o mundo social e é socialmente transformado. Da perspectiva do indivíduo, o espaço se impõe e se dispõe como meio socializado, culturalizado, expressivo e pleno de significados atribuídos, que comunicam expectativas de conduta para o sujeito socialmente posicionado, mas também de oportunidades de significação, de apropriação e improviso. Frehse enfatiza o aspecto semiótico e fenomenológico nesse processo, conforme o espaço se constitui como o Umwelt dos indivíduos em interação no/pelo/com o espaço. Dimensão que nos encaminha para categorias da geografia humanista de espaço vivido e de lugar e para conceber que, enquanto meio físico e simbólico que se impõe à experiência objetiva e subjetiva dos indivíduos que o vivenciam, o espaço é passível de divisão na experiência diferencial dos indivíduos.

Elucidar a espacialidade do mundo da vida e das dinâmicas interacionais revela a totalidade da relação espaço-sociedade: não escala espacial ou processo social em que essas dimensões não se inter-relacionem, e mesmo o espaço "vazio" e fisicamente inacessível, enfatiza Simmel (2009), é socializado pelo imaginário e pela forma como sua concepção afeta o espaço acessível aos humanos. As explorações em torno da culturalização e ritualização do espaço, assim como em torno da microssociologia da produção interacional do espaço e da reprodução espacial de ordens de interação, nos oferecem vias de reflexão para pensar a reprodução de desigualdades sociais, mas não

apontam precisamente para como processos de segregação - no sentido de interdição à interação e à integração - se expressam nessa dimensão da relação espaço-sociedade .

Dois estudos sobre desigualdade nos espaços públicos brasileiros, realizados por Frehse (2016) e Serpa (2018a), são particularmente relevantes para essa discussão, tanto pela aproximação do contexto social quanto pelo fato de que ambos têm como objeto de investigação a segregação em espaços públicos a partir de pesquisas empíricas.

2.2.4.7.1. A segregação como classificação moral dos corpos no espaço e da espacialidade dos corpos

Se concebemos que os espaços públicos são eminentemente os espaços não fechados, não privados, onde o livre acesso dos cidadãos garante uma diversidade de possibilidades de encontro entre alteridades, observar a forma como mesmo em tais lugares se impõem dinâmicas de restrição à interação nos revela bem como a segregação urbana opera de forma pervasiva, capilarizando-se do espaço das regiões metropolitanas até o interior dos lugares de encontro, atravessando a espacialidade das situações de interação, articulando-se com corpos interagentes, adentrando a subjetividade dos indivíduos, afetando suas percepções e experiências de lugar e condicionando as suas agências enquanto sujeitos que re-produzem socialmente o espaço em que vivem. Uma perspectiva sobre as dinâmicas de uso e separação em uma escala micro-local e microssociológica pode parecer pouco relevante ou fora do escopo da problemática da segregação enquanto "fato social", mas a soma dos diferentes processos de separação social constituem um agenciamento [assemblage] espacial em que se desenrola a vida cotidiana dos indivíduos. Além disso, acrescentamos, é nesse contexto micro-local e microssociológico que a experiência da segregação e os seus efeitos para o indivíduo se concretizam e se atualizam enquanto estrutura socioespacial virtual.

A socióloga urbana Fraya Frehse e o geógrafo cultural humanista Ângelo Serpa realizam um exercício fundamental de base etnológica para discutir a segregação nos espaços públicos: observam o comportamento e as interações dos indivíduos em espaços públicos e entrevistam indivíduos para tentar acessar suas percepções sobre o espaço e sobre os usuários que compartilham os espaços. Em seguida, interpretam as

suas observações em torno dos distanciamentos sociais que percebem acontecer material e simbolicamente entre indivíduos socialmente diferentes.

Frehse (2016) analisa as desigualdades sociais que se manifestam no uso e ocupação da Praça da Sé, uma das principais praças do centro de São Paulo, durante horários comerciais em dias de semana. Frehse questiona a centralidade da segregação residencial e sua correlação com a desigualdade de acesso a recursos nos estudos urbanos brasileiros, argumentando pela a importância de endereçar a lacuna de teorizações sobre a reprodução de desigualdades sociais no tempo e nos espaços do cotidiano. Sua escolha de estudo de caso reflete seu compromisso com esse desafio: a partir de lentes lefebvreanas de leitura da cidade, a autora entende que espaços públicos - e notadamente uma praça central, e em dias e horários comerciais, indicando a importância da temporalidade como fator de modulação espacial- são "epicentros da simultaneidade" e, consequentemente, do "encontro das diferenças", "possibilidade histórica que particulariza a cidade como espaço produzido socialmente – com todas as contradições aí implícitas, e que dificultam justamente a convivência das diferenças" (FREHSE, 2016, p. 134). Ainda inspirada no pensamento do autor, ela enfatiza a temporalidade e a espacialidade da vida cotidiana como um nível da realidade social relevante, pois é onde "a banalidade e profundidade coexistem" (LEFEBVRE, 1957, p. 56), Frehse (ibid., p. 148) privilegia investigar desigualdades que se expressam "pela mediação do corpo humano, que é espaço do espaço público do espaço urbano". Como sintetiza a autora:

> Assumo como pressuposto que "cada corpo vivente *é* um espaço e *tem* seu espaço: ele ali se produz e o produz" (Lefebvre, 2000: 199, *grifos no original*). Assim, é pela mediação do corpo que os "'sujeitos' membros de grupos sociais" percebem sensorialmente o espaço (através dos membros, órgãos sensoriais, gestos) e o vivem simbolicamente (via imagens e símbolos), em meio ao vigor das concepções racionais (de cunho científico-ideológico, no capitalismo do século XX) que o impregnam (Lefebvre, 2000: 48-9). Por considerar, ademais, que o espaço (social) é um produto social que ao mesmo tempo interfere na prática social ("as relações sociais só têm existência real no e pelo espaço" – Lefebvre, 2000: 465), sensibilizo-me para a possibilidade de que seja, entre outros, através daquilo que chamo de uso corporal de espaços como as praças da Sé brasileiras no período comercial, que as grandes cidades atuais do país são produzidas como socialmente desiguais. (FREHSE, 2016, p. 134-135)

Abordando o cotidiano como recorte de análise sob uma perspectiva lefebvreana, Frehse objetiva os ritmos do comportamento dos corpos no espaço, que

podem ser lidos como técnicas do corpo (no sentido proposto por Marcel Mauss) que revelam a forma como a história e a sociedade - e suas contradições - se inscrevem e se reproduzem materialmente nos indivíduos e nas suas práticas. No entanto, se a sua problemática é articulada a partir do pensamento lefebvreano, o seu aporte metodológico para enquadrar analiticamente a expressividade simbólica de padrões corporais e espaciais de comportamento é a microssociologia de Goffman e a sua compreensão, discutida acima, sobre a espacialidade das interações sociais. Dessa forma, Frehse (2016) relaciona desigualdades corporais-comportamentais a classificações morais compartilhadas entre usuários do espaço sobre tais práticas e sobre suas espacialidades.

Observando a simultaneidade da Praça da Sé, Frehse registra a desigualdade corporal-comportamental associada ao movimento, evidenciando a distinção entre transeuntes e não-transeuntes no uso do espaço. Ao comportamento de permanência naquele espaço e horário se correlacionavam padrões de apresentação, marcas corporais, linguagem corporal e práticas econômicas e culturais associadas moralmente pelo senso comum brasileiro à informalidade, precariedade, pobreza e, frequentemente, à incivilidade, marginalização e à criminalidade.

O julgamento moral da permanência, das interações e práticas dos não-transeuntes - algumas das quais seriam amplamente aceitas em outros tempos, como conversar, jogar, vender, pregar religiões - só revelam uma assimetria social porque existem em par com o contraponto da classificação de indicadores de riqueza, estabilidade, formalidade, centralidade, licitude, civilidade, atribuídos a corpos e comportamentos de indivíduos que não pertencem ao lugar social da pobreza. Entre os transeuntes, outros padrões de apresentação, marcas corporais e práticas ocorrem, embora não sejam típicos e não seja possível determinar o lugar social apenas com base no movimento e nos sinais aparentes nos corpos. Enquanto o movimento é o que caracteriza o comportamento dos transeuntes, no plano das interações e práticas o padrão é a manutenção da impessoalidade. O mover-se (ou não permanecer) e a reserva (o não interagir ali) se associam ao imaginário em torno da praça e dos que nela permanecem. São práticas que ocorrem reforçando a classificação moral da praça enquanto lugar de passagem e não de permanência, usufruto ou, muito menos, de habitação, atribuindo ao permanecer em meio ao trânsito um “misto de desprezo e

lamento por tanta gente passar o dia (quando não também a noite) ali 'à toa'" (FREHSE, 2016, p.141)". Desse modo, o comportamento de transitar é moralmente associado ao afastamento simbólico da pobreza ou da degradação moral.

Entretanto, retornando ao pensamento lefebvreano, Frehse (2016, p. 143) entende que para entender a coexistência desses comportamentos e a oposição atribuída a eles é necessário destacar "analiticamente processos históricos, em particular a densidade histórica desses padrões de uso corporal", para que se possa "identificar e explanar o papel mediador da historicidade no espaço produzido pela mediação dos usos cotidianos de espaços empiricamente dados". A autora observa que a valorização social da passagem impessoal pela praça é um comportamento que passou a ser tomado como signo de civilidade na últimas décadas do século XIX, "quando a cidade virou palco de intensas transformações socioeconômicas, demográficas, políticas, urbanísticas e culturais relativas à realidade social e cultural tão frequentemente sintetizada nas ciências sociais como modernidade, em meio à crise final da escravidão africana" (ibid, p. 143). Mas a regra da permanência no lugar é bem mais antiga, com raízes que chegam à primeira metade do século XIX e até mesmo ao passado colonial, "são variações contemporâneas do vigor da regra da permanência física regular em espaços do mais amplo acesso possível a informações e gentes" (ibid, p. 143). Desse modo, a autora observa a historicidade das regras de interação e comportamento no espaço associadas à historicidade das desigualdades sociais:

> O deixar-se ficar e a circulação impessoal coexistem ali sobretudo desde o fim da escravidão africana – quando vias e logradouros se tornaram legalmente acessíveis a todo e qualquer pedestre em qualquer hora do dia e da noite, o que, durante os idos escravistas, fora interditado a cativos (...). *A contundência de tal coexistência no logradouro em 2013 sugere que a historicidade de ambas as regras parece ser bem mais lenta do que aquela das transformações urbanísticas, socioeconômicas e mesmo das mudanças nos perfis sociais e culturais dos pedestres da praça nas últimas décadas*. (FREHSE, 2016, p. 143-144)

A reprodução de desigualdades sociais têm como dimensão o plano microssociológico das interações, inevitavelmente situado em uma estrutura de posições sociais, no espaço e na história, onde regras morais e comportamentos persistem e deixam heranças que são continuamente reclassificadas e permanecem operando como fatores de socialização dos indivíduos e de percepção das diferenças.

Em sua análise, Frehse revela como um espaço público e os seus usuários, através de seus corpos e comportamentos nesse espaço, são impregnados de signos que se articulam a um imaginário coletivo de uma sociedade e à sua estratificação histórica e espacialmente produzida. Coexistem entre grupos diferentes que se encontram fisicamente em um mesmo espaço "imagens definidas do logradouro, do ponto de vista da presença humana ali; de outro, imagens efêmeras de não-transeuntes precisamente acerca de seus pares situados respectivamente a pouca distância física dali" (FREHSE, 2016, p.144). Imagens antípodas que indicam a ocorrência de experiências e apropriações simbólicas completamente distintas de um mesmo espaço, revelando como os sujeitos impõem à co-presença dos corpos configurações de sentido que articulam o self, o outro, as situações sociais e comportamentos, que restringem a interação impondo distâncias sociais no plano fenomenológico de vivência dos encontros no espaço.

2.2.4.7.2. A segregação como territorialização da privacidade no espaço público

Por sua vez, Ângelo Serpa (2018) analisou a ocupação e comportamento em diferentes espaços públicos de lazer, especificamente o parque urbano La Villette, em Paris, e as praias do Porto e do Farol da Barra, de "localização mais central" em Salvador[33]. Sua discussão se dá em torno da "territorialização" dos espaços públicos por diferentes classes sociais e as implicações desse processo na esfera pública urbana.

A partir de observações da dinâmica de uso e ocupação diferencial desses espaços públicos, Serpa registrou um jogo de distanciamentos por parte de grupos interagindo entre si, separando-se de outros grupos no mesmo espaço, seja evitando determinadas áreas (ou equipamentos) ou mantendo temporalidades diferentes de uso. Essas diferenças são esperadas e podem ser imediatamente relacionadas ao processo proxêmico de preservação de territórios íntimos, pessoais, sociais e públicos entre estranhos em interação, a diferenças de interesses por partes dos usuários, e a rotinas diferentes entre os usuários. O que Serpa avalia, no entanto, é o fato de que essas

[33] É importante, a título de transparência, apontar que parte dos dados discutidos sobre o parque *La Villette* procedem de pesquisa realizada por Ahmed Merghoub, em 1993. Especificamente entrevistas com imigrantes. Serpa é bastante claro em relação a este empréstimo de dados e resultados para sua própria análise.

diferenças se dão de forma muito evidente em função de categorias sociais de classes ou frações de classe. Por exemplo, enquanto a maior parte dos que participam de eventos nos equipamentos culturais no parque La Villette são possuidores de educação universitária, imigrantes da classe operária parecem não usufruir dos equipamentos culturais e preferem a utilização do gramado para práticas esportivas. Essa baixa adesão ao equipamento ocorre apesar do fato de que o projeto, em tese, pretendia inserir equipamentos culturais e de lazer em áreas de baixa renda da cidade.

No mesmo parque, o autor registra a separação de grupos entre si com marcas sociais muito distintas, mães com crianças brancas e mães com crianças negras brincam sem sobrepor seus territórios criando uma situação de interação e integração entre as crianças. Já nas praias de Salvador, percebe divisões claras de ocupação do litoral: tanto existem "lados", um deles ocupados por famílias com os filhos e outro por "artistas, músicos e profissionais da áreas de comunicação", como também há uma alternância da ocupação, aos finais de semana a praia é majoritariamente ocupada por famílias de baixa renda, e na semana pelas classes médias que residem nas proximidades.

Essas separações ocorrem associadas a percepções sobre o espaço, de diferenças sociais e de julgamentos morais de comportamentos entre essas classes e revelam a forma como territórios simbólicos são erigidos no espaço a partir delas. Os imigrantes parisienses não conhecem, não sabem que podem acessar ou não se sentem confortáveis nos espaços e eventos culturais no La Villette[34]. Os residentes de classe média das proximidades das praias soteropolitanas se referem à vinda de banhistas de bairros populares como "invasão de bárbaras" e incomodam-se com o comportamento expansivo e barulhento dos jovens e de famílias que trazem comidas e bebidas de casa (SERPA. 2018).

Esses processos de apropriação diferentes do espaço público colocam em relevo as dimensões simbólicas da segregação como fatores de re-produção social do espaço urbano. Mesmo no compartilhamento do espaço público fisicamente acessível para todos, se desenvolvem formas de segregação "de cunho simbólico", conforme ocorre uma "territorialização baseada em processos de apropriação simbólico-expressiva do

[34] É relevante registrar, com valor anedótico, um paralelo com a cidade de Fortaleza. Um colega arquiteto, ao participar de um curso público em que também atendiam diversos jovens de baixa renda e habitantes de uma área periférica, se encontrou surpreso com o fato de que muitos, talvez a maioria, na ocasião acreditavam que um importante equipamento cultural público da cidade, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, "era pago".

espaço, espaço que se torna portador de significados e ações simbólicas" (SERPA, 2018, p. 179). A ideia de acesso, portanto, não deve ser entendida apenas enquanto garantia de acesso físico, de estar presente, mas também em termos imateriais e culturais, de pertencer.

Dialogando com de Certeau e Bourdieu, Serpa (2018) observa que as possibilidades de apropriação simbólica de um espaço territorializado é o domínio de um repertório associado a determinado capital cultural. Para o autor, "a noção de repertório diz respeito, especificamente 'às práticas do espaço, às maneiras de frequentar um lugar', o reconhecimento de que há um 'léxico' que fundamenta essas práticas como operações próprias de grupos e classes sociais específicos" (ibid., p. 171) .

A segregação também se reproduz, portanto, conforme representações socialmente reproduzidas e socialmente compartilhadas de espaços e de repertórios de práticas operam como mediações dos processos de privatização do espaço público por grupos sociais que, possuindo repertórios diferentes, são capazes de se identificar como pertencentes ou não pertencentes a diferentes territórios. No caso do parque La Villette, por exemplo,

> ao que parece, não se conseguiu evitar uma estratégia de subordinação objetiva que coloca as classes populares em situação de 'inferioridade cultural' e não considera em geral a existência de um capital cultural popular. Como consequência, pode-se afirmar a introjeção de um sentimento de inferioridade cultural entre as classes populares, que se esforçam para se proteger do sentimento de autodesvalorização, rejeitando (ou evitando) determinados espaços e práticas e assumindo, ainda que muitas vezes de modo involuntário, os estigmas e estereótipos a elas impingidos pelas classes ditas 'cultivadas' (...) (SERPA, 2018, p. 175)

No caso parisiense, a lógica da segregação simbólica opera produzindo uma disjunção de representação do espaço elitizado em relação ao repertório cultural das classes operárias, de modo a condicionar o afastamento desse grupo mobilizando signos de não pertencimento de forma expressiva, resultando na separação de espaços de atividades de lazer entre classes no espaço público. No caso das praias soteropolitanas, a reprovação moral do comportamento dos usuários mais pobres aos finais de semana transmuta para as classes médias o seu espaço de lazer e amenidades em espaço de barbárie, do qual se recusam a participar. Poderia-se falar nesse caso, de exclusão das classes médias pelas classes mais pobres? O fato de que ocorre a territorialização do

espaço público pelos usuários de baixa renda demonstra, de fato, uma dinâmica de segregação menos excludente, uma vez que a alternância garante o acesso físico e simbólico ao espaço. No entanto, levando em conta a segregação como uma estratégia de restrição à interação visando a não integração com outros, ainda se percebe uma estratégia de evitação por parte das classes médias-altas, que, nesse caso, escolhem abrir mão de um espaço para preservar distâncias sociais confortavelmente. É precisamente o maior poder de escolha locacional, de estar perto e participando ou não, que coloca um grupo social como dominante no processo de segregação. Trata-se da lógica de pertencimento eletivo não só a espaços e comunidades, mas também a tempos e situações.

Isso suscita um esclarecimento sobre a ideia de limites e fronteiras, que expressam, afinal, a divisão simbólica dos espaços públicos. A noção de limite, esclarece Serpa (2018), "indica uma espécie de agenciamento que coloca em contato dois espaços justapostos e que pode permitir o surgimento de uma interface". O limite, embora se constitua como linha entre diferenças, colocando em evidência continuidades e descontinuidades, ainda pressupõe a interação espacial, com "a interação nula (ou quase nula, resultante da ausência ou da inexpressividade de interações espaciais) representando um caso particular de relação" (ibid, 2018, p. 178-179). Limites são, conforme Levy e Lussaut (apud SERPA, 2018, p. 179) "objetos geográficos plenos que se apresentam no espaço com diferentes conteúdos e estilos". Nesse sentido, conforme a significação de espaços e repertórios de práticas resultam na não interação entre grupos, podemos falar que entre eles se constituem linhas simbólicas que atuam como limites - e não fronteiras - no interior dos espaços públicos. A fronteira, Serpa (2008) esclarece, é, em si, um espaço: trata-se de uma faixa onde ocorre a interação entre territórios distintos. A fronteira presume comunicação e interação, conflituosa ou não, entre identidades territoriais que se dicotomizam em torno dela. É justamente a permeabilidade dos limites que permitem fronteiras mais ou menos ricas em interações entre diferenças.

A territorialização é um processo de projeção espacial de relações de poder sob a forma de limites, de modo que os territórios delimitados no espaço público - mesmo que efêmeros - possuem sempre alguma expressividade espacial, mesmo que de baixa intensidade, e marcam de forma visível diferenças sociais, contribuindo para a anulação

ou enfraquecimento das interações entre os indivíduos nesses contextos. Serpa (2018) enfatiza dois efeitos diferentes do processo de apropriação territorial do espaço público: a transversalidade (efeitos de massa) e a segmentação (efeitos de classe). Conforme explica o autor:

> o que de fato prevalece nos espaços públicos, sejam eles parque ou praias, em Salvador ou Paris, são os efeitos de segmentação em detrimento dos efeitos de transversalidade, constituindo territórios justapostos que caracterizam uma incipiente ou mesmo inexistente interação entre os diferentes grupos/classes/frações de classe, evitando-se, quase como uma regra, o contato com o 'outro', com o diferente. A segmentação/segregação pode se dar em termos temporais (apropriação diferenciada do espaço de acordo com uma lógica temporal), em termos espaciais (justaposição de territórios no espaço público de modo sincrônico/simultâneo) ou ainda, simultaneamente, em termos temporais e espaciais. A transversalidade, por outro lado, se impõe sob a forma de estilos de vida e comportamentos normatizados/estandardizados, que também impossibilitam as interações espaciais e a manifestação da diferença nos espaços públicos da cidade contemporânea. (SERPA, 2018, p. 184)

Ao estabelecer uma rotina temporal de alternância nas praias soteropolitanas, a segregação ocorre porque ainda existe um limite que separa as classes sociais, restringindo a sua interação em um espaço, muito embora as duas possam ocupar o mesmo espaço. É precisamente a noção de restrição, controle e acesso assimétrico a recursos associadas à ocupação e permanência no espaço - típica da ideia de segregação residencial - que deve ser superada ao assumir uma concepção ampliada de segregação. O enclausuramento frequentemente é avaliado como autossegregação ou segregação voluntária das elites, em oposição à segregação involuntária imposta aos mais pobres. No entanto, lembramos o ensinamento de Villaça (2017) de que o processo de segregação é um só, com dois resultados: é a autossegregação das elites - que possui recursos para operar tal processo - que resulta na segregação imposta aos que possuem menos recursos. O caso das praias revela a segregação em sua natureza eminentemente simbólica de operação porque é precisamente em função das representações e julgamentos morais em torno dos grupos de usuários que mobiliza uma rotina de alternância que garante a disjunção. Os mais pobres, no entanto, têm o seu tempo restrito ao final de semana por possuírem menos condições de estarem presentes na praia - trata-se de efeito da sua capacidade de mobilidade reduzida, pois possuem menos condições de possibilidade de acessar o lugar em tempo hábil em dias de semana. Os mais ricos, restringem o seu tempo por opção de afastamento - muito embora a

territorialização dos mais pobres momentânea possa, de fato, incidir sobre esses indivíduos de modo a constrangê-los a se afastarem.

Contra a tese da segregação simbólica dos espaços públicos, poderia-se argumentar que o fato de que espaços públicos de lazer são ocupados de forma justaposta ou alternada por diferentes classes, concretiza a sua função pública e democrática de acesso universal, permitindo o usufruto de todos mantendo a situação inevitável de formação de grupos. Serpa (2018), no entanto, observa que uma vez que os espaços públicos se tornam espaços atravessados por uma coleção de territórios divididos por limites simbólicos que configuram uma situação de grupos sociais em que estão "todos juntos, mas, de fato, separados", a acessibilidade irrestrita não garante a sua função democrática, pois o público se torna "completamente esvaziado da sua dimensão política", pois a esfera pública não está se realizando nesses espaços (SERPA, 2018, p. 180).

Em diálogo com o pensamento de Richard Sennett, Serpa desenvolve seu argumento sobre a territorialização dos espaços públicos como uma amplificação da esfera privada relacionada à erosão da esfera pública. Essa erosão remonta ao desequilíbrio entre esferas privada e pública, cuja coexistência balanceada regulava a sociedade no capitalismo moderno, tese proposta por Sennett (2002) em O declínio do homem público. A contemporaneidade, diferentemente, seria marcada pelo progressivo desenvolvimento ao longo do século XX da individualidade e da segregação do diferente como modo de vida ideal, minando a ideia de coletividade anônima e isonômica - traço fundamental tanto da ideia de cidade como de democracia modernas.

A territorialização dos espaços públicos é um processo de privatização fragmentária do espaço público, de modo que ele não é compartilhado por, mas sim dividido entre diferentes grupos sociais que inscrevem diferentes limites simbólicos contra a interação e, assim, podem "neutralizar o 'outro' em um espaço que é acessível - fisicamente - a todos" (SERPA, 2018). A hipertrofia do individualismo e a expansão da esfera privada sobre o espaço e a esfera pública, ocorrem de forma apenas aparentemente contraditória: a busca pela reserva, pelo anonimato, pela circunscrição do privado em público, resulta na indiferença - e mesmo aversão - ao outro "que não compartilha dos laços de intimidade /identidade dos indivíduos e grupos territorializados"; no entanto, explica Serpa (2018), os territórios privados em público

frequentemente recorrem à visibilidade, à exposição pública como uma estratégia de desengajamento e afastamento do outro, pois assim “o espaço público 'neutraliza-se' a partir de seu interior, por meio da percepção simultânea e constante das diferenças”. Ainda em diálogo com Sennett, Serpa (ibid., p. 176-178) explica que esse afastamento sistemático do outro no espaço público é sintoma de uma sociedade intimista que perverte a “fraternidade da experiência comunal moderna”, confundindo-a como a “empatia para um grupo selecionado de pessoas, aliada à rejeição daqueles que não estão dentro do círculo local”. A intimidade entre iguais se manifesta em práticas e lugares e se transforma em elemento de perversão do espaço e da esfera pública.

Eis que o espaço público da cidade contemporânea - uma vez que a re-produção do espaço urbano é inevitavelmente atravessada pela cultura de consumo e pela cultura de massa, pelas suas articulações com as diferentes formas de manifestação de desigualdades no seio social - “nega a possibilidade da cidade como reunião e encontro de diferentes, nos termos como colocado por Lefebvre (...) [pois] a reunião e a simultaneidade só se manifestam na desigualdade, explicitando a desigualdade entre os diferentes grupos, classes e frações de classe.” (SERPA, 2018, p. 186).

2.3. ESPECIFICAÇÃO TEÓRICA DO PROBLEMA DE PESQUISA

2.3.1. A reprodução da segregação por meio das práticas socioespaciais das elites

A exploração sobre o conceito de segregação nos ofereceu um panorama amplo e diverso do fenômeno, nos colocando o desafio de conciliar de forma coerente contradições, falhas, pontos cegos e, mais precisamente, de tentar superar uma espécie de afantasia teórica em torno da segregação como um processo único multiescalar e multidimensional. Buscamos uma concepção de segregação que permita conciliar leituras ecológicas do mosaico urbano de vizinhanças e dinâmicas espaciais e culturais de fragmentação, isolamento, afastamento, evitação, apropriação diferencial, coexistência paralela ou restrita como um processo contínuo, sem dúvidas multifacetado em formas de expressão que se alteram objetivamente, conforme se transformam agentes e fenômenos espaciais observados, mas que são articuladas pela derivação de um mesmo princípio generativo relacional: a tendência à manutenção da diferença

através da relação de oposição que é constituinte de interagentes e não um resultado de suas propriedades essenciais em situação de contraste.

Concebendo a segregação primariamente de um ponto de vista do espaço social e secundariamente do espaço físico, tomando-a como a restrição à interação, é possível conceber que suas expressões espacialmente mais intensas - tal como a divisão residencial em áreas sociais - como precisamente isto: formas de restrição à interação mais intensas, em larga escala, que emergem conforme a segregação como um princípio relacional opera em processos econômicos, institucionais, políticos e culturais de uma dada formação social que, necessariamente, também produz uma formação espacial. Inversamente, expressões menos intensas, como padrões proxêmicos e de apropriação em um parque ou dentro de um enclave fortificado, evidenciam o mesmo: formas de restrição à interação menos intensas, mas que reproduzem o mesmo princípio.

Não se trata de simplesmente equiparar segregação e diferenciação, mas, em primeiro lugar, se trata de conceber a segregação como um processo de re-produção de diferenças sociais, diferenças estas que demandam a permanente reconstituição de relações socioespaciais de oposição identitária, seja entre longe e perto, fora e dentro, ou pertencente e não pertencente. Em segundo lugar, se trata de conceber de modo mais específico que a segregação se configura nos casos extremos em que duas ou mais categorias - seja classe social, etnia, gênero - se mostram não apenas como pólos em relação de oposição, mas também em relação de assimetria de poder, de dominação e subordinação, evidenciando a construção de diferenças com implicações sociológicas fundamentais para a compreensão da distribuição desigual de recursos materiais e imateriais.

Tomar a separação social como ruptura ou ausência de relação como aquilo que distingue a segregação do processo mais geral de diferenciação ou segmentação socioespacial, tal como argumentado por Sposito (2018), se constitui em um problema teórico e metodológico de difícil superação. Mas, concebendo a separação social como intenção que subjaz às práticas socioespaciais de interdição da interação com outros, pode-se tomar os limites que produzem como proxies que indicam a separação como objetivo e, consequentemente, a segregação como prática. A distância espacial se constitui em um limite que contribui para a interdição de interações de forma geograficamente mais intensa e facilmente observável - e é este o objeto por excelência

da segregação residencial forjada a partir da leitura ecológica substancialista do espaço urbano. Do mesmo modo atuam muito evidentemente como limites um muro ou uma cerca, que embora se tratem objetos geográficos de observação e mensuração mais complexa, dada a fragmentação pulverizada de áreas que produzem, ainda dizem respeito a divisões materiais do espaço entre grupos sociais. Mas também operam como limites o que quer que institua a disjunção temporal ou a circulação e ocupação paralela de duas alteridades, impedindo seu encontro ou sua interação em um espaço em dado momento. E nesse sentido, atuam também como limites os signos que dão sentido aos obstáculos que confundimos como limites propriamente ditos. E signos não são inscritos apenas no espaço significante da paisagem construída ou natural, mas também na dimensão da intersubjetividade onde "se localizam" os significados e os repertórios de representações sociais da paisagem, das identidades, dos grupos e dos lugares. Limites são obstáculos e signos que criam alguma forma de disjunção, interditando, dificultando ou controlando a ocupação, a entrada, o movimento, o posicionamento, o comportamento, os usos e, assim, as possibilidades de interação entre alteridades mesmo em situações de co-presença no espaço. A investigação de processos de segregação, portanto, é a investigação de limites intra-urbanos como objetos geográficos e sociológicos a um só tempo.

De modo evidente, não só a distribuição e concentração diferencial de grupos sociais no espaço urbano, produzindo separações físicas e temporais entre grupos, define a segregação como fenômeno. Ao abandonar a centralidade do uso residencial como parâmetro de descrição e ponderação da segregação (i.e., da sua existência, da sua forma e da sua intensidade), evidenciam-se as limitações da ênfase geográfica-descritiva ípica da abordagem ecológica de leitura zonal da cidade como um organismo ou sistema com partes espaciais. Abre-se caminho para a incorporação de configurações socioespaciais mais localizadas, descontínuas e intersubjetivas em que disjunções tomam efeito a partir de diferentes dimensões da existência social. Toda relação social necessariamente possui espacialidade, de modo que as desigualdades e separações na cidade se manifestam de diferentes formas, em diferentes intensidades e em diferentes extensões materiais. A divisão socioespacial se desdobra no continuum que vai da separação espacial dos agentes no espaço à experiência dos agentes de estarem separados no espaço. A investigação de processos de segregação, portanto, é a

investigação de como limites intra-urbanos se manifestam de forma multiescalar e multidimensional, sendo a compreensão das suas expressões específicas tão importante quanto a compreensão das articulações entre essas expressões.

A segregação não é simplesmente o resultado espacial de uma sociedade desigual, ela é um processo através do qual uma sociedade desigual re-produz suas diferenças de acesso a recursos atualizando limites entre seus interagentes, essencialmente re-produzindo espacialmente suas oposições - suas posições sociais ou, mais precisamente, as suas distâncias sociais - em diferentes contextos. Em uma perspectiva crítica, a desigualdade de recursos sempre produz assimetrias de poder que atravessam as relações de diferença, de modo que o objetivo último da separação é a reprodução dessas assimetrias e dessas condições desiguais de distribuição de recursos - ou seja, a reprodução de uma estrutura social.

A ideia de estrutura social, se queremos evitar uma visão estruturalista dos fenômenos sociais, é melhor apreendida relacionalmente, entendendo que se trata de um estrutura definida menos pelas posições dos elementos que a compõem e mais pelas distâncias entre essas posições. Qualquer fenômeno que pareça estar ancorado na "natureza" espacial, social ou humana, emergindo do efeito sistemático da coleção de pequenas induções comportamentais, em uma leitura sociológica relacional é melhor explicado como efeito coletivo de interagências e práticas sociais envolvidas em uma dinâmica de posicionamento, de manutenção e transformação de distâncias em uma estrutura de posições sociais. Muito embora esse jogo posicional seja um processo necessário, não há nada de natural ou determinado nas suas dinâmicas, regras e práticas. Pois são por meio dessas práticas, regras e dinâmicas que são mobilizadas estratégias de dominação, de resistência ou de subversão, incluindo os processos de segregação. Nesse sentido, a segregação é um resultado prático de agentes sociais, que tentam produzir individualmente ou coletivamente interdições, disjunções e separações que concretizam e reproduzem distâncias sociais. Mas, mais precisamente, a segregação é uma estratégia de dominação, resultante das práticas em busca de separação por parte de grupos dominantes em uma sociedade.

Os modos de separar - ou, ao contrário, de integrar - variam conforme as relações sociais variam no tempo e transformam a própria estrutura relacional de posições e distâncias sociais. A morfologia e vida urbana que emergem da inscrição de

limites à interação nas cidades se transformam e possuem historicidade, podem ser transformadas no tempo e, por isso mesmo, possuem raízes explicativas para suas configurações atuais tanto nas suas configurações passadas quanto na herança de tendências de transformação. Não existem configurações estáveis, apenas momentâneas, e que podem ser consideradas típicas apenas em consequência da sua manifestação em diferentes contextos sociais e da sua duração historicamente relevante.

Vimos que padrões morfológicos das cidades podem ser identificados como representações de configurações historicamente típicas de segregação em determinadas escalas de representação do espaço. Demonstramos em um longo diálogo com a literatura a importância de não confundir configurações visíveis e típicas de organização socioespacial com o processo de segregação em si. Tais padrões morfológicos são sempre uma expressão do processo de segregação em determinada escala, e que frequentemente escondem sob sua visibilidade outras dinâmicas e configurações de segregação menos expressivas naquela ordem de disjunção, mas muito mais expressivas e eficientes em outras. Onde quer que haja condições de possibilidade de exercício de poder entre classes sociais, haverá possibilidades de operacionalização do espaço como instrumento de distanciamento social. A investigação de processos de segregação, portanto, é a investigação de como limites intra-urbanos se manifestam de forma multiescalar e multidimensional, a partir de práticas historicamente, socialmente e espacialmente situadas, e se articulam pelo efeito coordenado de interesses na manutenção da estrutura relacional de posições e distâncias sociais por parte de classes dominantes.

Agora apoiados por uma concepção de segregação bem fundamentada, podemos argumentar que, sim, é possível conceber que diferentes processos de reprodução de distâncias sociais em diferentes escalas espaciais nas cidades são expressões diferentes do processo de segregação. Tais processos podem não se mostrar como formas totais de separação, mas onde se puder perceber a produção de limites entre grupos sociais - em suas diferentes formas de inscrição socioespacial - poderá se observar a segregação em prática. Basta que a separação entre diferenças seja sistemática, ou seja, que não ocorra de forma indiscriminada, ocasional e aleatória, mas de forma a impedir, dificultar ou controlar regularmente e eficazmente a interação de duas ou mais alteridades em situações de oposição identitária e assimetria de poder: trata-se da inscrição concreta,

pervasiva e socioespacialmente bem definida da diferença de um “nós” dominante de “outros” subordinados.

2.3.2. a formulação de uma questão empírica em termos teoricamente informados

Ao longo de todo o século XX, a “área nobre” de Fortaleza cresceu de forma contínua em direção ao leste-sudeste, em torno de dois eixos viários de expansão, imprimindo ao espaço intraurbano da capital uma configuração estrutural de setores de círculos, conforme as teorias de Hoyt e de Villaça, como demonstraremos mais à frente. Nos bairros nos limites dessa área nobre, que tem crescido recentemente, é possível perceber uma grande região de fronteira. É ali que duas cidades, a nobre e a pobre, se encontram de forma mais significativa. Na escala do caminhar humano, gradativamente a cidade se transforma, conforme o tecido urbano marcado por uma paisagem específica - aquela de prédios de apartamentos fechados, fachadas luminosas de estabelecimentos sem contato direto com a rua, casas muradas, lotes padronizados, ruas vazias de gente, cheias de carros, mas bem mantidas - vai dando lugar a outro, marcado pela a paisagem típica dos bairros populares de Fortaleza (e do Brasil): pequenas casas, muitas delas geminadas, tijolos aparentes, usos mistos das edificações, fachadas ativas, presença de pedestres nas ruas mais intensa, marcas culturais e corporais das classes populares na paisagem, roupas estendidas no varal e pessoas negras e pardas, pequenas vielas em que não passam carros e que deixam antever pequenas vizinhanças que se formam para dentro, longe da experiência de vida da “cidade formal”. Nessa região de fronteira ao leste, depois da Av. Almirante Henrique Sabóia, as classes médias-altas, aglomeradas em três bairros no entorno da Av. Santos Dumont, se encontram "cercadas" pela periferia leste de Fortaleza, que se formou historicamente com a expulsão de comunidades e com a ocupação de imigrantes camponeses enquanto o tecido urbano das classes médias-altas se expandia para leste. Nessa fronteira as coisas não são exatamente iguais ao bairro nobre da Aldeota, atual CBD de Fortaleza, centralidade econômica e simbólica das elites, o coração em torno do qual se estrutura a cidade afluente e formal, onde os ricos “cercam” algumas pequenas comunidades que resistiram à expulsão ao longo de décadas.

Dependendo do recorte espacial adotado, estamos falando de uma área com diversidade social: famílias com rendas muito diferentes habitam essa região, criando vizinhanças em uma situação geográfica em que grupos socialmente muito distantes mantêm distâncias físicas muito pequenas entre si. Favelas coexistem com mansões e shoppings. Dependendo do recorte temporal sobre o processo histórico de ocupação e de mudança de perfil social da área, trata-se de uma área que experimenta um processo de gentrificação, conforme novos habitantes de classe média alta progressivamente passaram a ocupar a região já ocupada há décadas por outro perfil social, tornando a região socialmente mais diversificada, mas paulatinamente mais elitizada. Dependendo da escala espacial, adotando, por exemplo, a estrutura intraurbana de Fortaleza como um todo como objeto de análise, tal processo de ocupação da região por famílias de classe média-alta é a continuação do setor de círculo que corresponde à região geral de ocupação das camadas de maior renda, que no seu processo de decisão locacional continuamente escolhem a área relativamente mais barata, menos adensada, mais distante de problemas advindos de tal adensamento, e suficientemente próxima do CBD de Fortaleza, representado pelo bairro-símbolo da Aldeota. Dependendo da consideração ou não dos equipamentos, espaços públicos e semipúblicos que existem na região - tais como terminais de ônibus e VLT, praças, um parque urbano, praias urbanas e o segundo maior shopping da cidade, o Rio Mar Fortaleza, recentemente construído em uma Operação Urbana Consorciada, também se trata de uma região onde se localizam diversos lugares de encontros e interações significativas potenciais entre grupos sociais diferentes. Dependendo da consideração ou não da arquitetura que diferencia a forma urbana entre esses grupos sociais, também se trata de uma região em que as elites se enclausuram de forma marcadamente fortificada e militarizada, habitando casas com muros acima de 3 metros de altura, cercas elétricas e concertinas, edifícios de apartamentos cercados, com portarias recuadas com vidros escuros, eclusas e, frequentemente, com vigilantes armados nas entradas, assim como patrulhando as ruas em motocicletas, e onde trafegam intensamente em automóveis particulares, criando engarrafamentos de ida e volta para outros bairros nobre, onde estão espaços de trabalho, lazer, educação ou socialização com amigos e parentes, todos igualmente enclausurados.

São diversas manifestações de segregação que poderiam, cada uma delas, orientar investigações específicas e detalhadas sobre tais padrões em Fortaleza com base na literatura que discutimos até o momento. No entanto, nenhuma dessas manifestações nos interessam em específico como problema central, mas todas nos interessam tangencialmente, como temas em torno da questão de como se articulam essas diferentes formas de segregação.

De modo objetivo, nossa investigação pretende avaliar como os habitantes de enclaves residenciais nas franjas da zona nobre - em sua expansão leste sobre o eixo viário da Av. Santos Dumont, nas áreas que constituem os bairros Papicu, Cocó e Dunas - colocam em prática a segregação como uma estratégia de classe a partir das suas decisões locacionais residenciais, das suas formações de redes de espaços de atividades e vínculos sociais, dos seus modos de habitação, das formas de uso e apropriação de espaços públicos na região socialmente diversificada, e das suas percepções e discursos sobre a sua vizinhança, sobre seus próprios semelhantes e seus lugares e sobre os grupos vizinhos e seus lugares socialmente distantes, mas fisicamente próximos.

Não realizamos uma busca de explicações para padrões de rede e mobilidade, padrões geográficos, padrões urbanísticos, padrões de deslocamento ou substituição de populações, padrões geodemográficos ou padrões de intervenções e políticas urbanas. Não estamos em busca de evidenciar os efeitos estruturais de fatores econômicos e político-institucionais. Tais evidências e explicações estão amplamente presentes na literatura - embora nem sempre especificamente sobre o recorte empírico de Fortaleza - e elas já nos permitem nomear com clareza as dinâmicas de segregação em curso no nosso recorte empírico específico.

Mais precisamente, são as práticas socioespaciais e narrativas que nos interessam como meio de observar e explicar como diferentes dimensões da segregação urbana se articulam de modo a produzir uma experiência urbana socialmente homogênea e controlada. Considerando a segregação um processo multidimensional e multiescalar, é evidente que o nível de profundidade empírica dedicado a uma ou outra dimensão e escala implicam em um correspondente nível de detalhe de observação, que garantem subsídios para um refinamento teórico explicativo para as dinâmicas daquela dimensão e escala do processo. No entanto, argumentamos que um nível de perda de detalhe empírico vale a pena em nome de avaliar a articulação da

multidimensionalidade e multiescalaridade da segregação dos grupos de maior renda. Argumentamos também que essa empreitada a partir das práticas e discursos de indivíduos que pertencem ao grupo social da elite urbana (unido, em nossa estratégia metodológica, pela semelhança de modo habitacional como elemento de estilo de vida) nos permitem observar como colocam a segregação em prática enquanto uma estratégia de territorialização, de formação de um conjunto agenciado de controle de recursos, da experiência de vida e de reprodução subjetiva e objetiva enquanto classe dominante.

Para tanto, uma perspectiva sociológica e geográfica relacional se impõe como necessária. Se a segregação não deve ser avaliada retrospectivamente a partir da configuração socioespacial visível que ela impõe (tal como o paradigma ecológico substancialista opera), mas a partir da agência dos indivíduos que inscrevem e implementam diferentes limites à interação com o outro, é necessário se equipar de um modo socioespacial de pensar que consiga identificar limites não enquanto objetos com propriedades identificáveis e mensuráveis, mas enquanto agenciamentos que emergem a partir da fixação e assujeitamento do outro através da não interação - ou, em condições reais de existência, da minimização, restrição e controle da interação quando a completa anulação da interação é impraticável.

Uma perspectiva pautada sobre o substancialismo - e mais confortavelmente objetiva - prosseguiria buscando verificar de forma clara onde um grupo (bem delimitado em função de seus atributos) ocupa o espaço (bem delimitado em termos de extensão e posição), ou onde seus membros se posicionam e se movem em um espaço, ou que sentidos são atribuídos a determinado espaço, ou que ações realizam em determinados espaços, de modo a objetivamente não interagir com outro grupo (igualmente bem delimitado). Assim poderíamos efetivamente comparar como diferentes grupos, enquanto agentes dotados de atributos, agem de determinada forma sobre diferentes objetos, sejam estes objetos espaciais (a cidade, a localização, o espaço público, um objeto arquitetônico) ou sociais (um grupo, um indivíduo, uma ideia, uma mensagem).

E o que nos interessa é precisamente a construção e manutenção de limites entre grupos sociais na cidade, conforme se constituem como diferentes em função da oposição que estabelecem um com o outro a partir de diferentes eixos de oposição. E somente nesse sentido, dentro de uma relação, é que nos interessamos pela agência de

um desses grupos interagentes (as elites urbanas), agência pautada sobre a sua percepção sobre sua própria identidade em oposições a "outros" na cidade e sobre o seu interesse e necessidade de reprodução dessas oposições que constituem, ontologicamente, sua identidade e suas alteridades heterotópicas. Nesse sentido, procuramos pela instituição de limites à interação social no espaço, nas formas de sociabilidade e na organização da vida cotidiana urbana como práticas de reprodução de diferenças sociais que, em última análise, são orientadas pela necessidade de controle sobre o acesso aos diferentes recursos sociais em torno dos quais essas oposições se constituem. A transposição ou re-inscrição desses limites em diferentes dimensões e escalas revela, argumentamos, a circunscrição de um território. É precisamente tal processo de territorialização que queremos avaliar.

A literatura que abordamos até aqui, embora tenha nos fornecido o esclarecimento em torno da concepção de segregação e pontos de referência teóricos para a discussão dos dados coletados referentes a diferentes formas de separação social, não nos ofereceu um instrumental coerente para interpretação do nosso objeto nos termos que concebemos acima: a territorialização multidimensional e multiescalar das classes dominantes no espaço intra-urbano de Fortaleza, a forma como distâncias, disjunções a apropriações diferentes, articuladas entre si, produzem um "pequeno mundo" exclusivo no seio da cidade.

O capítulo que se segue pretende colocar em diálogo três formas de pensar relacionalmente a agência, a estrutura social e o espaço para obter um quadro teórico de leitura relacional da segregação urbana como territorialização: a teoria social de Pierre Bourdieu, a noção de redes sociais e a teoria dos territórios de geógrafo Rogério Haesbaert.

3. ESPAÇO SOCIAL REIFICADO E TERRITÓRIOS INTRA-URBANOS: UMA TEORIA RELACIONAL DA SEGREGAÇÃO

O diálogo com a literatura até agora nos permitiu expressar e situar nossa problemática e objeto de pesquisa de forma mais clara dentro universo polissêmico da noção-valise de segregação. A articulação teórica buscou coligir diferentes teorias de médio alcance em relação à problemática da segregação urbana, propondo uma compreensão relacional do fenômeno capaz de atravessar de forma coerente as teorias construídas sobre aquilo que apontamos como o paradigma ecológico do mosaico urbano, uma concepção substancialista centrada nos lugares, por outra leitura da divisão socioespacial do urbano centrada nos usuários do espaço e, portanto, nas suas práticas socioespaciais. Ou seja, o que construímos até agora foi uma capacidade descritiva de identificar diferentes expressões do processo de segregação. Entretanto, ainda é necessário construir um instrumental de interpretação dos dados coletados à luz do desafio de compreender como se articulam essas diferentes expressões de um mesmo processo. É preciso interpretar os fenômenos que descrevemos à luz do conjunto de teorias de médio alcance a partir de uma teoria social e espacial mais geral, construída a partir de "grandes teorias" que tentam modelar os "mecanismos" da sociedade e do espaço socialmente produzido, i.e., a relação recursiva entre estrutura social, a agência e espaço.

Para tanto, avançamos para um segundo momento de reflexão teórica: do diálogo exploratório para a construção específica de lentes interpretativas. Nos tópicos que se seguem conciliaremos 1) a teoria social da prática e do campo/habitus de Pierre Bourdieu - focando especificamente a sua noção de reificação do espaço social/apropriação do espaço físico - em busca de um pensamento socioespacial bourdieusiano; 2) o campo da análise de redes sociais, apontando a importância do capital social, a necessária espacialidade das redes sociais e as capacidades de mobilidade como recursos sociais posicionais no espaço social, e, sobretudo, enfatizando a clareza ontológica que a ideia de redes oferece para um pensamento relacional sobre espaço e sociedade; e 3) a teoria geográfica dos territórios de Rogério Haesbaert - focando a sua concepção relacional e processual de território e de

des-territorialização, enfatizando as formas de dominação e de apropriação do espaço como dimensões de mediação de relações de poder entre agentes; e também

Em conjunto essas ideias nos permitirão um "modo de ver" do processo de produção social do espaço intra-urbano segregado, Um modo de ver pautado sobre a ideia de que a segregação resulta da manutenção das relações de oposição e distância social, i.e., de relações de construção de diferença. Esse princípio gerativo da segregação pode ser modelado como o efeito da tradução integrada do espaço social em outras dimensões analíticas do fenômeno social (o espaço simbólico, o espaço de sociação e o espaço físico), tradução concretizada a partir das práticas e interações socioespaciais orquestradas pelo habitus como uma estrutura estruturada estruturante, tal como concebe o pensamento social bourdieusiano com sua noção de estruturalismo genético e da praxiologia como uma mediação teórica entre os pólos teóricos objetivistas e fenomenológicos da sociologia da ação.

3.1. A REIFICAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL: O LUGAR DO ESPAÇO NA TEORIA SOCIAL DE PIERRE BOURDIEU

Embora recorra extensivamente a metáforas espaciais em seus modelos teóricos (nos referimos ao uso de termos como espaço social, campo, posição, distância/proximidade, oposição), Bourdieu jamais atribuiu um status central especificamente ao espaço geográfico em sua sociologia. Isso não significa dizer, entretanto, que o autor ignorou completamente a espacialidade da vida social.

Trabalhos recentes de exegese da sua profícua produção demonstram que, ao longo de seus escritos, pode ser sistematizada uma teoria socioespacial - ou, no mínimo, teorizações sobre a relação espaço-sociedade - e até mesmo uma proposta de sociologia urbana bourdieusiana. Mais importantemente, o próprio autor sintetizou um esboço teórico específico sobre a relação espaço-sociedade no artigo Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado (BOURDIEU, 2013). Uma versão reduzida desta discussão resultou no texto, talvez mais conhecido, Efeitos de Lugar (BOURDIEU, 2008), publicado na coletânea Miséria do Mundo (BOURDIEU, 2008).

Um debate sobre uma centralidade implícita ou sobre um caráter de mero apêndice a posteriori do espaço geográfico na obra de Bourdieu não será objeto central

de discussão aqui[35]. Tampouco uma apresentação sintética do seu pensamento será

[35] Não ignoramos, no entanto, a importância da questão, que demanda o registro de uma nota de rodapé robusta endereçada àqueles particularmente interessados na operacionalização da teoria bourdieusiana para objetos sociológicos e espaciais. A centralidade do espaço na teoria bourdieusiana é, sim, discutível. Uma crítica pode ser feita considerando que o Bourdieu privilegia a dimensão temporal - como é típico do pensamento social, tal como enfatiza os defensores de uma virada espacial na teoria sociológica - e simbólica da vida social em detrimento da espacial. Sua busca por uma conciliação de posições objetivistas e subjetivistas de abordagens sociológicas é centrada na sistematização de uma teoria social amplamente (mas não somente!) operacionalizada no âmbito da sociologia da cultura - com destaque para a educação dentro desse escopo, temática que deu destaque *inicialmente* ao seu pensamento. Pode-se argumentar que por condições objetivas a serem levadas em consideração em um *momento objetivo* de análise, de certa forma, compilam a condição de vida material, a economia, o corpo e as práticas socializadas, sem ignorar a habitação e a cidade enquanto contextos de tais condições objetivas, mas raramente dedicando o olhar analítico (indiscutivelmente poderosíssimo) ao espaço em si enquanto condição necessária das relações sociais. É suficiente comparar o que é a centralidade do espaço como categoria de análise e teorização, observando a inflexão que tal categoria produz na obra de um pensador como Henri Lefebvre, por exemplo. O espaço não domina a obra de Lefebvre, mas tampouco é possível ignorar o espaço ao tentar se apropriar de sua teoria. E diferentemente da centralidade implícita do espaço na sociologia de Goffman revelada por Frehse (2008), que não funciona sem considerar o espaço enquanto categoria em algum nível, a teoria de Bourdieu e muitas análises construídas sobre ela parecem funcionar incólumes ignorando a espacialidade das relações sociais. São reveladores os conteúdos de compêndios teóricos sobre o autor e sobre o tema (espaço) relativamente recentes. Por exemplo, o dicionário conceitual *Vocabulário Bourdieu* (2017) não conta com um verbete "espaço", "espaço físico" ou "espaço geográfico", tampouco "lugar", "habitat" ou "reificação do espaço social", apesar de um verbete dedicado à obra *Miséria do Mundo* - e muito embora constem os verbetes "tempo" e "corpo". Por outro lado, o dicionário geográfico organizado por Hubbard e Kitchin (2011), *Key Thinkers on Space and Place,* dedica um verbete a Pierre Bourdieu, mas não menciona de forma sistemática suas reflexões sobre a reificação do espaço social ou sobre a sua noção de *habitat*, ou qualquer discussão direta do autor sobre espaço em si, enfatizando de modo geral a influência do conceito de *habitus* para estudos sobre lugar, análises sobre estilos de vida, lugares urbanos e estratificação social, e principalmente a espacialidade implícita nas noções de prática e do corpo. São indícios da necessidade de esforço de destilação do seu pensamento em busca do espaço geográfico e do espaço urbano como objetos de teorização e categorias de análise. Entre trabalhos importantes que perseguem essa empreitada, o trabalho resultante de seminário de pesquisa *Taking Bourdieu to Town,* realizado pela Universidade de York, em que nomes de peso da sociologia urbana contemporânea discutiram a questão, resultou em coletânea coordenada pelo International Journal of Urban and Regional Research - IJURR, *Bourdieu Comes to Town* parte I e II (ver SAVAGE, 2021) são exemplos de esforços relativamente recentes em organizar uma sociologia urbana de matiz bourdieusiana. Nesse esforço, destacamos a intervenção de Loïc Wacquant (2018) e do seu livro, produzido desdobrando os pontos discutidos em uma espécie de sociologia urbana bourdieusiana (WACQUANT, 2023). A recente exegese da teoria bourdieusiana realizada por Peters (2022), iluminando marcos do pensamento espacial de Bourdieu, é, talvez, o mais compreensivo e sintético ponto de partida para adentrar essa discussão em Português até o momento Antes desse ponto focal temático institucionalizado, no entanto, diversos trabalhos exploraram conceitos bourdieusianos para entender as cidades, indicando os lugares do espaço na sua teoria. São exemplos os trabalhos ingleses e europeus em torno do trabalho de Mike Savage, autor que se debruçou sobre a formação e fragmentação das classes médias urbanas apoiando-se na teoria bourdieusiana desde os anos 1990 (ver SAVAGE et al, 1992, 2005, 2012, 2018, e usos como os de BUTLER, 1997, BUTLER, 2001, ROBSON; BUTLER, 2001). Também são marcos importantes desse movimento a teoria de David Ley (2003), que se tornou referência para as leituras culturalistas sobre processos gentrificação, assim como no Brasil, Pereira (2014) tenta conciliar a teorias marxistas e culturalistas a partir da ideia de Bourdieu da objetificação e conversão de capitais, apontando para uma teoria em torno do diferencial entre capital simbólico objetificado no espaço e capital econômico dos seus proprietários. Também são relevantes discussões sobre o conceito (que deve ser consumido *cum grano salis,* evitando essencializar o espaço em si como recurso) de capital espacial, discutida tanto por Rérat e Lees (2013) e Rérat (2018), como também no Brasil mais recentemente por Ramos (2024). São marcos de operacionalização da teoria bourdieusiana que revelam lampejos do espaço físico e da cidade em sua obra, mas colocados em evidência por outros cientistas. Entre os trabalhos do próprio Bourdieu, quatro textos podem ser apontados como suas mais importantes reflexões espaciais: a

ensaiada. Adotamos a teoria social de Bourdieu como base conceitual de compreensão do mundo social, a partir da qual interpretamos os dados empíricos coletados e tentamos explicar as dimensões da segregação urbana que percebemos operar de modo orquestrado no cotidiano e experiência urbana dos indivíduos que representam o grupo social que tomamos como objeto. Desse modo, nos dedicamos especificamente aos aspectos dela que se mostram como pontos de contato para o diálogo com outros aportes teóricos em torno da relação espaço-sociedade. Tomaremos como base de discussão aquilo que consideramos o seu esboço de uma teoria socioespacial.

Podemos afirmar que a teoria socioespacial de Bourdieu tem suas sementes plantadas já nas pedras angulares do seu pensamento sociológico, os trabalhos etnológicos na sociedade cabila[36] e na sua própria região rural natal, na região do Bèarn, no sudoeste da França. A lógica da relação espaço social/espaço físico explorada pelo autor (BOURDIEU, 2013, 2008, 2018, 1996) é um desdobramento da sua seminal análise antropológica da casa cabila (BOURDIEU, 1970, 1999) – objeto que o próprio autor indica como um "paradigma de todas as divisões em lugares separados" (BOURDIEU, 2013, p.2). Bourdieu observou que ordenações espaciais como a implantação da casa no terreno e na vila, a sua organização interna, a localização dos objetos, dos corpos e das práticas em seu interior não são de modo algum arranjos aleatórios, e também não são apenas tropismos funcionais ou ecológicos, mas arranjos que obedecem a uma ordem historicamente e simbolicamente constituída com base em estruturas objetivas de divisão social. Tais configurações espaciais são uma manifestação dessa ordem simbólica, ao mesmo tempo que também são formas de garantir a legitimação dessa ordem, tanto em sua dimensão social como cosmogônica existencial, através da sua reprodução prática banal. Como sintetiza o próprio autor em

principal delas é o único ensaio específico sobre a relação entre espaço social e espaço físico mediada pelo *habitus,* preparado para apresentação da conferência '*Poverty, Immigration and Urban Marginality in Advanced Societies'* da Russell Sage*/Maison des Sciences de l'Homme* em Paris em 1991*(*BOURDIEU, 2013, 201*8)* e em versão reduzida na coletânea *Miséria do Mundo* (BOURDIEU, 2008); uma curta conferência explorando a mesma questão, ministrada na Universidade de Oslo (BOURDIEU, 1996); a sua temprana, mas seminal, análise antropológica da casa *kabyle* (1970), escrita na década de 1960, mas publicada apenas em 1970 e no Brasil em 1999 (BOURDIEU, 1999); e o posfácio da obra de Erwin Panofsky (1967) *Archicteture Gothique et Pensée Scolastique*, posteriormente publicado como capítulo sobre o título *Estrutura, Habitus e Prática* (BOURDIEU, 2007);. Além disso, são relevantes as análises das formas diferenciais de apropriação de objetos de arte e decoração interior, estilos de vida e classes sociais realizadas em *A Distinção* (2017). Além desses trabalhos, Peters (2022) também destaca estudos sobre o mercado imobiliário (Bourdieu, 2000) e a formação de guetos étnicos-raciais (Bourdieu, 2001, p. 295).

[36] Na literatura convivem diferentes grafias do termo: cabila, kabyle e kabyla.

sua etnologia: a casa é um "microcosmo organizado segundo as mesmas oposições e as mesmas homologias que ordenam todo o universo, [mantendo] uma relação de homologia com o resto do universo" (BOURDIEU, 2013, p.152).

Peters (2022, p. 1006), em sua exegese dos escritos de Bourdieu em busca dos "momentos decisivos em que sua obra se abre para a teorização e a pesquisa sobre as complexas relações entre espaço social e espaço geográfico", identifica que são fundamentais as investigações etnológicas argelinas da sociedade cabila, e pouco depois as análises da região rural francesa do Bèarn, ambos estudos que investigaram mudanças socioculturais relacionadas à urbanização, que proporcionaram os primeiros exemplos de uma ideia fundamental na teoria bourdieusiana: a cumplicidade ontológica entre estruturas sociais de divisão - objetivamente alicerçadas na distribuição desigual de recursos de poder - e estruturas subjetivas de percepção do mundo, que operam como esquemas cognitivos e valorativos de naturalização e de reprodução simbólica e prática da estrutura social. Portanto, desde suas etnologias mais tempranas, Bourdieu já registrava uma relação recursiva e de mediação entre a estrutura de divisões e posições sociais e as ordenações e experiências subjetivas do espaço. Ou seja: a forma como a relação existencial, afetiva, corporal, material, experiencial fundamental dos agentes com distâncias físicas ou localizações de coisas no espaço, por exemplo, é mediada por distâncias e posições no espaço social. Dessa forma, a teoria disposicionalista da ação, alicerçada no conceito do habitus, concebe que a produção da cumplicidade ontológica "depende de uma congruência não apenas entre o agente como subjetividade socializada (...) e as condições sociais objetivas em que ele está imerso, mas também entre estas últimas e o cenário físico onde elas vigoram" (ibid., p. 1015).

É possível observar uma convergência independente de teorização sobre o espaço em Bourdieu, já na suas reflexões iniciais associadas à revelação da operação da cumplicidade ontológica através do que conceberia posteriormente como habitus, com reflexões sociológicas pioneiras (pela sua relevância, mais do que pela sua cronologia) de Simmel sobre o espaço enquanto forma do conteúdo social, assim como com a noção produção social do espaço que revolucionou o pensamento geográfico do marxismo humanista de Lefebvre, indicando uma posição sociológica e filosófica que supera uma concepção ontológica substancialista de espaço absoluto ao observar a sua dimensão inescapavelmente social para o ser humano. Simmel (2009, p. 544), inspirado na

oposição forma/conteúdo kantiana em sua sociologia formal, concebe a vida anímica, a atividade psíquica, a interação como conteúdo que dá existência e significância sociais para o espaço enquanto forma social:

> The form of spatial nearness or distance does not generate the peculiar phenomena of neighborliness or alienation, however inevitably it may seem. Rather even these are facts generated purely by psychological contents, the course of which stands in relationship to its spatial form in principle no differently than a battle or a telephone conversation to that of theirs—thus doubtlessly these processes too can be realized then only under quite specifi c spatial conditions. Not space, but the psychologically consequential organization and concentration of its parts have social signifi cance. This synthesis of the role of space is a specifi cally psychological function that is certainly individually modifi ed with every apparently 'natural' reality, but the categories from which it originates of course comply, more or less vividly, with the immediacy of space.

Embora reconheça que, na condição de forma do conteúdo social, o espaço ainda impõe algumas "qualidades fundacionais" que a vida social necessariamente expressa, Simmel já apontava para a natureza social do espaço, que, de outra forma, não possui significância para os indivíduos. Lefebvre (1993), por sua vez, aventa a noção de espaço produzido conforme diferentes formações sociais, apontando para o modo como a produção social do espaço se dá de modo intrínseco, em uma relação dialética, com as formas de reprodução econômica, material, cultural e fenomenológica de uma sociedade. No processo de produção social do espaço, relações de poder e dominação se reproduzem transformando, explorando, organizando, concebendo e se apropriando do espaço. Para endereçar a natureza social das relações espaciais, Lefebvre concebe o seu modelo analítico "trialético" de inter-relação entre o espaço vivido, o espaço percebido e o espaço concebido. Essas abordagens teoricamente muito diferentes coincidem em um nível ontológico e epistemológico fundamental: no consenso sobre o espaço em si como inacessível ao homem em sua inescapável condição de ser social, de modo que o espaço em si torna-se pouco relevante em termos práticos e, portanto, teoricamente inócuo sem se considerar a necessária mediação social do seu uso humano. O espaço físico, mesmo inabitado, inexplorado ou inalcançável, torna-se inevitavelmente produto de mediações sociais que sempre o preenchem, articulam, concebem conforme usos e desígnios dos humanos e suas formações sociais. Dialeticamente, o espaço, ao ser socialmente (in)formado, se transforma automaticamente - e inescapavelmente - em

elemento participante da reprodução do social e das relações humanas, levando a cabo a relação recursiva intrínseca entre sociedade, espaço e tempo - e revelando a importância da difícil tarefa de analisar objetos sociológicos em suas historicidade e geograficidade.

A concepção sui generis de Bourdieu (2013) da dialética entre espaço e sociedade, se desdobra de modo mais detalhado a partir do que o autor define como processo de reificação do espaço social / apropriação do espaço físico. Processo que recebe dupla nomeação enfatizando seu caráter socialmente estruturado e prático-simbólico estruturante.

Com base na sua concepção relacional de estrutura social como uma estrutura de localizações definidas pela relação (e não em si mesmas) com outras localizações em função do acúmulo diferencial de recursos de poder (capitais) - ideia sintetizada em outro conceito fundamental em sua teoria: o de espaço social - Bourdieu ressalta que não apenas os agentes sociais, mas também as coisas socializadas, apropriadas, ocupam posições nesta estrutura:

> Como o espaço físico é definido pela exterioridade recíproca das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou distinção) das posições que o constituem; isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais. *Os agentes sociais, e também as coisas – do modo como elas são apropriadas pelos agentes, e, portanto, constituídas como propriedades –, situam-se em um lugar do espaço social* que pode ser caracterizado por sua posição relativa quanto aos outros lugares (acima, abaixo, entre etc.); e pela distância que o separa deles. (BOURDIEU, 2013, p. 133, grifos nossos)

Estendendo a sua concepção de que o espaço social dá sentido e ordem ao espaço simbólico de classificações e oposições da cultura (BOURDIEU, 1998, 2017; CATANI;PEREIRA,2002) à relação entre espaço social e espaço físico - entendido pelo autor como o conjunto de coisas apropriadas, socializadas, posicionadas no espaço social -, Bourdieu afirma que a estrutura social se manifesta, se traduz, no espaço físico:

> Com efeito, o espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos rigorosa, no espaço físico sob a forma de um determinado arranjo distributivo dos agentes e das propriedades. Consequentemente, todas as distinções propostas em relação ao espaço físico residem no *espaço social reificado* (ou, o que dá no mesmo, no *espaço físico apropriado*), que é definido – para falar como Leibniz – pela *correspondência entre uma determinada ordem de coexistência dos agentes e uma*

> *determinada ordem de coexistência das propriedades.* (BOURDIEU, 2013, p. 133, grifos do autor)

Havendo uma correspondência entre estrutura social e espacial, as posições e oposições determinadas pelo volume e composição do acúmulo de capitais que estruturam o espaço social estruturam também o espaço físico. Este, enquanto espaço social reificado, tornado cenário concreto e prático da vida social, torna-se objeto de disputa por influenciar e materializar possibilidades de acesso a capitais, aos "lucros do espaço" (BOURDIEU, 2013). Assim, como Peters (2022, p.1016) observa, a teoria social de Bourdieu oferece "uma perspectiva não substancialista sobre o próprio social tornado substância ou matéria, mostrando o peso causal de estruturas de relações invisíveis [...] sobre fenômenos visíveis no espaço físico". A disputa por recursos posicionais na estrutura abstrata - mas objetiva - de relações entre agentes e coisas socializados, assim como as dinâmicas de reprodução ou transformação de tal estrutura como resultado de tais disputas, são os processos sociais onde a gênese da ordenação do espaço como fenômeno empírico deve ser encontrada. Evidencia-se, portanto, a primeira chave de leitura da sociologia relacional bourdieusiana, para a compreensão das divisões e hierarquias no espaço físico urbano: deve-se compreender o espaço como estrutura estruturada.

A segunda chave de leitura reside na contraparte de sua lógica relacional de análise dialética em torno da ideia de "estruturação" como movimento teórico de integração da ruptura entre os pólos paradigmáticos sociológicos - durante muito tempo confrontados em oposição - de estrutura e agência (ALEXANDER, 1987). Conforme elucidamos até aqui, o espaço social como sistema estruturado de relações entre agentes e coisas socializados é o fenômeno invisível, mas objetivo, onde a gênese explicativa de fenômenos geográficos empiricamente observáveis, como espaços urbanos concretos, deve ser encontrada. Mas, por outro lado (literalmente), a dialética do processo de estruturação em Bourdieu - bem sintetizada no seu célebre jogo de palavras: estruturas estruturantes estruturadas - também outorga ao espaço social reificado (fenômenos geográficos empiricamente observáveis, como espaços urbanos) o papel de re-produtor do próprio sistema estruturado de relações entre agentes e coisas (o espaço social), e onde a gênese explicativa das assimetrias de recursos estruturante de tal sistema deve

ser encontrada. Como continua Peters (2022, p.1016, grifos do autor), “a literal materialização de desigualdades distributivas no espaço físico dá sua própria contribuição causal à reprodução de tais desigualdades como propriedades estruturais do espaço social”. Evidencia-se a síntese da segunda chave de leitura da teoria socioespacial relacional de Bourdieu, para compreender as divisões e hierarquias no espaço social urbano: deve-se compreender o espaço como estrutura estruturante.

É importante desconstruir, no entanto, a ação estruturante do espaço físico apropriado. Ela se dá, em primeiro lugar (analiticamente falando apenas), pelo efeito de inércia que sua apropriação social produz, ou seja, pelo fato de que ordenações espaciais tomam formas materiais concretas que impõem custos significativos (concretos e simbólicos) para sua própria transformação e, por seu intermédio, para a transformação do espaço social. Em segundo lugar, pelo fato de que a apropriação do espaço físico se desenvolve sob os mecanismos e ação do poder simbólico, ou seja, sem explicitar a arbitrariedade que subjaz às definições e classificações, à escassez e ao controle de acesso aos recursos que sustentam as posições sociais diferenciais no espaço social.

Isso indica como a dimensão material física é inter-relacionada com a dimensão cultural de existência e experiência social - e não apenas por realizarem uma tradução paralela do espaço social, mas mantendo iterações e articulações entre si. Como o espaço simbólico, o espaço social reificado também se torna uma metáfora do espaço social que cumpre o efeito de velar - de obscurecer e naturalizar - a estrutura social através da inscrição objetiva, durável e banal do mundo social no mundo físico. Desse modo, o espaço físico apropriado / espaço social reificado, impondo materialmente e corporalmente aos sujeitos a experiência das posições e distâncias sociais de forma concreta e durável, se torna “uma das mediações através das quais as estruturas sociais se convertem em sistemas de preferências e em estruturas mentais” (BOURDIEU, 2013, p.134), ou seja, em habitus.

A relação estruturada estruturante entre espaço físico apropriado e habitus se apresenta de modo mais específico na noção de habitat e, a partir dela, na distinção que Bourdieu (2013) faz entre habitar e ocupar um espaço. Um habitat se constitui em uma porção discreta, específica do espaço social reificado, é “um lugar físico particular socialmente qualificado [que] oferece oportunidades médias de apropriação dos diversos bens e serviços materiais ou culturais disponíveis em um dado momento”

(ibid., p. 139). Habitar um habitat consiste em possuir os meios materiais e culturais e as disposições incorporadas adequadas – i.e., certo volume e estrutura de capitais acumulados e determinado habitus – para ser capaz de acessar as oportunidades de apropriação de recursos materiais e culturais que ele oferece. Ocupar o mesmo habitat, no entanto, significa ocupar materialmente o espaço físico, mas não propriamente o espaço social reificado do qual o habitat é produto, expressão e uma espécie de fragmento. O espaço social reificado, então, se configura como mediação formativa das estruturas mentais dos seus habitantes, mas também como produto destas porque "se o habitat contribui para fazer o habitus, o habitus também contribui para fazer o habitat, através dos usos sociais, mais ou menos adequados, que ele inclina os agentes a fazer desse mesmo habitat." (ibid., p. 139).

Bourdieu concebe, desse modo, uma relação entre estrutura social e estrutura subjetiva dos indivíduos em que o meio físico espacial atua como um liaison, um intermediário, uma mediação, que ao mesmo tempo em que participa da construção do sense of one's self dos indivíduos que o habitam, em retorno se torna uma expressão objetiva da estrutura social a partir das práticas socioespaciais localizadas orientadas pelo princípio estruturado e estruturante do habitus desses mesmo indivíduos, indicando como o processo de reificação do espaço social / apropriação do espaço físico se desenvolve como resultado prático e simbólico coletivo de apropriação dos agentes sempre socialmente posicionados e sempre espacialmente localizados.

A possibilidade de uma modulação espacializada da teoria do campo/habitus sob a forma campo/habitat/habitus nos oferece um quadro bourdieusiano de leitura relacional da segregação. A diferenciação e separação socioespaciais se relacionam ao processo agonístico de disputa por recursos posicionais que estruturam o espaço social e de disputa pela manutenção ou transformação desses espaço - seja através da redistribuição de recursos, e portanto de posições, seja através da redefinição de tais recursos posicionais. Esse processo se desdobra em diferentes dimensões da existência e agência social no espaço urbano - e portanto em diferentes escalas espaciais e sociais - envolvendo um jogo de práticas e representações no processo diferencial de apropriação do espaço físico / reificação do espaço social. Jogo cujo resultado define toda a estrutura locacional da cidade ao reproduzir no espaço físico a topologia do espaço social e as

possibilidades de acesso aos “lucros do espaço”, diferenciando um ponto de outro em termos de valor locacional em função de recursos posicionais diversos.

Embora a teoria social de Bourdieu se mostre como uma ferramenta essencial e fértil para nosso propósito, a sua tese da reificação do espaço social / apropriação do espaço físico ainda nos deixa amplas lacunas para a operacionalização da relação estruturante entre campo/habitat/habitus. É preciso especificá-la melhor para dar conta do processo de articulação integrada de diferentes espaços físicos apropriados de forma espacialmente descontínua e multiescalar (relevante e expressiva em diferentes escalas espaciais) no processo de imposição da topologia do espaço social ao espaço físico. Será precisamente o conceito de território das ciências geográficas, tal como o concebe Rogério Haesbaert (2019), que nos permitirá compreender a circunscrição de limites socialmente contínuos, mas não necessariamente espacialmente contínuos, no seio do processo de reificação do espaço social / apropriação do espaço físico. No entanto, para compreender adequadamente a inscrição da topologia de um espaço em outro, i.e., a configuração de pontos do espaço social relacionados de forma a potencialmente subverter a continuidade espacial (a relação de pontos no espaço via proximidade) de modo coerente, ante se faz necessário adentrar em exposição sobre a reticularidade das relações sociais e dos territórios.

3.2. ESPAÇO DE SOCIAÇÃO: REDES COMO MANIFESTAÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIOESPACIAL URBANA

O conceito de rede tem o potencial de alterar nossa perspectiva sobre as relações socioespaciais e, portanto, podem nos ajudar a preencher uma lacuna teórica na teoria da reificação do espaço social para abordar nossa questão sobre a articulação de diferentes expressões da segregação.

Modelos visualmente impressionantes que o campo da Análise de Redes contemporânea produz com a ajuda de ferramentas digitais e análises de características de redes a partir de milhares de nós e milhões de interconexões podem dar a entender que esta é uma abordagem recente, dependente da capacidade computacional exponencial desenvolvida nas últimas décadas. Nada mais distante da realidade, a

análise de redes é uma abordagem de investigação vasta e antiga nas ciências como um todo. Consequentemente, o conceito de rede também é uma ideia antiga e amplamente operacionalizado em diferentes áreas do conhecimento, atravessando o conhecimento da física à filosofia, com sua sementes remontando, de certa forma, ao pensamento de Leibniz na formulação da analysis situs no século XVII, abordagem que hoje é entendido como parte do ramo da topologia na matemática.

De forma mais direta, o conceito de rede atual remonta ao século XVIII, à obra do matemático suíço Leonhard Euler, pioneiro na utilização de grafos como ferramenta analítica na matemática[37]; e de forma mais oficial, remonta à década de 1930, com a publicação por Dénes König do livro que consagra a teoria dos grafos como um ramo específico da matemática[38], coligindo em um campo de investigação todo desenvolvimento em torno das propriedades matemáticas dos grafos desde Euler. Essencialmente, o conceito muito simples de grafo – um conjunto de vértices (nós) e linhas de conexão entre eles (vínculos) – ainda representa a definição mais fundamental do que entendemos por rede. Eventualmente, conforme problemas complexos da realidade foram modelados matematicamente como grafos (ou redes), a topologia desses elementos ganhou proeminência, estimulando a busca pelos princípios matemáticos que regem as possibilidades de constituição dos grafos, i.e., regras que governam a formação de vínculos em uma rede. Foi a investigação das propriedades matemáticas grafos, retroalimentada pelo desenvolvimento paralelo da topologia como ramo da matemática, que se desenvolveu ao longo do século XX no que hoje conhecemos como o campo geral da Análise de Redes (BARABÁSI, 2009).

A compilação de conhecimento sistematizado em conceitos, princípios, métodos e medidas relacionados às propriedades matemáticas das redes, assim como a aplicação desse conhecimento como ferramenta analítica nas ciências em geral, não transformou a concepção de que as redes são fundamentalmente vértices e vínculos entre eles. Nesse sentido, essa concepção fundamental de rede não diz respeito propriamente aos objetos conectados ou ao conjunto formado por objetos conectados, mas ao sistema de relações,

---

[37] Euler famosamente se utilizou de grafos (que ainda não eram nomeados como grafos então), iniciando uma exploração topológica dessas entidades matemáticas, no artigo em que explorou o problema matemático das sete pontes de Königsberg e verificou matematicamente a impossibilidade de atravessar as sete pontes sem repetir pelo menos a travessia de uma delas (BARABÁSI, 2009).

[38] *Theorie de endlichen und unendlichen Graphen* (em tradução livre: *Teoria dos grafos finitos e infinitos*), foi publicado na Alemanha em 1936.

tal como evoca a imagem de uma rede de autores conectados entre si via citações: as redes “são linhas conectadas e não superfícies (...) e se expandem tanto no tempo como no espaço, sem preencher o tempo e o espaço” (STENGERS, 1983 apud LATOUR, 1991 apud HAESBAERT, 2019, p. 283).

O ganho mais importante do conceito de rede é precisamente a conectividade como dimensão relevante de uma sistema e o consequente destaque para a objetividade das relações, em par com o valor de objetividade atribuído aos atributos e coisas em si que participam, por meio de relações, de um sistema, uma entidade que se torna particularmente "concreta" em sua possibilidade de representação objetiva através de modelos em forma de rede.

Isso produz uma importante inflexão nas ciências, com implicações metodológicas e teóricas no que diz respeito à natureza dos dados empiricamente observáveis – especialmente nas ciências sociais. As representações de relações a partir da modelagem de grafos e o conhecimento matemático produzido sobre tais representações enquanto entidades matemáticas abstratas possibilitaram um inédito grau de objetividade metodológica em torno de dados relacionais, entendidos em contraste com os dados de atributos. Dados relacionais dizem respeito às relações entre elementos e às informações sobre essas relações. São dados que dizem respeito a sistemas de elementos em relação e que não podem ser reduzidos às propriedades dos elementos conectados em si. Dados de atributos, por sua vez, são aqueles com os quais o pensamento substancial tradicional está acostumado, e se referem às qualidades, propriedades ou ação de elementos independentemente das suas relações, como por exemplo: da óbvia descrição (tamanho, cor, composição) até a sua ação (atitudes, crenças, comportamentos). Esses atributos podem ser transformados pelas relações, ou podem até mesmo se constituir como o envolvimento individual de um elemento em muitas ou poucas relações, mas, ainda assim, são informações atribuídas aos elementos, que podem ser descritas e caracterizadas por variáveis (como pela variável "número de relações") (EMIRBAYER, 1997, SCOTT, 2000).

Nas ciências sociais, a possibilidade metodológica de modelar de forma objetiva a configuração da abstração supraindividual do ambiente, sistema ou estrutura social em que os indivíduos participam engendrou agendas de pesquisa principalmente no âmbito

da psicologia social e cognitiva de matriz gestaltiana[39], da antropologia social e das ciências sociais, notadamente a partir dos anos 1930. Scott (2000) sintetiza uma genealogia de marcos nas ciências humanas de caráter estruturalista[40] (estadunidenses, é preciso ressalvar) que, principalmente a partir dos anos 1950, recebem a injeção teórica e metodológica matemática da teoria dos grafos, e, a partir dos anos 1960, desenvolvem avanços metodológicos exponenciais, principalmente a partir da sociologia matemática de Harrison White, e desaguam no campo da Análise de Redes Sociais como um campo de atuação de "analistas estruturais matematicamente orientados, interessados na modelagem de estruturas sociais de todos os tipos" (SCOTT, 2000, p. 33).

O aspecto mais importante desse desenvolvimento da análise de redes nas ciências sociais, observa Scott (2000), é que tais análises não implicam necessariamente em uma filiação ou abordagem teórica específica, mas apenas em uma unidade

[39] Trata-se de mais um desenvolvimento no campo das ciências sociais estadunidenses produzido pelo encontro de cientistas e intelectuais em fuga do regime nazista na Alemanha. Psicólogos que se subscreviam à abordagem da Gestalt foram os pioneiros em análises de redes nos EUA.

[40] No início do século XX tanto noções diversas da ideia de estrutura (e de estruturalismo como ênfase na determinação social desta), quanto a ideia de que configurações de agregados sociais em uma pequena escala, de relações interpessoais, e em grande escala, de sociedade, são relacionados e estruturalmente relevantes para entender a vida social dos indivíduos (tema que é particularmente bem representado pela distinção entre forma e conteúdo das interações sociais na sociologia formal de Simmel) já eram amplamente divulgadas. No entanto, a representação diagramática de dessas ideias em um "sociograma" de relações sociais foi uma inovação do psicólogo social Jacob Moreno, em 1933. Sua intenção era tentar mapear a estrutura do que entendia como configurações sociais para entender a partir dessa estrutura (no sentido de forma da psicologia gestaltiana) dinâmicas de comunicação e comportamento de grupo. Kurt Lewin, outro psicólogo social alemão, no mesmo período, elaborou sua pioneira teoria dos campos, espaços sociais constituídos por indivíduos relacionados interagentes, que os percebem como contexto de ação em que estão situados. Lewin propôs que estes espaços sociais poderiam ser diagramáticamente representados como sociogramas, cujas propriedades estruturais poderiam ser matematicamente analisadas com o auxílio da topologia e da teoria dos conjuntos. Paralelamente, também a partir de 1930, programas de antropologia social em Harvard (EUA) e Manchester (Inglaterra) desenvolveram as ideias do funcionalismo estruturalista de Radcliffe-Brown, progressivamente objetificando "metáforas têxteis" de estrutura social - que pretendiam indicar tanto a "teia" de relações da vida social para além das relações formais econômicas e políticas, como a "tessitura", enfatizando padrões de organização de tais relações - sob a metáfora mais específica de rede social. A partir da ideia de representação de tal rede social, a "textura" e a "densidade" das redes foram investigadas (p. ex., identificando clusters, blocos, cliques), tentando identificar em seus padrões configuracionais subgrupos determinados por relações sociais formais e informais de integração e de poder, assim como a forma como uma sociedade se estrutura e se transforma a partir de tais subgrupos de relacionamento (SCOTT, 2000). Apenas a partir década de 1950 tanto o ramo de investigações sociométricas na psicologia social como o ramo funcionalista estruturalista da antropologia social anglófona recebem a injeção metodológica do campo da teoria dos grafos, com a publicação americana da teoria dos grafos de König (20 anos depois de sua publicação alemã original), notadamente a partir do trabalho de síntese dessa tradição de pesquisa em psicologia social por Cartwright e Harary, e por Homans, na antropologia estadunidense, e Mitchell, na antropologia inglesa. E ao longo dos anos 1960/70, no contexto da Universidade de Harvard, notadamente a partir da atuação de Harrison White, o desenvolvimento metodológico matemático se desenvolve exponencialmente e diversos trabalho consolidam o campo da Análise de Redes Sociais como um campo de atuação de "analistas estruturais matematicamente orientados, interessados na modelagem de estruturas sociais de todos os tipos" (SCOTT, 2000, p. 33).

metodológica. Muito embora seja evidente que o conceito de rede enfatiza as concepções de estrutura social e de inserção/situação (embeddedness) do indivíduo e da agência em uma estrutura, ele não determina nenhuma abordagem estruturalista específica, e tampouco ele exclui a agência, a interação e a concepção de emergência dos fenômenos sociais. Mais precisamente, a implicação do conceito de redes nas ciências sociais é na objetividade das relações, na avaliação empírica de dados relacionais e, portanto, das relações enquanto objeto de pesquisa. Trata-se de um conceito que reverbera em novas posições ontológicas e epistemológicas na sociologia – ele indica algo sobre a natureza da realidade e sobre a possibilidade de conhecê-la - e por isso resulta na abertura de novas searas metodológicas para compreender a realidade social.

A ideia de rede contribui para uma transformação paradigmática nas ciências sociais. Levar em consideração as relações como fatores objetivos e relevantes transforma o cerne da compreensão dos fenômenos sociais. Isso é válido tanto para os fenômenos supraindividuais sistêmicos que emergem da sociação e agem retroativamente sobre os indivíduos e suas ações, como também para os fenômenos da interação, da agência e da subjetividade. Levar em consideração as relações como unidades de análise objetiva implica em desfazer (ou questionar) a unidade substancial dos elementos em relação, em negar monadismo em nome da compreensão de elementos como nós de múltiplas relações, que se definem em função destas, abandonando a noção de inter-agentes para assumir propriamente a noção de interagentes (EMIRBAYER, 1997). Efetivamente, como argumenta Emirbayer (1997, p.282):

> the key question confronting sociologists in the present day is not "material versus ideal", "structure versus agency", "individual versus society", or any of the other dualisms so often noted; rather it is the choice between substantialism and relationalism

Embora o conceito de redes induza posições ontológicas e epistemológicas relacionais, perspectivas sociológicas relacionais, no entanto, não necessariamente dependem do conceito de redes. A sociologia relacional de Bourdieu, por exemplo, nos proporciona uma visão relacional da realidade social que não é construída sobre a ideia

de redes, mas de uma topologia do espaço social como método interpretativo da subjetividade, das práticas sociais, das interações materiais e simbólicas, da cultura e mesmo, como vimos, do espaço físico como estruturas estruturadas e estruturantes do espaço de posições e relações sociais. No entanto, argumentamos que a teoria bourdieusiana se beneficia, sim, da incorporação do conceito de rede social, especialmente para abordar a problemática da segregação urbana tal como a concebemos: a restrição à interação no espaço social, que se manifesta em limites articulados em múltiplas dimensões do mundo social e necessariamente dotados de diferentes espacialidades.

Há duas justificativas para explorar essa conciliação. Em primeiro lugar, a literatura aponta para dois aspectos importantes e relacionados entre si. Há uma relação entre segregação residencial e redes sociais - ou mais especificamente: características das redes sociais (ou localização nas redes) e capacidade de formação de redes dos indivíduos. Pesquisas centradas nas estruturas de vínculos sociais, sejam elas centradas no conceito de redes empíricas e/ou de capital social, mostram que estas influenciam significativamente acessos a recursos, configurando-se tanto como condições de reprodução da exclusão social quanto de integração, troca, conversão e acúmulo de recursos das elites (e.g., MARQUES, 2010; ATKINSON; HO, 2020; KLUGER, 2017). Por outro lado, a discussão sobre a espacialidade das redes sociais traz à tona o fato de que o espaço, as localizações, a capacidade de mobilidade, são todos fatores de influência na configuração destas (HAESBAERT, 2004; MARQUES, 2010; NETTO, 2015). Essa relação entre espaço e rede aponta para uma relação recursiva entre eles que sugere que uma estrutura de sociação parece interferir na dialética entre espaço social e espaço físico. Considerar esse fator nos ajudará a compreender melhor como a continuidade do espaço social se manifesta em um espaço físico fragmentado, ou seja, a sua continuidade topológica. O que nos encaminha para o segundo ponto.

Em segundo lugar, a literatura observa que a capacidade de formação de redes ou determinadas posições estruturais em redes se constituem em recursos valiosos para a acumulação de outros recursos. Igualmente, outros recursos podem ser convertidos em formação de redes sociais ou em determinadas posições estruturais mais vantajosas em redes. Ou seja, a noção de capital social - que não necessariamente é mobilizada a partir da ideia de rede, como é o caso em Bourdieu - pode ser melhor especificada a partir do

conceito de redes sociais, sugerindo que existem "lucros de rede", da mesma forma que existem "lucros do espaço", e que um espaço de sociação pode se constituir em uma ferramenta analítica bastante útil. O espaço de sociação deve é mais um espaço de tradução do espaço social que, ao ser levado em consideração, permite uma compreensão mais apurada da manutenção topológica do espaço social em outras dimensões da realidade social - i.e., o espaço simbólico e o espaço físico - e que também opera como estrutura estruturada e estruturante sobre estes espaços e sobre o próprio espaço social.

Comecemos, portanto, com uma reflexão inicial sobre redes sociais no espaço urbano segregado para, em seguida, explorar em mais detalhes a relação entre redes e segregação socioespacial. Para Marques (2012, p. 962-963, grifos nossos):

> Networks are *supra-individual patterns of connections formed by several types of tie*, undergoing constant change, and come about for several different reasons (and sometimes for no reason at all). *They include material, immaterial, formal, informal, real, imagined (sometimes also imaginary) relationships*, regardless of the intentions or knowledge of the persons embedded within them (Emirbayer, 1997; Tilly, 2005). In some situations, *networks might become assets*, as part of the social capital literature suggests (Moser, 1998), but they are much more than this (Blokland and Savage, 2008). *They are part of the individuals' lives, produced in all social interactions, created and transformed by daily sociability and activities throughout their life trajectorie*s. Consequently, both *social conditions and networks are produced concomitantly and the causality between them is bi-univocal.* [...] the social networks constructed by *the sociability of individuals influence their capacity to access the material and immaterial goods* and services that are important to their living conditions. They may also help to *bridge the territorial isolation present in segregation patterns*. It has already been established that *urban segregation reduces individuals' access* to opportunities, helping to reproduce poverty conditions. It is also relatively established that *networks help to integrate individuals* and, therefore, promote better social situations. But we do not know yet if social networks help to bridge the social isolation caused by urban segregation and, if they do, in what conditions these effects happen.

Embora Marques (2012) observe que ainda há dúvidas sobre o efeitos de mitigação de redes sobre a segregação residencial, há muito tempo teorizações sobre sociabilidade nas cidades ponderam e colocam em questão os efeitos sociais de relações espaciais de proximidade, tensionando em algum nível o modelo da divisão da cidade em áreas sociais. Análises tão antigas quanto a de Tönnies sobre a transição da *Gemeinschaft* para a *Gesellschaft* como modelos de associação, no final do século XIX,

já percebiam uma espécie de perda do nexo espaço-comunidade nesse processo[41]. Simmel (2013), analisando as cidades modernas, também na virada para o século XX, observou como traços da sociabilidade urbana a prevalência de laços fracos e efêmeros, menos determinados e constrangidos pela aproximação comunitária territorial e cultural normativa tradicional e mais por interesses individuais, autoexpressivos, libertos de tais amarras, mas também desprovidos delas. As consequentes "personalidades esquizoides", forjadas pela dualidade da relação de pertencimento a múltiplos círculos de interação social que se sobrepõem e se atravessam nas metrópoles também eram observações que colocam em cheque a importância da proximidade espacial como elemento determinante de vinculação. Na década de 1940, Festinger et al (1970) publicaram o influente estudo em psicologia social baseado em uma abordagem microecológica e sociométrica e popularizaram a ideia de propinquidade espacial nos estudos urbanos. Mas os próprios autores também admitiram que os efeitos de propinquidade espacial só eram comprováveis em um cenário de homogeneidade social e que, em um contexto de heterogeneidade social, estratégias de evitação poderiam realizar até mesmo um efeito contrário. Na mesma linha de observar a determinação da sociação pelo espaço, o urbanista Melvin Webber (1963), na década de 1960, enfatizou que a revolução das tecnologias de mobilidade e comunicação iria expandir a sociedade e o espaço urbano de modo a induzir relações progressivamente independentes da cidade, e cunhou a ideia de "comunidade sem propinquidade". Nos anos 1990, Calhoun (1998) continuou enfatizando o avanço do fenômeno de "comunidades sem propinquidade" e as transformações das tecnologias de mobilidade na esfera pública urbana. E Talja Blokland e Mike Savage (2008) observaram empiricamente em seus estudos sobre capital social nas cidades, na obra *Social Capital and Networked Urbanism*, que contiguidade espacial não se traduz em conexões sociais e sentimentos de comunidade mais significativos.

[41] Tönnies (apud HAESBAERT, 2004, p.216-218) concebia a *Gemeinschaft* [comunidade] como um modelo de associação construído a partir das relações orgânicas, cuja "fundação de unidade [é] em primeiro lugar, a proximidade das relações e mistura de sangue, em segundo a proximidade física e finalmente – para os seres humanos - a proximidade intelectual", onde os indivíduos "mantêm-se essencialmente unidos apesar de todos os fatores disjuntivos". Já a *Gesellschaft* [sociedade] moderna, industrial, urbana, é concebida como um modelo de associação fundado sobre a estrutura "imaginária e mecânica" do Estado, sobre as relações contratuais, onde os indivíduos "mantêm-se essencialmente separados apesar de todos os fatores unificadores".

Wellman (2001, p.8) ao estudar a relação entre comunidades, vizinhanças e redes sociais, argumenta que, ao longo da modernidade, discursos apocalípticos em torno do fim da comunidade foram interpretações que falharam em escapar da ortodoxia conceitual e em observar a diminuição da importância da localização como fator determinante na formação de vínculos sociais. Empiricamente, "pesquisadores [encontram] comunidades prosperando onde quer que [procurem], embora nem sempre em vizinhanças". O autor observa que comunidades passaram a se configurar em redes ao invés de grupos territorialmente definidos, de modo que relações têm deixado vizinhanças, espaços públicos facilmente observáveis e se privatizado, organizadas por uma lógica de individualismo conectado. Por outro lado, o autor enfatiza que localizações ainda importam, apesar dos traumas da modernização, apontando que a proximidade física de vizinhança ainda influencia interações e relações, embora pesando sobre a menor parte das redes individuais nas cidades, e importam sobremaneira em situações de pobreza, que levam os indivíduos a investir mais significativamente em relações locais.

Em um estudo sobre redes, segregação e pobreza urbana no Brasil, Marques (2010) argumenta que redes sociais e espaço se constituem como instâncias de reprodução da exclusão social que, apesar de intrínsecas na realidade, precisam ser compreendidas separadamente para fins analíticos. O autor distingue entre segregação residencial como mecanismo de isolamento espacial, no sentido ecológico substancialista do termo, e localismo como mecanismo de isolamento em termos de padrões de vínculos sociais, que diz respeito à proporção de nós de uma dada rede egocentrada (a rede social de um indivíduo) que habitam o mesmo local do ego. Os dois processos socioespaciais, embora não determinem um ao outro, criam obstáculos diferentes no acesso a recursos que podem se retroalimentar, aumentando os efeitos de exclusão da segregação residencial, assim como a homofilia e a propinquidade espacial como efeitos de produção de redes socialmente homogêneas.

Se por um lado redes e proximidade espacial apresentam uma relação de retroalimentação em alguns casos, incitando o equívoco de concluir tal relação como necessária; por outro as redes sociais também se mostram como instâncias que desafiam a ideia de propinquidade espacial. Wellman (2001, p.13) denuncia que ainda há uma confusão conceitual entre comunidade e vizinhança que ocorre ao se enfatizar a

propinquidade em detrimento de redes de solidariedade na formação de comunidades, resultando justamente em uma hipertrofia da concepção do mosaico de áreas sociais insistindo em conceber "os bairros como microcosmos da cidade e a cidade como um agregado de bairros". Briggs (2001), por exemplo, embora encontre as associações entre segregação residencial e padrões de configuração de redes sociais, enfatiza que conexões com grupos/contextos socioespaciais heterogêneos (bridging ties) são chaves para o acesso a oportunidades de vida e mobilidade social. Na mesma linha, Marques (2010) identifica padrões muito distintos de redes entre indivíduos que habitam áreas segregadas de pobreza – configurações socioespacialmente heterogêneas eficientes em garantir mais acessos a recursos e configurações socioespacialmente restritas e isoladas que dificultam o acesso a recursos. Além disso, há evidências de que fatores como ciclo de vida e trajetórias individuais, assim como a natureza e a intensidade de relações sociais, afetam drasticamente a ancoragem espacial dos padrões de redes dos indivíduos (MARQUES, 2010; WELLMAN, 2001). E ainda, observações de padrões reticulares e espaciais residencia de camadas privilegiadas (MARQUES, 2010), confirmam que estratos sociais mais altos possuem padrões socioespaciais de rede mais eficiente, comprovando as leituras de diferentes analistas, como Bauman, Sassen, Castells e Urry, sobre as elites como um grupo que possui maior mobilidade e menor ancoragem espacial.

O fato de que padrões de rede se diferenciam por categorias sociais levanta uma contradição que devemos abordar. Por um lado, a epistemologia relacional subjacente à análise das redes sociais remonta à sociologia formal simmeliana e à sua noção de dualidade individual / forma social, isto é, que as estruturas de sociação são constituídas por sujeitos tanto quanto os sujeitos são constituídos por estruturas de sociação, de modo que o que entendemos como nossas propriedades sociais e identidades derivam de nossa posição única em redes sociais (GIUFFRE, 2013); mas, por outro lado, o fenômeno empiricamente observado da homofilia mostra que entidades semelhantes, i.e., com atributos categóricos comuns, apresentam maior probabilidade de formação de vínculos sociais relevantes (MCPHERSON et al, 2001). Essa aparente contradição entre padrões de rede explicados a priori por identidades e identidades explicadas pela posição/situação em redes suscita um incômodo tautológico que exige, como também

defende Marques (2010), a associação de abordagens relacionais e substancialistas no estudo da relação entre redes sociais e segregação.

A homofilia é um efeito observado como um princípio estrutural de redes sociais, mas não existe desvinculado de outros processos estruturais[42] que condicionam as interações, tampouco da agência dos indivíduos. A tendência à homofilia em uma rede, mensurada pelo grau de "assortatividade" entre nós, sempre é constatada a partir da avaliação de uma propriedade de semelhança entre nós teoricamente definida. Ao mesmo tempo, a identidade que permite tal definição de semelhança, entendida por uma perspectiva relacional de redes (em que, em última análise, qualquer ponto é completamente único enquanto nó específico de seu conjunto específico de vínculos), também não escapa aos efeitos estruturantes sobre a agência, que limitam, impõem e condicionam a formação de certos vínculos e de certa qualidade de vínculos[43] a indivíduos sujeitos às condições de existência semelhantes. O fato é que a relação dialética entre estrutura e agência demanda que tomemos como objeto a estruturação, o movimento de reprodução social estruturado e estruturante, evitando tomar princípios estruturais como propriedades matemáticas da realidade social, concebendo-os como fenômenos que possuem raiz em outro lugar que não a coleção de agências que possuem contextos históricos e deixam como heranças novas condições de ação.

Retomando a teoria bourdieusiana como compasso teórico, entendemos que a concepção de espaço social relacional não se contrapõe à base relacional da análise de redes sociais. Malgrado críticas de Bourdieu a essa abordagem, o seu uso eventual da ideia de redes - embora de modo que Marques (2010) classifica como metafórico ou descritivo - nos sugere uma oportunidade para superar tal dilema de origem entre homofilia e identidade.

Esse uso metafórico, em oposição ao uso metodológico, da noção de redes por Bourdieu (1980, p. 2, grifos do autor, tradução nossa) é exemplificado em uma de suas definições de capital social como

[42] A ideia de tendência à associação entre determinados nós não se separa de outras propriedades locais ou globais das redes.
[43] Não devemos esquecer que na formação de vínculos com outros, o conteúdo dessa relação - e.g., a direcionalidade, a multiplexidade - é tão relevante quanto a sua constatação objetiva.

> o agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de relações de interconhecimento e inter-reconhecimento; ou, em outros termos, ao *pertencimento a um grupo*, como uma união de agentes que não são apenas dotados de propriedades comuns (suscetíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por si próprios), mas também estão unidos por *vínculos* permanentes e úteis .

Elisa Klüger (2017), em sua própria articulação epistemológica em busca de conciliação entre a teoria do campo/habitus e a análise de redes sociais, demonstra como o uso do conceito de redes sociais não é incompatível com a noção de estrutura social bourdieusiana enquanto princípio teórico-metodológico. É possível conciliar as críticas que as tradições bourdieusiana e interacionista tecem uma contra a outra, curiosamente acusando-se mutuamente de reconceber formas particulares de homo oeconomicus a partir de simplificações da agência com base em diferentes nuances teóricas.

Bourdieu critica a premissa interacionista e o fato de que redes retratam padrões de vinculações às custas do esvaziamento das motivações, sentidos e historicidade da trama social que tentam representar, trama esta que só pode ser compreendida à luz das relações de força que estruturam relacionalmente o espaço social. O seu modelo estrutural do espaço social, graficamente representado a partir de análises geométricas de correspondências múltiplas seria a representação ideal da estrutura social, uma vez que expressa as polarizações sociais que constituem a topologia do espaço social e que não dependem de interações empíricas e fortuitas, mas as superam e as determinam, pois se conformam segundo a distribuição desigual geral de recursos. À luz do modelo bourdieusiano, tais interações e a agência seriam compreendidas no contexto de um tabuleiro social, dialeticamente relacionado e emaranhado nas subjetividades dos interagentes, mais amplo que as situações interacionais (KLÜGER, 2017).

Os interacionistas, como Becker e Pessin (2006), somando às acusações de neoestruturalismo à sociologia bourdieusiana, criticam-na por conceber, a partir do modelo campo/habitus, indivíduos como neoidiotas culturais que se comportam conforme posições sociais sujeitas a forças condicionantes de uma estrutura invisível, que circundam e possuem os agentes sociais, capaz de afastá-los e aproximá-los. Os autores argumentam que é necessário endereçar a dimensão supraindividual social enfatizando os contextos interacionais reais, levando em consideração o comportamento

observável e situado de agentes concretos e situados que desenvolvem suas ações como respostas às ações efetivas daqueles com quem interagem e ajustam seus comportamentos, ou seja, os seus contextos empíricos - para eles próprios e para o sociólogo - de relações (KLÜGER, 2017). Uma transposição geral da ideia de embeddedness da racionalidade econômica de Granovetter (1985) ilustra o que constituiria tal ponto médio ideal entre hipossocialização e hiperssocialização da ação em termos interacionistas.

Buscando elementos teóricos não sistematizados ao longo da obra de Bourdieu que permitam uma conciliação, Klüger busca em Bottero e Crossley (2011), a identificação de indícios de que a teoria bourdieusiana atribui, sim, importância a laços, redes e encontros, mas que falha em acrescentá-los como elementos estruturadores dos campos. Os estudos empíricos de Bourdieu sobre o campo artístico, por exemplo, levam em consideração na análise a centralidade dos cafés e ateliês como pontos de encontro que funcionam como espaços de interações concretas e de influência mútua na formação de convenções do campo, evidenciando que o autor não ignora os encontros e trocas concretas entre agentes concretos no processo de convergente de formação de estilos de vida e um habitus específico.

Klüger (2017) defende a coordenação das duas abordagens argumentando, por um lado, a necessidade de estudar vínculos empíricos em uma moldura estrutural objetiva, ou seja, a formação de vínculos posicionados no espaço social, concebendo redes de relações imersas em meio a propriedades sociais e não apenas como estruturas interacionais em si entre agentes indiferenciados, socialmente descontextualizados estruturalmente. Por outro lado, argumenta a necessidade de observar as composições e configurações de padrões de vínculos entre interagentes dotados de habitus relacionalmente delineados em redes de interações concretas, permitindo a consideração de como entroncamentos/contextos/estruturas interacionais também se configuram como fatores subjacentes às disposições práticas dos sujeitos observando a quem e a quê os indivíduos respondem, ajustam e potencialmente regulam suas práticas, disposições e habitus.

Em um exercício empírico, a autora demonstra a potencialidade de tal associação teórico-metodológica para iluminar, através da observação da efetivação de padrões de vínculos sociais, a efetivação da estrutura social relacional da teoria

bourdieusiana, tornando o espaço social menos abstrato através da premissa interacional de ênfase empírica nas estruturas de interação e nos agentes nele situados. Assim, Klüger torna operacionalizável em um quadro comum investigações sobre como a proximidade estrutural no espaço social pode se traduzir em padrões de configurações de redes sociais e vice-versa, endereçando o dilema de origem da homofilia/identidade pela tese do efeito de orquestração do habitus no estabelecimento de vínculos e de estruturas de vínculos, contextos e formas de sociação como mecanismos de aproximação e produção de indivíduos estruturalmente próximos. Eis que se tornam relevantes para uma análise de redes sociais bourdieusiana a detecção de posicionamento sociais próximos de indivíduos efetivamente conectados, procurando correspondências múltiplas entre padrões de redes ou posiçõ em em redes e composição e acúmulo de capitais; a análise de contextos, lugares e formas de sociação, como círculos, clubes, alianças, parcerias erótico-afetivas, como mecanismos de reunião de indivíduos estruturalmente próximos; a análise dos efeitos do capital social na estruturação dos campos e de impactos de afinidades de habitus em acessos a oportunidades; a análise de transformações de padrões de vínculo ao longo do ciclo de vida, iluminando se parâmetros ou estratégias de distinção e estreitamentos entre proximidades estruturais ocorrem com mudanças de papeis e contextos de socialização.

As conclusões a que chega Klüger (2017) vão ao encontro do que também defende Marques (2010): a abordagem de redes tem a capacidade de transformar a forma como representamos a estrutura social, concebendo um estruturalismo a posteriori, empírico, em oposição a um indutivismo estrutural. Torna-se viável superpor a uma estratificação por propriedades posicionais uma segunda estrutura reticular de relações, "construída e reconstruída pelas redes sociais", incorporando os contextos de sociabilidade dos indivíduos - que Bourdieu entende como microcosmos sociais situados no macrocosmo do espaço social e que o compõem, i.e., campos - concebendo que "as duas estruturas se conectam e se influenciam mutuamente de forma contínua" (MARQUES, 2010, p. 45, grifos nossos).

Devemos conceber as estruturas reticulares de vínculos à semelhança do status de mecanismo de re-produção social que possuem o espaço físico apropriado e o espaço simbólico: dimensões estruturadas e estruturantes em relação ao espaço social, um espaço de sociação em que o habitus é produzido, no qual navega e o qual produz de

forma prática. O espaço de sociação é uma representação analítica da tradução do espaço social sobre a concretude dos vínculos entre agentes e da soma destes como padrões de sociação e contextos de interação produzidos via mediação orquestral do habitus. Vínculos que devem ser sublinhados como canais de circulação de informação e matéria-prima do capital social, constituindo-se em objeto de disputa por constituírem-se como recursos e, portanto, como socialmente posicionais.

Se concebendo uma relação entre espaço de sociação e espaço social nos coloca em uma situação epistemologicamente confortável, superando o dilema de origem da homofilia/identidade, há ainda uma questão que demanda um esforço de compatibilização conceitual para que alcancemos a devida coerência teórica: a espacialidade das redes sociais.

Espaço e redes, como vimos, são ambos mecanismos de integração, separação e de posicionamento social, irredutíveis entre si, mas inegavelmente associados. Se uma longa tradição de estudos baseados na abordagem ecológica de áreas sociais enfatiza o papel do espaço como elemento de caracterização e formação de vínculos sociais, a tradição de estudos de redes sociais, por sua vez, desafiam as áreas sociais em seu âmago, enfatizando a sociação e minimizando efeitos como o da propinquidade espacial ou os efeitos de vizinhança. No entanto, não é devidamente enfatizado o fato de que as redes sociais são elementos de conexão espacial, muito embora inevitavelmente o sejam, dada a espacialidade inerente aos indivíduos vinculados e ao encontro necessário para a interação social (mesmo que este seja midiatizado, um encontro postergado via mídia é necessário). Esta dualidade espaço-sociação aponta para a inter-relação estruturante entre espaço físico apropriado e o espaço de sociação, indo além da gênese comum no espaço social e evidenciando-os como estruturas associadas no processo de re-produção social, e especialmente no processo de interdição à interação que caracteriza o processo multidimensional e multiescalar de segregação urbana. O espaço de sociação (tal como o espaço físico apropriado) é mais uma instância de mediação social entre um sistema objetivo - as redes em si, tal como o espaço físico está como sistema objetivo para o espaço social reificado - cuja configuração social possui gênese e efeitos na estrutura do espaço social e mantém inter-relação recursiva com outras dimensões em que o espaço social tenta manter sua topologia.

Não podemos presumir que a gênese comum no espaço social nos exime de compreender melhor a inter-relação específica entre espaço e redes sociais. Nesse sentido, não devemos ignorar o valor da resposta do campo da Geografia às hipóteses de desmaterialização, desespacialização ou desterritorialização das redes, ideias provenientes de uma hipertrofia inadequada desse conceito enquanto construto matemático aplicado às ciências sociais. A teoria dos territórios e da des-territorialização proposta por Rogério Haesbaert nos ajudará a compreender melhor o nexo entre o espaço social e seu conjunto inter-relacionado de dimensões estruturadas e estruturantes, i.e., o espaço simbólico, o espaço físico apropriado e o espaço de sociação. Entender territórios como agenciamentos de relações sociais de poder espacialmente mediadas é justamente o instrumento conceitual final para conceber como o espaço social, suas dimensões de re-produção e o habitus operam de forma integrada.

3.3. TERRITÓRIOS-REDE E TERRITORIALIZAÇÕES INTRAURBANAS: OPERADORES PRÁTICOS DA TRADUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NA CIDADE

Se Wellman (2001) argumentou contra discursos que profetizaram “o fim da comunidade”, Haesbaert (2019), encarando o surto pós-moderno em relação à hiperconexão global e compressão espaço-temporal da globalização na entrada do novo milênio, argumentou contra o discurso do “fim dos territórios”. Diante das redes de extensão global permitidas pelas tecnologias de mobilidade, principalmente das tecnologias de comunicação, diversos analistas reproduziam um “mito da desterritorialização”, chegando a propor uma desespacialização da sociedade. Em sua empreitada de desmistificação, Haesbaert (2019) realiza uma minuciosa análise sobre os diversos sentidos e pressupostos teóricos das diferentes operacionalizações do conceito de território, uma categoria fundamental da Geografia, mas que é afetado por uma caótica polissemia gerada pelo uso intenso e multidisciplinar, como, por exemplo, ocorre com o conceito de segregação. A partir da avaliação da multiplicidade de usos, de ideias fundamentais que atravessam esses diferentes usos, e da produtividade destas em esclarecer (ou obscurecer) diferentes nuances da relação sociedade-espaço, o autor nos oferece uma reorganização ontológica e epistemológica do conceito de território,

construindo uma concepção geográfica mais aderente à complexidade das relações de poder, mobilidade, articulações e desarticulações socioespaciais contemporâneas.

Recorremos ao seu pensamento justamente porque a sua proposta flexível e relacional de território nos permite mobilizar geograficamente a unidade multidimensional, multiescalar e descontínua de homogeneidade social exclusiva (em seu duplo sentido) no interior de cidades heterogêneas que entendemos ser o motor do processo de segregação urbana.

Em primeiro lugar, Haesbaert (2019) defende que território deve ser entendido como um conceito geográfico integrador, ou seja, que supere a miríade restritiva de leituras naturalistas, políticas, econômicas ou culturais da relação espaço-sociedade. Na esteira da integração, o conceito de território deve ser multidimensional, não deve se limitar a compreensões ontologicamente materialistas (i.e., território como substrato espacial) ou ontologicamente idealistas (i.e., território como representação intersubjetiva), argumentando que as duas dimensões são pólos do continuum da relação espaço-sociedade que se articulam e podem ser mais ou menos expressivos em um ou outro pólo.

Em segundo lugar, o autor defende uma concepção relacional de território. É necessário superar a posição ontológica do espaço absoluto, estática, dos fixos e da estabilidade que eles sugerem à primeira vista, em nome da capacidade de lidar com a natureza relacional da dimensão temporal do espaço-tempo, dos fluxos e da mobilidade na articulação dos fixos. O território não é uma entidade substancialista, um objeto espacial material, mas uma entidade social-histórica, uma relação socioespacial.

Em terceiro lugar, como entidade socio-histórica, deve-se conceber o caráter processual de território enquanto resultado de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização contínuos (des-territorialização, portanto). Haesbaert (2019) dialoga com a filosofia de Deleuze e Guattari, observando que um território é um agenciamento com prevalência de movimentos centrípetos - enquanto a desterritorialização é o resultado da prevalência de movimentos centrífugos em um agenciamento - e efetivamente "geografiza" as metáforas espaciais dos filósofos franceses, operacionalizando seus conceitos em ferramentas teóricas úteis para a análise da relação espaço-sociedade contemporânea.

Por fim, em termos epistemológicos, Haesbaert (2019) advoga contra tomar o território apenas como artifício analítico (como um conceito em si, diante da realidade), negando a realidade do fenômeno enquanto agenciamento socioespacial. O autor enfatiza que, embora essencialmente uma relação, territórios possuem, sim, existência objetiva enquanto tal. Tal reconstituição ontológica e epistemológica do termo nos oferece um conceito com muito mais aderência à complexidade das formas e dimensões de divisões socioespaciais que ensejam questões sobre a segregação urbana.

A partir de uma base de compreensão multidimensional, integradora, relacional, processual e objetiva, Haesbaert (2019, p. 93) define território como uma "mediação espacial do poder que resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder". Ou seja, o território é a expressão de agenciamentos ao longo de um continuum que vai do polo biofísico, concreto, material, funcional, da dominação político-econômica ao polo semiológico, (inter)subjetivo, simbólico, discursivo, da apropriação cultural do espaço, dimensões da existência social que não são de modo algum dicotômicas, mas sempre articuladas de alguma forma. O processo de territorialização, portanto, significa "criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo 'poder' sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de 'dominação' e de 'apropriação' ao mesmo tempo" (ibid, p. 97).

Uma vez que não existem agentes desespacializados e desafetados de relações sociais, não existem agentes alheios a relações de poder - pois o poder se constitui nas próprias relações – e também não existem, consequentemente, agentes (sejam indivíduos, grupos ou instituições) sem território. As relações de poder sempre se manifestam como relações de dominação ou apropriação do espaço, em um contínuo processo de des-territorialização de agentes e espaços. Essa "necessidade territorial" se desdobra na "multiescalaridade e multidimensionalidade dos processos de des-territorialização", escalas e dimensões associadas "antes de mais nada, aos sujeitos que os promovem, seja um indivíduo, um grupo ou classe social, ou ainda uma instituição", produzindo a complexa organização territorial da sociedade como "a conjunção desses múltiplos sujeitos territorializantes e territorilizados, sendo imprescindível considerar a especificidade das ações de cada um deles" (ibid., p. 340-341). Os processos de territorialização, portanto, dizem respeito à agência dos

agentes, às suas escalas e dimensões (social e espacial) de atuação associadas às suas "experiências integradas de espaço", ou seja, "integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço" (ibid., p. 341).

Este é um ponto crucial para o nosso quadro analítico e é relevante colocar as ideias de Haesbaert em diálogo com o instrumental que construímos até agora: o processo prático de reificação do espaço social ocorre como um processo de agência multiescalar e multidimensional em que os agentes agem orquestrados pelo mecanismo estruturante estruturado do habitus como princípio integrador das dimensões da vida social em um conjunto espacialmente mediado: um território.

Enquanto agenciamentos em que prevalecem forças centrípetas territorializantes sobre forças centrífugas desterritorializantes, os territórios também envolvem o agenciamento do tempo, do movimento, dos fluxos e dos ritmos de corpos, coisas, a repetição de conexões. Haesbaert (2019) argumenta que territórios sempre se constituíram através da mobilidade e de lógicas reticulares de conexão entre espaços, porém, uma falsa dicotomia rede/territórios se desenhou na imaginação geográfica em torno das ordenações socioespaciais contemporâneas como fruto da intensidade com que a lógica territorial reticular se manifesta nestas. Uma vez que territórios se constituem a partir do agenciamento multidimensional e multiescalar de agentes de modo a constituir suas experiências integradas de espaço (e consequentemente de tempo), a compressão espaço-temporal produzida pela hiperconexão social põe em relevo a mobilidade e reticularidade em seu caráter de forças de des-territorialização disruptivas. Diante de concepções e experiências de espaço tradicionalmente ancoradas em uma lógica territorial zonal, as tecnologias de mobilidade e redes supralocais produzem territorializações e desterritorializações via fluxos e interações - e temporalidades - inéditas. A homogeneidade e estabilidade associadas à lógica territorial zonal anterior à sociedade hiperconectada e hipermóvel contemporânea mascaravam a importância da temporalidade - medida e percebida (e produzida, portanto) também pelo movimento - e das redes - que estruturam tais fluxos, que, por sua vez, tornam concretos os ritmos como indícios da temporalidade - como elementos territoriais que sempre se conjugam à superfície espacial, antes elemento prevalente na percepção, compreensão e prática espacial de uma lógica territorial zonal.

Se por um lado o autor argumenta contra a ortodoxia da lógica territorial zonal, que ignora a dimensão reticular e a natureza temporal da relação espaço-sociedade; por outro lado, ele faz coro às críticas, como as de Bernard Poche (1996, p. 59 apud HAESBAERT, 2019, p. 292), direcionadas à uma dessubstancialização do conceito de rede, concebendo redes como “não-lugares” e “não-tempos”, ideias fundadas “tanto sobre o fantasma da instantaneidade quanto da ubiquidade”. Haesbaert (2019) entende que se trata de um equívoco epistemológico que contribui para a dicotomia rede/território e dificulta sobremaneira o entendimento das redes como elementos de articulação espacial e territorial.

O autor esclarece a relação entre redes e espaço explicando que "a rede é um dos modos de organização presente em todo território que, enquanto espaço social, pode ou não estar centralizado neste modo de estruturação" (ibid., p. 291-292). Por outro lado, "quanto à 'territorialidade' das redes ou, num sentido coerente com o raciocínio mais simplista aqui citado, sua materialidade, elas também devem ser vistas, sempre, 'mais ou menos territorializadas'". Embora possa ser analiticamente necessário distinguir entre redes materiais e redes imateriais ou mesmo redes sociais, “a verdade é que nunca iremos encontrar, a não ser num nível metafórico, redes completamente 'desterritorializadas' no sentido de sua total imaterialidade”. Portanto, embora o próprio autor também mobilize o conceito de rede de modo metafórico ou descritivo - no sentido que Marques (2010) distingue de um modo metodológico - referindo-se a diversos tipos e escalas de rede, ele esclarece que redes sociais, como qualquer tipo de rede, possuem materialidade, e, portanto, espacialidade, em seus pontos e vínculos. Nesse sentido, a necessária materialidade das redes sociais impõe às conexões sociais a função de articulações espaciais, elas também conectam espaços; por outro lado, a necessária mediação social do espaço impõe às conexões espaciais a função de articulações de rede, elas também conectam agentes. Reforça-se a nossa defesa da inter-relação entre espaço de sociação e espaço físico apropriado, conexões sociais são conexões espaciais e vice-versa, mas mais que apenas conectar espaços e agentes, conexões sociais ordenam agentes e espaços territorialmente.

As redes, portanto, literalmente, não se desvinculam do espaço socialmente produzido - e de modo algum o eliminam ou mesmo o minimizam como enquanto dimensão fundamental da realidade social. O conceito de redes apenas tensionam a ideia

de produção social do espaço ontologicamente e epistemologicamente ao tensionar a lógica territorial zonal de ordenação socioespacial tradicional, daí a frequente necessidade de distinguir analiticamente espaço e rede. Mas as lógicas territoriais zonal e reticular não são mutuamente exclusivas, se assim parecem teoricamente, é apenas porque são tipos ideais de articulação territorial que, na realidade, estão associadas.

Zonas se articulam em rede via dutos de circulação, conectando-se, ensejando a noção de territórios-rede e a importância da mobilidade como recurso de poder. Citando as reflexões de Lopes de Souza (1995 apud HAESBAERT, 2019), o autor defende que a ideia de território-rede é uma ponte conceitual que reúne a contiguidade espacial do território zonal e a descontinuidade das redes, formando territórios descontínuos articulados em rede. Portanto, as relações de poder espacialmente mediadas - elas próprias também articuladas em redes de interação afetadas pela mobilidade e pela midiatização - criam espacialidades complexas, limites nebulosos, descontinuidades, fragmentações, superposições que agenciam lugares e conexões em uma dialética de fechamento/abertura na organização territorial em que o controle do acesso se dá tanto pela vigilância das fronteiras quanto do movimento articulado de seus agentes entre pontos, destacando a mobilidade como um recurso de poder.

Aqui destaca-se um segundo ponto importante de construção do nosso instrumental teórico: as conexões sociais integram territorialmente os espaços, sendo em si mesmas elementos territorializantes, de dominação e apropriação do espaço, portanto de reificação do espaço social. Mas, mais especificamente, a mobilidade e estruturas de vínculos sociais diferenciais são recursos de poder também – para além do capital social e suas redes de informação e da mobilidade como condição de presença para o acesso – por atuarem articulando socioespacialmente, pela mediação do habitus, circuitos de habitats em um conjunto de experiência urbana socialmente homogênea territorialmente integrado, mesmo que espacialmente descontínuo, fragmentário, temporalmente modulado ou até mesmo co-ocupado de forma heterogênea, mas raramente heterogeneamente coabitado.

A teoria haesbaertiana do território consegue conceber a fluidez social e temporal do/no espaço urbano e a objetividade do seu ordenamento em territórios distintos numa amálgama complexa de agenciamentos socioespaciais. Haesbaert (2019) tenta sintetizar em categorias a multiplicidade de formas de territorialização,

elencando-as, por exemplo, em territorializações fechadas, territorializações tradicionais, territorializações flexíveis e territorializações múltiplas/multiterritoriais. Essas tipologias destacam padrões de mediação espacial de relações de poder que crescem em complexidade conforme as dimensões do continuum material-simbólico de territorialização, intensidade de conexões e fluxos, temporalidades e ritmos, e escalas espaciais e sociais ganham importância como fatores analisados. Assim, territórios podem ser zonais, incorporando uma área contínua, ou reticulares, articulando áreas descontínuas; podem se justapor em um mosaico, tanto quanto podem se sobrepor em camadas ou embutir-se uns nos outros, apresentando intermitências, alternâncias ou coexisitindo simultaneamente no espaço com base em limites imateriais de separação; podem possuir alta ou baixa intensidade na paisagem, possuindo indícios materiais mais ou menos visíveis no espaço; podem ser mais ou menos efêmeros ou liminares; podem sustentar-se mais fortemente em poderes políticos institucionais, econômicos e funcionais – como um território municipal – ou em poderes simbólicos e apropriações que operam tacitamente, mas pesam igualmente sobre a sociabilidade e o acesso – tal como o território dos moradores de rua em um ponto turístico e o território lúdico dos consumidores no mesmo espaço.

A pluralidade de formas territoriais nos permite contrastar a metáfora da cidade como um mosaico como modelo de ordenação sócio-espacial do espaço urbano com a metáfora da cidade como um acrílico derramado. Trata-se de uma imagem mais aderente à arquitetura complexa e capilarizada de limites e fraturas físicas e/ou simbólicas (lembremos que os muros dos prédios enclausurados são pichados nas faces que dão pra rua), e à flexibilidade que essa arquitetura exige de conceitos como território, limite, fronteira, identidade, lugar e não-lugar, como registra António Arantes (1994) em sua flanêrie sociológica por São Paulo. A desordem que tal imagem incita, no entanto, é ordenada por uma mecânica de divisão socioespacial da cidade: basta que nos permitamos olhar como expressões de um mesmo processo tanto a segregação residencial stricto sensu da cidade em áreas sociais internamente homogêneas e externamente heterogêneas, como as separações socioespaciais locais de baixa intensidade na paisagem, mais sensíveis ao tempo, aos fluxos e aos signos. As distâncias sociais se mantêm, embora as diferenças pareçam se derramar, se espalhar e se misturar no espaço. A estruturação do espaço social em categorias sociológicas de

diferença se reproduz de forma fractal à medida que entram em jogo escalas geográficas cada vez mais locais e práticas cada vez mais individuais e cotidianas como unidades de observação. Por essa razão, categorias como classe socioeconômica permanecem relevantes mesmo quando domicílios e indivíduos se encontram lado a lado. O processo de diferenciação social - e de segregação, quando esta tenta se reproduzir interditando a interação - nunca se separa do processo gêmeo de territorialização enquanto expressão espacial da divisão do mundo em unidades identitárias de pertencimento e não pertencimento.

Os processos de territorialização são úteis para nomear esse ordenamento fluido e complexo do espaço, do tempo, dos fluxos, das coisas, das pessoas e da experiência da/na cidade. Torna-se possível uma melhor descrição das partes do todo, uma vez que elas se tornam legíveis/visíveis. Mas também é preciso compreender como os processos de des-territorialização se desdobram, tentando encontrar uma gramática generativa desse acrílico derramado, explicando por que e como ocorrem. A clareza geográfica do conceito haesbaertiano de território nos permitiu inserir a engrenagem final do nosso instrumental teórico para interpretação da segregação urbana. Ele permite articular analiticamente a ideia de tradução integrada da topologia do espaço social em formas espaciais, simbólicas e de sociação, tendo como referente o agenciamento de práticas socioespaciais que resulta em uma experiência de cidade integrada de agentes e que é passível de objetivação sociológica: o território intra-urbano.

3.4. SÍNTESE: ENUNCIANDO UMA QUESTÃO DE PESQUISA

Com peças conceituais no seu devido lugar, cumpre colocar nosso instrumental teórico diante do nosso estudo de caso.

A teoria social de Bourdieu se fundamenta na leitura de que a existência social se manifesta segundo uma lógica dialética de tradução/escrita prática do sistema relacional de posições sociais estruturado em oposições em torno de recursos de poder assimétricamente distribuídos. Bourdieu esmiúça em detalhes sua tese da relação entre a estrutura social e a estrutura simbólica da cultura, mas esta relação se estende à totalidade da realidade social e deve ser analiticamente investigado em suas outras dimensões inter-relacionadas, como o espaço físico socialmente apropriado ou as

estruturas de redes que concebemos com o espaço de sociação. Nosso quadro analítico de interpretação desses espaços estruturados de forma integrada a partir da topologia do espaço social tem como elemento fundamental o conceito de território haesbartiano.

Territórios intra-urbanos, nesse sentido, são entendidos aqui como fenômenos relacionais objetivos que se constituem em conjuntos integrados de experiência socioespacial nas cidades a partir de práticas socioespaciais. A integração desse conjunto se dá através do mecanismo estruturado e estruturante do habitus, que opera como um princípio de orquestração territorial de indivíduos socialmente próximos no espaço social, agrupados em categorias de classe ou fração de classe. Os territórios são o resultado empírico de processos de territorialização, agenciamentos que levam a cabo a reificação do espaço social através da dominação e apropriação prática do espaço físico. Independentemente das dimensões da existência social consideradas, das escalas espaciais de análise ou de agentes sociais envolvidos, os territórios são sempre relações sociais de diferença e de poder espacialmente mediadas - e tais relações encontram a sua gênese na topologia do espaço social, nas relações entre as suas posições, i.e., nas distâncias sociais.

A organização territorial da cidade como parte do processo de reificação do espaço social, portanto, se dá pela conjunção de processos de territorialização de múltiplos agentes, conforme agenciamentos complexos (i.e., multiescalares e multidimensionais) integram as diferentes dimensões de re-produção social em diferentes conjuntos integrados de experiência no espaço intra-urbano. Esse processo produz diferentes habitats no interior da cidade, concretizando uma distribuição geral, desigual e complexa em diferentes contextos socioespaciais (o que outrora sociólogos chamaram de milieus) de possibilidades de apropriação de recursos e dos meios de acesso a tais contextos. A coleção de territorializações intra-urbanas resulta em um ordenamento igualmente complexo de formas territoriais: de macroterritorializações de classes sociais que desenham com clareza a estrutura intra-urbana locacional das cidades até as capilares microterritorializações nos ambientes internos dos locais de encontro, definindo, por exemplo, lugares e papeis sociais, como elevadores de serviço, quartos de empregada, ou lados opostos de um balcão de atendimento.

O processo de segregação espacial como uma estratégia locacional das elites na escala intra-urbana, tal como observa Villaça (2017), pode ser entendida com uma maior

resolução sociológica através deste enquadramento teórico. Podemos conceber a segregação como um processo de territorialização que se dá, como revelou Villaça, a partir de uma lógica de otimização locacional da acessibilidade para ganho de tempo, recurso irreproduzível. Mais especificamente, podemos interpretar esse processo como um agenciamento prático em torno da distância-tempo, controlando e otimizando o acesso privilegiado a habitats e aos seus "lucros" – que são tão diversos quanto "a escola das crianças", serviços diversos ou a valorização simbólica de um belle adresse. São lugares e recursos que ganham só ganham significância à medida que oferecem vantagens posicionais – se se pode habitá-los – no espaço social. Devemos chegar ao mesmo resultado da segregação como principal força de estruturação do espaço intra-urbano, mas indo mais além de uma leitura relativamente utilitária em torno do cálculo hedônico em relação ao tempo, interpretando decisões locacionais residenciais enquanto práticas socioespaciais buscando responder à pergunta enganosamente simples: acessibilidade a quê importa, afinal, para que os indivíduos realizem seus cálculos de otimização de tempo?

As correlações da segregação individual ou nos espaços públicos e coletivos, escalas espaciais e dimensões da vida social em que fluxos, redes sociais e limites simbólicos se tornam mais salientes e, sua organização "caótica" e tensionam a visão de sobrevoo da macrossegregação residencial em vizinhanças, também são formas de tradução da topologia do espaço social e inscrevem limites na cidade que se articulam àqueles mais evidentes que dividem áreas sociais. São formas de territorialização espacial e temporalmente descontínuas, em que o agenciamento dos ritmos, movimentos, repetições, signos, interações e vínculos sociais operam de forma mais evidente a continuidade do espaço social entre os espaços de sociação, simbólico e físico. Esses espaços reproduzem em suas topografias, muito distintas entre si, mais ou menos mutáveis, a topologia do espaço social, concretizando a segregação fragmentária e capilarizada não só do espaço urbano, mas da vida social no espaço urbano. Assim, milieus descontínuos, formados tanto por redes de vínculos sociais (que se formam e se mantêm nos lugares, como na universidade), como por redes espaciais (que unem lugares de indivíduos, como a universidade ou um bar da moda), articulam-se territorialmente em conjuntos integrados de experiência urbana contínua, socialmente homogênea e homofílica (estruturada e estruturante). O acúmulo de capitais (recursos de

poder e chaves de habitação dos habitats), associado ao princípio prático do habitus, ordenam esse conjunto, correlacionando fatores como a escolha locacional de residência, educação, trabalho e lazer, os modos de habitar e de mobilidade, de formas de autoexpressão mais ou menos conspícua dos corpos e vestimentas, de vinculação a determinados círculos sociais e de circulação em determinados circuitos de lugares de socialização (habitats), de imaginários urbanos, de mapas mentais e valorativos da cidade, de pontos de referência e de navegação. Toda a organização socioespacial da vida urbana se associa a um sense of one's self e um sense of one's place, ao mesmo tempo que contribui para a construção de tais "sensos" por meio das injunções que a cidade vivida e imaginada faz à experiência, aos corpos, às mentes e às práticas, mostrando que os territórios intra-urbanos se constituem como um lugar de origem expandido em meio à grande heterogeneidade urbana.

Nossa leitura da tradução integrada do espaço social nos permite interpretar "de cima a baixo" a ordenação socioespacial das cidades, de modo que podemos observar entre sujeitos socialmente distantes, mas fisicamente próximos, as mediações de diferenças que as relações assimétricas entre eles, sempre espacializadas em algum nível, interpõem. De padrões proxêmicos e simbólicos interacionais que regem seus corpos e gestos até os locais de suas residências e trabalhos em áreas sociais muito distantes (ou apenas muito distintas), revelam-se agenciamentos de diferentes conjuntos integrados de experiência urbana, realizados de acordo com as capacidades de territorialização que são sempre desigualmente distribuídas "entre seus sujeitos e/ou classes sociais e, como tal, sempre haverá um lado de ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que se desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização" (HAESBAERT, 2019, p.259).

Apesar da complexidade da cidade, em sua densidade de diferenças e de trocas, o paradigma da casa cabila de Bourdieu permanece válido. A sociedade capitalista de classes se reproduz reproduzindo a sua ordem social de divisões, simbólica e materialmente, na ordenação do seu espaço urbano. A topologia do espaço social traduz suas distâncias e oposições impondo ordenações e inter-relações entre a cultura, o espaço físico e as formas de sociação nas cidades conforme um intrincado sistema de pesos e contrapesos é operado por processos contínuos de des-territorialização. O caos

aparente de “dejetos à deriva” de diferentes fenômenos da vida urbana se tornam bem legível se se adota a relação entre manutenção e transformação das coisas a partir de uma lógica de flexibilização reprodutiva do poder, ideia bem sintetizada na célebre passagem de Tomasi de Lampedusa, em O Leopardo: “se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude”.

Desse modo, cumpre observar na cidade de Fortaleza como a segregação entre classes sociais da alta e baixa renda se expressa em diferentes formas de territorialização que garantem a disjunção entre esses grupos. Mais especificamente, pretendemos investigar: 1) como a macrossegregação residencial de Fortaleza entre áreas “nobres” ao leste e “pobres” nas periferias dessa centralidade se configurou historicamente como um processo de territorialização das elites na cidade desde o início da sua expansão urbana; e 2) como atualmente, em uma grande área de fronteira, onde se encontram a região de concentração geral das camadas de maior renda - que se expande em torno do bairro da Aldeota para leste e sudeste - e as regiões periféricas do Grande Mucuripe e da Praia do Futuro, historicamente ocupadas por camadas de baixa renda, se revelam diferentes formas de inscrições de limites disjuntivos que garantem a integridade territorial das elites, interditando interações, mesmo em situações de fragmentação espacial ou de encontro.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

"Fortaleza é um ovo!"

Inúmeras vezes, diante de coincidências de laços sociais com outras pessoas, eu escutei a expressão, sempre em tom de alegre surpresa. "Todo mundo conhece todo mundo", "viver em uma bolha". Essas ideias sempre me causaram estranheza diante da dimensão da cidade - trata-se de um incômodo que nutriu a minha imaginação sociológica no sentido de tentar desnaturalizar a própria experiência cotidiana de viver encerrado em tal proverbial "ovo" dentro de uma cidade que, depois de mais de três décadas de vivência, ainda me é desconhecida ao ponto de facilmente me perder ao circular pelas suas ruas desequipado de um GPS. O fato de que tais expressões da experiência reduzida da cidade, foram reproduzidas pelos informantes desta pesquisa, ipsis litteris, trouxe-as até aqui como uma espécie de categoria nativa utilizada como uma descrição eufemizada da consciência de viver no lado beneficiado da segregação urbana.

Fortaleza é a quarta maior cidade brasileira, com 2.428.708 habitantes registrados no Censo de 2022, e foi apontada, novamente, como a capital mais densa do país, com 7.775,43 habitantes por quilômetro quadrado. Diante de tamanha concentração populacional, a capacidade de experienciar uma diminuta cidade - ou, mais especificamente, uma diminuta sociedade - dos fortalezenses pertencentes às classes médias-altas que informaram esta pesquisa é um fenômeno tão fascinante quanto preocupante.

A homofilia é considerada uma propriedade estrutural em redes sociais. A medida de homofilia em uma rede expressa a tendência de indivíduos constituírem laços com outros semelhantes. No entanto, redes, em si, não existem. Elas são conceitos - diagramas - utilizados para representar a relação sistêmica entre coisas. No caso de redes sociais, a relação entre indivíduos. Consequentemente, tal propriedade estrutural supraindividual, desconectada da agência dos indivíduos conectados em rede, só diz respeito ao conceito matemático de rede. Homofilia e redes só existem enquanto conceitos, assim como círculos e retângulos. São abstrações da realidade nas quais tentamos encaixá-la ao tentar construí-la enquanto objeto ideal - tanto no sentido

descritivo científico quanto normativo político do termo. Como conceito sociológico, a homofilia descreve mais precisamente um efeito, e não um princípio supraindividual que rege as ações individuais. Ela só se concretiza como fenômeno social conforme uma convergência de fatores que estruturam a socialização dos indivíduos ocorrem de modo a concretizar o fenômeno de que determinados vínculos, entre semelhantes, tornam-se mais prováveis que outros, entre diferentes. A segregação urbana é um destes fatores. A segregação, tal como a entendemos a partir da discussão teórica realizada até aqui, é o processo social sistemático de interditar as interações entre indivíduos socialmente diferentes, de tentar garantir a sua disjunção, processo que sempre se expressa espacialmente de alguma forma.

A metáfora do "ovo" com a qual fortalezenses de classe média-alta qualificam a quarta maior cidade do sétimo maior país do planeta é fruto de viverem sistematicamente entre si em meio a um intenso e denso volume de pessoas diferentes. Esse viver entre si em meio à simultaneidade e heterogeneidade da cidade só é possível conforme se operam processos de segregação. A segregação é um fenômeno social reprodutivo, ou seja, tende a se retroalimentar. Portanto, existe um histórico relevante que se desdobra ao longo da re-produção social de Fortaleza conforme diferentes fatores que determinam semelhanças ou diferenças sociais, como classe ou cor da pele, assim como diferentes fatores que aproximam ou afastam indivíduos - como a intensificação da urbanização da população rural ou o desenvolvimento de transportes automotores - se desenvolvem, se transformam e afetam as formas de segregação.

Como vimos até aqui, o espaço da cidade é um desses fatores. E o espaço na cidade também. O espaço é um fator inescapável em processos de segregação porque a relação entre espaço e interação é uma relação necessária, pois não há indivíduo, troca ou comunicação desespacializada. Não à toa, a segregação é concebida em suas expressões socioespaciais mais intensas, dada a evidência da organização das coisas no espaço para a observação empírica. Mas, no processo de segregação, o espaço é operacionalizado tanto nas suas propriedades mais básicas e objetivas - como o espaço entre as coisas, mensurado por posições e distâncias físicas, que influenciam a relação entre coisas e indivíduos - quanto em suas propriedades mais complexas, como no movimento das coisas e indivíduos no espaço, ou de forma ainda mais desafiadora, dos signos que relacionam intersubjetivamente coisas e indivíduos, mas podem relativizam

as distâncias entre elas, influenciando, da mesma forma, a relação entre coisas e indivíduos.

Nosso estudo de caso é uma proposta de investigação qualitativa na cidade de Fortaleza sobre a segregação urbana nesses termos, em suas diferentes expressões, conforme elas atuam produzindo uma unidade de conjunto espacial e simbólica de experiência urbana, uma territorialidade que faz parte da reprodução objetiva e subjetiva de classe social. Uma descrição estupidamente simples do nosso estudo - e talvez, por isso mesmo, a mais pungente - é que pretendemos investigar o "ovo" em que indivíduos de classe média-alta conseguem comprimir Fortaleza, ou, mais precisamente, as suas experiências da cidade de Fortaleza. Nossa intenção é investigar a experiência segregada da cidade e as práticas socioespaciais que a reproduzem. A produção de uma vida urbana socialmente homogênea e exclusiva é um fator de concretização da homofilia enquanto princípio de sociação, e que influencia a reprodução das próprias diferenças sociais que são, elas mesmas, a gênese dos processos de segregação e da homofilia como tendência estrutural. Se tal relação de definição mútua soa como tautologia, é porque o caráter dialético e recursivo dos processos de reprodução social impõe o desafio de compreender como é possível a manutenção de um resultado diante da transformação das suas partes. No documentário de Pierre Carles, *La sociologie est un sport de combat* (2001), Pierre Bourdieu nos explica a intenção de sua sociologia:

> De fato, uma coisa importante que tentei demonstrar: é que o mundo social não é um tipo de movimento perpétuo, de mudança permanente. Na época em que comecei a me ocupar com a sociologia, uma das palavras mais proferidas pelos sociólogos era "mutação". "Tudo está em mutação!". [...] Mas eu logo tive a impressão de que *existe estabilidade, inércia.* Eu tentei, então, por técnicas estatísticas, por um lado *estabelecer essa inércia*, essas constantes (que, aliás, tornam a ciência possível, é porque existem constantes que se pode compreender) *e também explicá-las*, quer dizer, porque as coisas são assim. (Tradução minha)

Inércia têm sido uma palavra chave para a operacionalização da teoria social de Bourdieu neste trabalho. O conceito de inércia, na física, pode ser definido como a resistência de um corpo à aceleração, i.e., a tendência natural de um objeto de resistir à transformação do seu estado original de repouso ou movimento. A teoria social bourdieusiana, fundada sobre a ideia de topologia social (BOURDIEU, 1996b), nos ajuda a lidar com a dialética estrutura-agência que atravessa as práticas socioespaciais

como formas concretas de produzir a cidade em seus vários campos de interação (no campo econômico e político do mercado imobiliário e da gestão urbanística, onde operam coletivamente agentes institucionais, o Estado, as empresas, os movimentos sociais, as classes sociais, mas também nos campos cotidianos da rua, de um shopping ou de uma praça, entre transeuntes e usuários de um lugar).

Para proceder com a investigação empírica reprodução prática da segregação por parte das elites urbanas de Fortaleza foram realizados recortes sociológicos e geográficos específicos que devemos apresentar, justificar e contextualizar teórica e metodologicamente.

4.1. A ELITE URBANA: CLASSES DOMINANTES, MARCADORES DE ESTILO DE VIDA E PODER DE ESCOLHA LOCACIONAL

Reduzir a sociedade a categorias sociais que a constituem é um desafio teórico e metodológico que constitui um campo de investigação sociológica em seu próprio direito. Embora a relação entre constituição de diferença, identidade e condição de classe social nos interesse enquanto problemática, não avançamos de nenhum modo no campo dos estudos em estratificação social. O que propomos é um estudo qualitativo em torno da segregação como estratégia de dominação de classe.

Não definir com clareza objetiva as propriedades que caracterizam uma categoria social, permitindo proceder com a investigação unicamente de indivíduos que apresentam um conjunto específico de propriedades (como espécimes de uma espécie), certamente resulta em perda de objetividade. E a perda de objetividade resulta em dificuldades ou mesmo na impossibilidade de reprodução, comparação ou transposição de achados de pesquisa. Felizmente, a natureza qualitativa da nossa investigação prescinde dessa objetividade - mas não de rigor metodológico - pela própria natureza dos dados subjetivos narrativos que analisa (entrevistas, observações de campo e documentos) em busca de compreender as formas como as elites se relacionam espacialmente com os seus "outros". Trabalhamos com dados estatísticos espacializados em mapas temáticos, mas o nosso objetivo não é propor uma descrição dessa natureza da cidade. Inclusive tomamo-as todas emprestadas de outros pesquisadores. Tais descrições objetivas nos interessam enquanto descrição e explicação histórica da

macrossegregação residencial em Fortaleza, que é uma expressão territorial de classe que se articula com outras. São as outras expressões de segregação e a articulação entre elas que nos interessam nos dados primários coletados.

O fato de que produzimos conhecimento qualitativo situado e interpretativo não significa que podemos prescindir de algum tipo de recorte socioespacial e de justificativa sobre tal decisão. Este é um exercício de clareza teórico-metodológica para qualquer pesquisa sociológica. Ao tomar como objeto de análise práticas e discursos de indivíduos que compreendemos como pertencentes a determinada categoria social dominante, é imperativo definir de alguma forma as suas caracterizações, as suas razões e as implicações de tal recorte.

Em repetidas passagens utilizamos de forma um tanto imprecisa e intercambiavelmente, categorias como "elites", "burguesia", "classe média-alta", "classes afluentes", "classes abastadas", "camadas de alta renda", ou ainda definimos espacialmente nosso recorte como bairros da "zona nobre". No entanto, embora apontar de modo geral para o topo da pirâmide social nos ofereça algum entendimento, estamos nos resumindo ao senso comum da experiência de desigualdade social. Do mesmo modo, apontar para a classificação espacial em bairros ricos (espacializando esse topo genérico da pirâmide social) também é insuficiente.

Embora bairros sejam desenhados tendo em mente alguma ordenação geodemográfica de características socioeconômicas, eles não são de forma alguma homogêneos. A rigor, bairros não podem ser considerados nem mesmo áreas sociais no sentido ecológico do termo. São apenas unidades administrativas da gestão pública desenhadas para administrar a gestão territorial de recursos municipais - e servem apenas para avaliar o resultado de tal administração ou seu próprio território como elementos geridos. Evidentemente, a divisão administrativa em bairros também se relaciona com o imaginário geográfico coletivo e vice-versa. Não vemos os limites dos bairros na cidade, mas nos localizamos em relação a eles, assim como frequentemente localizamos as pessoas no espaço social a partir dos seus bairros de moradia. Uma vez que a cidade é residencialmente segregada, concentrando diferencialmente riqueza e pobreza, assim como cores da pele, bairros se transformam numa espécie de toponímia dos fenômenos de centralidade e periferia em termos funcionais e sociais, e assim se tornam signos de posição social. Não são divisões vazias de sentido, mas não são

suficientemente precisas para categorizar um grupo social. Sabemos que os bairros de alta renda são bairros de elevada renda média. No interior dos bairros existe variação de perfis sociais. A "elite urbana" ocupa áreas, maiores ou menores, no interior desses bairros, mas não os ocupam sozinha. É necessário encontrá-las em seus espaços específicos, mas de modo factível, dentro dos recursos da realização da pesquisa.

A definição de tais áreas específicas de concentração de renda intra-bairros, recorrendo à uma malha de setores censitários para seu delineamento, seria a definição geográfica aproximada da ideal para a nossa categoria[44], mas acarretaria no desafio metodológico de acessar indivíduos em função unicamente da pertença a tal mancha geográfica intra-bairros, o que dificultaria imensamente o processo de acesso qualitativo à informantes, cuja forma mais pragmática de realização é a amostragem do tipo bola-de-neve.

Abandonar completamente os critérios espaciais e partir para uma categoria socioeconômica de classe média, média-alta ou alta teoricamente mais específica, por sua vez, implicaria no desafio de encontrar informantes de tal categoria no espaço. Dotados de critérios específicos baseados em fatores como renda, poder de consumo, ocupação, escolaridade e escolaridade dos pais em um modelo detalhado, o desafio seria localizar esse grupo específico dentro dos bairros - selecionados por razões teóricas - para, em seguida, conseguir acesso a informantes de tal grupo.

A solução que adotamos, como um meio termo ideal entre operacionalização teórica e praticidade, foi tomar como critério de caracterização social a localização residencial por bairro e o estilo de habitação dentro dele. Desse modo, selecionamos indivíduos a partir 1) da localização residencial de suas habitações (dentro ou imediatamente adjacentes aos bairros escolhidos por razões teóricas), e definimos 2) o estilo de habitação a partir do tipo de habitação (condomínio de apartamentos ou casas fechados ou casas soltas, formalmente ocupados, sem coabitação de famílias, permanentemente ocupados) e o padrão do imóvel (imóveis de alto padrão, determinado pela avaliação de características formais do imóvel e de sua implantação no mapeamento de uso do solo realizado na pesquisa). Sem dúvida esses critérios geográficos são indicadores problemáticos de uma categoria social, mas que podemos justificar adequadamente.

[44] Aproximada, pois o mesmo problema da variação escondida sob valores médios ainda ocorreria em um setor censitário.

Em um mesmo edifício de alto padrão podem conviver moradores muito diferentes: há proprietários de múltiplos apartamentos, proprietários de apartamentos, locatários de apartamentos, moradores que vivem em apartamentos cedidos por familiares, moradores que herdaram apartamentos, moradores que pagam acima de 30% ou até 50% de suas rendas familiares em aluguel e taxa de condomínio e moradores que pagam percentuais minúsculos de suas rendas ou que não possuem custo algum com a sua habitação cedida. E tais diferenças indicam diferenças socioeconômicas relevantes. No entanto, o estilo de habitação e a escolha locacional são componentes centrais para a composição de um estilo de vida típico de "classe média" nos contextos urbanos brasileiros.

A definição sociológica de classe média é cinzenta e a sua delimitação unicamente em termos econômicos serve apenas aos economistas. No seio do conjunto de famílias que auferem renda acima da média e abaixo de rendas altíssimas, há diversas frações de classe que se distinguem tanto pelo poder econômico quanto, tomando como referência a concepção bourdieusiana de classe e estrutura social, pelo acúmulo de diferentes recursos e em função dos estilos de vida associados a tais recursos.

A partir do pensamento de Bourdieu (1990, 2013b, WACQUANT, 2013), nós compreendemos classe social não como uma entidade ou estrutura objetiva, mas como um efeito de classe da proximidade no espaço social. A determinação de posições no espaço social se dá a partir do acúmulo e composição de capitais (econômico, cultural, social e simbólico) e da trajetória social dos indivíduos (essencialmente considerando a experiência durável em determinada posição social na experiência de socialização do indivíduo e a herança social familiar). É a semelhança posicional a partir desses critérios, portanto, que permitiria categorizar dois indivíduos como pertencentes a uma mesma categoria social com base em uma provável semelhança não só de condições objetivas de vida, mas também de suas visões de mundo, valores e práticas em comum, associadas e unificadas culturalmente em um estilo de vida.

No lugar de mensurar as diferentes formas de capital e trajetórias de vida de indivíduos e de colecioná-los como uma amostra de uma mesma classe ou fração de classe, podemos justificar uma coleção de indivíduos como representantes de um mesmo grupo social com base em práticas indicativas de um determinado estilo de vida.

Estilos de vida se expressam, entre outros aspectos, através da cultura material e do acesso a determinados serviços e informações que asseguram determinado modo de vida. O fato de que a pobreza deve ser entendida como um fenômeno multidimensional, que depende de acessos a diferentes recursos e condições de vida (MARQUES, 2010, ONU-HABITAT, 2022), necessariamente implica que a afluência também é determinada por múltiplos fatores. Como Lipovetsky (2007) observa, conforto e bem-estar sensitivo se impuseram como medidas de satisfação, bem-estar e autorrealização ao longo da modernidade - e a habitação (e localização na cidade) são fundamentais na garantia de tal experiência estética, como corrobora, por sua vez, a antropóloga cultural brasileira Hilaine Yaccoub em seu estudo sobre a cultura material e desejos aspiracionais da "nova classe média" brasileira. De fato, tomando uma abordagem indutiva sobre a percepção de classes - que possui efeitos de conformação de grupos tão eficientes quanto um traço objetivo, como renda, possui - o estilo de vida característico de "classe média brasileira" é conformado por um rol de marcadores, apontados por Kerstenetzky, Uchôa e Silva (2013, 2015), assim como por Souza e Lamounier (2010), tais como um padrão de vida estável, casa própria, boas condições de moradia, renda alta, educação universitária, profissão de prestígio, acesso a lazer, diversão e tempo livre, acesso a boas escolas e acesso à informação e comunicação.

A incorporação do condomínio de apartamentos e de casas muradas como elemento distintivo das classes médias urbanas foi resultado de um rápido processo de mudança sociocultural, com início nos anos 1970, bem documentado na cidade de São Paulo por Teresa Caldeira (2000), em sua obra *Cidade de Muros*[45]. Em Fortaleza, o processo de incorporação do apartamento de edifícios pelas elites é observado pela arquiteta Márcia Cavalcante (2015), que também situa nos anos 1960/1970 o início desse processo paulatino de mudança de estilo de vida entre as famílias de classe média alta. Habitar em um imóvel de padrão típico de classe média tornou-se um signo distintivo de uma classe social urbana que, por sucesso próprio ou por herança, tem em comum a garantia do acesso aos benefícios da cidade e à cultura material da sociedade de consumo capitalista. Esse estilo de vida comum - que certamente ainda abriga muitas

[45] É certo que esse modo de habitar das classes médias urbanas também têm sido incorporado pelas camadas mais baixas, seja por razões econômicas e de políticas habitacionais que estimulam a produção de condomínios de apartamentos como produto imobiliário subsidiado (como o programa Minha Casa, Minha Vida), seja por razões socioculturais que vão dos efeitos da cultura do medo da violência urbana, que independem de classe, até a emulação de estilos de vida entre classes sociais.

diferenças de frações de classe em seu interior - é o que tomamos como a caracterização do grupo social que estudamos, e é este grupo social que tentamos apontar através dos indicadores localização e estilo de moradia.

Nos referimos a esse grupo social, em termos gerais, como "elite urbana", pois seus indivíduos médios se caracterizam não só por pertencerem a uma classe média alta[46], por possuírem o acesso aos benefícios da vida urbana e ao conforto material de valor físico e simbólico, mas sobretudo porque apresentam maior poder de escolha locacional dentro do sistema de localizações intraurbano mediado pelo mercado imobiliário. Seria economicamente factível, por exemplo, para um morador de um edifício de alto padrão na zona nobre da cidade, em qualquer modalidade de posse ou acesso da sua habitação, trocar seu domicílio por outro, economicamente mais acessível, em praticamente qualquer outra localização da cidade com valor do solo e moradia mais baixos. Se alguns dos indivíduos dentro deste grupo passam por maiores dificuldades econômicas para a manutenção do par localização-habitação, é porque entendem que estes são elementos essenciais e estruturantes de seus estilos de vida. Elementos pelos quais estão dispostos a sacrificar a sua renda disponível, e portanto o seu bem-estar e afluência em outras instâncias da vida, para manterem-se - literalmente - na posição em que se encontram na cidade. A convergência para esse estilo de vida, por parte de famílias que o fazem confortavelmente ou com muito esforço, é o campo de delimitação de nossa categoria sociológica, com alguns indivíduos certamente melhor posicionados neste campo e mais representativos do mesmo do que outros, mas todos solidários na legitimação e classificação dos elementos - notadamente a habitação-localização - que expressam tal estilo de vida enquanto indicador de classe.

[46] Escolho o estrato classe média alta para não confundir esse grupo com a classe média brasileira, que pode ser representada como a classe média estatística, a maior parte da população brasileira, frequentemente referida como a classe C em termos de estratificação pelo Critério Brasil, tipologia criada como padrão de estratificação de poder de consumo de famílias adotado pela Associação Brasileira de Pesquisas de Mercado. A classe média estatística, embora possa, sim, estar presente em bairros nobres e edifícios de alto padrão, não são os representantes típicos desses bairros, basta que se compare a renda média destes bairros nobres com a renda média brasileira ou local. A combinação entre localização de alto valor econômico atribuído e tipologia habitacional de alto padrão e preço, assim, se coloca como um bom indicador de uma "classe média" acima da média de renda familiar. Cabe apontar aqui o curioso fato de que, com raras exceções, todos os entrevistados, mesmo os de altíssima renda, se identificam como pertencentes a uma classe média, tanto por efeito de condescendência e eufemização da desigualdade social nas suas performances enquanto entrevistados, como por efeito da percepção de posição relativa de classe. Todos os entrevistados conhecem pessoas e a existência de um mundo "acima" de si mesmos e situam a si mesmos no meio da pirâmide.

A escolha, embora justificada, certamente levanta questões ou "pontas soltas". Mas uma melhor compreensão de como esse indicador (modo de habitar e localização) conforma uma identidade e condição de reprodução de grupos sociais privilegiados em termos de acesso a recursos é, tangencialmente, uma questão de interesse desta pesquisa.

O critérios geográficos de bairros de renda média alta e tipologia habitacional foi tão eficiente, como ficou provado a posteriori, que praticamente todos os informantes recrutados situam-se dentro das classes dominantes, conforme estratificação a partir de categorias sócio-ocupacionais proposta como metodologia pelo Observatório das Metrópoles (RIBEIRO, 2024). A grande maioria dos entrevistados pertence à fração de classe média-alta, e desviaram-se dessa categoria apenas três informantes pertencentes à classe dirigente e apenas um informante pertencente à fração da classe intermediária, de classe média-média.

Nós não controlamos a seleção de informantes por renda e nem mesmo se eram locatários ou proprietários dos seus imóveis. Evidentemente, indivíduos em uma mesma classe ou fração de classe, ao serem qualitativamente investigados, se mostram como bastante diferentes entre si: pertencem a grupos geracionais em momentos diferentes dos seus ciclos de vida e, portanto, também de acúmulo de capitais; alguns são chefes de família que decidiram por uma localização e outros são membros de famílias de classe média-alta que simplesmente herdaram uma localização; outros são proprietários de imóveis, outros inquilinos e outros vivem em imóveis cedidos por familiares; rendas disponíveis são muito diferentes conforme ocupações, dinâmicas familiares e tamanhos de família; alguns são socialmente ascendentes, vindos do interior do estado ou de bairros periféricos, enquanto outros são herdeiros de dirigentes que descenderam para a sua posição de classe média alta; estilos de vida, gostos e orientação política, apesar da unidade de classe, variam bastante em função do tipo de formação: alguns eram bolsonaristas radicais, outros ativistas de esquerda; alguns eram endividados, outros estavam falindo como efeito da pandemia de Covid-19 - uma informante, inclusive, com muita consciência prática dos elementos que compõem o seu lugar social na cidade, afirmou que "quando vendesse o carro, seria o momento em que saberia que mudou de classe". Mas a intenção da pesquisa qualitativa proposta é justamente avaliar esse grupo social em suas diferenças e semelhanças, para tentar observar melhor o efeito

de classe gerado pela unidade de experiência urbana que a segregação produz delineando um território - no sentido relacional e multidimensional que o concebemos - no qual esses indivíduos se reproduzem formando um conjunto socioespacial.

Alguns vieses de exceções e de padrões não pretendidos gerados pelo método bola-de-neve de seleção devem ser expostos. Nós buscamos levar tais fatores em consideração na interpretação dos dados, mas é importante que o próprio leitor os considere por si mesmo. Pode-se, quem sabe, encontrar vias de investigação mais interessantes a partir das nossas falhas em considerar tais fatores do que das nossas próprias conclusões.

Por alguma razão, que apenas especulamos sobre, a maior parte dos informantes era do gênero feminino (fem = 17, masc = 09). Uma hipótese é o envolvimento feminino historicamente maior no trabalho nas esferas domésticas e comunitárias em uma sociedade estruturalmente patriarcal. O que se relaciona a outro fator a ser considerado: boa parte do recrutamento em bola-de-neve partiu de indivíduos que participam de lideranças de associações de vizinhança relacionadas à adoção de praças públicas ou atuam como síndicos de condomínios, que percebemos serem diversas em termos de gênero, mas a resposta positiva em participar da pesquisa foi majoritariamente feminina. Provavelmente a relação com as associações de vizinhança - e consequentemente com as lideranças de associações - seja localizada simbolicamente na esfera doméstica e receba maior atenção pelas mulheres dos lares das classes dominantes.

Outro fator a ser considerado é o fato de que os informantes majoritariamente tinham alguma relação com práticas associativistas, mesmo que de baixo envolvimento. Isso imprime na amostra um viés de indivíduos de classe média-alta que talvez sejam atípicos, uma vez que a reserva característica do modo de vida urbano é a do afastamento do trabalho comunitário, como bem observou Sennett (2002). Ou talvez o viés impresso seja o de uma fração de classe que representa uma liderança territorial, conforme os espaços públicos se tornam passíveis de apropriação de classe com aval do poder público ao regulamentar uma política de adoção de espaços públicos. Não é possível confirmar ou desconfirmar que estes indivíduos sejam uma liderança territorial, com comportamento específico, porque não conseguimos um número suficiente de indivíduos não envolvidos com o associativismo em todos os bairros para comparação.

Outro viés, esperado, mas que deve ser explicitado, foi o da maioria branca de informantes. O viés era esperado dada a racialização da estrutura de classes e da desigualdade social fortalezense. A cidade possui maioria da população autodeclarada parda, seguida de brancos e depois de negros, conforme os dados do Censo do IBGE, mas consta com uma grande maioria branca entre os indivíduos de maior renda e residindo nos bairros centrais com maior acesso a infraestrutura e maior valor do solo. Estatisticamente, portanto, sabia-se que seriam encontrados mais brancos no âmbito da classe que investigamos. No entanto, a absoluta maioria de brancos, acima da composição da população geral, deve ser notado e levado em consideração. O único informante negro era estrangeiro, de classe-média alta, com trajetória descendente em relação à sua família pertencente à classe dirigente em seu país de origem. Um dos dois únicos informantes autodeclarados pardos, por sua vez, era a única pertencente à classe média-média, com trajetória descendente em relação à sua família de classe média-alta, chefiada por funcionários públicos.

Tabela 1 - Descrição amostra informantes: entrevistas informais e com especialistas

Informante	**Descrição / Lugar**
Liderança Comunitária	Favela do Gengibre
Liderança Comunitária	Favela do Pau Fininho
Adminstr. Igreja	Igreja N. Sra. De Lourdes - Lourdes
Pastor	Igreja Batista - Lourdes
Fabian	Arquiteto
Alesson	Arquiteto
Marcia	Arquiteta
Renan	Corretor de Imóveis
Corretor 01 - Cliente oculto	Stand Vendas - Papicu
Corretor 02 - Cliente oculto	Stand Vendas - Cocó
Pessoa em situação de rua	Praça Rodrigues Sanches - Cocó
Comerciante móvel	Praça Martins Dourado - Cocó
Consumidor comerciantes móveis	Praça Martins Dourado - Cocó
Pescadores	Praça Lagoa do Papicu
Policial	Praça Estrigas e Nice - Papicu
Usuários ('grupo dos cachorros')	Praça Estrigas e Nice - Papicu

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 2 - Descrição amostra informantes: entrevistas conversacionais

Id Inform.	Bairro / Lugar	Cor	Gen	Fx. Etária	Status Propr.	Mob. Social	Classe	Ocup. inform	Ocup. Família Chefe
F01PAP	Papicu	B	F	30-40	moradora	descend	média-alta	Adv.	Empres.
F02PPAP	Papicu	B	F	50-60	cedida	descend	média-alta	Prof. Univ.	Empres.
M01PAP	Papicu	B	M	20-30	morador	igual	média-alta	Estud.	Médico
F03COCO	Cocó	B	F	40-50	propriet.	ascend	média-alta	Repr. Com.	Func. pub (med.)
F04COCO	Cocó	B	F	60+	propriet.	descend	média-alta	Prof. Univ.	id.
F05COCO	Cocó	B	F	30-40	moradora	descend	média-alta	Advog.	Prof. Univ.
M02COCO	Cocó	B	M	60+	propriet.	ascend	média-alta	Func. pub (med)	id.
F06COCO	Cocó	B	F	30-40	cedida	descend	média-alta	Arquit.	Func. pub (med.)
F07COCO	Cocó	P	F	50-60	propriet.	descend	média-méd	Ed. Físico	id.
F08COCO	Cocó	B	F	60+	propriet.	igual	média-alta	Prof. Univ.	id.
F09COCO	Cocó	B	F	50-60	propriet.	ascend	dirigente	Prof. Univ.	Func. pub (alto)
LID01COC	Prç Cocó	B	F	-	-	-	média-alta	-	-
LID02COC	Prç Cocó	B	F	60+	propriet.	ascend	média-alta	Militar	id.
M03PAP	Papicu	P	M	20-30	morador	igual	média-alta	Estud.	Empres.
LID03PAP	Prç Papicu	B	F	-	-	-	média-alta	-	-
F10PAP	Papicu	B	F	60+	propriet.	ascend	média-alta	Peq. Empr.	Eng. Quím.
M04PAP	Papicu	B	M	60+	propriet.	ascend	média-alta	Eng. Quím.	id.
F11PAP	Papicu	P	F	30-40	propriet.	ascend	média-alta	Repr. Com.	Empres.
F12PAP	Papicu	B	F	40-50	propriet.	ascend	média-alta	D. Casa	Eng.
F13PAP	Papicu	B	F	30-40	propriet.	descend	média-alta	Advog.	id.
F14PAP	Papicu	B	F	60+	moradora	descend	média-alta	Fisioter.	Advog.
M05PAP	Papicu	B	M	60+	propriet	ascend	dirigente	Func. pub (alto)	id.
M06PAP	Papicu	B	M	40-50	propriet.	ascend	média-alta	Func. pub (alto)	id.
M07PAP	Papicu	N	M	30-40	propriet.	descend	média-alta	Médico	id.
F15DLRD	Lourdes	B	F	60+	propriet.	ascend	média-alta	Dona de Casa	Func. pub (alto)
M08DLRD	Lourdes	B	M	60+	propriet.	ascend	média-alta	Func. pub (alto)	id.
LID04DLR	Lourdes	-	F	-	-	-	média-méd	-	-
F16DLRD	Lourdes	B	F	50-60	propriet.	descend	média-alta	Func. pub (alto)	id.
M09DLRD	Lourdes	B	M	50-60	propriet.	ascend	média-alta	Peq. Empr.	Médico
F17DLRD	Lourdes	B	F	60+	propriet.	igual	média-alta	Func. pub (alto)	id.

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3 A ZONA NOBRE SUA FRENTE DE EXPANSÃO LESTE EM FORTALEZA

Nosso estudo de caso delimita uma área de três bairros de renda média-alta da cidade de Fortaleza, situados no extremo leste da região que Villaça (2017), em sua leitura sobre o espaço intra-urbano brasileiro, se refere como a área de grande concentração das camadas de alta renda. Nos referimos a esta área de concentração da elite urbana por um termo popularmente utilizado no Brasil: a zona nobre da cidade.

A opção pelo termo zona nobre não é apenas uma opção prática pela economia conceitual e deve ser justificada. Embora não se trate de um conceito sociológico ou geográfico, trata-se de um conceito amplamente difundido no imaginário brasileiro. Conforme percebido nas entrevistas formais e informais realizadas, ao serem solicitados para delimitar a zona nobre da cidade, esta parece ser sempre uma espécie de lugar do "outro" - o outro mais afluente - e que se torna cada vez mais restrita conforme subimos a pirâmide social. Para uma arquiteta bem estabelecida no mercado local, por exemplo, a zona nobre de Fortaleza é uma pequena área no "coração" da Aldeota, entre a Av. Dom Luís e a orla do bairro Meireles, onde edifícios de altíssimo padrão se localizam e onde opera um nicho do mercado habitacional de luxo, onde existem projetos com vistas a instalar luxos esdrúxulos como elevadores para carros; para alguns moradores do bairro Cocó, a zona nobre é a Aldeota "mais nova", mais distante do Centro, o que corresponde vagamente como centro de serviços especializados da cidade e todo o bairro litorâneo do Meireles; para alguns moradores do Papicu, por sua vez, o Cocó também faz parte da zona nobre, junto com toda a "região do Iguatemi", no eixo sudeste de verticalização da cidade, que se conecta ao sul do bairro Cocó; já para alguns moradores das comunidades de baixa renda localizadas na área estudada, a zona nobre é toda a região marcada pela paisagem verticalizada do Papicu e do Cocó, as "mansões das Dunas" (o bairro de Lourdes), a região "do Iguatemi", "da Unifor", toda a Aldeota, que confunde o próprio bairro, o Dionísio Torres e o Meireles, a "Beira Mar", que representa a orla turística, e até mesmo o bairro de Fátima, ao sul do centro, e a região do "North Shopping". Em suma, a zona nobre para aqueles que habitam a periferia parece englobar toda a cidade formal da qual se percebem socialmente excluídos. Essa curiosa localização da zona nobre como um horizonte, onde a afluência inacessível e aspiracional se encontra, é uma construção simbólica curiosa e aponta um modo de operação ideológica da segregação interessante: primeiramente, evidencia uma

percepção relativa conveniente de classe e um discurso comum de condescendência por parte das classes dominantes em um país de extrema desigualdade - transferindo a responsabilidade política da posse de poder sempre para o "andar de cima" dos "donos do poder" e do poder público; em segundo lugar, evidencia a discrepância da percepção da exclusividade (em seu duplo sentido) na cidade: enquanto os mais pobres classificam uma enorme extensão da cidade como zona nobre, a classe dominante não parece perceber o seu padrão de vida como um padrão excepcional (e, portanto, como moralmente questionável em um país assolado pela desigualdade) e tampouco atribuem ao espaço que expressa o seu estilo de vida a qualidade de excludente. Uma vez que estamos investigando a segregação como processo de reprodução social de classe, privilegiando como objeto a agência da classe segregadora e os benefícios que colhe de tal configuração socioespacial, optamos por manter essa "categoria nativa", em seu sentido mais abrangente compartilhado pelos mais excluídos dos benefícios da cidade, para se referir à toda área de grande concentração das camadas de maior renda.

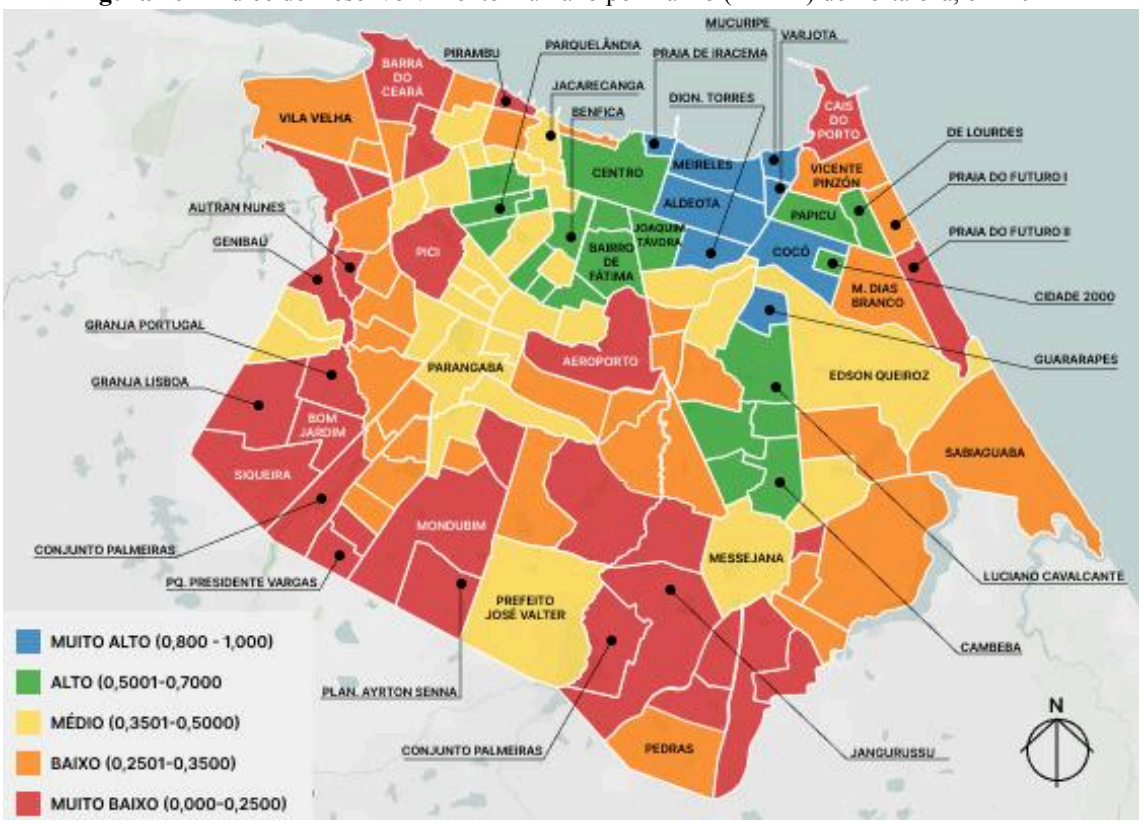
Um mapa dos bairros de Fortaleza, apesar da baixa especificidade de informação que mapas temáticos de bairros oferecem, nos ajuda a indicar uma circunscrição objetiva dessa zona nobre de Fortaleza e a esclarecer teoricamente a seleção dos bairros no seu extremo leste como nosso recorte geográfico de análise.

O mapa temático da Figura 10 mostra os Índices de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDH-B), classificando os 119 bairros da cidade, conforme divisão administrativa vigente em 2014, em cinco categorias ordenadas: Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto. O IDH-B é uma proposta de adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tradicionalmente utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de dados em nível municipal[47]. O índice é composto por indicadores de renda, educação e saúde e tenta capturar um retrato das condições de vida dos bairros[48].

[47] A título de informação para a compreensão adequada do IDH-B, conforme o estudo divulgado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza (2014, s/p), "salienta-se que para o cálculo do IDH-B de Fortaleza necessitou-se realizar adaptações à metodologia do IDH, (...) não sendo permitidas comparações entre o IDH, IDH-M [Índice de Desenvolvimento Humano Municipal] e o IDH-B". Para o IDH-B, foram utilizados dados do Censo de 2010 desagregados por setores censitários. A dimensão Renda do índice foi calculada a partir da variável Renda Média Mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade; a dimensão Educação foi calculada a partir da variável Porcentagem da População de 10 anos ou mais alfabetizada; e a dimensão Longevidade, tradicionalmente calculada pela Esperança de Vida ao Nascer para o IDH, foi calculada a partir da Porcentagem da população acima de 64 anos para o IDH-B.

[48] O mapa nomeia a maior parte dos bairros da zona nobre, alguns dos mais importantes no imaginário geográfico coletivo como referência, alguns que serão citados ao longo desta pesquisa e identifica os 10

Figura 10 - Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDH-B) de Fortaleza, em 2014



Fonte: Adaptado de Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza - SDE. Disponível em: https://public.tableau.com/app/profile/secretaria.de.desenvolvimento.economico.sde/vizzes

A atribuição de IDH-B aos diferentes bairros permite visualizar com clareza a concentração do desenvolvimento socioeconômica na região central na cidade. Ao redor do bairro Centro, o núcleo urbano histórico, concentram-se um conjunto de bairros de alto IDH-B (representados em verde). Mais do que centralização do desenvolvimento, também é notável a concentração de todos os bairros de IDH-B Muito Alto[49]

bairros com maior IDH-B (Meireles, Aldeota, Dionísio Torres, Mucuripe, Guararapes, Cocó, Praia de Iracema, Varjota, Bairro de Fátima, Joaquim Távora) e os 10 bairros com o menor IDH-B (Conjunto Palmeiras. Pq. Presidente Vargas, Canindezinho, Genibaú, Siqueira, Praia do Futuro II, Planalto Ayrton Senna, Granja Lisboa, Jangurussu, Aeroporto), assim como os 10 bairros com o maior IDH-BRenda (Meireles, Guararapes, Cocó, de Lourdes, Aldeota, Mucuripe, Dionísio Torres, Varjota, Praia de Iracema, Bairro de Fátima) e os 10 bairros com o menor IDH-B Renda (Conjunto Palmeiras. Pq. Presidente Vargas, Canindezinho, Siqueira, Genibaú, Granja Portugal, Pirambu, Granja Lisboa, Autran Nunes, Bom Jardim).

[49] Duas observações são importantes para situar o leitor não familiarizado com a geografia de Fortaleza. O bairro Guararapes, o único bairro de IDH-B Muito Alto separado do conjunto de bairros de IDH-B Muito Alto aglomerados em torno do bairro Aldeota, à leste do Centro, é separado do conjunto pelo curso do rio Cocó, e pelo eixo viário-ferroviário da Av. Almirante Sabóia (popularmente conhecida como Via Expressa, uma via larga de trânsito rápido), via esta que seguiu o traçado dos trilhos da linha de trem que conecta a Parangaba ao porto do Mucuripe, hoje também a linha de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que conecta a estação da Parangaba à estação do Mucuripe. O conjunto de bairros de IDH-B Alto após esse bairro representam o vetor sudeste de expansão das camadas de alta renda em Fortaleza. É

(representados em azul) ao leste do centro histórico e justapostos em uma área praticamente contínua e em torno do bairro Aldeota, que desde a década de 1970 se tornou o CDB da cidade, o atual centro comercial e de serviços para as camadas de maior renda de Fortaleza e área com uma das maiores concentrações de empregos da capital.

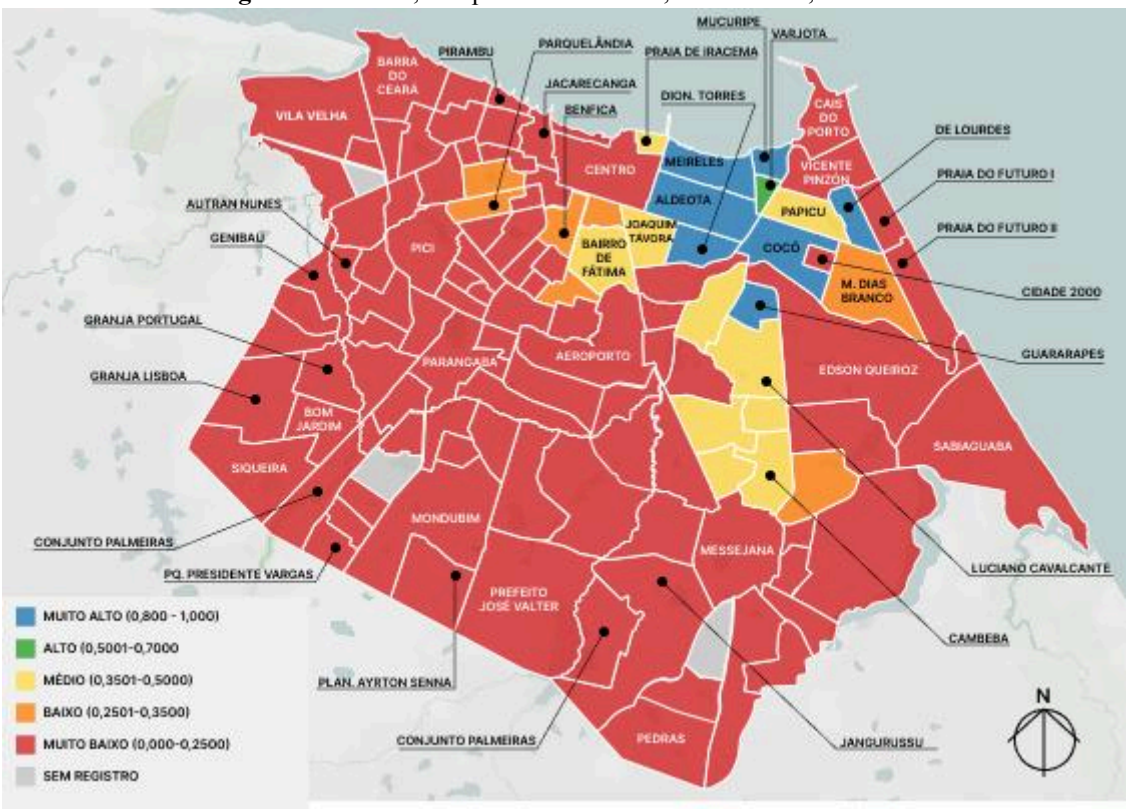
Descartando os indicadores de dimensão Longevidade e Educação, mantendo-se apenas a distribuição do IDH-B Renda (Figura 11), a circunscrição da área de concentração de alta renda na cidade se torna ainda mais clara. Segundo o estudo da SDE, a categorização dos índices a partir dos quais os bairros foram classificados foi realizada utilizando o método de quebras naturais, baseando-se na variabilidade interna dos dados e "minimizando a soma da variância dentro de cada uma das classes e maximizando entre as classes, tendo como consequência a homogeneidade interna dentro das mesmas e a formação de agrupamentos e padrões inerentes aos dados" (SECRETARIA, 2014, s/p). É possível ver que dos 7 bairros que pontuam com um IDH-B Renda Muito Alto, 6 estão aglomerados continuamente na região ao leste do Centro, e um 1 (o bairro Guararapes) está situado no início eixo sudeste de expansão da concentração de alta renda - notável pela longa mancha de bairros com IDH-B Renda Média nessa direção. O mapa temático da Figura 11 também ilustra a intensidade da desigualdade e da concentração de renda entre as áreas da cidade. É notável um salto do IDH-B Renda Muito Alto (acima de 0,8000) para os bairros de IDH-B Renda Médio (entre 0,3501-0,5000) em seu entorno, com a quase completa ausência de bairros na categoria Alta (entre 0,5001-0,7000). Enquanto há apenas 07 bairros com um valor de IDH-B Renda Muito Alto, todos geograficamente concentrados, há apenas um bairro

---

importante observar que o que separa a continuidade desses dois eixos são apenas elementos geográficos como um rio e vias de transporte, e não uma grande extensão de áreas residenciais de baixa renda. Inclusive, em termos viários essa continuidade acontece de forma muito clara, com várias avenidas importantes desses dois eixos se conectando de forma fluída, a exemplo da Av. Antônio Sales com a Av. Washington Soares, Av. Santos Dumont com Av. Washington Soares, avenidas que cortam a Aldeota no sentido norte-sul com a Av. Padre Antônio Tomás, Av. Via Expressa com Av. Murilo Borges. A intenção desse esclarecimento geográfico é indicar que esses dois eixos de concentração de alta renda não são desconectados e ainda mantém uma mancha urbana contínua da paisagem e experiÊncia urbana, com poucas áreas de baixa renda, , essencialmente aquelas situadas no entorno dos trilhos e margens de cursos hídricos da bacia do Cocó, rompendo a experiência de fluxo contínuo *dessa* "cidade". É esse eixo sudeste de expansão de concentração de alta renda que concentra o maior shopping da cidade (o Iguatemi), a maior universidade particular da cidade, além de concentrar campi de, pelo menos, outras três instituições de ensino superior privadas (Uni7, Estácio, Unichristus), o Centro de Eventos de Fortaleza. Para aqueles que vivem na Aldeota e seus entornos, esses equipamentos não são considerados "fora de mão", apesar da distância, dado o fácil acesso viário por automóvel particular.

com na categoria Alto (o bairro Varjota, pontuando 0,560), também na mesma região central, e constam apenas 10 bairros na categoria Médio, também concentrados em torno dessa mesma centralidade e ao longo do eixo sudeste. Pontuam como Baixo 07 bairros, também nas adjacências da concentração de bairros acima da categoria Médio, e todo o restante da cidade, 94 bairros periféricos, exibe um IDH-B Renda Muito Baixo.

Figura 11 -IDH-B, componente de Renda, de Fortaleza, em 2014



Fonte: Adaptado de Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza - SDE. Disponível em: https://public.tableau.com/app/profile/secretaria.de.desenvolvimento.economico.sde/vizzes

Essa representação espacializada das diferenças de desenvolvimento na cidade recebeu ampla atenção da mídia local. Ignorando a ressalva metodológica do estudo sobre a impossibilidade de comparar o IDH-B com o IDH, jornalistas e publicitários do mercado imobiliário recorreram à régua do imaginário brasileiro da desigualdade socioeconômica global para tentar comunicar a extensão das distâncias sociais no espaço intraurbano de Fortaleza. Em reportagem premiada do jornal Tribuna do Ceará sobre as condições de vida nos assentamentos precários de Fortaleza, intitulada

Violências Invisíveis, a repórter Jéssica Welma, usa como argumento de impacto para justificar a escolha de narrar as condições do bairro Arraial Moura Brasil, uma das mais antigas ocupações precárias da cidade, a equiparação com a pobreza africana[50]:

> Nesses territórios, o acesso a direitos básicos, como educação e saúde e lazer, é ínfimo ou inexistente. É em meio a esse abandono que se estabelece uma série de violências que culminam nos altos índices de homicídios no Estado. O Tribuna do Ceará conheceu de perto a realidade de uma dessas áreas que integram a lista de assentamentos precários segundo a Prefeitura de Fortaleza: o bairro Arraial Moura Brasil. A zona tem um dos índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos da Capital: 0,284, igual ao IDH de Moçambique, na África, o quinto pior do mundo[51].

Recorrendo à mesma estratégia, diversos textos publicitários de imobiliárias, vendendo imóveis nos bairros nobres, prontamente incorporaram a comparação dos índices dos bairros como um indício de qualidade de vida equivalente àquela experimentada em "países desenvolvidos". A Mota Machado, uma das maiores construtoras que atuam na cidade, divulga no seu blog a postagem A experiência de morar no no bairro Meireles[52], divulgando que o bairro paradisiacamente

> atrai pessoas de todas as idades e possibilita acesso fácil às atividades que envolvem lazer, diversão, conveniências, com muita segurança e tranquilidade. [...] Além disso, a região apresenta um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, equiparado aos de Noruega e Austrália, por exemplo.

[50]Estamos bastante cientes do problema de reduzir os 54 países africanos e suas diferenças socioculturais e econômicas numa imagem unificada e estereotipada do continente africano. No entanto, o estereótipo existe, habita e mobiliza o imaginário geográfico popular e é justamente a ela que os autores recorrem para comunicar a ideia de subdesenvolvimento. Apontamos o *uso* da ideia estereotípica, mas não estamos *usando* a ideia estereotípica aqui.

[51]Matéria disponível apenas na página do Scribd, site de hospedagem de documentos textuais, da autora, após encerramento das atividades do Jornal Tribuna do Ceará: https://pt.scribd.com/document/670046628/Violencias-Invisiveis-direitos-basicos-faltam-onde-a-criminalidade-e-iminente

[52]https://motamachado.com.br/blog/a-experiencia-de-morar-no-bairro-meireles-em-fortaleza/

A construtora J.Simões, por sua vez, ao vender o bairro da Aldeota no texto Vai mudar de imóvel? Escolha o bairro da Aldeota[53], argumenta a qualidade de vida garantida de optar pelo bairro:

> Se na Noruega, que é considerado um dos países mais desenvolvidos do mundo, o IDH está em 0,944, em todo o Ceará, a única região com um índice que ultrapassou o país nórdico foi o bairro de Aldeota, que na época registrou um IDH de 0,945. Por esse e por outros motivos, optar por adquirir um imóvel no bairro Aldeota é certamente uma das escolhas mais acertadas para a sua qualidade de vida em Fortaleza.

Em comentário em matéria sobre os preços multimilionários de apartamentos no bairro Meireles, que se tornou o metro quadrado mais caro do Nordeste (R$9.874,00/m²) segundo pesquisa de preços da FipeZap, um empresário do ramo imobiliário comenta:

> Se observarmos o altíssimo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do bairro, (0,953), se considerássemos o Meireles um país, poderia ser comparado ao IDH da Suíça, que é de 0,955. [...] As pessoas descobriram que Fortaleza, notadamente o Meireles, é um dos melhores locais para se viver no Brasil.[54]

Adicionalmente, diferentes estudos, relatórios públicos e matérias de jornal com dados publicamente disponíveis aproveitaram a categorização dos bairros a partir do IDH-B para enfatizar o vínculo entre a desigualdade social e diferentes problemáticas na cidade. Ao avaliar a distribuição das pessoas autodeclaradas pretas nos dados do Censo do IBGE de 2010, matéria do jornal Diário do Nordeste sobre a racialização da pobreza em Fortaleza[55], observa que os 10 bairros com maior concentração de população negra são bairros classificados com IDH-B Muito Baixo. Avaliando a composição racial dos bairros de IDH-B Muito Alto, a jornalista observa que "a proporção de moradores autodeclarados pretos não passa de 3%. São eles: Meireles (2,4%), Dionísio Torres

[53]https://www.jsimoes.com.br/dicas/vai-mudar-de-imovel-escolha-o-bairro-aldeota/

[54]https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/bairro-mais-caro-do-nordeste-meireles-em-fortaleza-tem-imoveis-que-chegam-a-custar-r-19-milhoes-1.3466334

[55]https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/proporcao-de-pessoas-pretas-e-maior-nos-bairros-de-fortaleza-com-menor-idh-veja-dados-por-local-1.3589524

(2,8%) e Aldeota (3,1%). Por outro lado, mais de 59% dos residentes de cada um deles declara-se branco". Em matéria[56] sobre dados divulgados pela plataforma Desigual Lab, do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), em relação à diferença de tempo médio de vida entre os bairros da cidade, o jornal Diário do Nordeste observa que "quem mora no Meireles, por exemplo, bairro com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Fortaleza, vive, em média, até os 75 anos de idade. Já no Conjunto Palmeiras, o de menor IDH da cidade, a expectativa cai para 65 anos". O jornal avalia os dados disponibilizados e divulga que todos os 10 bairros com menor expectativa de vida (todos abaixo de 60 anos) são bairros classificados com IDH-B Muito Baixo; enquanto nos 10 bairros com maior expectativa de vida, todos possuem IDH-B Alto, estando 5 dos 7 bairros com IDH-B Muito Alto nessa lista. Já em matéria sobre a territorialização de políticas de segurança pública, o jornal o Povo publica:

> Nas duas Área Integrada de Segurança (AIS) com o menor número de homicídios registrados neste ano, estão nove dos dez bairros com o melhor IDH da cidade. (...)A AIS 1 registrou apenas três mortes até março deste ano, último mês com dados consolidados pela SSPDS. É lá que estão Meireles, Aldeota e Mucuripe, primeiro, segundo e quarto melhores IDHs da cidade. [...] Já na outra ponta, são as AISes de maior número de homicídios, aquelas que mais têm bairros no top 10 dos piores IDHs da cidade. (...) As áreas registraram no período 35 e 25 assassinatos, respectivamente. (...) Na AIS 2 estão Genibaú (4º pior IDH), Siqueira (5º pior IDH) e Granja Lisboa (8º pior IDH). Já na AIS 9, se localizam Parque Presidente Vargas, Canindezinho e Planalto Ayrton Senna, 2º, 3º e 7º piores IDHs da cidade, respectivamente[57].

Nosso estudo propõe uma investigação qualitativa sobre as estratégias de manutenção da experiência de segregação por parte da "elite urbana". Pretendemos coligir mensurações a partir de análises quantitativas e espaciais presentes na literatura, apesar de uma evidente escassez de tais medidas para a cidade de Fortaleza, para tentar precisar uma leitura mais objetiva do estado atual de segregação da cidade para comparações entre áreas da cidade, com outras cidades ou no tempo. Para nossos propósitos, o cenário de desigualdade revelado ao espacializar indicadores socioeconômicos, apesar da baixa produtividade analítica que bairros como unidades de

[56]https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/moradores-de-bairros-mais-pobres-de-fortaleza-vivem-ate-20-anos-menos-que-de-mais-ricos-veja-mapa-1.349426
[57]https://mais.opovo.com.br/jornal/reportagem/2019/04/29/bairros-com-melhor-idh-tem-menos-homicidios.html

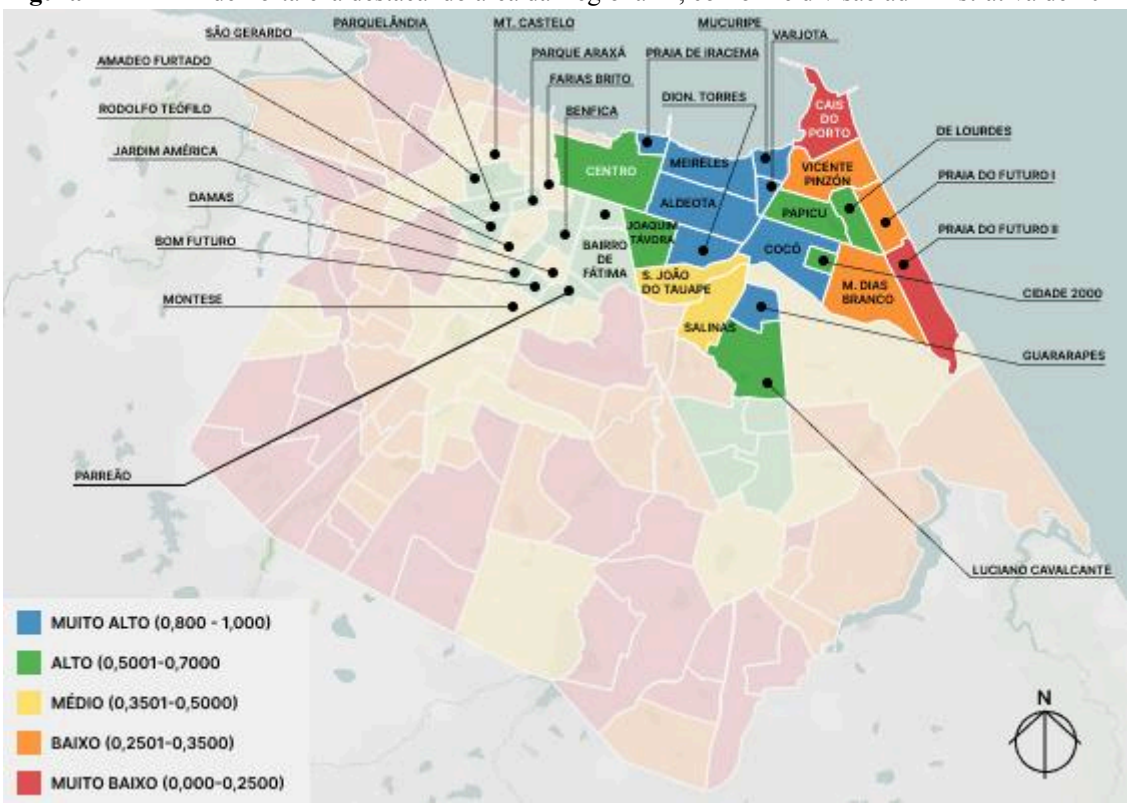
observação nos permitem, assim como a divisão de "mundos" que os discursos construídos sobre tais desigualdades evidenciam sobre condições de vida drasticamente desiguais, são mais que suficientes para constatar e localizar de modo geral no espaço intraurbano a localização da Fortaleza "escandinava" e da Fortaleza "africana".

A distribuição do IDH-B mostra que praticamente toda a zona nobre (a área de grande concentração das camadas de alta renda) se concentra na região leste-sudeste da cidade. Todos os 7 bairros com o IDH-B Muito Alto e 9 dos 10 bairros com os IDH-B mais altos (excluindo apenas o Bairro de Fátima) se localizavam no que então era a Regional II, região administrativa leste e que concentrava a quase totalidade dos bairros mais desenvolvidos, excluindo apenas as pequenas concentrações de renda ao sul do Centro, na área representada pelos bairros José Bonifácio, Bairro de Fátima, Parreão e Benfica, e a oeste do Centro, na área representada pelos bairros Parque Araxá, Parquelândia, São Gerardo e Amadeu Furtado. Essas regiões "do Bairro de Fátima" ou da "Reitoria" e "da Parquelândia" ou "do North Shopping", como sintetizaram alguns entrevistados, são regiões que compõem o que se parece ser o imaginário geográfico da cidade como áreas de "classe média-média", menos intensamente verticalizadas, com ocupações de casas unifamiliares de médio porte, pequenos comércios, oferta de serviços especializados de menor intensidade, e com maior proximidade física e simbólica do centro histórico da cidade. Embora também façam parte de uma área centralizada de concentração de desenvolvimento, situam-se em uma espécie de oposição simbólica à região leste-sudeste de concentração de bairros desenvolvidos. São regiões, como expressaram alguns dos entrevistados, "depois da Aldeota", "pro lado de lá". Já o conjunto de bairros de maior IDH-B a leste do Centro, dentro do que era a Regional II, mostram com clareza como os bairros ricos de Fortaleza, como outras metrópoles brasileiras, parecem "caminhar" na mesma direção, seguindo eixos viários na direção leste (Av. Santos Dumont e Av. Abolição) e sudeste (Av. Washington Soares) (Figura 12).

No entanto, nosso recorte geográfico de interesse específico não corresponde à totalidade dessa zona nobre. Nos interessamos especificamente por um conjunto de três bairros que constituem o que entendemos como a fronteira intra-urbana criada pela expansão da zona nobre de Fortaleza no seu sentido leste: os bairros Cocó, Papicu e de Lourdes - todos eles cercados proximamente por bairros populares e ocupações

precárias Esses bairros, nomeados na Figura 12, compõem o que chamamos de fronteira intra-urban. A ideia de fronteira intra-urbana leste não é nem oficialmente determinada enquanto tal - i.e., com base em propriedades e características específicas observadas pela gestão municipal - tampouco é definida a partir de um tipo ideal presente na literatura - i.e., um conjunto de propriedades típicas que sirvam de parâmetro para sua caracterização e estudo. Cumpre, portanto, esclarecer o status que justifica o recorte.

Figura 12 -IDH-B de Fortaleza destacando área da Regional II, conforme divisão administrativa de 2014



Fonte: Adaptado de Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza. Disponível em: https://public.tableau.com/app/profile/secretaria.de.desenvolvimento.economico.sde/vizzes

Discutimos anteriormente que uma fronteira não é uma linha divisória, mas uma faixa que presume o encontro e interação entre diferenças, seja tal interação harmoniosa, conflituosa ou nula.

O primeiro argumento justificativo é puramente geodemográfico: os bairros Cocó, Papicu e De Lourdes são os "últimos" bairros com IDH-B Alto ou Muito Alto[58] e

[58] O bairro Cidade 2000, cuja delimitação é a do Conjunto Habitacional Cidade 2000, construído nos anos 1970, também apresenta IDH-B Alto, mas um IDH-B Renda Muito Baixo. O pequeno bairro, incrustado no território do bairro Cocó, ainda preserva sua característica edilícia de pequenas casas e

com IDH-B Renda Médio e Muito Alto no vetor leste de expansão da ocupação das camadas de maior renda em torno da Av. Santos Dumont, que conecta o Centro ao litoral leste, na Praia do Futuro. No entorno desses três bairros se localiza o que nos referimos neste trabalho como a periferia leste da cidade, região que foi historicamente ocupada por camadas de baixa renda ao longo do desenvolvimento urbano de Fortaleza. Conforme as classes médias-altas expandiram sua ocupação ao longo da Av. Santos Dumont e litoral leste, populações de baixa renda deslocadas por esse processo e fluxos migratórias da zona rural se concentraram nas áreas livres mais à leste, à época menos valorizadas pelo mercado imobiliário devido à distância relativa, especialmente na região do Grande Mucuripe, formando os bairros densamente populados do Vicente Pinzón, anteriormente bairro Mucuripe, e do Cais do Porto, em torno do complexo industrial do Porto do Mucuripe.

Como ilustração da intensidade dessa ocupação, segundo dados do Censo de 2010, só o bairro Vicente Pinzón, ao norte do bairro Papicu, possui uma população de 45.518 pessoas, superior à população do Cocó (20.492), Papicu (18.370) e De Lourdes (3.370), que somam 42.232 pessoas. Somada com a população do bairro Cais do Porto (22.382), a população dos bairros de IDH-B Muito Baixo da região do Grande Mucuripe somam 67.900 pessoas, conformando um território de baixa renda bastante adensado. Os bairros Cidade 2000 (pop. 8.272), Praia do Futuro I (pop. 6.630), Praia do Futuro II (pop. 11.957) e Manoel Dias Branco (pop. 1.447) são menos populosos (mas ainda representam uma população de 28.306) e, à exceção da Cidade 2000, possuem grandes extensões de áreas livres que podem ser visadas pelo mercado imobiliário para a expansão das ocupações das camadas de maior renda.

Diferentemente das regiões ao sul e oeste do Centro, onde bairros de classe média e média baixa produzem uma espécie de buffer socioeconômico e paisagístico entre as enormes regiões periférica sul-sudestes e sudoeste-oeste e a centralidade da cidade, na região leste e sudeste uma progressiva expansão da zona nobre ocorre

socioeconômica de famílias de renda baixa e média-baixa. No entanto, são correntes na mídia jornalística local e em comentadores da cidade em blogs locais o problema da "especulação imobiliária" que os prédios no entorno trouxeram para a Cidade 2000. Relatos na pesquisa, por exemplo, mencionam famílias de alta renda que possuem "casa de fim de semana" no bairro, assim como de funcionários públicos de alta renda e capital cultural que optaram por viver ali. Apesar dos indícios, pesquisas sobre a ocorrência ou não de um processo de gentrificação no bairro ainda não foram realizadas na academia local. Ver matérias que mencionam o problema da especulação na região sobre a Cidade 2000 disponíveis em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/cidade-2000-perdeu-sua-estrutura-original-1.715243; http://www.fortalezaemfotos.com.br/2016/03/bairro-cidade-2000.html

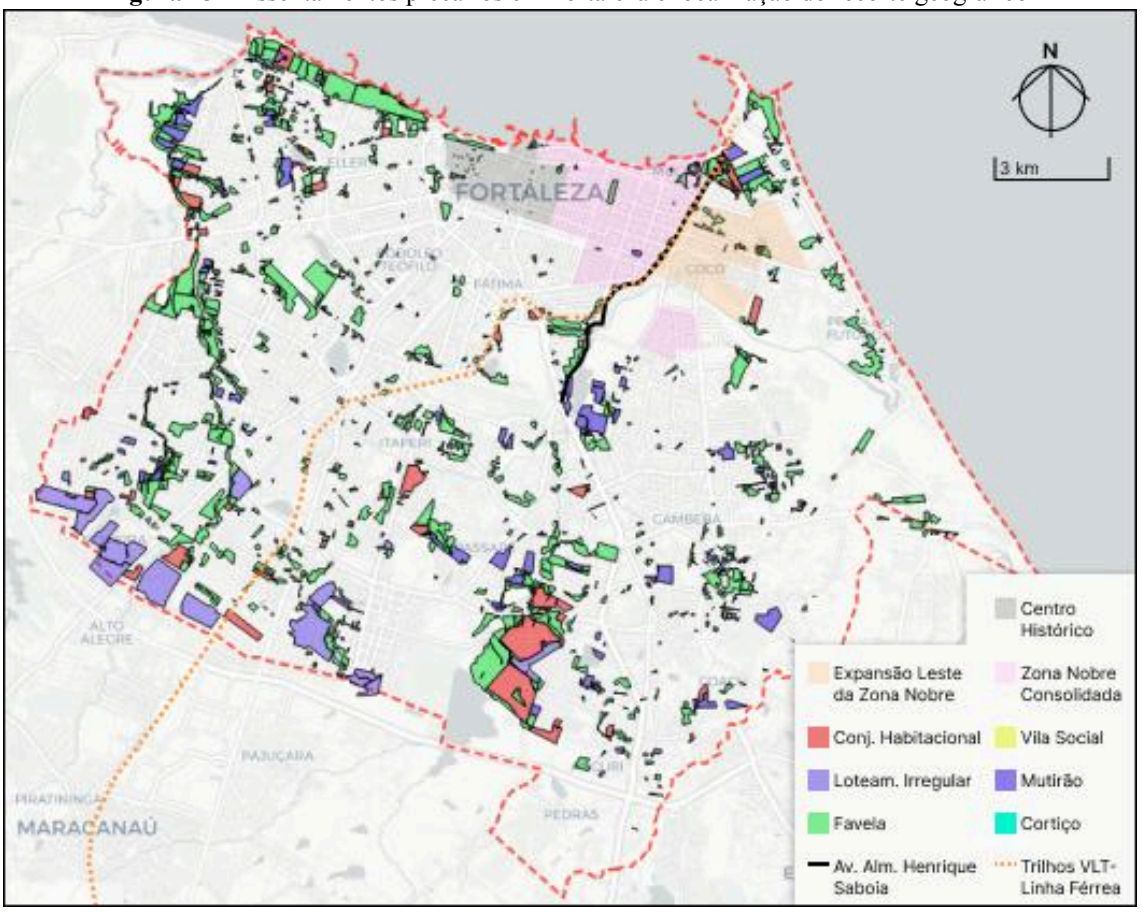
criando uma situação de maior proximidade espacial entre populações socialmente distantes em termos de renda e qualidade de vida.

Argumentar essa aproximação física de distâncias sociais a partir de bairros como unidades espaciais de análise, no entanto, é insuficiente. Como argumentamos antes, os bairros não são unidades socioespaciais homogêneas e possuem pouca granularidade para suportar bem o argumento de que a nossa área de interesse encapsula ordenamentos espaciais diversos e, por isso, socioespacialmente mais complexos. Abandonando o recorte da cidade em bairros, podemos adotar uma divisão espacial entre cidade formal infraestruturada e cidade informal precária para suportar esse argumento com mais clareza.

A Figura 13 mostra o mapeamento de assentamentos precários realizado pela Prefeitura de Fortaleza. Podemos visualizar a frente leste de expansão da zona nobre - região alaranjada situada a leste do limite geográfico da Av. Almirante Henrique Saboia, que tangencia o traçado dos trilhos do atual VLT Parangaba-Papicu, formada pelos bairros Papicu, Cocó e de Lourdes - e a zona nobre consolidada - formada pela centralidade do bairro Aldeota e seus bairros satélites, destacada em tonalidade de rosa. Observa-se que a frente leste de expansão da zona se aproxima de uma concentração bem mais expressiva de assentamentos precários na periferia leste em comparação com a zona nobre consolidada, em que permanece algumas comunidades de baixa renda que resistiram às pressões de des-territorialização das elites.

É possível observar ainda pela distribuição dos assentamentos precários na Figura 13 que, conforme a zona nobre caminha para leste do centro histórico (destaque em cinza), ela encontra as ocupações históricas de populações expulsas por e marginalizadas desse processo de expansão. Isso é especialmente evidente na expansão da orla leste, onde a avenida Beira-mar, com seus hotéis e edifícios de altíssimo padrão encontraram a “barreira” dos assentamentos precários da região do Mucuripe (região hoje desmembrada entre os bairros Mucuripe e Vicente Pinzón) e da Varjota.

Figura 13 - Assentamentos precários em Fortaleza e localização do recorte geográfico



Fonte: Adaptado de PMF - Fortaleza em Mapas, a partir de dados do PLHIS (2012) e do Plano Fortaleza 2040 (2016)

Excluindo a área do bairro do Mucuripe[59], são mapeados apenas 06 assentamentos precários dentro de toda a área da zona nobre consolidada em torno da Aldeota, todos distantes entre si: a favela do Japão (dois trechos que somam 57 imóveis), na Praia de Iracema; a Favela Piniquinhos (21 imóveis), na Varjota; a Favela Campo do América (581 imóveis), que atravessa os bairros Meireles e Aldeota; e a Vila Vicentina (44 imóveis), o Conjunto Santa Cecília (popularmente conhecido como Comunidades das Quadras, 460 imóveis) e três trechos da Favela dos Trilhos (somando 354[60] imóveis), ocupação irregular ao longo dos trilhos da linha férrea, no bairro Dionísio Torres; chegando a um total aproximado de 1.517 imóveis.

[59]Também uma região de fronteira da zona nobre, com 7 favelas dentro do seu território totalizando aprox. 1299 imóveis: Papoco, Sta. Edwirges/Varjota, João Arruda em dois trechos, Saporé, Rua Tereza Hinko, Comunidade Riacho Maceió e Praça do Coqueiro.

[60] Excluindo estimativa de 50 imóveis de trecho localizado do outro lado da Av. Almirante Henrique Sabóia, no bairro Cocó.

Já na frente leste de expansão da zona nobre são mapeados 12 assentamos precários, 01 no bairro Cocó (um trecho da Favela dos Trilhos, trecho São Vicente de Paula, em que estimamos 50 dos 214 imóveis[61]) e outros 11 localizados no bairro Papicu: a Favela Rio Pardo ou Trilho I (265 imóveis); a Travessa Pelotas ou Jardim Nova República (300 imóveis); Favela Rua André Dall'olio (dois trechos somando 119 imóveis); Favela Novo Lar ou Jardim Nova Esperança (560 imóveis); Favela Verdes Mares (619 imóveis); Telemar (46 imóveis); Favela Santos Dummont /Areia Grossa /Areia (326); Favela Come Burra (86 imóveis); Favela Joaquim Lima (13 imóveis); Favela Pau Fininho e o Conjunto Papicu, que reassentou famílias dessa favela (respectivamente 425 e 488 imóveis); chegando ao número aproximado de 2.472 imóveis. Muito embora o bairro de Lourdes não apresente nenhum assentamento precário em seu interior e o bairro Cocó apresente apenas um trecho da Favela do Trilho, esses bairros são adjacentes a assentamentos precários expressivos. O bairro de Lourdes tangencia a Favela Luxou (700 imóveis), além da já citada favela do Pau Fininho e o bairro popular do Vicente Pinzón ao norte. E o bairro Cocó, além de cercar o Conjunto Habitacional Cidade 2000, já consolidado como um bairro, é adjacente à Favela do Gengibre (280 imóveis); à Favela Cidade 2000/Cocó (112 imóveis); e ao conjunto habitacional Farol Novo/Gengibre (890 imóveis), que reassentou famílias das favela do Gengibre e do Farol, localizada na região do Vicente Pinzón.

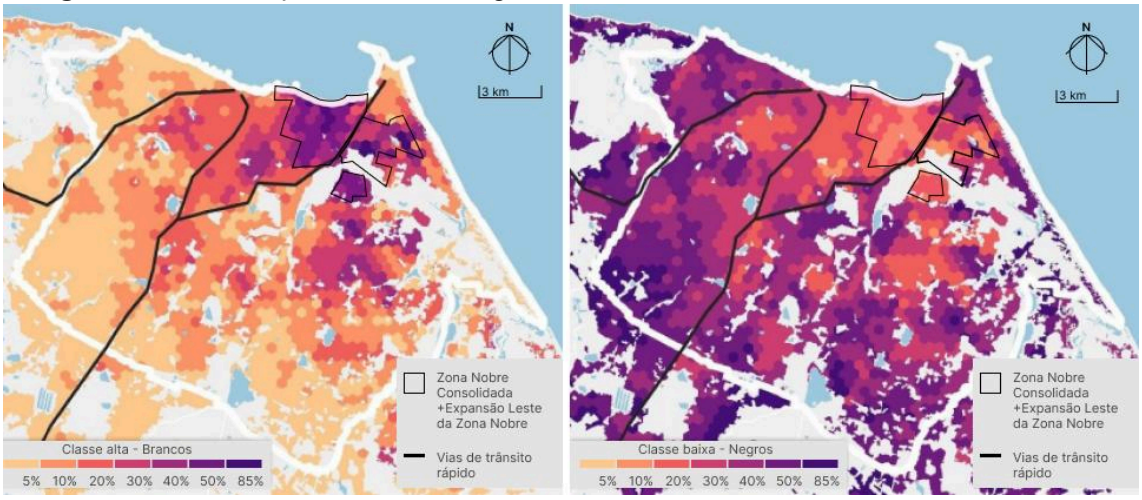
Fica evidente, analisando a distribuição dos assentamentos precários na região leste de Fortaleza, que os bairros de maior renda que tomamos como recorte geográfico se encontram mais próximos da realidade periférica da cidade. Não só o bairro Papicu sozinho apresenta uma concentração bem mais expressiva de assentamentos precários no seu interior do que toda a zona nobre consolidada, mas esses bairros nobres a leste também são tangenciados por assentamentos de forma bem mais expressiva que a zona nobre consolidada, que possui em todas as direções bairros consolidados que atuam como buffers de classe média, afastando a periferia para um lugar em que raramente membros da elite urbana experienciam.

Para uma resolução ainda mais fina de análise dessa maior aproximação entre camadas de alta e baixa renda na frente leste de expansão da zona nobre de Fortaleza, podemos recorrer ao minucioso trabalho de Bittencourt et al (2020).

[61] Via contagem visual de imóveis na volumetria sugerida pela representação do Google Maps.

Evitando ignorar a importante componente racial envolvida na estratificação social e na segregação urbana no Brasil, os autores produziram mapas dasimétricos a partir de um modelo de estratificação social que leva em consideração dados de renda, educação, ocupação e raça do Censo de 2010. Eles espacializaram categorias socioeconômicas de classe, modulada por diferenças de raça, em uma análise quantitativa de desigualdades de mobilidade comparadas entre quatro cidades brasileiras. A Figura 14 exibe lado a lado a concentração espacial dos dois extremos da estratificação social: brancos de classe alta e negros de classe baixa em Fortaleza.

Figura 14 - Concentração de residentes negros de baixa renda e de residentes brancos de alta renda



Fonte: adaptado de mapa da Região Metropolitana de Fortaleza de Bittencourt et al (2020)

É possível observar duas manchas de forte concentração de brancos de classe alta na área de expansão leste da zona nobre, após o recorte de via de trânsito rápido correspondente ao traçado gêmeo da Av. Almirante Henrique Sabóia e dos trilhos da linha férrea Parangaba-Mucuripe. Uma correspondente à área do bairro Cocó, entre o Parque Ecológico do Cocó e Av. Santos Dumont e outra correspondente ao bairro de Lourdes. Já a área do bairro Papicu apresenta mais diversidade. E em comparação com a zona nobre consolidada em torno da Aldeota - a oeste do traçado das vias de trânsito rápido - e do bairro Guararapes - no início do eixo de expansão sudeste e separado da região da Aldeota pelo percurso e mata ciliar do rio Cocó (perceptível pela mancha branca sem ocupação de traçado irregular que segue para a orla leste) - também é possível observar uma maior proximidade de áreas de concentração de negros de classe

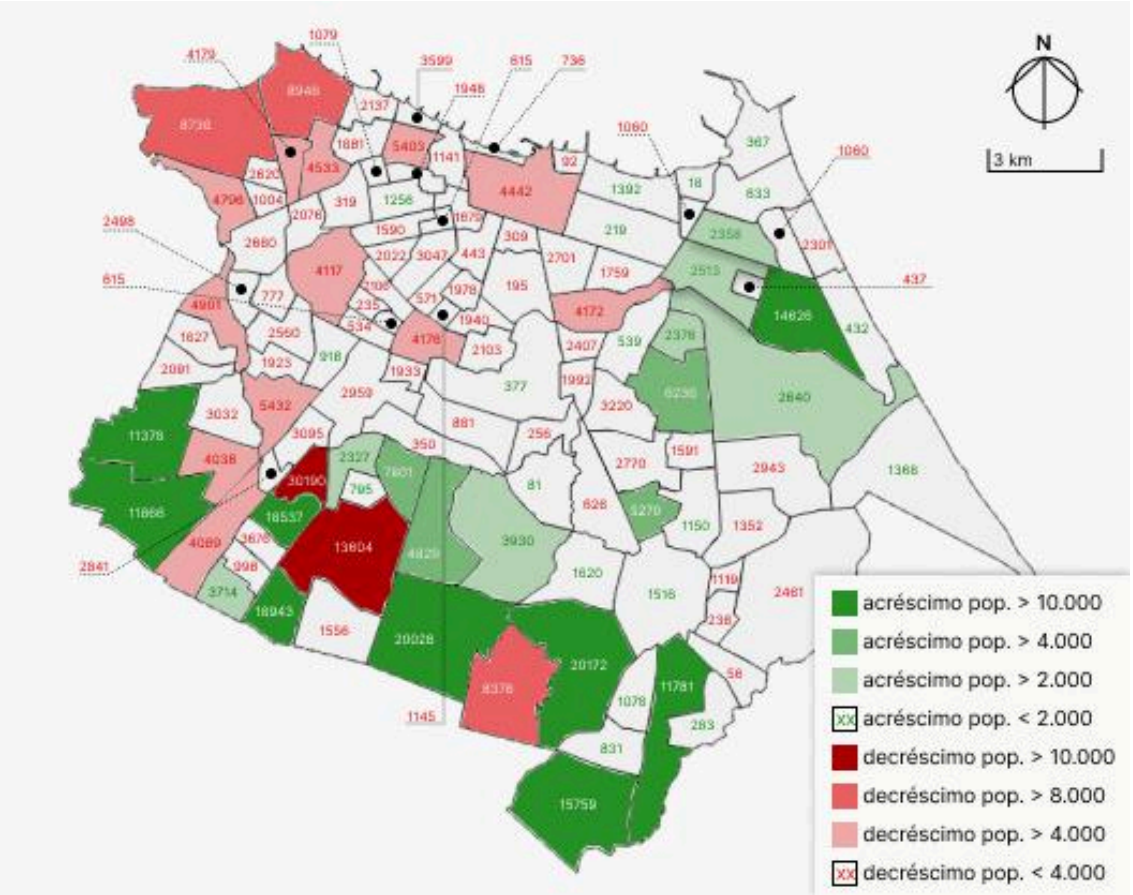
baixa na frente de expansão leste. Enquanto no entorno da zona nobre consolidada é observável áreas de concentração mais diversificadas que o território periférico, expressivamente marcado pela maior concentração da população negra de classe baixa, na frente leste de expansão da zona nobre é possível visualizar uma adjacência mais próxima de áreas de composição demográfica similares ao vasto território periférico de Fortaleza. Entre os edifícios de alto padrão do Cocó, um grande shopping no Papicu, as mansões do de Lourdes e a periferia leste não existem bairros de classes média ou populares formais como transição.

Adicionalmente, comparação entre dados demográficos do Censo de 2010 e 2022 nos mostram que, embora a população de Fortaleza tenha diminuído no período, alguns bairros se tornaram significativamente mais populosos enquanto outros experimentaram um decréscimo populacional. A Figura 15 ilustra a variação de população para cada bairro e destaca os bairros que apresentaram variação mais significativa na cidade.

Percebe-se um crescimento concentrado na periferia sul de Fortaleza: excluindo dois novos bairros criados em 2019 (Novo Mondubim e Acarapé) a partir de redesenho da divisão administrativa e desmembramento de bairros populosos, constam 6 bairros com acréscimo populacional acima de 10.000 pessoas, e dois deles com acréscimo acima de 20.000 pessoas. Analisando apenas a região norte de Fortaleza, enquanto a cidade decresce populacionalmente na região oeste, ela cresce na direção leste, embora em números singelos diante da intensidade do aumento demográfico do sul da cidade. Concentrando nossa análise apenas no conjunto de bairros de IDH-B Muito Alto, Alto e Médio em torno do centro histórico, é possível observar que os bairros de classe média ao sul e oeste do Centro (região em torno do Bairro de Fátima-Benfica e região em torno da Parquelândia-São Gerardo) apresentam diminuição populacional ou variações inexpressivas (à exceção do bairro São Gerardo, no eixo oeste, com acréscimo de 1256 pessoas). Na zona nobre consolidada em torno da Aldeota, apenas o bairro Meireles apresenta aumento relevante (+1.392 pessoas), enquanto a Aldeota (+219 pessoas), o Mucuripe (+18 pessoas) e a Praia de Iracema (-92 pessoas) apresentam variação de pouca relevância, indicando sua estabilidade demográfica; já o Dionísio Torres e a Varjota apresentam uma redução relevante de população, 1759 e 1060 pessoas a menos, respectivamente.

Ao contrário dessa estabilidade ou leve diminuição na zona nobre consolidada, verifica-se que as áreas de expansão da zona nobre apresentam crescimento significativo. No eixo de expansão sudeste, o bairro Guararapes apresenta um acréscimo de 2.376 pessoas, o bairro Edson Queiroz, 2.640 pessoas, e o bairro Eng. Luciano Cavalcante, um aumento de 6.236 pessoas. Na área de expansão leste também ocorre um crescimento expressivo. O Cocó e o Papicu apresentam um aumento populacional relevante, um acréscimo de 2.513 e 2.358 pessoas, respectivamente, enquanto o bairro de Lourdes apresenta uma redução significativa, dada a sua já pequena população, de menos 1060 pessoas. O bairro Manoel Dias Branco, no entanto, apresenta o maior crescimento populacional na região norte de Fortaleza, com 14.626 pessoas a mais em uma década.

Figura 15 - Variação da população por bairro de Fortaleza entre 2010 e 2022



Fonte: Produzido pelo autor a partir de dados do Jornal Diário do Nordeste[62] e IBGE/IPPLAN

[62]Matéria disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/veja-quais-bairros-de-fortaleza-mais-ganharam-e-perderam-moradores-entre-os-ultimos-censos-do-ibge-1.3524792

Ao lado do crescimento populacional da zona leste, as estratégias realizadas por agentes do mercado imobiliário e pelo Estado também são indicadores de um processo de expansão da zona nobre em torno do eixo da Av. Santos Dumont através da criação artificial de centralidades como fator de valorização imobiliária. Sobre esse processo, Vargas (2018, p. 2701-271) comenta:

> O empreendedor imobiliário promove um grande negócio imobiliário lastrado no comércio. Para ele, se a centralidade não existir, ele vai criá-la. Como exemplo desse fenômeno podem ser citadas as galerias comerciais no século XIX e os *shopping centers* no século XX, para mencionar alguns. Como foi visto exaustivamente, o capital imobiliário está, cada vez mais, envolvido com as atividades terciárias e, para manter o interesse de investidores nos seus empreendimentos e torná-los exitoso, adota estratégias de negócios capazes de criar atributos de centralidade, com a qual não costuma ter compromissos futuros. Ao criar centralidades, garante a valorização dos empreendimentos que virão na sequência. (p. 270-271)

Talvez o projeto recente mais significativo de valorização frente leste de expansão seja a implantação do segundo maior shopping da cidade, o RioMar Fortaleza. O equipamento foi construído no âmbito da Operação Urbana Consorciada (OUC) Lagoa do Papicu, em uma antiga área de ocupação industrial desativada na divisa dos bairros Papicu e de Lourdes. O projeto, inaugurado em 2014, foi tão ambicioso na produção artificial de uma nova centralidade para a elite urbana que ele disputa o título de maior shopping da cidade com o shopping Iguatemi, principal centralidade do eixo sudeste de expansão da zona nobre desde 1982, e que um ano depois da inauguração do novo concorrente concretizou sua sexta expansão para se equiparar ao novo centro comercial recém-implantado no eixo leste. Ambos, vale ressaltar, são equipamentos que figuram entre os 10 maiores shoppings do país. O RioMar Fortaleza foi construído com um investimento que somou R$1,25 bilhões, entre investimento das empresas incorporadoras e construtoras e investimentos de lojistas, totalizando 114.000m² de área construída em um terreno de 320.000m² e 93.000m² de área bruta locável. Além do shopping de grande porte, as incorporadoras ainda investiram R$500 milhões na construção de um complexo residencial e empresarial em uma área de 92.000m² adjacente ao equipamento, que prevê a construção de 18 torres, duas comerciais e as outras 16 distribuídas entre um hotel e seis condomínios residenciais de alto padrão, dos

quais três já estão concretizados e habitados por centenas de famílias de classe média-alta. O valor geral de vendas (VGV) esperado com o empreendimento imobiliário de uso misto é estimado em aproximadamente R$1 bilhão. Entre os cerca de R$1,75 bilhões investidos, a OUC Lagoa do Papicu destinou cerca de R$40 milhões para a "revitalização" do entorno do projeto[63].

Além do complexo imobiliário e shopping implantados com a OUC Lagoa do Papicu, outro indício expressivo do aquecimento imobiliário da região leste para o mercado de alta renda é o direcionamento recente da área de 25 hectares localizada no bairro Manoel Dias Branco, antes exclusivamente dedicada à realização do Fortal, um dos maiores carnavais fora de época do Brasil, para a construção de um condomínio de casas de luxo em lotes de 500m². A incorporadora e construtora Idibra, empresa pertencente ao grupo empresarial Dias Branco, divulgou na mídia que o projeto está em fase de análise e aprovação[64]. O empreendimento deverá seguir os moldes de loteamentos de acesso controlado ou fechados de alto padrão, como o Alphaville, tipicamente implantados na região metropolitana de Fortaleza. A média de preço de lotes em projetos dessa natureza, conforme apurado em matéria jornalística local, gira em torno de R$4 milhões. O projeto parece ser a culminância da estratégia imobiliária do grupo familiar empresarial Dias Branco, cujo patriarca dá nome ao bairro, que loteou a região há décadas e por pelo menos 20 anos foi um dos principais patrocinadores da

[63]Conforme informações colhidas da Associação Brasileira de Shopping Centers e matérias da imprensa local e nacional, disponíveis em:
https://abrasce.com.br/;
https://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/10/riomar-abre-nesta-quarta-com-201-lojas-e-investimento-de-r-125-bi.html;
https://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/04/grupo-jcc-comemora-33-anos-do-iguatemi-fortaleza-com-6-expansao.html;
https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2015/10/expansao-do-iguatemi-fortaleza-vence-premio-nacional.html;
https://exame.com/mercado-imobiliario/os-15-maiores-shoppings-do-brasil/;
https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/evolution-central-park-une-conforto-e-praticidade-em-regiao-privilegiada-da-capital-1.3431388;
https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2016/10/complexo-evolution-central-park-no-bairro-do-papicu-comeca-a-ser-ent.html;
https://www.opovo.com.br/noticias/especialpublicitario/mouradubeux/2020/05/27/uma-nova-york-cearense--conheca-complexo-residencial-e-comercial-da-moura-dubeux.html;
https://lancamentosfortaleza.wixsite.com/evolutioncentralpark

[64]Conforme matérias divulgadas no jornal Diário do Nordeste, disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/terreno-de-antiga-cidade-fortal-dara-espaco-para-condominio-de-casas-de-luxo-1.3504766;
https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/entretenimento/e-hit/onde-sera-o-fortal-2024-micareta-sai-do-bairro-manoel-dias-branco-e-ocorrera-em-novo-espaco-1.3501759

realização do Fortal naquela área. Em entrevista à matéria que noticia o destino da antiga Cidade Fortal, o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Ceará (Sinduscon-CE) corrobora a estratégia afirmando que "não temos condomínio de lotes dentro de Fortaleza. Portanto, será um sucesso e acreditamos na valorização do entorno".

Projetos imobiliários como os mencionados acima revelam projetos amplos de valorização imobiliária da região leste de Fortaleza - i.e., uma "crença na valorização do entorno" compartilhada e que pauta os agentes do mercado imobiliário - que não ocorrem sem a cooperação do Estado. Por exemplo, não só a instalação do shopping RioMar e do complexo residencial-empresarial Evolution Central Park só foram possíveis no âmbito de uma Operação Urbana Consorciada, que flexibilizou a legislação urbanística e ambiental sob o argumento de ganhos com as melhorias urbanísticas no entorno do projeto, com a arrecadação de impostos e também com a atuação do mercado imobiliário na construção de torres residenciais e comerciais na região leste. Com a força de centralidade artificial do shopping, a região foi "beneficiada" com a construção de um novo farol em 2017, o maior da América Latina e sexto maior do mundo, que passou a permitir construções 30% mais altas naquela área. O investimento também foi uma parceria público-privada entre a Marinha brasileira - visando os benefícios náuticos do equipamento - e o grupo empresarial J.Macêdo - visando os benefícios de negócios imobiliários do equipamento. Por sua vez, o projeto de condomínio de casas de luxo no bairro Manoel Dias Branco só se tornou viável com aprovação recente da Lei Complementar nº 375, de novembro de 2023, que regulamenta "o parcelamento do solo urbano para fins de constituição de loteamento de acesso controlado no Município de Fortaleza"[65]. Em entrevista a uma matéria que noticia a inauguração do novo Farol, o então prefeito da cidade, Roberto Cláudio, afirmou que "o farol é um limitador de gabarito para o desenvolvimento urbano desta área da Cidade. Com o aumento desse gabarito, a gente vai poder estabelecer novas operações urbanas consorciadas, vai poder ter atividades diversas e atrair muito mais investidores".[66]

[65]Conforme disposto na Lei Complementar 375/2023, disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ce/f/fortaleza/lei-complementar/2023/38/375/lei-complementar-n-375-2023-estabelece-o-regulamento-do-loteamento-de-acesso-controlado-no-municipio-de-fortaleza-e-da-outras-providencias-de-ordem-urbanistica

[66]Conforme matéria publicada no jornal O Povo, disponível em: https://mais.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/09/tamanho-de-novo-farol-do-mucuripe-permitira-construcoes-mais-altas.html

Na esteira do poder público no processo de indução da expansão da ocupação da região leste de Fortaleza de forma a contribuir para a sua valorização imobiliária e atuação dos agentes produtores do mercado imobiliário, é importante destacar ainda algumas intervenções e redesenhos de planejamento e política urbana relevantes na região nas últimas décadas.

Desde 2004, uma outra Operação Urbana Consorciada foi aprovada na região, a OUC Dunas do Cocó. O projeto pretendia flexibilizar o zoneamento ambiental de Fortaleza para o reparcelamento uma área de cerca de 4 ha, às margens do rio Cocó, que seria destinada à construção de casas ou condomínios de casas, prevendo um redesenho do sistema viário construindo uma via paisagística de acesso ao litoral leste, sob o argumento de que assim seria possível garantir a preservação do meio ambiente combatendo ocupações irregulares predatórias ao garantir a ocupação formal de baixa densidade e oferecendo contrapartidas, tais como a extensão do Parque do Cocó em um parque linear e a instalação e financiamento de equipamentos e projetos de educação ambiental no parque. Muito embora esta tenha sido a segunda OUC regulamentada em Fortaleza, através da lei nº 8.915/2004[67], o projeto encontrou grande resistência local e ainda se encontra em disputa judicial. O projeto não foi levado adiante na gestão 2004-2012 (Luizianne Lins, PT), sendo paralisado pelo Ministério Público em 2011[68]. Durante a gestão 2012-2020 (Roberto Cláudio, PDT), através do artigo 283 da Lei Municipal Complementar nº 236/2017, a PMF tentou revogar a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico do Cocó (ARIE Cocó, instituída pela Lei 9.502/2009[69]). A dissolução da ARIE foi suspensa pela justiça por meio de liminar em 2017 e a decisão foi ratificada em 2019, proibindo intervenções não condizentes com a conservação da natureza na área[70]. Até 2018, quando da divulgação de resultados do o programa Fortaleza Competitiva, elaborado em 2017 a partir de diretrizes do Plano Fortaleza 2040 (2016), a OUC Dunas do Cocó ainda constava como uma operação em

[67]Disponível em: https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/programas/fortaleza_cidade_empreendedora/oucs_vigentes/lei_ouc_-_dunas_coco.pdf
[68]Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trf-5/178170819/inteiro-teor-178170858
[69]Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ce/f/fortaleza/lei-ordinaria/2009/951/9502/lei-ordinaria-n-9502-2009-dispoe-sobre-a-criacao-da-area-de-relevante-interesse-ecologico-arie-dunas-do-coco-e-da-outras-providencias
[70]Sobre o assunto, ver: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/06/13/justica-mantem-suspensao-da-norma-que-revoga-arie-do-coco.ghtml

andamento (HISSA, ARAÚJO, 2017; CAVALCANTI, 2014, FORTALEZA, [201-], FORTALEZA, 2018).

No âmbito do mesmo programa Fortaleza - Cidade Competitiva , um estudo de consultoria contratada pela PMF (FORTALEZA, 2018) identificou 15 áreas potenciais para OUCs, das quais propõe o envio de minutas para a Câmara Municipal de seis destas, entre elas a OUC Maceió-Papicu. Esta OUC propõe conectar duas OUCs concluídas (Riacho Maceió e Lagoa do Papicu), argumentando como potencial a localização estratégica em termos de mobilidade, a "recuperação de mais-valia a partir da OUC Lagoa do Papicu já existente" e a condição de "área de maior valorização de preço da terra com a presença de terrenos vazios" (FORTALEZA, 2018, p.24). O estudo propõe para a área incentivos à vocação econômica da área no que se refere a comércios, serviços e atividades de lazer e entretenimento, assim como o aumento do índice de aproveitamento de lotes de 3 para 5 e o aumento do limite de altura de 72m para 95m.

Ao longo das autointituladas "gestões empreendedoras" municipais dos últimos 12 anos, um marco do planejamento urbano da cidade foi o Plano Fortaleza 2040[71] concluído em 2016, especificando e, em muitos casos, alterando as orientações do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR), aprovado em 2009. Entre uma ampla gama de definições da política urbana, o Fortaleza 2040 cumpre a diretriz do PDPFOR - que estabelece o setor leste como Zona de Ocupação Prioritária 1 (ZOP1) - e toma o setor leste como uma região estratégica em função do seu potencial econômico de alta valorização de terras disponíveis e do seu potencial turístico. Nesse sentido, visando inserir o litoral leste na economia do turismo e dinamizar a economia imobiliária da região, a PMF prospectou fundos internacionais com o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) para financiar o programa Fortaleza - Cidade com Futuro, orientando R$ 270 milhões para investimento em infraestrutura turística, visando a realização de obras de infraestrutura na Beira Mar (orla turística e região hoteleira no bairro Meireles, na zona nobre consolidada) e na orla da Praia do Futuro, no litoral leste. Nesse sentido, o plano Fortaleza 2040 instituiu um plano urbanístico de

[71]Segundo definição do próprio plano, "o Plano Fortaleza 2040 é um planejamento para a cidade de Fortaleza com estratégias a serem implementadas no curto, médio e longo prazo (tendo como horizonte o ano 2040), contemplando: Plano Mestre Urbanístico; Plano de Mobilidade; e. Plano de Desenvolvimento Econômico e Social". Disponível em: https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/

integração das áreas da Praia do Futuro, da foz do Rio Cocó e do Parque Municipal das Dunas da Sabiaguaba. O Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba, anunciado no início de 2021[72] e construído em 2022[73] pelo Governo do Estado, é um projeto inserido nessa estratégia de ativação do potencial produtivo turístico do litoral leste pouco adensado. Coincidentemente ou não, seis meses antes do anúncio do projeto, foi dada entrada em processo de aprovação para loteamento de 50 hectares em Área de Proteção Ambiental (APA) na Sabiaguaba para a construção do projeto Verana Fortaleza, que previa a incorporação de 571 lotes de 300m²[74]. O projeto foi impedido pela mobilização de ambientalistas[75]. No entanto, a busca de otimizar o potencial produtivo das localizações no eixo de expansão leste para o mercado imobiliário é contínua. Em 2024, representantes políticos seguem tentando redesenhar o zoneamento da cidade, propondo, por exemplo, a transformação de 11 hectares de Zona de Interesse Ambiental no bairro Manoel Dias Branco em Zona de Ocupação Prioritária, removendo restrições edilícias região sob o argumento de que, no bioma de dunas e vegetação arbustiva, não há "árvores" e é possível um "um uso mais eficaz do solo"[76].

Também é relevante apontar que o Programa de Apoio a Parques Tecnológicos e Criativos de Fortaleza (PARQFOR), criado no âmbito da Lei de Incentivos Fiscais n° 205/2015 (FORTALEZA, 2017), determinou em 2015 a delimitação do Parque Tecnológico da Praia do Futuro, uma poligonal que atravessa os bairros Cais do Porto, Vicente Pinzón, Praia do Futuro I, Praia do Futuro II e Manoel Dias Branco, dentro da qual empresas de tecnologia podem ser implantadas recebendo benefícios fiscais[77]. A proposta do parque tecnológico é aproveitar o ponto de conexão de cabos submarinos de fibra óptica que já haviam sido instalados na região da Praia do Futuro, além de

[72]https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/01/08/projeto-transforma-barracas-sabiaguaba-centro-gastronomia-veja-imagens.html
[73]https://www.ceara.gov.br/2022/03/29/complexo-ambiental-e-gastronomico-da-sabiaguaba-e-inaugurado-para-estimular-o-turismo-ambiental-em-fortaleza/
[74]https://oeco.org.br/reportagens/loteamento-ameaca-dunas-em-fortaleza/
[75]https://agenciaeconordeste.com.br/biodiversidade/embargo-do-ibama-reforca-luta-pela-preservacao-das-dunas-da-sabiaguaba/
[76]https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2024/06/07/coco-quase-metade-de-area-de-protecao-ambiental-que-pode-ser-extinta-possui-vegetacao.html
[77]Ver mais em:
https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/area-na-praia-do-futuro-e-definida-1.1421494;
https://anprotec.org.br/site/2016/09/praia-de-fortaleza-abrigara-parque-tecnologico/#:~:text=O%20Parque%20Tecnol%C3%B3gico%20Praia%20do%20Futuro%20%C3%A9%20fruto%20da%20Lei,de%20novos%20neg%C3%B3cios%20na%20Cidade;
https://www.telcomp.org.br/home/telcomp-defende-o-hub-da-praia-do-futuro/

estimular a implantação de novos negócios e geração de empregos qualificados. Além disso, na área do Parque Tecnológico, através de uma Parceria Público-Privada (PPP) com o grupo empresarial-familiar M. Dias Branco - o mesmo grupo que pretende construir um condomínio de casas de luxo e atualmente é o maior proprietário de terras no setor leste - foi implantado em 2019 um novo complexo do Comando de Policiamento de Choque da Polícia Militar do Ceará. O projeto, que tem 3.300m² de área construída em uma terreno de 10.000m², custou R$17 milhões e tem o objetivo de equipar a polícia militar e de beneficiar "uma região turística importante para Fortaleza"[78].

A definição do setor leste como zona de ocupação prioritária para a expansão da zona nobre e aquecimento do mercado imobiliário não seria problemática se esse desenvolvimento efetivamente ocorresse de forma a aproveitar o potencial da diversidade socioeconômica e da integração das populações mais pobres a esse desenvolvimento. No entanto, conforme evidencia estudo realizado por Barretto et al (2019) a partir da espacialização de atendimentos do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica popular Frei Tito de Alencar (EFTA) e do Núcleo de Habitação e Meio Ambiente da Defensoria Pública do Estado do Ceará (NUHAM/DP-CE) entre 2009 e 2018, não só é evidente que existe uma dissociação da política urbana da política habitacional na gestão urbana de Fortaleza, estimulando projetos indutores de desenvolvimento econômico e valorização imobiliária enquanto a efetivação de instrumentos de habitação de interesse social e urbanização de favelas são continuamente postergados (PEQUENO, 2015), mas também se constata que na região leste, fronteira do desenvolvimento uma violenta atuação do Estado na gestão do espaço urbano: a remoção forçada de comunidades, seja de forma direta (conduzida pelo Estado) ou indireta (pela omissão do Estado ao permitir a condução desses processos pela iniciativa privada). Os autores avaliam dados de ameaças e concretizações de remoções em Fortaleza e constataram que, embora em números absolutos as áreas próximas ao aeroporto e ao bairro Messejana sejam as mais afetadas, ao observar o número de famílias afetadas, as áreas mais afetadas no período foram: o Pirambu, no setor oeste, devido a políticas de urbanização de favelas; o entorno de um anel viário em construção na zona sul de Fortaleza, atravessando os bairros Mondubim, Planalto

[78]https://www.ceara.gov.br/2019/08/05/cpchoque-da-policia-militar-ganha-novo-complexo-na-capital/

Ayrton Senna e Parque Presidente Vargas; e no setor leste, a área do bairro Cais do Porto, no entorno do Porto do Mucuripe, e a área do bairro Sabiaguaba, para a construção de infraestrutura. A Figura 16 mostra a espacialização de remoções e de ameaças de remoções na cidade e sua distribuição no tempo, comparando o total de Fortaleza e o total da Regional II (conforme divisão vigente em 2018); já a Figura 17 mostra a intensidade do número de famílias ameaçadas ou removidas na área da Regional II.

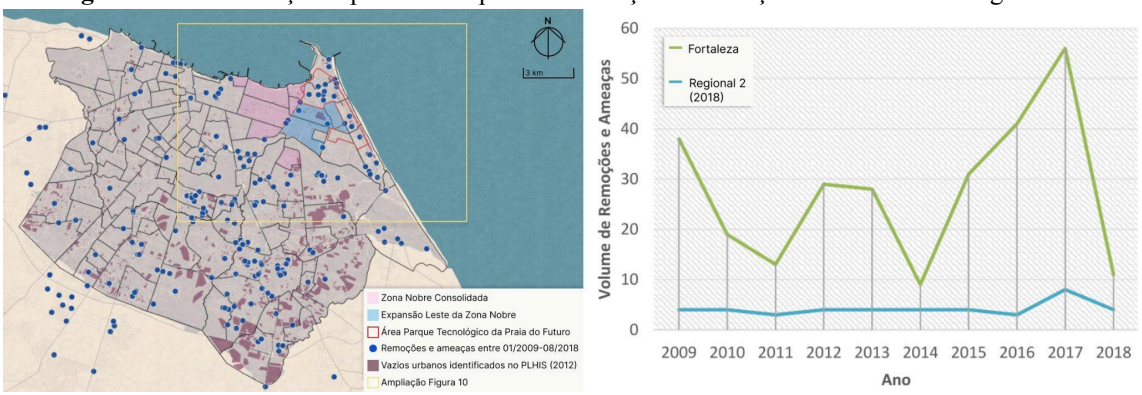
Barretto et al (2019) contabilizaram 275 ameaças e remoções em Fortaleza, afetando 41.923 famílias, das quais 17.394 (aprox. 42%) foram efetivamente removidas. A violência dos processos se torna mais grave considerando os números constatados. Em apenas 30,91% (85) dos casos uma ordem judicial ou ato administrativo foram devidamente apresentados legitimando as ações e em 53,45% (147) dos casos ocorreu algum tipo de violência física[79]. O dado mais esclarecedor no levantamento de Barretto et al (2019) para a nossa discussão, no entanto, é o fato de que ameaças e remoções na Regional 2, onde se encontram a maior parte dos bairros nobres da cidade, apresentam uma taxa de ocorrência constante (aprox. 5 por ano), enquanto em outras áreas da cidade, muito embora possam chegar a números mais expressivos, há uma variação maior na ocorrência destes processos. Mesmo quando se verificam quedas significativas nas ocorrências em anos específicos, o número de casos na Regional II permanece relativamente inalterado.

Dessa forma, levando em consideração a tendência histórica de crescimento da zona nobre na direção leste-sudeste; o crescimento demográfico expressivo na última década, enquanto outros bairros de renda média e alta estagnaram ou até mesmo diminuíram; a agência da administração pública e de agentes privados no sentido de conceber e transformar a região em uma área de alto potencial produtivo e de ocupação prioritária para o mercado imobiliário de edifícios verticalizados; a proximidade entre áreas de concentração de ocupações de alta renda e de baixa renda; assim como a concentração e a continuidade de processos de remoção no setor leste, nos permitem

[79]Em 44,73% (123) dos casos de ameaça ou remoção, foi registrado a não existência de ordem judicial ou ato administrativo legitimando a ação. E em 24,36% (67) dos casos a existência ou não de legitimidade judicial não era devidamente esclarecida, constando em branco nos formulários avaliados no período. Excluindo os casos em branco, 59,13% dos casos foram conduzidos sem quaisquer documentos comprobatórios de legitimidade jurídica. Em relação à violência física, apenas 16,73% (46) dos casos comprovou-se a não ocorrência de violência física, e em 28,82% (82) dos casos a informação consta em branco nos formulários avaliados. (BARRETTO et al, 2019)

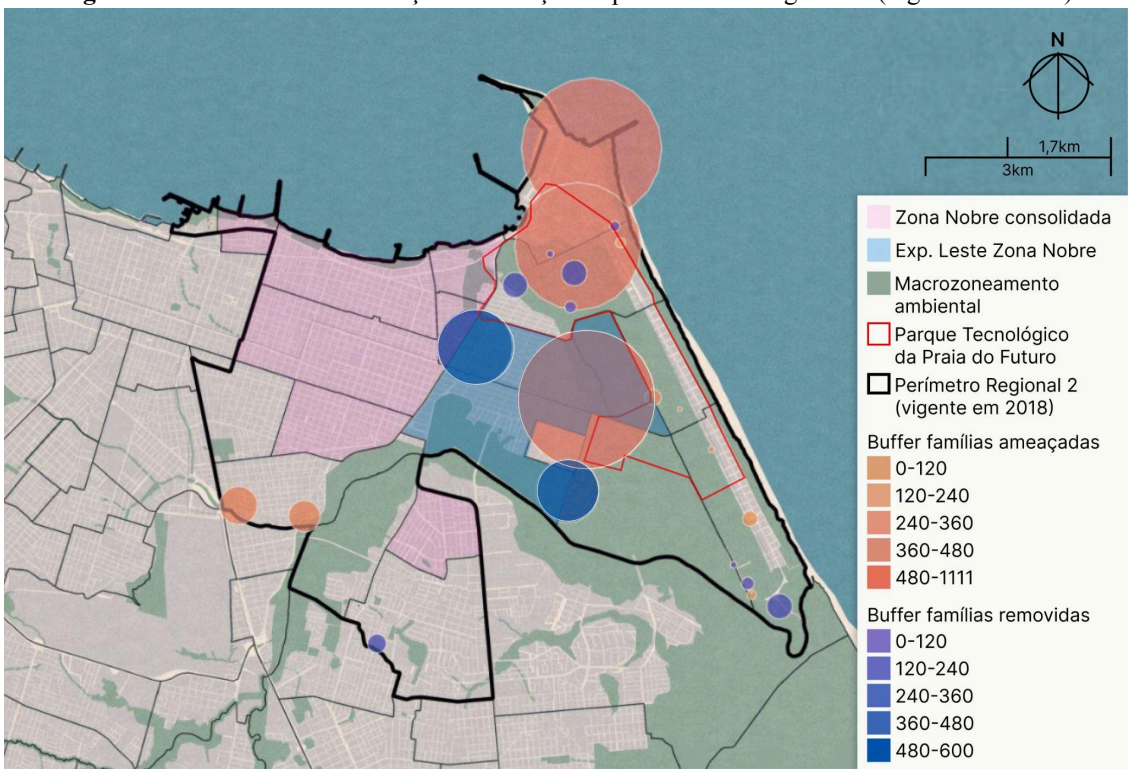
distinguir entre a zona nobre consolidada e a área que chamamos de frente leste de expansão da zona nobre.

Figura 16 - Distribuição espacial e temporal de remoções e ameaças em Fortaleza e Regional 2



Fonte: Adaptado de Barretto et al (2019), a partir de dados LEHAB (2018), EFTA (2018) e NUHAM/DP-CE (2018)

Figura 17 - Detalhamento remoções e ameaças no perímetro da Regional 2 (vigente em 2018)



Fonte: Adaptado de Barretto et al (2019), a partir de dados do LEHAB (2018), EFTA (2018) e NUHAM/DP-CE (2018)

Essa frente leste de expansão da zona nobre exibiu nos últimos dez anos uma dinâmica de "renovação" urbana associada à intensificação de tentativas de promover a reestruturação produtiva da região, ativando potenciais de renda da terra latentes ali, que parecem ter estagnado momentaneamente em função do aquecimento do que podemos chamar, igualmente, de frente sudeste de expansão da zona nobre. Esse processo intensifica a ocupação das classes médias-altas na área, o que não seria problemático se tal ocupação não produzisse de forma evidente um desenvolvimento socioespacialmente excludente. Tal movimento de expansão leste da zona nobre, como demonstraremos ao longo da nossa análise histórica da macrossegregação em Fortaleza, se mostra como uma continuação do processo de encontro entre grupos socialmente diferentes que resulta no contínuo acirramento da segregação residencial, e não em maior integração socioespacial, o que poderia criar formas de circulação e distribuição de capitais conforme relações sociais e econômicas entre classes produzissem trocas mutuamente benéficas. Tal mutualismo parece ser o caso, por exemplo, da relação que se estabeleceu entre as áreas de alta renda e o conjunto habitacional Cidade 2000, relação que merece investigação específica para entender em que medida esse processo é benéfico também para aqueles de menor renda..

Nosso recorte geográfico no âmbito da estrutura intra-urbana de Fortaleza se justifica teoricamente e metodologicamente, pois na frente leste de expansão da área nobre, os três bairros selecionados apresentam situações socioespaciais distintas entre si e que colocam em relevo diferentes aspectos da segregação urbana:

- O bairro Cocó, onde uma ocupação de classe média-alta verticalizada vem se consolidando de forma progressivamente mais rápida, considerando que sua transformação em área urbana e ocupação se iniciou na década de 1960;
- O bairro de Lourdes, onde uma classe dirigente e uma classe média-alta, diante da proximidade de áreas de baixa renda, se engajaram em um processo de enclausuramento militarizado hostil;
- O bairro Papicu, tensionado entre o polo de valorização do Cocó e de desvalorização das ocupações de baixa renda que historicamente se concentraram na região do Grande Mucuripe, e onde atualmente se localiza a maior intervenção público-privada da zona nobre e das suas frentes de expansão

recente, estimulando a valorização da área com a implantação de um shopping de porte regional.

Desse modo, a zona nobre e sua frente de expansão leste são nosso recorte geográfico mais geral, que será analisado em função do seu desenvolvimento histórico na estruturação do espaço intra-urbano de Fortaleza. Situados no contexto geográfico da frente de expansão leste da zona nobre, os três bairros selecionados são recortes onde nos interessa observar suas configurações socioespaciais e as diferentes expressões de segregação locais que se articulam em seus interiores. Para tanto, dentro destes bairros, lugares específicos foram escolhidos para observar em campo as dinâmicas de uso, apropriação e socialização no espaço público ou coletivo. Pela dinâmica do método de seleção de informantes via amostragem bola-de-neve e de entrada em campo, os locais de moradia eram próximos às praças públicas adotadas por associações de vizinhanças, onde foram realizadas observações de campo. As localizações de condomínios e casas, que também foram objetos de observação, não serão especificadas para preservar a identidade dos informantes. Os lugares públicos/coletivos de observação escolhidos foram:

- A praça Martins Dourado, no bairro Cocó;
- A praça Rodrigues Sancho (a Praça da Aprosa), no bairro Cocó;
- A praça Estrigas e Nice, no bairro Papicu
- o Shopping Rio Mar, no bairro Papicu
- A Igreja de Lourdes, no bairro de Lourdes
- As vias públicas, ao longo de trajetos via diferentes modais

Observações foram registradas em diário de campo acerca de trajetos para os lugares de observação a partir de diferentes modais e horários. Foram utilizados automóvel particular, automóveis compartilhados, ônibus, bicicletas e tráfego pedonal para acessar e se locomover na área composta pelos três bairros.

De forma sintética e objetiva, o nosso estudo de caso se debruça sobre um conjunto de moradores de classe média-alta, que vivem na frente leste de expansão da zona nobre da cidade de Fortaleza, nos bairros Cocó, Papicu e de Lourdes, habitando

residências de alto padrão: condomínios fechados de apartamentos de alto padrão e residências unifamiliares de alto padrão no bairro de Lourdes. Serão tomados como dados relevantes de análise as narrativas sobre a vizinhança, as vizinhanças, a cidade, as decisões locacionais, o histórico de localizações na cidade, as preferências por atividades e lugares para tais atividades, relatos sobre a localização de lugares e vínculos, sobre a familiaridade com áreas da cidade, sobre modos de habitar e conviver com outros, sobre modos de se locomover e de conhecer lugares da cidade, assim como dados registrados em campo em espaços privados e públicos, observando práticas, comportamentos, padrões espaciais e temporais de uso.

5. O HISTÓRICO MATERIAL E CULTURAL DA MACROSSEGREGAÇÃO RESIDENCIAL DE FORTALEZA

5.1. INTRODUÇÃO

Queremos compreender a segregação como um processo multiescalar e multidimensional resultante da territorialização intra-urbana de classe, vinculando suas expressões de maior intensidade espacial e de maior intensidade simbólica a um mesmo princípio: a propriedade inercial do espaço social, cuja topologia tende a se preservar conforme outros espaços se transformam em benefício de indivíduos com maior acúmulo de capitais e melhor posicionados socialmente. Apoiados em Villaça (2017), sabemos que a macrossegregação residencial é o principal processo estruturador do espaço intra-urbano, uma vez que eixos regionais de transporte determinam condições de possibilidade de expansão do espaço urbano, mas a relação interna entre áreas funcional e socialmente caracterizadas é definida pela capacidade escolha locacional e de mobilidade para consumir os recursos necessários para a reprodução social. Tais capacidades e recursos, no entanto, não são socialmente descontextualizadas. Villaça (2019, p. 180) esclarece:

> necessidades e condições de deslocamento espaciais dos seres humanos - o transporte - [são] a força dominante da estruturação espacial urbana. Mantemos essa tese, sempre lembrando porém que essa força atua dentro de um quadro de relações sociais, as quais, por sua vez, definem as necessidades e condições de deslocamento. [...] No Rio da segunda metade do século XIX, se a mansão do aristocrata, a fazenda ou o engenho eram bastante autônomos em relação à cidade, esta e aqueles constituíam dois espaços distintos, cada qual com a sua lógica de estruturação própria. As relações sociais de produção, os estilos de vida e os traços de cultura atuam na determinação das necessidades e condições de deslocamento. Estas, por seu lado, definem âmbitos espaciais e ao mesmo tempo interagem com aqueles. O próprio espaço produzido interage com tais forças, como pretendemos mostrar nesta obra. As necessidades e condições de deslocamento são então, dentre todas as forças, as que mais poderosamente atuam na produção do espaço urbano. Na verdade, como veremos no final desta obra, pode-se dizer isso de forma inversa, pois há uma relação dialética entre esse espaço e as necessidades e condições de deslocamento a ele associadas que são dele definidoras. Ambos se determinam mutuamente pelo único e mesmo processo. [...]. As forças representadas pelas necessidades e condições de locomoção colidem com espaços construídos herdados do passado que, frequentemente, são de superação mais difícil que os obstáculos topográficos. Convém reiterar que as condições de transportes se referem principalmente a tempo e custo despendidos no deslocamento [...] As necessidades e condições de deslocamento, como também a tecnologia de transportes, variam conforme as classes sociais. [...] De maneira geral, as camadas populares são mais prisioneiras do espaço do que as camadas de mais alta renda, pois a mobilidade dessas

> camadas é bem maior. Nas palavras de David Harvey (...), "os ricos podem comandar o espaço, enquanto os pobres são prisioneiros dele".

Na estruturação do espaço intra-urbano, Villaça (2017) observou que o consumidor da localização é rei - e todos estão dispostos a pagar bem para viver na Noruega, na Suíça ou na Austrália dos seus sonhos, em territórios que proporcionam qualidade de vida por se encontrarem longe e distantes da África de seus pesadelos. Tais Noruegas e Suíças, no entanto, mudam de figura - já foram EUA e, antes disso, Paris. A estruturação intra-urbana pode ter como princípio material a mobilidade, mas o contexto no qual os indivíduos se movem são significativos, e não apenas em termos de tecnologias e infraestruturas (a condição da mobilidade), mas também em termos culturais (a razão para a mobilidade). Villaça (2017, p. 182) efetivamente se refere às "bases simbólicas do espaço" associadas à "segregação como processo necessário ao exercício da dominação através do espaço", precisamente àquilo que entendemos por territorialização. Ele se refere a "ideologias em torno do espaço urbano (que inclui a produção e a difusão de um 'estilo de vida' - mas é mais que isso) e seu papel na dominação". Se tais contextos materiais e simbólicos são herdados do passado, transformados e legados para o futuro conforme as capacidades e as necessidades de deslocamento na cidade se transformam mutuamente, o desafio para a sociologia urbana é compreender como diferentes formas de capitais são convertidos entre si no processo de estruturação do espaço intra-urbano.

Investigaremos como diferentes fatores se relacionaram no caso de Fortaleza, resultando no contexto atual em que as classes dominantes, diante de suas capacidades e opções locacionais e em conformidade com determinadas transformações culturais de estilos de vida, optam por ocupar hoje a frente leste de expansão da zona nobre. Para tanto é necessário entender a herança histórica da [macro]segregação residencial em Fortaleza, mostrando como ela se configurou materialmente e simbolicamente de acordo com a morfologia urbana tipicamente brasileira identificada por Villaça (2017), mesclando a configuração centro/periferia com a configuração em setores de círculos.

Retornaremos aos princípios da urbanização de Fortaleza, para encontrar um fio de Ariadne que nos mostrará como a sua macrossegregação residencial se configurou a partir da mobilidade das elites, mas também da sua imersão em um contexto

sociocultural que deu sentido às decisões locacionais. Mostraremos que o estilo de vida das atuais elites urbanas fortalezenses são atualizações do processo de modernização colonial que nunca se concretizou, que nunca pretendeu se concretizar e que continuará como um horizonte cuja função é legitimar violências simbólicas de exclusão e separação que encontram expressão prática e material na produção do espaço urbano.

5.2. A MARGINALIZAÇÃO DO CEARÁ COLONIAL E A HERANÇA DE UMA FORTALEZA ATRASADA

Sem as qualidades ambientais da Zona da Mata no leste nordestino, o Ceará como um todo possuía poucos atrativos econômicos imediatos para exploração, sendo relegado a uma colonização tardia[80]. Além disso, o litoral norte do Nordeste foi de difícil assentamento de povoamentos coloniais devido à disputa entre potências europeias e povos originários. Até as primeiras décadas do século XVII, a região foi marcada por conflitos na região entre corsários franceses, empresas holandesas, colonizadores portugueses e indígenas nativos que resistiram durante décadas à fixação dos colonizadores que se apropriaram dos recursos necessários para sobrevivência no sertão.

Foi uma edificação militar holandesa, construída em 1649 a oeste do Riacho Pajeú, o Forte Schoonenborch, entregue pelos holandeses aos invasores originais lusitanos em 1654, rebatizado como Forte de Nossa Senhora da Assunção, que originou o assentamento que hoje se tornou a cidade de Fortaleza. Essa ocupação possuía importância política-militar, mas não econômica e demográfica: tratava-se de um entreposto de onde a metrópole pretendia garantir seu domínio da terra e da costa, mas não das suas riquezas[81].

[80] Além da ausência do solo de massapê ideal para e plantação de cana-de-açúcar, a costa leste-oeste do Nordeste setentrional, entre o que inicialmente eram o Estado do Grão-Pará e Maranhão e o Estado do Brasil, era desprivilegiada pela natureza em termos logísticos - as rotas de navegação determinadas por ventos e correntes marítimas tornavam as viagens de ida rápidas, mas a de retorno demoradas, de modo que era mais produtiva a comunicação entre São Luís e Belém, assim como Olinda/Recife e Salvador, diretamente com Lisboa. Isso relegou a costa cearense e, consequentemente, o sertão cearense a uma colonização tardia. Após servir de ponto de apoio para garantir a conquista militar do Maranhão e da foz do Amazonas, o Ceará se tornou durante muito tempo "terra de ninguém", sendo objeto de colonização retardada (CASTRO, 2014).

[81] Muito embora, conforme relata Garrido (1940), a Coroa Portuguesa imediatamente houvesse autorizado a construção de edifício militar mais adequado - de pedra e cal ou madeira de lei - no lugar da singela

Localizada no litoral, área de maior acessibilidade, a vila de Fortaleza se manteve consistentemente como o lugar institucional do poder metropolitano, mas não do poder regional conforme a colonização do interior do Ceará se desenvolveu. A "Vila do Forte", sob a funcionalidade e sombra simbólica da edificação militar, era local de residência do capitão-mor, figura através da qual o governo da capitania de Pernambuco, à qual pertencia o território do Ceará, mediava precariamente a expansão da ocupação lusitana no sertão por uma população esparsa e volante envolvida na pecuária. Expansão inicialmente bastante conflituosa, uma vez que a região já era ocupada por povos indígenas. Essa dinâmica de ocupação produziu diversos assentamentos em pontos estratégicos para a agricultura, criação e movimentação do gado, assim como para a dominação dos nativos.

Até 1740, o desenvolvimento do Ceará foi marcado pelo aumento de aldeamentos indígenas por jesuítas, pela criação das primeiras capelas e nomeação das primeiras vilas da capitania, institucionalizações que fixaram fundações políticas de controle colonial da coroa e da Igreja. Surgiram ocupações que influenciariam, inclusive, as direções da expansão urbana da cidade de Fortaleza. As vilas do Arronches (ao sul de Fortaleza, atual bairro Parangaba), Paupina (ao sudeste de Fortaleza, atual bairro Messejana) e do Soure (ao leste de Fortaleza, embrião de Caucaia, maior

edificação de faxina ("madeira de mato") e terra, o forte continuou sendo apenas reformado e adaptado até a sua reconstrução em 1812. O fato ilustra bem a pouca expressividade da ocupação em seu entorno até as últimas décadas do século XVIII. Somente em 1726, o assentamento em torno do Forte de Nossa Senhora da Assunção é elevado ao status de vila, sendo então a segunda vila reconhecida na capitania subalterna do Siará (à época subordinada à capitania de Pernambuco desde 1680, e antes disso à do Maranhão), depois da vila de Aquiraz (atualmente município da RMF). O forte veio a calhar para garantir o lugar de centro político da capitania do Ceará no período pós-ocupação holandesa, nomeado de "Guerra dos Bárbaros" (e mais adequadamente de Confederação dos Cariris). Durante mais de 50 anos, entre meados do século XVII e aproximadamente a segunda década do século XVIII, os nativos do Nordeste setentrional reagiram à interiorização da ocupação portuguesa na região. O processo de concessão de sesmarias criava disputas pelas poucas terras férteis e próximas a rios no sertão - necessárias para a subsistência dos nativos - para as atividades econômicas (notadamente a pecuária) que visavam majoritariamente o mercado interno e a subsistência da colônia de exportação operando na Zona da Mata nordestina. Esse processo de ocupação era marcadamente violento, apesar das estratégias diplomáticas de dominação, discutivelmente, menos violentas pela atuação dos jesuítas. Foram documentados diversos conflitos entre indígenas e colonos, convulsionando a região nordestina da Paraíba ao interior da Bahia. Por exemplo, em meio aos conflitos envolvendo a família indígena dos Paiacus, em 1699 Manuel Moraes Navarro emboscou 700 indígenas em uma negociação de paz, massacrando cerca de 500 pessoas e escravizando sobreviventes no Rio Grande do Norte. A escalada de conflitos chegou à Chacina de Aquiraz, em 1713, um dos maiores ataques aos portugueses desse período. Uma aliança de tribos nativas, incluindo os Paiacus, invadiu a vila de Aquiraz (ARAGÃO, 1994). Os sobreviventes - Studart Filho (1963) menciona fontes que indicam 200 mortos - buscaram abrigo em Fortaleza, então conhecida como "Aldeia do Forte". O historiador avalia que esse evento gerou um "aumento considerável do pequeno núcleo demográfico ali existente sob a proteção de suas armas" e que foi um fator que garantiu o "predomínio desta povoação sobre sua rival a então vila de Aquirás [sic]".

município da Região Metropolitana de Fortaleza), surgiram como aldeamentos indígenas de jesuítas, formados no processo de subordinação dos nativos na conquista da região. Nota-se, desde já, que ao leste não existia núcleo expressivo de indígenas, apenas a vila de Aquiraz

O período entre 1750 e 1780 assistiu um maior desenvolvimento da economia pecuária com a exploração do couro e das charqueadas, devido a um duplo estímulo: o aumento do mercado interno em razão do ciclo do ouro e o início do longo processo de declínio da agroindústria açucareira, afetada pela concorrência espanhola e holandesa na América Central. O Ceará experimenta o início de um aumento populacional devido à mobilidade geográfica interna na colônia, com a vinda de colonos pobres de outras regiões do Nordeste em busca de oportunidades na pecuária[82]. Esse período também é marcado pela política do período pombalino, que intensificou a transformação de diversos assentamentos em vilas - inclusive aldeamentos indígenas com a expulsão dos jesuítas - com o objetivo de aumentar o controle territorial sobre essa população no interior e a taxação da economia que começava a se desenvolver no sertão (CHAVES, 2016; CASTRO, 2014).

No entanto, Fortaleza não possuiu relevância econômica na era da pecuária. Independentemente da sua importância política-militar, continuou à margem do desenvolvimento setecentista por se situar fora dos principais circuitos por onde fluíam a economia na região: as bacias dos rios Acaraú e Jaguaribe, assim com onde se entrecruzavam os caminhos interioranos de transporte do gado e onde surgiam localizações regionais estratégicas nesses percursos para Recife/Olinda ou para o porto de Aracati (ao leste de Fortaleza). A liderança econômica na rede regional do Ceará pecuarista era desempenhada por vilas no sertão (como Icó, Crato e Russas) e, no litoral, por Aracati, que foi desmembrada de Aquiraz em 1748. Localizada no litoral e na bacia do Rio Jaguaribe, Aracati se tornou o principal centro da indústria pecuária cearense, consolidando-se como o principal porto da capitania no final do século XVIII. Fortaleza operava muito mais como um entreposto na rota marítima entre Pernambuco,

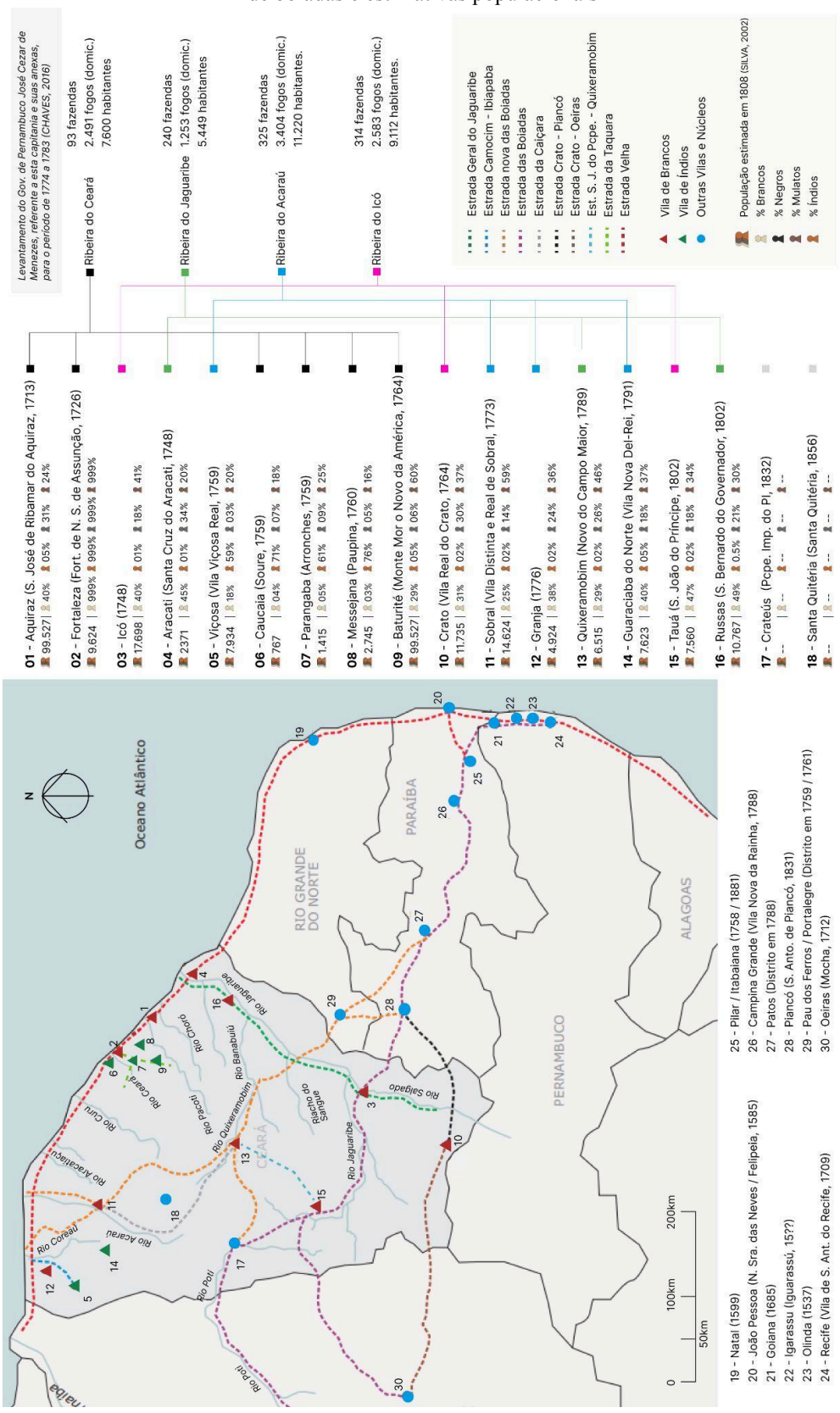
[82] Como observa Castro (2014), a pecuária era uma atividade de lucros parcos, mas de baixa necessidade de investimento inicial, dependente essencialmente da concessão de terras pelo regime de sesmarias. Era necessário pouco mais do que a construção da casa de fazenda e pequenas estruturas de cercamento de plantações de subsistência, uma vez que a vasta disponibilidade de terras adequadas apenas para o pasto permitia a criação extensiva de gado. Além disso, a pecuária explorava majoritariamente o trabalho camponês livre a partir de arranjos econômicos (a meia, a morada) que não demandavam o capital inicial para a aquisição de escravos.

o Maranhão e o Pará do que como ponto de importação e exportação cearense (COSTA, 2014, CUNHA, 2020).

A Figura 18 mostra como Fortaleza, no litoral norte e entre os dois principais rios regionais, se encontrava à margem das rotas comerciais interioranas da pecuária. As vilas no seu entorno eram aldeamentos indígenas, criados por jesuítas, e explicam como a região administrativa da Ribeira do Ceará apresentava um número de habitantes e domicílios (fogos) relativamente alto para um número significativamente mais baixo de fazendas.

Embora levantamentos populacionais anteriores ao primeiro Censo brasileiro, de 1872, sejam bastante imprecisos, é possível observar como o Ceará se desenvolveu a partir do sertão e não do litoral. Thomás Pompeu Sobrinho (1937 apud ANDRADE, 2017) definiu a Ribeira do Siará como "triângulo de Fortaleza" - a região que inclui, as serras de Baturité (Monte-Mor Novo), Aratanha e Maranguape e as bacias dos rios Pacoti (Aquiraz), Cocó (Paupina) e Ceará (Fortaleza e Soure). Os números estimados do século XVIII mostram que as regiões interioranas concentravam a maior parte da população e números bem maiores de fazendas que a região da Ribeira do Siará.

Figura 18 - Principais vilas e povoações da Capitania do Ceará na segunda metade de século XVIII, rotas de boiadas e estimativas populacionais



Fonte: Adaptado de Jucá Neto (2007. p. 244), Nogueira (2010, p.71, p.44), Chaves (2016) e Silva (2002, p.68), com informações adicionais do IBGE sobre datas de fundação de vila

Esses levantamentos - que frequentemente distinguiam brancos de “mulatos”, negros e indígenas - permitem visualizar a dimensão da miscigenação que a colonização nordestina produziu, com a maior parte das vilas apresentando uma população majoritariamente mulata, mas também a clara lógica de segregação de indígenas em vilas específicas, operando como espécies de guetos regionais. Fortaleza (com 48% de mulatos e 29% de brancos, 11% de negros e apenas 2% de indígenas), estava rodeada por tais guetos regionais indígenas, vilas não-brancas, e tampouco mulatas: Arronches (60% de indígenas, 25% de mulatos, 7% de negros e 5% de brancos), Soure (71% de indígenas, 18% de mulatos, 9% de negros, 4% de brancos), Paupina (76% de indígenas, 16% de mulatos, 5% de negros, 3% de brancos). Por volta de 1766, conforme números semelhantes apresentados por Andrade (2017), a Ribeira do Jaguaribe (que incluía a Ribeira de Icó, posteriormente criada englobando a região do Crato) possuía 554 fazendas e 15.361 habitantes, a Ribeira do Acaraú possuía 325 fazendas e cerca de 11.000 habitantes e a Ribeira do Siará possuía apenas 93 fazendas, mas 7.600 habitantes (sendo cerca de 50% destes nas vilas indígenas do Soure, Parangaba, Messejana, Monte-Mor Velho e Monte-Mor Novo). As sementes da atual periferia de Fortaleza, portanto, há muito já cercavam o seu centro, embora em uma configuração regional de uma rede que não se constituiu exatamente como efeito da centralidade econômica da vila, mas, ao contrário, da subordinação metropolitana dos indígenas na garantia da conquista do interior.

Somente ao longo do século XIX Fortaleza adquire importância econômica e começa a construir a sua centralidade regional. Fortaleza é elevada ao status de cidade por D. Pedro I em 1823. A elevação foi resultado tanto da sua crescente importância econômica com o início da exploração do algodão no Ceará, mas também com sua condição de locus de uma elite cearense ascendente que começava a se afirmar politicamente no contexto nacional. Em 1799 o Ceará havia se tornado independente da capitania de Pernambuco, transformando a vila de Fortaleza efetivamente em uma capital administrativa, com autonomia política e econômica para negociar e comerciar diretamente com a metrópole e, logo em seguida, com a abertura dos portos, com outras nações. Com a proclamação da independência brasileira, a estratégia de centralização e unificação política do Império diante da oposição de oligarquias regionais,

especialmente no Nordeste, envolvia criar laços de aliança fortalecendo elites locais através do aparelhamento do poder público nas províncias (LEMENHE, 1991).

Contextualizar esse processo de repentina centralização em Fortaleza é importante para entender o contexto de sua rápida urbanização. Em meados do século XX, a vila antes marginalizada das rotas comerciais pecuaristas já sofria com a macrocefalia, concentrando em seus cerca de 300km² mais da metade da população do Ceará. É preciso compreender esse processo de centralização tanto em sua dimensão econômica (contextualizando a produção de riquezas que se concentraram na cidade), mas também em sua dimensão política (contextualizando como foram concentradas riquezas produzidas fora da cidade na cidade, concentrando nela poder, prestígio e um aparato burocrático administrativo) e em sua dimensão cultural (contextualizando como a concentração de riquezas e poder se expressaram na cidade como um novo modo de vida e de mediação de diferenças sociais).

A inexpressiva vila construída aos pés do forte de faxina e terra experimentou um ciclo de crescimento ao longo de todo o século XIX e XX. Esse crescimento e centralização econômica e política se expressaram na urbanização de Fortaleza. Mas, sobretudo, expressaram-se culturalmente na sua modernização. Uma contextualização histórica da transição do período setecentista colonial para o período oitocentista imperial ajuda a ilustrar com mais clareza tanto a concentração de riquezas em Fortaleza como fator estruturante do seu crescimento urbano, como também a transformação de um quadro sociocultural colonial contextual no qual a urbanização de Fortaleza se desenvolve como parte de um processo de transformação societária local, nacional e global, ou seja, como um espaço social no qual frações das elites econômicas e políticas procuram se reposicionar, ressignificando a herança colonial sertaneja, atualizando processos de diferenciação e distinção entre grupos dominantes e subalternos que, como sabemos, possuem inevitavelmente expressões espaciais, seja na ordenação social do espaço urbano, seja na espacialidade das formas de sociabilidade urbana.

5.2.1. As bases do crescimento urbano no século XIX: a transformação econômica e demográfica cearense e a centralização regional de Fortaleza

É útil ilustrar o tamanho da economia do algodão para Fortaleza e o tamanho de Fortaleza na economia do algodão para que possamos entender as bases sobre as quais a capital se construiu, modernizando-se às pressas, em busca de um antídoto cultural para o atraso da sociedade colonial que a produziu.

A primeira revolução industrial criou uma enorme demanda pela matéria-prima do algodão, assim como pela abertura comercial de mercados consumidores globais, sob domínios coloniais, para o escoamento da produção em massa. No último quartel do séc. XVIII, uma série de fatores externos aumentaram drasticamente o valor do algodão e transformaram o seu cultivo no Ceará na melhor alternativa à crise da economia da carne. A pecuária não só era limitada ao mercado interno, mas era extremamente vulnerável às secas, fenômeno climático natural que ocorre periodicamente no sertão nordestino. Ao longo do século XVIII, registraram-se seis períodos de seca, a maior parte deles na primeira metade do século, mas as duas secas do final do século, a de 1777-78 e depois a de 1790-93, foram catastróficas para a atividade pecuária. No mesmo período, no entanto, deflagraram-se os quase dez anos da Guerra de Independência dos EUA (1776-1783). Com o fluxo de algodão estadunidense interrompido - o maior produtor do planeta - os ingleses se viram obrigados a buscar novos fornecedores ao redor do globo, e encontraram no Nordeste brasileiro um excelente substituto.

A produção do algodão já vinha sendo estimulada no Brasil pela administração pombalina desde 1750, com vistas a atender o mercado interno em crescimento e a reduzir a dependência de produtos ingleses. Em 1760, o Maranhão já havia registrado a exportação para Portugal de 130 sacas de algodão e a cultura já começava a se estruturar no Nordeste (COSTA, BUENO, 2004). Mas somente a partir da década de 1770 ganha importância a cotonicultura no Ceará. Dados levantados por Cunha (2020) corroboram esse marco temporal. Em 1777, por exemplo, o Ceará já havia registrado a exportação de 1,17 toneladas de algodão; mas em 1792, a exportação do produto alcança 450 toneladas (ALBANO, 1918 apud CUNHA, 2020). Entre 1785-1800, o Brasil constava como o segundo maior fornecedor do produto para o porto de Liverpool, onde cerca de

40% das cargas de algodão movimentadas ali provinham do Nordeste (KRICHTAL, 2013; PEREIRA, 2017 apud CUNHA, 2020).

Com a abertura dos portos em 1808, encerra-se o sistema mercantilista do pacto colonial e torna-se permitido o comércio direto entre províncias e nações aliadas. O Ceará já se preparava para ingressar na economia internacional: em 1804, após sua independência de Pernambuco, o Ceará já havia iniciado transações diretas com Lisboa (COSTA, 2014) e em 1810 já se tem os primeiros registros da exportação de algodão diretamente do Ceará para a Inglaterra (CUNHA, 2020). Inversamente, a abertura dos portos também passa a facilitar a entrada dos produtos europeus industrializados em busca de novos mercados consumidores. Com a descoberta do "ouro-branco", o Ceará e a sua recém instituída capital se inserem na "rota do mundo e na divisão internacional do trabalho", de onde por muito tempo estiveram excluídos, e agora passam a "exportar algodão, peles, etc, e consumir produtos distribuídos em amplitude mundial" (COSTA, 2008, p. 198). Essa conexão direta entre o Ceará com a Europa, que acontecia por um singelo trapiche nas proximidades do forte de Fortaleza - hoje um ponto turístico na orla da Praia de Iracema, onde turistas podem consumir a experiência de sol e mar - transformou radicalmente a pequena capital.

Diante da concorrência global, a exportação brasileira de algodão para a Inglaterra era significativamente menor: cerca de 3%, em comparação com aproximadamente 17% da Índia e 75% dos EUA. E diante da exportação de algodão pernambucana (31,51% das exportações para o porto de Portugal em 1819) e maranhense (43,86%), a produção cearense (11,86%) também era significativamente menor. Mas mesmo como um pequeno player na economia do algodão, a importância da cotonicultura no Ceará foi imensa. O algodão logo se transformou no produto inconteste da economia cearense: em valores das exportações cearenses registradas para diferentes produtos para Portugal no ano de 1819, o algodão era responsável por 96% do total (SIMONSEN, 1957 apud CUNHA, 2020, p. 218-219). O algodão se manteve como a principal atividade econômica cearense ao longo de todo o séc. XIX e até o início da industrialização no século XX com a política de industrialização de substituição de importações.

Os efeitos do ciclo do algodão logo foram sentidos. Santos (2008) observa que associada ao boom da cotonicultura ocorreu uma breve reestruturação fundiária entre a

proclamação da independência em 1822 e a promulgação da Lei de Terras em 1850 - um período de indefinição da política fundiária do Império, em que o sistema de concessão de sesmarias como acesso à terra foi proibido, mas o princípio da "posse efetiva", que garantia direito ao posseiro à terra ocupada, permaneceu. Isso permitiu momentaneamente o desenvolvimento de uma estrutura fundiária no sertão cearense em que camponeses pobres livres (os negros, mesmo os libertos, foram excluídos desse momento), que não eram sesmeiros ou descendentes de sesmeiros, mestiços e migrantes historicamente sujeitos ao arbítrio dos grandes proprietários de terra e do clima, tornaram-se capazes de se apossar de pequenas e médias propriedades rurais. Embora antes as pequenas lavouras se dedicassem à agricultura de subsistência, a partir do desenvolvimento da capacidade de exportação cearense, os pequenos e médios proprietários passaram a explorar a pequena agricultura comercial, explorando produtos mais rentáveis e de baixa necessidade de investimento, como tabaco, carnaúba, café e, evidentemente, o algodão, bem adaptado ao clima seco nordestino, de baixo custo de entrada e de fácil escoamento por meio da estrutura comercial que rapidamente se produziu para sua exportação. Enquanto camponeses e ruralistas brasileiros se apressaram em produzir o algodão, comerciantes britânicos não tardaram em instalar casas comerciais e ferrovias para garantir a redução dos custos da matéria-prima.

Mas o boom do algodão teve um duplo efeito, observa Cunha (2020). Por um lado, configurou-se uma grande dependência econômica do algodão no Ceará e, consequentemente, uma vulnerabilidade às flutuações do mercado externo, que podiam ser devastadoras para os pequenos agricultores com pouco capital[83]. No final do século XIX, "vítimas de um torniquete entre os preços de mercado em queda e os altos e rígidos custos mundiais do transporte por terra para os portos fluviais mais próximos" (DAVIS, 2002 apud CUNHA, 2020, p. 233), boa parte dos sertanejos cotonicultores se encontravam endividados, com propriedades hipotecadas e obrigados a entrar nas

[83]Nas primeiras décadas do século XIX, o restabelecimento das relações comerciais dos EUA com a Inglaterra produziu uma queda dos preços do algodão e, de fato, demonstra o autor, apesar do imenso volume da exportação, a tendência dos preços da primeira metade dos oitocentos era de queda. Diante de um novo conflito (a Guerra da Secessão, entre 1961-1965), entretanto, a exportação estadunidense é novamente interrompida e um novo aumento de preços redobra o estímulo à cotonicultura. Com o retorno da produção nos EUA, os preços caem drasticamente. A solução cearense imediata era o aumento da produção, ocupando mais terras e braços para o plantio de algodão em detrimento de outras atividades, até mesmo de gêneros de subsistência, para alcançar o mesmo rendimento, ampliando a dependência econômica. Segundo Cunha (2020), de 1965 para 1967, por exemplo, o rendimento médio da tonelada exportada caiu em 41,5%, mesmo que o aumento na produção tivesse sido muito bem-sucedido no período, aumentando o volume de algodão exportado em 116%.

fileiras da mão-de-obra barata e barateada pelo retorno dos pequenos proprietários às suas fileiras. Além disso, a monocultura e o baixo investimento em tecnologia e diversificação econômica também geraram um escoamento de capitais dos lugares de produção, conforme os produtos para subsistência (ou mesmo os supérfluos) precisavam ser comprados de outros lugares. Sem diversificação econômica, o delírio do "ouro branco" deixava muito pouco quando se esvaía com a queda de preços e se tinha em mãos apenas pés de algodão.

A fortuna algodoeira nunca pertenceu aos agricultores. A maior parte da renda da cadeia do algodão ia, evidentemente, para os que possuíam grandes propriedades, mas ia principalmente para os atravessadores do produto no campo - que possuíam a tecnologia de máquina descaroçadoras, compravam a produção e a transportavam para as cidades - e nas cidades portuárias, os centros de negócios onde atuavam os mediadores da venda da matéria-prima para a europa nos escritórios de representações comerciais de importação e exportação (CUNHA, 2020; SANTOS, 2008). Em decorrência da inserção do Ceará na economia do algodão comerciantes locais enriqueceram, comerciantes estrangeiros se fixaram na capital, e algumas famílias de grandes proprietários diversificaram suas atividades, gestando a elite terciária local, da qual perduram, com os mesmos sobrenomes, famílias da classe dirigente até os dias de hoje[84]. No importante Ensaio Estatístico da Província do Ceará, de Thomaz Pompeo, publicado em 1863, já eram registradas 7 casas importadoras na cidade Fortaleza, uma inglesa, uma alemã, uma suíça, uma francesa (ANDRADE, 2017).

Por outro lado, muito embora a renda do algodão ficasse concentrada nas mãos dos mais ricos, Santos (2008) e Cunha (2020, p. 237) observam que houve uma breve "atenuação da terrível concentração de riqueza na região", de modo que os pequenos agricultores experimentaram "os efeitos positivos da inserção capitalista do Ceará na economia mundial", tomando parte na incipiente cidadania consumerista que começa a se desenvolver no seio do capitalismo industrial e que se configurava na região, especialmente, em Fortaleza.

[84]Costa (2008), por exemplo, chama a atenção para os comerciantes estrangeiros que criaram laços casando-se com mulheres da elite local e cujos descendentes até hoje são participantes das "famílias tradicionais" fortalezenses: os Boris, os Studart, os Ellery, os Smith. É interessante notar como surgem novos clãs familiares constituídos ao longo do processo de reestruturação econômica e modernização via estratégias de união entre elites tradicionais coloniais e a nova elite econômica urbana no séc. XIX. Atualmente são essas famílias surgidas nesse processo percebidas como famílias "tradicionais" da cidade, e que inclusive se transformaram nos seus principais promotores imobiliários.

> Um bom exemplo disso está no fato que pequenos produtores de algodão conseguiam transportar sua produção de lã para Fortaleza em lombos de burros, e lá enchiam os armazéns urbanos da capital cearense, onde *vendiam sua mercadoria e compravam tanto o necessário quanto o supérfluo*. Este quadro é bem descrito por Teophilo (...), segundo o autor, os sertanejos vestidos de couro que "nunca tinham visto o mar" vendiam sua colheita ao crédito em Fortaleza e compravam panos, linha, rosários, pentes e outros artigos para levar a suas famílias no sertão. (CUNHA, 2020, p. 236)

Conforme o cultivo do algodão e a população cresciam no Ceará, o volume de comércio e a urbanização na cidade de Fortaleza também faziam o mesmo. O aumento das exportações aumentava o poder de compra da população e expandia o comércio na capital. Durante a safra, "o comércio de Fortaleza apresentava grande movimento de mercadorias", suas vias eram "preenchidas por comboieiros, mascates e caixeiros viajantes que transportavam as mercadorias do interior para capital e vice-versa" e "novos estabelecimentos comerciais surgem oferecendo uma ampla oferta de produtos importados, tais como: tecidos, louças etc." (CUNHA, 2020, p. 229-231).

Ao final da Guerra de Secessão estadunidense, Fortaleza já havia se consolidado como o maior centro econômico do Ceará. Vilas da bacia do Jaguaribe, antes as mais importantes da província, como Aracati e Icó, estagnaram lentamente diante da centralização comercial na capital. Embora em 1872 Fortaleza concentrasse apenas 42.458 pessoas (cerca de 5,9% da população cearense)[85], nesse período já passavam pelo seu porto cerca de 59% de todas as mercadorias transportadas por via marítima no Ceará, enquanto o segundo porto mais importante da província, o outrora importante porto de Aracati, recebia apenas 17% desse fluxo (CUNHA, 2020). Essa centralização econômica excessiva em Fortaleza jamais foi revertida desde o século XIX, criando-se as bases da macrocefalia da capital cearense, que hoje concentra sozinha 27.62% da população do Ceará, e cerca de 44,4% na sua região metropolitana, conforme os dados do Censo de 2022[86].

Embora Fortaleza tenha experimentado aquilo que Castells (1983) chama de hiperurbanização ao longo do século XX, o crescimento demográfico do Ceará foi significativo ao longo do período algodoeiro do século XIX. Sabemos que

[85]Conforme dados do IBGE disponibilizados em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1287
[86]Segundo dados do Censo IBGE 2022 divulgados em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/06/29/regiao-metropolitana-de-fortaleza-concentra-44percent-da-populacao-do-ceara.ghtml

levantamentos populacionais realizados antes da instituição de censos nacionais são pouco precisos - correspondem ao período dos estudos populacionais brasileiros que Botelho (2010) caracteriza como proto-estatísticos, de modo que seus números devem sempre ser consumidos cum grano salis.

Em 1763, levantamentos populacionais estimavam uma população de apenas 17.010 habitantes em toda a capitania, dos quais 2.128 eram escravos (cf. SILVA, 2002 apud CHAVES, 2016). O historiador e jornalista João Brígido (1900 apud CHAVES, 2016) estimou cerca de 34.000 habitantes para o ano de 1775. Em 1782 estimava-se 61.408 habitantes no levantamento realizado no governo de Pernambuco por José Cezar de Menezes, Idea da população da capitania de Pernambuco e das suas anexas. Em 1811, um levantamento indica uma população duas vezes maior, de 130.396 (cf. levantamento citado por Barão de Vasconcellos, em Capitania do Ceará, artigo publicado na Revista do Instituto Histórico do Ceará em 1909). João Brígido (1900 apud CHAVES, 2016), se aproxima do mesmo número, estimando 130.000 pessoas em 1810. Em 1819, João Brígido (apud CHAVES, 2016) já indicava a população cearense em 201.170 habitantes.

Estimativas contemporâneas mais seguras realizadas pelo demógrafo Marcelo Rodarte (2008), a partir de sua metodologia de correção dos dados de uma tentativa mal-sucedida de levantamento censitário nacional realizada em 1832, indicam que nessa data a população do Ceará girava em torno de 306.208 pessoas (sendo escravizadas 65.324 destas pessoas e livres 240.884). Finalmente, os dados oficiais do primeiro censo brasileiro, de 1872, registraram a população cearense em 721.686 pessoas (sendo escravizadas 31.913 destas pessoas e livres 689.773), mostrando uma taxa de crescimento de 57,5% (-104,6% de pessoas escravizadas, e 65,07% de pessoas livres) num período de 40 anos, levando em consideração os números corrigidos de Rodarte (2008). Comparando os levantamentos de 1872 e 1832 (a partir de números não corrigidos pelo seu método), Rodarte (2008) observa que o Ceará foi um das províncias com maior crescimento na participação da população nacional e a que mais cresceu no Nordeste, aumentando 1,2 pontos percentuais - ficando atrás apenas de Minas Gerais, 4 p.p, São Paulo, 2,3 p.p, e Rio Grande do Sul, 1,4 p.p. Esse aumento populacional ocorre enquanto as províncias que foram os carros-chefe da economia colonial nordestina perdem participação: Pernambuco (de 11,3 para 8,3 p.p.), Maranhão (5,5 para 3,6 p.p.)

e Bahia (14,5 para 13,7 p.p.). Cunha (2020) e Santos (2008) associam o aumento demográfico do Ceará à mobilidade geográfica dos trabalhadores livres no sertão gerada pela cotonicultura resistente às secas, que sempre geraram a migração de populações na direção de lugares economicamente produtivos, assim como também à janela de reestruturação fundiária no Império, antes da Lei de Terras, como atrativos para a intensificação da ocupação do sertão cearense pelos nordestinos em geral.

Ao longo do período imperial, portanto, se configurou a base socioeconômica do Ceará e de Fortaleza sob um tripé que prosseguiu essencialmente o mesmo até a sua reestruturação com o processo de industrialização na segunda metade do século XX: a exportação de algodão para o mercado externo, os comerciantes urbanos como agentes que lideram o processo de acumulação de riqueza e o papel de Fortaleza como "cidade empório", lugar da circulação de mercadorias e locus da acumulação das riquezas regionais (ARAGÃO, 1989).

Ao adentrar o século XX, o mercado interno brasileiro ganhou relevância e passou a absorver parte da produção algodoeira em sua própria indústria. As primeiras atividades industriais começam a surgir no Ceará, que começa a desenvolver sua vocação têxtil. E essa incipiente indústria, assim como a demora no seu desenvolvimento, terão implicações, como veremos, na ordenação do espaço urbano de Fortaleza, tanto pela localização dessas atividades como pelo direcionamento do excedente de riqueza terciária para a atividade rentista no mercado imobiliário. Mas até os anos 1970, o Brasil seguia como um dos principais produtores de algodão do mundo e o binômio gado-algodão seguia como a principal fonte de produção de riquezas cearense.

É em tal contexto de reestruturação econômica do Ceará colonial ao longo do séc. XIX que a cidade de Fortaleza desabrocha como uma planta fertilizada pela renda gerada pelo algodão e pelo setor terciário, pelo investimento da administração pública, e pela reprodução de capital na cadeia de construção civil e no mercado imobiliário, uma vez que, após a promulgação da Lei de Terras reforçando o modelo latifundiário brasileiro, os caminhos que conectavam Fortaleza ao espaço regional cearense se tornaram vetores de expansão radiocêntrica do seu núcleo urbano (ANDRADE, 2017), transformando a imensa extensão de glebas (antes pouco atraentes para a agricultura) em matéria-prima de primeira qualidade para o capital imobiliário em uma cidade que

se multiplicava e já se consolidava, no final do séc. XIX, como um dos maiores centros urbanos do país.

Mas no contexto de crescimento demográfico cearense sem diversificação econômica ou de centralidades regionais, produzia-se uma massa residual no Ceará agroexportador, transformando populações coloniais subordinadas em um contingente de camponeses pobres que se concentravam a cada década no entorno de Fortaleza, paulatinamente produzindo o cinturão periférico de pobreza urbana que eventualmente alcançaria o centro urbano das elites com os custos do que foi um déficit de planejamento. A diminuição de 104,6% de pessoas escravizadas observadas entre 1832 e 1872 no Ceará não foi resultado da sua eliminação - muito embora a necropolítica do estado brasileiro tenha sido bastante explícita em suas intenções com suas políticas de embranquecimento da população pós-abolição - mas da sua conversão em resíduo sertanejo sem lugar, para o qual não foi concebido inicialmente nenhum espaço de reprodução, nem mesmo nas novas cidades modernas.

Sem planejamento urbano para os resíduos da reestruturação socioeconômica colonial, no entorno do centro urbanizado de Fortaleza, meticulosamente planejado por urbanistas inspirados por ideias civilizacionais "de fora", aumentava a cada censo a concentração da população pobre que trocava o campo pela cidade, tentando chegar o mais perto possível do mundo moderno que ela oferecia. Essa nova população, no entanto, foi deixada fora do esquadro dos urbanistas e da adminstração pública enquanto cidadãos relevantes, mas não foi ignorada como demanda por comerciantes e donos de terra, que podiam agir desimpedidos fora da concepção diminuta de cidade que determinavam os primeiros urbanistas da cidade.

5.2.2. A política da centralização e do desenvolvimento urbano de Fortaleza ao longo do século XIX

Frequentemente, observa Costa (2008), confunde-se crescimento urbano e urbanização. Enquanto o crescimento urbano "é um processo espacial e demográfico e refere-se à importância crescente das cidades como locais de concentrações da população numa economia ou sociedade particular", a urbanização "é um processo

social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades" (CLARK apud COSTA, 2008, p. 186). Em nossa argumentação será útil distinguir entre e os dois processos tanto quanto será útil nomear como desenvolvimento urbano o resultado desses processos gêmeos.

Por fins sintéticos, não há dúvida, é comum na literatura a rápida contextualização do desenvolvimento urbano de Fortaleza como desdobramento da economia do algodão, outorgando ao fenômeno a condição de efeito de uma causa econômica nítida e legitimando um ponto de ruptura histórico entre um antes e um depois. Assim, concebe-se a urbanização como um tropismo sociocultural em relação ao crescimento urbano e à economia - que não é, de modo algum, um campo socialmente, espacialmente, politicamente e culturalmente autônomo. Perde-se de vista o desenvolvimento urbano como um processo que articula mudanças materiais econômicas e culturais intersubjetivas dialeticamente, como uma transformação total de uma formação socioespacial.

Apenas com a vantagem da retrospectiva é possível perceber uma ruptura entre algo muito diferente antes e algo muito diferente depois de um marco histórico de uma sociedade. Não devemos permitir que a utilidade de periodizações históricas socioeconômicas, tal como o ciclo do algodão, escondam a totalidade e a continuidade da reprodução social em processos contínuos que situamos em recortes temporais por razões práticas. Fenômenos sociais, de qualquer natureza, são sempre sobredeterminados (ALEXANDER, 1987). Capítulos úteis da historiografia não devem ser confundidos com a historicidade da realidade social, que sempre se reconfigura em uma relação de determinação mútua entre o diacrônico e sincrônico, entre herança e situação.

Não negamos a importância do marco da reestruturação econômica do algodão para o desenvolvimento urbano de Fortaleza. O equívoco (sociológico), ao nosso ver, se constitui, em primeiro lugar, ao ignorar no âmbito dessa transformação as mudanças nas relações de produção e seus reflexos políticos e institucionais societários, i.e., a economia política das relações de poder que permeiam tal transformação econômica, assim como o crescimento urbano e a urbanização de Fortaleza. Nesse sentido, uma leitura crítica da agência das classes dominantes e do Estado deve complementar - como

uma camada analítica - as bases econômicas e demográficas que, de fato, criam condições de possibilidade do crescimento urbano, mas de forma alguma o definem.

A incorporação do Ceará à economia internacional do século XIX, saindo da marginalização colonial para uma posição marginal de fornecedor de commodities para as nações industriais globais, deve ser compreendida levando em consideração o quadro local político e institucional de mediação dessa inserção do espaço regional e de Fortaleza na economia-mundo. Tal inserção transforma esse quadro local, e se faz sentir concretamente conforme se manifesta, seus efeitos práticos na sociedade, na cultura e no espaço cearense. Se a intensificação da atividade econômica no espaço regional determina como resposta técnica-logística necessária o fenômeno do crescimento urbano enquanto conteúdo, são as relações locais de poder que determinam a distribuição e localização de recursos em uma formação socioespacial e assim definem como o desenvolvimento urbano se manifesta concretamente na forma socioespacial da cidade.

O desenvolvimento urbano de Fortaleza, portanto, também foi um projeto político de transformação local da sociedade colonial nordestina e brasileira diante das mudanças societárias amplas geradas pelo capitalismo industrial e pelo imperialismo moderno europeu. Essas mudanças, em última análise, resultaram em diversos marcos importantes: no desembarque da corte portuguesa no Rio de Janeiro, ressignificando a posição política do Brasil e das suas elites econômicas locais no seio do império português; na abertura dos portos brasileiros, fazendo o mesmo no seio da economia e da política global; e eventualmente na independência da colônia, que gerou um litigioso processo de formação e afirmação de um Estado Nacional no novo país, demandando a definição de novas formas de administração, novas regras políticas, econômicas e sociais e novos centros e símbolos de articulação e implementação [enforcement] do poder central.

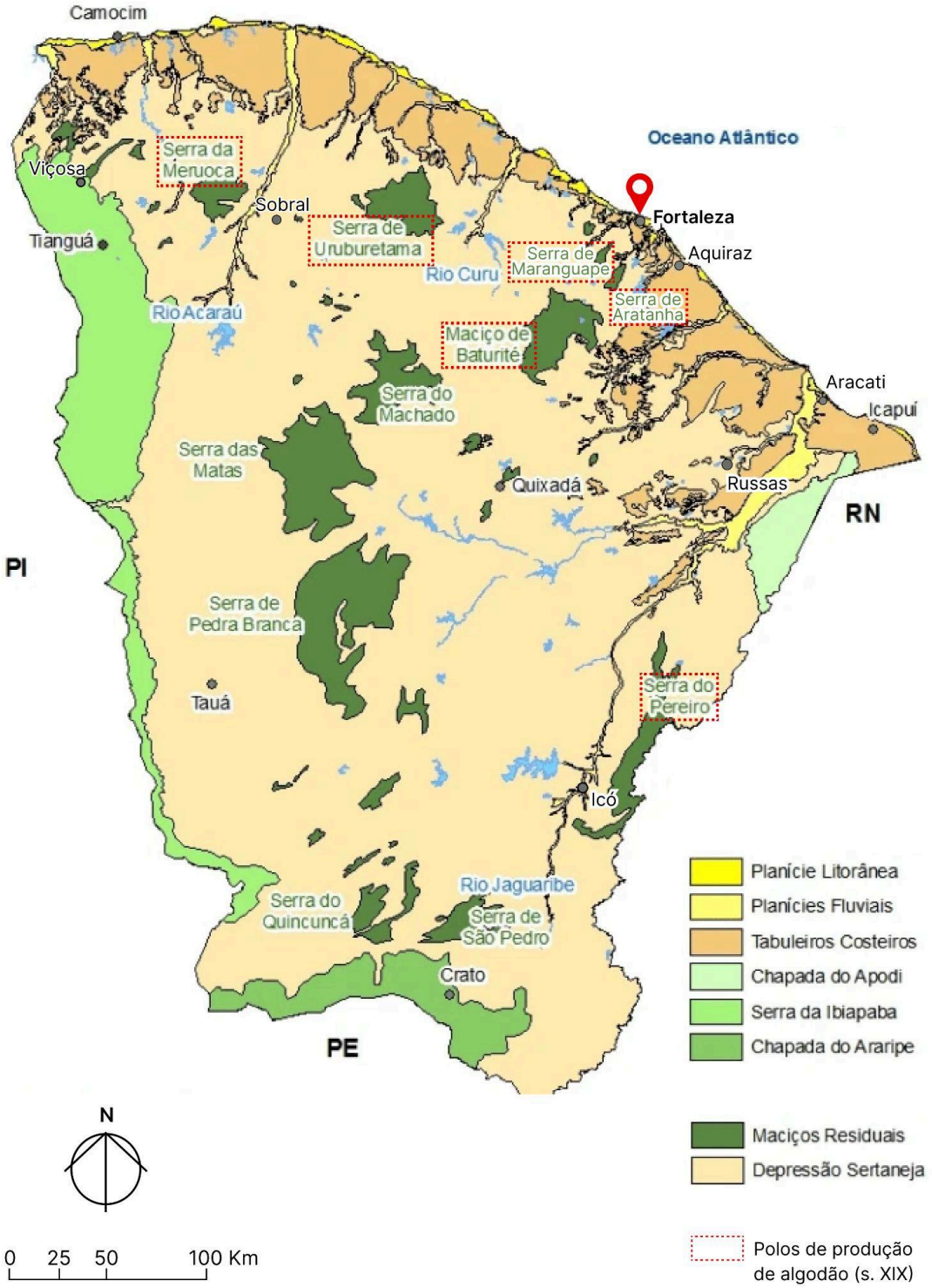
Um ponto de partida para a exposição de Fortaleza enquanto resultado político é sublinhar o fato de que a produção algodoeira não foi escoada pelo porto de Fortaleza porque na capital havia a infraestrutura física, econômica e política adequada para tal, aguardando a produção; ao contrário, a infraestrutura para tal foi construída em Fortaleza para que ela pudesse cumprir o papel de centralidade regional articulando e comandando tal produção. A capital não possuía uma área relevante para o plantio do

algodão. No Ceará do séc. XIX, o "ouro-branco" era produzido no interior, onde existiam condições ambientais propícias, notadamente no entorno das serras de Baturité, de Maranguape, de Aratanha, de Uruburetama, da Meruoca e do Pereiro (CUNHA, 2020). Embora boa parte dos pólos de cotonicultura fossem mais próximos de Fortaleza do que os pólos e rotas da pecuária (ver Figura 19), inicialmente o ciclo do algodão beneficiou sobretudo a vila de Aracati, que já operava como centralidade regional mais importante. Era para o porto de Aracati que o gado era levado, processado e transportado para o porto de Pernambuco, e era em Aracati que a maior parte das mercadorias desembarcavam de Portugal e do restante do Brasil e de onde eram redistribuídas pela rede interiorana. Naturalmente, o algodão seguiu inicialmente o mesmo fluxo logístico e de poder econômico[87].

O processo de investimento de recursos no desenvolvimento de Fortaleza, portanto, não foi simples adaptação funcional diante da intensificação da economia cearense, mas um projeto de fortalecimento de uma elite local da recém independente província associada ao fortalecimento do poder central imperial após a independência. Há três períodos importantes nesse processo: o início do século XIX, pós-independência cearense; o período de 1830 em diante, marcado pelo esforço de consolidação do Império, especialmente com o início do período regencial; e a partir da década de 1860 até início do séc. XX, marcado pelo segundo e mais importante boom do algodão brasileiro, iniciado com a Guerra da Secessão estadunidense e indo até as primeiras décadas da república no século XX, período histórico referido como a belle époque fortalezense (PONTE, 2014).

[87]Aracati já havia alcançado a posição de principal centro econômico e principal porto do Ceará ao longo da segunda metade do séc. XVIII pela sua centralidade na economia das charqueadas na bacia do Jaguaribe. Como ilustração, podemos tentar aproximar alguns dados de anos diferentes, cientes das limitações que tal comparação possuem: enquanto em 1792, a capitania do Ceará exportou um total de 450 toneladas de algodão (não necessariamente apenas via portos cearenses); em 1795, somente o porto de Aracati exportou 277,5 toneladas de algodão (ALBANO, 1918 apud CUNHA, 2020).

Figura 19 - Mapa geomorfológico simplificado do Ceará indicando regiões serranas de produção de algodão no século XIX



Fonte: Adaptado a partir de Mapa geomorfológico simplificado do estado do Ceará (MORO et al, 2015)

Nas últimas décadas do século XVIII, com a crise da pecuária e perspectivas em torno da economia do algodão, comerciantes e burocratas portugueses da capitania cearense buscaram o estreitamento de relações com Portugal, defendendo o potencial de ampliação da economia cearense (CASTRO, 2014). Não só a indústria da pecuária havia enriquecido proprietários e comerciantes locais, aumentando a representatividade econômica do Ceará enquanto a indústria da cana-de-açúcar na Zona da Mata começava a perder a liderança econômica para o sudeste, mas também o crescimento demográfico da região e, consequentemente, de vilas e funcionários para administração do território já pesavam em favor da autonomia da capitania e de uma elite econômica e administrativa local. Como observa Cunha (2020), a Carta Régia da Rainha Maria I concedendo autonomia à capitania do Ceará em 1799 comunicava o entendimento da coroa portuguesa de que Pernambuco já não era mais capaz de administrar efetivamente os territórios do Ceará e da Paraíba devido ao aumento da população e do comércio nessas regiões. A autonomia permitiu negociar e comerciar diretamente com Portugal (e pouco depois com as nações aliadas, após abertura dos portos em 1808), sem a obrigatoriedade de passar pelo porto e taxação de Recife, reduzindo custos, dinamizando o comércio e enriquecendo famílias de proprietários e comerciantes cearenses.

A autonomia do Ceará significou uma maior atenção e expectativa por parte da coroa portuguesa. Funcionários reais - representantes da coroa - de maior escalão passaram a ser apontados para a administração da capitania, “empenhados em demonstrar o acerto da decisão de sua Majestade” (CASTRO, 2014, p.30), ou seja, incumbidos de cumprir o projeto real de otimizar a exploração econômica do Ceará. O primeiro governador da capitania, Bernardo Manuel de Vasconcellos, vem de Portugal acompanhado de João da Silva Feijó, engenheiro naturalista com a missão de inventariar os recursos naturais e as potencialidades econômicas do Ceará para a metrópole. Posteriormente, com o Império e a sua necessidade de consolidar um Estado Nacional, o interesse do poder central no Ceará é redobrado.

Berço da colonização, o Nordeste - especialmente a Zona da Mata - era marcado pela insatisfação do declínio de uma elite fisiocrática ligada à agroexportação do açúcar. Gilberto Freyre, em Sobrados e Mocambos, descreve o declínio da economia açucareira como o declínio da sociedade patriarcal no Nordeste. Esse declínio não ocorreu sem

resistências, revoltas e negociações por parte das elites nordestinas diante do poder, especialmente diante do favorecimento de elites sudestinas ligadas à cafeicultura. Como aponta Oliveira (2017, p. 34), "era unânime, entre os governantes do último quartel do século XVIII e início do século XIX, a opinião sobre a insubordinação das populações sertanejas". A necessidade de um novo processo de subordinação política do Nordeste significava intervir em arranjos econômicos, sociais e políticos tradicionais que haviam sido criados localmente na colônia na prática da colonização, ignorando demandas políticas e econômicas de uma sociedade que experimentou o domínio e a exploração metropolitana por séculos. O Ceará não era exceção no contexto nordestino, especialmente levando em consideração que a Ribeira do Jaguaribe (incluindo a Ribeira de Icó, que engloba toda a região do Cariri), território economicamente e demograficamente mais importante da província até se consolidar hegemonia de Fortaleza, se encontrava "enfeudada" à elite de Recife (MELLO apud OLIVEIRA, 2017). Conforme oligarquias algodoeiras-pecuaristas cearenses emergiram como uma fração da elite regional reconhecida pelo poder central, elas ganharam projeção no palco político brasileiro ao lado - e não mais debaixo - das oligarquias açucareiras da Zona da Mata e do Maranhão. Esse contexto fomentou uma relação de apoio mútuo: era preciso fortalecer uma elite administrativa para unificar as elites cearenses[88] sob um comando regional, e assim unificar o comando imperial no Nordeste. Esse mutualismo foi um aspecto importante do contexto político do desenvolvimento urbano de Fortaleza.

O processo de autonomia cearense em relação a Pernambuco não se deu em um território bem integrado politicamente. A unificação do Ceará foi um processo que se desdobrou ao longo do século XIX, com implicações diretas na transformação de Fortaleza. Como observa Oliveira (2017), até a independência de Pernambuco, a organização territorial cearense era feita com base em unidades relativamente independentes umas das outras, as "ribeiras", definidas pelo processo de colonização e pelos marcos geográficos da ocupação do sertão em função dos cursos hídricos. Esses territórios eram dominados por oligarquias locais que os controlavam na prática, exercendo poderes locais de regulação econômica, política e militar. Até meados do

[88]As posições políticas das elites cearenses em relação ao Estado Nacional eram divididas entre os imperialistas, regressistas e chimangos, grupos caracterizados, entre outros fatores, pela sua posição em relação à medida de centralização e descentralização do poder político nacional. Para uma rica discussão sobre as divergências políticas entre as elites cearenses ao longo do século XIX, ver Oliveira (2017).

século XIX, não existia centralização ou unidade política em torno da administração real em Fortaleza. A capital representava um centro de poder como outro qualquer nessa configuração fragmentada. Os interesses desses grupos eram regionais locais e frequentemente antagônicos, não comungando de interesses comuns em torno de uma ideia de unidade provinciana. Durante longo período, a relação desses grupos locais do sertão cearense com a coroa foi ambígua, ora de aliança e ora de contraposição e até mesmo de conflitos militares.

Capistrano de Abreu (apud OLIVEIRA, 2014) observou como historicamente, no Ceará, houve uma disputa entre "o litoral" - onde era mantida a conexão e a representação do poder régio, de onde eram emitidos e executados os atos administrativos da coroa portuguesa - e "o sertão" - colonizado pela pecuária, formando grupos familiares patriarcais regionalmente fragmentados, ligados por laços de sangue e terra, com poderes políticos erigidos sobre redes clientelistas e sobre o exercício da violência não monopolizada pelo Estado, uma herança da autonomia dada aos colonizadores na longa expulsão e subjugação dos povos nativos durante o processo de conquista. A unificação do Ceará (e do Império através dele), observou Capistrano de Abreu, se deu conforme o sertão foi "domado" pelo litoral, subordinando a autonomia local dos potentados sertanejos construídos ao longo do século XVIII ao recém instaurado poder central do governo cearense, cujo lugar e símbolo era Fortaleza, malgrado o fato de que os grupos políticos que executavam essa unificação também viessem de oligarquias sertanejas. O fortalecimento das capitais urbanas sobre o poder fisiocrático tradicional colonial, portanto, foi um elemento essencial nessa transformação de relações de poder. Conforme argumenta Lemenhe (1991, p. 67):

> (...) o rompimento da subordinação colonial tendeu a reforçar o controle da cidade sobre o campo, fundado agora numa antiga e nova ordem. Numa antiga, porque, deixando de ser colónia, não perdeu o Brasil seu lugar de reserva de matéria-prima e de mercado - este último ainda restrito e por expandir - para o capitalismo europeu, visto que necessitava das cidades para organizar e prover a captação da produção agrícola e possibilitar a introdução de bens industrializados. Outro papel não teve o reconhecimento imediato da independência pela Inglaterra, já privilegiada com um tratado de comercialização preferencial e a presença aumentada, desde a Abertura dos Portos, de comerciantes ingleses nas cidades-porto, até em Fortaleza, na época ainda de pequena importância como núcleo captador do algodão para o mercado inglês. Dizemos que a cidade é reforçada pela nova ordem porque a constituição do Estado Nacional num universo sócio-económico e político desarticulado e

> fragmentado em unidades locais (aqui entendido como o domínio do proprietário rural) e regionais de poder (as oligarquias regionais com interesses econômicos conflitantes com a ordem nacional em formação) necessitou das cidades para efetivar-se, apesar de estar no campo a base de sua sustentação econômica.
>
> Mas o aumento do poder do controle da cidade sobre o campo - controle econômico e político - não se deu sem contradições, pois, ao mesmo tempo em que a nova ordem propiciou a expansão de algumas cidades, barrou ou anulou as possibilidades de expansão de outras.

O período pós-independência de Pernambuco, portanto, é marcado pelos primeiros esforços em configurar a ainda vila de Fortaleza como cidade capital da nova capitania diante do território fragmentado em ribeiras e potentados que possuíam outras vilas como locus de poder.

Um marco urbanístico desse período de transformação de Fortaleza pode ser centrado na figura do engenheiro militar Silva Paulet, enviado em 1812 como ajudante de ordens do quarto governador do Ceará, Coronel Manuel Inácio de Sampaio (1812-20). A descrição de Fortaleza atribuída à Silva Paulet (1899, p. 16-17) em 1816[89] ilustra o baixo desenvolvimento da capital para o exercício de sua função e sua menor importância em relação à Aracati. O esforço de modernização da cidade realizado por Paulet levou em consideração a necessidade de imprimir à capital a devida expressão de seu lugar político pretendido:

> Esta villa é a capital da capitania: assento do governo com um batalhão de tropas regulares, um juiz de fóra que é auditor da tropa e juiz da alfandega. Há uma caza de camara arruinada: não tem cadeia, e servem-se as autoridades civis de uma cadeia militar; o que dá motivo a uma infinidade de contradições e etiquetas, que se não podem emendar; em muito detrimento da expedição das dependencias criminaes.
>
> A villa é pobre, seo commercio de pouco vulto, ainda que o porto é soffrivel, apezar de ter uma enseada, mas como só as immediações do termo até a serra da Uruburetama, parte do termo do Aquiraz, e parte do termo da villa de Monte-mór o Novo se surtem da Fortaleza, o commercio é muito menor do que o do Aracati. Não há uma só caza de sobrado, e as terras são muito inferiores. O sólo é de areia solta, o tijolo, cal e madeiras são caros, e tudo concorre para ser mui despendiosa a edificação. [sic]

[89] O texto *Descripçao Geografica Abreviada da Capitania do Ceará* foi publicado na Revista Trimensal do Instituto do Ceará em 1899, com nota do historiador Barão Guilherme Studart identificando a data do documento como 1816 e contestando a autoria de Silva Paulet, apesar de assinatura no documento original depositado na Biblioteca de Fortaleza, argumentando que a autoria do documento provavelmente é do ouvidor Rodrigues de Carvalho.

O esforço de desenvolver Fortaleza resultou em transformações significativas da pequena e precária vila descrita por Paulet. Desde o primeiro governo cearense foram iniciadas obras públicas e a regulação da economia, dos comportamentos e da ocupação do espaço urbano. Já em 1800 foi contratado o primeiro arruador de Fortaleza, construído o primeiro açougue e logo foram proibidas edificações de casas no limite sul da cidade, no caminho em direção à Messejana, objetivando o adensamento do centro da vila. Com o início das transações diretas com Portugal e depois com a Inglaterra, o governo encomendou estudos para um porto e construiu um molhe na Praia de Iracema (então com a toponímia de Prainha). Em 1808 foi instituído no Brasil o imposto da décima urbana (a Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos, atual Imposto Territorial e Predial Urbano), antes restrito ao Rio de Janeiro, mas logo estendido a outras cidades e vilas, aumentando os recursos financeiros da administração pública. No governo de Manuel Inácio de Sampaio, a partir de 1812, redobra-se a construção de obras públicas e a organização administrativa pela criação de normas regulando a economia e a cidade de Fortaleza. É instituída e construída a Alfândega para controlar e taxar o movimento de mercadorias, especialmente do algodão, que era verificado pelas Mesas de Algodão. É construída a Tesouraria da Fazenda e os Correios, aumentando a conexão da capital com outras vilas e lugares de produção. O forte, finalmente, é reconstruído como uma fortaleza de pedra e alvenaria. É erigido um Mercado Público, onde se organizam feiras semanais, e é construído o primeiro chafariz público, mediante contrato com João da Silva Feijó[90] para cessão de nascente de água localizada em sua propriedade.

O mais importante elemento, no entanto, é a criação do primeiro plano urbanístico e de expansão de Fortaleza, elaborado por Silva Paulet. O engenheiro militar impôs um traçado em xadrez de ruas retas perpendiculares e travessas ortogonais, disciplinando a ocupação orgânica de caráter medieval da vila em função de corpos hídricos, caminhos do relevo, das atividades e práticas de caráter rural (criação de animais e plantios de subsistência, uso de rios e lagoas), assim como determina a

[90] João Feijó, funcionário público, engenheiro militar que precedeu Silva Paulet, enviado em 1799 para inventariar a natureza e sociedade do Ceará e suas oportunidades econômicas. O fato de que o mesmo se tornou proprietário e beneficiário econômico de terras que logo se tornaram estratégicas para o desenvolvimento da capital ilustra como a elite administrativa e econômica se misturam no processo de afirmação do Ceará e de Fortaleza como economicamente relevantes.

localização de edificações simbólicas, como o forte, o porto e as três igrejas que existiam naquele período (CASTRO, 2014, COSTA, 2014, LEMENHE, 1991). Novas edificações na cidade passaram a ser construídas seguindo a quadrícula do plano de Silva Paulet, tentando imprimir à vila o caráter funcional e simbólico de *cidade*, assim como a ordenação necessária para o seu crescimento sob controle da administração pública. Como observou Costa (2014, p.24), "Fortaleza nasceu, realmente, de um traçado sobre um papel. O plano de expansão orientou as ações do poder público local e só assim foi possível que o traçado de linhas fixado no projeto servisse de modelo à dinâmica de uma cidade real."

Em apenas uma década de independência de Pernambuco, a capital já não era uma pequena vila sem sustentação econômica e política suficientes. Em 1811 o porto de Fortaleza já era o maior do Ceará em percentuais de venda (42,9%) e o único com vínculo direto com o mercado inglês, ultrapassando o porto de Aracati (35%), que ainda era dominado pela praça de Recife, que ainda polarizava para o seu porto a maior parte da produção de algodão cearense (65% da produção do estado, incluindo 18% da produção escoada por Fortaleza); também em 1811, William Wara, um comerciante irlandês, estabeleceu a primeira casa estrangeira de comércio direto com a Europa; e o forte de madeira que deu início à vila, desmoronado em 1811, foi reconstruído por Silva Paulet como uma fortaleza de pedra e alvenaria entre 1812-1817, uma obra financiada pelos fazendeiros cearenses (LEMENHE, 1991, COSTA, 2014). No ano de 1822, quando da proclamação da independência brasileira, que logo elevaria as capitais de capitanias ao status de cidades, o Barão Guilherme Studart (1896 apud Costa, 2014, p. 94) indicou que a vila de Fortaleza possuía "45 ruas espaçosas, 2 travessas, 4 bulevares, 16 praças, 3.855 casas compreendendo as estradas empedradas do Visconde de Cauhipe e da Pacatuba, 10 igrejas e 24 edifícios públicos".

Desse modo, a hegemonia territorial cearense em torno de uma capital administrativa demandou sua transformação em centro econômico e cultural, garantindo a sua centralidade política na prática. Para tanto, uma série de medidas ao longo do século XIX garantiram o desenvolvimento dessa condição: a organização de uma classe burocrática administrativa para operar as instituições de estado centralizadas na capital (o funcionalismo público dos poderes judiciário, legislativo e militar, assim como outras posições públicas de fiscalização, controle e operação); a construção de um sistema de

ensino secundário público localizado na cidade; e, especialmente, a transformação de Fortaleza em principal porto do Ceará, o que envolveu superar o porto do Aracati, e a construção de uma rede ferroviária para redirecionar para a capital o fluxo de mercadorias do sertão que antes eram escoadas por Aracati, Camocim e Recife (OLIVEIRA, 2017). Diante da primazia de Aracati como pólo econômico cearense, foram tomadas medidas como a redução de tarifas alfandegárias em 50% para produtos exportados via Fortaleza, a instalação na cidade de órgãos de controle, fiscalização e logística como a Alfândega, a junta da Fazenda e os Correios, e pesados investimentos na melhoria do porto e da logística de transporte de mercadorias para os navios (FARIAS, 2012 apud CUNHA, 2020). Esses investimentos não são levados a cabo apenas pelo poder público, mas também são implementados a partir de empresas internacionais, que exportam para o Brasil as tecnologias de serviços de infraestrutura e mobilidade necessárias para o porte das cidades modernas.

Conforme Oliveira (2017), o período regencial foi um dos momentos políticos mais conturbados do Ceará, em que houve um acirramento das disputas de poder regionais que ameaçavam a integridade da ordem monárquica na província. A publicação do Ato Adicional de 1834 tentou conciliar o reforço da autoridade do poder central com o desejo de autodeterminação das elites locais. Essa emenda constitucional determinou a criação das Assembleias Legislativas Provinciais e, consequentemente, de leis provinciais. Só a partir de então foi possível alcançar consensos entre as elites cearenses, efetivamente agregando os potentados coloniais locais em torno de um centro de poder hegemônico na capital e assim fortalecendo a centralização política do Império.

O governo de José de Alencar é apontado como o responsável pela unificação cearense, garantindo a "paz na província", e por uma radical modernização da província e de Fortaleza[91]. Seu governo instalou iluminação pública à base de azeite na capital;

[91] As estratégias de subordinação dos potentados sertanejos do governo José de Alencar, deve-se notar, foram dependentes da intervenção local do poder militar do Estado, organizando a Guarda Nacional no Ceará para se opor ao poder militar das oligarquias, dividindo territórios de vilas, desenhando novos limites administrativos para enfraquecer os poderes políticos e redes clientelistas locais, entre outras práticas de disciplinamento político e territorial necessárias à centralização do poder nos moldes dos Estados Modernos (OLIVEIRA, 2017). Além da implantação da Assembleia Legislativa e de garantir sua legitimidade organizando o aparelho repressivo de Estado localmente, Alencar criou o primeiro banco da província, com o objetivo de financiar a agricultura cearense; incentivou a diversificação e a modernização da agricultura, estimulando o plantio de gêneros como café, chá e açúcar, importando e facilitando o acesso a maquinário e novas técnicas agrícolas; construiu açudes; solicitou professores ao Império para as principais vilas da província; determinou a obrigação de oficiais da província em

construiu um reservatório e uma ponte de pedra e cal no Rio Pajeú, facilitando o acesso ao bairro da Prainha; instalou poços, chafarizes e uma aguada pública para lavadeiras de roupa; fez estudos para melhorias do porto e reformou o cais; proibiu currais de peixe em rios navegáveis para garantir o fluxo desimpedido de mercadorias; melhorou e construiu estradas que facilitavam o fluxo de mercadorias entre a capital e a província, melhorando a conexão da capital às vilas do Soure (Parangaba), Messejana (onde residiu durante seu governo), à região de Maranguape e Baturité, que pertenciam à Ribeira do Siará, e também às vilas de Sobral, na Ribeira do Acaraú, de Aracati, Icó e Crato, na Ribeira do Jaguaribe e do Icó; plantou árvores em vias públicas e padronizou os seus tamanhos mínimos; e também aprovou uma importante legislação urbanística: a lei n° 36 de 1837, que dava à administração o direito de desapropriação por utilidade Municipal e Provincial, permitindo maior atuação do poder público na produção e ordenamento do espaço (OLIVEIRA, 2017; COSTA, 2014, 2008).

Apesar dos avanços trazidos por Alencar, cronistas que deixaram suas descrições como registros de memória dos cenários urbanos que visitavam ainda não enxergavam em Fortaleza uma cidade moderna. Em 1841, o cronista estadunidense Daniel Kidder descreve Fortaleza como uma cidade construída sobre um incômodo areial:

> A primeira cousa que se pode dizer do Ceará é que a cidade é inteiramente construída sôbre areia. Desde a praia até o bairro mais distante, só se vê areia. Se se anda a pé, a areia incomoda os pés; se o sol está quente, elas [sic] os queima, e, se sopra o vento, a areia enche-nos os olhos. [...] Quer se saia a pé, a cavalo ou em algum veículo, a areia nos incomoda sempre, e não raro são necessários dez bois para tirar um só carro (KIDDER, 1951, p. 137 apud LIMAVERDE, 2015).

Beneficiada pela unificação política e pelo investimento do poder público no estímulo à economia cearense, a década de 1840 marca o início do período mais rico da economia cearense oitocentista (1845-77). A estabilidade climática, com secas mais amenas, e o alto preço do algodão gerado pela Guerra de Secessão nos EUA contribuíram para uma bonança econômica que se refletiu tanto no crescimento urbano quanto na urbanização de Fortaleza.

---

trabalhar em obras públicas ou privadas que gerassem benefício público, assim como trouxe 50 trabalhadores especializados para a construção de obras públicas

Em 1848, Sabóia Ribeiro (apud COSTA, 2014) estimava que a cidade já contava com 8.900 habitantes e 1.418 domicílios, mas apenas 571 deles de tijolo e telha. O longo período da administração municipal do Boticário Ferreira (1843-59), logo após o período regencial e atuação de José de Alencar no governo, é um marco da consolidação em Fortaleza como cidade capital. Seguindo à risca as diretrizes urbanísticas de Silva Paulet, Ferreira aumentou o traçado viário em quadrícula, ampliando e abrindo novas ruas, aformoseou as principais praças da cidade e ampliou o acesso à água com a instalação de novos poços. Nesse período foram realizadas obras como uma nova sede Assembleia Legislativa Provincial e a Cadeia Pública da Província. Nesse processo de aformoseamento, no entanto, Ferreira demoliu casebres, "casas de palha", vielas e becos (como o que era chamado de Beco do Cotovelo, para embelezar e desobstruir a Praça Municipal e permitir a abertura da atual Av. Visconde do Rio Branco) e pequenas casas de comércio de gêneros alimentícios (conhecidos como Quartos da Agostinha, para a construção da nova Assembleia Legislativa). Essas intervenções se concretizaram no núcleo urbano da cidade onde se concentravam as casas "de tijolo e telha" e onde eram demolidos casebres de taipa e palha para a abertura de avenidas. Essas casas, como veremos, eram mantidas nas "areias", longe do centro que se urbanizava rapidamente com a pesada intervenção e investimento do Estado.

O projeto de modernização de Fortaleza continua conforme mais recursos excedentes da economia cearense são investidos no núcleo urbano da capital para garantir o seu status de centralidade e locus do poder regional e federal. Já estabelecida como principal cidade cearense, cidade empório e império, Fortaleza cresce continuamente, enquanto outros centros urbanos cearenses ficam estagnados, e passa a demandar mais esforços e investimentos para a ordenação do seu espaço urbano.

A posição de centralidade regional do Ceará também colocou Fortaleza como o principal destino de populações em fuga das secas. Periodicamente milhares de camponeses se dirigiam à capital em busca de sobrevivência e amparo do poder público. Ao longo do século XIX, conforme a imprensa se fortalece no país e ganha maior capacidade de inserir temas no debate público, as calamidades públicas das secas se transformaram em leitmotif dos governantes nordestinos na solicitação de recursos e intervenções do poder central. Os retirantes, até a metade do século XX, eram empregados em obras públicas em troca de alojamento e alimentação, e por diversas

vezes foram mantidos em campos de concentração fora da cidade, sistematicamente afastados da centralidade urbana de expressão de poder e prestígio, evitando macular a moderna cidade com a insalubridade associada à pobreza e ao crescimento urbano desordenado.

Assim como Silva Paulet representa um marco urbanístico do início do crescimento urbano da capital na primeira metade do século XIX, Adolfo Herbster representa marco semelhante para a sua segunda metade, quando Fortaleza já colhia os frutos da sua consolidação como principal cidade do Ceará. Em 1859, a Câmara Municipal de Fortaleza contratou o engenheiro pernambucano para planejar e controlar a rápida expansão da capital, que já começava a experimentar os problemas do crescimento urbano acelerado. Os levantamentos geográficos da cidade realizados per Herbster em 1859 e em 1863 são documentos que ilustram o crescimento de Fortaleza em relação ao registro de Silva Paulet cerca de 40 anos antes, assim como ilustram o esforço dos seus dirigentes em insistir no traçado xadrez e racional do espaço na implantação de edificações e na ampliação da malha viária, ignorando as populações que não cabiam dentro desses planos.

Apenas em 1875, entretanto, é produzida a Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios e definido um planejamento de expansão da cidade, inspirado nas reformas haussmanianas de Paris, realizadas aproximadamente no mesmo período entre 1850-70. Herbster desenhou o que seria o "núcleo urbano" da cidade a ser expandido (e por contraste a "periferia" no seu exterior), delimitando-o com grandes boulevards (atuais Av. do Imperador, Av. Dom Manuel, Av. Duque de Caxias), ampliando a ordenação em quadrícula de Paulet para oeste até as praças Gustavo Barroso e Paula Pessoa (aproximadamente a atual R. Padre Ibiapina, alcançando a região do bairro Jacarecanga), para o sul até a Rua dos Coelhos (atual av. Domingos Olímpio, aproximando-se da atual região dos bairros José Bonifácio-Benfica); e para o leste até a então Rua da Aldeota (atual R. Nogueira Acioli). O plano assinalava as estradas de acesso ao núcleo urbano como vias radiais de expansão da cidade, impondo ao entorno desse núcleo, ao longo desses vetores, o mesmo tratamento racional em quadrícula, antecipando o crescimento da malha urbana nessas direções.

A imposição do arruamento racional do plano Herbster demandou a eliminação de arruamentos que a ocupação orgânica do espaço havia produzido, revelando a lógica

de exclusão do déficit de planejamento. A ocupação orgânica do espaço no entorno do núcleo urbano já revelava a localização de domicílios que não conseguiam acessar a cidade e ocupavam sua periferia de forma desordenada. A cidade só é concebida enquanto tal conforme existe uma referência formal de ordem e paisagem, concepção da qual fogem tais ocupações dos mais pobres. O plano Herbster expandiu e reforçou o que era entendido formalmente como cidade, o lugar que correspondia às ideias mais modernas de civilização desejadas pelo planejamento urbanístico, mas também político, econômico e cultural da capital. E assim afirma-se a exclusão da cidade de tudo aquilo situado fora de tais ideias e planos.

Atualizado em 1888, o plano de Herbster foi tão eficiente no disciplinamento do núcleo urbano que até hoje os limites do bairro Centro são basicamente os traçados por ele. No centro urbano foram rigorosamente policiadas as ocupações e usos do espaço através de Códigos de Postura e implantados os equipamentos necessários para a boa vida urbana: as redes de iluminação (convertida para abastecimento a gás em 1867), de transporte público conectando as ruas do centro e pontos de conexão nas fronteiras dos subúrbios ao centro (na década de 1880 surgem as linhas de bonde de tração animal), de transporte ferroviário conectando a zona rural ao porto de Fortaleza (construído ao longo da década de 1870, implantando a Estação João Felipe a oeste do centro)[92], de

[92] A construção das estradas de ferro no Ceará são um excelente exemplo para sublinhar como processo de modernização impõe novas relações de produção e culturais com o meio - um processo de hibridização econômica e cultural que tenta acomodar estruturas sociais estabelecidas em um novo espaço social, determinado pela presença de outros agentes e outros capitais. A Estrada de Ferro de Baturité, primeira ferrovia do Ceará, tinha como objetivo conectar a região cotonicultura de Baturité, ao sul da capital, ao porto de Fortaleza para reduzir os custos da matéria-prima para as indústrias inglesas. O empreendimento foi uma sociedade firmada entre políticos locais, alguns herdeiros da elite colonial, como Gonçalo Batista (Barão de Aquiraz, filho de capitão-mor), herdeiros de famílias de comerciantes portugueses, como Cunha Freire (Barão de Ibiapaba, irmão do também empresário Severiano Ribeiro), o senador Tomás Pompeu (filho de capitão de milícias), um engenheiro civil José Pompeu de Albuquerque Cavalcante e um comerciante inglês Henrique Brocklehurst, representante da Casa Inglesa (uma filial da companhia inglesa R. Singlehurst & Co., de Liverpool) e fundador da Associação Comercial do Ceará, instituição nos moldes europeus que se difundiram pelo Brasil com sua entrada na economia global, e que depois representou os interesses de comerciantes no desenvolvimento do Ceará mobilizando empresários e administração pública para lidar com problemas como as secas e o cangaço, em favor da implantação do Porto do Mucuripe, da eletrificação do estado, na criação do Banco do Nordeste e na criação da Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais (atual FUNCEME). Esse símbolo da modernização do Ceará, levada a cabo por comerciantes e industriais com a instalação de infraestrutura para otimizar o transporte de commodities produzidas pela elite proprietária de terras, construiu a primeira estação da cidade, a Estação João Felipe, sobre um cemitério localizado a oeste do núcleo urbano. A instalação dos equipamentos de modernização sobre um lugar de memória, tal como um cemitério, evidencia a ideologia da destruição criativa que impõe os interesses econômicos particulares - sob argumento de benefícios coletivos - sobre o valor coletivamente produzido pelo habitar o espaço. O cemitério, lugar de memória, foi esquecido, substituído sem registros ou memoriais, simplesmente substituindo sua função por outro (o São João Batista, para onde apenas parte dos restos foram exumados e alojados), mas sua existência nos

telefonia (em 1891), os reservatórios de água instalados na atual Praça Clóvis Beviláqua para abastecimentos dos chafarizes (construídos pela empresa inglesa Ceará Water Works Co. em 1867), posteriormente as redes de água e esgoto, que começaram a ser implantadas a partir do centro na década de 1920 (COSTA, 2014) e a implantação dos diversos edifícios em que funcionaram serviços públicos e administrativos: indo de colégios, como o Liceu do Ceará, à Assembleia Legislativa e à sede da União Cearense, associação dos grandes comerciantes nacionais e estrangeiros, determinando assim o lugar de trabalho e vivência da importante fração da classe dominante cearense, a classe média-alta urbana, associada ao funcionalismo público e às atividades terciárias que emergem com a modernização do Estado e da cidade, e evidenciando a íntima inter-relação histórica entre as duas coisas, a classe média-alta urbana e o centro econômico, político e simbólico da cidade como seu lugar de atuação, reprodução e poder político.

O plano Herbster mostra que, conforme Fortaleza crescia em sua função central regional, seu próprio espaço intra-urbano começava a se desenhar mais nitidamente entre centro e periferia. O Censo de 1872 já havia registrado 42.458 habitantes no município de Fortaleza, com menos da metade deles residindo na sua área urbana. E um levantamento populacional de 1887 registrava 19.281 habitantes na área urbanizada de Fortaleza, que contava com 36 edifícios públicos, 72 sobrados (Silva Paulet, em sua descrição, enfatizava o fato de que em 1816 não existia nenhum), 4.447 casas térreas e 1.278 choupanas (COSTA, 2014). A periferia de Fortaleza sempre esteve no seu entorno. Suas sementes surgiram regionalmente com aldeamentos indígenas (que ao longo século XX seriam incorporados com distritos e bairros, hoje subcentros da cidade), mas no final do século XIX a cidade já possuía metade da sua população residindo na sua área rural, para a qual planos de modernização e ordenamento se mantiveram cegos durante muito tempo.

A cidade crescia dentro e fora do centro, indisciplinada pela adminstração pública, distante dos traçados modernizantes de engenheiros militares e das

evidencia o fato de que a oeste do núcleo urbano, muito antes do crescimento urbano e da urbanização de Fortaleza, a terra já era habitada por comunidades que demonstravam o vínculo com espaço na forma mais elementar, enterrando os seus mortos. Em todas as direções da expansão urbana essas comunidades - ricas ou pobres, indígenas ou portuguesas - foram reduzidas a um vazio concebido, a áreas de expansão dos planos modernizantes que pretendiam conformar o espaço real ao espaço ideal, concebido de acordo com um projeto civilizatório de transformação socioespacial total, mantendo seletivamente o que deve ser preservado no lugar ou não em função das assimetrias de poder da sociedade em transformação.

normatizações de comportamento importadas da Europa via legislações municipais do Rio de Janeiro tomadas como referência. Os arrabaldes mantinham ocupações, usos e comportamentos rurais antigos e ganhavam novos, específicos ao seus contextos atuais, dotando o espaço metropolitano de sentido no imaginário geográfico e na lógica da mobilidade dos indivíduos. A relação entre as partes - centro e periferia - começava a tecer a estrutura do espaço metropolitano em espaço intra-urbano e a determinar a lógica geográfica e a direção da expansão da ocupação das elites urbanas, associada à atuação do poder público e do mercado imobiliário nesse sistema de localizações. Fora da cidade desenhada por Herbster, como ilustra Andrade (2017) a partir de descrições literárias de João Nogueira, além de rarefeitas ocupações na faixa portuária e na região leste do Outeiro da Prainha, tudo era "areia": "excetuados o Palácio do Bispo, o Colégio das Irmãs e o Seminário, tudo eram areias, casas de palha, uma ou outra casa de tijolo com sofrível aparência".

Embora ainda um pequeno núcleo urbano, a capital já apresenta traços de segregação na sua forma urbana. Embora a divisão urbano x rural no interior do município possa sugerir espaços diferentes com lógicas próprias, eles se tornam progressivamente relacionados conforme as condições e necessidades de mobilidade se transformam. O rural se torna cada vez mais a periferia e o lugar de concentração da pobreza conforme os bondes aproximam esses espaços do centro, e consequentemente afetam as percepções e comportamentos locacionais dos urbanitas em função de tal aproximação relativa. Tal segregação residencial se acirra conforme se reforçam continuamente a concentração da atuação do poder público na centralidade urbana com vistas a atender, sobretudo, os grupos e interesses das classes médias e altas que residem, trabalham e consomem ali. Conforme observa Andrade (2008), Fortaleza nunca passou por grandes projetos de reestruturação e higienização social nos moldes haussmanianos, muito embora ela tenha se constituído ao longo do século XIX e boa parte do século XX como uma cidade socialmente higienizada, mantendo a massa dos mais pobres distantes do centro.

Apesar das casas de palha e casebres de taipa nos arrabaldes, paisagem rural herdada do passado colonial marcada pela arquitetura vernacular camponesa mestiça, o centro urbano de Fortaleza conseguiu despontar como uma urbe europeia dotada de sua própria *belle époque*, um projeto bem sucedido de "reeuropeização" brasileira. Para

tanto, era suficiente observar a paisagem construída seletivamente, separando o que é a cidade do que é o arrabalde, a área rural, as dunas, a areia. Os relatos de visitantes de Fortaleza na segunda metade do século já eram bem diferentes daquele atribuído à Silva Paulet e do desapontado Henry Koster no início do século XIX. Na década de 1860, os viajantes europeus Belmar e Agassiz já relatavam com ânimo:

> Fortaleza é uma cidade nova, de aspecto europeu, cujas ruas, alinhadas a cordão, são embelecidas com alguns edifícios de notável elegância, no número dos quais convém colocar o palácio do governo, um belo quartel e, sobretudo a igreja catedral. Sua população é de cerca de 25 mil almas. Encontra-se aí um Liceu, uma Junta de Comercio, hospital e, nos arrabaldes, cerca de 1500 casas de palha, que servem de abrigo à classe pobre. (BELMAR, 1898, p. 20 apud COSTA, 2014 p. 97).

> Amo a physionomia do Ceará. Amo suas ruas largas, asseiadas, bem calçadas, resplandescentes de todas as cores, porque as casas que as bordam são pintadas de tons os mais variados. (...). O Ceará não tem esse ar triste, sonolento de muitas cidades brasileiras; sente-se aqui movimento, vida e prosperidade. [...] Na frente da pequena cidade, corre uma extensa praia e o barulho do mar, batendo forte nos recifes, chega até o quarteirão central. Assim, colocada entre a montanha e o mar, Ceará deve ser uma cidade salubre; é, com efeito, a reputação que gosa. (AGASSIZ, 1938, p. 532 apud COSTA, 2014 p. 98).

O projeto de Fortaleza, portanto, ocorre como uma estratégia de desmonte da configuração de poder político colonial regionalmente fragmentada no sertão, afunilando para a capital a condição logística de concretização da acumulação da riqueza terciária gerada pelo ciclo do algodão.

Se por um lado esse empoderamento da cidade diante do sertão era um projeto politicamente necessário para a unidade estatal e nacional, por outro ele também foi um projeto de transferência de poder político local fisiocrático para o poder econômico associado ao comércio e à administração pública, ambos dependentes da cidade como locus de atuação para o efetivo controle do Estado e da economia. E uma vez que o próprio desenvolvimento urbano de Fortaleza se torna uma atividade econômica fundamental para "domar" o sertão, essa nova elite terciária também se engaja na reprodução de capital através da produção do espaço urbano, afinal, uma cidade não se constroi sozinha, tampouco se constroi sem recursos financeiros e sem o direcionamento da alocação desses recursos - sempre enviesado em função de interesses particulares de grupos que possuem maior poder político. É com a progressiva intensificação da construção de Fortaleza do século XIX em diante que se constituem os

agentes do mercado imobiliário local, que mais tarde, aproximadamente a partir da década de 1930, se consolidam como grandes grupos imobiliários familiares que passam a determinar a expansão da cidade, à revelia do planejamento e intervencionismo do poder público.

A domesticação do sertão como um processo de reestruturação sociopolítica da sociedade colonial se manifesta, em escala local, na produção da cidade. Se em termos políticos e econômicos regionais foi necessária a subordinação da sociedade patriarcal, em termos sociais e espaciais locais, foi implementada a exclusão da sociedade camponesa colonial, excluída não só da cidade, mas também dos planos da cidade. Diante do atraso colonial herdado, o centro urbano cumpria o papel de modernizar a sociedade seletivamente. Fora dele, estava o espaço que era seletivamente objeto de intervenção pública, regulação e policiamento do uso e da ocupação do solo. Espaço utilizado sobretudo como área de amortecimento dos resultados de uma sociedade agroexportadora recolonizada, mas agora pela divisão internacional do capitalismo industrial, que definiu a modernidade como promessa e a cidade como seu símbolo. Nos arrabaldes se alojaram paulatinamente a população excluída da modernização, fugidas das secas e das crises econômicas cíclicas do sertão. Sem indústrias para absorver os camponeses transformados em proletários, estes se mantinham em abarracamentos espontâneos ou depois em campos de concentração construídos pelo Estado, que se juntavam às casas de palha, todos juntos nas "areias", lugar dos resíduos (MACIEL, 2024) de uma cidade desenhada no papel, da forma mais simples e racional possível, em xadrez. Resíduos, no entanto, que jamais foram inertes. Era nesse meio residual da transformação societária colonial onde buscaram a liberdade escravos fugidos[93], onde buscaram lugar camponeses deslocados, onde se reproduziu a cultura e a organização popular das classes subalternas e, mais tarde, onde se organizariam formas de ocupar os interstícios da cidade formal, deixando os habitantes da cidade moderna exclusiva de meados do século XX em choque.

[93] Marques (2008, p. 54, 61) observa as táticas de pessoas negras escravizadas em sua análise de anúncios de fuga veiculados em jornais. O autor reproduz por exemplo, o caso do escravo Matheus: "Ha oito dias desappareceu da casa do abaixo assignado em escravo de nome Matheus, com 25 annos de idade, mulato claro, cor pallida. Sem motivo algum para fugir, visto que era lhe livre andar e trabalhar na rua quando lhe parecia; suspeita-se que tenha acostado a algum abarracamento onde tenha deparado algum conhecido (...)"; ou o da escrava Jacintha de "falla descansada" e que se passava por retirante nos "arrabaldes" de Fortaleza.

Uma vez modernizada a cidade como um processo autoimperialista (MOSER, 2016), ela se torna não só o palco, mas o objeto de negócios e a ser gerida por seus principais agentes produtores inteiramente em função do seu potencial econômico - emerge o discurso da cidade como negócio, que coloniza o discurso da cidade como meio civilizatório, atualizando o contexto cultural em que as mesmas distâncias sociais tentam ser mantidas, mas de formas diferentes.

5.2.3. O choque cultural da modernidade: o projeto civilizatório da urbanização de Fortaleza

Um segundo equívoco sociológico ao se ater ao marcos de transformação econômica do ciclo do algodão para contextualizar o desenvolvimento urbano de Fortaleza é ignorar como este também foi um processo de radical transformação cultural e das relações sociais cotidianas entre as pessoas que se encontravam inseridas no meio colonial essencialmente rural, produzindo uma urbanização sui generis, marcada pela influência de padrões culturais europeus em contato com as leituras culturais de pobreza e desenvolvimento locais.

Lefebvre (2001, 1993) - nunca é demais enfatizar - ensina que a cidade deve ser entendida como uma mediação entre a ordem distante das relações de produção e reprodução de capital e a ordem próxima da reprodução do mundo da vida cotidiana. Villaça (2019) esclarece que o processo de urbanização se expressa pela mediação local de relações de poder e institucionais na conformação da estrutura do espaço intra-urbano. E essa ordenação intra-urbana, por sua vez, ocorre conforme as elites, através das suas vantagens sobre o consumo da cidade e a partir de suas estratégias de reprodução social condicionam a atuação do Estado e de agentes de mercado em seu favor.

As transformações no âmbito global da produção comandam o desenvolvimento urbano, mas não determinam sua forma local. São agentes econômicos e políticos que alocam recursos e efetivamente ordenam a produção do espaço urbano, configurando seu interior e ditando o que é inserido e excluído nesse interior. Mas enfatizamos que uma sociedade se transforma, literalmente, na prática, na incorporação e na expressão

cotidiana comportamental de tais transformações estruturais, que reproduzem não só como sintomas da estrutura social, mas como gestos de sua atualização.

São as práticas socioespaciais dos agentes envolvidos na produção cotidiana da cidade que a concretizam como uma formação socioespacial. A cidade então se constitui como um sistema cultural dotado de sentido e regras internas, no qual são legíveis diferenças e necessidades, os "alvos sociais, interesses", aquilo que se está em jogo na sociedade e as formas de jogar esse jogo. Dessa forma, a urbanização de Fortaleza enquanto projeto e processo civilizatório se constitui primeiro no campo cultural das classes dirigentes - que aderem ao projeto de modernização europeu como forma de aderir à ordem socioeconômica europeia da qual nunca pretenderam se remover ou se contrapor, mas apenas se reposicionar. A transformação de uma sociedade rural colonial em uma sociedade moderna "reuropeizada" (FREYRE, 2013) envolve o disciplinamento do urbano como modo de vida. Para tanto, uma *illusio* da cidade - a adesão coletiva aos seus valores, legitimando sua própria constituição enquanto campo de relações entre agentes - precisou ser construída.

A contextualização da formação da cultura urbana fortalezense conforme a cidade se instituiu como modo de vida moderno localmente nos dará subsídios para entender com mais clareza a gênese do processo de segregação residencial comandado pelas classes dominantes em dois pontos importantes: 1) nos ajudará a historicizar a razão pela qual ela tomou a forma que tomou, ou seja, a razão cultural pela qual a Aldeota e o setor de leste da cidade - e não outro - se constituíram como eixo de concentração das elites, alcançando a atual área de interesse do nosso estudo; e 2) nos ajudará a historicizar as raízes dos discursos que suportam as articulações de distâncias sociais e físicas na cidade, apontando como na própria gênese da cultura urbana fortalezense, a herança da estratificação social colonial nunca foi abandonada, apenas reorganizada.

Ao tornar-se o ponto de conexão de Ceará com a metrópole portuguesa (e depois com o Estado Nacional) e com a economia mundial, Fortaleza também se transforma em ponto de conexão com a cultura urbana europeia que se desenvolve na nova fase do imperialismo europeu de globalização de estruturas econômicas capitalistas. Estas estruturas dependem, no entanto, de implantações e implementações locais de um processo civilizatório modernizante que tenta universalizar uma cultura de mercado para

o livre fluxo de mercadorias, o controle burocrático para a garantia das relações contratuais de negócios e uma cultura de consumo para a construção da demanda pela produção industrial em massa.

Fortaleza, como vimos, se concretiza como "cidade empório" e como "cidade império", enquanto estratégia econômica e política de fortalecimento e centralização de poder local e nacional. Ao se tornar locus do poder econômico e político, a capital se torna efetivamente o lugar de habitação da elite que comanda a transformação econômica e política do Ceará. Ao longo do século XIX, não só os dirigentes da província e os tecnocratas do funcionalismo público, mas também a elite terciária - frequentemente europeia - assumiram a cidade como lugar de residência. A apropriação da capital por esses grupos significa que ela passa a se constituir como um objeto através do qual expressam e experienciam seu lugar social. O processo de urbanização modernizante de Fortaleza, portanto, é marcado pelo encontro do modo de vida rural colonial com o projeto de sociedade de uma nova elite urbana em afirmação.

A modernização é sobretudo um choque cultural. A "domesticação" política do sertão pelo litoral, como sintetizou bem Capistrano de Abreu, também envolveu a vitória cultural "da praça sobre o engenho", nas palavras de Gilberto Freyre (2013). O primeiro aspecto desse choque ocorre em torno do encontro do projeto modernizante com a realidade colonial rural local do assentamento que ainda era essencialmente uma vila, eivada pela sociabilidade e modos rurais, pela organização espacial orgânica, seguindo o traçado do Rio Pajeú e o relevo, ocupada de modo a acomodar usos rurais de plantio e criação de animais para subsistência, e organizada em torno do uso coletivo do meio natural como recursos cotidianos (os banhos desnudos nos rios, que depois seriam proibidos em lei, antes do anoitecer, são um exemplo).

Esse choque ocorre também no encontro do projeto de cidade com o movimento contínuo dos camponeses para a cidade e com sua progressiva fixação ali - seja no movimento pendular cotidiano do transporte da produção rural para a cidade e dos bens industrializados para o campo, seja no movimento em massa de camponeses em fuga das secas. Embora na primeira metade do século XIX Fortaleza já tivesse experimentado crescimento econômico e populacional, é no final do século XIX que a capital inicia uma trajetória de crescimento demográfico que será vertiginosa ao longo do século XX. Enquanto estimativas de Thomaz Pompeu, em seu Ensaio Estatístico,

indicavam uma população da cidade em 1848 de cerca de 16.000 pessoas apenas (estimando cerca de 4.500 pessoas escravizadas entre estas), o Censo de 1872 registrou uma população de 42.458, o de 1900 registra 48.369 e o de 1950 registra 270.169 habitantes.

Esse crescimento urbano de Fortaleza foi em grande medida um fenômeno associado ao binômio seca/latifúndio, que expulsou consistentemente levas de camponeses para a cidade. A cidade como polo de atração de migrantes é em grande medida o resultado da sua valorização diante do desmonte econômico de outros espaços para determinados grupos sociais, que encontram como melhor estratégia a migração. No caso dos camponeses sertanejos, migram para um meio urbano - meio no qual não foram constituídos enquanto seres sociais. O choque da modernização, portanto, demanda a imposição do projeto de afirmação cultural de uma nova elite sobre uma sociedade rural que precisa ser disciplinada - colocada em seu lugar, literalmente - para que se cumpra tal projeto civilizatório. Produzem-se regras que reinscrevem a hierarquia social no espaço urbano emergente, garantindo que a cidade como lugar de encontro entre diferenças ocorra de forma limitada.

O espaço público fortalezense, portanto, só começou a se construir no século XIX. Até a sua urbanização, o espaço não privado, não doméstico, era em grande medida o espaço coletivamente apropriado, nos moldes da cidade medieval. Embora fosse regulado por representantes do poder régio e locais, por certas normas urbanísticas de orientação militar e simbólica, não se pode falar em uma noção de público na sociedade colonial e nas suas vilas. É com a modernização que o controle de um espaço cívico, pertencente a ninguém e a todos, ao público, começa a tomar forma. O disciplinamento dos urbanitas se torna objeto da ação do poder administrativo da cidade, que impõe novas regras de comportamento para garantir o modo de vida urbano, especialmente através de Códigos de Posturas, que disciplinam as formas corretas de ocupar, construir e usar o espaço, mas também através de legislações que tornam proibidas práticas em desacordo com a sociedade moderna idealizada. E além disso, o influxo de populações migrantes em fuga das secas e em busca do amparo do poder público como alternativa para a sobrevivência, também criou a necessidade de regular corpos e práticas em certos espaços.

A urbanização de Fortaleza enquanto fenômeno cultural, portanto, foi levada à cabo pela aplicação de um poder disciplinar sobre os corpos, comportamentos e espaços da cidade. E para tanto, o policiamento dos comportamentos, construções e usos do espaço e equipamentos públicos se tornou necessário. Gilberto Freyre (2013), em Sobrados e Mocambos, observa que a sociedade brasileira passou por um processo de "reeuropeização" no século XIX. Os hábitos coloniais foram transformados com a imposição de valores éticos e estéticos metropolitanos às sociedades e espaços há muito marginalizados do processo civilizatório das nações europeias - de cima, à força e de repente. Desse modo, a partir da chegada da família real na colônia despreparada para recebê-la, atrasada em termos de estruturas de consumo, lazer, moradia e higiene, foram importados e impostos os ideais e os sinais de progresso civilizacional etnocêntricos europeus. As cidades passaram a regulamentar o comportamento dos seus habitantes adotando as normas implementadas no Rio de Janeiro, que passara a ser disciplinado pela própria Corte Imperial.

Para Linhares (1992), o discurso dos agentes da urbanização sempre foi mascarado pela ideia de elevação do homem, da sua felicidade e das suas necessidades, velando o desejo de ordem da racionalização da sociedade e do seu espaço, que deveria ser imposta via repressão de todos e tudo que fosse desviante do projeto moderno. Em um período de precárias compreensões em torno da saúde e do saneamento e de leituras moralistas em torno dos problemas sociais urbanos, a modernização das cidades era realizada sob o argumento de garantir a saúde e a virtude pública, uma vez que a experiência europeia entendia que as cidades rapidamente se tornavam centros de insalubridade e promiscuidade moral. Como argumenta Costa (2008, p. 191):

> As cidades eram consideradas sinônimos de doença e perversão. Foram apontadas como os grandes focos disseminadores de epidemias que devastaram a população europeia. Várias teorias médicas relacionaram estas doenças com as condições de higiene, com o ambiente natural e construído, com o modo de vida da população. Também a falta de moral, o vício, a desordem da família do trabalhador eram responsabilizados pelos sérios problemas apresentados pelas cidades. Logo, era preciso higienizar e moralizar o espaço urbano e sua população.

Ferreira (2018), analisando a relação do discurso da medicina social no âmbito da urbanização de Fortaleza, aponta que duas linhas de tendência se sobressaem: a influência das teorias europeias de planejamento urbano, elaboradas em torno das concepções oitocentistas de saúde e doença, que prega o saber médico na ordenação do espaço urbano e a imposição de normas de higiene à população; e o contexto local das secas, que tinha como resposta políticas sanitaristas de higienismo social como forma de controle da cidade diante das das epidemias que as acompanhavam. Embora Fortaleza fosse considerada uma cidade salubre, pelo seu porte e clima ameno tropical litorâneo, em momentos de calamidade pública geradas em anos de secas, o aumento das ocupações desordenadas e sobrecarga da precária infraestrutura de saneamento e saúde da cidade a transformavam em um centro de contágio - cabe lembrar que redes de esgotamento só começaram a ser implementadas na capital em 1920. Desse modo, medidas higienistas faziam parte do disciplinamento dos espaços públicos e privados, das construções, das águas, do ar e dos corpos.

Como observa Ferreira (2018), as teorias miasmáticas demandavam a higiene corporal e espacial, e as teorias do contágio exigiam o isolamento de contaminados e dos espaços de isolamento em locais ventilados e afastados. A epidemia de varíola decorrente da seca de 1845-46 foi um marco no discurso sanitarista de modernização de Fortaleza, fortalecendo a afirmação do biopoder do Estado, que passou a tentar se fazer entender como a entidade incumbida da preservação da saúde dos corpos e das famílias, disciplinando-os no cuidado de si, contendo-os ou movendo-os e intervindo sobre eles se necessário, criando os aparatos legais, burocráticos e os espaços para tal. No período pós-epidemia de 1845, por exemplo, iniciam-se as obras do primeiro hospital da cidade, a Santa Casa de Misericórdia, em um grande edifício, no lugar simbólico ao lado da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. Também são construídos lazaretos para isolamento dos doentes. E no mesmo período também é construída a cadeia pública. Associado ao discurso da medicalização do ordenamento urbano, argumenta Ferreira (2018), estava o controle da população indesejada da cidade, removendo-a ou disciplinando-a para se tornar apta à vida moderna almejada.

Os períodos de estiagem prolongada não são anomalias ambientais, como terremotos, e sim fenômenos cíclicos. Eles se tornam calamidades apenas em função da vulnerabilidade da ocupação humana do meio. Não só as secas desestruturavam

drasticamente a atividade econômica e, consequentemente, a subsistência de populações inteiras no campo, mas o movimento migratório de populações vulneráveis e vulnerabilizadas se convertia em fenômeno sanitário de proliferação de doenças diversas. Frequentemente as secas, em consequência da vulnerabilidade sanitária e nutricional, da mobilidade em massa e da aglomeração repentina que produziam em núcleos urbanos, vinham acompanhadas de epidemias e elevadas taxas de mortalidade. Após a seca de 1877-79, aliada à nova crise do algodão com o retorno da produção estadunidense, Barros Leal (1978 apud COSTA, 2008, p. 185) indica que Fortaleza chegou a receber dezenas de milhares de "indigentes abarracados em seus subúrbios", encontrando-se diante de uma severa crise habitacional, nutricional e sanitária, sem nenhuma capacidade infraestrutural para acolher tamanha população vulnerável.

Conforme massas em péssimas condições de saúde e saneamento ocupavam precariamente os espaços livres da cidade ou o seu entorno, o poder público se via obrigado a tratar tanto da questão econômica de populações desempregadas como da questão sanitária. Frequentemente os imigrantes recebiam alojamento e alimentação em troca de trabalho em obras públicas. A construção da ferrovia da linha que liga Baturité à Fortaleza, em grande parte, foi realizada com o trabalho de retirantes da seca de 1877-79. E em muitas ocasiões a fixação desses retirantes na cidade deu origem a ocupações precárias permanentes e em desacordo com o projeto de modernização da cidade.

Nos espaços desordenados do migrante, fora da ordem urbana, produzidos espontaneamente ou pelo próprio Estado, "imperava a superconcentração de pessoas enfraquecidas, favorecendo a promiscuidade [e] tornava-se difícil manter o mínimo de higiene cotidiana" (COSTA, 2008, p. 185). Os lugares de concentração dos camponeses vulneráveis se tornava ambiente propício para a propagação de doenças e epidemias, e assim se construía a associação entre pobreza e insalubridade por parte daqueles situados fora daqueles espaços, produzindo a narrativa da higienização social como base discursiva local de práticas individuais e institucionais que estimulam a segregação residencial entre ricos e pobres.

Em Fortaleza, cidade urbanizada tardiamente diante de outras capitais brasileiras e bastante tardiamente em relação ao referencial cultural europeu, a modernização significava transformar radicalmente o estilo de vida rural da população habitante e do

influxo de camponeses que produziam o seu crescimento urbano. Costa (2008) observa que a partir de 1835 a cidade passa a contar com um Código de Posturas, um conjunto de leis que busca disciplinar as construções e o uso do espaço, mas também o comportamento na cidade. Por exemplo, são proibidas por lei práticas rurais como a criação de animais soltos na rua em área urbana, a criação de porcos dentro da cidade, ou quaisquer atividades que produzissem mau cheiro, assim como comportamentos inadequados, que perturbassem o sossego e a moral pública, como gritar nas ruas durante a noite, utilizar vestimentas consideradas indecentes, como camisas e ceroulas, ou tomar banhos desnudos nos riachos e lagos da cidade. A determinação de um repertório de crimes em legislação, passíveis de multas e encarceramento, relacionados a comportamentos eticamente e esteticamente aceitos no meio rural demonstram o processo de imposição de um modo de vida urbano pela administração da cidade, ao qual habitantes e migrantes deveriam se submeter em nome do progresso civilizacional.

No choque cultural da modernização, o "matuto", a "gente do mato", era percebido pelo urbanita estabelecido e pelos reformadores da cidade como a expressão do atraso nos modos, na língua, nos valores, no corpo e na sua cultura em geral (FREYRE, 2013). Ou seja, o modo de vida rural, patriarcal e fisiocrático não era apenas objeto de intervenção, mas sobretudo de reclassificação valorativa que legitimava tal intervenção. No entanto, conforme o campo migrava para a cidade, essas classificações morais de oposição urbano/rural, moderno/atrasado, perdiam o seu lastro espacial de afastamento espacial e temporal e se desenvolveram em classificações entre ricos/pobres que a partir de discursos mais simbolicamente violentos, conforme a aproximação física e o compartilhamento do mesmo campo cultural amplo da cidade determinavam formas de subordinação e distanciamento social mais potentes. A urbanização, como argumenta Pesavento (1994, p.139), era marcada por uma "fúria de embelezamento, conforto, higiene e segurança que, enfim, tanto expressava um ideal de civilização quanto os interesses burgueses", e todos aqueles alheios - por resistência ou exclusão - a esse processo e aos códigos de comportamento considerados adequados ao novo contexto socioespacial em produção eram categorizados na condição marginal do estranho. Ponte (2014, p. 177), versando sobre como os "tipos populares" na capital eram classificados como "estranhos no paraíso", em sua seminal análise da Belle Époque fortalezense, comenta:

> Os tipos populares, indivíduos empobrecidos e enlouquecidos, faziam parte daquele contingente de miseráveis produzido ou intensificado pela velocidade das relações capitalistas em desenvolvimento no país. Suas esquisitices, manias ou distúrbios psíquicos de alguma forma foram provocadas pelo impacto nas transformações frenéticas nas ruas, no trabalho, nas casas e na vida das pessoas.

A exclusão dos socialmente mais baixos e mais vulneráveis é velada como inadequação, incapacidade ou indignidade de participação do processo civilizatório. E às táticas de sobrevivência a partir dos recursos disponíveis (herdados da ruralidade e transpostos para o novo contexto urbano) são atribuídas as qualidades da indisciplina, do perigo, do reprovável, do incivilizado - no processo de reeuropeização autoimperialista da modernização brasileira os bárbaros, que outrora não tinham Deus, agora não possuem modos ou cultura.

Diante da erosão do pilar colonial do poder patriarcal fragmentário, bem definida na divisão social em estratos, garantida por direitos consuetudinários e pela arbitrariedade do exercício da violência localmente na imposição dos lugares sociais, os estratos mais baixos da sociedade colonial que passam a se concentrar na cidade são convertidos nos pobres urbanos na sociedade de classes. Muito embora estratificações sociais, como o voto censitário e outros direitos desiguais, ainda definissem muito bem estratos, a significativa equiparação de todos enquanto cidadãos e a noção de público produziu estratégias simbólicas de reclassificação para preservar, ao máximo, as posições sociais, especialmente nas cidades, onde certa co-presença criou condições de interação social. À categoria socialmente nova e bem mais ampla do pobre urbano (pois colige todas as etnias e estratos subalternos) são associados predicados construídos com base nos novos valores urbanos da higiene, da moralidade, da segurança e da civilidade. Na própria gênese da modernização surgem os valores sobre os quais se articulam as fundações discursivas da aporofobia - a aversão aos pobres e aos seus lugares - enquanto base ética e estética de práticas socioespaciais que reforçam a segregação, e não só em sua expressão residencial. O mesmo processo simbólico de reclassificação da aproximação social e seus resultados práticos em outro contexto e com resultados práticos específicos foi observado por Caldeira (2001), de certo modo, 100 anos depois da abolição, após a redemocratização em 1988.

Não só a ruralidade da cidade tardia, portanto, era objeto de intervenção modernizante, mas a cultura dos estratos mais baixos como um todo era condenada ao disciplinamento seletivo. Marques (2008), em sua análise sobre as festas de negros em Fortaleza no final do século XIX, mostra como a regulação dos espaços e comportamentos através dos Códigos de Posturas tentavam proibir, por exemplo, reuniões de escravos e gente humilde em estabelecimentos comerciais por mais de 15 minutos, multando os estabelecimentos, assim como proibiam batuques, sambas e jogos que não aqueles aceitos pelos bons costumes europeus. Conforme aumentava-se o fluxo de migrantes, na década de 1870 as normas se tornaram mais conservadoras em relação ao controle moral, especialmente com as denúncias de jornais de aumento de casos de "roubos, vadiagem e prostituição" (p. 52) durante a seca de 1877-79. Além disso, progressivamente, mesmo as manifestações toleradas das festas de negros por autorizações, negociações ou tolerância policial de algumas transgressões, foram sendo afastadas para fora do centro.

No núcleo urbano de Fortaleza, as normas edilícias também se tornaram progressivamente mais rigorosas, sendo regulamentadas por 21 artigos em 1879. Não diferentemente dos dias atuais, quase 150 anos depois, a legislação urbanística relegava os mais pobres à insegurança jurídica e a autoridade da administração pública para desapropriações e remoções era aplicada seletivamente. Remoções de casebres, choupanas e casas de palha do núcleo urbano serviam ao projeto de ordenação e embelezamento da capital, mas apenas enquanto estes pudessem ser classificados esteticamente e eticamente como inadequados. Enquanto os "quartos da Agostinha" foram desapropriados e demolidos para construção de avenidas na administração do Boticário Ferreira, por exemplo, o plano urbanístico de Saboya Ribeiro que pretendia modernizar o centro nos anos 1940 nunca foi aprovado porque pretendia demolir edifícios de prestígio no centro da cidade, como o hotel Excelsior. Tais disciplinamentos urbanísticos eram elaborados pela elite urbana, que a um só tempo era consumidora e produtora da ideia de cidade moderna, conforme ela atendesse seus próprios ideais e necessidades, frequentemente excluindo os mais pobres do perímetro urbano por meio da determinação dos seus próprios padrões edilícios mínimos de dignidade.

Como observa o historiador Gisafran Jucá (2004), para além dos boulevards traçados por Adolfo Herbster como limites do que era e não era a cidade, produzia-se

outra urbanização, longe da adminstração, sobre as “areias”, “o reverso da cidade”, que mais tarde seriam os bairros periféricos onde a modernização - suas normas e suas formas - não era implementada, pois estavam fora dos planos da cidade. Os relatos e descrições de Fortaleza no século XIX por levantamentos ou registros literários frequentemente se referem às palhoças no entorno de Fortaleza como se aquelas ocupações não fossem parte integral da cidade, como se fossem excepcionalidades ou áreas ainda não contempladas pela urbanização, quando na verdade sempre foram produtos dela. Não eram parte da cidade porque não eram parte do plano da cidade e, fora de esquadro, não cabiam na concepção de cidade moderna.

No entanto, tal exclusão espacial é condição da modernização. Diante da hipossuficiência do Estado, seus recursos foram aplicados para garantir alguma modernização apenas para parte da sociedade. E diante da necessidade de seleção, é garantida a reprodução de assimetrias sociais, uma vez que esses recursos escassos são concentrados garantindo a fruição da modernidade para alguns, no lugar de produzir outra lógica de urbanização e desenvolvimento menos assimétrica. A mesma lógica de exclusão de parte da cidade como objeto de planos como garantia da legitimidade da não intervenção se reproduz ao longo de toda a história da urbanização de Fortaleza. Embora certamente o planejamento urbano contemporâneo seja vastamente mais complexo do que o modelo de ordenação urbanística do século XIX, a aplicação seletiva da legislação continua reproduzindo a mesma lógica do déficit de planejamento, circunscrevendo apenas partes da cidade ou partes das políticas desenhadas como objetos de intervenção do poder público. O resultado é o mesmo: algumas áreas dentro e outras fora do esquadro.

Embora tenha sido parcamente representada, registrada e tampouco planejada, a cidade sobre as areias surgiu em uníssono com o núcleo urbano, os assentamentos nos arrabaldes são produto da urbanização e da modernização da capital tanto quanto o surgimento dos sobrados, da malha xadrez e dos equipamentos instalados no pequeno quadrilátero entre o mar e os boulevards. A periferia constitui a condição de existência do centro como o seu contrário, e assim constitui não só o sistema locacional relacional do espaço intraurbano, mas também o sentido e o imaginário geográficos dos habitantes de um ou outro espaço. Em 1909, o cronista francês Pierre Dennis (1909 apud COSTA, 2014, p. 107) nos revela a forma urbana que Fortaleza assumiu ao longo do seu

desenvolvimento no século XIX, o centro europeu e os arrabaldes nas dunas de areia, escondidos por trás de palmeiras:

> Desde a chegada, a marca que a seca imprimiu a região torna-a sensível. Uma longa linha de dunas, fulvas e nuas, brilhando sob o sol, borda o mar resplandecente. A pequena "*cité*" de Fortaleza se esconde detrás, cercada de um oásis de coqueiros; nos arredores da cidade, construída à moda europeia, um povoado de casas primitivas se abriga entre palmeiras.

A afluência da elite urbana e seu poder de consumo - os proprietários/empresários, os comerciantes, os profissionais liberais, os funcionários públicos - alocados no centro ordenado, moderno, europeu, expressa o contrário e a distância do resíduo socioespacial da urbanização oitocentista de Fortaleza. O núcleo urbano, nos mostram os cronistas, conseguiu cumprir o projeto de "reuropeização" da colônia. A integração da "pequena *cité"* com a economia e com a cultura internacional foi bem sucedida. Além de centro econômico e político, a capital se torna também *locus* da dignidade cultural, da elevação espiritual do homem colonial rural, bruto e marginal, finalmente iluminado pela modernidade importada. Pragmaticamente, isso implica em tomar parte da sociedade de consumo industrial, que tem na cidade empório e no modo de vida urbano o seu meio por excelência. O crítico literário Benjamin Moser (2016, p. 28), na sua coletânea de ensaios *Autoimperialismo*, nos ajuda a sublinhar um traço fundamental da modernização e urbanização brasileiras:

> 'O brasileiro', escreveu [o supremacista branco, diplomata francês e amigo pessoal de D. Pedro II] Joseph Arthur de Gobineau no século XIX, 'é um homem que deseja ardentemente morar em Paris'. No desejar morar em Paris os brasileiros não eram diferentes de nenhum outro povo colonial: aqueles que vivem nas bordas do mundo naturalmente sonharão com seu centro. Para brasileiros, assim como para as classes aspirantes do Leste Europeu, da América espanhola e do Oriente Médio, Paris significava cultura, ambição, perfume. [...] Paris, ou pelo menos a impressão evocada por sua suntuosa arquitetura, podia ser importada. Como o subsequente arranha-céu, o bulevar parisiense poderia ser reproduzido em qualquer lugar, num arrozal ou num latifúndio de açúcar e, apesar de as construções serem dispendiosas, a ideia em si era barata: civilização, pronta para usar. No alvorecer do século XX, muitas dessas cidades foram erguidas. Havia Bucareste, a "Paris dos Bálcãs"; Beirute, a "Paris do Levante"; Baku, a "Paris do Cáspio"; Saigon, a "Paris da Ásia"; Buenos Aires, a "Paris do Sul". Os passados desses lugares não poderiam diferir mais. Suas visões de

> futuro, porém, eram idênticas. O futuro da cidade moderna incluiria uma grande avenida, geralmente planejada por um arquiteto francês expatriado, e uma grande praça lastreada por um grande teatro, cujo projeto seria baseado na Ópera de Paris. Outros prédios públicos - museus, bibliotecas, palácios, ministérios, prefeituras - seriam espalhados ao longo da avenida e da praça.

As cidades coloniais no século XIX não se erguem necessariamente em função da industrialização, transformando a cidade em lugar privilegiado da produção. Como Fortaleza, elas podem ser erguidas à base da renda deslocada do campo, como cidades-império e cidades-empório, mediadoras políticas e administradoras da produção extrativista de exportação e lugares de reprodução do capital internacional através do consumo local. Transformam-se em lugar de afirmação e reprodução das elites, onde suas aspirações, desejos, necessidades são respondidas. Conforme a capital cearense passou a usufruir do seu pequeno lugar na economia internacional, trocando commodities por infraestruturas, cultura material e imaterial importadas, a cidade-empório passa a oferecer para seus habitantes mercadorias e entretenimento em circuitos de fruição do urbano onde a modernização pode ser experimentada à revelia do choque cultural com os resquícios do mundo colonial, no encontro com a pobreza que sempre esteve um pouco mais perto do que comunicam as plantas de urbanistas do século XIX, em casas de travessas, casebres de taipa, pensões, quartinhos alugados, apesar do exercício de poder regulador e repressivo do Estado como um agente violentamente civilizatório sobre as populações mais pobres, não consumidoras.

A cidade se encontra, no início do século XX, contemplada por diversas práticas culturais, mercadorias, serviços públicos e privados, e estabelecimentos e lugares onde se espacializam os signos da cultura moderna e de uma sociedade civilizada, devidamente reuropeizada. As casas comerciais, como a Casa Exportadora Irmãos Boris ou, mais tarde, a grande magazin Loja Americana, por onde chegavam os objetos que garantiam a boa vida para consumo, como louças, móveis, ferros decorativos, bebidas europeias, especiarias e flores, gordura transformada em velas aromáticas e sabões, chapéus e perfumarias, rendas e tecidos, e utensílios para o lar e para o corpo; os alfaiates, artistas que garantiam a moda francesa sob os corpos locais, dando a devida forma e sentido aos tecidos importados; os jornais, que comunicavam o progresso da cidade, atacavam e defendiam o poder público, simulando a democracia, circulavam

ideias e literatura, assim como os anúncios publicitários, alguns até mesmo em língua estrangeira; as grandes praças, os cafés, restaurantes, clubes e teatros, como o Passeio Público, o Restaurante Iracema, o Café Java, o Clube Cearense, o Teatro Thaliense, locais de encontro e entretenimento da elite local entre si em torno da cultura europeia, todos localizados no centro, ao redor de praças, longe das areias do município; os colégios e universidades, como a Escola Normal D. Pedro II (1884), o Colégio Militar (1892) ou a Faculdade de Direito, que educavam jovens das famílias distintas que não podiam enviar os filhos para a capital ou para a europa, treinavam as moças de família e preparavam os homens para ocupar as profissões liberais, para herdar negócios familiares ou para ocupar os cargos do funcionalismo público que crescia com a cidade. Talvez o marco mais forte desse processo civilizatório prêt-à-porter que moveu a urbanização da capital a partir do período imperial seja o Theatro José de Alencar, a joia arquitetônica que coroou a belle époque fortalezense. Com locação definida desde 1896, inaugurado em 1910, construído em apenas dois anos, o edifício de estilo art noveau - moderníssimo para o seu tempo - foi adquirido por catálogo, importado pela importadora Boris, que trouxe sua estrutura metálica da Escóssia para ser montada no coração do centro da cidade.

A cidade estava bem equipada com os equipamentos em que as elites podiam se reproduzir socialmente a uma distância segura dos resíduos socioespaciais coloniais, reduzindo o caos urbano - que só se tornava mais visível quando as secas, como um alagamento, fazia surgir camponeses para ocupar a capital - a um círculo menor de indivíduos reconhecíveis e reconhecidos. A heterogeneidade social certamente não é fruto da cidade, mas, como observa Velho (1995, p. 234), o estilo de vida urbano "leva ao paroxismo os mecanismos universais de diferenciação, base da vida social". A elite fortalezense, com a construção da sua cidade moderna, refletia muito bem no espaço público e nos lugares de socialização as suas diferenças sociais. Como observa Santiago (2004, p. 61-62):

> O Passeio Público, tão reputado, se compunha de três avenidas, cada uma reservada a uma camada social. O "Clube Cearense", criado em 1867, não era frequentado senão pelos grandes comerciantes conscientes de seus laços com a Europa. A Avenida Sete de Setembro que partia da Praça do Ferreira era reservada às elites durante o carnaval. O exercício da distinção imporia ainda, já na primeira metade do século XX, a mudança de residência das elites do bairro

> de Jacarecanga, na zona central, para a zona leste da cidade. (Santiago, 2004, p. 61-62).

Modernizou-se a cidade, aumentou-se o seu tamanho, mas manteve-se a hierarquia colonial relativamente intacta. A nobreza brasileira da terra, do comércio e da administração portuguesa, se transmutou em uma elite urbana reuropeizada; os negros escravos - recém libertos sem qualquer política de compensação ou integração social, econômica e política - e os mestiços camponeses livres, por sua vez, se transmutam nos pobres urbanos, permanecem no seu lugar histórico de elementos residuais, como observa Maciel (2024, p.13):

> É assim que se forma no país, desde o sistema colonial, um *meio residual*. Segundo Caio Prado Jr. (2011, p.303), os "resíduos sociais inaproveitáveis", ou seja, "todo aquele que se conserva fora daquele estreito círculo traçado pela grande lavoura", são produzidos periodicamente, por ciclos econômicos que se alternam entre "prosperidade e ruína". Florestan Fernandes (2008, p.62) lembra, ao tratar do "negro e do mulato", que a abertura ocorrida com a "desintegração da sociedade estamental e das castas não os favoreceu, pois eles se convertem, rapidamente, em elementos residuais do sistema social.

Tal residualidade é necessariamente espacializada e constitui a gênese das periferias urbanas, fazendo também "da classe trabalhadora uma classe espacialmente residual, relegada aos territórios poluídos e pobres de infraestrutura, de serviços, de bens públicos" (MARTINS, 2000 apud MACIEL, 2024). Nas areias, depois dos boulevards, constroem-se os embriões de lugares tão antigos quanto os edifícios históricos em torno dos quais gravitam a memória da formação de Fortaleza a partir do seu núcleo urbano: tais como as vilas dos índios no entorno da cidade (os bairros da Parangaba e Messejana, e a cidade de Caucaia atualmente), o Arraial Moura Brasil, o Pirambu, as comunidades de pescadores que ocupavam a orla leste e hoje remanescem no que resta do Mucuripe, as roças, assentamentos, comunidades ao longo das estradas, depois dos trilhos, e depois das rodovias que foram as veias de alimentação e expansão da urbanização de Fortaleza.

Oliveira (2009, p. 17), em sua análise de relatos registrados por cronistas entre o século XIX e XX, chama atenção para o fato de que visões díspares retrataram "Fortaleza como uma cidade dual, onde o moderno e o provinciano conviveriam entre

si, confundindo-se no mesmo espaço". Uma "cidade desejada", projetada, antecipada, aquela produzida conforme ideais e necessidades das elites dirigentes e tecnocráticas em mapas, leis e edificações simbólicas, as plantas de Paulet e Herbster ou os edifícios preservados, que a história guarda como um alto-relevo documental e que existe como unidade apenas na sua reconstituição incompleta, deslocada do contexto que tal cidade desejada possui com a "cidade que se tem", aquela que foge ao projeto, onde o que é excluído, o residual, insiste em existir de forma eficiente através de táticas de sobrevivência - táticas que são a "arte do fraco", nas palavras de Michel de Certeau - driblando os projetos e estratégias de subordinação no cotidiano, nas práticas e transformação do espaço, que se revela na paisagem vernacular (JACKSON, 1984), que frequentemente passam ao largo dos registros oficiais, mas que sobrevivem nas entrelinhas dos documentos históricos, nos anúncios de fuga, nos cantos de fotografias de monumentos, fora de enquadramento.

5.3. A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DO SETOR LESTE DE FORTALEZA AO LONGO DO SÉCULO XX: QUALIFICANDO O COMPORTAMENTO LOCACIONAL DAS ELITES

Fortaleza não foge ao padrão morfológico típico das grandes cidades brasileiras. O comportamento locacional das elites na capital cearense, em grande medida, pode ser bem explicado pela teoria locacional de Villaça (2017). No entanto, avaliar historicamente sua configuração e investigar as razões para a eleição do setor leste da cidade como região de concentração das camadas de alta renda, quando sequer existia ali um eixo relevante de conexão regional, é essencial para iluminar a especificidade cultural local do processo de segregação residencial comandado pelas camadas de alta renda e entender com com maior resolução sociológica o processo de estruturação intra-urbana como um processo de reprodução territorial de classe.

A integridade do espaço social em uma cidade que não é inerte só é possível conforme aquilo que chamamos de espaço simbólico, de sociação e físico operam se transformando para manter a topologia social inalterada, cumprindo um processo multiescalar e multidimensional de territorialização. O que pretendemos realizar neste capítulo é uma história da territorialização das elites em Fortaleza, processo que

naturalmente tem como sua dimensão mais expressiva a segregação residencial. Mudanças ao longo do século XX nos ajudam a entender como se transformaram as condições e necessidades de mobilidade das elites, o principal motor da segregação residencial. Acompanhando seu desenvolvimento, podemos identificar como se articulam ao comportamento locacional outras formas de impor disjunções com outros que garantem a efetividade do território das classes dominantes quando as distâncias físicas são subvertidas.

Uma análise histórica da formação do setor leste da cidade nos revela agências no âmbito do mercado imobiliário, do poder público e das próprias elites, transformações no espaço e transformações simbólicas no imaginário geográfico das elites, i.e., nas atribuições de sentido e valor social ao espaço e às distâncias, aos lugares e às localizações, assim como permite que observemos como a essas transformações correspondem mudanças nos gostos, preferências, necessidades, estilos de vida em relação à vida urbana. Só a partir de uma ampla perspectiva histórica podemos avaliar os dados coletados em campo com a devida riqueza contextual que uma interpretação qualitativa demanda.

Ao longo do século XIX a pequena “vila do forte” se urbanizou e chegou ao século XX como uma cidade pujante: centro comercial, cultural e político do Ceará. Tornou-se a morada prestigiosa da classe dominante nordestina, importou a sua própria belle époque efervescente e construiu seu moderno núcleo urbano, área que foi aformoseada, equipada, bem ordenada e que se tornou o "coração" civilizado do município, pleno de comércios, serviços, negócios, sedes da administração pública, espaços de lazer e entretenimento. Progressivamente o núcleo urbano que era entendido como a cidade como um todo, confundindo-se com seu perímetro urbano, se tornou o abrigo apenas de uma fração da população, conforme novos espaços fora do seu perímetro começavam a ser ocupados, constituindo novos bairros. O núcleo urbano então se tornou o centro da cidade, seu Central Business District (CBD), enquanto outros lugares começaram a se consolidar como áreas de diferentes perfis residenciais ou funcionais. Logo a cidade passou a possuir grandes e numerosas construções, não apenas “casas de palha” nas “areias”, fora do núcleo urbano que havia sido delimitado por Adolfo Herbster em 1888. As elites urbanas fortalezenses começaram a buscar cada vez mais o que então eram subúrbios como lugar de residência, construindo chácaras e

chalés, de acordo com as referências culturais da moda trazidas do Rio de Janeiro e da Europa.

Fortaleza se urbanizou ao longo do século XIX conforme a morfologia típica das cidades pré-industriais: os mais ricos habitavam o núcleo central urbano, perto da concentração de infraestrutura e edifícios de exercício de poder, cercados por ocupações das camadas mais pobres. Mas nas últimas décadas do século XIX, com o boom do desenvolvimento urbano fortalezense oitocentista, um processo tipicamente ecológico de invasão, adaptação e sucessão ocorreu no centro de Fortaleza. O aumento populacional e a consequente intensificação do fluxo de pessoas e mercadorias produziu as externalidades gêmeas da intensificação da urbanização: a valorização do uso comercial de imóveis no centro de alto fluxo e os inconvenientes à habitação gerados por esse fluxo e usos comerciais - as poluições, a heterogeneidade social com a presença de multidões e "tipos estranhos" (os tipos populares, os feirantes, os trabalhadores, os mendicantes, os bêbados, as prostitutas e os frequentadores de bares e cabarés, enfim, a vasta gama de "tipos urbanos", na linguagem típica dos ecologistas de Chicago). As elites progressivamente começam a trocar o núcleo urbano por áreas consideradas suburbanas, especialmente quando a implantação de linhas de bonde de tração animal como tecnologia de mobilidade tornaram a habitação dessas áreas viáveis para os urbanitas do centro, "comandando o crescimento da cidade de 1880 a 1914" ao longo das estradas que já haviam sido definidas em função da configuração regional secular de ocupação e de produção e circulação de mercadorias (ANDRADE, 2017, p. 488).

Esse princípio de suburbanização dos mais ricos em busca de áreas mais amenas fisicamente acessíveis, não chegou a produzir uma reconfiguração morfológica da cidade nos termos de Burgess, com os ricos buscando subúrbios afastados, abandonando o entorno do CBD para os mais pobres. Tratou-se menos de uma suburbanização propriamente dita e mais de uma expansão do núcleo urbanizado para áreas de baixa densidade, distinguindo o CBD funcionalmente de áreas residenciais de classes médias a altas ao seu redor. Não ocorreu em Fortaleza a formação de cinturões de pobreza entre o centro e bairros de alta renda suburbanos. As populações mais pobres, historicamente, se concentraram sempre "fora" das cidades brasileiras, jamais sendo subvertida de fato a configuração morfológica da cidade colonial. E este foi o caso também em Fortaleza.

Inicialmente o poder público implantou os equipamentos que garantem a boa vida urbana no lugar ocupado pelas elites, no núcleo urbano genitor da cidade. Mas conforme as camadas de maior renda começaram a ocupar áreas adjacentes ao núcleo urbano a oeste, sul e leste, tornou-se necessário relocar a infraestrutura até as novas áreas residenciais das elites, mesmo que elas estivessem fora do traçado dos planos, como foi o caso da zona leste de Fortaleza, antes apartada do núcleo urbano pelo obstáculo natural do riacho Pajeú. Os principais eixos de conexão regional de Fortaleza já estavam definidos antes de seu desenvolvimento urbano e se constituíram nos vetores de expansão radial da cidade sobre sua extensa área rural. Mas o espaço intra-urbano estruturado em função desses vetores de conexão regional só começou a tomar forma mais complexa do que o padrão típico pré-industrial ao longo do século XX, conforme o crescimento da cidade se intensificou vertiginosamente para fora do núcleo urbano, tanto pelas camadas de alta renda como pelas de baixa renda, dando forma à divisão simplificada entre leste central afluente / sul-oeste periférico pobre.

As ocupações de alta renda fora do núcleo urbano ocorreram incialmente em todas as direções, mas com prevalência inicial da região oeste, seguindo a estrada para a vila do Soure (atual município de Caucaia), dando origem ao atual bairro "decadente" da Jacarecanga. Ao sul, seguindo a estrada para Arronches (atual bairro Parangaba), as ocupações de alta renda deram início ao atual bairro de classe média do Benfica. No litoral, ocupando as proximidades urbanizadas do porto, essas ocupações deram origem ao atual bairro boêmio e diversificado da Praia de Iracema. E a leste, nas proximidades da margem oposta do Riacho Pajeú, a região então conhecida como Outeiro também começa a receber domicílios das elites urbanas, dando início ao bairro da Aldeota, atual "novo centro" das elites em torno do qual se expande a zona nobre da cidade. Ao leste do centro, a única estrada relevante era uma "picada" - registrada na planta da cidade de Silva Paulet datada de 1818 - que levava à então longínqua região do Mucuripe, que possuía apenas um isolado farol, construído em 1846, e um pequeno povoado de pescadores, certamente fruto da assimilação entre colonos e indígenas. Essa via leste não foi um eixo de conexão regional relevante, sendo, na melhor das hipóteses, resquícios da "Estrada Velha", registrada por Jucá (2007), que possuiu relevância antes da colonização do sertão para conexão com Pernambuco via litoral.

Ao longo do século XX, Fortaleza experimentou um processo de crescimento acelerado e desordenado - típico da industrialização tardia e da hiperurbanização latinoamericana (CASTELLS, 1983), com um grande influxo de camponeses para as cidades sem o lastro suficiente de atividade industrial para absorção de mão-de-obra pouco qualificada. Embora o desenvolvimento de Fortaleza ao longo do século XIX tenha sido significativo, principalmente na sua segunda metade e último quartel, ao longo de todo o século XX a cidade apresentou consistentemente um crescimento demográfico bem acima do crescimento do Estado (Tabela 3), evidenciando a intensidade do fluxo migratório do campo para capital da década de 1890 até a década de 2010.

Tabela 3 - Crescimento demográfico intercensitário de Fortaleza e Ceará

Ano	Ceará	Crescimento Intercensitário	Fortaleza	Crescimento Intercensitário
1872	721.689	-	42.458	-
1890	805.687	11,60%	40.902	-3,70%
1900	849.127	53,80%	48.369	18,20%
1920	1.319.228	55,30%	78.536	62,20%
1940	2.091.032	58,50%	180.185	129,40%
1950	2.695.450	28,90%	270.169	49,90%
1960	3.337.856	23,80%	514.818	90,50%
1970	4.491.590	34,50%	872.702	66,60%
1980	5.380.432	19,70%	1.338.793	62,50%
1990	6.362.620	18,20%	1.765.794	31,90%
2000	7.418.476	16,60%	2.138.234	21,10%
2010	8.452.381	13,90%	2.452.185	14,70%
2022	8.794.957	4,10%	2.428.708	-1%

Fonte: elaborado a partir de dados do IBGE

Com esse expressivo crescimento, as novas ocupações dos mais pobres e das elites, ambos fora do centro, começam a configurar a estrutura locacional intra-urbana de Fortaleza - i.e., áreas diferentes em relação com um centro e entre si. E eventualmente esse processo de expansão consolidou a região leste como vetor de ocupação ordenada das camadas de maior renda, enquanto as regiões oeste e sul são ocupadas de forma mais intensa e desordenada por populações de menor renda. Esse

processo de divisão se inicia lentamente já no início do século, se consolida na metade do século e se acelera vertiginosamente a partir de então, conforme a população aumenta em oito vezes em 50 anos, indo de 270.169 em 1950 para 2.138.234 em 2000, com as maiores taxas de crescimentos durante as décadas de 1960, 70 e 80.

Um fator fundamental do processo de expansão leste de Fortaleza foi a superação do Riacho Pajeú como obstáculo ambiental. Trata-se de um marco da expansão da malha viária da cidade, sem dúvidas. No entanto, devemos ressaltar que o Pajeú não deve ser confundido com um obstáculo natural de grande porte intransponível. Existiam ocupações esparsas em sua margem leste registradas em plantas da cidade desde o século XVIII e ocorreram novas ocupações ao longo do século XIX. A transposição do Pajeú diz respeito, mais especificamente, à incorporação mais eficiente da sua margem leste ao espaço intra-urbano, conforme se criaram melhores condições de mobilidade ao levar a linha de bonde até aquela área e posteriormente expandir a malha viária sobre o riacho, hoje praticamente inexistente. E mesmo que essa superação em termos de mobilidade esclareça as condições de possibilidade do adensamento da região leste de Fortaleza, ela por si só não esclarece porque aquela área foi a escolhida pelas camadas de alta renda como lugar privilegiado para sua ocupação, uma vez que outras localizações estavam disponíveis e muito mais acessíveis.

Uma vez que as elites claramente não escolhem sua localização em função unicamente da qualidade absoluta do acesso, mas da qualidade relativa dele, levando em consideração a relação custo x benefício entre custo do acesso aos recursos para sua reprodução social e as vantagens de uma dada localização para o mesmo propósito cumpre avaliar hipóteses sobre o início e sobre a continuidade da concentração das classes dominantes ao leste do centro a partir de leituras sociológicas de tais movimentos locacionais historicamente contextualizados em suas situações socioespaciais.

Nesse sentido, analisamos a expansão leste da ocupação das camadas de alta renda em três grandes períodos: do final do século XIX até os anos 1930, quando se iniciam as ocupações no Outeiro e é loteada a área que hoje corresponde ao bairro da Aldeota; dos anos 1930-1960, quando a Aldeota se consolida como bairro das elites diante de outras opções; e os anos 1970-2000, quando ocorre a reestruturação

intra-urbana de Fortaleza, consolidando a Aldeota como uma nova centralidade urbana e a partir dela se articulam aquilo que chamamos de frentes leste e sudeste de expansão da zona nobre. Só então teremos o devido contexto histórico para analisar as minúcias socioespaciais de territorialização de classe no interior dos bairros do Cocó, Papicu e de Lourdes.

Alguns de nossos informantes mais velhos experienciaram a cidade em décadas passadas, o que nos dá a oportunidade de avaliar suas narrativas como fontes de história oral urbana, recorrendo às suas percepções, experiências e usos da cidade relacionados às suas localizações e mudanças de localização como dados históricos complementares.

5.3.1. Antes do bonde e antes da Aldeota: o bairro do Outeiro (1870-1930)

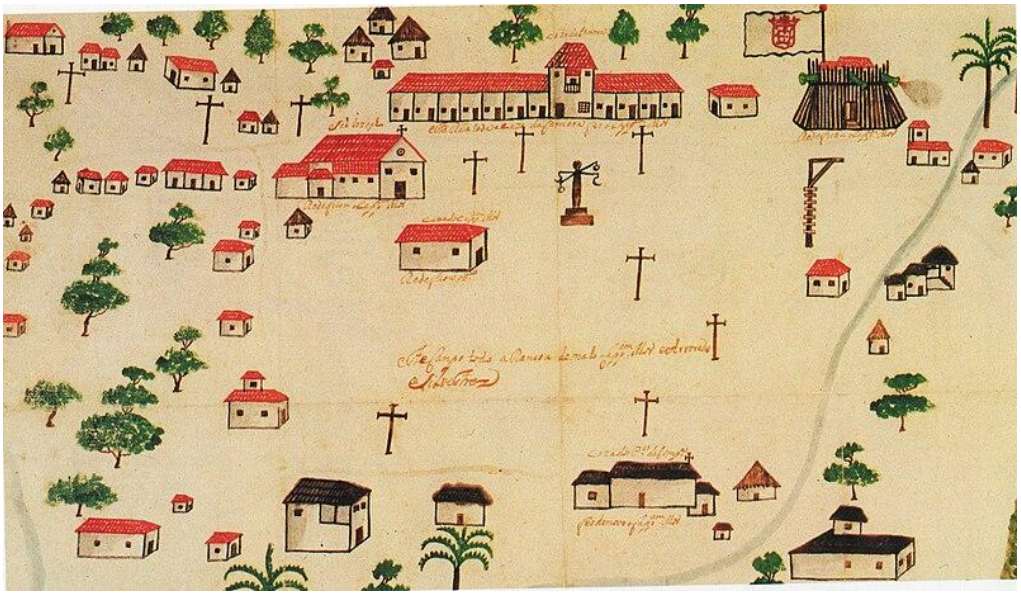
O primeiro registro cartográfico de Fortaleza, o mapa da vila realizado pelo capitão-mor Manuel Francês em 1726, já registrava ocupações nas duas margens do Pajeú, com uma clara prevalência da área situada na margem oeste, entre o riacho e o forte. O mesmo pode ser verificado em diversas outras plantas da cidade subsequentes, notadamente na área litorânea portuária, que recebia a toponímia de Prainha (atual região da Praia de Iracema). O riacho Pajeú não era intransponível, mas, evidentemente, estando o núcleo principal da vila de Fortaleza em sua margem oeste, ele se constituiu em um limite natural relevante entre posterior centro urbano e a região leste não litorânea conhecida então como Outeiro[94].

A ocupação residencial da região ocorria apesar do aumento relativo da distância do núcleo histórico aos pés do forte que a presença do riacho imprimia. A capela da

[94]Outeiro é um termo que se refere a um pequeno monte, morro ou elevação. A toponímia descrevia o lugar em função da sua característica ambiental, sugerindo a sua ocupação pouco relevante, não recebendo o nome de seus ocupantes, figuras religiosas, construções simbólicas ou eventos de grande significância histórica que deixassem sua marca nomeando o espaço. Mais especificamente, a região da margem leste do Pajeú era dividida no Outeiro da Prainha, área que hoje fica entre o bairro Centro e Praia de Iracema, mais próxima do porto, onde se situa até hoje o Seminário da Prainha, e o Outeiro, a continuação da área elevada na direção contrária ao mar, hoje a parte mais antiga do bairro Aldeota. Frequentemente Outeiro é referido como o nome anterior da atual Aldeota, o que é parcialmente correto, mas tratam-se de dois lugares diferentes que coexistiram até serem adensados em um só bairro na segunda metade do século XX. A Aldeota, antes grafada "Aldeiota", se referia a uma pequena aldeia indígena que deixou a região da Barra do Ceará e ocupou a região nas proximidades da nascente do Pajeú, aproximadamente onde hoje se encontra o bairro Dionísio Torres, conforme referências anedóticas, e da qual não há qualquer resquício atualmente. A Aldeota era um lugar mais distante que o Outeiro, que já no final do século XIX era considerado um bairro da cidade de Fortaleza, embora afastado e pouco valorizado.

Nossa Senhora da Conceição da Prainha, por exemplo, foi construída na década de 1840, e sua construção se deve a mobilização de residentes que solicitaram licença para sua construção junto à Câmara Municipal já em 1839[95]. Há ainda registros anedóticos na literatura de que a região leste, para além do litoral, além de pequenos sítios, era ocupada por um pequeno aldeamento indígena (referido como "Aldeiota"), do qual não se preservou nenhum registro histórico de grande relevância em mapas ou documentos citados.

Figura 20 - Representação da Vila de Nossa Senhora da Assunção atribuída ao capitão-mor Manuel Francês, c. 1726



Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_de_Fortaleza_em_1726.jpg

Na metade do século XIX, o Outeiro começa a abrigar grandes equipamentos com necessidade de espaço, mas de menor prestígio (Figuras 21 e 22). Em 1856, um hospital foi construído na região, em logo seguida transformado em Colégio dos Educandos, dedicado ao acolhimento e educação de meninos pobres. O Colégio da Imaculada Conceição, instituição de ensino administrada por freiras francesas inicialmente com o objetivo de educação de órfãs, foi inaugurado no centro da cidade na década de 1860, na atual Av. Barão do Rio Branco, uma das principais da cidade, mas com a necessidade de mais espaço para acomodar as alunas, foi transferido para o

[95]A memorialista Fátima Garcia atribui a informação à SECULT ou a Bezerra de Menezes. Ver mais em: http://www.fortalezaemfotos.com.br/2011/10/igreja-nossa-senhora-da-conceicao-da.html

edifício que fora o Colégio dos Educandos em 1867 [96]. Já o prédio do atual Colégio Militar foi construído com doações do Barão de Ibiapaba para a construção do Asilo da Mendicidade, um casarão para abrigar os indigentes que ocupavam a cidade fugidos da seca de 1877-79. Embora não existam evidências de que o asilo tenha funcionado como tal, o prédio foi construído com a mão-de-obra dos retirantes da seca. Entre 1892-97 o prédio é dedicado ao funcionamento do Colégio Militar, depois torna-se um colégio católico (Colégio Nossa Senhora de Lourdes), um quartel da polícia militar, e volta a sediar o Colégio Militar em 1919 (RODRIGUES, 2019).

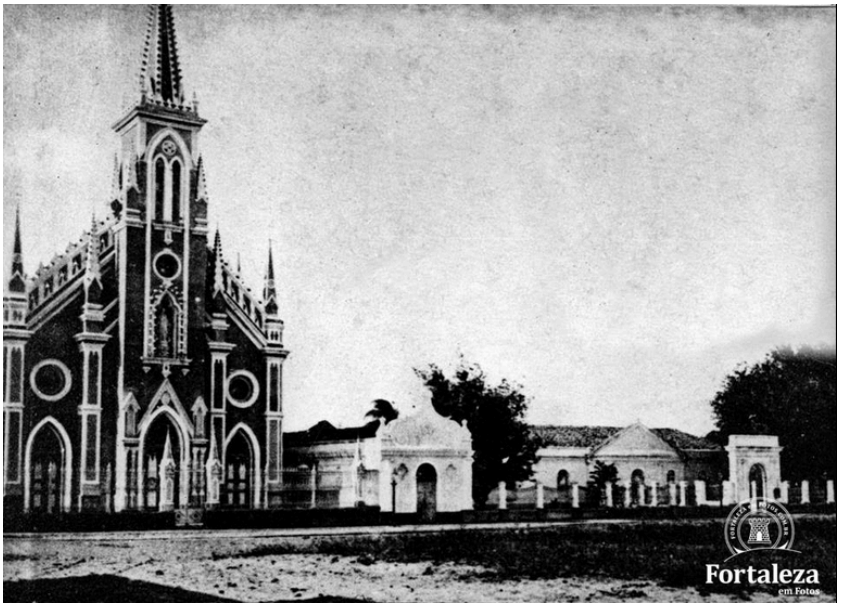
Figura 21 - Fotografia do edifício do Colégio Militar, c. 1900

Fonte: http://www.fortalezaemfotos.com.br/2014/04/colegios-de-fortaleza-no-seculo-xix.html

A presença dos colégios deu sentido urbano (nome e direção) mais expressivo à região do Outeiro, cuja principal via de acesso (a atual Av. Santos Dumont) foi então nomeada de Rua do Colégio. No entanto, se inicialmente o isolamento do Outeiro parecia ser a razão para a instalação de equipamentos de menor prestígio (colégios para jovens pobres e um asilo para retirantes), as eventuais mudanças de perfil das edificações podem ter estimulado ou terem sido efetuadas em função do fato de que a região começa a ser ocupada por famílias de classe média e alta.

[96]https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2015/10/conselho-aprova-tombamento-de-primeiro-conjunto-arquitetonico-de-forta.html

Figura 22 - Fotografia da Igreja do Pequeno Grande ao lado do Colégio da Imaculada Conceição , c. 1900



Fonte: http://www.fortalezaemfotos.com.br/2014/04/colegios-de-fortaleza-no-seculo-xix.html

Nesse período instalam-se na região do Outeiro - assim como na Jacarecanga e no Benfica - as primeiras residências de famílias tentando reproduzir uma arquitetura e vida rural estetizada, inaugurando a presença de chácaras na cidade. No final do século XIX, Liberal de Castro (2014, p.50) registra que:

> muitas famílias abandonam o trecho compacto da Cidade, na busca de viver em arrabaldes tranqüilos, onde pudessem desfrutar das vantagens da vida urbana em meio às delícias do campo. Prosperam as chácaras, que elegem os chalés como tipologia de morada. Estes últimos, os chalés, introduzidos no Brasil nas décadas iniciais do século XIX por suíços imigrados na serra dos Órgãos, nas proximidades da Corte [na cidade do Rio de Janeiro], caracterizavam-se por telhados com duas águas, longitudinais, que vertiam lateralmente, quase sempre sobre alpendres, amenizadores do clima.

A busca por esses arrabaldes mais tranquilos se tratava da busca pelo que Mumford (1998, p.522) chama de refúgio suburbano arquetípico, forma urbana que, apesar da sua popularização na teoria urbana moderna tendo como referência os subúrbios tipicamente estadunidenses, se faz presente "quase tão cedo quanto a própria cidade, e talvez explique a capacidade de sobrevivência da cidade antiga frente às condições insalubres dentro de seus muros". Conforme explica o autor:

> Em toda História, aqueles que possuíam ou arrendavam terras fora dos muros da cidade gostavam de ter um lugar no campo, mesmo que não desempenham ativamente trabalhos relacionados com agricultura: uma cabana, uma casa de campo, um caramanchão com parreiras, construído para servir de retiro temporário, quando não para ocupação permanente. Os moradores da cidade antiga não esperavam que os transportes rápidos viessem tirar partido dessa cessação rural. Enquanto a cidade permaneceu relativamente compacta e contida em si mesma, foi possível manter certo equilíbrio entre as ocupações rurais e urbanas, com certeza, e entre os prazeres rurais e urbanos: comer, beber, dançar, praticar esportes atléticos, entregar-se ao amor físico, todos os modos de relaxamento tinham uma aura especial de festividade, numa paisagem verdejante e ensolarada. Uma das primeiras penas de continuação do crescimento urbano foi o fato de deixar aquele agradável cenário a tal distância e de o haver confinado cada vez mais às classes dominantes. [...] No século XVII é verdade que o movimento romântico produzira um novo motivo racional para o êxodo suburbano, e a cidade cada vez mais esfumaçada e congestionada proporcionava um novo incentivo. Seria, porém,um erro considerar o suburbanismo como simples derivado dessa ideologia, pois teve raízes muito mais antigas e profundas. (ibid., p. 522-23)

Em Fortaleza não são reproduzidas as tradicionais casas de fazenda e atividades rurais do período colonial em tais áreas suburbanas, mas sim grandes edificações projetadas a partir de referências estéticas europeias ecléticas neoclássicas. As famílias das camadas de mais alta renda, numerosas e servidas por múltiplos criados, além das amenidades do campo suficientemente perto da cidade, também precisavam de espaço, para que a vida doméstica e individual se reproduzisse confortavelmente. Embora mansões ajardinadas como as de Thomaz Pompeu, por exemplo, localizadas na Avenida do Imperador, no início da Jacarecanga, se localizassem diante de uma grande praça, atendendo muitas da qualidades suburbanas, tratava-se de uma disponibilidade de espaço que que já não estava facilmente disponível ou acessível no centro da cidade, uma vez que a demanda e as vantagens locacionais para usos comerciais naturalmente elevavam os preços da terra e dos imóveis (Figura 23).

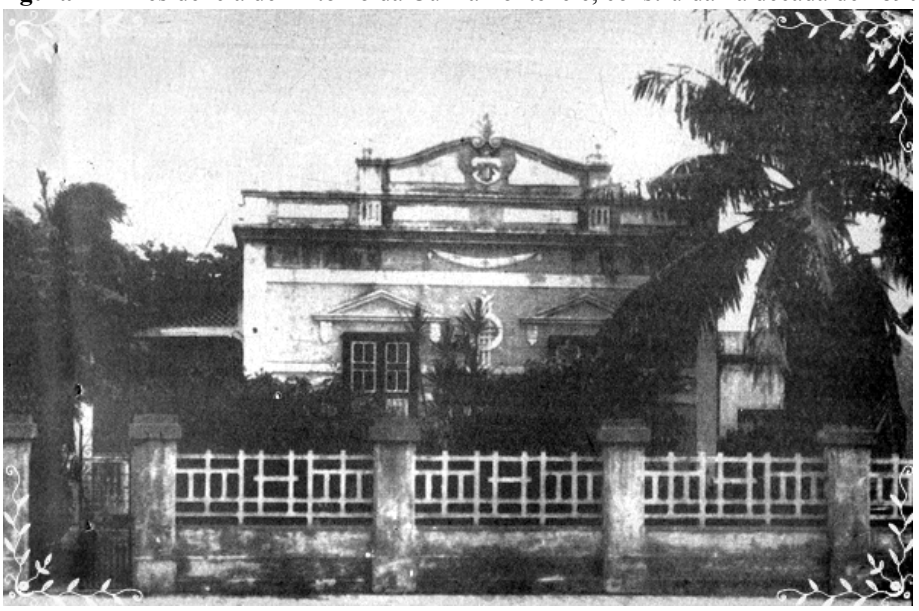
Já na década de 1890, por exemplo, residências como a de Antônio da Cunha Fontenele, com 6 quartos, 3 salas, 3 banheiros, 2 cozinhas, 1 despensa e 3 alpendres, em cujo frontão se encontravam as suas iniciais "ACF", foram construídas na Rua do Colégio[97] (Figura 24).

[97]http://www.fortalezaemfotos.com.br/2018/05/as-casas-do-outeiro-e-os-tempos-modernos.html

Figura 23 - Vista da residência de Thomaz Pompeu a partir da Av. do Imperador, na Jacarecanga, c. 190-

Fonte: Fortaleza Nobre

Figura 24 - Residência de Antônio da Cunha Fontenele, construída na década de 1890



Fonte: Fortaleza em Fotos[98]

No entanto, esse movimento de ocupação no Outeiro por mansões suburbanas ocorreu de forma relativamente lenta ao longo das três primeiras décadas do século XX. A migração das elites para os subúrbios ainda estava em disputa. As mesmas tipologias residenciais suburbanas eram construídas ao sul e à oeste do centro. E na década de 1920 também na Praia de Iracema, no litoral. E nessa disputa locacional, a região do Outeiro era desfavorecida em termos de acessibilidade. Apesar dos colégios e residências de famílias com poder aquisitivo na região, o Outeiro ainda era um bairro considerado de difícil acesso. Câmara (1959, p. 121), em seu estudo histórico do colégio militar, reproduz relatório da diretoria para o mau desempenho dos alunos no ano de 1897, considerando o problema da dificuldade de acesso:

> O relatório para o ano de 1897 atribui ao regime de externato o mau resultado dos exames. Com efeito, lê-se ali: "Sérios motivos exigiam que se transforme este estabelecimento em internato. Realmente, as constantes ocasiões de digressões, o tempo perdido de viagem para a Escola são elementos contrários ao aproveitamento nos estudos, como prova o resultado dos exames nos anos de 1895 e 1896 (CÂMARA, 1959, p. 121)

[98]disponível em:
http://www.fortalezaemfotos.com.br/2018/05/as-casas-do-outeiro-e-os-tempos-modernos.html

E embora os bondes de tração animal tivessem sido implantados em Fortaleza em 1880, eles só chegariam 16 anos depois ao Outeiro. Em 1895, um ano de eleição para presidente da província, o escritor Bezerra de Menezes publicou em jornal críticas ao governo Accioly acerca do abandono do bairro Outeiro pelas autoridades de Fortaleza, indicando que era aquele bairro "o melhor, porém o mais desprezado na distribuição de benefícios públicos, pois estava condenado à privação das demais vantagens e conforto que gozam os outros centros da população cearense" (MENEZES apud RODRIGUES, 2019, p. 15). A linha de bonde para o Outeiro é inaugurada em 1896, percorrendo um trajeto que ligava a principal praça do centro da cidade, a atual Praça do Ferreira, até o Colégio Militar. E a Rua do Colégio é promovida a Rua Nogueira Accioly. A articulação da demanda política e seu atendimento sugerem ou uma densidade demográfica relevante ou densidade de poder relevante interessado na acessibilidade. Considerando que Andrade (2012), em sua análise de registros da Décima Urbana de 1922, registrava apenas 18 imóveis ao longo da Rua do Colégio, indicando a existência de mais em outras vias, é provável que 20 anos antes a acessibilidade à região fosse uma demanda de poucas famílias importantes e de usuários dos colégios.

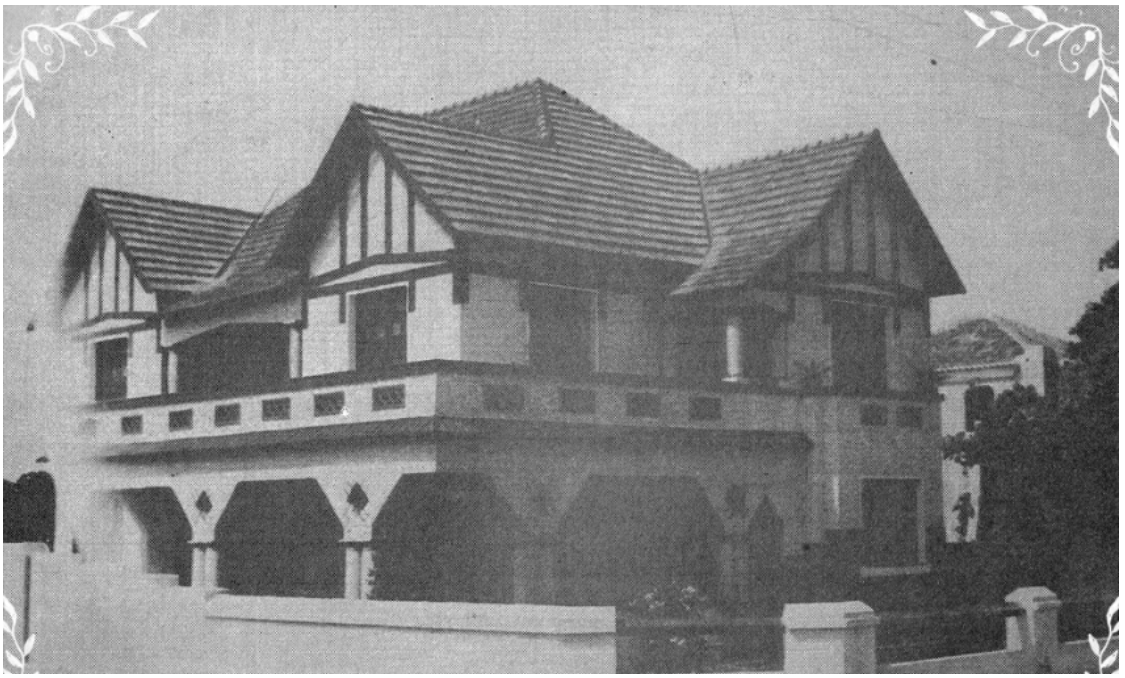
Na sociedade urbana, onde a economia terciária e da administração pública é mais importante que a propriedade rural, os colégios se tornam recursos extremamente relevantes para as camadas de média e alta renda, uma vez que são lugares não só de educação e reprodução de capital cultural legítimo, mas também social. Além disso, também são lugar de trabalho das classes médias urbanas. Considerando que hoje, na classificação de classes e frações de classes a partir de categorias sócio-ocupacionais utilizadas pelo Observatório das Metrópoles (RIBEIRO, 2024) a profissão de professores universitários figura na classe média-alta, a raridade de colégios e professores no período certamente colocava estes profissionais e seus adminstradores entre a elite urbana de funcionários públicos. Rodrigues (2019), por exemplo, nota que figuras relevantes envolvidas na adminstração dos colégios no Outeiro no início do século XIX também possuíam residências na Avenida dos Colégios, como, por exemplo, o General Eudoro Corrêa, comandante do Colégio Militar a partir de 1919, ou o médico João Hippolyto de Azevedo Sá, diretor da Escola Normal nos anos 1920, também transferida do centro para a região do Outeiro. A reprodução de documentos do

Colégio Militar do Ceará feita por Câmara (1959), é possível observar que na inauguração da escola na década de 1880 empregava pelo menos 23 funcionários no corpo docente e os registros de aprovação sugerem a matrícula de mais de 300.

Conforme a infraestrutura de mobilidade é levada ao Outeiro, já ocupado por famílias abastadas, assim como por equipamentos de prestígio, a região se valoriza cada vez mais. O número de casarões de famílias abastadas aumenta, assim como o direcionamento de equipamentos para a região. A atuação das freiras do Colégio da Imaculada Conceição, que perdeu o caráter exclusivo de orfanato e passou a atender também meninas das classes médias/atlas (como a escritora Rachel de Queiroz, por exemplo), comandou a construção da então luxuosa Igreja do Pequeno Grande (1903, Figura 22) e, logo em seguida, é construída outra escola católica, a Escola Jesus, Maria e José (1905) - que hoje formam o atual conjunto arquitetônico da Praça Pereira Filgueiras.

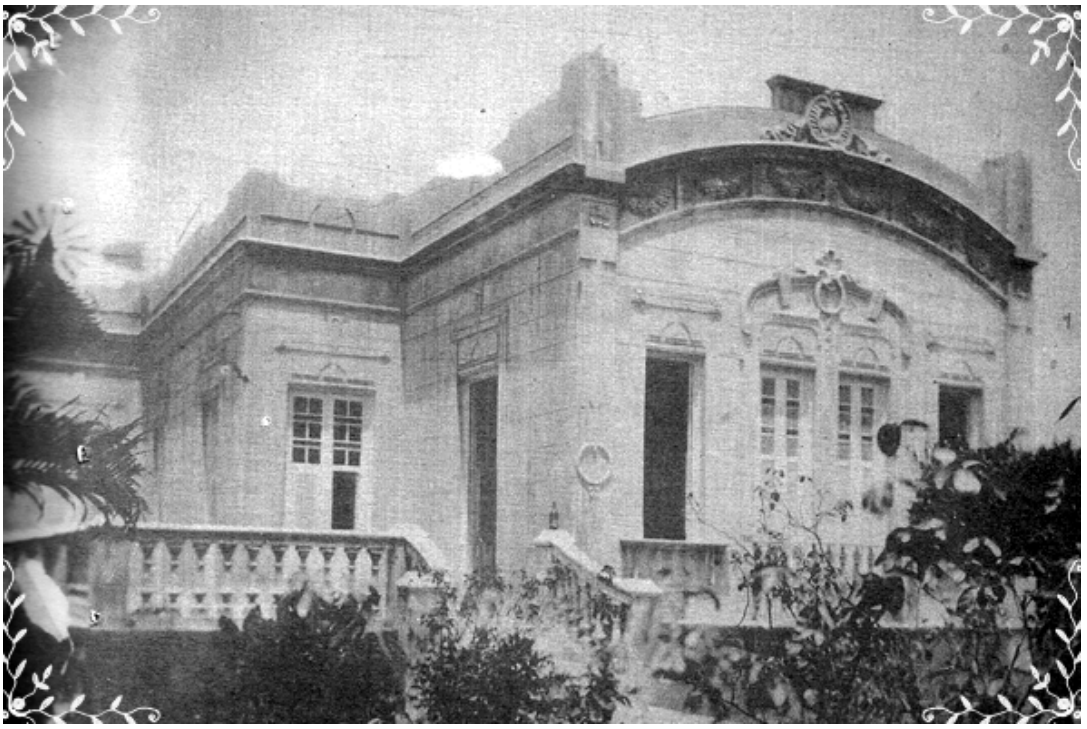
No início do século XX também já se tem registros em jornal de festas para a alta sociedade promovidas em residências no Outeiro, como as garden parties realizadas pelo coronel Adolpho Quixadá, que aconteciam na sua Vila Quixadá, localizada também na Rua do Colégio. Na década de 1920 a Vila Quixadá é transformada em residência de férias do governador e, mais tarde, nos anos 1930, em mais um colégio de prestígio, o Colégio São João (RODRIGUES, 2019). É possível encontrar registros fotográficos de alguma das mansões que foram construídas no Outeiro antes de 1920, todas expressando em sua arquitetura eclética de tipologias europeias o jogo do consumo conspícuo de pertencimento e distinção das elites em torno de símbolos de cultura e bem viver importadas europa, tal como as residências de Lineu Jucá (Figura 25), de Manuel Ricardo de Holanda Jr. (Figura 26), a residência do General Eudoro Correa (Figura 27), o Sítio Itarema/Vila Alsace (Figura 28). A intensidade e expressividade arquitetônica da ocupação suburbana já revelava, portanto, a presença ostensiva das elites sinalizando a escolha da Rua do Colégio como um logradouro privilegiado - e que deveria ser concebido enquanto tal pelas sociedade e pelo poder público.

Figura 25 - Imagem de data desconhecida da Residência pertencente a Lineu Jucá, construída antes de 1920



Fonte: Fortaleza em Fotos

Figura 26 - Imagem de data desconhecida da residência pertencente a Manuel Ricardo de Holanda Jr., construída antes de 1920

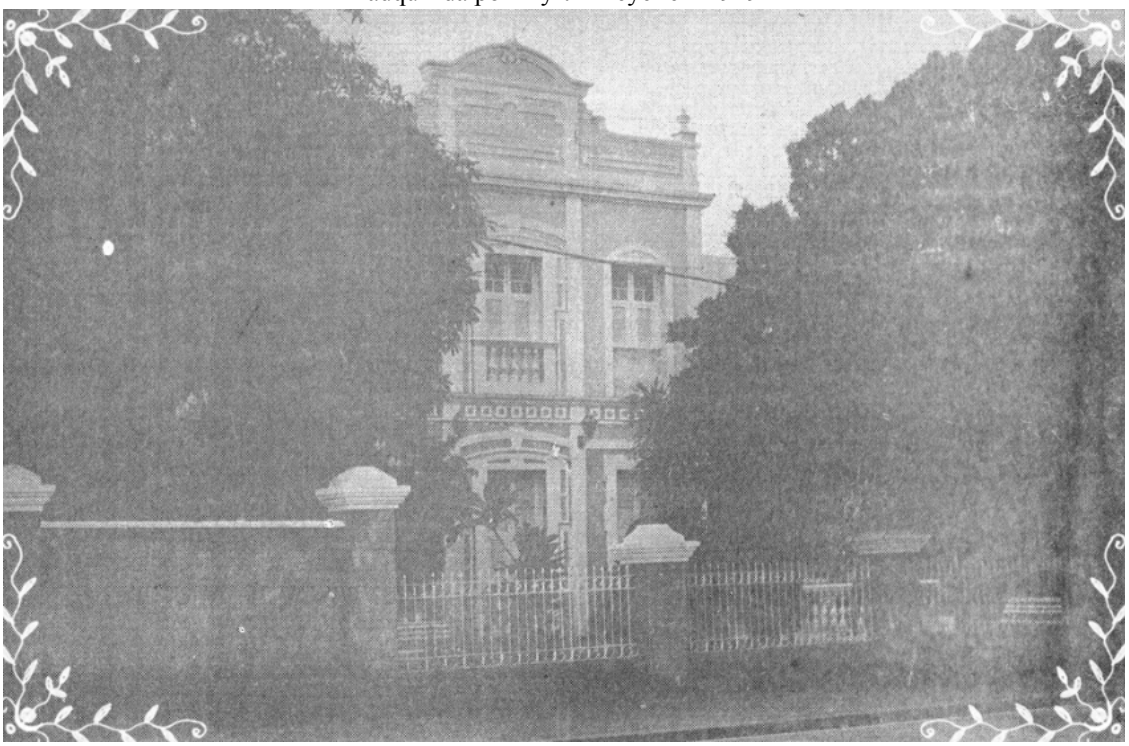


Fonte: Fortaleza em Fotos

Figura 27 - Imagem de data desconhecida da residência pertencente ao General Eudoro Corrêa, construída antes de 1920

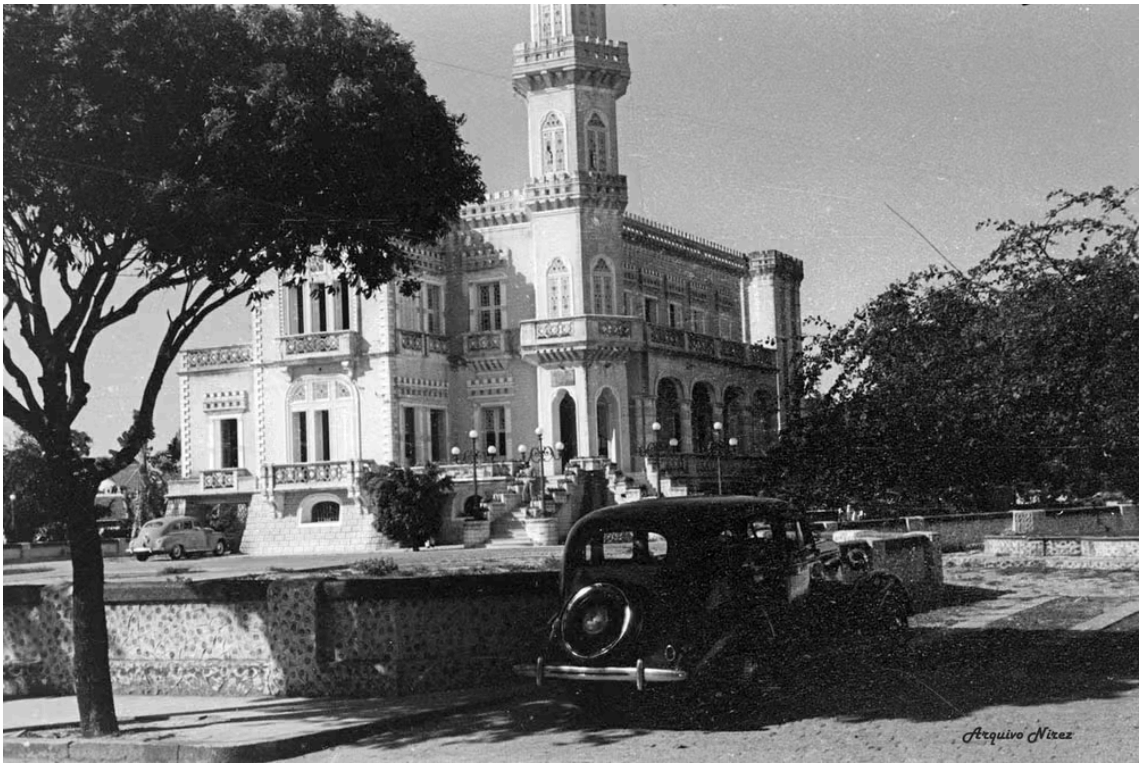
Fonte: Fortaleza em Fotos

Figura 28 - Imagem de data desconhecida do Sítio Itarema/Vila Alsace, construída Lindolfo Gondim e adquirida por Myrtil Meyer em 1919



Fonte: Fortaleza em Fotos

Figura 29 - Imagem do Castelo do Plácido, finalizado em 1921, datada da década de 1960



Fonte: Arquivo Nirez

No entanto, sem dúvidas a maior manifestação do prestígio que o Outeiro havia adquirido entre o círculo da alta sociedade de Fortaleza já na década de 1920 foi a construção do Castelo do Plácido, finalizado em 1921 (Figura 29). O palácio foi construído em uma área de 11.000 m², por João Saboia, construtor de diversas obras para a elite fortalezense (como o Palacete Ceará e o Palacete Brasil), copiando a planta de um castelo italiano, utilizando vitrais e mármore importados, madeiras raras, plantas exóticas e fontes. Ocupando uma área de um quarteirão inteiro, e não restrito a um lote, com obras de paisagismo conectando-o a todas as vias circundantes, o projeto foi implantado como um marco na paisagem urbana em clara demonstração de poder e prestígio. A imensa edificação foi construída revestida de anedotas românticas: o milionário empresário Plácido de Carvalho, conta-se, construiu o palácio como condição imposta pela jovem noiva italiana, Maria Pierina Rossi, para aceitar a sua proposta de casamento.

O fato é que Plácido de Carvalho foi um comerciante cosmopolita, fundador da Casa Plácido, importadora de artigos europeus. Visitante frequente de Paris e do Rio de Janeiro, a sua figura talvez seja a imagem estereotípica do fortalezense bem-sucedido da belle époque fortalezense: um novo rico, enriquecido do comércio e não da terra, conhecedor da cultura europeia e carioca em primeira mão, desgostoso com o provincianismo e atraso local, casado com uma italiana que conhecera em Paris, e empresário modernizador de Fortaleza. O exímio representante da classe de novos ricos urbanitas coloca em relevo um aspecto importante da economia política da urbanização de Fortaleza: conforme a cidade crescia sem se industrializar, o acúmulo de capital terciário encontrou o mercado imobiliário como meio de multiplicação. E os rendimentos da exploração desse mercado, como mostra o caso de Plácido e seu castelo, eram altos. Plácido multiplicou sua fortuna de comerciante se transformando em proprietário de imóveis no centro. E foi um empresário que tentou investir em negócios modernos na cidade: construiu, por exemplo, o Hotel Excelsior, o primeiro arranha-céu da capital, com sete andares, e o Cine Majestic, primeiro cinema da cidade. Imóveis que arrendou depois (RODRIGUES, 2019). O seu investimento em grandes projetos mostra tanto a disponibilidade de riquezas que eram dedicadas à atividade rentista, como a leitura estratégica do mercado imobiliário para garantir ganhos econômicos. Mesmo

tendo sido habitado por pouco tempo[99], o imenso castelo se tornou um marco geográfico de Fortaleza até os anos 1970, virou atração turística, ilustrou cartões postais, e comunicou com muita clareza, com sua arquitetura imponente e, sobretudo, com a escolha de Plácido por aquele lugar, que o Outeiro seria uma zona nobre da cidade.

O processo de direcionamento da ordenação espacial das camadas de maior renda, como observa Villaça (2017), segue um padrão de relocalização típico nas cidades brasileiras. Antes mesmo do adensamento e formação de bairros, equipamentos que podem prescindir de centralidade urbana são implantados: colégios, hospitais, profissionais liberais, clubes, depois equipamentos de lazer e, em seguida, "aqueles que, em face de sua unicidade ou raridade e significado metropolitano, deveriam logicamente permanecer no centro" (ibid. p. 321), como as sedes de governo. Segundo o autor, este foi o caso no Rio de Janeiro, a partir do final do século XIX, conforme uma grande reforma urbana transferiu a área nobre do oeste para a atual zona sul; de São Paulo, onde colégios e hospitais se instalaram na zona nobre sudoeste bem antes da formação de bairros como Higienópolis; de Salvador, onde um centro governamental foi construído fora da cidade, na região onde futuramente se expandiu a sua zona nobre; de Belo Horizonte, cidade planejada, onde já nas suas primeiras décadas, com a cidade ainda em construção, colégios foram localizados nas bordas do que viria a ser o bairro nobre da Cidade Jardim; e de Porto Alegre, onde um jockey club antecipou-se à região do bairro Moinhos de Vento. Os equipamentos em si não são determinantes, dada a variedade entre eles, mas o conjunto de atividades que representam, sim. São espaços de reprodução das classes médias-altas, seja enquanto local de trabalho, de educação ou de lazer, e podem prescindir da centralidade justamente pelo seu acesso restrito a poucos. Mesmo com acesso restrito, no entanto, legitimam infraestrutura para atendê-los.

Em Fortaleza não foi diferente, como vimos. Foram grandes colégios que se instalaram inicialmente nas bordas da zona leste. O Colégio da Imaculada Conceição e

[99]O castelo foi habitado por pouco mais de dez anos. Na década de 1930 os donos já haviam optado por habitar seu próprio hotel, o Excelsior, no centro. Condições de saúde do milionário Plácido de Carvalho o obrigaram a estar mais perto da cidade. No castelo funcionou brevemente a Escola Doméstica de Fortaleza, que ensinava virtudes femininas para futuras donas de casa; depois uma repartição pública, o Serviço de Malária. Finalmente, foi demolido em 1974, para dar lugar a um supermercado que nunca se concretizou. Em 1981 foi construída a Praça Luiza Távora, honraria à primeira-dama cearense, esposa do coronel oligarca Virgilio Távora. Mainha, célebre arquiteto fortalezense, contemporâneo de Plácido, afirma que o empresário construiu o palácio "de acinte", como parte do jogo de afirmação e distinção social da elite cearense. Insatisfeito com as censuras da alta sociedade local ao seu comportamento, provou sua superioridade trazendo uma esposa europeia para viver em um palácio em um lugar afastado da cidade (RODRIGUES, 2019, p. 134).

mais tarde sua igreja foram construído sobre uma das passagens sobre o Pajeú, onde mais tarde seria construído o pontilhão sobre riacho na década de 1920 (atual Rua do Pocinho); o Colégio Militar, duas quadras depois, se tornou o primeiro limite leste do trajeto do bonde do Outeiro. Foram equipamentos geradores de fluxo e, sobretudo, também de inserção simbólica da existência daquele espaço como parte do tecido urbano: tornam-se marcos da cidade, que transformam o sistema de localizações intraurbanas e passam inclusive a nomear as localizações ao seu redor. De fato, não nos guiamos cotidianamente por logradouros, endereços precisos, mas por marcos na imagem mental da cidade: perto do Iguatemi, atrás do Carrefour, depois da Universidade. Quanto mais prestigiosos esses equipamentos, mais eles emprestam prestígio ao espaço que nomeiam. Em seguida, as primeiras mansões da elite urbana apontaram com clareza a direção escolhida pelo que Hoyt (1939) chama de líderes da comunidade, que registra como um dos fatores relevantes no direcionamento das camadas de alta renda. Após sua construção, o Castelo do Plácido tornou-se o novo limite leste do bonde do Outeiro, em claro exemplo desse processo. Seguem-se a partir da década de 1920 a implantação de equipamentos culturais e de lazer: novas igrejas, clubes, depois a transferência de parte do Mercado de Ferro do centro para sua atual localização no bairro Aldeota. A partir dos anos 1940, uma base (que mais tarde se transforma em Círculo Militar) e um hospital militar e, finalmente, na década de 1960, o próprio palácio do governo.

A implantação de equipamentos são fatores determinantes nas escolhas locacionais das famílias de alta renda, mas também são determinados em função da sua presença e preferência locacional. Para escapar de tal tautologia, é preciso considerar o processo histórico do exercício de poder das elites sobre a produção do espaço urbano e na valorização de uma localização em detrimento de outras. Villaça (2017), em sua operacionalização da teoria de Hoyt não explora tanto o papel de lideranças, favorecendo a leitura crítica da dominação social de uma classe sobre outra, e não de figuras de liderança específicas. Villaça afirma não haver percebido, em nenhuma das cidades estudadas, discrepância entre a localização das lideranças das camadas de alta renda e o grupo social em si. Mas é interessante observar como o papel de lideranças se desdobra em Fortaleza, uma vez que no seio das classes sociais, mesmo na classe dominante, há sempre disputas por posição nos seus campos de reprodução. Não

devemos vincular poder econômico tão diretamente a resultados socioculturais, ou mesmo conceber que classes sociais apresentam absoluta unidade em seus comportamentos e interesses, equívoco que Bourdieu (1990, p.115) sintetizou bem na ideia de "curto-circuito" do modelo marxista da infra/superestrutura,

> que consiste em relacionar dois termos muito distantes escotomizando uma mediação muito importante – o espaço no interior do qual as pessoas produzem, isto é, o que eu chamo de campo de produção cultural. Esse subespaço continua sendo um espaço social, no interior do qual está em jogo um tipo particular de alvos sociais, interesses que podem ser absolutamente desinteressantes do ponto de vista do que está em jogo no mundo exterior.

Os diferentes capitais das elites se articulam e convertem-se entre si na determinação geográfica de sua ocupação no espaço urbano. E são tais conversões que resultam na determinação da atuação dos grandes agentes produtores do espaço como os agentes que concretizam seus interesses. Poder econômico e influência política, informações privilegiadas, formação de opinião e comportamentos homofílicos, de pertencimento e distinção, que permeiam o pequeno grupo da alta renda de uma cidade operam frequentemente em harmonia. Não devemos esquecer que os líderes da elite urbana - aqueles de maior poder econômico, político e influência cultural - são frequentemente membros de clãs familiares de donos de terras, promotores imobiliários, grandes comerciantes e investidores, políticos, funcionários públicos de alto escalão, em suma, indivíduos intimamente associados ao comando das instituições que classificamos como grandes agentes produtores do espaço, e esta é a razão pela qual os interesses e necessidades de instituições e elites frequentemente se confundem.

Singularizar o caso da família Quixadá em sua influência sobre a transformação da zona leste em zona nobre nos oferece um caso exemplar dessa articulação de capitais relativamente no campo da elite fortalezense do início do século XX. A Vila Quixadá foi uma das pioneiras mansões que já se situavam no Outeiro antes da década de 1920. A propriedade de Adolpho Quixadá, um grande comerciante de família sobralense com uma grande loja no centro da cidade, era palco de festas para a alta sociedade: em 1917, por exemplo, era registrada em jornal a *garden party* ocorrida na Vila Quixadá, na qual os membros do Clube Iracema prestaram homenagem ao Clube dos Diários

(RODRIGUES, 2019). Os filhos da família, ao que tudo indica, foram alunos do Colégio Militar[100]. Mais tarde, na década de 1920, falecido o patriarca em 1922, a mansão foi alugada para o Estado para funcionar como residência do governador do Ceará, e pouco depois, na década de 1930, transformou-se em um novo colégio na zona leste (o então Colégio São João, demolido e transformado em supermercado). Em 1923 foi realizado o primeiro parcelamento a leste do Outeiro, em gleba da família Quixadá, por iniciativa da viúva Quixadá, o que mostra que a família construiu a propriedade onde possuía terras disponíveis para incorporação. D. Noemi, nascida Noemi Monte, filha de Antônio Sabino do Monte, um bacharel em direito que ocupou diversos cargos públicos de alto escalão no Nordeste, incluindo o de presidente da província da Paraíba, continuou os negócios imobiliários da família, comprando, hipotecando, alugando e vendendo imóveis em Fortaleza (VIANA JR., 2015). A viúva Quixadá herdou um vasto domínio de terras para administrar, a maior parte delas, em Fortaleza, situadas no atual Meireles, Aldeota e Cocó área leste da cidade, provavelmente adquiridas pelo marido empresário de alguma família de latifundiários, que possuíam a maior parte das glebas que compunham o município de Fortaleza, ou talvez como heranças do pai, falecido em 1825. Ciente da valorização dessas regiões, D. Noemi contratou um engenheiro para esquadrinhar parte de suas terras, transformando-as em terrenos rentáveis. E assim nasce o primeiro loteamento na atual região da Aldeota, a leste do Outeiro, o loteamento Noemi Quixadá.

5.3.2. De Outeiro à Aldeota: a eleição do lugar das elites em Fortaleza (1930-1960)

Na década de 1920, a região do Outeiro já havia perdido definitivamente o seu status de região distante e ganhado o status de região distinta, seleta, consolidando no espaço intraurbano de Fortaleza a sua posição de área socialmente privilegiada, embora pouco adensada, atravessada pelo que era a Rua do Colégio, depois Avenida Santos Dumont nos anos 1930. Era possível alcançar a região por transporte público e os colégios instalados ali geravam fluxo na região para o qual a distinção dos residentes podia ser comunicada através da paisagem construída.

[100] Segundo informações do site genealógico da família Quixadá, hoje aparentemente uma extensa família de classe média alta. Dispoinível em: https://www.familiaquixada.com.br/

Entre os anos 1930 e 1960, a Av. Santos Dumont e o bairro no seu entorno foram amplamente ocupadas por residências unifamiliares de classe média-alta. A demanda pela área produziu progressivas extensões desse eixo viário, contemplando toda a área que hoje corresponde ao bairro da Aldeota, nome que substituiu o Outeiro em dado momento. Com a popularização dos automóveis particulares entre a elite urbana, a Av. Santos Dumont foi expandida até a atual Av. Desembargador Moreira e, em seguida, até a atual Av. Virgílio Távora, até eventualmente alcançar o seu ponto final na Praia do Futuro na década de 1970. O Riacho Pajeú, elemento histórico da ocupação de Fortaleza, foi facilmente atravessado e impiedosamente canalizado ao longo do desenvolvimento da cidade. Transformado o rio em canos, eliminou-se por completo o obstáculo natural à ocupação do setor leste da cidade. O centro da cidade e a margem leste do Pajeú se conectaram em uma malha viária densa ao longo do século XX.

Aquecida a Aldeota como belle adresse de Fortaleza, a cidade se expandiu para o leste como se o rio jamais tivesse existido. No entanto, mesmo sem o obstáculo, a região se manteve ocupada majoritariamente por famílias de renda média e alta, salvo exceções de sítios ou roçados, antes em área rural, que talvez tenham resistido ali enquanto puderam. A imagem da evolução da mancha urbana de Fortaleza (Figura 30) ilustra a voracidade da incorporação leste entre 1932 e 1955, assim como ilustra o surgimento do novo obstáculo-limite de expansão para o leste: a extensão da linha férrea proveniente de Baturité através do ramal Parangaba-Mucuripe, que conectou a estação ferroviária da Parangaba até o novo porto da cidade, localizado na ponta do Mucuripe, no extremo leste da cidade.

Mas o que consolidou o curso da ocupação das elites para o leste, seguindo a então Rua do Colégio, transformada em Boulevard Nogueira Accioly e, finalmente, em Avenida Santos Dumont? Como observa Villaça (2019) em sua análise da estruturação de diversas metrópoles brasileiras, as elites podem inicialmente ser divididas em relação às suas opções locacionais, especialmente quando condições de desenvolvimento mudam drasticamente ou se promotores imobiliários tentam estimular a ocupação de outras áreas. Nesses casos, sempre um vetor de expansão predomina, apesar do efeito inercial da ocupação de áreas concorrentes sobre a estrutura intraurbana: eventualmente corre o abandono das elites das áreas concorrentes, surgindo bairros de concentração de camadas de renda média em várias direções, mas nunca de alta renda em duas direções

opostas. Com efeito, o processo de parcelamento das terras da zona leste para além do Outeiro se iniciou na década de 1920, se intensificou a partir da década de 1930, dentro do perímetro do atual bairro da Aldeota, que nos anos 1950 se consolida como "o bairro predileto da classe alta" (JUCÁ, 2000), concentrando ali as famílias afluentes da cidade e selando o destino de abandono da alta renda dos bairros da Jacarecanga e do Benfica. E estes, em aderência com a teoria de Villaça, gradativamente perderam o status de bairros mais elegantes da cidade que detinham até os anos 1940 e hoje se consolidaram como bairros de renda média e média-baixa.

Um conjunto de fatores são relevantes para compreender a eleição da Aldeota pelas elites entre as décadas de 1930 e 1950. Vejamos o que a teoria de Villaça, discutida anteriormente, nos aponta sobre o processo de estruturação urbana pelas camadas de alta renda nas cidades brasileiras.

Vimos que Villaça corrige a teoria locacional de Hoyt, que entende que as camadas mais ricas tenderiam a garantir sua localização em torno de eixos de mobilidade rápida que dão acesso fácil à concentração de infraestrutura e serviços centrais, em áreas que apresentam maiores ofertas de amenidades (e.g., menor densidade e poluição, menos alagáveis, áreas com cotas mais altas e mais bem ventiladas, nas margens de corpos hídricos ou áreas naturais, longe de indústrias) e com menores restrições para a expansão geográfica em direção a novas áreas não adensadas (ou seja, que não podem ser encurraladas entre obstáculos, e com possibilidades de habitações maiores). Para Villaça, os padrões identificados por Hoyt apenas descrevem padrões estadunidenses, contexto em que as elites foram motorizadas bem mais cedo, configuração de mobilidade que só alcançamos no Brasil na década de 1970. Ele nos mostra que "as camadas de alta renda não tem preferência por sítios altos ou baixos, mas sim pelos melhores, segundo os valores sociais e as condições de segurança, salubridade e beleza, no contexto de cada situação histórica, atendido o requisito da acessibilidade" (VILLAÇA, 2017, p. 198).

Nesse sentido, vejamos alguns aspectos idiossincráticos que contribuíram para a eleição da zona leste de Fortaleza como zona nobre da cidade. Em primeiro lugar, a diminuição relativa da distância, conforme a mobilidade urbana se desenvolve em Fortaleza, é um fator evidente. No entanto, vimos que não foi o serviço de bondes que permitiu a ocupação do Outeiro, mas o contrário, o poder público atendeu as demandas

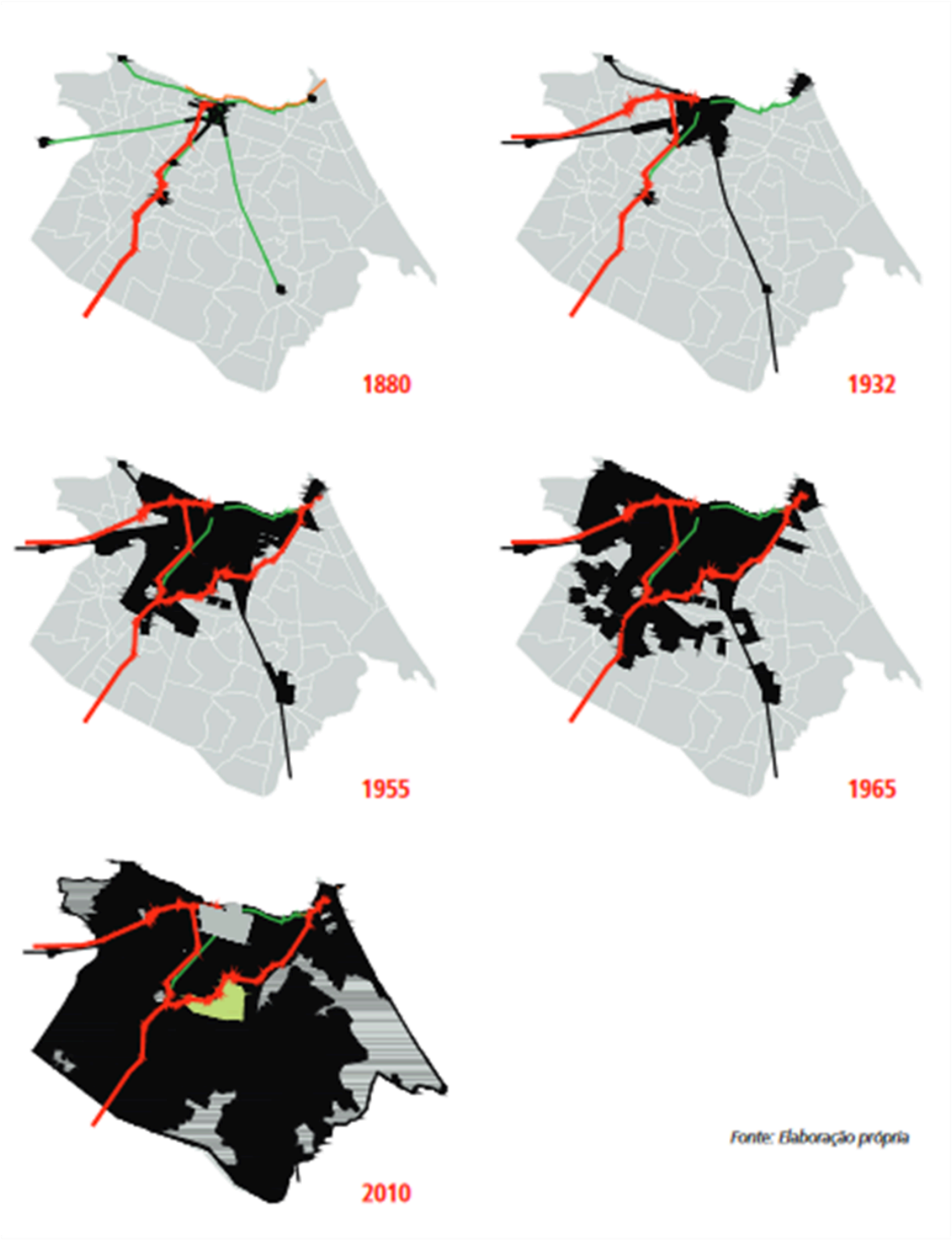
da região que Bezerra de Menezes descreveu como “a melhor, mas mais desprezada pelas autoridades”. Além disso, também surgiram na primeira metade do século os primeiros automóveis da cidade, carros de aluguel, para o transporte de passageiros e cargas[101]. Muito embora os automóveis particulares só fossem se popularizar entre as classes médias-altas na segunda metade do século XX, é seguro apontar que as diversas opções de transportes individuais de aluguel ou privados (fossem automóveis ou veículos de tração animal) eram viáveis para as classes dominantes, contanto que pudessem utilizá-los em acessos viários adequados.

Villaça (2017) observa que a demora na popularização dos automòveis particulares e a pobreza dos sistemas viários brasileiros fez com que as elites se apagassem mais às posições centrais - e não às suburbanas, como nos EUA - e valorizassem mais as vias intraurbanas, e não as vias regionais ao longo do crescimento das cidades. É a ocupação das elites que fomenta o desenvolvimento do sistema de mobilidade em determinadas direções, e não o contrário. Como afirma Villaça (2019, p. 318-9), em um paralelo com outras cidades brasileiras:

> No Brasil, as melhorias viárias só surgiram depois de despertado o interesse imobiliário por determinada região e direção de crescimento da metrópole. O sistema que atende essa região e direção passa por sucessivas melhorias que se articulam, em bola de neve, com a concentração de tais camadas. No Rio, foram as elites que levaram o bonde para Copacabana, Gávea e Alto da Boa Vista, e não o contrário; (...) Como vimos, foi a ocupação da zona Sul carioca pelas elites, iniciada no final do século XIX, que provocou a abertura das avenidas Rio Branco e Beira-Mar, assim como do túnel para Copacabana, e a partir daí, uma enorme sucessão de gigantescas e custosas obras viárias (...). Em São Paulo, não foi a avenida Nove de Julho nem seu túnel que levaram a burguesia para o Jardim América (que já estava loteado e em início de ocupação dez anos antes da abertura e do túnel), mas o contrário.

[101]A primeira empresa de automóveis de aluguel remonta à 1909. A empreitada frustrada durou apenas 10 anos, embora tivesse recebido autorização para operar durante 10 anos (RODRIGUES, 2019). Embora essa primeira tentativa tenha sido frustrada, ao longo da primeira metade dp século, carros de aluguel surgiram na cidade, embora fossem alternativas pouco populares.

Figura 30 - Evolução da mancha urbana de Fortaleza a partir da ocupação do centro histórico



Fonte: Edições Iplanfor - Série Fortaleza 2040 - Nº 4 - Ano II- 2015

Desse modo, o fato de que o principal eixo de expansão leste - a atual Avenida Santos Dumont - não levasse a lugar nenhum regionalmente falando faz perfeito sentido. As elites não apenas não seguem necessariamente as estradas existentes, mas também possuem o poder político de determinar o desenvolvimento de novas conexões independentemente da articulação regional de conexões viárias, como parece ser o caso de Fortaleza. Ao longo do século XX, foi precisamente esse processo que se desenvolveu na zona leste da cidade, conforme a sua ocupação eventualmente comandou o completo soterramento do obstáculo natural que determinava a divisão que a isolou ao longo de todo o século XIX e início do século XX.

O Outeiro, ponta de lança da ocupação do setor leste pelas elites, foi uma região suficientemente acessível para que as camadas de altíssima renda, a classe dirigente, a ocupasse inicialmente e depois comandasse o posterior desenvolvimento da sua integração com o Centro. A demanda de acessibilidade, no entanto, não é a de maior relevância para as classes dirigentes, que, na busca do subúrbio arquetípico orientado para a fruiçãoestão dispostos a arcar com o custo da acessibilidade (relativamente pequeno para sua renda disponível). É com a progressiva chegada das famílias progressivamente menos ricas, com demanda por custos progressivamente menores de acessibilidade do que os arcados pelos vizinhos mais ricos, que eventualmente é demandada a transferência seletiva da condição de centralidade para o leste.

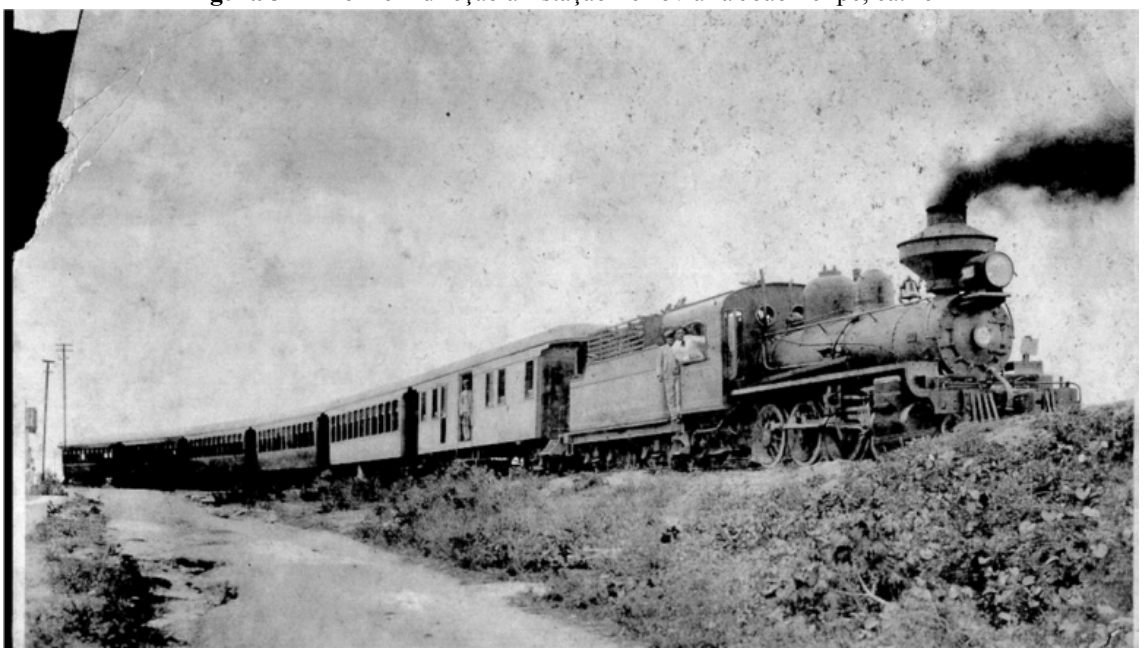
Um segundo aspecto importante são as percepções das amenidades da região leste pelas classes médias-altas como fator de eleição daquela área em detrimento de outros bairros nobres, inclusive mais acessíveis. O termo amenidade frequentemente é utilizado como uma qualificação estética um tanto genérica de superioridade de uma área em relação à outra por razões de conforto ambiental. Como nos orienta Villaça, no entanto, devemos ler tais classificações de forma socialmente contextualizada, em função dos valores de uma sociedade em relação a qualidades como segurança, salubridade e beleza. A construção de mansões no Outeiro, como vimos, está relacionada ao movimento de migração das elites do núcleo urbano em busca de um estilo de vida suburbano, de fruição de conforto ambiental e isolamento das externalidades negativas da urbanização. A fuga do desconforto habitacional do centro, arcando com certo prejuízo em termos de acessibilidade, deve ser contextualizada para entender o predomínio da região leste sobre outras concorrentes.

Se contemporaneamente a segurança contra a violência urbana atua como um dos principais discursos de valoração do espaço urbano no imaginário (não só) das elites, no contexto menos marcado pela violência urbana[102] e mais marcado pela precariedade de infraestruturas de saúde e saneamento, o discurso da salubridade comandava fortemente não só o planejamento urbano, mas também as estratégias locacionais das elites. E o setor leste apresentava uma vantagem específica no contexto de Fortaleza. Ainda em 1850, por exemplo, o cemitério que deveria acompanhar a igreja do Seminário da Prainha, por exemplo, foi interditado devido à sua localização considerada inadequada segundo as crenças da época. A inadequação se dava por estar o cemitério a barlavento em relação ao núcleo urbano da cidade, ameaçando-o com a contaminação do ar. Após o soterramento de um cemitério da cidade pela construção da estação ferroviária no final do século XIX, um novo cemitério foi reconstruído novamente na região oeste da cidade, a sotavento do núcleo urbano adensado, sem ressalvas.

A região leste do Outeiro se encontrava isolada não só das externalidades do adensamento urbano, mas também de equipamentos que podiam ser indesejados (geradores de poluições diversas), estando inteiramente a barlavento e em cota elevada, não alagável, em relação ao centro da cidade. Desse modo, se mostrava como localização privilegiada em termos de salubridade de acordo com as crenças vigentes. A leste e acima do centro urbano, seria possível se isolar de toda a poluição resultante da intensificação dos fluxos e do adensamento humano, da poluição sonora, do ar e da água gerada por veículos, animais, trens, bares, feiras, multidões, mendigos, e por quaisquer atividades industriais ou manufatureiras, que seriam sempre direcionadas para oeste (Figura 31).

[102]Qualificar tal período como menos violento sem problematização pode resultar na romantização dos primórdios da urbanização. Embora certamente os números de violência urbana fossem menores em uma cidade com apenas uma fração da população e da concentração de pobreza contemporâneas, não esqueçamos que o início do século ainda foi marcado por conflitos armados (como a Sedição de Juazeiro) e, sobretudo, pela violência das secas que, sem a atual infraestrutura de mitigação de danos, deixavam famílias mortas nas estradas para a capital. E tampouco esqueçamos que nossos antepassados urbanitas criaram campos de concentração para evitar a entrada de imigrantes em desespero na cidade. Sem contar na inevitável subnotificação de então em relação a violências diversas associadas ao elitismo, racismo e machismo de uma sociedade coronelista, que recém havia abolido a escravidão e ainda perigosamente patriarcal.

Figura 31 - Trem em direção à Estação Ferroviária João Felipe, ca. 19-



Fonte: Acervo Nirez.

O isolamento do Outeiro também permitia às elites garantir a privacidade em uma sociedade, apesar das suas pretensões cosmopolitas, patriarcal. Como observa o geógrafo cultural Mark Jayne (2006), a cultura urbana e do consumo são marcadas pela externalização das atividades domésticas femininas e por uma maior autonomia da mulher moderna. O espaço público urbano se torna espaço de circulação das mulheres e do seu contato com o mundo exterior ao ambiente doméstico sob menor controle patriarcal. Não só as escolas, mas também os lugares de fruição e os próprios trajetos (ainda não encasulados em automóveis particulares), os passeios, se tornavam lugares de socialização e comunicação diversos e de perda desse controle. Daí, por exemplo, a atração da proximidade do colégio das freiras, destinado à educação exclusivamente feminina. O isolamento garantia a segurança familiar não só contra a insalubridade e os incômodos da poluição ambiental, mas também contra os estranhos e a corrupção da cidade e da massa heterogênea. A busca pela privacidade da família, longe do devassamento do centro, também era uma busca pela sua privatização patriarcal. Lembremos que a isolada chácara de Antônio da Cunha Fontenele (Figura 24), grande o suficiente para abrigar toda a família e seus criados, era selada no frontão da edificação com as iniciais do patriarca.

O discurso da salubridade era associado ao discurso da higienização social, velando o desejo de distanciamento social entre classes. O isolamento do centro também era um processo de fuga da heterogeneidade social urbana por parte das elites, sendo uma expressão da dinâmica de reificação do espaço social, buscando a adequação de distâncias físicas correspondentes às distâncias sociais e de produção de espaços de socialização não perturbados ou ameaçados por aqueles socialmente diferentes ou estranhos.

Os subúrbios a oeste e ao sul do centro, anteriormente favorecidos para as residências das elites na Jacarecanga e no Benfica, ao longo da primeira metade do século XX se tornaram mais próximos de áreas de ocupação de baixa renda. A passagem da ferrovia naturalmente fomentou a instalação das nascentes indústrias e estabelecimentos relacionados à produção e ao transporte de mercadorias - e consequentemente de ocupações de operários - ao longo do seu percurso sul-norte e, sobretudo, nas proximidades da estação em Fortaleza, a oeste do centro. A nascente ocupação de indústrias na zona oeste gerou a desvalorização da Jacarecanga, primeiro reduto das elites fora do centro, e fomentou inicialmente a mudança de preferência das elites pelo Benfica. A região sul já parecia disputar o status de área mais importante fpra do centro com a Jacarecanga no final do século XIX, conforme indica relatório de 1896 da Cia. de Ferro Carril, empresa de bondes de tração animal, que registrava que, em termos de passageiros, "a linha do Benfica continua a ser a mais importante", seguida das linhas "da Estação, Matadouro e Fábrica de Tecidos, Praia, Mororó e Praça Fernandes Vieira; e finalmente, da Estação da Via-Férrea de Baturité" (CAMPOS, 2003, p.13). A linha do Outeiro não é citada porque ainda não existia no período. Mas a importância na arrecadação de passagens indica que a área possuía densidade relevante de pagantes ou também que era área de passagem, onde aqueles que moravam na periferia sul acessavam o bonde. Ou seja, o Benfica não apresentava o isolamento do Outeiro para os que buscavam um estilo de vida suburbano.

Além disso, ao longo da primeira metade do século XX, as ocupações de baixa renda em Fortaleza se multiplicavam com a ação do mercado imobiliário aquecido pelo expressivo crescimento demográfico da cidade, que continuava a receber retirantes de grandes secas (como as de 1915 e 1932). Naturalmente, o influxo de migrantes de baixa renda era significativamente maior que aqueles de média e alta renda, o que gerava

oportunidades de negócios rentáveis de desenvolvimentos imobiliários para os mais pobres, longe do solo valorizado e ordenado do centro. Conforme Andrade (2017, p.495) “nesse período, a iniciativa privada conduziu o processo de expansão segundo a lógica dos seus interesses, cabendo aos proprietários de terra definir as novas áreas a serem incorporadas à cidade”.

A expansão da cidade produziu a desagregação de diversos latifúndios em torno do núcleo urbano, criando as vilas como tipologia de moradia formal de baixa renda. Tipologia esta que era sistematicamente afastada da centralidade e dos olhos da administração por lei. O Código Municipal de 1932 dividia a cidade em quatro áreas: central, urbana, suburbana e rural. As vilas, cujas habitações mínimas poderiam ser compostas por dois compartimentos não inferiores a 8m², gabinete sanitário, banheiro, tanque e quintal de 12m², só eram permitidas fora do perímetro urbano. Como observa Viana Jr (2015), promotores imobiliários atuaram intensamente comprando terras e lotes, que frequentemente se tornavam espólios de heranças de grandes proprietários, subdividindo-os em terrenos menores para a construção de pequenas habitações, que podiam ser simples construções de taipa e telha. O Código de 1932, explica Andrade (2017, p.495), estabelecia regras mínimas de urbanização (tamanhos de quadras, lotes e vias), mas a prefeitura não induzia a ocupação de novas áreas estrategicamente, “deixando ao sabor dos interesses dos particulares a colagem de novos loteamentos nas áreas envoltórias da cidade, justapostos de forma ‘anárquica’ e não planejada”.

O inchaço de Fortaleza nas primeiras décadas do século XX, conforme Jucá (2000), não foi correspondido por ações relevantes do poder público na organização e continuação da modernização do espaço urbano, deixando a ordenação dos subúrbios da cidade para a iniciativa privada - formal ou informal, regular ou irregular. E foi nos eixos viários de fluxo regional que tal ordenação privada da cidade para as camadas mais pobres se intensificou. As representações da expansão da malha urbana de Fortaleza (Figura 30) permitem observar como já na década de 1930 as regiões sul, sudoeste e oeste de Fortaleza são mais expressivamente ocupadas para além do centro e para além dos bairros Jacarecanga e Benfica, seguindo as estradas regionais, do que a região leste, que para além do bairro do Outeiro, possuía apenas a longínqua ocupação de pescadores na ponta do Mucuripe, e sem ocupações expressivas ao longo do caminho que conectava o centro até essa região.

Portanto, além do estilo de vida suburbano, o espaço salubre, socialmente defensável contra a multidão e a heterogeneidade que o isolamento do Outeiro oferecia para as elites, a região também se caracterizava por ter possibilidade de expansão desimpedida, outro fator que Hoyt aponta como padrão locacional de áreas de alta renda. As zonas oeste e sul, determinadas pelas estradas do Soure e do Arronches, inevitavelmente encontrariam as crescentes ocupações periféricas de baixa renda que populavam as áreas periurbanas naquelas direções. Sendo estas áreas pobres os lugares dos meios residuais da herança colonial, receberam tanto o abandono do poder público como a produção de estigmas que garantem a sua subordinação simbólica.

No contexto da configuração da estrutura intra-urbana de Fortaleza na primeira metade do século, o isolamento da zona leste pouco adensável e afastada das concentrações da pobreza urbana provavelmente determinou uma vantagem locacional que não existia da mesma forma em relação às áreas concorrentes. Possivelmente foi o atraso na sua ocupação o trunfo que a manteve isolada do crescimento urbano no início do século XX. Atraso determinado em parte pelo seu cercamento entre o Riacho Pajeú a oeste, o Rio Cocó ao sul e o oceano ao norte e ao leste, criando essencialmente uma ilha, menos atraente pela inexistência de vias de fluxo regional entre a cidade e o interior. E atraso determinado em parte por projeto, que parece ter mantido sistematicamente a área isolada do mercado imobiliário para baixa renda, uma vez que legalmente, nada parecia impedir a intensificação da sua ocupação da mesma forma que ocorria a oeste e ao sul. O fato de que a via de acesso à região era uma via margeada por mansões e palácios, sem dúvida tornava aquela área de valor elevado, e sem dúvida contava com a defesa da área pelos proprietários de quaisquer tentativas de invasão.

Esse atraso valorizou a zona leste como região nobre em um momento crítico: ao mesmo tempo que o crescimento urbano da primeira metade do século aumentava a concentração das populações mais pobres no seu lado oposto (o sudoeste da cidade, vetor resultante dos eixos sul e oeste), ele também aumentava em números absolutos (mas não em números relativos) as famílias de renda média alta na cidade, todas em busca de um espaço para chamar de seu e para estar entre os seus. O subúrbio arquetípico da fruição da vida de ócio no campo perseguido pelas classes de altíssima renda até a década de 1920, a partir da década de 1930 parece se degenerar no "subúrbio romântico" (MUMFORD, 1998, p. 530), caracterizado pela fuga da cidade e em busca

de proteção e preservação da família, forma urbana que se tornou arquetípica do estilo de vida das famílias de classe média-alta estadunidenses e referência de estilo de vida exportada para o mundo: um lugar e comunidade isolado na cidade, filtrado economicamente para a homogeneidade social, onde as mulheres, que permaneciam em casa durante o dia, criavam um matriarcado de supervisão dos filhos e integração das famílias, salubre e sobretudo seguro, uma zona de conforto, muito mais do que a experiência exótica do isolamento palaciano fora da cidade.

5.3.3. A subordinação do poder público ao mercado imobiliário

Não é coincidência que se consolidaram já na década de 1930 importantes atores do mercado imobiliário e da cadeia da construção civil, incluindo empresas imobiliárias de grandes famílias comerciantes e latifundiárias (Boris, Gentil, Diogo)[103]. Atores que subvertem a centralidade do poder público na ordenação do espaço urbano de Fortaleza e produzem loteamentos fora do perímetro planejado por Adolfo Herbster, criando uma malha urbana anárquica e fragmentária nas periferias da cidade. No processo de levantamento geográfico para a produção da planta da cidade na década de 1930, constatou-se que grandes glebas já haviam sido parceladas, mas permaneciam desabitadas (como é o caso do loteamento Noemi Quixadá na zona leste). As tentativas de centralização em torno de um plano diretor foram reiteradamente frustradas[104], restando a prefeitura apenas a capacidade de zoneamento da cidade através dos códigos

[103]Conforme Andrade (2017, p. 497): "Na década de 1930, observa-se a presença de novos atores sociais (pessoa física ou jurídica) na construção do espaço urbano: Edificadora do Norte Ltda.; Hinko & Fabrício; Jacinto Matos; João Oscar (construtor); José Francisco (empreiteiro); José Nogueira (1928) (empreiteiro); L. Gonzaga F. da Silva; Lourenço Justiano Sousa (1921) (construtor); Vicente A. Ferreira & Filho. A partir de 1933, surge outra novidade: as imobiliárias (José Gentil Alves de Carvalho, Antônio Diogo, Boris Frères), multiplicando-se na década de 1940, o que demonstra uma nova tendência então em curso."

[104]O prefeito Tibúrcio Cavalcante, em seu relatório de setembro de 1932, apresentado à Interventoria, relata: "a construção da planta da cidade veio tornar evidente a necessidade inadiável de ser adotado um plano para o sistemático desenvolvimento da cidade e a conveniência de ser consultado um urbanista sobre o seu traçado" (...). Para tanto é convidado o arquiteto Nestor de Figueiredo, que se encontrava no Recife [e elaborou o Plano de Remodelação e Extensão de 1933]. O prefeito Álvaro Weyne, que substituiu Raimundo Girão, rescindiu o contrato com Nestor de Figueiredo: "por parecer ao recém-empossado, que a cidade precisava de coisas mais importantes do que planos urbanísticos" (...) [Em 1947, o Plano Diretor de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza de Saboya Ribeiro], apesar de aprovado, não foi posto em prática em virtude da pressão "dos proprietários de imóveis envolvidos em alargamentos de ruas" (...), prevalecendo, entretanto, o código urbano redigido pelo urbanista

de posturas que orientavam volumetrias e a localização geral de atividades, tentando garantir a morfologia urbana monocêntrica radial: atividades comerciais no centro, residenciais nos bairros circundantes e industriais e rurais nas periferias (ANDRADE, 2017). Esses agentes do mercado imobiliário, entretanto, produzirão cidades muito diferentes na zona leste dedicada às elites e nas periferias ao sul-oeste.

Resultado da subordinação do poder público aos interesses de proprietários e promotores imobiliários é exemplificado na recusa da proposta de planejamento de Nestor de Figueiredo em 1933, sequer aprovado, e, mais tarde, na distorção do ousado plano de Saboya Ribeiro em 1952. A visão urbanística de Saboya Ribeiro era pautada sobre a ideia de um Estado forte, planificador e interventor sobre a cidade, não apenas agente fiscalizador e regulador do desenvolvimento urbano realizado por agentes privados. "O urbanismo, segundo Saboya Ribeiro, deve suprimir o direito com que cada cidadão se acha de fazer a cidade desenvolver-se segundo seus interesses, sem atenção aos interesses da coletividade. Daí o conflito entre o Individualismo e o Urbanismo" (REZENDE, p. 3). Suas propostas ousadas de intervenção colocaram Fortaleza e seu centro no limiar de uma reforma urbana de porte quase haussmaniano. O urbanista defendia a reestruturação da cidade, dotando-a de um "plano geral que a enquadre no tipo radial-perimetral", "sem ferir a fundo a sua forma atual, [cumprindo] as exigências de uma cidade moderna" (RIBEIRO apud BRASIL et al, 2011, p. 14)). O erro de Paulet, diagnosticou Saboya Ribeiro, havia sido não coordenar desde o princípio os setores leste e oeste da cidade, ignorando a necessidade de lidar com o Riacho Pajeú como elemento do espaço urbano, enquanto o erro de Herbster havia sido não articular a ampliação da malha ortogonal do perímetro urbano central com as estradas que comandavam a expansão radial da cidade. Sua conclusão foi que "na correção desses dois erros está uma solução do problema da remodelação da cidade de Fortaleza" (ibid. p. 14).

A intenção de Ribeiro era articular as novas áreas da cidade - que haviam desviado do plano racional de Herbster com a abertura não planejada de vias que desvirtuaram os eixos de expansão da cidade - com o centro, sem eliminar o seu traçado planejado no século XIX, mas aumentando as dimensões das vias com vistas a adequá-lo ao novo porte da cidade, funcional e simbolicamente. Adequar e renovar a função do centro da cidade envolvia prepará-lo para o futuro, planejando

adequadamente o crescimento radial da cidade e as demandas de transportes. Isso envolvia, entretanto, interferir nos interesses de proprietários de imóveis no centro e as intervenções foram consideradas onerosas demais. O plano foi em grande medida alterado e aprovado parcialmente pela Câmara Municipal, e surtiu pouco efeito (JUCÁ, 2000). A figura interventora da administração pública de ordenação da cidade conforme um projeto ideológico de modernização material e social já não existia mais. Nos anos 1960, a palavra de ordem do planejamento da capital seria a sua descentralização.

5.3.4. A cidade leste e a cidade oeste

Na década de 1950, o processo de segregação retroalimentado da concentração das classes dominantes e da localização de investimentos públicos e privados na zona leste alcança um ponto definitivo. A Jacarecanga e o Benfica foram desbancados como preferências das elites. As atividades industriais na zona oeste já haviam selado a concentração daquele vetor como de ocupação de classes de baixa renda[105]. E mesmo novos projetos imobiliários que pretendiam expandir a ocupação de alta renda no entorno do Benfica, como o Bairro de Fátima, loteado em 1950, aproveitando o frisson da visita de uma imagem sagrada portuguesa à cidade, e construindo uma das maiores igrejas católicas da cidade, se provaram incapazes de retomar a concentração das classes dominantes ali[106].

A vitória da zona leste como região de concentração das camadas de alta renda, no entanto, ocorreu conforme dois fatores cruciais valorizaram sobremaneira o litoral leste a partir dos anos 1930: a transformação cultural local em relação à maritimidade de Fortaleza com a descoberta do lazer praiano pelos urbanistas, reconfigurando a compreensão de atributos ambientais que determinam amenidades, processo bem documentado por Dantas (2011), e a transferência do porto da sua localização central para o extremo leste da cidade, na enseada do Mucuripe.

[105] Em 1961, depois das secas de 1952 e 1958, a favela do Pirambu, no litoral oeste, chegaria a cerca de 40.000 pessoas.

[106] O Bairro de Fátima se manteve consistentemente como um bairro de classe média ao sul do centro, e atualmente é um dos metros quadrados mais caros da cidade, mas nem o seu adensamento vertical, tampouco a sua renda média, se comparam com aquelas verificadas na zona leste.

Durante toda sua urbanização, a ausência da valorização e de uma conexão material e simbólica da cidade com a praia sustentava a representação da faixa costeira como lugar marginalizado, lugar de comunidades extrativistas de pescadores, descendentes da miscigenação renegada entre nativos e colonizadores, que povoavam a costa em baixa intensidade até a região do Mucuripe. Além de pescadores, a praia abrigava alguns lazaretos, casas de tratamento de tuberculosos, enviados para longe de Fortaleza (DANTAS, 2011).

A partir das primeiras décadas do século XX, na esteira de fuga das classes dominantes para áreas fora do centro, começam a surgir excêntricas grandes propriedades de veraneio na praia e se inicia, ao longo do século XX, um movimento de apropriação do litoral central (a atual Praia de Iracema) e leste (Meireles e Mucuripe). Esse movimento de urbanização das áreas litorâneas de Fortaleza, integrando-as à cidade, começou com a progressiva ocupação de famílias abastadas na região Prainha (atual Praia de Iracema) nas décadas de 1920 e 1930. Era o momento em que, como percebeu Dantas (2011), a cultura de lazer da elite fortalezense incorporava novos padrões europeus e cariocas, ressignificando o litoral, que sempre estivera a alguns metros do centro da cidade, como lugar de beleza e salubridade, de diversão familiar com banhos de mar, banhos de sol e práticas esportivas. Uma vez legitimadas por referências culturais dominantes, decidiram voltar a cidade para o mar. Esse processo é continuação da permanente modernização de Fortaleza pelas elites, que agora passam a construir uma identidade moderna de cidade litorânea, opondo-se à matriz cultural sertaneja da riqueza rural, herdada da arquitetura colonial das vilas, que se expressava espacialmente nos edifícios de costas para o mar, com localizações e fachadas em função de igrejas e praças como principais elementos urbanos de beleza e prestígio.

Figura 32 - Vista aérea da Av. Alberto Nepomuceno ilustrando prédios “de costas para o mar”, ca. 1930

Fonte: Fortaleza Nobre

Figura 33- Bangalôs na Praia de Iracema, início da ocupação das elites valorizando a orla marítima, ca. 1930

Fonte: Fortaleza Nobre

Esse processo de mudança espacial das elites também conta com uma edificação de arquitetura icônica, que objetifica capital simbólico no espaço-localização, legitimando seu valor através de marcas ostensivas da presença de indivíduos distintos. Em meados da década de 1920 foi construído o primeiro bangalô de veraneio, a Vila Morena, pertencente à família pernambucana Porto (que trazia consigo, portanto, a distinção de serem "de fora" - e não "do interior"). E em 1929 é fundado mais um clube na cidade: o Náutico Atlético Cearense, com sede na então Praia Formosa (atual praia da comunidade do Poço da Draga, no atual bairro Centro). Mas talvez o marco mais significativo desse processo seja a comoção dos fortalezenses com a toponímia da praia que passaram a se apropriar. Em 1925, a imprensa iniciou uma campanha para alterar o nome da então Praia do Peixe (que antes fora Praia dos Jangadeiros). Em um concurso, o seu nome atual, Praia de Iracema, foi o vencedor, e os nomes de ruas foram alterados para nomes indígenas. A praia vulgar, associada aos pescadores e ao seu uso - a venda de peixe - foi simbolicamente adequada (pela referência ao ícone literário e não à herança indígena, deve-se ressaltar) para a sua nova função cultural: o lazer e o ócio bucólico das elites, que passaram a residir ou frequentar a orla e os seus balneários, precursores das futuras barracas de praia, pequenas estruturas comerciais equipadas com bar, aluguel de roupas de banho e guarda de pertences dos banhistas (DANTAS, 2011; SCHRAMM, 2001).

As novas práticas culturais deram novos sentidos ao espaço litorâneo na década de 1920, plantando a semente para a futura verticalização da orla e a vocação turística da cidade, características da cidade atualmente. Essa valorização do espaço antes marginalizado, entretanto, gerou conflitos pela sua apropriação. Sendo inconciliáveis as territorialidades das elites e das comunidades litorâneas originais, a apropriação do litoral pelos urbanitas comandava a remover os pescadores da área. As expulsões dessas comunidades, conforme Almeida (2015, p.114), pareciam ser facilmente aceitas e justificadas pela sociedade, "que promovia a mudança gradativa da imagem da Praia de Iracema de 'área indesejada' para 'área nobre'". Em pouco tempo toda a orla leste, inicialmente a praia do Meireles e depois o Mucuripe, se tornam potenciais subúrbios de veraneio. Se antes o subúrbio arquetípico da fruição fora a região do Outeiro, agora as famílias de altíssima renda constroem casas de praia. São construídas segundas residências e clubes, inicialmente ao lado das comunidades de pescadores, que

eventualmente perdem seus territórios. Como ilustram memórias de Holanda (2001, p. 95):

> Não soaria estranho, na época, dizer que alguém se dirigiria de "Fortaleza ao Mucuripe" - assim mesmo, apartando-se o que seria a cidade propriamente dita daquele belo, porém paupérrimo, arraial de pescadores. As famílias passavam férias, ou finais de semana, no Mucuripe.

Mas conforme a ocupação formal e a apropriação simbólica das areias da praia pela cidade, na forma de loteamentos, residências afluentes e equipamentos de lazer, se intensificam, os habitantes originais da orla leste continuam a ser deslocados. Embora toda expansão urbana sobre áreas rurais para o leste tenha produzido processos de des-territorialização[107], a des-territorialização das comunidades litorâneas no litoral leste deixaram vestígios e resultaram na sua progressiva concentração no extremo leste da cidade, dando origem ao que neste trabalho nos referimos de modo geral por periferia leste de Fortaleza. E essa ocupação se intensificou especialmente com a construção do Porto do Mucuripe ao longo da década de 1930-40.

A inadequação da estrutura portuária da Prainha era um antigo problema para a administração da cidade e governo cearense. O arremedo de porto era fonte de prejuízos e limitava a capacidade de exportação da cidade pela dificuldade logística que apresentava ao transporte de mercadorias. Sucessivos projetos e intervenções resultaram em investimentos que visavam melhorias, mas viam frustrados pela insuficiência de recursos diante da inadequação ambiental do porto (EVANGELISTA, 2013). As diferentes versões de molhes e viadutos, que hoje são equipamentos de lazer na atual Praia de Iracema, permitiam o atracamento de um navio por vez, em mar aberto, para o embarque e desembarque de cargas por jangadas e alvarengas, e tampouco possuía profundidade para receber embarcações maiores. A lentidão da resolução do problema e o desperdício de recursos públicos gerava insatisfação pública. As discussões sobre manutenção ou relocalização do porto chegaram a um consenso em torno do projeto de transferência do equipamento para a enseada natural do Mucuripe de Augusto Hor Meyll, apresentado ao governo em 1930 (ANDRADE, 2012).

[107]Não há resquícios, salvo anedóticos, da aldeia indígena que ocupava a nascente do Pajeú e deu nome à Aldeota, mas há registros dos roceiros expulsos da região do Cocó, por exemplo. É improvável que a ocupação da Aldeota não tenha gerado expulsões semelhantes.

Embora a transferência do porto só tenha sido autorizada em decreto do então presidente/ditador Getúlio Vargas em 1938, obras relacionadas ao equipamento começaram a ser realizadas antes. Desde 1932 obras para a construção de quebra-mar já tinham sido iniciadas no Mucuripe, assim como obras de prolongamento temporário da malha viária e ferroviária para o transporte de pedras trazidas da região da Munguba. Na primeira metade da década de 1930 foram construídas a Rodovia Fortaleza-Mucuripe e o prolongamento de um ramal temporário da via férrea ligando a estação de Fortaleza até o Mucuripe, assim como o prolongamento da Av. Aquidabã (atual Av. Hist. Raimundo Girão), acompanhando o ramal ferroviário temporário na orla da cidade. Na década de 1930, portanto, apesar dos atrasos e percalços, era bem entendido que o porto no Mucuripe seria implementado e novos eixos de transporte determinaram novos vetores de expansão para o leste. Paralelamente à Av. Santos Dumont, onde se congregava parte da elite fortalezense, agora corria pelo litoral outro eixo viário de extensão da região leste, à beira-mar.

A cultura de lazer praiano e a construção do porto vieram a calhar para a supervalorização da zona leste, fomentando a urbanização do litoral nos atuais bairros Praia de Iracema, Meireles, assim como da região da Aldeota. Em 1931, a primeira etapa do loteamento Lidyanápolis[108] parcelou uma área de 137 hectares, ainda considerada fora do perímetro urbano, entre as vias atuais Tibúrcio Cavalcante a oeste, Frederico Borges a leste, Avenida Santos Dumont ao sul e Avenida Antonio Justa ao norte (então prolongamento da Av. Hist. Raimundo Girão, via de acesso ao porto), desenhando 78 quadras iguais (100m x 100m) e perfeitamente alinhadas em quadrícula, com uma praça circular (a atual Praça Portugal) na intersecção das principais avenidas projetadas, dando origem ao atual bairro da Aldeota (MENDES, 2018). A obediência estética ao traçado xadrez idealizado pelos urbanistas que haviam projetado uma racional e ordenada expansão do centro deixava clara a expansão futura da cidade ideal das elites. Além disso, o novo loteamento confinava ao norte com algumas das chácaras ou "sítios de praia" (MENDES, 2018), residências de veraneio de famílias abastadas, que buscavam se afastar da cidade em busca de amenidades como outrora fizeram as famílias milionárias no Outeiro.

[108]Apenas posteriormente referido como Lydiápolis (MENDES, 2018)

O estímulo da extensão da zona leste (que já era a essa altura referida como bairro da Aldeota), com o grande loteamento Lydiápolis, assim como da especulação em torno dos efeitos de valorização gerada pelo novo porto, não tardaram em estimular empreendedores em busca da renda da terra ativada. Como observa Mendes (2018), após a abertura das vias para a construção do porto e do efetivo início das obras no Mucuripe, em apenas uma década uma série de empreendimentos imobiliários são lançados na zona leste da cidade: em 1940, foi lançada a segunda fase do loteamento Lidyápolis, estendendo o projeto original para leste, e o Loteamento Terras do Mucuripe, empreendimento do político José Colombo de Souza, parcelando terras de latifúndio adquiridas conforme se tornaram espólios de seus herdeiros; em 1941 foi construída a Vila dos Estivadores, na atual região do bairro Varjota, voltado para famílias de menor renda, como diz seu próprio nome, associadas a trabalhadores do porto; em 1948, o loteamento de Tomé Coelho; e em 1950 de Alberto Assad Bardawil e Teófilo Otoch.

A interferência ambiental das obras do porto também tiveram como consequência o avanço do mar no litoral leste, conforme o seu cais de cerca de 400m foi concluído em 1939, arruinando os bangalôs e restaurantes construídos na orla da Praia de Iracema. Além disso, a Praia de Iracema também apresentava o incômodo da mistura social para os consumidores de elite. Ela estava próxima do porto e dos seus trabalhadores, do movimento intenso do Centro, assim como das ocupações de baixa renda do atual Poço da Draga e do Arraial Moura Brasil. O abandono dessa praia central também veio a calhar para fins de valorização elitista da zona leste. As atividades de lazer praiano migraram para o leste ao longo dos anos 1940, gerando a apropriação da Praia do Meireles, dando origem ao que hoje é o bairro Meireles, bairro com maior renda média e metro quadrado mais caro da cidade, que concentra a zona hoteleira e edifícios de altíssimo padrão, e que é basicamente na região litorânea da Aldeota.

5.3.5. As sementes da periferia leste

Esses fatores de aquecimento do mercado imobiliário da zona nobre da cidade, no entanto, também foram fatores de expansão da periferia leste, aumentando a

concentração de famílias de baixa renda na região do Mucuripe. A infraestrutura viária do porto foi construída aproveitando-se da estratégia de "auxílio emergencial" em períodos de seca, recorrendo ao trabalho gratuito de retirantes. Foram camponeses desalojados pela seca de 1932 que trabalharam na extração e transporte das pedras necessárias para as obras do quebra-mar, assim como na construção das vias e trilhos de conexão com o porto. Além disso, observa Jucá (2000), os camponeses retirantes também se transformavam em mão de obra abundante e barata para a construção civil, empregada na construção das edificações de famílias de alta renda na zona leste. O emprego de camponeses desalojados do campo em obras na região produziu o aumento da sua ocupação irregular ali, especialmente no Mucuripe, onde já existiam assentamentos de baixa renda. O porto também gerou deslocamentos intra-urbanos de populações pobres, pois não só desalojou habitantes dos espaços necessários para seu funcionamento[109], como também afetaram o espaço de pescadores na Praia de Iracema devido ao avanço do mar na região, que se deslocaram para o atual Poço da Draga e para o Mucuripe (EVANGELISTA, 2013).

Segundo Maciel (2015), enquanto as elites se instalavam no litoral e na zona leste, o aumento do êxodo rural e das expulsões intra-urbanas levou camadas de baixa renda a encontrarem abrigo em regiões que ainda não haviam sido bem circunscritas como objetos de desejo das elites e, portanto, como objetos de intervenção do capital imobiliário e da administração pública, dando origem a algumas das mais antigas favelas da capital: o Pirambu e o Zé do Padre (zona oeste) e o Mucuripe (zona leste). Em sequência, a própria operação do porto (que começou a funcionar parcialmente em dezembro de 1947[110]) e a nova zona industrial que se instalou ao seu lado se tornaram atrativos de migrantes em busca de trabalho operário, consolidando a periferia no extremo leste da cidade[111].

---

[109] Uma das razões do dissenso em relação à transferência do porto eram os custos desse projeto, uma vez que diversos equipamentos já haviam sidos instalados no seu local original, assim como despesas com desapropriações (GIRÃO, 1976 apud EVANGELISTA, 2013). Custos que poderiam se referir tanto a desapropriação de terras de latifundiários quanto à desapropriação de residências de famílias de baixa renda que já residiam em torno da comunidade pesqueira que existia ali.

[110] Em dezembro de 1947 o porto começou a funcionar ainda utilizando botes e alvarengas para carga e descarga, enquanto as obras ainda não estavam concluídas para permitir o atracamento de navios (EVANGELISTA, 2013). O porto só foi plenamente concluído em 1952, com a construção dos primeiros armazéns, e o primeiro navio a atracar efetivamente no porto o fez em 1953.

[111] Até a década de 1970, as áreas industriais de Fortaleza se concentravam a oeste, na zona industrial da Av. Francisco Sá, Antônio Bezerra e na Parangaba, instaladas em função das estações ferroviárias. A partir da construção do porto, o extremo leste da cidade recebe uma nova zona industrial (MUNIZ, 2015)

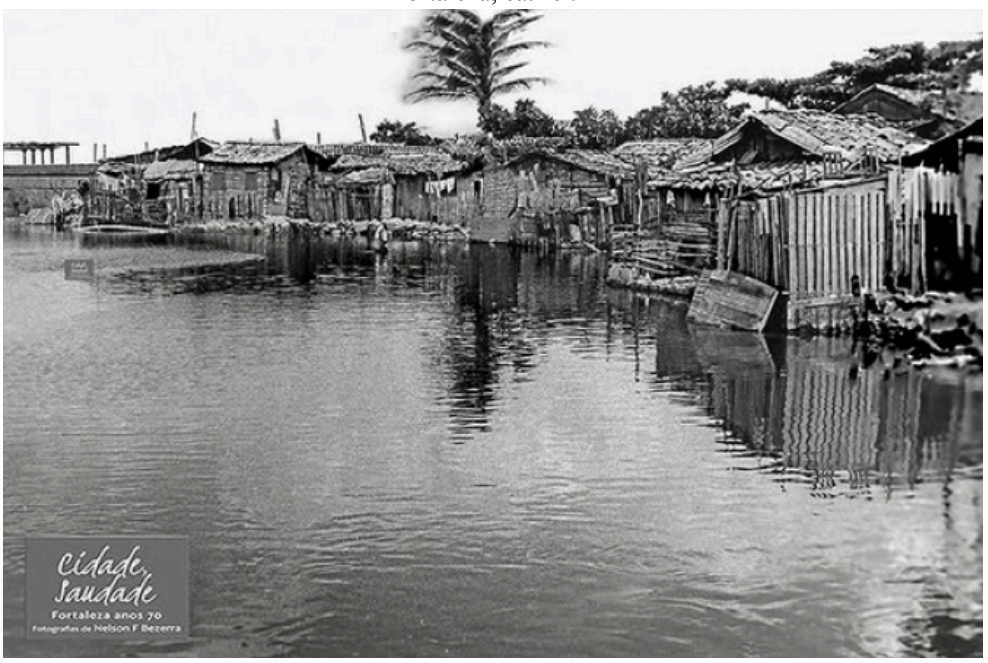
O relato do memorialista Blanchard Girão (1998, p.32-33) ilustra o efeito da transformação do Mucuripe no imaginário geográfico das classes dominantes, que já começavam a defini-lo como território de pobreza estigmatizado e a velar discursos de higienização social sob argumentos de agressões ambientais:

> Aí pelos anos 40/50, a praia do Mucuripe, então poético recanto de pescadores, passou a receber uma população estranha, procedente de outros pontos da cidade e do interior. O velho problema habitacional, agravado pelo êxodo de populações tangidas pela miséria dos campos, gerava o fenômeno que se chama atualmente de favelização. O romântico e íntimo esconderijo dos velhos homens do mar, fez-se caótica albergaria de gente doutras origens e de outros costumes. Em meio a essa desordem urbanística. Implantou-se ali também a prostituição. Não se distinguia casa séria de casa 'suspeita'. A pobreza e a promiscuidade nivelavam a todos. O Mucuripe fez-se um arruamento confuso, perdendo em parte a majestade poética, embora com sua paisagem natural resguardada nas curvas da Volta [da Jurema], nas velas de suas jangadas, nas roupas típicas de seus pescadores, até nas águas tímidas do Maceió que até certo tempo ainda resistiam às agressões dos que ocupavam as suas margens.

Figura 34 - Obras do Porto do Mucuripe, ca. 193-

Fonte: Fortaleza Nobre

Figura 35 -Palafitas na atual comunidade Poço da Draga, ilustrando ocupações precárias litorâneas em Fortaleza, ca. 1974



Fonte: Nelson Bezerra / Cidade Saudade

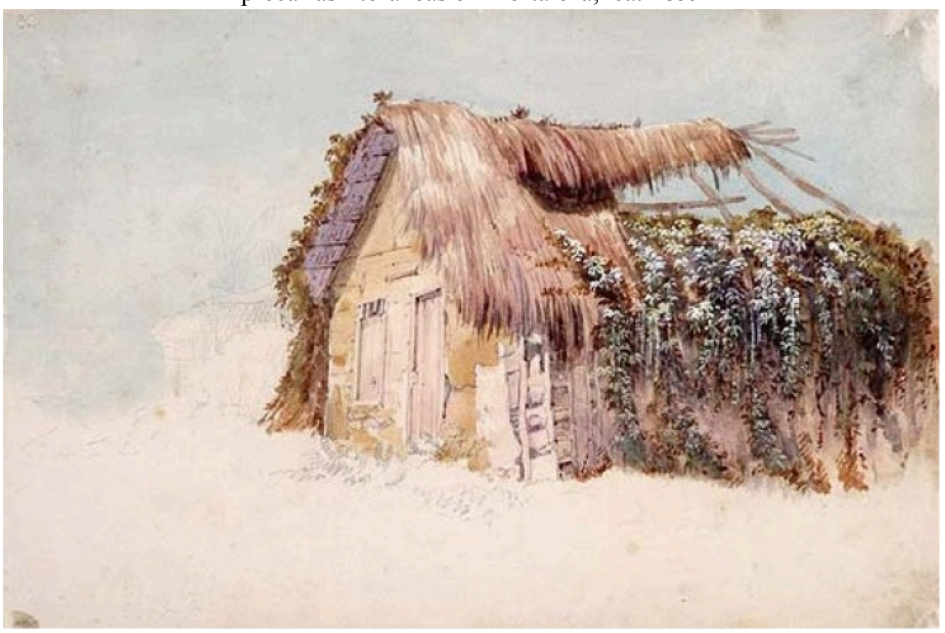
Figura 36 - Casebres na atual Praia Formosa, com esgoto a céu aberto, ilustrando ocupações precárias, litorâneas em Fortaleza, ca. 1966

Fonte: Correio do Ceará / Acervo Lucas

Figura 37 - Casebres de comunidades de pescadores na atual Praia do Meireles, ilustrando ocupações precárias litorâneas em Fortaleza, ca. 1952

Fonte: IBGE

Figura 38 - Aquarela de José dos Reis Carvalho, retratando casa de pau a pique, ilustrando ocupações precárias litorâneas em Fortaleza, ca. 1859



Fonte: Museu Nacional. Disponível em: https://atom-mhn.museus.gov.br/index.php/sem-referencia-casa-de-pau-pique

5.3.6. A consolidação da Aldeota como subúrbio romântico

Diante dessas mudanças no espaço urbano, a ocupação da Aldeota não tardou. Na década de 1940 o transporte rodoviário já se consolidava como tecnologia de mobilidade urbana. Em 1947 o sistema de bondes foi oficialmente substituído pelo modal de ônibus. E na década de 1940 os carros particulares já estavam se popularizando entre as famílias mais ricas. Na década de 1950, no cruzamento entre a atual Av. Barão de Studart e Av. Santos Dumont, um ponto central da Aldeota, já operava o primeiro posto de combustível da região (RODRIGUES, 2019), para atender os proprietários de automóveis, que começaram a prescindir cada vez mais do transporte público e a se organizar em torno de demandas por melhor infraestrutura viária na região. Conforme a zona leste deixa de se tornar lugar exótico de habitação de famílias de altíssima renda, tornando-se abrigo das frações de classe média alta no âmbito da classe dominante, a Aldeota se transforma em uma nova unidade política, com caráter de vizinhança de cidadãos eleitores com especial peso na opinião pública. Diógenes (2023) reproduz registros de reclamações de moradores da Aldeota em jornais na década de 1950, ilustrando as demandas ao poder público por melhorias por parte dos moradores da Aldeota, assim como ilustrando o peso político que a posse de acúmulo de capital cultural e simbólico possuem nesse processo, conforme moradores "doutos' articulam sua críticas à administração pública[112].

[112] Entre algumas reclamações registradas na coluna "O problema do seu bairro", do jornal O Nordeste, Diógenes (2023, p. 72, grifos nossos) reproduz: "O engenheiro Heitor Albuquerque, residente na Aldeota, vê os problemas do seu bairro, sob o ângulo do urbanismo: 'Falta-nos um plano diretor que condicione o crescimento de Fortaleza. Sem planificação, não se devia levantar uma parede sequer da cidade. E a Aldeota, como toda a capital, está cheia de aleijões. Lá chama a atenção por se tratar de um bairro progressista e de residências ricas. O arruamento está inconvenientemente traçado. Ruelas estreitíssimas, acarretando problemas para o trânsito. Muito mais grave, porém, é a falta de água e esgoto' (O Nordeste, 23 de outubro de 1951); Para D. Francisca, moradora de um casebre de palha, na Rua José Vilar, a maior dificuldade é a água: 'cadê os chafarizes para a pobreza? Os ricos não consentem que se tirem água dos quintais. Falta água para beber, para cozinhar, o pessoal está com sede' (O Nordeste, 24 de outubro de 1951); O Dr. Raimundo Oliveira é um dos pioneiros da Aldeota. Construiu uma grande residência, em 1948, quando aquilo tudo era bem dizer um deserto. Respondendo a esta enquete disse que 'o problema imediato da Aldeota é a falta de uma rede d'água e esgotos, enquanto não for resolvido estará entravando o seu crescimento, pois cada pessoa, antes de edificar sua casa tem que arcar com mais de 30.000 cruzeiros com despesas para cavar cacimbas, construir reservatórios de concreto e comprar bombas' (O Nordeste, 25 de outubro de 1951)." Compare-se a curiosa diferença das críticas entre os moradores "doutos", identificados enquanto tais, e a moradora sem título de nobreza letrada, identificada apenas pela metáfora da pobreza do casebre de palha. A crítica letrada articula causas, consequências e soluções de infraestrutura, ganhando inclusive espaço maior, mas não atribui nenhuma urgência aos moradores sem estrutura de armazenamento de água. A crítica da moradora de baixa renda apenas expressa com clareza a necessidade: água pública (não seria isso mais que suficiente?). Assim como revela a pressão centrífuga que os custos de vida impõem na zona nobre, estabelecendo um "valor de entrada" pelos custos da

Concomitante à demanda por infraestrutura, o processo de progressiva transferência dos equipamentos de que podem prescindir da centralidade segue seu curso a cada década, avançando o processo retroalimentador de construção de uma centralidade segregada. Implantam-se novas "pontas de lança", tal como o hospital militar na atual Av. Desembargador Moreira (1948), que geram fluxo e estabilidade de ocupação de áreas vazias, atraindo novas famílias de profissionais liberais, comerciantes, empresários e funcionários públicos para fixar residência na região.

A zona leste é aproximada do centro, mas mantendo distâncias relativas como uma forma de afastamento eficiente, uma vez que as melhorias em acessibilidade são restritas à classe social que habita a região. Mas muitos dos novos moradores da Aldeota de classe média, que não possuíam a mesma renda que as famílias que já se deslocavam em carros próprios, arcaram com um custo de acessibilidade maior. Como observa Jucá (2000, P. 43), lidavam não só com certa dificuldade de acesso ao centro, mas também com a não centralidade comercial do bairro, "uma vez que não havia farmácias, nem mercado ou lojas, nem mesmo telefone público. Faltava na área nobre da cidade uma infraestrutura urbana, que não contou com a iniciativa privada".

Essas famílias arcaram com o prejuízo em termos de acessibilidade em nome dos lucros do espaço que poderiam ser colhidos ali, os capitais simbólicos, econômicos, culturais e sociais que tornar-se habitante da Aldeota poderia conceder. Simbólicos, pois o bairro já havia se consolidado como lugar de prestígio, lugar de "gente de bem"; econômicos, pois a escolha locacional não era desarticulada da imaginação especulativa de que a cidade cresceria naquela direção, valorizando os imóveis no futuro; culturais, pois permitiam acessar equipamentos essenciais de aquisição de capital cultural, tais como colégios de prestígio; e sociais porque as relações de vizinhança criavam oportunidades de vínculos com famílias tão ou mais afluentes, não só na convivência de espaços no bairro, mas sobretudo na socialização dos jovens em colégios, lazeres, tertúlias, lugares e rituais de socialização que frequentemente precedem tanto relacionamentos matrimoniais, unindo recursos e sobrenomes, como os importantes

infraestrutura. A sua incapacidade financeira de arcar com custos para equipar sua habitação, que podem não ser apreciados - como revela a conta exposta por um dos críticos letrados - mas não são proibitivos para os mais ricos, coloca-a na situação subalterna de pedinte da "água do quintal" [armazenada em tanques chamados de cacimbas] dos vizinhos afluentes.

laços fracos, que Granovetter (1985) identificou como facilitadores de aquisição de postos de trabalho, em campos econômicos de alta renda.

O isolamento da Aldeota como reduto das elites diante da explosão demográfica de Fortaleza oferece um exemplo fascinante da eficácia da segregação residencial na experiência socialmente homogênea e destensionada em uma cidade profundamente desigual. Entre 1920 e 1940 o crescimento intercensitário da população de Fortaleza foi de 129,4%, chegando a 180.185 pessoas. E entre a década de 1940 e 1950, esse crescimento foi de 49,9%, chegando a 270.169 habitantes. A Figura 39 permite avaliar dimensão espacial aproximada desse crescimento, comparando a mancha urbana entre 1932 e 1955. Compare-se esses números com a Figura 40, que mostra a ocupação da Aldeota a partir do Levantamento aerofotogramétrico do Serviço Geográfico do Exército, de 1945, e com o pequeno mundo social das famílias que viviam nas "mansões, palacetes, chácaras de propriedade de tradicionais famílias", identificadas por sobrenome, espalhadas pela ocupação de caráter suburbano da Aldeota, narrados por Ione Arruda[113]:

> Enuncio algumas que me ocorrem na lembrança: a chácara de Alba Frota, das Quixadá, a vivenda de Esmerino Arruda e a dos Fontenele, perto do Ginásio São João. E ainda das famílias: Odilon Braveza, Vilar, Mirtil Meyer, Fernandes, Deusdedit, Juaçaba, Lopes, os Ribeiro Campos, os Castro, os Aguiar, os Humberto Ribeiro, os Azevedo, os Brisamar Rocha, a uns passos da avenida, os Gradwol, os Salgado. Na esquina com a Av. Rui Barbosa, os Abner Vasconcelos e as irmãs Gentil Frota (as Frotinhas), que doaram a Capela das Irmãs Missionárias. E ainda os Studart, os Gonçalves da Justa (um palacete com quase meia quadra de terreno), em frente os Batista Campos. E ainda: Alberto Machado, Silvino Cabral – que possuía a maior discoteca de Fortaleza (de bom gosto). Na rua José Lourenço residia o Fernando Lima, irmão do escritor Herman Lima e os Medeiros. Antes, na Rui Barbosa, ficavam as mansões dos Elery Barreira, dos Diógenes, dos Kayate, dos Chastinet, dos Ary. À esquerda da José Lourenço, os Costa, Me. Lulu. Voltando à Santos Dumont, as mansões dos Costa Lima, dos Mendes, dos Martins de Lima, vizinho à dos Picanço, bem em frente, os Mirtil Alves, o palacete do Pedro Machado e o dos Leal. (ARRUDA, 1991 apud AZEVEDO, 2015)

O processo de afirmação da Aldeota como lugar da classe média alta reproduz a sua ocupação antecessora, quando da ocupação do Outeiro cinquenta anos antes pela classes dirigentes. Na década de 1950, profissionais liberais, empresários e médicos

[113] O livro de memórias de Ione Arruda, *Imagens indeléveis - primeiros contatos com o bairro Aldeota*, citado extensivamente por Azevedo (2015), oferece registros de experiências de uma moradora que passou sua juventude na Aldeota da década de 1940 em diante.

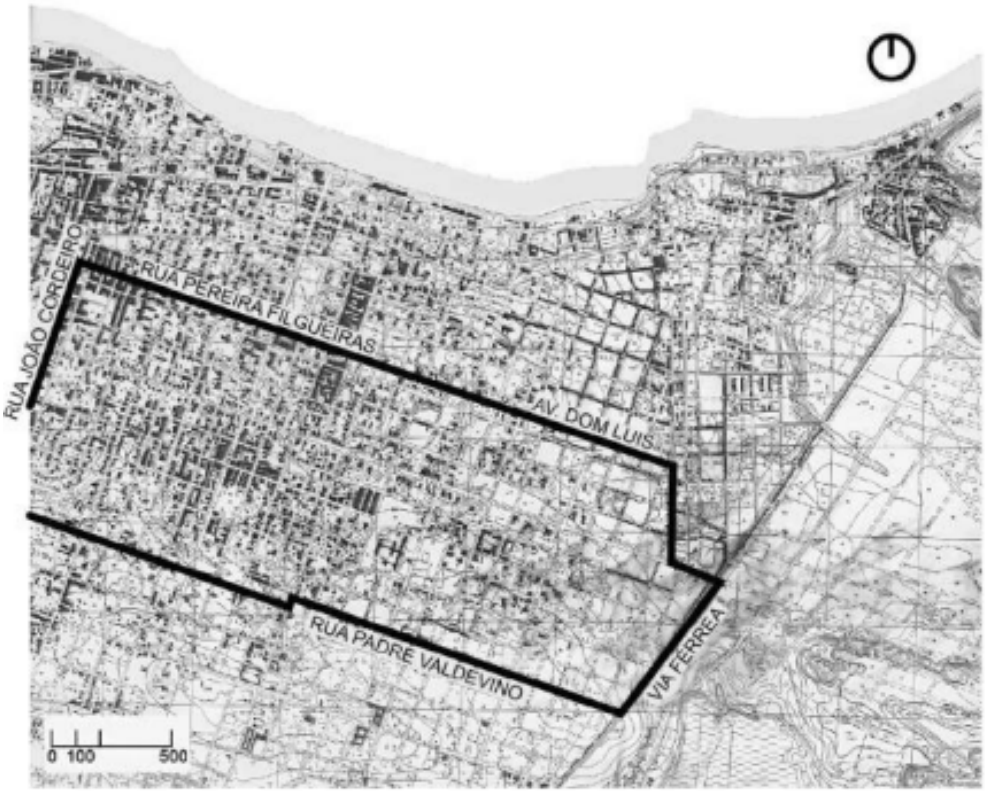
constroem vorazmente suas casas no novo bairro (ver Figura 41), agora em arquitetura Art Déco, com grande garagens para carros, que eram convertidas em espaços de festas familiares e tertúlias para os mais jovens. O bairro começava a expressar na sua paisagem novas referências estéticas, conforme as famílias de elite atualizavam a sua filiação moderna de parisiense para estadunidense (Figura 42), afirmando-se tanto em termos de distinção de classe social quanto geracionalmente no seio da sua própria classe, assegurando a modernidade da Aldeota diante da tradição dos bairros mais antigos, transformando por contraste em atrasados a Jacarecanga, o Benfica e até mesmo a região que logo seria referida como velha Aldeota (a região inicial de ocupação do Outeiro, mais próxima do Centro, que foi abandonada pelas classes dirigentes). Mais uma vez, o prestígio social do bairro é reafirmado pela presença de lideranças: uma residência na Aldeota é apontada como residência oficial do governador Parsifal Barroso no final da década de 1950[114] (RODRIGUES, 2019). O processo de concentração residencial das camadas de alta renda é contínuo, assim como a implantação de novos equipamentos e transferência de outros que consolidam a posição social do bairro. Em 1961, são iniciadas as obras da Avenida Beira-Mar (concluídas em 1963), com um grande calçadão, à semelhança das praias cariocas, expulsando pescadores para a periferia leste, e consolidando a orla do bairro Meireles como lugar de lazer e turismo para as elites. Em 1960, o governo Parsifal Barroso desapropriou um enorme terreno, pertencente a Carlos Gracie, e encomendou ao arquiteto carioca Sérgio Bernardes o projeto do novo palácio do governo. Em 1962 começam os preparativos do Palácio da Abolição e do Mausoléu em homenagem ao presidente ditador militar Castelo Branco, um complexo modernista de 4.000 m² localizado na atual Av. Barão de Studart, a poucos quarteirões da orla, que seria concluído em 1970.

[114] O governador Parsifal Barroso determinou seu casarão na Aldeota, localizado na Av. Santos Dumont nº2369, como residência oficial do governador, que não só recebia o seu círculo social, mas figuras de alto escalão da política e do funcionalismo público, inclusive o então Presidente da República Juscelino Kubitschek. Parsifal Barroso, diga-se passagem, cresceu na região da "Aldeiota", em residência que data pelo menos de 1908, localizada na Av. Santos Dumont, propriedade de seu pai, o professor Hermínio Barroso (RODRIGUES, 2019).

Figura 39 - Ilustração da ocupação do bairro Aldeota entre 1930-45 a partir de levantamento aerofotogramétrico do Serviço Geográfico do Exército de 1945

Fonte: Diógenes (2023)

Figura 40 - Ilustração da ocupação do bairro Aldeota entre 1945-63 a partir Levantamento aerofotogramétrico do Serviço Geográfico do Exército de 1963



Fonte: Diógenes (2023)

Figura 41 - Fotografia de residência no estilo Art Déco, construída entre 1940 e 1950, atualmente edifício comercial pertencente ao grupo Unimed

Fonte: Rodrigues (2019)

Figura 42 - Fotografia da família do empresário e político Raul Carneiro (ARENA), na frente da sua casa no bairro Aldeota

Fonte: Rodrigues (2019)

Em 1963, o romance Aldeota, de Jáder de Carvalho, foi publicado. Um roman à clef que criticou duramente a elite fortalezense, apontando o enriquecimento ilícito e a hipocrisia da burguesia local. O romance de Carvalho não é tão importante como documento histórico urbano - como são hoje os textos literários do século XIX - ou por nuances sociológicas que uma análise crítica da obra poderia apreender. Sua importância revela sobretudo a potência do lugar simbólico do bairro no imaginário socioespacial de Fortaleza. O sintético título do livro evidencia a íntima e incontestável associação entre o lugar e as camadas de alta renda em uma cidade que crescia de forma profundamente desigual. A Aldeota se torna sinédoque da elite e consolida o movimento segregatório irreversível de concentração das camadas de alta renda, mesmo sem possuir ainda a concentração de serviços para atendê-las.

O bairro se transforma em uma representação socioespacial referencial a partir da qual o imaginário geográfico da cidade é articulado. Paraíso vivido por alguns, paraíso aspiracional para outros, paraíso inacessível para a maioria, mas consensualmente paraíso urbano. Surgem classificações geográficas mais ou menos oficiais como velha e nova Aldeota, moderna Aldeota, Aldeota sul, assim como mais tarde os estabelecimentos comerciais, especialmente colégios, utilizarão o nome do bairro como apêndice para se filiar simbolicamente ao seu lugar social. Muito embora o bairro ainda não tivesse se tornado uma centralidade funcionalmente, devido à ausência das atividades terciárias, ele já estava consolidado como a centralidade simbólica da cidade nos anos 1960. E tal centralidade simbólica opera na natureza profunda do fenômeno urbano, como observa Mumford (1998, p. 16), em sua reflexão antropológica das origens da cidade:

> Assim, antes mesmo que a cidade seja um lugar de residência fixa, começa como um ponto de encontro aonde periodicamente as pessoas voltam: o imã precede o recipiente, e essa faculdade de atrair os não-residentes para o intercurso e o estímulo espiritual, não menos do que para o comércio, continua sendo um dos critérios essenciais da cidade, testemunho do seu dinamismo inerente, em oposição à forma da aldeia mais fixa e contida em si mesma, hostil ao forasteiro.
> O primeiro germe da cidade é, pois, o ponto de encontro cerimonial, que serve de meta para a peregrinação: sítio ao qual a família ou grupos de clã são atraídos, a intervalos determinados e regulares, por concentrar, além de quaisquer vantagens naturais que possa ter, certas faculdades 'espirituais' ou sobrenaturais, faculdades de potência mais elevada e maior duração, de significado cósmico mais amplo do que os processos ordinários da vida. E embora possam ser ocasionais e temporários os desempenhos humanos, a estrutura que os suporta, quer seja uma gruta paleolítica, quer seja um centro cerimonial maia, com sua altiva pirâmide, será dotada de uma imagem cósmica mais duradoura.

A reflexão de Mumford pode parecer distante da realidade de uma cidade como Fortaleza nos anos 1960, mas revelam uma dimensão cultural importante da tendência à concentração das classes dominantes que resultam na segregação como principal motor de estruturação intraurbana.

As cidades são sistemas em transformação contínua, artefato espacial articulado intimamente à sociedade que o produz e através dele se reproduz. No caso das cidades produzidas pela sociedade capitalista de classes, sua configuração é determinada pelo consumo das localizações no seu espaço para otimizar o consumo dos bens e serviços no seu interior, transformando a luta por localizações que otimizam a acessibilidade em uma disputa de classes, como nos mostra Villaça (2017) ao apreender a estruturação do espaço intra-urbano de forma crítica, i.e., sem ignorar a mediação das assimetrias de poder e das relações de dominação de um grupo sobre outros nesse processo. A transformação simbólica dessa ordenação espacial de grupos em localizações é tão relevante quanto as suas possibilidades de reorganização funcional. Com efeito, a reorganização simbólica dos espaços age muito eficientemente como meio de tal reorganização funcional. Só assim equipamentos e a atuação burocrática do poder público e de grandes agentes construtores e investidores podem ser tão facilmente rendidos por anseios de uma classe. Equipamentos e atuações que, muitas vezes, nada teriam a ver com leis de mercado na determinação da sua localização, no entanto, respondem às necessidades econômicas de acesso e ganho de uma classe com poder de consumo, mas também às suas necessidades estéticas e éticas, ideológicas, que não necessariamente têm a ver com a racionalidade funcional da cidade, sendo apenas por vezes coincidentes, mas que amiúde podem ser inteiramente morais ou estéticas, sobre que espaços e intervenções são necessárias, melhores e urgentes no espaço urbano. Na cidade capitalista, em que o consumo para a reprodução social, uma prática atravessada por desejos e necessidades de pertencimento e distinção, determina a localização no espaço dos lugares e artefatos da fruição, do lazer, da salubridade, da segurança, conforme os valores historicamente situados em sistemas culturais de significados locais, pode-se reconstituir esse primordial "imã que precede o recipiente" que nos fala Mumford. Centralidades são tanto fenômenos funcionais quanto construtos intersubjetivos que informam aos indivíduos onde encontrar seus concidadãos,

necessidades e lugar social. Função e símbolo tendem a coincidir porque um atrai o outro, mas podem emergir dessincronias entre estas dimensões. Funções de centralização podem forçosamente se localizar em outro espaço, conseguindo atrair seu sentido de centro. Mas o sentido de centro também pode ser atribuído a um espaço de modo que ele venha a adquirir sua centralidade funcional como consequência. Essas dessincronias não se produzem de forma aleatória, mas sempre em conformidade com as sociedades que as produzem. Em uma sociedade de classes o acesso, a ocupação e a habitação da cidade - que sempre gravitam em torno de centralidades - são oferecidos à disputa, sobretudo econômica, entre os indivíduos. Situação que favorece sobremaneira o controle da terra como mercadoria e estratégias de manipular e transformar o sentido de centro, que não apresenta a mesma inércia que o espaço construído. A atribuição de valor simbólico às localizações é essencial no processo de incorporação do espaço pelo mercado imobiliário, conforme ele investe estrategicamente em marketing como forma de construir centralidades simbólicas compartilhadas entre consumidores. Sem sentido, a terra ou as localizações não se tornam mercadorias para os indivíduos. E como é o caso com qualquer mercadoria, a mediação cultural do processo de consumo é determinante no cálculo hedônico que os indivíduos realizam ao ponderar sobre consumi-la ou não consumi-la.

Desse modo, em 1950, o loteamento chamado de Praia do Futuro, no mais longínquo litoral leste da cidade, foi inaugurado antes mesmo de possuir qualquer via de acesso. Na década de 1960, o loteamento Moderna Aldeota, na mesma direção leste, que abrange a nossa área de particular interesse dos bairros Papicu, de Lourdes e Cocó, é aprovado. Os planos de continuação da expansão da cidade para as classes dominantes em torno do espaço-símbolo da Aldeota já estavam, literalmente, desenhados e concebidos. Mas os consumidores ainda possuem agência na eleição locacional, assim como *players* do mercado imobiliário também agem no sentido de competir entre si pela renda disponível destes consumidores, sempre revestindo qualquer situação de indeterminação. Veremos mais à frente que esses planos foram, de certa forma, frustrados pelo desenvolvimento da situação em favor da frente sudeste de expansão da zona nobre.

5.3.7. A nova centralidade das elites: carros, prédios, shoppings e “novas Aldeotas” (1970-2000)

Villaça (2017) aponta a década de 1970 como um marco do desenvolvimento urbano brasileiro. Não apenas as décadas de 1960-70 são marcos do crescimento demográfico das cidades como consequência da política de substituição de importações iniciada nos anos 1950, industrializando as cidades e o campo, resultando na explosão do êxodo rural. Mas nessa década as grandes cidades brasileiras apresentaram um processo de reestruturação dos seus espaços intra-urbanos. A tendência de concentração residencial das camadas de alta renda em um eixo de expansão das cidades finalmente resulta na produção de uma nova centralidade voltada para as classes médias e altas, conforme as atividades terciárias voltadas para esses públicos abandonam o centros tradicionais e se localizam nas proximidades dessas áreas residenciais das elites. Ocorre um “abandono” da alta renda dos centros tradicionais, relegando-os à “decadência” material, simbólica e econômica, uma vez que a densidade do poder de consumo e político de classe (que na cidade capitalista, são gêmeos) passou a se localizar nas zonas nobres, direção para as quais invariavelmente fugiram as camadas de alta renda.

Tal “abandono”, “decadência” , “degradação” ou “envelhecimento” dos centros tradicionais, no entanto, nada mais é que a segregação de centralidades por classe. Os centros históricos, assevera Villaça, mantém a sua função intraurbana de centro principal, uma vez que continuam sendo o espaço de concentração de atividades terciárias que atendem a maior parte da população urbana - população majoritariamente de baixa renda, entretanto. As novas centralidades que se constituem nas capitais brasileiras - efetivamente reestruturando o espaço intraurbano - são centros que concentram as atividades terciárias voltadas para as classes de maior renda, seja por se constituírem em produtos e serviços de alto padrão, seja por oferecerem mais comodamente o que era amplamente ofertado nos centros tradicionais. Surgem dois centros segregados, reforçando sobremaneira, na escala espacial do bairro/vizinhança, territórios que produzem uma experiência urbana profundamente segregada, conforme as elites passam a restringir toda a sua vida cotidiana - residência, trabalho e consumo - ao espaço reduzido das zonas nobres.

Essa descentralização - processo desdobrado minuciosamente até aqui em sua ponta de lança: o uso residencial - é reforçada com a popularização do automóvel

particular a partir da segunda metade do século XX. Instaura-se um novo regime de mobilidade, profundamente desigual, beneficiando a elite proprietária de automóveis. O carro particular se constitui no Brasil, inclusive, como elemento determinante de estilo de vida, experiência urbana e como marcador de classe, tal como o padrão habitacional. Como tal, configura-se como um segundo elemento fundamental para a segregação profunda da experiência urbana das elites e da fragmentação sociopolítica urbana. A mobilidade rodoviária como padrão de deslocamento resulta em dois processos que estimulam essa descentralização nos anos 1970. Primeiro, as novas condições de mobilidade das elites passam a exigir a produção de cidades com redes viárias adequadas para que tais condições sejam eficientes. Intervenções para tanto são politicamente entendidas como demasiado onerosas para adequação das centralidades que foram construídas desde o século XIX (politicamente, pois a história de reformas urbanas provam que muito pouco é impossível em termos de reconstrução do espaço construído), de modo que o novos espaços são passíveis de serem adequadamente concebidos e construídos para atender a tais exigências de modernização das cidades que, até pouco tempo, eram modernas. Em segundo lugar, o espaço urbano produzido para os carros e seus proprietários abriu, ao relativizar distâncias físicas, novas e rentáveis frentes de expansão imobiliária a partir das zonas nobres residencialmente consolidadas.

Criou-se uma situação vantajosa para o mercado imobiliário, que, diante da ativação de potenciais produtivos de terras antes em estoque, pôde reproduzir capital tornando obsoletas velhas centralidades construindo novas. E isso diante dos aumentos populacionais mais expressivos da história brasileira, que multiplicou o déficit habitacional, elevando preços enquanto também era ampliada a política habitacional de crédito subsidiado para o mercado imobiliário. As atividades terciárias inevitavelmente detectaram a tendência de transferência da concentração de renda e de expansão de freguesias e passaram a se localizar nas zonas nobres, transferindo-se ou abrindo novas sedes e, em muitos casos, novos serviços e comércios já nasceram fora do centro tradicional.

Fortaleza não fugiu ao padrão do desenvolvimento urbano brasileiro, como vimos até agora. Como reflexo da política de industrialização do Nordeste no Ceará, o crescimento intercensitário de Fortaleza entre 1950 e 1960 foi de 90,5%, quase

dobrando a população de 270.169 para 514.818 mil pessoas. E entre 1960 e 1970, de 66,6%, alcançando 872.702 habitantes. E na década de 1980, a cidade chegaria à população de 1,3 milhões (ver Tabela 3). Os automóveis, igualmente, se expandiram na cidade, assim como a sua malha rodoviária. A inauguração da Av. Beira-Mar e a construção do Palácio da Abolição, como vimos, foram marcos da construção da Aldeota como centralidade simbólica: estava localizada ali a nova cidade ideal, a partir da qual se desenharia uma nova Fortaleza, moderna novamente, para uma nova geração de consumidores. Logo em seguida da transferência do palácio do governo, outras sedes do poder público são transferidas do Centro para a zona leste, como a Assembleia Legislativa. Mas o coroamento do processo de descentralização de comércios e serviços, no entanto, tem como marco a construção do primeiro shopping center da cidade na Aldeota

No início da década de 1970, a ocupação do bairro por residências unifamiliares havia crescido significativamente, se aproximando do seu limite leste, na atual Av. Virgílio Távora (Figura 43).

Pequenos comércios e serviços existiam no bairro, sinalizando essa transformação[115]. Mas a construção do Shopping Center Um, em 1974, determinou o desenvolvimento do ponto focal da nova centralidade terciária voltada para as elites no cruzamento da Av. Santos Dumont (eixo de expansão do Centro ao extremo leste, na Praia do Futuro) com a Av. Desembargador Moreira (eixo que conecta o aeroporto da cidade à orla turística do Meireles). Diógenes (2023) circunscreve esse ponto focal - o centro da Aldeota - como um conjunto de 54 quadras no entorno do cruzamento dessas avenidas que foram drasticamente e rapidamente transformadas, comandando a progressiva transformação do bairro residencial unifamiliar em seu entorno, de baixa densidade e praticamente nenhuma verticalização, no novo CBD de Fortaleza nos anos 1980.

[115] Diógenes (2023) identificou registros de diversos pequenos comércios de pequeno porte de gêneros de primeira necessidade, como mercadinhos e papelarias, aproveitando casas ou partes de casas, assim como pequenos conjuntos comerciais em grandes terrenos em especulação. Em análise de registros de listas telefônicas, ela observa que os primeiros serviços a se transferirem para a Aldeota, aparentemente, foram os médicos, que aproveitavam residências para adaptar consultórios, assim como a proximidade da freguesia de alta renda e, frequentemente, de suas próprias residências. Os registros de Rodrigues (2019) também indicam atividades comerciais antes dos anos 1970, como consultórios médicos, posto de gasolina e uma imobiliária. Essas atividades não descaracterizaram, no entanto, o caráter de ocupação residencial unifamiliar do bairro, e muito menos descaracterizaram a estrutura monocêntrica da cidade de Fortaleza.

Figura 43 - Ilustração da ocupação do bairro Aldeota entre 1963-72 a partir Levantamento aerofotogramétrico do Serviço Geográfico do Exército de 1972

Fonte: Diógenes (2023)

Empreendimento do Grupo Jereissati[116], o shopping Center Um foi construído após pesquisa de mercado indicar que a Aldeota era o lugar adequado para a implantação do equipamento por concentrar o seu mercado consumidor, ou seja, a densidade demográfica e de renda necessárias, o poder de compra ideal para gerar um volume de negócios rentável para o moderno e revolucionário empreendimento (DIÓGENES, 2023). Em retrospecto, é evidente que o empreendimento seria bem-sucedido. Em meio aos arranha-céus da Aldeota, o shopping opera até hoje, embora sem o prestígio de outrora. A cuidadosa pesquisa de mercado procurava

[116] Grupo controlado pela família Jereissati, da qual Tasso Jereissati, ex-governador do Ceará, é o principal representante. O Center Um hoje pertence à empresa Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A, controlada pelo Grupo Jereissati, fundada em 1979, responsável pelo Shopping Iguatemi, shopping regional construído na zona sudeste de Fortaleza em 1982 e desde então o maior shopping center da cidade. O Iguatemi foi um dos principais indutores da expansão da zona nobre sobre o eixo sudeste da Av. Washington Soares, onde está implantado.

confirmar as tendências de transformação urbana que se concretizaram de forma mais expressiva a partir dali.

O então imenso shopping center era um prédio com uma área coberta de 7.500m², 45 lojas e lanchonetes, 2 cinemas, uma escada rolante (uma das primeiras da cidade) e, talvez o mais importante, estacionamento para 450 carros no seu andar térreo. Diferente do centro tradicional, construídos para pedestres, animais e bondes, com vias estreitas demais para acomodar mais que duas fileiras de carros, e a maior parte dos prédios projetados quando a motorização individual em massa era, talvez, impensável ou um futuro distante, no shopping o conveniente uso do automóvel não terminava em incômodos com vagas de estacionamento. Além disso, o empreendimento trazia como loja âncora o maior supermercado da cidade, tipologia relativamente recente em Fortaleza, mas inédita na escala do Jumbo Pão de Açúcar, loja da maior cadeia de supermercados do Brasil, com 4.500m² e variedade de produtos que iam além de gêneros alimentícios. A comodidade privatizada do shopping center atendia as demandas utilitárias de acessibilidade dos consumidores da Aldeota, assim como enunciava na forma urbana e nas práticas de consumo, lazer e sociabilidade que fomentava o infinito discurso do progresso que se articula às necessidades estatutárias de pertencimento ao fugidio mundo moderno que sempre existe “no exterior” ou “em São Paulo”.

Demitri Túlio, colunista do jornal O Povo, rememorando a sua experiência inauguração do Center Um[117], narra sua recordação de depoimento prestado por Tasso Jereissati, idealizador do empreendimento, aos jornais: "Para o sr. Tasso Jereissati, incorporador do Center Um, pode-se medir o grau de civilização de uma cidade pela qualidade dos serviços que são postos à disposição do público”. A inauguração do novo centro comercial na Aldeota foi amplamente divulgada na mídia e em ações promocionais. Carente da sedimentação de sentido produzida pela história que transforma espaços da cidade em lugares e marcos no imaginário geográfico dos seus habitantes, o equipamento comercial implantado, mesmo que no bairro nobre da cidade que havia adquirido uma centralidade simbólica, recorreu ao impacto publicitário para comunicar à toda cidade a existência de um novo centro comercial, conjurado ex nihilo.

[117] Disponível em: https://www20.opovo.com.br/app/colunas/dasantigas/2003/04/14/noticiasdasantigas,242847/center-um-jumbo-pao-de-acucar.shtml

De fato, entre a geração nascida antes da década de 1970 parece ser significativa a memória lúdica do elefante "de verdade" trazido para inaugurar o supermercado Jumbo. Em sua pesquisa sobre o bairro Aldeota, Diógenes (2023, p. 102) reproduz um precioso trecho de matéria de jornal O Povo, de 28 de outubro de 1974, anunciando a inauguração do shopping no mês seguinte:

> Pretendendo dotar Fortaleza de um novo centro menos tumultuado que a zona comercial localizada na Praça do Ferreira, onde, para o lazer já quase não há mais lugar, e mesmo os negócios são bastante prejudicados pelo movimento, surge, no próximo dia 6 de novembro, o Center Um, o primeiro shopping de Fortaleza

Os elementos discursivos do pequeno texto nos mostram uma miniatura da lógica social da (macro)segregação de classe como processo estruturador do espaço intraurbano. Textos publicitários, como é evidentemente o caso da matéria que anuncia o empreendimento, ainda que se trate de peça jornalística, são construídos sobre argumentos persuasivos que comunicam problemas e suas soluções, dando forma específica às necessidades do consumidor, sejam elas pré-existentes ou construídas por estratégias de marketing. Nada representa melhor o ofício da redação publicitária anterior à hegemonia contemporânea dos paradigmas da gestão de marcas e do inbound marketing do que a re-enunciação criativa e sutil do clichê "a solução para os seus problemas".

O texto recorre a um artifício tipicamente publicitário (o oposto da clareza objetiva do texto jornalístico) ao velar seu argumento de forma eficiente, i.e., deixando-o facilmente subentendido para o seu público-alvo, garantindo assim a sua cumplicidade ao completar o significado da mensagem a partir do seu próprio repertório. O problema comunicado ao anunciar a inédita tipologia comercial é o tumulto, o desconforto e mesmo o prejuízo do movimento em torno do principal marco simbólico do centro tradicional de Fortaleza, a Praça do Ferreira. O movimento, condição indiscutivelmente benéfica para o comércio, é, no caso do centro tradicioal, excessivo, desordenado, tumultuado, não permite o lazer. O centro, antes inequivocamente o centro tradicional, o único existente na cidade, é removido de seu lugar de prestígio simbólico, ao afirmar que é possível dotar a cidade de outros centros, novos e diferentes: há o centro da Praça do Ferreira, mas podem existir outros,

vinculados a outros lugares que marcam sua existência concreta. A solução para o problema do centro da Praça do Ferreira, tumultuado, desagradável e prejudicial, portanto, é um novo centro na figura do Center Um, subentendido como o seu contrário, socialmente selete (não movimentado em excesso), ordenado e ordeiro (não tumultuado), que oferece vantagens econômicas aos comerciantes (não prejudicial aos negócios) e agradável (onde há lugar para o lazer), do Center Um. Mesmo o nome do empreendimento - devidamente anglicizado em um soundbite para comunicar sua modernidade, sua importação e sua cisão simbólica com o envelhecido núcleo urbano oitocentista parisiense, repleto de nomes pomposos de figuras esquecidas - parece ter sido cuidadosamente pensado como estratégia publicitária diante do contexto cultural das elites da Aldeota da década de 1970. Contexto marcado pelo incômodo com o inchaço da cidade do qual podiam se afastar residencialmente, mas, em uma cidade monocêntrica, um inchaço que ainda eram obrigados a encarar constantemente quando precisavam deixar o que ainda era um subúrbio romântico - nos termos que o define Mumford (1998) - para adentrar a cidade em busca da concentração de atividades terciárias no Centro.

Seria um trabalho fascinante tal identificação tão precisa dos anseios de classe (o público alvo do empreendimento, afinal, era toda uma classe social) pelos comunicadores envolvidos na promoção do empreendimento se, na verdade, tais anseios não fossem tão evidentes. Eram evidentes no discurso cotidiano sobre o incômodo da locomoção entre frações da elite de menor poder econômico que começavam a se concentrar na Aldeota, com ecos no discurso tecnocrático da administração pública, que já havia incorporado a descentralização e desafogamento do centro principal como projeto desde o Plano Diretor de Fortaleza de 1963 (o plano Hélio Modesto) e nos diagnósticos e prognósticos do PLANDIRF (Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza), elaborados entre 1969-71, que orientaram o Plano Diretor Físico de Fortaleza de 1975. Também seria fascinante tal capacidade estratégica se não fossem esses próprios profissionais da comunicação representantes das classes médias-altas ansiosas pela resolução da dissonância existente entre a centralidade funcional e sua centralidade simbólica, fossem eles moradores da Aldeota ou não.

A modernização da cidade, chegando no auge da sua belle époque, também se afirmou na transformação da paisagem expressando o novo, as referências europeias

parisienses e inglesas, assim como na imposição de uma nova sociabilidade urbana, marcada por novas práticas relacionadas à cultura de consumo e à nascente cultura urbana, que se distinguia do passado rural colonial medievo que persistia nas "areias". A pós-modernização da cidade impõe semelhante processo (re)civilizatório, mas transformados os referenciais contextuais locais aos quais expressa oposição e se afirma enquanto proposta superior de sociedade: centro tradicional, tumultuado e velho, inadequado para as novas práticas culturais e as novas formas de sociabilidade marcadas por novas práticas de consumo e por um novo modus vivendi urbano, que havia sido inevitavelmente tomado pela nova concepção de barbárie local: a periferia oeste, que congrega tudo aquilo "depois do Centro", inclusive o sul. A divulgação e promoção do Center Um na cidade, portanto, revela a celebração da concretização do domínio de uma cidade pela sua segregação em duas partes funcionais: a cidade leste, com seu próprio centro, emancipada do fardo da imensa cidade ao sul-oeste, tumultuada, pobre e problemática, da qual poderia-se prescindir cada vez mais, conforme a moderna modernização produzisse, de novo, um novo espaço urbano ideal. Eis sua marca simbólica e cultural na reestruturação do espaço intraurbano de Fortaleza.

Em termos funcionais, evidentemente, o primeiro shopping center da cidade também pesou profundamente na descentralização das atividades terciárias. Tanto pela especulação gerada pela sua marca simbólica, como pelo aumento do fluxo que produziu em meio a uma área predominantemente residencial, tornou-se o próprio estabelecimento uma âncora, estimulando o desenvolvimento do comércio no seu entorno e desencadeando uma exponencial valorização imobiliária do centro da Aldeota que foi irradiada para toda zona leste. Casas nesse perímetro prontamente foram adaptadas por comércios, conforme eram rapidamente vendidas pela mesma inevitável consequência gêmea da intensificação da centralidade de uma área que havia estimulado o abandono residencial do centro histórico décadas antes: a valorização das propriedades dado o aumento do potencial do uso comercial e a insatisfação com as externalidades socioambientais do aumento do fluxo. Comércios e serviços que operavam bem-sucedidos no centro tradicional abrem filiais na Aldeota[118], assim como

[118] Diógenes (2023) aponta as lojas Casa Pio em 1977; BD Brinquedos em 1979; Rolim Tecidos em 1980; Casa Andrade em 1981; pequenos centros comerciais: Centro Comercial Casablanca em 1982, shopping Prelúdio em 1982; e esquina Barbosa de Freitas com Desemb. Leite Albuquerque. Assim como bancos, capitaneados pelo Bradesco já em 1974, agência onde, notou Rodrigues (2019), foi inaugurado o primeiro caixa eletrônico da cidade em 1983.

surgem novos serviços especializados já na nova centralidade[119], são construídos inicialmente centros comerciais verticalizados de pequeno porte oferecendo lojas e escritórios para profissionais liberais e empresas[120] - que se tornam cada vez mais altos conforme os controles da verticalização são sistematicamente empurrados para cima pelos promotores imobiliários nas décadas seguintes - e multiplicam-se a profusão de estabelecimentos especializados e equipamentos culturais para a fruição das elites em sua própria vizinhança na zona leste: escolas, cursos de inglês, atividades extracurriculares, igrejas, repartições públicas, cartórios, novos shoppings e cinemas, centros culturais[121], restaurantes e lanchonetes, uma diversidade de funções facilmente acessíveis em termos de distância física, mas também em termos sociais - habitáveis pelas elites, no sentido bourdieusiano de que, mais do que ocupar esses espaços, as elites urbanas de Fortaleza podiam acessar o espaço social reificado no circuito de comércios, serviços e lugares de trabalho que permitem a sua reprodução social de classe.

Com a supervalorização da terra-localização, ocorre a tendência para diluição dos custos em ocupações de alta densidade, resultando na verticalização como forma construtiva (VILLAÇA. 2017) ou para o uso rentável das edificações comercialmente. Essa tendência impossibilita no bairro a continuação de usos residenciais unifamiliares: novas casas tornaram-se economicamente inviáveis e o incentivo econômico para a transformação de residências em comércios ou arranha-céus era implacável.

Como exemplo da voracidade pelos "pontos" comerciais na Aldeota, pode-se apontar o marco destrutivo na paisagem da demolição do célebre Castelo do Plácido. Em 1974, o palacete que havia contribuído para a construção da imagem do bairro como o subúrbio privilegiado das elites no imaginário geográfico de Fortaleza foi demolido com planos de erguer um hipermercado do Grupo Romcy, responsável por uma das primeiras lojas de departamento de múltiplos andares no Centro. O estabelecimento nunca foi construído ali. Mas um ano depois o Hipermercado Romcy Aldeota, com

[119] Rodrigues (2019) aponta novos serviços especializados em saúde como, por exemplo, o Centro de Fisioterapia de Fortaleza, primeira clínica comercial de fisioterapia, em 1973; assim como o primeiro hospital particular da cidade, a Gastroclínica, em 1977.
[120] Diógenes (2023) aponta o Centro Comercial Flávio Carneiro, construído na segunda metade da década de 1970 na esquina oposta ao shopping Center Um.
[121] Rodrigues (2019) aponta o Credimus Aldeota, onde funcionou o teatro Arena, e o BNB Clube, que conta com espaço cultural funcionando até hoje.

14.000m², foi inaugurado no cruzamento das avenidas Antônio Sales e Barão de Studart.

A verticalização atendeu tanto usos comerciais com a construção de torres empresariais, como residenciais, popularizando os edifícios de apartamentos entre as classes médias e altas, especialmente ao longo da década de 1980, após adequação da legislação urbanística para atender o mercado imobiliário.

O planejamento urbano da década de 1960, capitaneado pelo urbanista Hélio Modesto, expresso no Plano Diretor de Fortaleza de 1963 diagnosticava a Aldeota como área de baixa densidade, sem verticalização, com lotes de grandes dimensões. O plano já defendia a ideia de descentralização da cidade, advogando a criação de centros diversificados de bairro em locais com potencial para tal e a relocação dos edifícios administrativos na periferia do centro. Embora o plano de descentralização e adensamento da periferia do centro contemplasse a Aldeota, ele não previa sua verticalização, limitando-a, em casos especiais, a construções multifamiliares de baixa intensidade, com até 3 pavimentos. A verticalização da cidade deveria se concentrar na circunferência imediata do Centro (DIÓGENES, 2023).

Já a atualização do planejamento urbano na década de 1970, construída a partir das diretrizes do PLANDIRF, formalizadas no Plano Diretor Físico de Fortaleza de 1975, abriu alas para o mercado imobiliário atuar no zona leste, "do centro para o leste, em direção à Aldeota, Meireles e Mucuripe", que diagnosticava como "de alto nível econômico [e] eixo mais dinâmico de valorização e renovação da cidade", devido à "expansão das atividades litorâneas como recreação para os habitantes, o congestionamento do centro e a disponibilidade de residências, na Aldeota, em vias de grande fluxo, com dimensões suficientes para acomodar escritórios, repartições públicas e outros serviços" (ibid., p. 83). O planejamento urbano da década de 1970 também previa a criação de nova centralidade e o adensamento da ocupação da Aldeota como estratégia, mas diferentemente da concepção técnica até aquele momento, concebia a verticalização da área. Inicialmente zoneando o bairro em diferentes setores de adensamento e verticalização, o Plano Diretor Físico de 1975 logo foi alterado, e sua revisão em 1979 desencadeou um boom imobiliário vertical que se iniciou na década de 1980 e foi até a década de 1990, transformando completamente a ocupação inicial da Aldeota e a expansão imobiliária para o leste e sudeste da cidade. O novo plano

estimulou ainda mais a terciarização do bairro, definindo corredores para essas atividades ao longo de avenidas, e definiu todo o bairro da Aldeota como área residencial de alta densidade demográfica (250 hab/ha), permitindo o aumento da verticalização correlacionado ao aumento de recuos. A revisão do plano diretor de 1979 é um marco da consolidação da centralidade terciária da Aldeota a partir do estímulo que proporcionou para o mercado imobiliário com a intensificação da verticalização (DIÓGENES, 2023).

Como mostram as diretrizes do PLANDIRF, foram as qualidades do subúrbio ocupado pelas camadas de alta renda, que magnetizaram os equipamentos de lazer e prestígio, e sobretudo que defenderam a área contra a produção desordenada do espaço (o que não é o mesmo que a produção legal e regularizada do espaço), que outorgaram à zona leste o status de frente ideal para produzir a cidade de novo, melhor acomodada aos novos tempos, moderna novamente.

É difícil visualizar - uma vez que é difícil "seguir o dinheiro" do mercado imobiliário, como prega o popular bordão jornalístico - a forma como a longínqua ocupação inicial da região e a defesa contra a ocupação desordenada por parte das camadas de alta renda e proprietários de terra foram estratégias de especulação que frutificaram ganhos décadas mais tarde. Mas basta que nos recordemos que as glebas sobre as quais Fortaleza se desdobrou pertenceram a um número muito reduzido de famílias latifundiárias. Para esses proprietários, a cidade sempre esteve, literalmente, imersa em uma situação econômica de seu profundo interesse e atenção: a cidade existe, afinal, dentro dos seus patrimônios imobiliários e, portanto, todo movimento da cidade é do interesse desses agentes. Além disso, o número reduzido de glebas, proprietários e eixos de expansão da cidade tornam o jogo da especulação imobiliária um jogo historicamente rentável e relativamente fácil de prever e controlar, especialmente quando se detém influência política individual ou de classe sobre o poder público, o único agente com a legitimidade de transformar radicalmente as regras do jogo. E tudo aquilo que crescia e cresce radicalmente fora dos eixos de expansão previsíveis, também cresceu e cresce fora da lei, de forma selvagem e daninha, criando conflitos facilmente resolvidos clamando a intervenção pública de regularização dos direitos de propriedade perante usos não legais da terra.

Os grandes negócios imobiliários de incorporação se tornam negócios imobiliários progressivamente menores, conforme lotes e edificações se transformam em patrimônios de grupos imobiliários menores ou de famílias de classe média, que depois multiplicam capital em menor escala e em uma escala de tempo mais curta. D. Noemi Quixadá parcelou terras na Aldeota na década de 1920 e o loteamento Lydiápolis foi realizado em 1931. Mais tarde, proprietários de casas trocaram suas habitações por dois ou mais apartamentos ou valores maiores do que investiram. Para além da Aldeota, o parcelamento e loteamento de praticamente toda região do extremo leste foi parcelada e loteada nos anos 1950, antes da descentralização da cidade, pela família Diogo, que pretende colher os frutos da progressiva incorporação das suas terras à cidade, independentemente de legislações ou de ocupações irregulares que possam ter mudado o cenário urbano nos últimos 70 anos ou possam mudar no futuro.

A partir dos anos 1970, portanto, foi completamente transformada a paisagem e qualidade suburbana da Aldeota. Deixou de existir o bairro residencial unifamiliar, caracterizado pela aprazibilidade da experiência urbana em grandes casas, de baixo fluxo, e por relações de vizinhança e vigilância marcados pela sensação de familiaridade e homogeneidade social em que "todo mundo conhece todo mundo". Essa transformação, no entanto, expressa uma mudança mais significativa para o destino da cidade: a mudança de estilo de vida das classes altas e médias que se produzia conforme se consolidava a nova centralidade segregada das elites.

A consequência típica da transformação de uma área em centralidade ocorre na Aldeota: residentes abandonam suas habitações unifamiliares, estimulados tanto pela oportunidade econômica do aumento do valor de troca do seu imóvel-localização quanto pela desvalorização que a mudança dos usos do seu entorno produzem em termos de valor de uso do imóvel-localização. O resultado, por um lado, foi a fixação de residências de alta renda em novos subúrbios localizados em pontos ideais que equilibram amenidades e acessibilidade, expandindo a colonização de frentes imobiliárias por pioneiros de alta renda, como foi o caso do eixo sudeste da cidade, mas também do Cocó, do Papicu e do Bairro de Lourdes, mais ao leste. Por outro lado, o resultado mais radical foi a adaptação das elites a um novo estilo de vida, conformando-se às novas tipologias habitacionais e comerciais instaladas na nova

centralidade[122]. Inicia-se na Aldeota e seus bairros satélites da zona leste a popularização dos altos condomínios de apartamentos com elevadores, habitados por dezenas de famílias de renda média-alta, equipados com áreas comuns relacionadas ao aproveitamento da área de recuo necessária para a verticalização, que eram utilizadas como garagens coletivas em pilotis (e mais tarde subsolos) ou como áreas de convivência compartilhadas. Embora inicialmente tenham surgido edifícios de apartamentos não murados, assim como edifícios com usos comerciais no térreo, rapidamente os habitantes de maior renda em meio à nova centralidade urbana demandaram o cercamento de seus espaços coletivos. Assim, foram capazes de se isolar da centralidade em que habitavam sem sair da sua localização prestigiada.

A atuação do poder público e o mercado imobiliário concretizam a macrossegregação de Fortaleza. Conforme agem de acordo com o comportamento locacional das classes afluentes, produzem a região que circunscreve toda a experiência urbana cotidiana das classes médias-altas, isolando-as das áreas de concentração das classes mais pobres. Uma vez estabelecida como centralidade das elites, a zona nobre tende a se expandir de forma contínua e irreversível para o leste, sob ação da inércia e retroalimentação da localização dos equipamentos e residências em função um do outro.

As ações de regulamentação do poder público sustentam esse processo segregando a cidade sob o discurso da cidade com potencial econômico versus a cidade problema, sustentado na ideia de que otimizar o retorno dos investimentos públicos nas áreas mais ricas - onde há densidade de poder de consumo e interesse de reprodução de capital pelo mercado imobiliário - resulta no acúmulo de recursos para atender as áreas mais pobres, convenientemente ignorando que os problemas da cidade problema foram produzidos e se reproduzem em consequência da própria otimização diferencial do espaço governado.

As ações do mercado imobiliário sustentam esse processo segregando a cidade pela mesma lógica, pressionando o poder público sempre em busca do máximo

[122] Esse processo de adaptação de estilo de vida certamente ocorreu durante o processo de intensificação das atividades terciárias no centro tradicional a partir do final do século XIX também, muito embora não tenhamos, até onde os autores sabem, conhecimento produzido por estudos que avaliaram especificamente a transformação de estilos de vida e tipologias habitacionais no centro histórico no início do século. As mudanças de tipologias formais de habitação vernaculares, que não entram para a história como marcos arquitetônicos, como as casas de travessa, os pensionatos, o aluguel de quartos e de sótãos de sobrados, todas indicam processos de acomodação da demanda habitacional conforme a configuração de uma área se transforma.

potencial produtivo da construção do espaço na cidade com potencial econômica, desvirtuando planos e regulamentações construindo irregularmente ou recusando-se a investir, literalmente, nos planos de ordenação mais eficientes e equitativos de produção do espaço. SObretudo, os agentes do mercado imobiliário seguem o poder de consumo e alimentam freneticamente o espaço construído para as classes médias e altas onde há maior possibilidade de lucro, colocando a venda imóveis para habitação e/ou investimento para esses consumidores ao mesmo tempo em que fomentam com essa oferta e educam com a promoção esses consumidores a desejarem as localizações que desejam.

Desse modo, articulando percepções, necessidades e poder de consumo das elites, reprodução de capital imobiliário e atuação da administração pública, constroi-se na escala do espaço intraurbano a macrossegregação da cidade em setores de círculo. Resulta-se na segregação residencial como agregação espacial de indivíduos semelhantes como a primeira dimensão territorial de classe: o recorte espacial mais amplo dentro do qual os indivíduos de maior renda vivem cotidianamente - os limites da sua cidade - e onde se reproduzem enquanto habitantes dessa cidade que experienciam.

Dentro desse território residencial, que, como sabemos, não é estático e que se expande, o novo estilo de vida associado às novas tipologias habitacionais e de mobilidade que se consolidaram na década de 1970-80, constitui outra forma de relação com o espaço e com os outros na cidade, sendo portanto outra dimensão de produção territorial, uma vez que a vida não suburbana encontra cotidianamente a heterogeneidade, seja no fluxo de indivíduos, seja em ocupações de baixa renda que resistiram ao deslocamento. Devemos lembrar, com Villaça (2017), que as regiões gerais de concentração das camadas de alta renda no Brasil frequentemente não são regiões majoritariamente habitadas por famílias de alta renda, mas sim as regiões em que a maior parte das famílias de alta renda habitam. A verticalização residencial e a privatização de centros comerciais em shoppings e torres empresariais transformam radicalmente as práticas relacionadas ao habitar, circular, consumir, ao lazer e ao trabalhar na cidade entre as elites. Começa a partir de então a se configurar um agravamento da segregação socioespacial. Para além da segregação residencial que já se acirrava historicamente, estrutura-se uma vida cotidiana entre os mais ricos que passa a ser cada vez mais marcada pelo enclausuramento e pelo encasulamento, pela filiação

seletiva à vizinhança e à cidade, erodindo a natureza democrática do espaço público e, sobretudo, apartando gravemente as experiências urbanas de classes em torno de espaços e práticas comuns. Décadas depois, consolidado o estilo de vida de classe média urbana em Fortaleza, fala-se popularmente em crianças "criadas em condomínio" ou "criadas na rua", atestando não só para os marcadores sociais da habitação como parte do estilo de vida, mas sobretudo para a forma como a relação com a cidade - o condomínio ou a rua - conforma um habitus de classe. Diógenes (2023, p. 97) reproduz outra notícia de jornal em seu estudo que nos ajuda a ilustrar a intensidade da cisão da experiência da cidade, produzindo estranhezas irreconciliáveis em espaços de encontro. A autora ilustra como o Centro passou "a ser visto com preconceito pelas elites" em função da sua depreciação desde a centralização terciária na Aldeota nos anos 1970, a partir de narrativa do jornalista Ruy Jardim:

> Hoje em dia, passear pelo Centro *é um exercício de choque*. De início, convém estar alerta, pois *aquelas ruas são terra de ninguém*. O policiamento é virtualmente inexistente. E, aliada à precariedade dos equipamentos públicos, se soma a sordidez dos prédios e praças. […] as calçadas são estreitas e apinhadas. A entropia ótica e sonora das ruas não conhece limites. A poluição visual empana tudo. Corre-se o risco de cair, de esbarrar nos outros, de ser assaltado, *e certamente, as pessoas vão lhe achar um tipo exótico* (Jornal O Povo, 02/10/2004 apud DIÓGENES, 2023, p. 97, grifos nossos).

O depoimento do jornalista ilustra com perfeição como a segregação residencial conquistada pelas elites se constitui na produção de territórios que fomentam o distanciamento da experiência. O Centro adquiriu caráter de *bazar* conforme se tornou centro comercial dedicado aos mais pobres. Foi abandonado em termos de investimento do poder público e privado no sentido de garantir esteticamente a expressão em sua paisagem de uma centralidade simbólica de *centro da cidade*. Tornou-se lugar que expressa a ordem da feira, da "bagunça", do "tumulto", o contrário do desejo de ordem da urbanização moderna da elite brasileira, que carrega no seu seio, desde a independência, a ideia de que é possível ordenar esteticamente a cidade e, através disso, a vida social dentro dela. Ideia que resultou apenas em fascismo na Europa, que se provou falaciosa com a experiência de Brasília, que hoje abriga a maior favela do país, mas ideia que continua existindo como parte do ethos da elite urbana, que insiste em

criar paz e aprazibilidade através da lei e da ordem, mas não da equiparação social de direitos e oportunidades, tampouco de reparações históricas. Inaceitável a ideia de alcançar a sonhada modernização pelo conteúdo e não pela forma (MOSER, 2016), reconstruindo as relações sociais e não apenas a cidade, as elites se segregam desfiliando-se da unidade da cidade e se encerram em circuitos fechados, fora dos quais, como ilustra o depoimento de Ruy Jardim, sentem-se alienígenas, ameaçados e sensualmente agredidos.

5.3.8. A higienização da Aldeota: o papel do estado na defesa do espaço intra-urbano segregada

Como observa Villaça (2017), independentemente do poder de escolha locacional das classes dominantes e da sua capacidade de comandar a alocação de recursos do Estado e do mercado imobiliário na em seu benefício, a segregação não é capaz de impedir o crescimento de outras classes no mesmo espaço. Este é um fator relevante para a configuração complexa da estrutura socioespacial das cidades brasileiras, marcadas pela macrossegregação residencial em que se constata uma grande distância social entre áreas fisicamente próximas, ou seja, de maior exposição à diversidade. Tal configuração, entretanto, é marcada não só pelo choque da constatação da profundidade da distância social - que o mal estar elitista de Ruy Jardim expressa bem - mas também pela reprodução na cidade de uma pobreza não contida inteiramente nas periferias, fomentando entre as elites estratégias de segregação menos dependentes das distâncias físicas residenciais e mais dependentes de outras formas de controle do espaço, do encontro e da interação, ou seja, de territorialização. O choque da exposição em uma cidade hiperurbanizada, entretanto, se torna inevitavelmente parte da experiência urbana das elites a partir da aceleração da ocupação da zona leste por “nobres” e pobres.

Sínteses históricas do desenvolvimento urbano de Fortaleza apontam a década de 1930 como o marco temporal em que se consolida na estrutura intra-urbana a segregação da cidade entre leste e oeste. Tal como ilustra Linhares (1992, p. 201):

> A partir dos anos 30, o funcional e o social passam a se distinguir em Fortaleza, fortemente e de maneira precoce. Sem dúvida, a cidade se organiza em torno de dois pólos: ao leste, a cidade da nova elite e, ao oeste, a cidade industrial e trabalhadora. Com o castelo do Plácido, obra pioneira de residência de alto luxo da cidade, construída na Aldeota (de estilo duvidoso, como a maioria das construções da nova burguesia urbana), a alta burguesia passaria a construir em direção ao leste. Bem longe do centro, das fábricas e dos pobres, criando um novo espaço de diferenciação social, tentando marcar o seu prestigio e aprendendo tropegamente uma certa arte de viver.

Com efeito, como observa Oliveira (2009), o imaginário da cidade em termos da oposição simbólica que expressava as distância sociais e físicas entre calçamento e areia, concebendo a cidade como lugar civilizacionalmente privilegiado e o campo incivilizado, já não se sustenta e se transforma. Conforme a cidade capitalista se revela como mecanismo de produção de desigualdades, a dissimulação da concentração de riqueza e pobreza como processos gêmeos, lados de uma mesma moeda, resulta na concepção da cidade dividida em duas partes : cidade rica ao leste, a cidade central, e cidade pobre ao oeste do Centro, a periferia. No entanto, o crescimento desordenado da pobreza urbana se mostrou capaz de progressivamente adentrar a zona leste, antes isolada e defensável, plantando as sementes do que viriam a ser os bairros periféricos na região do Grande Mucuripe. Vimos que foi na mesma década de 1930 que se formaram as mais antigas favelas da cidade (MACIEL, 2015). Essas ocupações não eram mais as "areias", roçados e "casas de palha", mas assentamentos produzidos pelo desenvolvimento urbano típico brasileiro e latino-americano, carregados de sentido específico, atualizando estigmas de classe, e que já mobilizavam o imaginário urbano das classes dominantes não só como o rural-pobre-atrasado, mas como lugares-problema urbanos com a mesma potência simbólica das centralidades: o reverso da cidade, nos termos de Jucá (2000), ou, nos termos de Oliveira (2009), a anticidade.

É útil, portanto, regredir no tempo, até o período crucial de reestruturação intra-urbana dos anos 1970, a ressalva de Araújo e Carleial (2003) sobre o mito da cidade dual na Fortaleza contemporânea. O que não significa afirmar, vale ressaltar, a inexistência de uma divisão expressiva entre ricos e pobres em regiões gerais a leste e sudoeste.

No seu diagnóstico para o plano diretor de 1963, Hélio Modesto, produziu um levantamento das favelas da cidade com estimativas populacionais (Tabela 4). O

resultado de décadas de êxodo rural, des-territorialiações geradas pela urbanização dos perímetros rurais ou por apropriações de áreas marginalizadas do município era um contingente de cerca de 59.300 pessoas, 11,5% da população de Fortaleza, habitando em cerca de 19 grandes favelas. Destas favelas, apenas 3 se mantinham em terrenos particulares; as outras se localizavam em terrenos públicos (2 em terrenos federais e 6 terrenos da prefeitura). E cerca de 11.400 dessas pessoas, 19,2% dessa população, cerca de 2% dos fortalezenses, se localizavam na zona leste[123]. Depois da enorme favela do Pirambu, na zona oeste, que abrigava cerca 40.000 pessoas, as três maiores favelas seguintes estavam situadas ao leste: o Mucuripe (3.250 hab.), o Campo do América (3.100 hab.) e a favela da Estrada de Ferro (2.250 hab.). Um década mais tarde, estudo realizado pela SUDEC em 1970 (Tabela 5), já registrava 73 favelas ("vilas marginais"), que abrigavam 37.078 domicílios e uma população de aproximadamente 223.944 pessoas, 25% da população total do município, que aumentara em 66,6% em uma década, ultrapassando a marca de 800 mil habitantes. E 20% desta população em ocupações precárias, 46.544 pessoas, algo em torno de 6% dos fortalezenses, estava localizada na zona leste. E levando em consideração que boa parte desses habitantes localizados em zona litorânea (32%) estavam também ao leste, esse número chega a aproximadamente um terço da população favelada da cidade na região geral em que também se concentravam as camadas de maior renda.

O mapeamento das favelas identificadas pelo SUDEC em 1970 (Figura 44) mostra que os assentamentos precários se espalhavam por toda a cidade, mas eram particularmente extensos na orla oeste, na favela do Pirambu, e na orla leste, nas favelas do Mucuripe e na então favela da Av. Estados Unidos (atual Virgílio Távora), via que marcava o final da Aldeota.

[123] Eram favelas dispostas na Tabela 4 sabidamente localizadas na zona leste: Mucuripe (1933), Volta da Jurema, Campo do América (19??), Estrada de Ferro (1954), Varjota (1945), Meireles (1950). As favelas Iracema (19??), Praça da Graviola (1940) e Poço da Draga (19??) foram consideradas como localizadas no centro. Sabidamente eram localizadas na zona oeste as favelas Pirambu (1932), Arraial Moura Brasil (1888), Jacarecanga (19??), Cercado do Zé Padre (1930), Morro do Ouro (1940). Lagamar (1953) foi considerado como localizado na zona sul. Desconhecemos e não encontramos fontes que possam precisar a localização das favelas Papoquinho (1950, possivelmente atual Favela do Papoco, no bairro Pici, zona oeste) e Usina (19??, provavelmente nas proximidades da Usina Gurgel, posteriormente Usina Ceará, na zona oeste, atual cruzamento das avenidas Bezerra de Menezes e Silva Jatahy, outra hipótese seria nas proximidades do depósito da Usina Cidao, no litoral do Centro, atual Av. Pessoa Anta).

Tabela 4 - Estimativa da população das principais favelas de Fortaleza em 1961

Localização	Nº de habitantes
I – Faixa da Beira-Mar	*5.350*
Mucuripe	1.000
Volta da Jurema	450
Iracema	100
Poço da Draga	450
Usina	700
Arraial Moura Brasil	1.500
Jacarecanga	400
Pirambu	750
II – Outras áreas	*53.950*
Pirambu	40.000
Campo do América	3.100
Estrada de Ferro	2.250
Cercado do Zé Padre	1.000
Mucuripe	1.800
Varjota	1.700
Meireles	1.100
Lagamar	800
Morro do Ouro	600
Praça da Graviola	500
Papequinho	250
Total	***59.300***

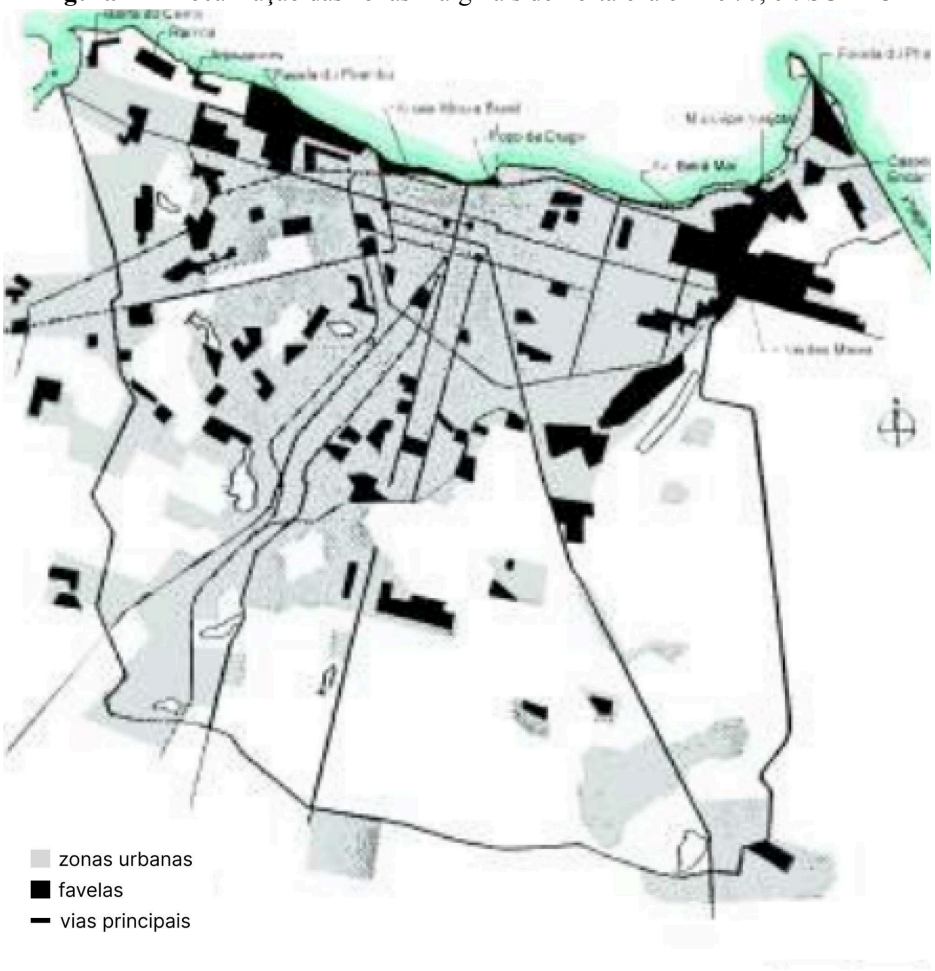
Fonte: Governo do Estado do Ceará: *As migrações para Fortaleza* (1967) apud RIBEIRO (2015)

Tabela 5 - Estimativa da população das principais vila marginais de Fortaleza em 1970

Z O N A	Nº. DE VILAS	Nº. DE DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO *
Litoral ...	6	12.139	73.314
Leste	10	7.706	46.544
Oeste	20	6.605	39.894
Sul	25	8.913	53.834
Centro	12	1.715	10.358
TO T A L	73	37.078	223.944

Fonte: SUDEC/SUDENE - Programação Habitacional para o Estado do Ceará apud Dantas et al (2009)

Figura 44 - Localização das zonas marginais de Fortaleza em 1970, cf. SUDEC



Fonte: SUDEC/SUDENE - Programação Habitacional para o Estado do Ceará apud Dantas et al (2009)

Enquanto a favela do Pirambu se formou em função da zona industrial oeste e de políticas de higienização social do centro, assentando na área os camponeses retirantes de 1932, as favelas do Mucuripe e Av. Estados Unidos se formaram a partir de deslocamentos de comunidades de pescadores e das construções associadas ao novo porto, mas também como resultado da hiperurbanização. Com a crise habitacional gerada por preços elevados e rendas baixas, camadas impossibilitadas de acessar o mercado imobiliário formal, diante da opção de ocupar irregularmente áreas periféricas ou áreas próximas da centralidade urbana, escolhiam estrategicamente as áreas centrais pela a possibilidade de sobrevivência econômica, onde podiam oferecer mão-de-obra barata para as classes dominantes e médias com renda disponível. De fato, essa relação era evidente com dados municipais que mostravam que, na favela da Av. Estados

Unidos, entre a população empregada, “43% dos moradores eram pescadores, comerciantes e pedreiros, com locais de trabalho na orla marítima”, enquanto outra parte da população, “notadamente domésticas, pedreiros e serventes, trabalhavam habitualmente na Aldeota” (DANTAS et al, 2009, p. 54).

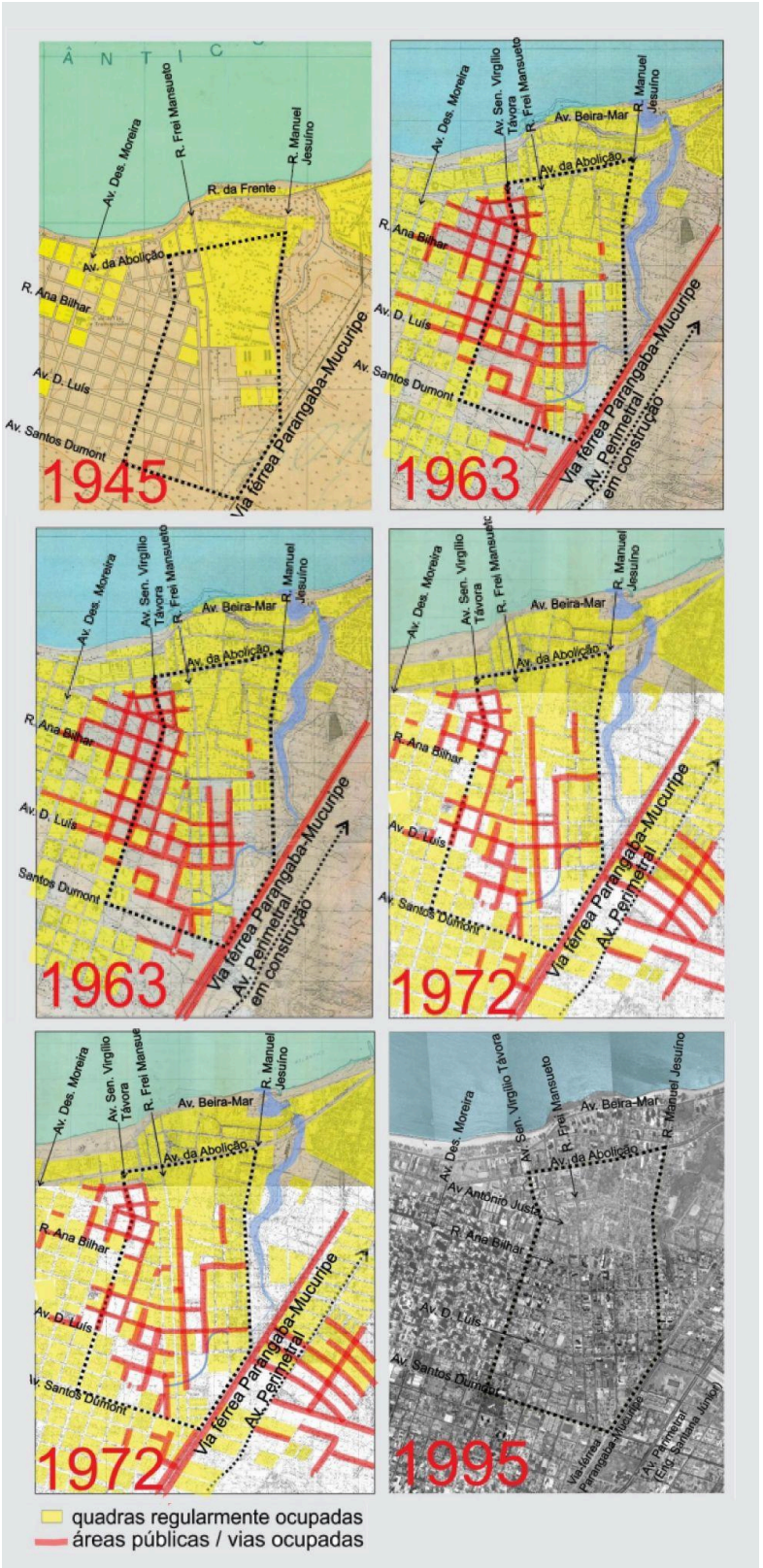
As políticas de financiamento habitacional mal desenhadas do BNH, localmente implementadas por meio da COHAB e da Fundação de Serviço Social de Fortaleza, excluíram a maior parte da população de menor renda presa na informalidade e beneficiaram classes médias e, consequentemente, a manutenção de altos preços pelo mercado imobiliário, estimulando o boom imobiliário na zona leste para as classes médias e desestimulando construções acessíveis para os mais pobres, que além de não inseridos na economia formal frequentemente também encontravam dificuldades em manter parcelas de pagamento de imóveis em dia. Conforme Dantas et al (20009), o déficit habitacional associado à necessidade de expansão viária e intervenções urbanas deu início à política de erradicação de favelas em Fortaleza em 1972. Iniciaram-se as políticas de remoções de favelas em áreas centrais para conjuntos habitacionais na periferia da cidade, em localizações de baixo valor, que marginalizaram essas populações por não garantir a sua integração econômica à cidade, enquanto, ao mesmo tempo, valorizaram terras de grandes proprietários conforme a necessidade de implantar infraestruturas urbanas mínimas (sistema viário, rede elétrica e de água) para tais conjuntos aumentava o valor locacional de suas propriedades, antes deprimidos pela posição periférica. Por exemplo, a maior parte das famílias removidas de favelas da zona leste foi reassentada no então distante Conjunto Alvorada, localizado no atual eixo sudeste de expansão da zona nobre. Já milhares de famílias em favelas da zona oeste, removidas para a construção da Av. Leste-Oeste, conectando as indústrias da zona oeste ao porto, foram levadas para o Conjunto Marechal Rondon, localizado a 14 km do Centro, nos limites periféricos de Caucaia (DANTAS et al, 2009).

A comparação de mapas produzidos por Mendes (2018) de ocupações irregulares em vias em torno da Av. Estados Unidos, via Férrea e início do bairro Papicu ao longo do tempo (Figura 45) nos ilustra bem a concomitância da atuação tríplice da classe dominante enquanto consumidora, dos promotores imobiliários enquanto produtores, e do Estado enquanto agente regulador que garante as condições para que a reprodução de capital se concretize, seja determinando regras de produção e

consumo do espaço, investindo recursos coletivos nas transformações materiais necessárias ou colocando em prática o seu monopólio da gestão e da violência. Os mapas mostram ocupações irregulares precárias em vias entre 1945 e 1995, identificadas pela autora a partir de levantamentos aerofotogramétricos. E ilustram como a transformação da zona leste de um subúrbio residencial, em 1945, para um novo CBD de Fortaleza, em 1995, ocorreu removendo os mais pobres do caminho enquanto a ocupação regularizada formal do espaço valorizado avançava naquela direção.

A formação da centralidade terciária e a verticalização da Aldeota ocorreu conforme a atuação do poder público garantiu o sucesso de tal configuração diante das tentativas de subversão da segregação residencial que, até então, se desenvolvia de forma eficiente, apesar do inchaço acelerado em Fortaleza, garantindo a coextensão de distâncias sociais e físicas. Distâncias que só se embaralhavam no centro principal, prestes a ser abandonado pela classe dominante. No momento crucial de reestruturação intraurbana caracterizado pela formação de um novo centro de classe (VILLAÇA, 2017, DIÓGENES, 2023), o Estado impediu a expansão e a consolidação de ocupações de baixa renda na região - fator que impediria o mercado imobiliário de incorporar a terra ocupada - e assim impediu que áreas de pobreza, que poderiam ser regularizadas, urbanizadas e fixadas ali subvertessem com a diversidade social o acesso privilegiado da classe dominante aos lucros do espaço e o valor locacional que tal acesso comanda - o que impediria a classe dominante de consumir a terra incorporada. O fato de que Mendes (2018) registra em sua análise que essas ocupações pareciam ocupar majoritariamente a margem de vias públicas, e não as quadras loteadas em si, ilustra a vigilância que os proprietários mantinham sobre a ocupação irregular de suas terras. O fato de que já na década 1960, como ilustra o levantamento feito por Hélio Modesto, as ocupações irregulares aconteciam majoritariamente em terrenos públicos ilustra o fato de que, na zona leste, não existiam áreas sem valor locacional, sem planos e sem documentos, não circunscritas pela concepção formal do espaço urbano por meio do direito de propriedade, cerne do mercado imobiliário como mediação de acesso à terra e à localização

Figura 45 - Evolução da ocupação regular e irregular de quadras e áreas públicas na extremo leste do bairro Aldeota e bairro Varjota



Fonte: organizado a partir de Mendes (2018)

O choque do contato entre as camadas de alta renda (os habitantes da "cidade leste") com a realidade urbana que emergia nos anos de explosão da hiperurbanização brasileira também é perceptível no pânico moral que as chagas das favelas (BARROS, 2019) surgidas na centralidade das elites causavam em uma cidade que, até então, era relativamente bem-sucedida na manutenção do mito da cidade dual. Esse encontro produziu um exercício de estigmatização territorial (WACQUANT, 2006) especialmente intenso para rebaixar os cidadãos que pertenciam à longínqua "cidade oeste", mas que agora insistiam em embaralhar a ordem urbana. O próprio relatório técnico publicado pelo Governo do Estado, As migrações para Fortaleza (1967, p. 52 apud BARROS, 2019, p. 9), produzido a partir da investigação das favelas ordenada por Hélio Modesto, enunciava como, diferentemente dos "morros cariocas", "[...] as favelas de Fortaleza são conquistadas em bairros e áreas de classe média e alta, [onde] ao lado de favelas das mais baixas condições, situam-se residências do mais alto valor, em chocante contraste [...]", impedindo essa chegada desordenada de camponeses pobres "[...] a expansão harmônica da Capital cearense, agravando as suas carências e dificultando e retardando seus planos de reforma e recuperação urbana [...]" (ibid., p. 2), situação distinta das famílias de classe média e alta, cuja chegada "não traz prejuízos à comunidade da capital [...]" (ibid., p. 3). Já relatório da década de 1970, Experiência vitoriosa de desfavelamento: Conjunto Alvorada e Marechal Rondon (1974? apud BARROS, 2017, p. 6), enunciava que a favela:

> Pode ser considerado um microcosmo, que contém em seu bojo todas as formas conhecidas de marginalização. Nela se abrigam o desempregado e o que vive de biscates, o mendigo e a prostituta. Não raro é também valhacouto de marginais periculosos. O aspecto das habitações e as condições promíscuas de sua utilização refletem não apenas pobreza, mas também uma aflitiva resignação a esse pauperismo, o que conduz à deterioração de valores, ao afrouxamento dos costumes e à desorganização familiar

O discurso tecnocrático de rebaixamento moral dos habitantes para legitimar a erradicação de favelas recebia coro midiático menos comedido no exercício da estigmatização. Barros (2019, p. 7) reproduz textos jornalísticos da década de 1970 que ilustram o choque que a Avenida Leste-Oeste, recém construída, ligando o Mucuripe à

Barra do Ceará pelo litoral da cidade, causava aos habitantes da cidade leste que trafegavam por ela:

> O que antes estava encoberto, porque não havia ligação entre o setor leste e o setor oeste da cidade, passou a ser desvendado e mostrado a toda população "curiosa" da urbe, que ouvia falar de tudo aquilo, mas sem atinar, precisamente, para o que fosse ou representasse. A grande e iluminada avenida "modernizava" a miséria. Esta não deixou de existir, mas dentro de um contexto novo e avançado, isto é, entre lâmpadas a vapor de mercúrio. E o contraste sobressai à vista, à medida em que vamos avançando: as favelas se dependuram dos morros [...] (CORREIO DO CEARÁ, 19/02/1979)

> Quantos tiveram oportunidade de acompanhar os trabalhos preliminares da Avenida Leste-Oeste, com a demolição dos barracos situados na orla marítima, entre Barão do Rio Branco e Senador Pompeu, mostraram-se simplesmente chocados com a miséria que encontravam dentro daqueles casebres. Foi, como se as picaretas da Prefeitura esvurmassem um grande tumor. O que apareceu aos olhos de todos não foi uma sociedade de marginais perigosos, como se supunha, mas uma estranha coleção de seres humanos carcomidos pelas doenças mais diversas, um autêntico "pátio de milagres", com aleijados, cegos, chagados e retardados. Gente com o corpo e a mente consumidos pela miséria mais brutal [...] Há vários outros recantos como esse – as favelas – que estão a exigir a atenção das autoridades para que se promova sua erradicação e relocação dos moradores, através de um amplo programa de desfavelamento. (O POVO, 17/01/1973, p. 1)

O aspecto mais cruel e trágico da segregação socioespacial - cuja arbitrariedade enquanto efeito de exercício de poder de um grupo sobre outro se revela enquanto tal justamente quando tal exercício se torna explícito - é que a pesquisa de Hélio Modesto com os "favelados" na década de 1960 registrou que 82,7% deles eram imigrantes, dos quais 95,5% eram nordestinos, 88,2% chegados na capital entre 1930 e 1960, tendo 44,8% deles chegado há apenas 10 anos, i.e., na década de 1950, sendo a principal razão por terem deixado o lugar de moradia não exatamente as secas. A necessidade de migrar em fuga das secas era apenas a quarta razão (10,7%) mais indicada. As primeiras eram a "melhoria de situação" (14,2%), "acompanhar os pais" (13,2%) e "acompanhar uma família" (12,0%) - esta última ilustrando os casos em que havia se deixado a família biológica para se incorporar a outra, como frequentemente era o caso de muitas empregadas domésticas que trabalhavam em troca de abrigo em "quartinhos de empregada", alongando as heranças coloniais no cotidiano da cidade e revelando a complexidade cultural da segregação urbana brasileira. As intenções e planos em Fortaleza dos "favelados" também foram sondados: 24,5% queriam um emprego,

18,6%, uma casa, e 11% dos entrevistados queriam “melhorar de vida”. A hipóstase da seca como deusa impiedosa que periodicamente castigava o Ceará e arruinava os planos da cidade sempre foi uma forma de violência simbólica. Uma forma eficiente de velar a problematização da opção pelo latifúndio consolidada com a Lei de Terras em 1850, desviando a atenção de um arranjo socioeconômico tão nitidamente ineficiente (para os parâmetros democráticos contemporâneos) que por séculos periodicamente desestruturava-se e sucumbia a sociedade em calamidade pública pelos mesmos eventos climáticos cíclicos, matando reiteradamente centenas de milhares, por causas sociais e não ambientais.

A seca também sempre foi uma forma de assujeitar os camponeses que buscavam a cidade, transformando-os em fauna mal-quista em busca de nutrição do Estado quando cessavam as chuvas, em praga, diminuindo suas odisseias pessoais em seus contexto históricos de oportunidades e de transformação social, removendo-lhes a agência e o desejo legítimo de serem inseridos no capitalismo e de partilhar das suas promessas, dos benefícios da cidade, da sociedade de consumo, da democracia. Desejo que é combustível da reivindicação das condições de possibilidade para tanto. E que, se são abertamente ou reiteradamente negados como falsas promessas, produzem a frustração como força política que pode se tornar combustível revolucionário - ou, no mínimo, revoltoso (e não necessariamente emancipador ou democrático, como mostrou a experiência histórica dos regimes fascistas e os movimentos neofascistas contemporâneos). O poder simbólico e a segregação socioespacial servem um ao outro, são estratégias de manutenção da topologia do mesmo espaço social, formas diferentes, mas coesas, de gerenciar os resíduos da urbanização incompleta da sociedade brasileira, pois, nas nossas cidades, a história mostra que a modernidade nunca foi para todos.

5.3.9. A “Aldeota” além dos trilhos e do rio Cocó: expansão e consolidação do setor de círculo leste-sudeste

No começo, tudo é areia. Não interessa se há pessoas e casebres ali, de alguma forma sobrevivendo fora da cidade e do urbano, pois estão “no meio do nada”. Depois, vias e equipamentos surgem em uníssono: dão direção e nome, sentido, para a localização em relação ao espaço urbano e fazem existir algo no meio do nada:

produzem um “ponto”, uma referência no sistema de localizações que antes não parecia ter valor algum. “Ponto” em que, eventualmente, os mais velhos, impressionados com a velocidade do mundo ao seu redor, irão indicar que “antes era tudo mato”.

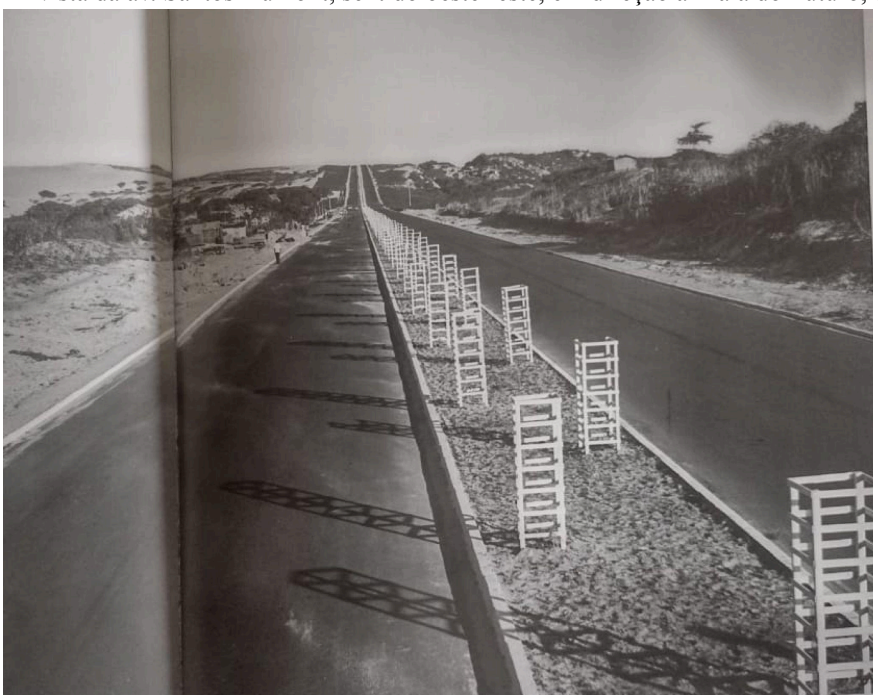
Em seguida, fugindo de algo e em busca de algo, fixam residência famílias pioneiras, que calculam que, diante de suas condições e necessidades de mobilidade em relação às centralidades urbanas, o custo geral de viver em um novo “ponto” “no meio do nada” ou “no meio do mato”, será compensado por benefícios imediatos (e.g., qualidade de vida) e/ou posteriores (e.g., retorno econômico). Os custos e benefícios desse cálculo locacional hedônico sempre serão expressões valorativas particulares e contextualizadas no espaço social e físico da cidade. Novos habitantes com condições materiais e esquemas de percepção e julgamento do mundo semelhantes seguem, trazendo consigo suas demandas semelhantes e seus recursos para supri-las. Comércios, serviços e intervenções públicas urbanísticas seguem tais recursos. Com novos habitantes, usos e investimentos públicos, transformam-se continuamente os “pontos” da cidade, os seus valores em um sistema relacional (mutuamente definido) de localizações. Transformam-se o contexto do espaço social e físico da cidade, as referências de agência na cidade e, portanto, a ação dos agentes na cidade. E o processo se repete em outros pontos. Assim parecem se expandir as zonas nobres das nossas cidades.

Durante a primeira metade do século XX, vimos a margem leste do Riacho Pajeú, uma extensa área livre periurbana passar por essa transformação até se consolidar como o atual CBD de Fortaleza na década de 1970, tornando-se uma nova centralidade na estrutura intra-urbana de Fortaleza. Um “ponto” em torno do qual outros se articulam e ganham valor conforme são atendidos por sua oferta de comércios, serviços, administração pública e postos de trabalho, recursos para reprodução social. Já na década de 1950, quando esse novo centro já havia se consolidado como símbolo e como a área residencial de maior concentração de renda da cidade, o processo de abertura de novas frentes de expansão da ocupação em áreas de qualidade suburbana se iniciou novamente, mas a partir do novo contexto histórico de valoração e leitura das localizações urbanas e de práticas socioespaciais no seu interior.

Figura 46 - vista da Avenida do Colégio (av. Santos Dumont), sentido oeste-leste, ca. 1900

Fonte: Rodrigues (2019)

Figura 47- vista da av. Santos Dumont, sentido oeste-leste, em direção à Praia do Futuro, ca. 1976



Fonte: Rodrigues (2019)

Com a implantação do porto na enseada do Mucuripe na década de 1940, foi instalado um ramal ferroviário conectando a estação da Parangaba, na então periferia sul da cidade, até o equipamento no litoral leste. O traçado da ferrovia, que eventualmente foi acompanhado pela Av. Alm. Henrique Saboia (popularmente chamada de Via Expressa), cortando a cidade no sentido nordeste, se transformou em um novo limite leste da cidade. Desde a superação do Pajeú, o perímetro urbano leste da cidade era empurrado conforme a extensão da Av. Santos Dumont e novos equipamentos procediam com a marcha residencial das classes dominantes nessa direção. A transposição desse novo limite pelo tecido urbano se iniciou oficialmente conforme a família Diogo parcelou o solo, em 1954, do que até então era o Sítio Cocó, uma vasta gleba entre o Rio Cocó e as dunas do Grande Mucuripe, onde era explorada esparsamente a extração de sal em salinas e a produção de tijolos nas margens do rio, a pecuária extensiva de gado e alguns roçados de famílias camponesas. A extensão do Sítio Cocó correspondia a praticamente toda a área disponível para a expansão em torno da Av. Santos Dumont, circunscrita pelos limites da ferrovia Parangaba-Mucuripe (oeste), do litoral (ao norte e ao leste[124]) e do Rio Cocó (ao sul).

Antes do extenso parcelamento do Sítio Cocó, no entanto, a Construtora Waldir Diogo já havia iniciado um projeto de loteamento, no extremo leste dessas terras, que denominaram de Praia do Futuro, apropriando-se do frisson do título de uma reportagem de sucesso publicada em 1949, escrita pelo célebre fotojornalista e piloto cearense Luciano Carneiro[125]. Estampada com uma das belas e raras imagens aéreas de Carneiro, a reportagem tratava do crescimento rápido da cidade, e mostrava um trecho

[124] É importante esclarecer ao leitor não familiarizado com a geografia de Fortaleza, que o seu litoral leste possui uma inflexão, percorrendo na enseada do Mucuripe uma inclinação nordeste e depois retornando na direção sudeste. Esse perfil do litoral cria a Ponta do Mucuripe, impondo uma curva na costa. Por isso a Av. Santos Dumont, que corre paralela ao litoral, em linha reta a partir do Centro, termina no litoral da Praia do Futuro, que "desce" inclinado para o sudeste. E por isso o acesso mais importante à continuação do litoral leste da cidade, depois da foz do Rio Cocó, na região da Sabiaguaba, e do litoral metropolitano, do município de Aquiraz, é feito por uma rodovia regional, que orienta o eixo sudeste de expansão da zona nobre, competindo com a expansão em torno da Santos Dumont.

[125] Luciano Carneiro foi um fotojornalista cearense que ganhou projeção nacional, trabalhando para a revista nacional *Cruzeiro*. Está entre os primeiros que realizaram coberturas de conflitos internacionais, como a Guerra da Coreia e a Revolução Cubana. Destacava-se por também ser piloto de avião e realizar belíssimas e raras imagens aéreas. Morreu em um acidente de avião, que não pilotava, e eventualmente foi homenageado dando nome à avenida que levava até o primeiro aeroporto de Fortaleza. Mais informações sobre o jornalista podem ser encontradas em seu perfil realizado por Wanderley (2019).

do litoral, que ele e outros pilotos de avião consideravam o mais belo, "fora da cidade", mas que se aproximava dela a cada dia (Figura 48).

Figura 48 - Fotocópia de trecho da célebre matéria de Luciano Carneiro publicada no Correio do Ceará, 5 de março de 1949

TEMOS A HONRA DE APRESENTAR AO RESPEITAVEL PUBLICO DE FORTALEZA

A PRAIA DO FUTURO

Ainda não tem nome; os aviadores, que a amam, chamam-na de «praia por trás do farol de Mucuripe»

200 QUADRAS VÃO SER POSTAS A VENDA

No entanto, muito em breve a cidade iniciará uma corrida para o leste

Um calçamento ligará a zona do porto à ampla faixa litorânea tão bela e convidativa como a Mejorlândia e a praia de Paranaguá. — Fortaleza terá que estender-se para lá como uma imposição inevitável do seu desenvolvimento urbano.

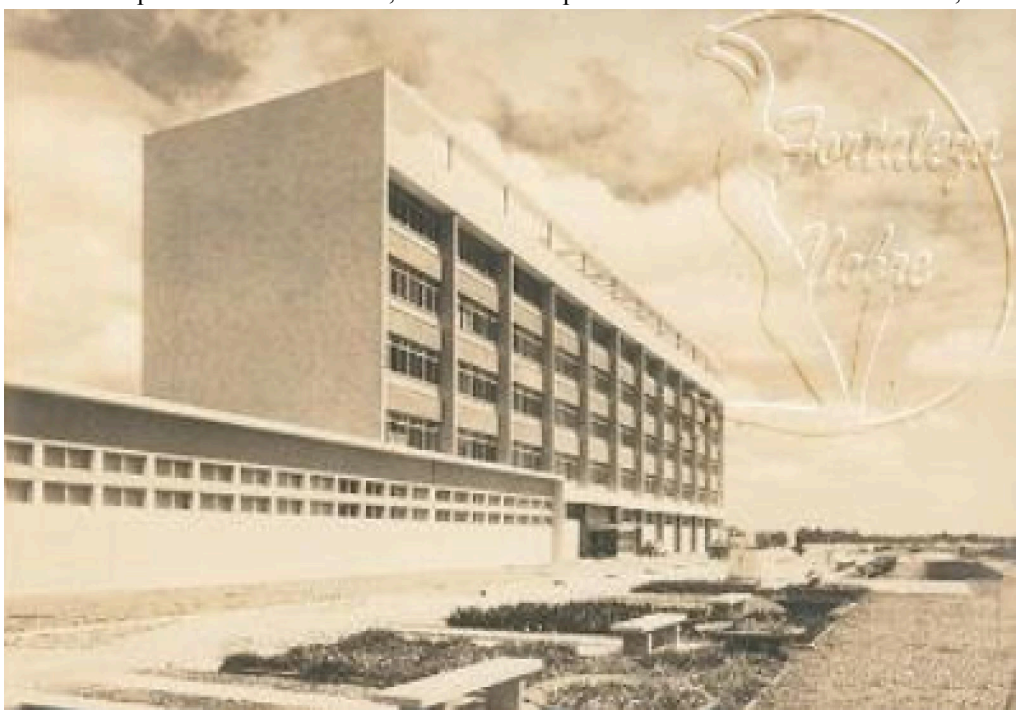
Fonte: Instituto Moreira Salles

Não é coincidência que se consolidaram já na década de 1930 importantes atores do mercado imobiliário e da cadeia da construção civil, incluindo empresas imobiliárias de grandes famílias comerciantes e latifundiárias (Boris, Gentil, Diogo)[126]. Atores que subvertem a centralidade do poder público na ordenação do espaço urbano de Fortaleza e produzem loteamentos fora do perímetro planejado por Adolfo Herbster, criando uma malha urbana anárquica e fragmentária nas periferias da cidade. No processo de levantamento geográfico para a produção da planta da cidade na década de 1930, constatou-se que grandes glebas já haviam sido parceladas, mas permaneciam desabitadas (como é o caso do loteamento Noemi Quixadá na zona leste). As tentativas

[126] Conforme Andrade (2017, p. 497): "Na década de 1930, observa-se a presença de novos atores sociais (pessoa física ou jurídica) na construção do espaço urbano: Edificadora do Norte Ltda.; Hinko & Fabrício; Jacinto Matos; João Oscar (construtor); José Francisco (empreiteiro); José Nogueira (1928) (empreiteiro); L. Gonzaga F. da Silva; Lourenço Justiano Sousa (1921) (construtor); Vicente A. Ferreira & Filho. A partir de 1933, surge outra novidade: as imobiliárias (José Gentil Alves de Carvalho, Antônio Diogo, Boris Frères), multiplicando-se na década de 1940, o que demonstra uma nova tendência então em curso."

de centralização em torno de um plano diretor foram reiteradamente frustradas[127], restando a prefeitura apenas a capacidade de zoneamento da cidade através dos códigos de posturas que orientavam volumetrias e a localização geral de atividades, tentando garantir a morfologia urbana monocêntrica radial: atividades comerciais no centro, residenciais nos bairros circundantes e industriais e rurais nas periferias (ANDRADE, 2017). Esses agentes do mercado imobiliário, entretanto, produzirão cidades muito diferentes na zona leste dedicada às elites e nas periferias ao sul-oeste.

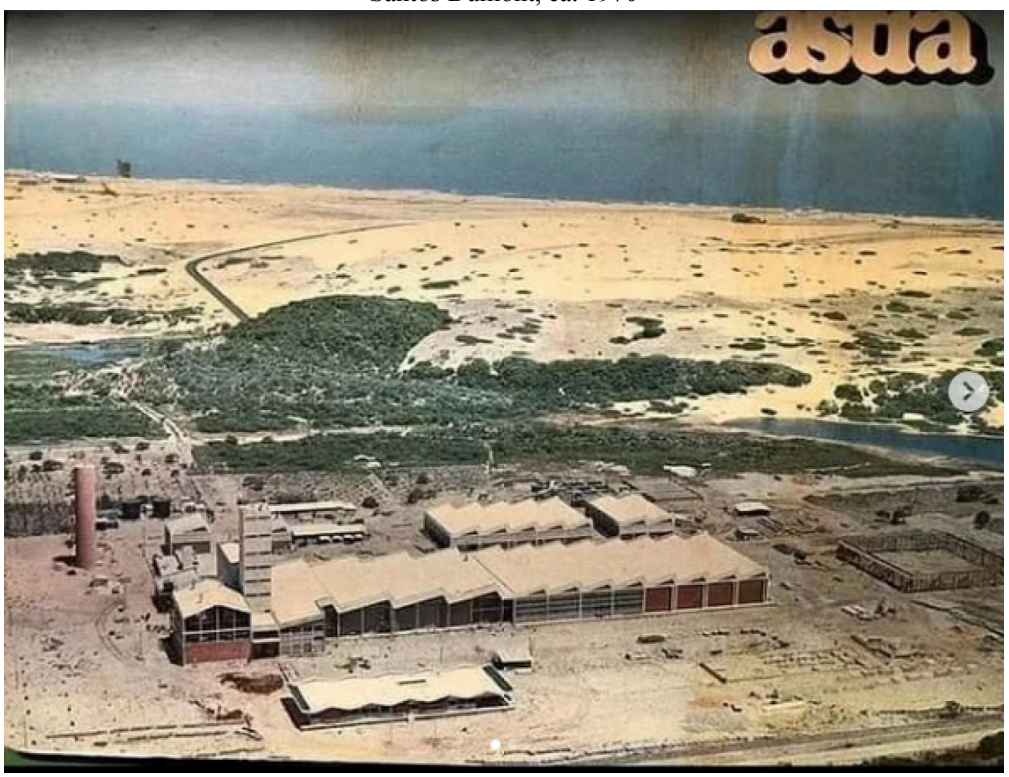
Figura 49 - Hospital Geral de Fortaleza, construído nas proximidades da Av. Santos Dumont, ca. 1970



Fonte: Fortaleza Nobre

[127] O prefeito Tibúrcio Cavalcante, em seu relatório de setembro de 1932, apresentado à Interventoria, relata: "a construção da planta da cidade veio tornar evidente a necessidade inadiável de ser adotado um plano para o sistemático desenvolvimento da cidade e a conveniência de ser consultado um urbanista sobre o seu traçado" (...). Para tanto é convidado o arquiteto Nestor de Figueiredo, que se encontrava no Recife [e elaborou o Plano de Remodelação e Extensão de 1933]. O prefeito Álvaro Weyne, que substituiu Raimundo Girão, rescindiu o contrato com Nestor de Figueiredo: "por parecer ao recém-empossado, que a cidade precisava de coisas mais importantes do que planos urbanísticos" (...) [Em 1947, o Plano Diretor de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza de Saboya Ribeiro], apesar de aprovado, não foi posto em prática em virtude da pressão "dos proprietários de imóveis envolvidos em alargamentos de ruas" (...), prevalecendo, entretanto, o código urbano redigido pelo urbanista

Figura 50 - Fábrica da Cervejaria Astra (posterior Fábrica Brahma), construída nas proximidades da Av. Santos Dumont, ca. 1970



Fonte: Fortaleza das Antigas

Em 1971 a Avenida Santos Dumont foi estendida para além do HGF para atender um conjunto habitacional que foi batizado, em rima simbólica com a Praia do Futuro, como Cidade 2000 (Figura 51). O conjunto foi construído no âmbito da estratégia de especulação amplamente explorada por promotores imobiliários com os recursos do BNH. A ampliação da malha viária com a construção de dois importantes eixos viários, a Av Leste-Oeste e a Av. Perimetral (atual Av Eng. Santa Júnior em parte do seu percurso radial ao redor da cidade), de uma ponte sobre o Rio Cocó, e com o aumento da conectividade da Aldeota, estendendo as avenidas Santos Dumont, Antônio Sales e Padre Antônio Tomaz, Desembargador Moreira e Virgílio Távora até os novos grandes eixos viários, fortaleceram a nova centralidade da Aldeota e aumentaram a proximidade relativa da cidade de novas frentes de expansão imobiliária. A construção de conjuntos habitacionais nessas novas frentes garantia o início da sua ocupação com recursos públicos das políticas habitacionais e legitimava a necessidade de maiores investimentos públicos para suprir a infraestrutura para as famílias reassentadas. A

estratégia era implementada com a anuência do poder público, muito embora as diretrizes do PLANDIRF de fixação dos mais pobres na periferia indicasse que os lugares mais adequados para tanto fossem as zonas oeste e sudoeste de Fortaleza:

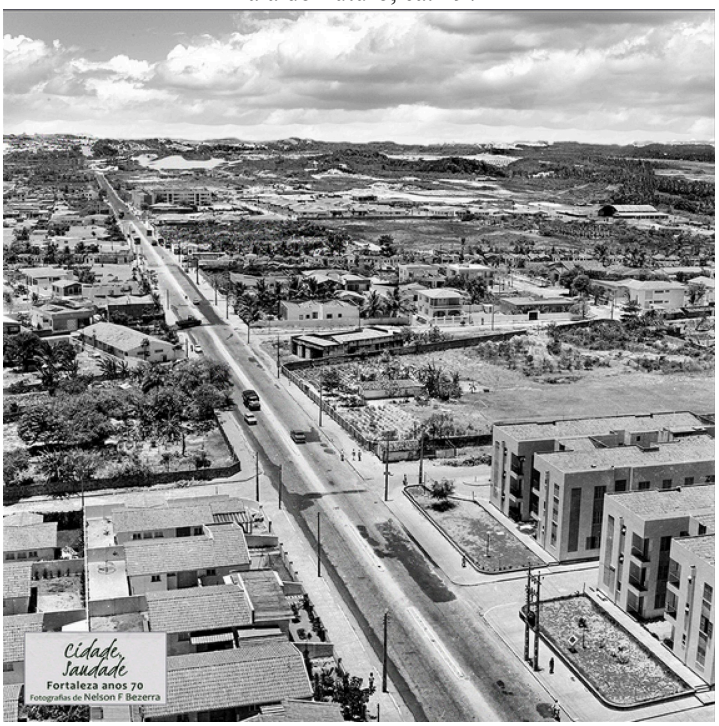
> A atual estrutura radiocêntrica de Fortaleza, já bastante comprometida no centro da trama urbana, é contraindicada para a localização de conjuntos habitacionais, sendo recomendável a sua localização na vizinhança dos principais eixos viários de ligação da cidade com sua região de influência. Em decorrência, indica-se prioritariamente que os terrenos a serem adquiridos pela COHAB e COHTRACE estejam situados nos eixos que constituem o sistema de trânsito rápido, principalmente em direção a *Caucaia* e *Maracanaú* (SERFHAU, 1972, p. 210 apud RIBEIRO, 2015, grifos originais).

Nos anos 1970, o Conjunto Alvorada foi implantado na frente sudeste de expansão, que já contava com a implantação de novos equipamentos como a Universidade de Fortaleza, primeira universidade privada da cidade, e o Centro de Eventos do Ceará, construído ao lado da universidade, em área doada pelo empresário e proprietário da instituição, Edson Queiroz. Na frente leste, em direção à Praia do Futuro, não foram reassentadas famílias oriundas de projetos de desfavelização, mas foi construído um empreendimento para camadas de baixo poder aquisitivo, mas solventes, e com estratégias de marketing que influenciaram do nome à concepção urbanística do projeto, que foi desenhado em forma de taça, para "celebrar" a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970. O fato de que a Cidade 2000, embora tenha enfrentado dificuldades após sua implantação, não passou por processos de acortiçamento posteriormente, tal como ocorreu, por exemplo, como o conjunto Marechal Rondon (DANTAS et al, 2009), onde foram reassentadas famílias na zona oeste, ou no conjunto Santa Terezinha (AMARAL, 2019), no bairro Vicente Pinzón, onde foram reassentadas famílias do Mucuripe, evidencia que o empreendimento não abrigou uma entre as mais vulneráveis e marginalizadas da cidade.

Figura 51 - Implantação da Cidade 2000 na zona leste (canto superior esquerdo), ca. 1973

Fonte: Nelson Bezerra

Figura 52- Extensão da Av. Santos Dumont até entrada para Cidade 2000, antes da continuação até a Praia do Futuro, ca. 1971



Fonte: Nelson Bezerra

Figura 53 - Entrada para Cidade 2000 a partir da Santos Dumont, ca. 1973

Fonte: Nelson Bezerra

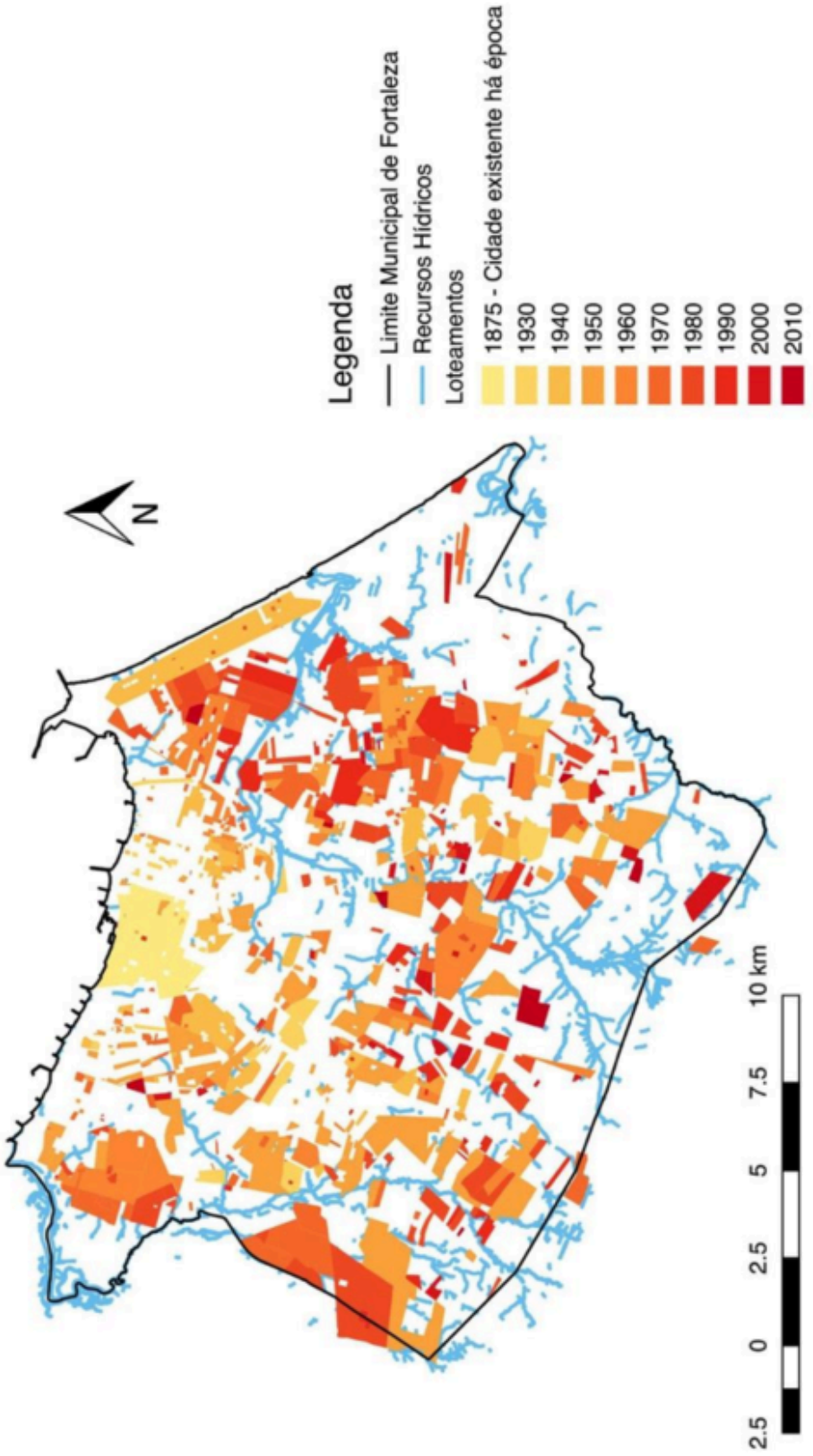
Figura 54 - Anúncio de página inteira em jornal local sobre lançamento da Cidade 2000

Fonte: Jornal Unitário, Fortaleza, 6 dez. 1970 apud Ribeiro (2015)

O PLANDIRF oficializou a diretriz de expansão da Av. Santos Dumont até o litoral em 1972, alcançando a Praia do Futuro, e as obras de expansão foram concretizadas em 1976. Imediatamente seguiram-se novos loteamentos e construções de residências na zona leste, assim como na zona sudeste da cidade (Figura 55). O processo de expansão das elites não tardou em prosseguir para a nova área de qualidade suburbana. Transformada a Aldeota em centralidade terciária, a amenidade do do bairro residencial unifamiliar se desfez e a demanda por áreas aprazíveis por parte das famílias de mais alta renda se reconstituiu.

A avaliação de aprazibilidade na década de 1970 ainda era pautada pelo isolamento da poluição, do alto fluxo e da heterogeneidade social, pelas vantagens naturais e cênicas e pela possibilidade de residir em casas de grande porte e bem equipadas para o lazer doméstico (jardins, quintais, piscinas, quadras esportivas churrasqueiras etc). Só mais tarde a segurança fortificada, como elemento de valoração locacional e habitacional, passa a agir com o peso que possui contemporaneamente, fomentando os condomínios horizontais fechados, nos moldes das gated communities estadunidenses. O processo de transformação de estilo de vida no seio da elite urbana para adotar o condomínio como tipologia habitacional já começava a se desenhar em Fortaleza de meados dos anos 1970, um pouco depois das grandes metrópoles brasileiras, como observaram Caldeira (2001) na cidade de São Paulo e Velho (1978) no Rio de Janeiro, com pequenos prédios de alguns pavimentos despontando na Aldeota e no Meireles.O gosto cultural dominante em termos de habitação, no entanto, ainda era orientado para a residência unifamiliar (Figura 56). A tipologia do edifício de apartamentos não só era nova, como era atribuída a habitações de baixo prestígio. Como revela um entrevistado que cresceu nos anos 1970: “apartamento era coisa de amante”. Curiosamente, tal situação foi verificada na história familiar de um dos informantes, cujo apartamento herdado era mantido pelo pai em um relacionamento extraconjugal. Ou então, como revelam outros entrevistados, eram presentes para filhos no início da trajetória familiar, quando casavam, se formavam ou tinham filhos.

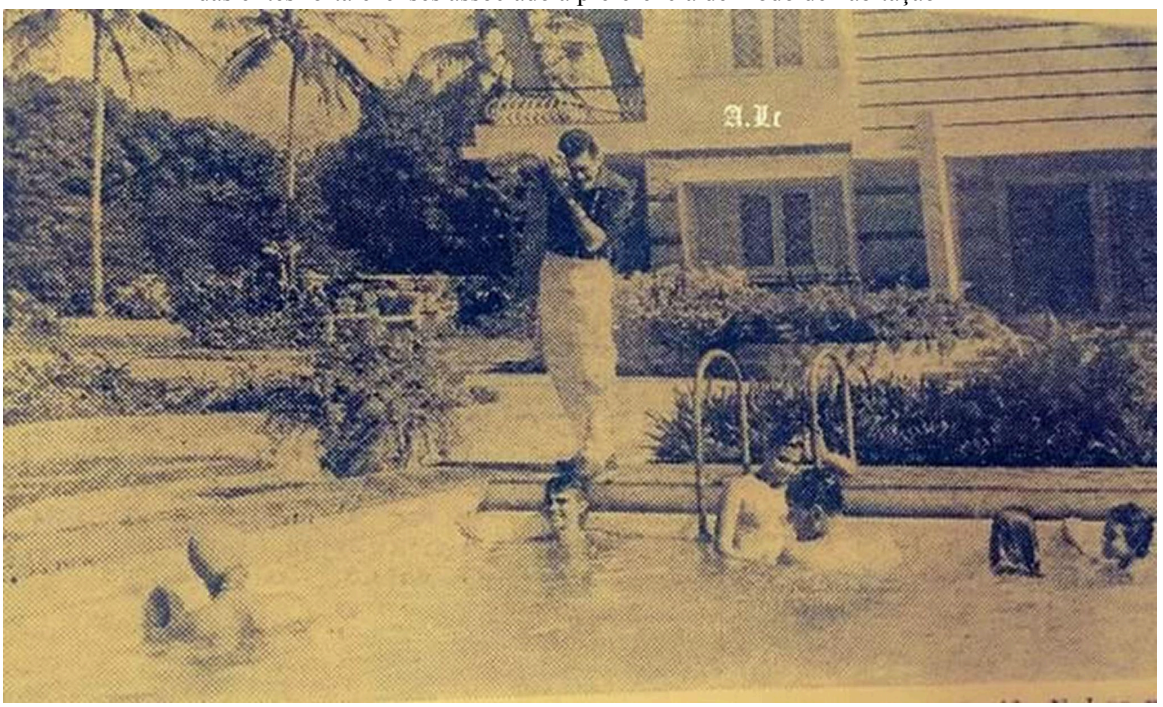
Figura 55 - Loteamentos aprovados pela Prefeitura de Fortaleza por década



Fonte: Dados da Secretaria de Finanças de Fortaleza (SEFIN), elaborado por Brasil (2021)

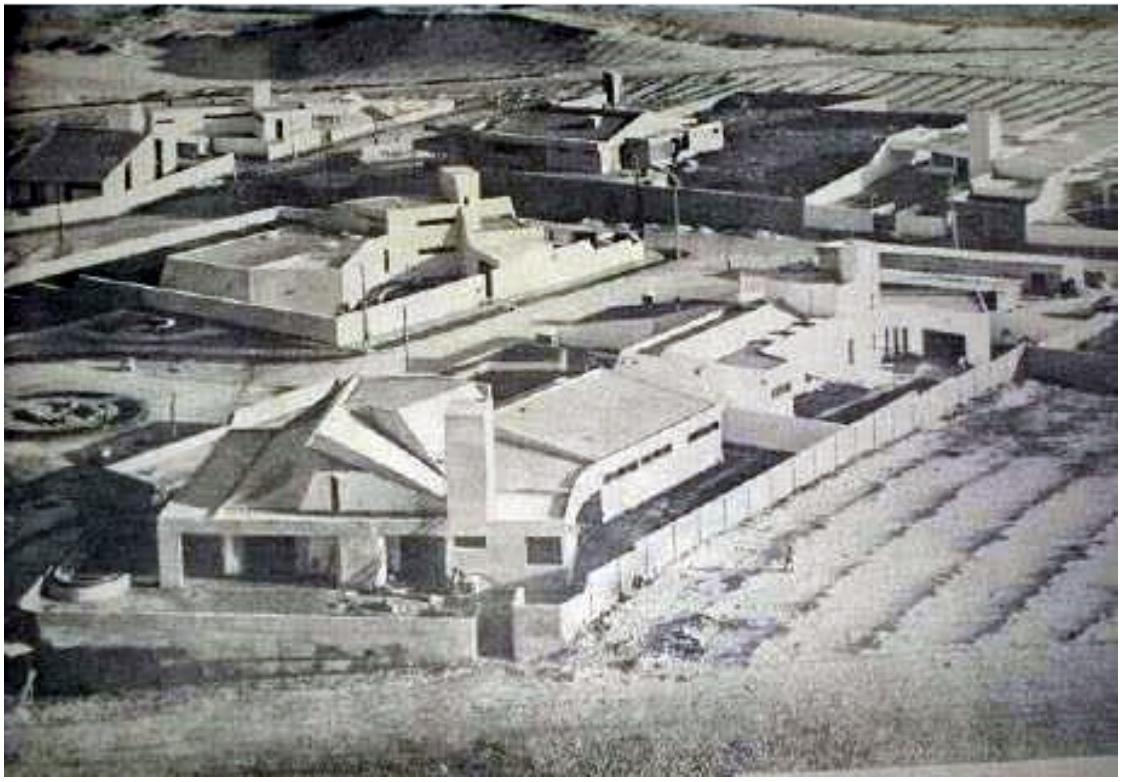
Tornadas economicamente inviáveis a construção de casas na Aldeota, os subúrbios mais próximos, leste e sudeste, se tornaram a nova área de fixação das camadas de maior renda, em busca das qualidades adequadas para seus estilos de vida. Em 1973, por exemplo, buscando aproveitar as vantagens ambientais da proximidade da nova praia paradisíaca da cidade - agora acessível - foi construído loteamento em uma área de 12 hectares, a Vereda Atlântica, voltado para casas de altíssimo padrão, no então bairro Praia do Futuro, que se tornou o embrião do atual Bairro de Lourdes (Figura 57).

Figura 56 - Convidados na piscina da mansão do médico Edmilson Pinheiro, ilustrando o estilo de vida das elites fortalezenses associado à preferência de modo de habitação



Fonte: Acervo Lucas

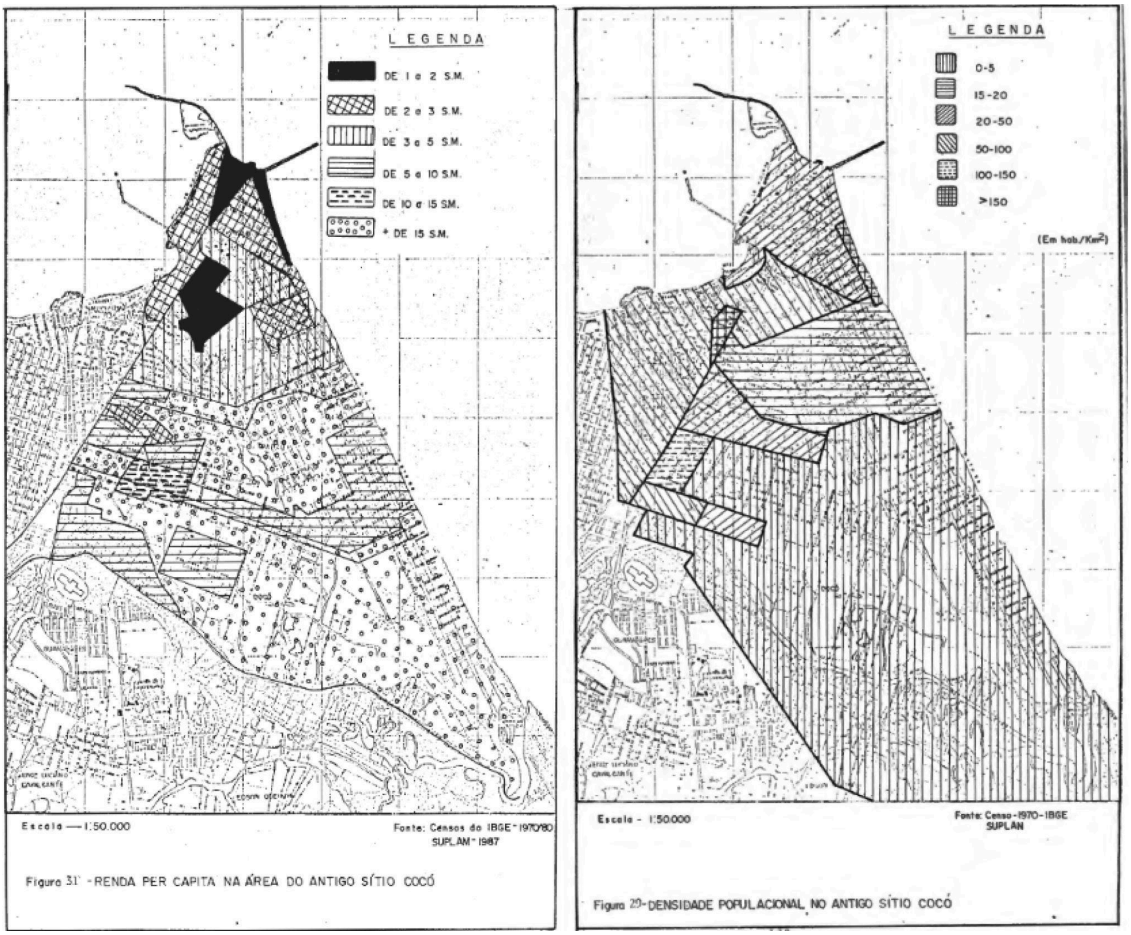
Figura 57 - Casas de alto padrão do loteamento Vereda Atlântica, pioneiros suburbanos das elites no extremo leste



Fonte: Fortaleza em Fotos

Os mapas elaborados por Costa (1988) para a região do eixo de expansão leste da zona nobre mostram o início do processo de ocupação de baixa densidade e altíssima renda nos anos 1970 (Figura 58). As zonas de baixa densidade mostram uma ocupação esparsa da parte sul da região, situação que persiste até hoje ao leste dos bairros Cocó e Papicu. Essa baixa densidade coincide com as áreas de ocupação da população com os salários mais altos da população. Já as zonas de alta densidade, que coincidem com as zonas de menores salários, na parte norte, mostram a região de baixa renda do bairro Vicente Pinzón, bairro que se consolidou como herdeiro da histórica ocupação desordenada e desassistida do Mucuripe. E alguns pontos de alta densidade e baixa renda no Papicu mostram favelas que se consolidaram ao longo do tempo, como a Favela Verdes Mares.

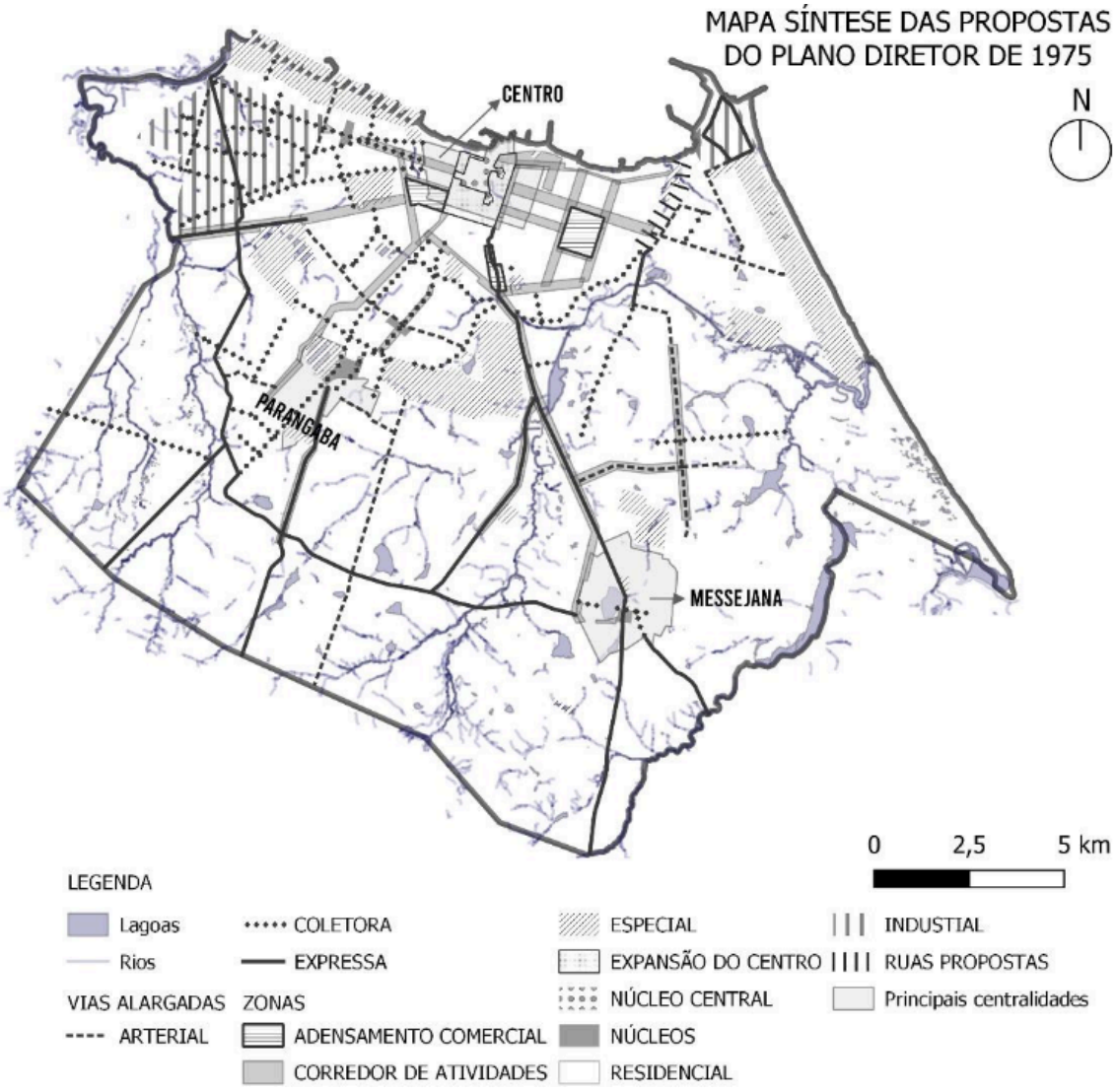
Figura 58 - Renda per capita (direita) e densidade habitacional (esquerda) no antigo Sítio Cocó, a partir de dados dos anos 1970



Fonte: Costa (1988)

Embora a ocupação inicial das camadas de maior renda ocorresse em busca da possibilidade de construir casas de alto padrão, a quase totalidade dos atuais bairros Papicu e Cocó foram incorporados no Plano Diretor Físico de Fortaleza (em sua versão revisada de 1979) como uma zona com os mesmos objetivos atribuídos à Aldeota, classificada como Zona Residencial de Alta Densidade, prevendo-se a mesma alta densidade (250 hab/ha) e a mesma verticalização (até 18 pavimentos). Já a região litorânea da Praia do Futuro foi zoneada em diferentes zonas especiais ambientais, com o objetivo de manutenção dos aspectos naturais e paisagísticos. Os mesmos parâmetros foram estabelecidos imediatamente ao sudeste da Aldeota, na região do atual bairro Guararapes. E a vasta área de baixa ocupação no sudeste da cidade, sem infraestrutura adequada, foi concebida para permanecer assim (Figura 59).

Figura 59 - Zoneamento do Plano Diretor Físico de 1975



Fonte: Alves et al (2021)

Os anos 1980 e 1990 foram cruciais na conformação das características atuais da área de expansão leste da zona nobre de Fortaleza. Embora a regulamentação do Estado possa ter evitado ou mitigado problemas da atuação anárquica de promotores imobiliários (não nos cabe, no entanto, ponderar sobre contingências ou avaliar danos reduzidos), eles não foram suficientes para imprimir na cidade um plano de desenvolvimento mais equitativo. Desde os anos 1930, conforme o excedente da riqueza terciária foi transferido para a atividade rentista no mercado imobiliário, já havia se consolidado a perda da primazia do Estado na ordenação do espaço urbano

(ANDRADE, 2012). Mesmo com o suporte e implementação local de marcos importantes da política habitacional e de regulação urbanística, tal como a Lei Federal 6.766/79, que regulamenta o parcelamento do solo urbano no Brasil, e os princípios da política urbana determinados pela redemocratização da república na Constituição Federal de 1988, a produção do espaço foi orientada pelo mercado imobiliário, isto é: pelo poder econômico (de investimento e de propriedade) e interesses de promotores imobiliários, pelo poder de consumo e interesses das classes dominantes, e frequentemente com o poder público atuando em favor desses interesses.

As décadas de 1980 e 1990 experimentaram um boom imobiliário e de verticalização que agravou as diferenças entre a zona leste/sudeste, articulada como um setor de círculo em torno da nova centralidade da Aldeota, e a periferia sul/oeste, reforçando a estrutura intra-urbana transformada nos anos 1970, avançando na incorporação das frentes leste e sudeste de expansão da zona nobre e consolidando um novo estilo de vida das elites marcado pelo agravamento da experiência urbana segregada.

Apesar das diretrizes de baixa densidade no eixo sudeste, o governo do Estado e grandes empresários atuaram consistentemente ativando a renda da terra na região. Em 1950, o loteamento Cidade dos Funcionários, realizado pelo Instituto de Previdência do Estado do Ceará, voltado para servidores públicos, já recebia seus primeiros habitantes. A partir da década de 1970/80, a procura pela região já aumentava significativamente, conforme eram transferidos e criados novos equipamentos inserindo a região simbolicamente na "cidade leste", tais como a Imprensa Oficial do Ceará, o Centro Administrativo do Cambeba, o Centro de Convenções do Ceará, construído em terreno doado pelo empresário Edson Queiroz (ligado à família Jereissati), ao lado do campus da sua própria Universidade de Fortaleza, primeira instituição de ensino superior privada da cidade. Mas a intervenção mais significativa ocorreu em 1982: o empresário Tasso Jereissati, que pouco depois seria governador do Estado (PMDB/PSDB, 1987-91, 1995-2002), construiu o maior shopping da cidade às margens da avenida Perimetral (atual Av. Eng. Santana Júnior), nas imediações da ponte que atravessa o Rio Cocó, anteriormente um obstáculo natural entre a centralidade da cidade e o eixo sudeste de expansão. O shopping de porte regional se transformou em um poderoso pólo de atração das classes médias e altas para a região, produzindo ali uma das mais importantes

referências locacionais para as elites da cidade, dando *sentido* a toda uma região antes de pouco valor, onde "era só salina", como relatam os informantes mais antigos entrevistados.

Somou-se a esse processo de valorização sudeste a criação do Parque Ecológico do Cocó em 1977. Em um marco de sucesso do movimento ambientalista em Fortaleza, protestos contra a instalação de edifício sede do Banco do Nordeste (BNB) em uma área verde, nas proximidades da ponte sobre o Rio Cocó, resultaram na preservação de uma área de 10 hectares para utilidade pública. Em 1983, é criado o Parque Adahil Barreto, primeira área do que depois seria o Parque Ecológico do Cocó, ampliado para uma área de preservação de 1.155,2 hectares no início dos anos 1990, privilegiando o curso do rio nas áreas nobres da cidade, entre a rodovia federal BR-116 e sua foz, na Praia do Futuro. O parque urbano recebeu intervenções para abrigar equipamentos de lazer e de fruição da natureza, como trilhas, anfiteatro, quadras esportivas, pistas de cooper, parques infantis, além de ser utilizado para realização de eventos, competições esportivas, tornando-se um dos equipamentos públicos de lazer e turismo mais significativos construído na cidade até os dias de hoje[128].

Outro fator de estímulo na frente sudeste de avanço da zona nobre era o fato de que o eixo rodoviário no entorno do qual essa expansão ocorria (a Av. Perimetral) era uma conexão regional da cidade com a sua região metropolitana. A política de modernização desenvolvimentista de investimentos em infraestrutura para a indústria e serviços, promoveu não só a melhoria de rodovias estaduais, mas também o desenvolvimento da indústria do turismo de sol e mar no estado do Ceará. A melhoria da conexão metropolitana estimulou a prática de vilegiatura por parte de fortalezenses no litoral de municípios vizinhos, assim como, mais tarde, no desenvolvimento de grandes loteamentos fechados de alta renda, nos moldes das gated communities estadunidenses, como o Alphaville, entre outros, na região metropolitana de Fortaleza. Ali encontravam-se grandes terrenos disponíveis para tais projetos economicamente e legalmente falando, uma vez que legislações urbanísticas mais frouxas não proibiam tais

[128] Somente em 2017 o movimento ambientalista conseguiu a regulamentação de um *parque natural em área urbana*, o *Parque Estadual do Cocó*, que incorpora o Parque Adahil Barreto e Parque Ecológico do Cocó, e amplia sua delimitação para a preservação do rio em todo o seu curso. Atualmente, o parque natural representa a maior área verde da cidade, sendo o maior parque natural do Norte e Nordeste e quarto maior da América Latina, superando em tamanho parques icônicos como o Parque Ibirapuera, em São Paulo, e o Central Park, em Nova York.

projetos, como em Fortaleza, que logo impediu tal forma de ocupação do espaço. Mesmo impedindo condomínios horizontais, a disponibilidade de terrenos para projetos de grande porte no eixo sudeste permitiu a construção de grandes equipamentos comerciais e públicos, que já não eram viáveis na centralidade da cidade, como o Fórum Clóvis Beviláqua, campi universitários privados, novos shoppings de diferentes portes, equipamentos de entretenimento como o antigo Ceará Hall, e comércios de grande porte, todos com amplo espaço para estacionamento.

Todos esses fatores atrativos da região sudeste coincidiram com fatores repelentes da região do Papicu e Praia do Futuro. Inicialmente, a valorização da zona leste chegou a gerar até mesmo processos de gentrificação nas zonas pobres do Mucuripe, como na região do Mirante do Morro Santa Terezinha, por exemplo, mas que não perduraram (AMARAL, 2019). A transferência de clubes, que marcaram a vida da alta sociedade fortalezense até a década de 1980, quando começaram a decair, foi realizada para a região da Praia do Futuro, investimentos públicos na construção de um calçadão na orla e o rápido surgimento de "barracas de praia", restaurantes na orla que ofereciam estrutura de lazer para os consumidores, também eram indícios de expectativas de rápida valorização e ocupação da região. No entanto, ela não ocorreu inteiramente como uma simples extensão da Aldeota, como esperavam os consumidores do mercado imobiliário. Entrevistados que moram na região há muito tempo afirmaram repetidamente que a ideia de que "a cidade iria crescer para cá" havia sido uma razão relevante para fixar residência ali.

A década de 1980 foi marcada por severas secas no sertão, aumentando o êxodo rural, e por fortes chuvas na capital, que ocupada por centenas de favelas em áreas de risco, se encontrou diante de uma grave crise habitacional. Novas invasões em áreas públicas e ambientais, assim como suas consequências, desmoronamentos e alagamentos, eram amplamente divulgadas na mídia e ocorreram com especial intensidade na região do atual bairro Vicente Pinzón, na periferia leste (AMARAL, 2019). Além disso, essas ocupações ocorreram em um período em que a urbanização brasileira começava a revelar sua face problemática atual: com um notável aumento da violência urbana, houve uma consequente potenciação da "fala do crime", assim como o contexto da redemocratização e ampliação de direitos estimulava a estigmatização dos

mais pobres como meio de manutenção das distâncias sociais e da legitimação de privação de direitos democráticos na prática (CALDEIRA, 2001).

O desenvolvimento da fala do crime em Fortaleza, como mostraram os entrevistados e como foi observado por Amaral (2019), tem como marco temporal a transição entre as décadas de 1980/1990. E o Papicu, no mesmo período, se tornou o protagonista de narrativas de um "bairro ameaçado", "cada vez mais perigoso", o "triângulo dos sequestros", como relataram moradores entrevistados, gerando a fixação dessa imagem até os dias de hoje. O desenvolvimento da cultura do medo nas últimas duas décadas do século XX, é um fator crucial para explorar a segregação para além da sua manifestação residencial em macroescala. Grande parte das diferentes manifestações da segregação no cotidiano urbano das elites são construídas, em grande medida, conforme o afeto do medo e o discurso da segurança passam a orientar um novo estilo de vida.

O espaço intra-urbano de Fortaleza, reestruturado na década de 1970 com o novo centro exclusivo da Aldeota e com a multiplicação de favelas em toda a cidade, não parece ter sofrido nenhuma reestruturação desde então. A Região Metropolitana de Fortaleza, diferentemente, passou por transformações que a transformaram estruturalmente desde a década de 1970. Sem dúvidas essas transformações imprimem tendências de transformação do espaço intra-urbano de Fortaleza, sendo a pequena diminuição da sua população pela primeira vez desde 1890 um indício da conurbação em curso que deverá produzir em algumas décadas uma estrutura metropolitana entre o intra-urbano e o regional, bem maior que aquela e bem mais interconectada que esta. Mas em termos do intra-urbano fortalezense, a cidade chegou ao final do século XX, como sintetiza Brasil (2021), "consolidada de forma bastante segregada, marcada por uma concentração de população de rendas altas em sua porção leste e sudeste, concentração de população de baixa renda na porção oeste, e muitos assentamentos precários distribuídos pela cidade". E transcorridas as duas primeiras décadas do século XXI, a cidade parece continuar estruturalmente a mesma, com transformações, apesar de transformações bastante expressivas na sua ocupação, na sua paisagem e na sua infraestrutura. No entanto, mais significativas que transformações na ocupação do espaço para compreender a segregação urbana, como veremos, foram transformações no

modo de vida urbano e na sociabilidade contextualizada no seio da cidade dividida não só em leste e oeste, mas em um emaranhado de circuitos territoriais de classe.

6. O TERRITÓRIO DA ELITE URBANA NA FRONTEIRA DA ZONA LESTE DE FORTALEZA

Diferentemente da segregação das cidades estadunidenses, onde o conceito foi inicialmente desenvolvido para descrever suas configurações socioespaciais típicas, nas cidades brasileiras a parcela afluente (e branca) da sociedade não vive em subúrbios fisicamente afastados marcados pela alta homogeneidade social e marcadas pelo estilo de vida que Mumford (1998) chamou de "suburbano romântico". Uma configuração semelhante - mas não igual - se manifestou brevemente em Fortaleza, e possivelmente em outras cidades brasileiras, antes da explosão urbana do país entre os anos 1960-80. Estudos urbanos latinoamericanos constataram que a urbanização acelerada nas sociedades de herança colonial produziu uma transição e a coexistência de modelos morfológicos de configuração socioespacial. O "mosaico urbano" de áreas residenciais nas cidades brasileiras é marcado por possuir um grão menor e contrastes socioeconômicos mais intensos que a referência estadunidense de estudos em segregação, ou seja, uma maior exposição entre as classes sociais.

Se distâncias físicas fossem fatores sociais determinantes de integração, deveríamos ser uma sociedade mais diversa e integrada e nossas cidades deveriam apresentar maior vitalidade urbana. Mas esse claramente não é o caso. Apesar das teorias sociais nacionais clássicas que celebraram - não sem razão diante da veia supremacista racial que pulsa em sociedades europeias e norte-americanas - a miscigenação como um traço da formação social brasileira, nossas cidades não são marcadas pela integração entre diferenças. E se não construímos cidades integradas apesar da exposição, operam processos tão eficientes quanto o afastamento físico no distanciamento social entre classes, seja garantindo barreiras físicas, o não encontro ou a não interação pelo "mero" exercício de poder simbólico em determinar lugares sociais nas (inter)ações até mesmo em espaços públicos, onde, em tese, assimetrias sociais deveriam estar suspensas ou, no mínimo, amenizadas.

Argumentamos no início deste trabalho, recorrendo a Marx, que método de exposição e método de análise são diferentes, inversos, mais especificamente. O conceito de território intraurbano de classe como um conjunto socioespacial multiescalar e multidimensional que delimita a experiência urbana em comum de um grupo social que construímos ao longo da nossa discussão teórica emergiu da

interpretação dos dados coletados em campo, na busca de entender o que impede a diversidade social e a vitalidade da vida urbana quando existem as condições geográficas de possibilidade para tal. Procedemos inicialmente com uma extensa justificação teórica do conceito e da sua capacidade integradora de abordagens sobre o fenômenos da segregação para então expô-lo a partir da leitura histórica do desenvolvimento da concentração diferencial residencial de classes em Fortaleza e a partir do estudo de caso, que coligiu entrevistas e a observação de lugares em um contexto onde o processo de expansão da concentração residencial das elites ocorre, diferente de outrora, aproximando-se de áreas de baixa renda consolidadas de Fortaleza.

Indo a campo inicialmente desprovidos de hipóteses e de um quadro teórico específico, com pouco mais do que perguntas iniciais, cumprindo os preceitos da grounded theory como abordagem qualitativa, a experiência de observação e o referencial teórico interpretativo lentamente se retroalimentaram. A exploração do campo resultou em diversas iterações entre dados, literatura e teorização. A cada novo conjunto de entrevistas e observações, novos temas surgiram como eixos de organização da coleta de dados e de interpretação dos mesmos. É importante ressaltar que a análise temática das entrevistas e notas não favoreceu a relevância da quantidade - embora certamente a repetição de temas não tenha sido ignorada - mas a relevância interpretativa de temas identificados. Como exemplo, a repetição infalível do tema do medo da violência e da insegurança urbana dominou a maior parte das entrevistas. Sua repetição, embora indiscutivelmente importante para a investigação, pouca coisa oferece de novo para estudos em segregação no Brasil. Por outro lado, entre entrevistados que inevitavelmente performam uma identidade observável para o pesquisador, a expressão franca de uma informante sobre o profundo incômodo estético e sensório gerado pela aproximação da pobreza foi uma ocasião rara, mas que indicou a importância de encontrar as suas expressões veladas nos dados, revelando a relevância de avaliar como a segregação cinde grupos sociais experiencialmente, domesticando os corpos a uma experiência constante, conhecida e confortável, produzida pelo habitus, e defendida como parte do seu processo de produção.

Nossa intenção não é apenas nomear uma condição mais complexa ou local que a concentração geodemográfica diferencial de classes para endereçar a separação social nas cidades, mas tentar proceder em uma leitura dos limites da territorialidade de classe,

que se revelam da configuração da macrossegregação residencial às estratégias individuais para transitar nas ruas e para escolher onde marcar um encontro para uma entrevista, formando um conjunto de processos disjuntivos que articulam a separação social de forma pervasiva e flexível na vida urbana. Não queremos estudar como os bairros são segregados em seus interiores, mas mostrar como em seus interiores se constituem fragmentos do território das elites urbanas, articulados entre si pela unidade da proximidade no espaço social. Expor essa articulação é o desafio deste capítulo.

A exposição do processo de iterações e a justificação de escolhas por determinados temas em detrimento de outros ou a sua evolução no sentido da especificação de temas demandaria a longa exposição da filtragem e raleio de milhares de códigos e centenas de categorias iniciais em alguns eixos temáticos que se mostraram como os mais produtivos porque dizem respeito à multiplicidade de fenômenos observados que conciliam.

A maior dificuldade deste capítulo reside na exposição linear de um fenômeno que se articula de forma multiescalar e multidimensional, portanto, de forma multi-recorte. Uma *análysis* - no sentido de dissolução, decomposição - se tornou improvável. Pelo menos linearmente, seguindo uma exposição em camadas, onde um tópico se segue a outro, conformando-se à lógica diacrônica da escrita. Nesse sentido, recorrendo ao auxílio da sensibilidade e criatividade de Walter Benjamin (2009), em suas Passagens, concebemos que a lógica da flânerie, enquanto método mais adequado para sondar a cidade em sua arquitetura complexa de lugares e territórios, também o é para expor tal arquitetura complexa. Afinal registrar a *flanêrie*, como experiência de campo, é um ato analítico posterior à sua realização e à sua riqueza experiencial, sendo um trabalho não só de representação reduzida dos marcos da experiência de percorrer a cidade, mas também da articulação contínua da observação da cidade teoricamente informada, que permite enxergar em uma interação banal - como desviar-se de outros na rua ou abrir um guarda-chuva - ou na imagem fantasmagórica no reflexo de um vidro, séculos de história de milhares de homens.

A forma mais adequada de expor o território intraurbano das camadas de alta renda em Fortaleza, que percebemos com os olhos, ouvidos e os pés, sentimos com o corpo, encontramos nas narrativas e comportamentos dos indivíduos e, mais tarde, realçamos com conceitos é procedendo em nessa espécie de *flanêrie* teoricamente

informada, mostrando ao leitor, em circulação descritiva dos bairros, como se articula esse território, como um século de diferenciação residencial e uma placa mantém relação de unidade a partir do mesmo princípio de preservação topológica do espaço social: ordenando, vigiando e disciplinando os indivíduos e o espaço entre eles. O leitor perceberá que entraremos e sairemos de discussões a partir das ruas, objetos e dados narrativos e históricos coletados, em uma exposição fragmentária, mas que pretende tornar progressivamente mais nítido o território de classe que descrevemos entre bairros, lugares e indivíduos.

6.1. O COCÓ E O PAPICU

6.1.1. Flânerie

Se não existisse o corte abrupto da larga Via Expressa e dos trilhos da linha Parangaba-Mucuripe, o Cocó seria uma continuação fluida da paisagem da Aldeota na maior parte do seu território. Os mesmos quarteirões regulares, ordenados ortogonalmente. As vias locais, com poucos pedestres, mas plenas de automóveis em trânsito, são margeadas por entradas de condomínios de apartamentos onde arquitetos exercitam sua criatividade com a mesma pobreza que os publicitários, em uma contínua reprodução do mesmo partido arquitetônico de várias formas diferentes. A pobreza dos arquitetos, assim como a dos publicitários, é definida pelo mercado, e começa com o programa definido pelo estilo de vida urbano contemporâneo. O mesmo objeto, a guarita, equipada com uma eclusa e um micropaisagismo se repete ao longo de todo o bairro. Quanto mais luxuoso o condomínio, mais segura e luxuosa é a sua entrada, criando um maior afastamento do porteiro da via - para dentro ou para cima. Além dos condomínios murados, aliviam os longos muros que criam fachadas cegas uma variedade de comércios e serviços: escolas, cursos de inglês, academias, clínicas médicas, confeitarias, cafés, restaurantes e algumas torres comerciais, em sua maioria localizadas nas avenidas.

A sensação é a mesma de caminhar pelas ruas da Aldeota: a paisagem ordenada cria uma sensação de lugar ordeiro. E o uso misto do espaço funciona bem para garantir essa sensação. Durante o dia o movimento dos comércios e carros, apesar da baixa

frequência de pessoas na rua, produz sensação de vitalidade e segurança. Muito embora os comércios sejam, na grande maioria, voltados para dentro, geralmente climatizados por trás de portas de vidro, a expressividade de suas fachadas que comunicam funcionamento, os pequenos estacionamentos em recuos na calçada e a ideia de portas abertas, por entre as quais se pode escapar da rua e encontrar alguém, caso necessário, contribui para essa sensação. Apesar de raramente ter colocado os meus pés ali, antes da realização desta pesquisa, eu me sinto estranhamente em casa - tudo é familiar, nada parece inacessível, proibido ou ameaçador, embora quase tudo seja cerca, fechado e vigiado (Figuras 60 e 61).

Figura 60 - Vista da av. Santos Dumont, a paisagem ordenada, ordenante e ordeira do Cocó

Fonte: produzido pelo autor

Com as fachadas comerciais, a forma urbana é marcada pelos pequenos estacionamentos criados com o recuo das calçadas. São como ancoradouros da configuração da vida encasulada das classes médias e altas. É ali que ocorre um breve contato dos motoristas com a rua, o que aumenta a segurança do pedestre, a troco da insegurança do motorista. Uma moradora do bairro, relata:

> não tenho medo de sair, só tenho medo quando saio do carro para a loja, mas eu olho se não vem ninguém suspeito e já saio bem rápido, direto pra dentro, e na volta a mesma coisa. (F04COCO)

Outra moradora (F06COCO), afirma adorar o bairro, mas que sabe que lugar nenhum é seguro e que, quando sair do café que escolheu como ponto de encontro para sua entrevista, vai depressa para o carro blindado. "Não correndo correndo, mas andando depressa, sabe, querendo correr, sabe como é? E se eu tiver sozinha, eu corro mesmo". Na frente de um curso de inglês, uma grade, vigiada por um homem, agiliza o embarque e desembarque de estudantes nos automóveis que os buscam. Seria suficientemente prático esperar na calçada, sob a vigilância do fiscal, por exemplo, mas o estabelecimento, possivelmente atendendo a demanda dos seus consumidores, arcou com a adaptação arquitetônica do pequeno ancoradouro infantil, mantendo as crianças seguras no interior até a chegada dos carros. Dois simpáticos cafés disponibilizam mesinhas do lado de fora para os consumidores, mas atrás de uma cerca, orientando o fluxo de entrada e saída por uma única porta, impedindo que efetivamente alguém entre livremente no lugar de consumo. A minha sensação, trafegando a pé nessa área, é de relaxamento, mas a experiência encasulada dos moradores do bairro não parece ser a mesma. Conforme a experiência urbana se torna cada vez mais privatizada e controlada - até a temperatura é ajustada para o conforto - a rua, e com ela o espaço público, parece se tornar o que um dia foram os rios no espaço urbano, um mal necessário, insalubre - no caso das ruas, inseguras - em torno das quais se constroi uma cidade.

À noite, inevitavelmente, a sensação de insegurança aumenta em qualquer parte da cidade. Mas a paisagem construída e o uso misto do interior do bairro mantém certa vitalidade que ameniza consideravelmente o sentimento de insegurança, que no Papicu e no de Lourdes se torna insuportável para mim, me dissuadindo de insistir em andanças durante a noite. As guaritas, geralmente uma ou duas a cada quarteirão, criam uma esperança de olhos nas ruas vazias, uma sensação de vigilância. Caminha-se entre uma e outra ou um comércio aberto com apreensão, momentaneamente aliviada conforme se encontra sinais de vida, alternando tensão e relaxamento exaustivamente até alcançar o destino desejado. Nos edifícios mais luxuosos, com as maiores áreas e muros cegos, investe-se um bom dinheiro embutindo em obras de paisagismo dezenas de spots de luz iluminam os muros e as calçadas desertas. É difícil estimar o custo mensal das diversas

lâmpadas funcionando durante toda a noite, todos os dias, mas a lógica do condomínio é, em grande parte, a economia compartilhada da localização, rateando entre os moradores os custos de mantê-la habitável. E mantê-la habitável significa mantê-la segura, o que inclui o investimento de adaptação do muro como tipologia arquitetônica que cria defesa interna, mas insegurança externa. Iluminando o muro, além do efeito de embelezar o que seria uma simples parede abandonada aos pichadores, cria-se a um objeto estetizado, uma sensação de presença, que produz por si só certa vigilância nas margens do edifício - como se assim se operasse uma lógica oposta à da teoria das janelas quebradas. Além disso, debaixo de luzes, moradores de rua não encontram privacidade para passar as noites.

Alguns estabelecimentos permanecem abertos durante a noite, contribuindo para a vitalidade naquele horário: academias e restaurantes, lugares para atividades de lazer, entretenimento e encontro, que há muito, desde que apartamentos substituíram casas entre as classes médias e altas, não possuem espaço dentro do lar.

Diferentemente do Papicu e do de Lourdes, e semelhante à Aldeota, o Cocó conta com uma diversidade de usos terciários ao lado da intensa verticalização residencial. As edificações de residências unifamiliares remanescentes na área paralela à Av. Santos Dumont, também são semelhantes às que resistiram a verticalização da Aldeota: grandes casarões, alguns inclusive transformados em estabelecimentos comerciais, outros sem uso aguardando sua transformação em torres ou comércios, possivelmente já parte de reservas de terra de construtoras, e alguns remanescentes de famílias abastadas que ocuparam o bairro antes do seu adensamento, como os Martins Dourado[129]. Os casarões são resquícios arquitetônicos da passagem de famílias de alta renda que inicialmente reproduziram, adaptada ao seu contexto socioespacial, com grandes muros, a morada suburbana romântica em Fortaleza, que gradativamente caminhou para leste, afastando-se da condição de centralidade que se desenvolvia na Aldeota.

[129] Família tradicional e oligarca do município de Beberibe, cujos membros moradores de Fortaleza nomearam a movimentada praça adotada pela vizinhança, e que estiveram envolvidos na implantação de equipamentos como a Igreja Nossa Senhora de Lourdes, no bairro de Lourdes, pelo intermédio do Padre Dourado, clérigo influente que era bem articulado com outras famílias tradicionais que habitavam a região.

Figura 61 - Paisagem típica das ruas do Cocó, ruas vazias, guaritas e fachadas cegas

Fonte: produzido pelo autor

Figura 62 - Fachadas comerciais e residenciais típicas do Cocó, paisagem diurna e noturna, cercas garantem uma pseudo-abertura e a redução do espaço apropriável por usuários indesejados

Fonte: produzido pelo autor

6.1.1.1. Qualificação de elementos da lógica locacional das elites urbanas contemporâneas

A vida dos informantes, no Cocó (que parece adquirir progressivamente um caráter de subcentralidade leste, dada a variedade de usos que apresenta) e no Papicu, acontece em circuitos, em uma rede de lugares: o lugar da residência, já sem espaço adequado para fruição e encontro, mesmo quando há áreas comuns disponíveis em "condomínios-clubes", como veremos; o lugar de trabalho, que se revelou nem sempre ser perto, e ser, talvez, o considerado menos imediatamente importante para os informantes em suas narrativas, muito embora quase todos não trabalhassem a mais de 40 minutos de distância; os lugares de consumo - de lazer e de resolução de necessidades - estes seguindo uma lógica de localização conforme as atividades que abrigam variam entre de natureza doméstica privada coletivizada e de natureza coletiva pública privatizada.

Especificar a distinção entre estas categorias de lugares de consumo é especialmente importante para qualificar melhor a lógica locacional de configuração dos circuitos de experiência urbana das classes médias altas.

As atividades de caráter doméstico e individual regulares, como as refeições, as comemorações familiares, o cuidado de si (seja através do exercício, do relaxamento, do esteticismo ou das terapias), a educação e cuidado com as crianças (do ensino às atividades extracurriculares), entre outras semelhantes, deixaram o ambiente doméstico - a casa, o quintal, ou mesmo o espaço imediatamente circundante bem apropriado pela vizinhança familiar, a rua "em que se podia brincar antigamente, sem medo de nada" (F03COCO) - conforme se tornou economicamente inviável a manutenção do espaço para essas atividades no lar em localizações suficientemente acessíveis. A inserção das mulheres no mercado de trabalho também transformou o estilo de vida suburbano romântico, dependente do trabalho matriarcal de vigilância e cuidado e da manutenção e operação do lar como unidade provedora dos benefícios domésticos, aumentando significativamente a demanda por praticidade na manutenção de tais benefícios. De certa forma, a oferta de cursinhos de inglês, salões de beleza e pizzarias surgem estimuladas pela mesma transformação sociocultural da emancipação feminina que sustentou o mercado de eletrodomésticos. Nesse sentido, tornaram-se economicamente interessantes, em resposta às tendências de mudança cultural, a oferta de serviços

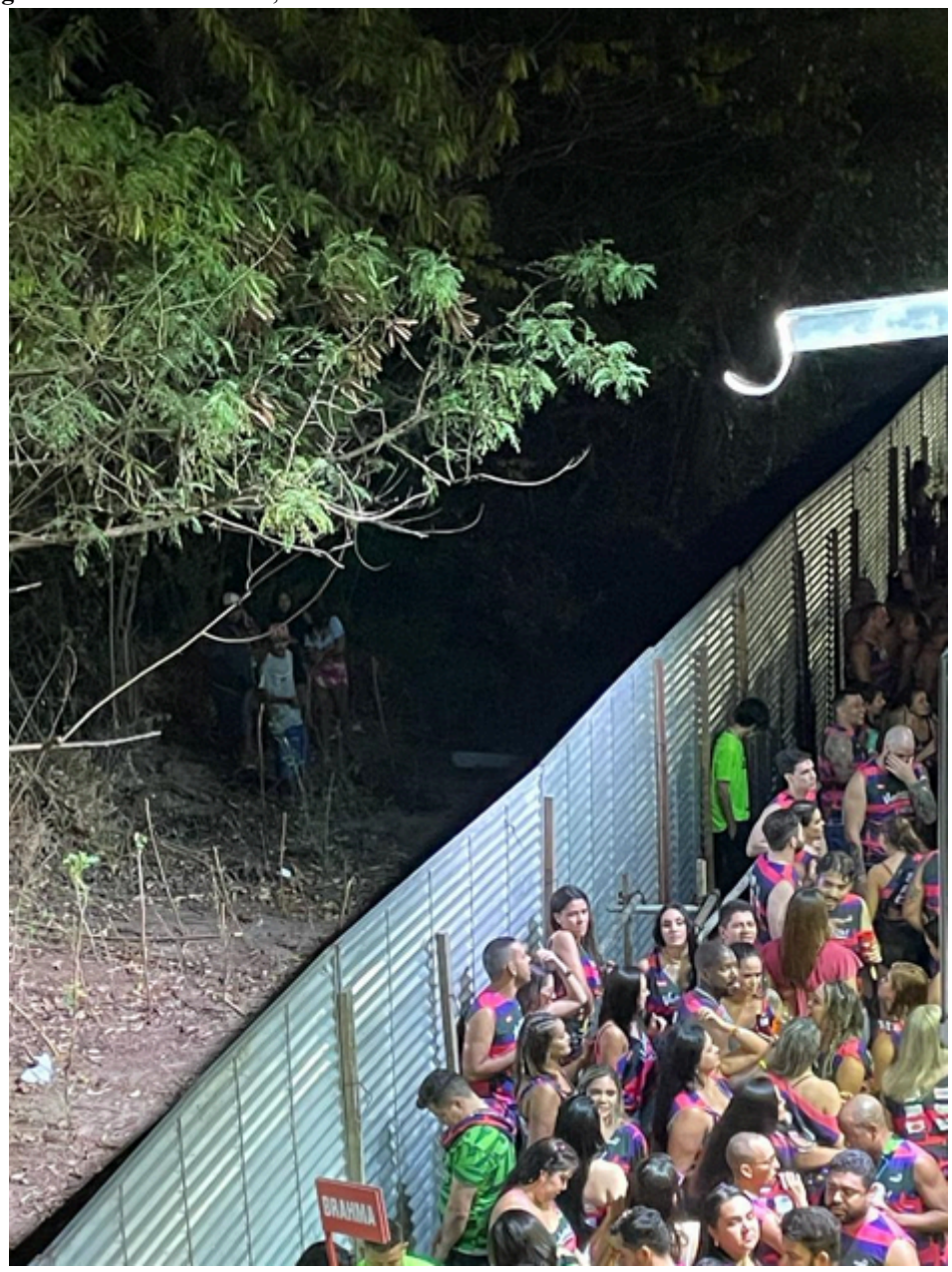
privados de natureza doméstica em estabelecimentos fixos, atendendo múltiplos clientes, e não mais sob demanda, em visitas domésticas. Os médicos deixam de ser médicos da família, antes realizando visitas domésticas, assim como o fazem as provedoras de serviços em beleza e os tutores para crianças, por exemplo. A popularização desses serviços ocorreu conforme atividades de natureza doméstica privada foram coletivizadas. E em função da natureza doméstica e privada das atividades que envolvem, elas adquirem uma lógica locacional na cidade em função das residências. As atividades domésticas tem como característica a regularidade e a familiaridade. Desse modo, tanto para a otimização do tempo como para a manutenção da familiaridade é crucial mantê-las perto do lar. No entanto, são as residências que comandam a localização desses estabelecimentos. E esses estabelecimentos passam a valorizar a localização, estimulando novas residências.

Já as atividades coletivas que antes ocorriam no espaço público, notadamente a festa, mas também as trocas, que antes tinham a centralidade urbana e o mercado - que durante muito tempo se confundiram - como lugar, por sua vez, se privatizam em espaços coletivos particulares. E aqui há uma evidente forma de segregação na articulação territorial das classes médias-altas: a filtragem econômica de acesso. Do mesmo modo que a terra mercantilizada é organizada pela lógica do mercado, também o é a privatização da coletividade. Da mesma forma que a lógica de mercado de bens imóveis não é a sua distribuição, mas a distribuição do seu acesso, a coletividade, tornando-a não pública, pode ser privatizada e filtrada distribuindo diferencialmente o acesso ao encontro.

Se o carnaval ainda é a expressão arquetípica da festa, que não só ocorre no espaço público mas subverte a ordem da constrição, do trabalho e da hierarquia social como momento de dispêndio; o evento como mercadoria no mercado do entretenimento, a exploração comercial do acontecimento no tempo e no espaço, seja da festa ou do encontro em torno de qualquer ocasião especial, é o seu oposto. O Fortal, por exemplo, festa privada de pré-carnaval, que antes ocorria nas vias públicas da Beira-Mar, hoje acontece em um terreno privado, que simula uma via pública (a Cidade Fortal), mas sempre vendendo o acesso ao evento. Possuindo valor específico em função da raridade, criando marcos de transformação no cotidiano, oferecendo "fuga da rotina", o evento privado não demanda centralidade e pode se beneficiar de localizar-se

onde for mais vantajoso ou onde for possível. Consumidores migram em massa, temporariamente, para bairros periféricos, regiões metropolitanas e até outras cidades em busca do consumo de eventos, como ilustra, em diferentes escalas, o Fortal, no bairro Manuel Dias Branco, ou o Rock in Rio, na zona oeste em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro.

Figura 63 - Fortal em 2022, ilustrando o cercamento do evento como cercamento do encontro



Fonte: cedida por Hugo Barreto

O mercado, como observa Vargas (2018), ao longo da história urbana manteve-se por muito tempo como um espaço com todos os atributos de um espaço público, sendo inclusive eminentemente um lugar de encontro entre classes sociais. Sua privatização foi progressiva, remontando ao desenvolvimento do estabelecimento varejista (a loja) no século XVIII e progressivamente ao longo do século XIX, conforme a condição de espaço público por excelência começa a se erodir com o desenvolvimento das arcadas, das grandes lojas e das galerias. No século XX se consolida a privatização dos mercados, tendo os super e hipermercados e os shoppings centers como formas arquitetônicas (e urbanísticas) que concretizam tal erosão completa do mercado como lugar do público. A privatização do mercado é talvez a mais expressiva forma de segregação e articulação de territórios intra-urbanos, pois configura a divisão do espaço público não só pela desfiliação de uma classe deste espaço, mas porque o reproduz como alternativa simulada em outro espaço. Vargas (2018, p. 178) observa que desde os primórdios da interiorização do mercado público (e portanto do seu eclausuramento enquanto enclave, adicionamos) "as atividades desenvolvidas foram, em essência, as mesmas: trocar, conversar, comer e beber, informar-se, divertir-se, fazer negócios e política, ou apenas deixar-se levar".

No Brasil, conforme Vargas (2018), os primeiros edifícios de mercados públicos surgem no século XIX, conforme o crescimento das cidades e sua urbanização demanda a organização do espaço público, e cumprem sua função eminentemente pública. Em Fortaleza, o Mercado Público de Fortaleza remonta à Silva Paulet, construído no início do século XIX, no Centro, reconstruído em 1930. Mais tarde, o Mercado da Carne (o Mercado de Ferro) foi construído também no século XIX, na Praça Carolina, no Centro, e pouco tempo depois foi dividido em dois e instalado na Aldeota e no Lagamar. Mas menos do que os mercados públicos, a figura da Praça do Ferreira, como vimos, operava como um mercado de formato que remonta aos setecentos na europa, um espaço público central cercado de estabelecimentos comerciais. É a partir dos anos 1960 que os supermercados (chamados mercantis em Fortaleza), hipermercados e shoppings surgem em Fortaleza e criam as condições de possibilidade para o enclausuramento da experiência urbana das classes médias-altas, oferecendo a simulação do público sob a forma do espaço coletivo privatizado. Processo que culmina com a inauguração do

shopping Center Um, na Aldeota, e mais tarde no shopping Iguatemi, na zona sudeste, e mais tarde na implantação de diversos shoppings na cidade de Fortaleza.

Antes mercados e eventos se constituíam organicamente como centralidades no espaço e no tempo da cidade. Com o desenvolvimento urbano capitalista, os setores imobiliário e terciários atuam produzindo artificialmente valores de centralidade em grandes projetos. Os estabelecimentos em que ocorrem as atividades de natureza coletiva privatizadas não se localizam de forma flexível, como os estabelecimentos que suprem as demandas das atividades domésticas coletivizadas. Ao contrário, atuando como centralidades geográficas, no caso da privatização do mercado, ou como exceções no tempo e na rotina, como no caso da privatização dos eventos, os indivíduos se adaptam a eles e arcam com os custos de acessibilidade.

Os moradores do Cocó articulam bem essa lógica conforme justificam suas decisões locacionais. As respostas tendem a incorporar uma formulação em comum: "aqui tem tudo", "é perto de tudo". Na superfície, a resposta indica a lógica de avaliação locacional como a disponibilidade de recursos necessários para reprodução social: a praticidade como otimização do acesso. Ideia que Villaça perseguiu em uma minuciosa análise crítica da disputa pelo tempo irreproduzível. No entanto, ao serem desafiados a qualificar o que querem dizer especificamente por "tudo", é possível avaliar como essa praticidade é distribuída e relativizada, evidenciando um cálculo hedônico locacional muito mais complexo. A acessibilidade como qualidade é sempre ponderada por diversos fatores de classe, fração de classe e individuais.

Os entrevistados tendem a indicar imediatamente os gêneros de primeira necessidade cotidianos e as atividades domésticas externalizadas primeiro, que podem ser categorizadas como mercados não especializados (padarias, supermercados, farmácias, etc, estoques de mercadorias banais) e atividades de lazer e cuidado de si rotineiras (os restaurantes comuns, academias, pilates, fisioterapia, hidroginástica, atividades extracurriculares de filhos como natação, balé, karatê, cursos de línguas, reforço escolar). Ou seja, mapeiam o primeiro nível superficial da praticidade do consumo banal e cotidiano, que torna a experiência urbana bastante confortável, mas que é algo facilmente reproduzível em outras localizações. Em segundo lugar, frequentemente são indicadas as escolas e os hospitais ou estabelecimentos médicos de urgência. A repetição desses dois serviços merece análise específica. São elementos que

se relacionam à externalização doméstica que demandam uma discussão mais aprofundada para desdobrar sociologicamente a importância histórica contínua na construção do território intra-urbano das classes dominantes.

6.1.1.1.1. As escolas

Escolas são apontadas como um elemento de alta relevância por famílias com filhos, em alguns casos tendo precedido as atividades domésticas e privadas externalizadas como elementos imediatamente narrados. Colégios frequentemente são pontas de lança de valorização locacional, fenômeno observado por Villaça (2017), e como vimos, ocorrido em Fortaleza. Isso se dá por poderem, na história brasileira, inicialmente prescindir de centralidade dada a sua escassez e, portanto, baixa competição de oferta. Em Fortaleza, como vimos, os alunos do Colégio Militar na década 1880 se locomoviam para o estabelecimento apesar da dificuldade de acesso que representava chegar até a região do Outeiro então. Atualmente não se pode atribuir exatamente a mesma potência de geração de fluxo aos colégios, dada a sua maior oferta.

No entanto, observando o movimento de colégios tradicionais na zona leste e na zona sudeste (que implantaram sedes mesmo em zonas de baixa densidade), percebe-se que eles ainda operam como um elemento essencial para a ocupação de classes médias-altas em frentes de expansão imobiliária. Os colégios Integral e Geo Dunas (atualmente sede da faculdade Fanor), por exemplo, são exemplos de colégios particulares para classes médias e altas implantados na frente leste de expansão imobiliária quando ela estava longe de possuir a densidade que possui hoje. Os colégios permitem concretizar inicialmente o desejo suburbano de abandonar áreas de maior centralidade. Esse abandono pode acontecer por decisão estética de estilo de vida (viver afastado, em grande propriedades que permitem a fruição privada) ou por decisão econômica (viver mais barato, tornando renda disponível, ou com expectativas de ganho futuro). É evidente que os colégios permitem a otimização em termos de acessibilidade do transporte diário dos filhos, mas, em termos sociológicos mais específicos, a razão pela qual são valorizados é porque permitem a manutenção de uma vida socioespacialmente reduzida para a socialização dos filhos em meios homogêneos de reprodução cultural.

Os colégios, Bourdieu (1982, 1997) observou em seus estudos sobre educação, são recursos imprescindíveis para o acúmulo de capital cultural e reprodução social de classe. São os centros de reprodução da cultura legítima, onde o capital cultural herdado na socialização primária garante o posicionamento em termos de sucesso cultural, e onde tal sucesso deságua no encaminhamento para os próximos centros de acúmulo de capital cultural, o ensino superior, onde será adquirido capital cultural convertido em capital simbólico (o título) e ambos em capital econômico, convertendo o acesso facilitado a postos de trabalho especializados no mercado em renda. E também são lugares de produção de capital social e de reprodução de valores de classe, de aculturação em determinado lugar social, de formação de um sense of one's self, de garantia de socialização dos filhos em "bons ambientes", de "famílias de bem". Como expressa F03COCO, o colégio é importante porque garante que,

> nos dias de hoje, do jeito que é fácil conseguir drogas… e essa coisa da sexualidade [referindo-se ao homossexualismo], que ele [o filho] não ande com má influências, não tenha essas má influências na vida, né, porque os pais não controlam a vida dos filhos, não tem como, especialmente com a internet hoje em dia, a gente só pode educar, tentar escolher a melhor educação, e torcer, né.

Não há dúvidas sobre a importância da formação educacional no sucesso econômico e também não há dúvidas de que os indivíduos entrevistados experienciaram tal relação em suas trajetórias pessoais: mesmo os que apresentam trajetórias ascendentes, advindos de famílias do interior, ou da periferia, estudaram em "bons colégios", ou "conseguiram se formar", inclusive por meio de grandes esforços familiares e pessoais, para acessar tais centros que fornecem o capital cultural, social e simbólico mínimo, um ticket de entrada legítima nas classes médias e altas. Consequentemente, reproduzem a mesma "receita" de sucesso na educação de seus filhos, com mais afinco do que aqueles que não experienciaram as mesmas dificuldades no acesso à educação como recurso posicional.

Os colégios atuam equipando socioculturalmente as frentes de expansão da zona nobre, tanto garantindo a oferta de capital cultural imprescindível a menor custo de mobilidade (dado o peso que possuem na formação da demanda de mobilidade das famílias), como oferecendo centros de socialização socialmente homogêneos - uma vez

que filtram os alunos por renda familiar - para as famílias de classes médias e altas em uma nova vizinhança. Como consequência do enclausuramento, a socialização "na rua" não faz mais parte do estilo de vida das classes dominantes, mesmo que equipamentos para tanto estejam disponíveis. Como mostram os entrevistados com filhos pequenos, nenhum deles cria suas crianças permitindo acesso sem supervisão a ruas, praças e transportes públicos (ou mesmo a áreas comuns dos edifícios), e nenhum afirmou pretender estimular esse acesso na adolescência dos filhos, pretendendo

> deixar e buscar, mesmo se for de madrugada… porque hoje em dia não existe mais uma vida como era antigamente, como eu cresci, né. Eu voltava de ônibus, andando, de noite, nunca me aconteceu nada… Até no condomínio você não tem essa segurança toda, um dia desses tava aí no jornal, um caso de um zelador que era pedófilo, imagina aí, o seu filho passar por isso, na sua própria casa… (F11PAP)

Os colégios, então, viram o lugar fora do ambiente doméstico onde a socialização cotidiana dos filhos se concretiza enclausurada e encasulada. Conforme a infantilização dos filhos perdura ao longo do ciclo de vida, a lógica da creche perdura da mesma forma: os colégios viram o lugar seguro e encerrado onde os filhos se mantém e restringem sua socialização, "sem precisar sair para a rua" (F03COC), enquanto ambos os pais trabalham durante horários diurnos. A partir da década de 1990, com o aumento da violência urbana, da fala do crime e da desfiliação do espaço público por parte das elites, o estilo de vida suburbano de morar afastado só se torna viável com os colégios, especialmente conforme as mulheres já não estão disponíveis para exercer o controle matriarcal necessário ao estilo de vida suburbano romântico. E mesmo em bairros nobres satélites da Aldeota, que não podem ser considerados exatamente suburbanos, eles se tornam essenciais como parte do estilo de vida das classes médias e altas, pois garantem um "suburbanismo" encasulado, suficientemente longe dos centros.

A não autonomia dos filhos exige um custo diário de locomoção, resolvido em alguns casos, inclusive, com a contratação de motoristas, assim como a estruturação de uma rotina de locomoção em função dos horários escolares. Uma entrevistada aposentada (F04COCO) cita, inclusive, como "uma das épocas mais estressantes da sua vida" foi quando precisava lidar com a dificuldade e custo com combustível para manter os filhos no colégio Christus Anexo (localizado na Aldeota), "que era o melhor da

cidade", assim como em diferentes atividades extracurriculares na Aldeota, enquanto residia e trabalhava no Bairro de Fátima, "quando nem existia essa história de tempo integral, pra você ter noção!". Faz muito sentido, portanto, o elemento "bons colégios" como grande modulador do cálculo locacional, dado a sua inevitabilidade de consumo (não se pode escolher não matricular o filho em um colégio), sua importância como recurso de classe (é necessário um bom colégio para reprodução do capital cultural de classe) e o peso da sua acessibilidade na otimização do tempo.

6.2.1.1.2. Os hospitais

Mas e hospitais ou estabelecimentos médicos de urgência, porque constam com frequência e lugar no discurso semelhante ao dos colégios? Ao contrário dos colégios, que estruturam rotinas e encerram os jovens em ambientes "seguros", os hospitais e serviços médicos, como clínicas especializadas e laboratórios, são serviços de exceção. Para além de profissionais da medicina, importante fração das classes médias-altas, e das famílias com membros com necessidade de tratamentos específicos, tais estabelecimentos não estruturam a rotina das famílias de modo a otimizar seu tempo de forma significativa.

A citação destes estabelecimentos se torna mais curiosa quando se verifica que muitos informantes afirmaram escolher médicos com base em indicações da sua rede social e não em função da praticidade de acesso. E alguns informaram que médicos, por sua vez, indicam laboratórios de preferência para realização de exames, que os informantes acatam ou não, dependendo da especialização e, consequentemente, da raridade do serviço. A lógica do mercado da medicina ilustra o que é verdade para serviços de alta especialização como um todo. Em função da raridade da oferta, é possível atribuir menos importância à localização, repassando o custo da acessibilidade para o consumidor. Já os estabelecimentos de consumo banal, de alta competitividade, se reproduzem em diversos lugares (salões de beleza, farmácias, restaurantes comuns etc.), tentando transformar a acessibilidade do consumidor em vantagem de negócio. Os profissionais liberais também são citados por Villaça como usos que podem prescindir de centralidade e iniciam o processo de mudança para frentes de expansão em valorização. Em Fortaleza, não só a Aldeota foi marcadamente ocupada por residências

de médicos, mas um marco do imaginário geográfico dos informantes no bairro de Lourdes, por exemplo, é a mansão e o escritório de um grande advogado criminalista local, Paulo Quezado.

A razão pela qual hospitais e serviços médicos despontam como relevantes parece ser o contrário da lógica dos colégios. É precisamente por desestruturar a rotina que a sua proximidade é lembrada como elemento de segurança e conforto. Apenas uma informante (F03COCO) apontou para um evento de saúde, um engasgo, que "se não tivessem me levado às pressas para o [hospital] São Mateus, hoje eu estava morta". Embora outros informantes não tenham passado por traumas semelhantes. O fato é que a eventual necessidade não previsível, não ordenável e não ignorável - a urgência - de precisar de tais serviços para si ou para outros desestrutura a rotina, atrapalhando o trabalho e todas as outras atividades cotidianas. Pode ser necessário acompanhar doentes, realizar visitas ou "ter que sair correndo de madrugada numa emergência dessas, nunca se sabe" (M02COCO). Experiências que envolvem situações de mal-estar, desconforto físico e insegurança, nem sempre graves, são sempre marcantes. Nesse sentido, a presença dos serviços médicos que atendem as urgências comunicam segurança de forma pungente, apesar do seu uso esporádico e evitado.

Mas há ainda uma dimensão simbólica de valoração dos hospitais mais profunda do que a sensação de segurança que sua proximidade produz.

> É uma vergonha que nossa saúde pública seja assim, mas ninguém que ficar na fila do SUS, largado lá no corredor, esperando meses por um exame que você precisa (...) as pessoas fazendo favores políticos, passando na frente, às vezes de gente que precisa muito mais, é uma vergonha (...)" (F03COCO)

O acesso ao mercado privado de saúde se tornou, tanto quanto o carro e a habitação em condomínio, um marcador do estilo de vida das classes médias-altas (KERSTENETZKY, 2013, 2015). Embora sem dúvidas o sistema de saúde pública brasileira esteja longe da capacidade de atendimento ideal, certamente ele também não corresponde inteiramente ao imaginário que dele possuem as elites que prescindem do seu uso. Avaliar essa representação, o quanto ela adere ou não adere à realidade e o discurso político em relação ao Estado que ela mobiliza não nos interessam aqui. O que nos interessa é a importância do elemento na composição do estilo de vida de classe média-alta e o papel de oposição que possuir ou não possuir um plano de saúde

cumprem na valoração de serviços médicos privados nos cálculos locacionais das elites. Nenhum dos informantes citou o Hospital Geral de Fortaleza, localizado no Papicu, como uma vantagem locacional. Pelo contrário, alguns inclusive o classificaram negativamente, indicando que o tipo de comércio e pessoas que ele atrai para o seu entorno "não são muito legais" (F08COCO). A valoração dos serviços de urgência médica são atribuídos sobretudo ao Hospital São Mateus, instituição particular, e às torres empresariais que concentram clínicas e laboratórios.

Ao longo da história urbana de Fortaleza, vimos que a insalubridade associada à concentração da pobreza, especialmente com a chegada de retirantes, foi um elemento discursivo significativo nas políticas de afastamento da pobreza e configuração da segregação. Conforme as cidades foram afogadas pela hiperurbanização dos anos 1960-80, as suas infraestruturas de saúde também foram saturadas. Apesar da presença de diversas clínicas médicas particulares na Aldeota[130], até então os hospitais públicos pareciam ser equipamentos relevantes para as camadas de alta renda - o Hospital Militar de Fortaleza, assim como o HGF foram instalados em frentes de expansão do setor leste, aquele nos anos 1940, este nos anos 1960. O primeiro hospital particular de Fortaleza (Gastroclínica) surgiu na década de 1970, na Aldeota, como uma clínica especializada em endoscopias, e a alta demanda logo permitiu que suas atividades fossem expandidas se tornando um hospital (RODRIGUES, 2019).

O não compartilhamento dos serviços públicos é parte fundamental do processo de desfiliação das elites do espaço e da esfera público. O enclausuramento em enclaves residenciais das elites, conforme observou Caldeira (2001), se desenvolveu expressivamente a partir do final da década de 1980 em função do crescimento da violência urbana e da ampliação de direitos, mas o início da desfiliação do espaço público por parte das elites precede esse marco do modo de habitar, no sentido de que o enclausuramento dos mercados já se desenvolvia. Se adicionarmos a esse processo o desenvolvimento de uma rede alternativa de saúde (e de educação), ilustra-se a segregação da experiência urbana em outra dimensão política e espacial da vida: a da relação com o poder público através da oferta de serviços de educação e saúde. Os hospitais públicos sobrecarregados tornam-se ponto de contato com as massas pobres

[130] A relevância dos serviços médicos particulares é evidente na riqueza acumulada por médicos bem antes da existência de grandes estabelecimentos de saúde privados. O atual Fórum Dolor Barreira, por exemplo, foiuma mansão pertencente ao médico Joaquim Eduardo de Alencar.

insalubres, que representaram durante décadas o influxo incômodo de “tipo estranhos” no centro histórico da cidade, comandando violências simbólicas e físicas tão crueis quanto o trabalho não remunerado e campos de concentração. Por isso são prontamente substituídos por uma rede à qual se garante acesso através da participação, literalmente, de um clube.

A presença dos serviços privados de saúde, portanto, atuam como pontos de acesso e marcos simbólicos da presença da infraestrutura privada que substitui o Estado e, nesse sentido, garantem a disjunção e a higiene social da experiência urbana ao estarem amplamente disponíveis (aos assinantes) no caso de necessidade.

6.1.1.1.2. A garantia da homogeneização da experiência cultural e corporal

A importância das escolas e dos hospitais como elementos que se destacam na lógica de valoração locacional revela como para além do espaço residencial, a externalização da vida doméstica e privada são fundamentais tanto na otimização do tempo (através da rotina estruturada, mas também da rotina desestruturada), assim como na construção do território como ambiente doméstico ampliado de familiaridade.

A localização residencial na cidade é essencial na leitura do espaço urbano, na construção da sua imageabilidade (LYNCH, 1960), na sua cognição enquanto meio experienciado. Lynch reconhece que o fato de que sua teoria sobre como atribuições de valores sociais ao espaço afetam a imageabilidade não significa que eles não o façam, ele apenas não produziu a metodologia para levar tais fatores em consideração e favorece encontrar elementos formais essenciais que dirigem a percepção e leitura da cidade. No entanto, experiências com mapas valorativos, tais como a utilizada por Van Gent et al (2016), nos mostram que eles são relevantes na construção de imagens mentais e na apropriação diferencial e segregada do espaço.

Embora não tenhamos mapeado as valorações atribuídas ao espaço da cidade através de entrevistas, a relevância das escolas e hospitais em termos de frequência e repetição entre os informantes apontam para o seu funcionamento como marcos referenciais de mapas mentais através dos quais os indivíduos estruturam a cidade conceitualmente - atribuindo o posicionamento de elementos e valores a esses elementos em um mapa mental compartilhado. E uma vez que são apontados como

elementos estruturadores do espaço concebido pelos indivíduos, atuam como marcos de familiaridade. E são precisamente elementos de externalização de atividades antes domésticas, na qual o lar era penetrado por indivíduos importantes com acesso diferencial ao seio familiar: o médico e o tutor (ou as próprias mulheres, antes dedicadas inteiramente ao trabalho doméstico de formação de filhos). A longa reorganização do estilo de vida moderno, nesse sentido, se estrutura com o espaço urbano conforme a externalização da vida doméstica requer a manutenção de espaços de classe de reprodução cultural e corporal. A intolerável ideia de misturar os filhos com más influências e de compartilhar o espaço sanitário de vulnerabilidade com outros - aos quais historicamente a subordinação simbólica violentou atribuindo signos de sujeira, perversão e indignidade - transforma escolas e hospitais, de certa forma, em itens de primeira necessidade de filtragem econômica de classe uma vez que concentram os principais mecanismos de reprodução de capital cultural e social e do próprio corpo de classe em meio à cidade insalubre.

Lembremos que a hexis corporal, a dimensão do *habitus* transformada e expressa no corpo socializado via internalização do exterior e exteriorização do interior (BOURDIEU, 2013c, 1990), não está só relacionada às disposições corporais, aos modos de andar e falar, mas também está profundamente relacionada às marcas corporais: da cor da pele à pele queimada de sol, do corpo asseado conforme as normas culturais vigentes ao corpo sujo, do corpo são ao corpo com marcas de doença e desnutrição. Goffman (1959, 2004) demonstrou a importância dos estigmas corporais na socialização, na produção da identidade e na subordinação dos indivíduos, internalizada pelos próprios portadores de marcas estigmatizantes. Ao contrário, o corpo desprovido de tais marcas, portando marcas de valor, produz o efeito inverso ao estigma, socializa o corpo legítimo e o transforma em recurso. Os alemães nazistas adoraram extensivamente o corpo caucasiano e estigmatizam extensivamente as marcas corporais do judeus, ciganos e negros, na tentativa de afirmar sua superioridade em função da afirmação da inferioridade dos que pretendia subordinar e violentar. À nobreza castelhana se atribui a popularização da expressão "sangue-azul", conforme as veias visíveis sob a pele pálida eram valorizadas como forma de distinção em relação à miscigenação com os mouros e com a pele camponesa bronzeada exposta ao sol. Em uma sociedade estruturalmente racista como a brasileira, cuja biopolítica (e

necropolítica), condenou sistematicamente a raça negra mesmo em seus traços herdados, condenando a reboque toda a miscigenação que constituiu a maioria da população parda brasileira, e em uma sociedade em que o corpo camponês foi sistematicamente condenado como corpo doente ao longo da urbanização durante êxodos rurais em massa, a reprodução de um corpo o mais embranquecido possível e portador de saúde conforme as normas sociais ao longo do tempo, não há dúvidas, deixa suas marcas no jogo da distinção social até os dias de hoje.

A importância visceral do corpo e dos modos, reproduzidos nos hospitais e nas escolas, qualifica a ideia de que esses equipamentos poderiam prescindir de centralidade, tal como afirma Villaça (2017), colocando-os no repertório de equipamentos que atuam como elementos de atração locacional das elites. Quaisquer equipamentos que possam prescindir de centralidade, necessariamente possuem valor de centralização em si mesmos. A qualificação sociológica de alguns desses equipamentos, como as escolas e os hospitais, ilustra como o processo de decisões locacionais de equipamentos e de seus usuários consumidores, em função um do outro, estão intimamente atrelados a um jogo de readaptação geográfica, cultural e de sociação no processo de reificação do espaço social na ordenação da rede de habitats que compõem o espaço urbano.

6.2.2. Flânerie II

Ao descer da estação do VLT, ao lado do terminal rodoviário do Papicu, há sempre um dilema: subir a Via Expressa, onde as ruínas de um estabelecimento comercial, abandonado durante a construção do mergulhão que eliminou o cruzamento desta avenida com a Santos Dumont, tornam a paisagem deserta ainda mais hostil; prosseguir pela Rua Joaquim Lima, onde a ocupação de casarões criam uma rua tranquila e sombreada, sem fluxo de automóveis, mas completamente cega, margeada por enormes muros, com cercas elétricas e concertinas, desaguando na lateral do viaduto da Avenida Eng. Santana Junior sobre a Santos Dumont, onde se encontram algumas oficinas mecânicas e uma cama de casal, sob o viaduto, onde habita um casal de moradores de rua; ou percorrer um trajeto mais longo, seguindo para a Rua Pereira de Miranda, ao lado do terminal rodoviário, que permite a travessia da Engenheiro Santana

Júnior e alcançar uma área cuja paisagem construída comunica maior segurança. O dilema afeta a todos. Os que escolhem trafegar sozinhos pela opção da Via Expressa ou pela Rua Joaquim Lima caminham a passos rápidos, no limiar de uma marcha atlética. As mulheres, especialmente, geralmente escolhem o percurso mais longo da Pereira de Miranda. E quando andam os transeuntes em grupos, o percurso da Joaquim Lima parece ser o preferido. A massa de transeuntes que deixa a estação cria pequenos grupos informais de forma tácita, estranhos caminham mantendo uma distância suficiente para respeitar espaços pessoais, mas também suficiente para estarem juntos.

À noite a chegada ou a saída da estação é estafante. Os comércios fechados não amenizam mais o trajeto pela Rua Pereira de Miranda, o espaço intersticial abaixo e ao lado viaduto se transforma em uma sombria caverna, a Rua Joaquim Lima cria um ermo percurso em que se pode ser facilmente encurralado, e as ruínas do antigo comércio na Via Expressa ganham um aspecto assombrado, especialmente quando se avista algum morador de rua transitando no seu interior. Uma sensação de alívio ocorre quando se constituem os grupos informais nos percursos. A reserva opera como regra de conduta nessas situações. Se aproximar demais ou quebrar o silêncio é facilmente lido como gesto ameaçador, salvo por raros e curtos cumprimentos que comunicam intenções não hostis por baixo da polidez. A tensão e estado de alerta é tamanha, que o simples ruído do tênis de um praticante de corrida que muda direção abruptamente causa um grande sobressalto em mim e uma transeunte que aproveita a carona da minha presença. Os meus batimentos cardíacos demoram para desacelerar após o choque de adrenalina em algo tão banal quanto caminhar até a estação de trem.

A mobilidade pedonal e suas agruras no bairro parece ser uma tarefa ignorada pelos residentes de classe média-alta desses bairros e imposta aos trabalhadores que chegam e deixam os bairro diariamente, em um movimento pendular entre a zona nobre e os seus locais de residência na periferia. Em todos os trajetos em transportes públicos, que resultam em trajetos pedonais de diferentes tamanhos, é possível reconhecer indivíduos que trabalham como operários do setor terciário, estudantes de instituições de ensino superior privado ou ambos, carregando mochilas essenciais para a mobilidade diária [commuting], com fardas, garrafas de água, lancheiras, fones de ouvido, carregadores de celular e às vezes material escolar e computadores. O conjunto de calças e tênis brancos denunciam os operários do setor da saúde. Fardas diversas

denunciam os trabalhadores das empresas e comércios. Ao deixar o VLT da linha Parangaba-Mucuripe ou um dos ônibus que saem do terminal rodoviário do Papicu, que recebe um volume estimado de 160 mil passageiros por dia[131], descendo nas proximidades do Bairro de Fátima, bairro nobre ao sul do Centro, os transportes seguem para os terminais da Parangaba ou do Siqueira ainda superlotados.

Figura 64 - saída de trabalhadores vindos da estação da Parangaba na estação de VLT Papicu

Fonte: produzido pelo autor

[131] Segundo números mais recentes divulgados em notícia oficial da Prefeitura de Fortaleza do ano de 2024. Números mais antigos indicavam um volume de até 270 mil passageiros por dia. Disponível em: https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/etufor-transfere-27-linhas-de-onibus-para-novo-terminal-provisorio-do-papicu

À exceção de dois informantes (um deles padecendo de pânico de dirigir), todos os entrevistados afirmaram transitar para os seus locais de trabalho, estudo ou consumo (regulares ou esporádicos) utilizando automóveis, mesmo para alcançar lugares a apenas algumas quadras de distância de suas casas. Em sua maioria, utilizando automóveis particulares. Em alguns casos, utilizando-se extensivamente do serviço oferecido pelo aplicativo Uber. A única situação em que o tráfego pedonal é citado é, em alguns casos, no acesso às praças para realização de caminhadas. Nem mesmo o acesso às academias foi citado pelos informantes, embora seja visível ao trafegar no bairro que estes parecem ser espaços de atividades em que residentes mais jovens, especialmente homens, ainda acessam a pé. Os pontos de sufocamento - áreas de tensão e incômodo físico ou psicológico elevados, em que o fluxo pedonal ou via transportes públicos são particularmente incômodos pelo resultado da hipossuficiência de infraestruturas, da cultura do medo e da paisagem construída - não parecem afetar os moradores de classe média-alta da região. Nenhum deles citou tais pontos de notável incômodo na experiência de chegar e deixar o bairro, experienciados por mim ao trafegar a pé pelos bairros, como zonas de insegurança ou como problemas do locais que merecem intervenção. A experiência pedonal e de acesso via transporte público era unanimemente não familiar para os informantes, mesmo entre os mais jovens, que não puderam descrever nenhuma experiência recente nesse sentido, podendo apenas rememorar um passado relativamente distante da adolescência, "quando a cidade não era tão perigosa como hoje, e dava pra andar na rua sem ser assaltado" (F05COCO).

A desfiliação do espaço público é mais do que um fenômeno político e social. O abandono das vias como equipamentos de tráfego pedonal resulta na eliminação da experiência corporal de utilizar ruas e espaços públicos para mobilidade e, sobretudo, como lugares de sociabilidade e encontro. O mesmo é verdade para experiência de mobilidade compartilhada em outros transportes públicos. Uma vez que o habitus, conforme Bourdieu (2013c, 1990), se inscreve no corpo pela interiorização da exterioridade e exterioriza a interioridade do sujeito socialmente constituído, a desfiliação do espaço público no contexto da fobópole se configura como uma espécie de agorafobia compartilhada. A experiência do espaço público é condenada a partir do medo e do asco, sensações de incômodo fisiológico e psicológico que comandam práticas de habitar, consumir e de mobilidade que dependem dos enclaves e do carro

para garantir a articulação de um circuito encasulado, garantindo um território em sua condição zona de conforto ético e estético.

A progressiva falta de familiaridade com a experiência de habitar o espaço público, produzindo o completo enclausuramento e encasulamento da experiência corporal da cidade, resulta em um processo retroalimentador da desfiliação das camadas de alta renda do espaço público e da esfera pública. Na cidade capitalista, os benefícios da cidade podem ser garantidos no mercado de localizações, e os malefícios da cidade podem ser sanados adquirindo produtos e serviços que aumentam a distância social entre classes. O mercado da segurança e de automóveis, por exemplo, operam em conjunto no atendimento de tais demandas da vida urbana desfiliada dos problemas coletivos. Ao justificar porque carros de grande porte e blindados são bons investimentos, dois informantes apontam para a segurança que eles garantem enquanto armas contra a insegurança. Em caso de uma abordagem, ou mesmo de uma movimentação suspeita, é possível "passar por cima sem medo" (F04COCO), atropelando indivíduos ameaçadores ou que pareçam ameaçadores. Do mesmo modo, o pesado investimento compartilhado em seguranças armados diante dos portões de entrada de carros são justificados, pois garantem a tranquilidade dos segundos de espera da abertura de portão pelo porteiro, momento repetidamente apontado como elemento de tensão na experiência de mobilidade motorizada, assim como também são apontadas as permanências nos sinais de trânsito durante a noite.

A diferença de mobilidade garante o desencontro, a ausência da co-presença necessária para a interação social, enquanto estratégia de segregação. Evita-se o encontro com outros socialmente distantes ao caminhar nas ruas ou ao esperar e utilizar transportes coletivos. Mas, sobretudo, a opção pelo transporte individual enclausurado garante a diferença de experiência da cidade, amenizando grandemente seus malefícios e otimizando os seus benefícios. Do ponto de vista do indivíduo motorizado, a saturação dos transportes públicos e a exposição ao encontro potencialmente ameaçador, é continuamente amenizada conforme automóveis são equipados cada vez mais com funcionalidades que garantem uma permanência segura e confortável no seu interior: melhorias ergonômicas, climatização, rádio, aparelhos de DVD, conexões de eletricidade e mídia com aparelhos celulares, vidros blindados e escurecidos. E além disso, os circuitos de enclaves garantem cada vez mais a diminuição da exposição em

seus ancoradouros: estacionamentos privativos subterrâneos ou cercados permitem deixar o veículo no interior de enclaves, profissionais de segurança vigiam esses espaços tutelando a exposição do indivíduo ao espaço público, câmeras de segurança fazem o mesmo ou serviços de manobristas permitem a eliminação da exposição ao espaço público no trajeto entre automóvel e estabelecimento fechado.

A experiência enclausurada, separada dos outros e livre dos problemas coletivos da cidade, se constitui em um importante elemento na composição do estilo de vida das elites urbanas. Uma informante, diante das suas perdas financeiras recentes, tinha consciência de que "se vender o carro, aí acho que vai ser o momento que eu vou saber que eu mudei de classe" (F06COCO). O automóvel particular sem dúvidas se constitui como um recurso de otimização do tempo irreproduzível, mas considerando os altos custos do equipamento, assim como a sujeição a engarrafamentos e ao fato de que a localização das camadas de alta renda já garante a proximidade dos centros, ele se mostra principalmente como uma prática de mobilidade que garante a continuidade da experiência de conforto e segurança que estruturam o estilo de vida das classes dominantes nas cidades que, ao se desfiliarem do seu espaço público, passam a encará-lo movidos por afetos paranoides progressivamente maiores.

6.2.2.1. O território como zona de conforto ético e estético

Uma informante (F06COCO) me explica porque decidiu parar de frequentar o Dragão do Mar e a Praia de Iracema (a Rua dos Tabajaras, mais especificamente), polos de vida noturna habitualmente frequentados pela juventude universitária e de classe média em Fortaleza, mas também por indivíduos de outros perfis socioeconômicos e culturais e onde circulam e permanecem uma grande quantidade de moradores de rua. Ela aponta para o fato de que "se divertir ali ficou impossível". São lugares onde os consumidores de classe média usualmente se concentram em espaços públicos, enquanto entram e saem de lugares fechados Os lugares são socialmente homogêneos, congregam públicos em torno de uma mesma renda familiar e perfil de gosto cultural; as ruas e praças, onde ambulantes vendem bebidas mais baratas, não. Ela apontou para o problema da exposição de permanecer nesses lugares. Não só a presença de moradores de rua, usuários de drogas, bêbados e "uma galera meio estranha", composta por

pessoas significativamente mais pobres - em contraste com bêbados, usuários de drogas e "tipos estranhos" de classe média e alta -, se tornou um fator de insegurança, mas foi sobretudo a contínua interpelação destes indivíduos que se tornou um incômodo. Eventos de violência expressivos e públicos, como assaltos ou conflitos entre os usuários em situação de vulnerabilidade social, tornaram aqueles lugares "insuportáveis", na sua opinião, agora que ela estava madura o suficiente para entender o perigo que corria, "ficando completamente bêbada" diante de tal exposição. Mas não foi apenas a insegurança que afastou a informante desses espaços. Sua narrativa evidencia como a exposição à desigualdade provoca um profundo desconforto estético e moral.

> Eu não sei como os meus amigos conseguem, eu não vou mais porque eu sempre vou parecer a chata. Como é que pode você conseguir ficar bebendo e se divertindo quando bem ali, bem ali do seu lado, você tá vendo, tem uma pessoa deitada no chão, tão lombrada que tá desmaiada, se urinando num colchonete imundo, o cachorro comendo a comida dela, a pessoa ali se acabando, como você consegue simplesmente ignorar e ficar bebendo como se nada tivesse acontecendo, eu não consigo. (F06COCO)

Esse desconforto moral se reproduz conforme o distanciamento físico e simbólico de mundos sociais profundamente desiguais suspende a eficácia do poder simbólico não apenas em sua operação de produzir princípios de di-visão do mundo em favor das classes dominantes, mas também em sua operação de velar a violência da dominação, facilitando seu exercício a partir da valoração das coisas e das práticas (BOURDIEU, 1998). O desvelamento dessa violência coloca os agentes diante de suas próprias agências desveladas e demanda o trabalho emocional de reforçar essa violência pelo afastamento ou pelo cinismo. A informante narra um evento no Dragão do Mar que considerou traumático na sua experiência e que expressa bem sua visão política trágica de que "falhamos como humanidade", alimentada pela experiência de se defrontar com uma cidade desigual que a amedronta e a deprime:

> Lembro de uma vez que um cara deu uma facada no outro… Aqueles moradores de rua que ficam ali, aquela galera estranha que fica por ali, usuário de droga, né, e que você sabe que é onde a galera de classe média compra droga também, né… Um cara simplesmente deu uma facada no outro no meio de todo mundo. Aí todo mundo saiu correndo, gritaria e tal. Ligaram pra polícia, pra ambulância…

> Beleza. Mas aí lentamente as pessoas foram voltando a beber, sabe? O cara lá estendido no chão, sangrando, e as pessoas voltaram a beber e conversar, ali ao redor dele, como se nada tivesse acontecido, sabe? Foi muito absurdo, acho que foi depois disso que eu parei de ir lá. (F06COCO)

Um discurso marcado por uma espécie de weltschmerz é reproduzido por alguns dos entrevistados, especialmente entre aqueles que exibiram valores políticos à esquerda em relação aos problemas urbanos - este grupo de entrevistados é representado notadamente por indivíduos com maior grau de formação acadêmica e/ou com experiências profissionais em cargos do funcionalismo público, e entre os entrevistados mais jovens. Apesar de uma posição política a favor de investimentos de assistência social para as populações mais pobres, comandada por um afeto de solidariedade em relação à vulnerabilidade social imposta pela pobreza, esses informantes também apresentaram um desengajamento político pessimista em relação não só à cidade e ao poder público, mas à sociedade como um todo. Demonstraram ser contra a condenação moral da pobreza, foram críticos ferrenhos da "especulação imobiliária", que consideraram uma prática que comanda a gestão e a ordenação da cidade, contra políticas higienistas e contrários a valores elitistas de exclusão e exclusividade. Mas, de todo modo, reproduzem práticas semelhantes de segregação urbana justificadas pelo discurso da insegurança e, em segundo lugar, por uma valorização compartilhada da zona leste em torno da centralidade da Aldeota como região que oferece a melhor qualidade de vida na cidade. Isso ilustra a lógica flexível e pervasiva do poder simbólico, crucial para sua eficiência, que pode operar segundo discursos muito diferentes, mas resultando em práticas semelhantes que resultam na inércia do mundo social em suas condições assimétricas, garantindo sua reprodução pela ação tanto quanto pela inação. Lefebvre (2001) é arguto em sua análise marxista enfatizando que estratégias de classe de dominação não são necessariamente um conjunto de ações racionais e coordenadas entre agentes dominantes (como frequentemente é evidente na relação entre burguesia e Estado), mas se constituem enquanto tal por resultarem sistematicamente na reprodução da dominação e das suas condições materiais e culturais de existência. Complementando sua observação, o exercício do poder simbólico (e seu princípio guia do habitus), conceito bourdieusiano que entendemos desdobrar com melhor resolução sociológica a noção marxista de ideologia, opera

justamente como um elemento coordenador de discursos e práticas diferentes - e até contraditórias - mas que resultam em estratégias de classe que cumprem os mesmos objetivos.

Além dos espaços públicos de festas, a mesma informante (F06COCO) também narra como não se sente mais confortável em visitar uma amiga que reside "perto da cracolândia ali no Papicu", referindo-se a uma rua de pouco movimento de automóveis, com muros extensos que eliminam sua vitalidade urbana, nas proximidades da favela Verdes Mares, ponto de consumo de drogas e onde há uma concentração constante de moradores de rua. Ela teme pela sua segurança no trajeto entre o carro e a portaria do edifício. Mas além disso, em sua exposição franca, a entrevistada revela como a exposição às condições de pobreza e vulnerabilidade extrema nos espaços públicos produz afetos de asco no seu corpo socializado à distância de tais condições materiais de existência. As práticas (e.g., "fazer necessidades no meio de todo mundo", "andar sem roupa"), a condição corporal de higiene ("a roupa imunda", "as unhas pretas"), os odores ("aquele cheiro forte, horrível"), são narrados com vivacidade pela entrevistada e revelam a visceralidade do desconforto causado pelo seu encontro com a outra extremidade do espaço social nos espaços públicos não vigiados e com regras claras de subordinação dos outros, onde intervenções, usos e signos não conformam o espaço como um contexto normativo de determinação de posições e hierarquias sociais muito bem demarcadas, como nos espaços onde, por exemplo, vigilantes, câmeras, cercas, comunicações visuais, uniformes, usos considerados legítimos, que engendram papeis sociais bem definidos, regulam os corpos, os usos, a permanência, os posicionamentos, os fluxos, as aproximações e as interações entre os co-presentes.

Em lugares públicos como a praça do Dragão do Mar, em que se configuram periodicamente usos de traços carnavalescos, marcadas pela aglomeração da festa e do dispêndio, explorados pelo mercado do entretenimento noturno, "onde ninguém ali está realmente sóbrio, se você parar pra pensar, e alguns estão realmente doidos" (F06COCO), constituem-se fronteiras de territórios intra-urbanos. São lugares onde o encontro de distâncias sociais coloca em relevo um atravessamento parcial de territorialidades que produz interações alternadamente conflituosas ou cooperativas, onde assaltos ou o comércio de drogas podem ocorrer como interações entre os mesmos agentes socialmente muito distantes, por exemplo. Lugares como o Dragão do Mar ou a

"cracolândia" no Papicu podem ser classificados como aquilo que Robert Park (1967) concebeu como regiões morais, lugares da cidade que concentram os "tipos", as "personalidades", as práticas que fogem aos padrões de regulação moral social, que se sustentam nas cidades como um aglomerado de diferenças e comportamentos "desviantes". Eis que, em torno do dispêndio, da festa, e das práticas "desviantes" que elas possibilitam, classes sociais se aproximam física e socialmente em tais regiões morais, como na praça do Dragão do Mar. Em torno de desejos e práticas sexuais, por exemplo, grupos sociais diferentes se aproximam da mesma forma nas zonas de prostituição da Praia de Iracema. A exposição e suspensão de distâncias sociais, i.e., da homogeneidade social, que a natureza fronteiriça de regiões morais produz entre classes que interagem em torno de práticas específicas não necessariamente resulta na integração ou na horizontalidade equitativa. Distâncias sociais podem ser diminuídas, mas ainda operam e se expressam em papeis sociais e regras de interação que submetem a todos em tais territorialidades: o consumidor de drogas ou de sexo das classes dominantes, por exemplo, está subordinado ao poder de agentes dominantes de tais regiões morais (e.g., o traficante, os prostíbulos), é rebaixado socialmente ao compartilhar do lugar comum de "desviante", mas possui de todo modo consigo o poder de consumo que lhe garante a posição de "consumidor" a ser servido por tais mercados.

Embora tais regiões morais também sejam territórios normatizados, campos e habitats que se constituem no limiar da legitimidade social dominante, a imprevisibilidade da exposição gerada pela modificação contextual de distâncias e mecanismos de distanciamento sociais em tais áreas provocam a fuga daqueles que optam por uma experiência urbana não tensionada, longe de fronteiras, preferindo manter-se em um continuum territorial bem circunscrito por um conjunto de limites físicos e simbólicos que, articulados entre si, preservam a estabilidade de uma experiência cotidianamente destensionada.

Para fins analíticos, pode-se conceber que esses limites se articulam em diferentes níveis, produzindo diferentes configurações físicas e simbólicas do território intraurbano das classes dominantes.

Em um primeiro nível, a acessibilidade a uma centralidade funcional e simbólica determina um horizonte de possibilidades locacionais para além das quais a fixação residencial parece fora de cogitação, salvo em enclaves específicos (os condomínios

fechados de casas na região metropolitana, em Aquiraz ou no Eusébio, por exemplo). O efeito da homofilia na configuração de redes sociais na cidade se reproduz em função do efeito de orquestração do habitus de classe, que produz não só afinidades culturais de gostos e estilos de vida, mas também a correlação de semelhanças sociais nos diferentes espaços de atividades em que indivíduos vivem a cidade. A configuração de redes primárias (familiares e amigos próximos) socialmente homogêneas majoritariamente restritas ao horizonte de localizações da zona nobre, como é o caso da maior parte dos informantes, reforça o mais expressivo traçado de um limite amplo que divide o espaço urbano em "cidade" e periferia.

Entre os entrevistados, a experiência de extrapolação física dos limites representados pelos bairros de IDH-B acima da média foi relatada em alguns casos, todos eles relacionados a 1) vínculos familiares em bairros populares (em casos de mobilidade social ascendente do indivíduo ou dos pais), 2) obrigações profissionais (estágios universitários ou locais de trabalho em equipamentos públicos) ou 3) a obrigações funcionais ("o Detran", por exemplo, situado no bairro da Maraponga, foi repetidamente citado como "o lugar mais longe" que os entrevistados já alcançaram em Fortaleza). Foram raros os casos de amigos e familiares próximos aos quais se visitava com frequência que se estendiam para além do horizonte das imediações da zona nobre. E entre estes, muitos dos casos se referiam a enclaves residenciais na região metropolitana ou na zona sudeste de Fortaleza: condomínios em Aquiraz, Eusébio ou na região da Lagoa Redonda, no eixo sudeste. Em nenhum dos casos foram citados vínculos sociais localizados em bairros de IDH-B Muito Baixo ou especificamente em comunidades de concentração de baixa renda em áreas centrais. A configuração geográfica das redes narradas pelos entrevistados vai ao encontro dos estudos empíricos sobre segregação e diferenças de redes sociais que mostram que, muito embora redes sociais das camadas de maior renda possam cobrir amplas distâncias físicas, elas raramente cobrem grandes distâncias no espaço social.

A macrossegregação residencial não resulta apenas na homofilia resultante da aglomeração espacial. Como observou Villaça (2017), a concentração residencial das elites resulta na reprodução da sua vida cotidiana dentro de um espaço reduzido da cidade. A repetição de lugares e trajetos limitados desenha os limites mais amplos da zona de conforto do território das elites, correspondendo à extensão e configuração

compartilhada de um mapa mental de classe. Fora desse repertório espacial, atribui-se o status geográfico de “longe”, e frequentemente o status social periférico de “quebrada”, , “lá não sei aonde”, “meio do mato”, “lugar esquisito”, “brenhas”. Frequentemente os informantes expressam a sua não familiaridade com o espaço para além do horizonte da zona nobre e para além de vias principais de conexão entre enclaves como “não saber andar” em tais espaços e expressam frequentemente um “medo de se perder” em tais espaços não familiares, pois podem potencialmente “entrar onde não devem” ou “ir parar em algum lugar perigoso”. A clareza dos limites territoriais é bem observada na experiência de desconforto, insegurança e no reconhecimento da não legitimidade da circulação em determinados espaços por parte dos informantes, exibindo de forma clara como a circulação pela cidade ocorre a partir de leituras socializadas e compartilhadas de elementos do espaço urbano que indicam a condição de insider ou outsider do indivíduo em circulação. O traçado físico de zonas e circuitos, portanto, representa um primeiro nível analítico de limite territorial, desenhando uma área geral de aglomeração (a centralidade urbana e aquilo que chamamos de zona nobre), como também, de forma mais minuciosa, uma rede de vias de circulação e de lugares de atividades, majoritariamente inserida no interior da centralidade e da zona nobre ao seu redor, mas de forma descontínua e fragmentária.

Em um segundo nível, os limites territoriais mais expressivos são aqueles produzidos pelas transformações no estilo de vida das elites urbanas em função da sensação de insegurança gerada pela exposição social. São as mudanças nos modos de habitar, que fomentaram desde meados do século XX o enclausuramento das elites em enclaves fortificados, tal como os observados por Caldeira (2001), que apontou a emergência de um novo padrão de segregação urbana fragmentário, assim como as mudanças no modo de se locomover na cidade, conforme a popularização do automóvel permitiu o isolamento do espaço público durante a inevitável circulação entre enclaves. O automóvel, inicialmente comercializado como objeto de otimização da mobilidade, transformou-se gradativamente em mais uma forma de enclausuramento. O fato de que os informantes mais velhos se recordam da prática comum de oferecer e aceitar caronas de estranhos em Fortaleza até aproximadamente a década de 1970 mostram como o próprio automóvel foi transmutado em um meio de segregação individual por excelência com a emergência da cultura urbana do medo.

A mobilidade enclausurada fomentou não só o isolamento físico do próprio meio ambiente, mas também a adaptação arquitetônica dos enclaves para acomodar a função do automóvel de garantir a continuidade do enclausuramento e a completa desfiliação do espaço público. Os estacionamentos fechados ou em passeio público atuando como ancoradouros, minimizando o uso do espaço público (pela privatização física, inclusive, de áreas de passeio) e o encontro com outros socialmente diferentes fora de contextos normativamente restritos, garantem a continuidade e quase totalidade da experiência socialmente homogênea. O conjunto de enclaves segregados para as diferentes atividades na cidade, articulado pelo enclave móvel do carro particular, garante a configuração do encasulamento da vida urbana como o segundo nível analítico de limites territoriais. Não se trata do desenho físico de uma área ou de um circuito, mas de uma rede geográfica em si, regulada em controles físicos e tecnológicos de acesso e circulação entre um ponto e outro, desenhando um conjunto espacialmente fragmentário, mas socialmente contínuo de lugares de reprodução social. A experiência espacialmente descontínua da reprodução social tem como consequência a elipse geográfica dos fragmentos do espaço urbano excluídos dessa rede, produzindo a não apropriação e o estranhamento do espaço próximo, reduzindo drasticamente as bases espaciais do fenômeno socioespacial da vizinhança em detrimento de outras formas de comunidades baseadas, sobretudo, em lugares de atividades e consumo.

Em um terceiro nível, operam as estratégias simbólicas construídas para garantir a continuidade do que chamamos de zona de conforto ético e estético do território de classe. Tratam-se de estratégias variadas que vão da adequação dos elementos materiais dos enclaves a um repertório de bom gosto de classe, até as estratégias de distanciamento baseadas na normatização de corpos, comportamentos e usos em tais espaços em conformidade com determinados valores de classe. Tais estratégias cooperam criando uma unidade estilística entre os enclaves, distinguindo de forma material e ostensiva o território das classes dominantes, assim como impondo regras de etiqueta pautadas pelo mesmo gosto de classe, controlando apropriações do espaço e interações no espaço de forma a evitar tensões derivadas da desorganização das distâncias sociais ou da evidenciação dos mecanismos de manutenção de tais distâncias. É nessa dimensão expressiva e interacional que o processo de reificação do espaço social / apropriação do espaço físico opera intimamente com o espaço simbólico

produzindo formas de segregação eficientes para garantir a continuidade da experiência urbana socialmente homogênea, homofílica e, sobretudo, distensionada moralmente e esteticamente.

Bourdieu (1990, 2013c, 2017) descreve como histerese a situação em que o habitus se encontra tensionado por estar "fora de casa", i.e., não inserido no campo que o produziu, de modo a não operar eficientemente como um esquema ético e estético de avaliação e como senso prático em contextos de socialização não familiares para um indivíduo. A histerese produz o sentimento de deslocamento e não pertencimento, de sentir-se como "um peixe fora d'água", agindo sobre o próprio senso de si dos indivíduos [sense of one's self]. A ideia de insider e outsider, assim como a noção de estrangeiro de Simmel, apontam para o mesmo fenômeno de deslocamento. A presença física e a interação espacialmente desimpedidas não garantem a internalidade cultural e social, evidenciando a intensificação do poder simbólico sobre os processos de classificação e julgamento, revestindo de sentido qualquer corpo estranho e suas manifestações operadas por um habitus alienígena. Em um campo de relações, a histerese como fenômeno subjetivo tem suas raízes explicativas na defasagem ou dessincronia habitus/campo, mas também pode ser compreendida como efeito de uma forma de vigilância contra intrusos, estrangeiros, outsiders não pertencentes.

Na incipiente teoria socioespacial de Bourdieu (2013), o processo de apropriação do espaço físico / reificação do espaço social produz habitats. São espaços socialmente apropriados na forma de lugares em que determinados recursos sociais se encontram disponíveis (os lucros do espaço, na forma de capitais diversos), mas onde regras tácitas configuram determinados habitus como chaves de acesso para efetivamente habitar tais habitats e não apenas ocupar fisicamente seus espaços. Bourdieu percebe que é preciso compartilhar de determinado grau de semelhança social, culturalmente expressa pela semelhança do habitus, para efetivamente compartilhar da apropriação social de um espaço e dos recursos sociais que tal apropriação coloca em circulação e em jogo. É a posse de determinado esquema de avaliação e senso prático internalizado em função da posição e trajetória social do indivíduo que o habilita a transitar de forma legítima, sem impedimentos socialmente seletivos - sejam estes barreiras físicas, vigilâncias ou simples constrangimentos - nos meios em que os recursos para a reprodução de classe estão disponíveis para acumulação de forma

legítima. A ideia de ocupar, mas não habitar um lugar, descreve novamente a situação do estrangeiro, outsider ou intruso, mas nos milieus sociais que se configuram em determinados espaços da cidade. Não se trata, no entanto, da distância social marcada pela etnicidade, por exemplo, que frequentemente se reflete de forma muito evidente no afastamento social expresso em restrições de direitos políticos ou na restrição socioespacial dos guetos, mas da configuração de relações de insiders/outsiders e de figuras estrangeiras no interior do próprio espaço social heterogêneo da cidade

Nas relações habitus/habitat se desdobram tanto relações de inclusão/exclusão quanto de dominação/subordinação em um campo de relações. A noção de pertencimento, de legitimidade da presença e participação social nas trocas e interações em determinado meio, ocorre conforme o habitus atua enquanto senso prático, enquanto esquema de avaliação ética e estética e enquanto princípio organizador de sinais comunicativos, que permitem aos outros inferir uma posição social atribuída ao indivíduo.

Bourdieu não dedicou linhas suficientes para o seu conceito de habitat, e tampouco explorou em detalhes a ideia de espacialização dos campos em sua teoria socioespacial. Muito embora não tenha ignorado a importância de lugares de socialização e concretização dos campos de relações, como os cafés no campo da arte, como apontou Klüger (2017), ou as escolas ao analisar o sistema educacional, ele não aprofundou sua análise sobre lógica socioespacial interna de tais lugares ou sobre a rede de tais lugares como fatores de influência nas dinâmicas de reprodução social. Em sua tentativa de teorizar o espaço físico, ele aponta a direção de investigação em torno do espaço físico em sua condição semelhante e relacionada ao espaço simbólico da cultura, operando como estrutura estruturada estruturante na sua complexa topologia social. É evidente, no entanto, que uma discussão específica sobre a espacialização dos campos merece desdobramento.

A metáfora espacial do campo em Bourdieu, embora didaticamente útil, não deve mascarar a metáfora mais importante do jogo na sua teoria social. Uma definição sintética de campo na teoria social relacional de Bourdieu concebe o campo como um construto analítico que representa um microcosmo do espaço social. Posições no interior de um campo são determinadas a partir do acúmulo dos capitais específicos que ele coloca em disputa. No âmbito do campo, portanto, se desdobra um jogo contínuo

por posições, regido por determinadas regras e consensualmente compreendido como legítimo e significativo por seus participantes. As metáforas espaciais em si são apenas tentativas de representar esquematicamente uma lógica relacional de difícil concepção linear. O campo não é um espaço bem delimitado, mas um meio social concebido enquanto tal pelo conjunto de agentes colocados em relação em torno da competição por determinados recursos; e as posições no campo não são localizações específicas, mas referências relacionais internas, que tentam apontar a diferenciação entre os agentes relacionados determinada a partir do acúmulo diferencial dos recursos em jogo no interior do campo. Os que possuem maior acúmulo de recursos consequentemente possuem posições dominantes, condições "superiores" de exercício de poder no âmbito dessas relações e distribuições de recursos, sobre seus sentidos, suas regras e sobre seus participantes. A natureza do poder de posições superiores no campo jaz no seu reconhecimento pelos agentes participantes, dominantes ou não. Embora em uma relação de competição e conflito por recursos, todos os agentes se submetem ao consenso em torno da importância dos recursos em jogo e das posições que sua posse outorgam. Nesse sentido, um campo é dependente daquilo que Bourdieu chama de illusio, o consenso entre jogadores em torno da sua importância (dos seus prêmios, sobretudo) e da legitimidade das suas regras.

Enquanto construtos analíticos - recortes simplificados da emaranhada rede de relações e recursos de poder na totalidade do espaço social - os campos não determinam a posição de um agente no espaço social. O sistema relacional de posições em um campo diz respeito apenas a si mesmo, muito embora o acúmulo de capitais em outros campos possam influenciar o jogo em seu interior. A posição de um agente no espaço social resulta, em última análise, do resultado das posições de um indivíduo no conjunto de campos em que disputa os recursos para sua reprodução social. É perfeitamente possível, portanto, que um agente ocupe posições dominantes em um campo e subordinadas em outros. No entanto, se posições no espaço social resultam do conjunto de posições em diferentes campos, o efeito de classe que a proximidade de posições no espaço social produz deverá ser consequência de um conjunto de posições semelhantes em campos em que se disputam recursos semelhantes. Dessa forma, os estilos de vida como expressões culturais de classe congregam um conjunto de práticas e recursos referentes a um repertório semelhante campos de reprodução social.

A cidade, no entanto, dificilmente pode ser concebida como um campo em si mesma. Ela é uma instância sui generis de espacialização da sociedade, uma vez que se desenvolve, como enfatiza bem uma perspectiva ecológica, em conjunto com a especialização do trabalho, com a heterogeneidade social e com o adensamento demográfico, resultando, no entanto, na espacialização sobreposta - e não justaposta - da diversidade de campos de relações e recursos sociais. A cidade não expressa apenas o adensamento demográfico, mas também das atividades de reprodução social, das práticas, das trocas, das interações e dos resultados materiais de todas elas. Simmel e Park, há mais de um século, já observavam em suas análises da sociedade urbana a natureza fragmentária, esquizoide, múltipla e superposta de círculos sociais, mundos sociais e lugares no interior das cidades, muito embora não tenham sistematizado uma leitura da coordenação destes microcosmos no resultado da estratificação da totalidade do universo social, como propõe Bourdieu. Nesse sentido, em um paralelo analítico, os *habitats* espacializam os diferentes campos de reprodução social na cidade, conforme a reificação do espaço social/apropriação do espaço físico distingue lugares de socialização e atividades na cidade em torno de determinadas práticas e recursos, assim como ordena socioespacialmente o interior destes lugares em função das posições sociais nos campos. Uma vez que a proximidade no espaço social resulta de posições semelhantes em campos semelhantes, o território intra-urbano de classe corresponde à coleção espacial de campos típicos e de posições no seu interior, articulando uma rede de habitats como um conjunto ordenado no interior da cidade heterogênea seletivamente apropriada a partir de um habitus de classe.

Condomínios, tanto quanto escolas e universidades, torres empresariais e escritórios, shoppings, restaurantes, lojas, são todos lugares em que regras de campos de reprodução social atuam favorecendo uns, constrangendo alguns e excluindo outros. Uma rede concreta e capilarizada de lugares - e de lugares dentro desses lugares - garante um conjunto espacial de contextos sociais que enquadram situações e interações, reproduzindo cenários e situações que orientam comportamentos no espaço que refletem a ordenação e hierarquização de posições sociais nos diversos campos e no espaço social. Enfatizando a espacialidade da reprodução social, a metáfora do jogo da teoria bourdieusiana poderia ser melhor descrita espacialmente como uma dança, conforme práticas muito diversas - dos automóveis circulando entre determinados

pontos da cidade a cabeças baixas e olhares que não se cruzam em certos ambientes e situações - expressam uma mesma dinâmica de reprodução social de classe concretizada a partir da orquestração prática do habitus.

Apesar de diferenças significativas em termos de frações de classe na apropriação do espaço urbano, o efeito de classe produz o compartilhamento de uma experiência ética e estética da cidade, sobretudo em torno de atividades não profissionais, como a habitação e os espaços de lazer, unificando a reprodução das classes dominantes em habitats enquanto os lugares comuns de seu território.

A unidade estilística desses lugares é evidente, uma vez que atendem às demandas e gostos de um mesmo público-alvo e expressam uma espécie de consenso estético coletivo. É relevante lembrar que o trabalho de Panofsky (BOURDIEU, 2007), que observou uma relação entre os estilos arquitetônicos europeus medievais e as visões de mundo dos seus contextos de produção (utilizando uma versão do conceito de habitus) foi profundamente influente na organização do conceitos de habitus bourdieusiano. A unidade e transformação estilística conforme movimentos estéticos da moda, perceptíveis nos lugares das classes dominantes no interior da cidade, expressa materialmente o efeito de classe do consenso estético em torno de certos princípios de (di)visão do mundo.

Figura 65 - unidade estilística da arquitetura residencial de diferentes condomínios de alto padrão, reproduzindo elementos típicos de shoppings I

Fonte: produzido pelo autor

Figura 66 - unidade estilística da arquitetura residencial de diferentes condomínios de alto padrão, reproduzindo elementos típicos de shoppings II

Fonte: produzido pelo autor

Figura 67 - unidade estilística da arquitetura residencial de diferentes condomínios de alto padrão, reproduzindo elementos típicos de shoppings III

Fonte: produzido pelo autor

Os edifícios do Cocó e do Papicu mais recentes, construídos no contexto do boom imobiliário na região dos anos 2010, reproduzem em suas áreas comuns a mesma ambiência fria e iluminada de shoppings e saguões de hoteis. Utilizam extensivamente materiais e tipologias consagrados como nobres nos espaços interiores, cortinas de vidro, revestimentos em porcelanato, mobiliário e elementos de decoração contemporâneos, projeto de iluminação artificial. Alguns edifícios, mais antigos, investem em reformas adaptando portarias e halls de entrada para criar novas fachadas e

recepções, de acordo com o repertório de gosto de classe mais atual, além de equipar os edifícios com novas tecnologias de segurança (clausuras, câmeras, portarias eletrônicas). Os edifícios são frequentemente batizados com nomes em francês, italiano e inglês (Serinitá, La Place, The Place), e frequentemente fazem referência a marcos geográficos internacionais que comunicam prestígio aos brasileiros (Central Park, Broadway, Brooklyn, Los Angeles, Montpellier). Da mesma forma, antes dos edifícios e shoppings comungarem um arquitetura contemporânea, os clubes de Fortaleza e as mansões do Outeiro e da Aldeota eram construídos pelos mesmos arquitetos de prestígio locais e nacionais, que reproduziam uma unidade no conjunto de arquitetura eclética de referências europeias na qual as elites de Fortaleza se reproduziam, afastados fisicamente e esteticamente das areias e casebres do início do século. Mais tarde, as expressões locais do modernismo igualmente costuravam a unidade estilística do bom gosto entre as casas de famílias ricas e edifícios públicos de prestígio transplantados para a zona nobre ao leste do Centro (como o Palácio da Abolição, o Assembleia, o edifício da Receita Federal, entre outros). A afluência das classes dominantes reiteradamente se expressa na filiação aos valores estéticos mais recentes de modernidade e conforto em oposição a uma cidade indesejada, desordenada e sempre reclassificada como velha. Tais marcas materiais na paisagem construída demarcam o território e evidenciam a territorialização das elites conforme se apropriam de um novo espaço. As concepções de modernidade, conforto e de cidade indesejada se transformam continuamente, mas a relação de oposição é um princípio constante, pois o distanciamento por efeito de contraste e identidade que se comunica é o mesmo.

A arquitetura, como observa Bourdieu em sua teoria socioespacial, comunica ao corpo a apropriação social do espaço físico. Habitus e habitat apresentam relação de afinidade ou de dissonância (*histerese*) não só conforme o espaço construído invade a subjetividade como signo de contextualização de um cenário de interação, mas também os sentidos, comunicando o pertencimento social do indivíduo daquele contexto pela própria experiência do espaço. Os edifícios de alto padrão inserem no ambiente doméstico a arquitetura de prestígio, comungada com espaços terciários, notadamente os shoppings - as catedrais pós-modernas das mercadorias (PADILHA, 2006) que oferecem uma elevada experiência contemporânea de êxtase da sociedade do consumo - banalizando o seu efeito estético habituando os sentidos à certa experiência espacial de

presença, equiparando corpo, sujeito e espaço socialmente posicionados, contribuindo para a construção da afinidade entre habitus e habitat e, assim, para a própria naturalização da experiência de determinada posição social.

Figura 68 - Broadway: unidade estilística da arquitetura residencial de diferentes condomínios e toponímias de prestígio I

Fonte: produzido pelo autor

Figura 69 - Maison Privée: unidade estilística da arquitetura residencial de diferentes condomínios e toponímias de prestígio II

Fonte: produzido pelo autor

Figura 70 - International Trade Center: unidade estilística da arquitetura residencial de diferentes condomínios e toponímias de prestígio III

Fonte: produzido pelo autor

Os espaços de prestígio são cuidadosamente normatizados contra usos que podem prejudicar tal apresentação arquitetônica. Os shoppings, em sua inabalável ordenação interna, padronizando a climatização, iluminação, elementos materiais, e até mesmo odores, com obras de construção sempre escondidas atrás de tapumes e "sujeiras" logísticas sempre invisibilizadas em áreas e corredores de serviço muito bem escondidos, se apresentam como a expressão oposta dos bairros populares e das favelas, onde a desordem orgânica de padrões construtivos variados, tijolos aparentes, texturas e elementos diferentes, usos mistos das edificações, portas e janelas abertas e roupas em

varais aproximam a intimidade doméstico do espaço público. Essas cidades muito diferentes configuram lugares de origem distintos, que internalizam não só repertórios de gosto diferentes, mas estilos de vida, de comportamento, de interação e de vida familiar e comunitária muito diferentes. A espacialidade da vida social contribui para o distanciamento social a partir dos affordances do própria arquitetura e do seu efeito estético sobre o sentidos: o espaço construído é a mais evidente expressão das condições materiais objetivas de existência e nele e através dele se inscrevem as distâncias sociais no corpo e na subjetividade.

Os lugares das elites expressam a estética da ordem, em oposição à desordem heterogênea da cidade improvisada. A única desordem apreciada é aquela enquadrada enquanto expressão artística controlada, nos quadros e esculturas abstratas que frequentemente cumprem a função de objetos ornamentais, cuidadosamente escolhidos e posicionados por arquitetos em saguões de entrada dos edifícios residenciais e comerciais. O estilo estético da desordem controlada, de conforto e fruição dos sentidos, mas não tanto do corpo, de forma muito evidente comunica a impertinência da intimidade doméstica nos espaços, garantindo um afeto higienizado que regula a apropriação coletiva nos lugares comuns das elites tais como os espaços coletivos dos condomínios que se apresentam aos moradores e convidados, os espaços de consumo, as recepções e os escritórios de serviços. Esse estilo pode se reproduzir com maior ou menor qualidade material e arquitetônica, denunciando a posição social e prestígio de um espaço apropriado e dos seus apropriadores, mas de qualquer forma se apresenta arquitetonicamente como uma intenção expressiva que inscreve os espaços em um território de classe.

Em relação dialética com a estética da ordem, garantida pela extensa ordenação material do espaço conforme referências culturais de gosto, os lugares comuns das elites também apresentam uma intensa normatização a partir de regras mais ou menos tácitas que garantem a clareza de lugares sociais dos co-presentes em interação ou potencial interação. Não só o espaço comunica ao corpo a sua condição de pertencimento ou não pertencimento, mas sua organização material também expressa que lugar é aquele enquanto contexto social, assim como os lugares no seu interior em que diferentes agentes podem permanecer, circular, adentrar, usufruir, de forma legítima.

A divisão entre clientes e funcionários se constitui em um exemplo evidente de como lugares não públicos atuam em quadros contextuais que dão sentido e ordem às interações e, nesse processo, ordenam posições, comportamentos e usos diferencialmente, de acordo com papeis atribuídos aos indivíduos em tais contextos. Os enclaves definem regras para categorias diferentes de usuários, distinguindo aqueles que usufruem (moradores, clientes) daqueles que fazem parte da estrutura de serviço oferecida no seu interior (funcionários internos ou externos). Uniformes revestem corpos não apenas como indicações de funções, mas marcam os corpos disciplinando onde e como devem permanecer, circular e usar o espaço. Os uniformes distinguem sobretudo os corpos que podem e aqueles que não podem usufruir plenamente do lugar, uma vez que seu acesso ocorre na condição de sua instrumentalização como serviço que deve apenas contribuir para a possibilidade de usufruto do espaço.

O desejo de ordem das elites urbanas é bem representado pela importância outorgada a "separar as coisas" que acompanha a urbanização da sociedade. Da separação clara das atividades e intimidades no interior do lar, organizado em cômodos individuais, de serviços e de comunhão familiar e com visitantes, até a separação dos usos por funcionários em espaços coletivos, que devem trabalhar, circular, repousar e se alimentar em espaços bem determinados. A imposição de circulação obrigatória de empregados domésticos por elevadores de serviço em condomínios residenciais é um exemplo paradigmático. Embora seja uma prática expressamente proibida por lei atualmente, a lógica segregadora que subjazia à tal regra permanece em operação ostensivamente ou tacitamente de outras formas, embora menos abertamente discriminatórias. Nos condomínios fechados observados nos bairros do Cocó e do Papicu e no shopping Rio Mar, por exemplo, funcionários não repousam nos mobiliários de saguões, halls de entrada ou decks, mas optam por se manter em lugares menos confortáveis, de menor exposição e importância simbólica, menos sujeitos à normatização vigilante sobre seus corpos e comportamentos, como pequenas copas, depósitos, garagens, muretas em jardins em áreas de passagem, espaços intersticiais e exteriores aos enclaves. Diante do peso do habitat sobre o indivíduo na condição de alienígena ou subordinado, é preferível esconder-se em "cantinhos", onde se pode abandonar momentaneamente o constrangimento do olhar vigilante dos outros sobre qualquer comportamento que seja considerado um desvio de função do papel

autorizado, e assim agir e socializar com mais liberdade com outros sujeitos às mesmas restrições.

Os uniformes e funções distinguem de forma ostensiva usuários em categorias distintas e impõem aos indivíduos regras diferentes de forma legítima, sob o argumento da regulação do comportamento enquanto trabalhadores em exercício de funções específicas. A intolerância ou avaliação negativa em relação à mistura de apropriações durante pausas de lazer de funcionários, no entanto, é bastante evidente. Em um edifício residencial, funcionários domésticos e do condomínio se apropriam do espaço criando vínculos de solidariedade entre aqueles que não são mantidos fora do espaço, mas são mantidos fora do habitat de uma comunidade residencial de classe média alta. Trabalhadores domésticos coordenam horários de passeios com cães, babás coordenam horários de brincadeiras de crianças, horários de folga (no caso daqueles que residem no trabalho) durante a noite são compartilhados em encontros cotidianos em áreas comuns subutilizadas. O compartilhamento da condição subordinada de servidores no seio de um espaço apropriado como doméstico por outros produz laços solidários em torno de táticas, no sentido certeauniano, que também configuram territórios de classe, evidenciando a complexidade da segregação social em condições de co-presença. Encontram-se espaços de respiro, "esconderijos", onde as fachadas de funcionários podem ser suspensas e condições de proximidade social são exercidas. Fragmentos espaciais onde frequentemente indivíduos que comungam de lugares de origem "periféricos" estendem esse território em meios aos enclaves das zonas nobres. São lugares onde se criam redes sociais, vínculos afetivos, se compartilham informações, recursos e narrativas de demarcação identitária em meio à complexa situação de acesso condicionado à subordinação em território estranho.

De forma tácita, a mesma lógica de categorização de usuários legítimos e ilegítimos para determinados usos em determinados espaços opera conforme o habitus se manifesta como héxis corporal, na apresentação de si e nas práticas de indivíduos, permitindo a sua classificação como usuários legítimos ou não de espaços espaços coletivos privatizados. O caso dos shoppings, mais uma vez, é emblemático de como a privatização da vida urbana em espaços terciários fora do ambiente doméstico permite que regras de exclusão e inclusão tácitas sejam cumpridas [enforced] garantindo o conforto ético-estético de classe nesses espaços.

As observações dos usuários no shopping Rio Mar permite visualizar com clareza os mecanismos de controle e garantia de segregação social quando o distanciamento físico entre classes é diminuído ou eliminado. Ao entrevistar um representante da comunidade da favela do Pau Fininho, ele indica que os moradores da favela utilizam o shopping, localizado do outro lado da rua, de forma muito limitada. Usam com frequência o supermercado no interior do equipamento, do grupo G Barbosa. Todas as outras opções de mercadorias e serviços, mesmo a clínica popular privada ali dentro, do grupo SIM, são proibitivas. No entanto, o mais incômodo, ele afirma, é o constrangimento da vigilância dos seguranças, que se mantém por perto, "rondando a gente, no meio de todo mundo". Entre os moradores mais jovens, no entanto, ele afirma que a frequência ao equipamento é mais comum.

Figura 71 - Conjunto do Pau Fininho, shopping Rio Mar e edifícios de alto padrão ao fundo

Fonte: produzido pelo autor

Diferentemente do Iguatemi, cercado pela mata do rio Cocó e com edifícios de alto padrão na suas proximidades, afastado de áreas de ocupação de baixa renda, o shopping Rio Mar não só é localizado ao lado da favela do Pau Fininho e das Areias, mas também está a poucas quadras de outras favelas da zona leste (Verdes Mares, Gengibres) e dos bairros de baixa renda da zona leste, como Vincente Pinzón e Praia do Futuro. Naturalmente, há uma mistura social maior no seu interior, conforme usuários de baixa renda se permitem tentar usufruir o espaço elitizado do shopping. Observar os comportamentos de classes diferentes nesse espaço, vale ressaltar, é um exercício de permitir que o habitus de classe do observador opere classificando os indivíduos a partir do julgamento de corpos, roupas e comportamentos, para em seguida ponderar criticamente sobre tais classificações. A cor da pele é um primeiro sinal evidente de classificação social dos corpos "ricos" e "pobres" em uma sociedade estruturalmente racista. Não coincidentemente, a maioria dos usuários que circulam no shopping é branca, enquanto a maioria dos funcionários em quiosques (é difícil afirmar o mesmo para as diversas lojas) nos corredores de circulação são pardos. A branquitude do espaço salta aos olhos vistos Essa inversão demográfica no interior do enclave (a maior parte da população fortalezense é parda) mostra como os lugares comuns das elites constrangem aqueles que não pertencem ao seu território sem a necessidade de ação consciente por parte de usuários e funcionários de vigilância. Os intrusos no território são destacados conforme se tornam uma minoria de fácil identificação ali dentro. E tal destaque pesa sobre o corpo e a subjetividade que parecem se contrair diante do habitat. Inversamente, ao circular nas favelas do Pau Fininho e do Gengibre, mesmo acompanhado por moradores representantes da comunidade, o mesmo peso de sentir-se destacado, singularizado, observado e vigiado como um intruso ou forasteiro pesa sobre mim. Mesmo que nenhuma interpelação ou interação tenham ocorrido no sentido de tentar criar constrangimentos, é possível "sentir", como afirmou o representante do Pau Fininho, "os olhos sobre a gente ali dentro". Nesse sentido, os territórios de classe tornam desconfortáveis para os outsiders a apropriação dos espaços que circunscrevem. A assimetria territorial de classe reside no fato de que eu adentrava uma vizinhança, onde residências sem muros estimulam a apropriação e a vigilância das ruas, e me senti um forasteiro em meio a um lugar marcadamente doméstico; enquanto os moradores do Pau Fininho são constrangidos em um espaço de consumo que surge como uma versão

contemporânea do mercado, espaço terciário historicamente público, sentindo-se forasteiros em um lugar afirmado para todos, impessoal e aberto.

Mesmo entre os usuários pardos, entretanto, a hexis corporal, os modos de se mover, o uso da fala, a naturalidade do estar à vontade que deriva da (auto)consciência do pertencimento, do *sense of one's self* em relação ao espaço e aos outros ao redor, se manifestam como signos classificatórios. Diante da força de repulsão do habitat sobre aqueles fora de lugar, é possível observar dois comportamentos típicos entre os usuários de baixa renda no interior do shopping Rio Mar: a tentativa de aproximação mansa e a irreverência desafiadora.

O comportamento de tentativa de aproximação mansa é perceptível pelo contraste da reverência ao espaço. Enquanto os usuários de maior renda circulam no interior do shopping trajando roupas e apresentações de si casuais, banalizando por extensão o acesso ao espaço como algo casual, entre alguns usuários de baixa renda, especialmente famílias a passeio e em meninas, é notável um esforço na apresentação de si, o traje de roupas especiais, maquiagens, penteados e perfumes. O investimento na apresentação de si pode ser associados a ocasiões especiais ou à tentativa de comunicar a dignidade como forma de aproximação social. O curioso bordão "a gente é pobre, mas é limpinho", utilizado frequentemente de forma humorística no Ceará (e frequentemente por indivíduos de classe média de forma condescendente) revela bem a necessidade de expressar intensivamente a dignidade diante de outros socialmente dominantes como forma de se contrapor à estigmatização da pobreza. Com efeito, tais indivíduos parecem escapar do constrangimento de seguranças à espreita.

As estratégias para tentar pertencer também envolvem a realização de compras no shopping ou emular a prática, legitimando pelos status de consumidor o pertencimento ao espaço. Dentro de uma loja Zara, fast fashion com status de grife no Brasil, duas jovens adolescentes pardas, muito maquiadas, muito bem vestidas, mas com roupas e estilo que denunciam seu lugar social, perguntam com a voz muito baixa e constrangida se a vendedora poderia disponibilizar duas sacolas da loja para que pudessem circular no shopping com os itens a tiracolo. O pedido foi negado por "política da empresa", segundo a funcionária.

O comportamento de irreverência desafiadora é perceptível especialmente entre os mais jovens, especialmente entre os meninos em grupos. Ao contrário da tentativa de

comunicar uma espécie de pertencimento subordinado, expressam ativamente e altivamente o seu lugar social de intrusos. Não tentam emular signos das classes dominantes, tampouco buscam forçosamente expressar uma espécie de dignidade redentora contra estigmas. Ao contrário, vestem-se conforme a moda e o senso estético dos jovens periféricos, assim como caminham e se portam de forma não retraída, mas barulhenta e irreverente. Conscientes do direito de circular desimpedidos dentro do espaço, desafiam a repulsão e intenção de subordinação dos comportamentos erigidas sobre regras tácitas de exclusão e inclusão a partir de valores de classe, desafiando-as e colocando em cheque os agentes vigilantes e o poder simbólico que atravessa o contexto socioespacial do shopping, obrigando a violência a se revelar materialmente se deseja ser eficaz, o que abalaria a zona de conforto ético livre de conflitos. É perceptível a atuação dos seguranças, que seguem os grupos por setores de forma pouco ostensiva, mas suficientemente próxima para ser notada pelos usuários e observadores. Os vigilantes comunicam via rádio a situação uns aos outros, que passam a seguir o grupo, sem impedir ou interagir diretamente.

A limitação da apropriação dos usuários irreverentes dentro do espaço, no entanto, é perceptível pelo fato de que, embora reajam de forma desafiadora à força repulsora e subordinante do território de classe, mantém as suas interações entre si, ignorando os seguranças e os outros. Mesmo dentro do arcade do shopping, espaço frequentado tipicamente por jovens para jogar videogames, os jovens desafiantes, altivos contra os olhares classificantes, cientes da vigilância que impera sobre eles, evitam quaisquer interações com outros usuários que não sejam funcionários, sob o risco de atribuições de intenções hostis que legitimem qualquer ação por parte do aparato de segurança do enclave.

Como descreve o representante da comunidade do Pau Fininho, os jovens da comunidade gostam de frequentar o shopping e "não mexem com ninguém". A expressão evidencia como os usuários de baixa renda no interior do shopping, mesmo quando usufruindo do espaço expressando suas próprias identidades sem buscar aproximações com aqueles que não os desejam, ainda são subordinados por um certo policiamento das suas ações. Ao contrário do caso dos grupos de jovens periféricos, grupos de jovens de classe média, reconhecíveis tanto pelo signo da branquitude como pelos signos da héxis que se sente à vontade e no direito de usufruir do espaço com

plenitude, andam livremente, igualmente barulhentos, mas interagem uns com os outros, encontram conhecidos, flertam, riem e falam mal de outros, sem preocupações com a possibilidade de serem hostilizados pelo próprio enclave de alguma forma. A falta de modos desses jovens é legitimada como o simples comportamento irreverente de jovens, falta de etiqueta, no máximo, mas não são classificadas como ameaçadoras ou suficientemente incômodas para abalar a zona de conforto ético e estético do shopping.

Ao quebrarem essa zona de conforto, as ações de usuários de baixa renda são prontamente endereçadas pelos seguranças. As crianças que pedem esmolas e lanches na praça de alimentação permitem visualizar o momento em que o enclave intervém sobre os usuários e comportamentos. Em uma espécie de jogo de gato e rato, as táticas dos usuários subordinados no interior do enclave e dos vigilantes é reveladora da disciplina territorial das elites na manutenção daquele habitat e da territorialidade subterrânea dos socialmente excluídos, mas fisicamente presentes. Alguns jovens sentam em mesas vazias, sem consumir, e sorrateiramente e rapidamente aproveitam batatas fritas ou copos de refrigerante deixados para trás por outros consumidores. Diante da quantidade de pessoas e do intenso fluxo, é difícil para os seguranças, que se mantêm nas bordas da concentração de mesas (evitando que sua presença denuncie a sua necessidade) observar os movimentos das crianças. Os profissionais de limpeza, que circulam entre as mesas, enxergam as ações dos jovens, mas se mantêm silenciosamente cúmplices e parecem deixar as mesas aproveitáveis sem intervenção até que elas tenham sido alvo das crianças. De forma mais ostensiva, algumas crianças, todas aparentemente abaixo de 10 anos de idade, circulam abordando sequências de mesas pedindo rapidamente e discretamente "uma ajuda", "as batatas fritas" ou deixando pequenos bilhetes, escritos à mão por um adulto, com um número de PIX, solicitando ajuda.

De longe, a mãe de um menino que aparenta ter 10 anos observa ansiosa os seus movimentos. Ele passa por uma longa fileira de mesas. Essa situação específica parece ter contado com a tolerância de um vigilante, a alguns metros da mãe, que aparentemente concordou com uma rápida passagem da criança pelas mesas, deixando apenas bilhetes. O garoto não fala absolutamente nada. Em outra ocasião, duas meninas passam de mesa em mesa, observando a composição das refeições, e pedem diferentes itens. De mim, elas conseguem uma porção de batatas fritas, nas mesas seguintes passam a pedir refrigerantes. Em uma mesa ao lado, sentam-se um casal cujas vestes

comunicam a posição de profissionais empresariais ou liberais, uma filha tween vidrada em um aparelho celular, um filho pequeno que chora até conseguir receber um tablet, sentado no colo de uma babá, uma jovem negra trajando calça jeans, blusa branca e uma mochila infantil, que não participa da refeição de hambúrgueres, batatas fritas, refrigerantes e milk shakes. É possível ouvir o comentário do casal, incomodado com a rápida interpelação das duas meninas: "agora até no shopping… meu deus". O comentário revela um misto de incômodo e certa exasperação social, interpretando a situação como um signo do aumento da pobreza, que parece insistir em se revelar apesar dos esforços de torná-la distante e contida nas ruas.

As interpelações rápidas e discretas no interior do shopping são completamente diferentes daquelas narradas como incômodas e ameaçadoras nos espaços públicos. Na praça do Dragão do Mar, na zona de fronteira, os moradores de rua e pedintes interrompem conversações e pedem "um minuto da atenção, por favor", colocando em evidência o constrangimento da reafirmar a violência simbólica, que se beneficia grandemente do silêncio compactuado entre opressor e oprimido. Quando são ignorados, insistem, reclamam, apontam, com suas palavras, para o elitismo daqueles que foram grosseiros ao ignorar sua existência, "se acham melhor do que os outros". Alguns se valem de táticas para colocar em cheque os consumidores que portam signos de tribos urbanas "alternativas", incluindo valores e discursos progressistas, apontando com suas palavras - e por vezes com bordões prontos - para a interseccionalidade da situação subalterna, apontando que, além de "morar na rua", são pessoas "trans", "gays", "pretas" e "usuárias". O conforto ético e estético nas fronteiras se dissolve pela necessidade de reafirmação da violência do distanciamento social. No interior dos espaços terciários, onde grande parte da vida urbana das elites se reproduz fora de casa, especialmente nos enclaves, o trabalho moralmente desconfortável de reafirmar a violência é transferido. Funcionários e seguranças enxotam quaisquer indivíduos que peçam esmolas no interior desses espaços e frequentemente impedem a entrada de pessoas notavelmente pobres, como moradores de rua.

Em meio ao shopping Rio Mar, a movimentação atípica e coordenada de seguranças, que se torna ostensiva por certa urgência e pressa, revela o enclave em sua ação disciplinar. Três crianças de baixa renda andam pelo shopping desacompanhadas por responsáveis, a mais velha delas com não mais que 12 anos, carregando uma caixa

de pizza, exerce essa função. Ela percebe enquanto desce uma escada rolante que estão sendo seguidas por um segurança. Ela avisa as mais jovens e todas apertam o passo, descem os degraus da escada automática, iniciando uma fuga em uma espécie de marcha atlética nos corredores do shopping, chamando o mínimo de atenção. O segurança desce as escadas e as acompanha no mesmo passo, com a mesma discrição. Funciona, ninguém mais parece perceber além de mim. Ou ninguém mais parece se importar muito. Eu os sigo. No andar de baixo, outro segurança se dirige para as escadas que dão acesso ao estacionamento que, por sua vez, dá acesso à saída. As meninas chegam antes e descem apressadas. Os dois vigilantes chegam até o parapeito da escada e comunicam algo no rádio, talvez a descrição das crianças: todas pardas e magras, a mais velha, com cabelos tingidos em um tom de loiro, usando um pequeno short jeans e um top azul, a do meio se veste de forma parecida, com cabelos castanhos e ondulados, a menor não parecer ter mais que 7 ou 6 anos, traja um vestido simples, com estampas infantis, todas calçando chinelos. O ato de coletar restos ou pedir lanches já estava feito. A necessidade de alcançar e frustrar o sucesso da empreitada das crianças é puramente punitivo, orientado pela intenção disciplinar de exercer o poder de revogação do usufruto ilegítimo do espaço e de comunicar muito claramente às pequenas perpetradoras que suas práticas - feitas por necessidade ou até mesmo por brincadeira - não são toleradas ali.

Desprovidos da qualidade de espaço público, os espaços terciários e enclaves coletivos, são constrangidos apenas por leis que impedem a prática da discriminação de forma ostensiva e institucionalizada, tal como práticas que remetem à segregação étnica que vigorou até os anos 1960 nos EUA e até os anos 1990 na África do Sul sob o regime do apartheid. Como espaços privados, são livres para criar suas próprias regras de condutas toleradas, para vigiar indivíduos e para aplicar regras seletivamente sob o argumento de que a liberdade dos indivíduos no espaço é restrita à proposta de meio social do espaço. Todos são bem-vindos para consumir naquele espaço, mas da forma correta. Alguns são mais bem vindos que outros para usufruir de forma plena do lugar, contanto que não desvirtuem o espaço de seu propósito. Tal propósito econômico é o consumo, mas o propósito social do lugar é se manter enquanto habitat confortável para a classes dos melhores consumidores. No mesmo shopping Rio Mar, dificilmente um grupo de estudantes brancos, trajando uniformes de colégios particulares ou a héxis

corporal de classe, seria perseguido ou enxotado do espaço da mesma forma. Talvez fossem apenas repreendidos pela falta de modos, mas não como contraventores. Regras e limites de tolerâncias são aplicados de forma flexível, classificando os mesmos gestos e ações de forma diferente: enquanto aqueles que são bem-vindos aproveitam o espaço, os indesejados se aproveitam do espaço.

A erosão da natureza pública da cidade, no entanto, não ocorre apenas conforme processos de enclausuramento e encasulamento criam condições de possibilidade de uma fragmentação espacial com o exterior e de uma fragmentação social no interior dos enclaves. As observações nos bairros Cocó e Papicu mostraram que mesmo os espaços públicos estão sujeitos a estratégias de territorialização e segregação social que os desvirtuam enquanto espaços de comunhão que suspendem contextualmente as distâncias sociais.

6.2.2.2. Os espaços públicos no Cocó e no Papicu: as ruas

Diferentemente do bairro de Lourdes, marcado por uma completa ausência de praças e equipamentos públicos, o perímetro do bairro do Cocó possui uma notável presença de tais espaços. Já o Papicu, antes também marcado pela ausência de praças, recebeu sua primeira área de lazer pública de tamanho significativo apenas em 2014, com a OUC Lagoa do Papicu, que além de urbanizar o entorno da lagoa, construiu uma praça pública entre o shopping Rio Mar e as torres de apartamentos vizinhas. Até então, apenas pequenas praças aproveitando espaços intersticiais do desenho viário existiam nesse bairro. Para além da diferença na oferta de áreas como praças e calçadões, as próprias ruas desses bairros revelam relações muito distintas com o espaço público por parte de residentes e transeuntes. O bairro de Lourdes, dada a sua especificidade, será analisado como um caso à parte. A diferença entre o Papicu e o Cocó, no entanto, revela um curioso caso de distinção social entre esses próprios bairros que se revela não só na paisagem construída, mas nas próprias formas de apropriação do espaço público.

A aprazibilidade do trânsito pedonal no interior do bairro Cocó é garantida, em grande medida, pela presença das três praças, todas situadas entre as ruas Dr. Gilberto Studart e Bento Albuquerque, que configuram a espinha dorsal da região mais dinâmica do Cocó. As duas vias, paralelas à Av. Santos Dumont, conexão direta com a Aldeota,

também garantem o fluxo de automóveis entre o bairro e Av. Eng. Santana Júnior, transformando-o em uma área de articulação entre as frentes leste e sudeste de expansão da zona nobre. Na percepção dos moradores ao descrever o valor locacional do bairro: “aqui é perto de tudo, você tá a um pulo da Aldeota, é só atravessar pra lá, em vinte minutos tô na Beira Mar, aqui do lado tem o Iguatemi, agora tem o Rio Mar bem ali, a Praia do Futuro é aqui do lado”. Os marcos geográficos narrados sintetizam o mapa mental em torno da nova centralidade das camadas de alta renda.

Para a maior parte dos entrevistados, o Cocó é considerado um bairro melhor que a Aldeota. Em geral essa avaliação se dá por conta da aprazibilidade e amenidade do bairro, com maior equilíbrio entre usos comerciais, residenciais, espaços públicos e proximidade da natureza. “A Aldeota virou uma clínica, é tudo clínica”, justifica uma entrevistada que já morou no na “velha Aldeota quando estava começando a vida”. O bairro perdeu a amenidade que ofereceu um dia e a intensidade da sua centralidade começa a erodir suas qualidades apreciadas pelas camadas de maior renda. Diógenes (2023) observa que a Aldeota passou a receber um influxo de famílias de renda média conforme aumentaram-se radicalmente as ofertas de apartamentos, popularizando, em algum nível, o bairro. Esse processo de filtragem que parece ocorrer na Aldeota enquanto o Cocó, na frente leste, e o Guararapes, na frente sudeste, se consolidam cada vez mais como bairros de maior renda média ilustram o processo contínuo de movimentação das elites conforme as referências de qualidades funcionais, materiais e simbólicas das áreas residenciais da cidade se transformam.

O Papicu, por sua vez, não foi favorecido da mesma forma pelas elites em busca de novas áreas de distinção, muito embora esteja localizado ao lado do bairro Cocó e tenha sido ocupado ao longo do mesmo vetor de expansão da Av. Santos Dumont. O fato de que a maior parte dos moradores do Cocó entrevistados tenha afirmado que não gostaria de morar no Papicu, e de que a percepção inversa é exatamente o oposto - os moradores do Papicu gostariam de morar no Cocó - evidencia uma divisão social bem demarcada pela avenida Santos Dumont como elemento material, mas também como um expressivo limite em termos de imageabilidade urbana. Um corretor de imóveis entrevistado ao longo da pesquisa afirma que “anunciar um empreendimento no Cocó ou no Papicu faz toda diferença, as pessoas não querem o Papicu, e as construtoras trabalham o Papicu mostrando a proximidade do Cocó”. O shopping Rio Mar fez muita

diferença, na opinião do vendedor, mas "ele é meio que uma coisa à parte, no meio do Papicu, não é Papicu, é Rio Mar". De fato, o projeto urbanístico da OUC Lagoa do Papicu produz um contraste paisagístico no interior do próprio bairro, inserindo uma área nova, comandada pela presença ostensiva e iluminada do shopping, em meio a um bairro considerado perigoso e velho pelos moradores do Cocó. Os novos edifícios construídos no âmbito da OUC foram implantados de forma a possuir uma conexão muito maior com o shopping, por meio da praça Estrigas e Nice, do que com a área urbanizada da lagoa, maculada para as elites pela proximidade da favela do Pau Fininho e pela areninha, equipamento público voltado para esta comunidade.

O resultado da maior concentração de ocupações de alta renda no Cocó em contraste com o predomínio de usos residenciais, o enclausuramento intenso em meio a comunidades de baixa renda no interior do Papicu produz experiências de caminhar muito distintas.

O interior do Papicu não se revela tão agradável quanto a maior parte do bairro Cocó. Partindo de um ponto inicial comum aos dois bairros, o cruzamento da Av. Santos Dumont com a Via Expressa, caminhar para leste em direção à Praia do Futuro produz duas experiências muito distintas. Enquanto a aprazibilidade no interior do Cocó é garantida pela paisagem ordenada e ordeira e por uma diversidade suficiente de usos residenciais e comerciais, os condomínios fechados e casarões ao longo do Papicu, embora acompanhem o traçado regular de loteamentos que garantiram a ocupação formal da maior parte do espaço, não produzem o mesmo efeito. O enclausuramento dos edifícios e as ruas cegas que produz, assim como a ocupação majoritariamente residencial no seu interior, produzem uma área de baixa vitalidade em meios aos prédios de apartamentos. Por outro lado, a presença de ocupações de baixa renda ao longo de todo o bairro, enchem as ruas de vitalidade, mas impõem à paisagem as marcas históricas da periferia no seu espaço, revelando no interior do bairro uma região fronteiriça.

Meu objetivo é caminhar da estação do VLT até o shopping Rio Mar por diferentes percursos. Durante o percurso, experimento a apreensão de caminhar vulnerável, sozinho. Não há grupos informais formando acordos tácitos de proteção em números. Após a saída do metrô, praticamente todos escolhem caminhar pela avenida ou encontram seus destinos muito antes de mim e por outros percursos. Entre prédios e

carros estacionados, eventualmente emergem as casas geminadas, desordenadas, em contraste com os muros uniformes e repetitivos. Com a paisagem das áreas de baixa renda, emergem também os estigmas territoriais em relação ao bairro na determinação da experiência do meu trânsito. Não há absolutamente nenhum gesto hostil ou movimentação suspeita - fora eventuais mensagens territoriais pichadas nos muros que parecem ser endereçadas para um público específico. Mas, mesmo assim, diante da paisagem das favelas no Papicu, o imaginário da cultura do medo insiste em encostar no real, transformando-se em prática: a decisão de desviar, de se afastar. Ao alcançar a área da OUC Lagoa do Papicu, a paisagem renovada, ordenada e ordeira, mesmo que completamente vazia e cega entre entradas e cercas, produz um relaxamento, um alívio de chegar. O shopping transborda iluminação, assim como os postes de LED ao seu redor, operando como uma aura de vigilância gerada pelo enorme enclave-símbolo da cidade contemporânea, tornando visível qualquer interstício que possa se tornar lugar de apropriação em desacordo com a estética da cidade ordenada.

Ao atravessar a Santos Dumont para o Cocó, uma significativa diminuição do estado de alerta toma conta de mim. É possível sentir o corpo socializado em um território de classe entrar em sintonia com os signos da paisagem. A ocupação e o movimento das ruas é um pouco mais intenso, dada a diversidade de usos, mas parece ser sobretudo o limite da Santos Dumont, afastando os indícios da periferia leste da paisagem "aldeotizada" do Cocó, que cumpre um papel maior na transformação da experiência. Ao sair do Papicu, afasta-se de uma região de fronteira historicamente consolidada conforme edifícios de classe média alta e ocupações de baixa renda disputaram o contorno sul das dunas da região do Grande Mucuripe. Além disso, a implantação do sistema binário de vias, transformando a avenida em uma larga via de sentido único em direção à praia, também beneficiou o lado do Cocó com as paradas de ônibus, onde no final da noite se aglomeram os trabalhadores do bairro à espera da condução. E no início do dia, os mesmos trabalhadores se aglomeram em torno dos carrinhos que vendem pães, salgados, tapiocas, sucos e café, refeições matinais para aqueles que, dependentes do transporte público, não podem se dar ao luxo de fazê-las em casa.

A ocupação efêmera dos vendedores informais de lanche e trabalhadores no bairro evidencia a natureza reticular, capilarizada e temporalmente fluida dos territórios

e forma como estes se constituem como circuitos de espaços e práticas, que os inscrevem na cidade. A complexidade territorial não é uma particularidade das elites, muito embora o seus capitais social e de rede ou de mobilidade certamente favoreçam as opções e a intensidade da sua territorialização. Essa configuração complexa é da natureza da própria cidade densa e heterogênea, uma vez que diferentes fluxos de pessoas e objetos no espaço necessariamente se estabilizam como parte da reprodução de grupos sociais diferentes, que os repetem como parte da sua existência material na duração da vida urbana. O influxo de exército de trabalhadores que não pode arcar com os altos preços de produtos voltados para as elites na região, demanda a ocupação flexível e móvel do espaço ordenado e enclausurado por improvisos tolerados no interior da zona nobre. Vendedores informais ocupam as calçadas apenas temporariamente, nos horários de fluxo, ou então de forma móvel, mantendo-se sempre dentro do seu território limitado espacial e temporalmente. A diferença de arranjos territoriais em relação ao Papicu demonstra que é possível ter múltiplos territórios que se atravessam com maior ou menor intensidade de áreas de fronteira. O processo de hierarquia e subordinação também opera sobre a organização da coexistência de diferentes territórios, seja materialmente, seja disciplinarmente. Um vendedor de lanches carregando um grande isopor em uma bicicleta do tipo cargueira, ao parar diante de uma portaria para vender lanches a um porteiro, não toca a campainha da portaria, perfeitamente acessível, mas bate discretamente nas grades e emite um curto e discreto assovio. Eles se cumprimentam com certa familiaridade e a troca é concluída. Há algo que os impele a certa discrição, evitando agir como se o funcionário tomasse a liberdade de convidar uma visita que se anuncia como todas as outras, pela porta e não pela janela.

Em meio às guaritas e ocasionais fachadas comerciais, circulam na rua majoritariamente automóveis, ocasionalmente um morador da região transita em passeio com cães, raramente alguém com vestes adequadas para exercício físico, mas em nenhuma das visitas ao bairro foram identificados indivíduos que parecem moradores desfrutando das ruas como espaço de lazer e socialização, como as “cadeiras na calçada” típicas de pequenas cidades de interior, prática que ainda sobrevivem em áreas populares. Os mais frequentes indivíduos em trânsito e interação nas ruas do bairro são trabalhadores - entregadores de água em bicicletas e motoqueiros com mochilas de

entrega - que cumprimentam os porteiros com sinais de familiaridade ou horizontalidade, mas sempre com certa pressa e discrição, em poucas ocasiões sendo observado esses indivíduos se demorarem nas ruas e em contatos. E de uma forma ou outra, todos os indivíduos que interagem entre si nas ruas e na parte exposta dos edifícios de apartamentos, estão uniformizados ou devidamente identificados. As roupas, sejam uniformes oficiais ou apenas indumentárias típicas, identificam seus corpos em circulação e comunicação nas vias do bairro.

6.2.2.3. O estilo de vida condominial e a condominialização de espaços públicos

Enquanto a relação com as ruas por parte das classes dominantes é marcada pelo afastamento e vigilância repulsora, garantindo não a apropriação para o usufruto próprio, mas muito mais o desuso dos outros, a relação com espaços públicos de lazer como praças nos bairros do Cocó e do Papicu revelam formas de ocupação e apropriação ativas e ostensiva, exibindo dinâmicas de territorialização que garantem formas de distanciamento e divisão social nesses espaços. No Cocó e no Papicu, foi observado em três praças adotadas por associações de vizinhos de classe média alta um processo de "condominialização" do espaço público, uma apropriação de classe marcada por uma espécie de patrimonialização coletiva. Esse processo ocorre de forma mais ou menos expressiva em cada um dos casos observados, mas em comum, os três casos tiveram como principal elemento mobilizador dessa forma de apropriação o desejo de ocupar o espaço público para evitar que ele seja ocupado por outros.

Iniciativas de adoção de espaços públicos certamente abrem caminho para formas de transformação da vida urbana contemporânea, geram resultados positivos em termos de integração comunitária e de vitalidade urbana de espaços públicos, elementos que a urbanização capitalista parece exaurir com suas tendências fragmentárias, mesmo entre as camadas de alta renda. Mas é importante colocar em relevo como tais tendências fragmentárias se inserem até mesmo em tais práticas coletivas organizacionais de movimentos sociais em torno de áreas públicas.

A condominialização do espaço público é a extrapolação da lógica social segregatória marcada pelo duplo sentido que subjaz à ideia de exclusividade do modo de habitar característico de prédios residenciais fechados de múltiplos apartamentos: a

ideia de formação de unidades comunitárias excludentes e exclusivas para aqueles que co-participam do financiamento de um enclave residencial, exercendo um co-domínio do espaço, que passa a ser regulado por diversas normas internas formais e informais, sempre pautadas por valores que estruturam o estilo de vida típico das camadas de maior renda urbanas.

Caldeira (2001), em sua análise de condomínios fechados em São Paulo, observou como os enclaves residenciais das elites criam espaços com pretensões autônomas de autorregulação impondo regras internas próprias e enfatizam a diferença e hierarquia social entre moradores e funcionários. Assim, os enclaves permitem não só ilegalismos no seu interior, mas também a subordinação daqueles que não pertencem, mas existem, ocupam e usam o espaço na condição de (sub)serviência. A autorregulação - mesmo que formalmente pautada pelas regras do Estado de Direito - afirma a cisão do enclave em relação ao público e ao princípio de igualdade e isonomia de uma sociedade democrática. Por exemplo, Caldeira (2001) observa como funcionários de vigilância são tolhidos de poderes coercitivos de garantia da ordem interna sobre os próprios residentes, operando de fato apenas uma vigilância contra intrusos e serviços de apoio, garantindo a segurança e o conforto dos limites do território ao qual não pertencem. Nos enclaves, invertem-se os papeis e tornam-se os próprios vigilantes objetos de vigilância e regulação de comportamento por parte da comunidade de residentes. Os condomínios fechados também se configuram como um meio particularmente ordenado por um exercício cotidiano de violência simbólica, em que os residentes naturalizam tal suspensão noção de público no seio de uma comunidade fechada, praticando-a frequentemente de forma legítima e usufruindo de seus resultados de forma muito concreta, vivendo um mundo socialmente distorcido em termos de demografia e de homogeneidade social.

Não só a reserva, bem analisada por Simmel e Park, mas também o desejo de ordem e de exclusividade são traços típicos da sociabilidade das classes médias altas urbanas. O estilo de vida condominial evidencia de forma muito clara como tais valores possuem precedência sobre valores comunitários em torno de uma unidade doméstica e de comunhão de intimidades. A lógica do modo de vida condominial mostra-se muito mais pautada pela economia compartilhada na socialização de custos de localização e

segurança, do que por qualquer valor associado ao comunitarismo ou associativismo como formas de organização social.

É típico dos condomínios observados e dos condôminos entrevistados, por exemplo, a baixa utilização de áreas e equipamentos comuns. No discurso de corretores de imóveis de empreendimentos nos dois bairros, assim como em materiais promocionais de empreendimentos residenciais verticalizados, o argumento de venda valoriza o usufruto individual, "a qualidade de vida da sua família", e não quaisquer benefícios ou valores de uma vida comunitária, mesmo que entre iguais. A exclusividade de classe é tornada implícita e é enfatizada a exclusividade do acesso particular a benefícios disponíveis "em um lugar seguro, bem mantido", como "uma extensão da casa do cliente". São espaços que reproduzem áreas domésticas que eram utilizadas para união familiar e recepção de visitas. Decks e piscinas substituem quintais, salões de festas, salas de TV, wine bars e lan houses substituem salas de estar. Todas, no entanto, reguladas mediantes reservas, para garantir o uso individual e não comunal.

A valorização da individualidade subjaz à reserva, à exclusividade e ao desejo de ordem, e se expressa na organização da vida condominial. Divide-se o espaço com outros muito mais do que se compartilha o espaço com outros. O propósito unidade de classe, nesse sentido, não se desenvolve de modo calculado e racional, mas muito mais como resultado do princípio orquestrador do habitus de classe. Mesmo no caso das mães que afirmaram utilizar com frequência espaços infantis de lazer coletivamente, levando crianças (ou enviando-as com babás) para brincar entre vizinhos, tendem a enfatizar a individualidade em detrimento da comunidade. Uma mãe afirma que sabe que é "importante para o desenvolvimento dele [filho], socializar com outras crianças mais ou menos da mesma idade" (F11PAP) A socialização da criança é concebida como um processo de desenvolvimento pessoal, e nenhuma das mães entrevistadas enfatizou a importância do brincar junto como uma forma de fortalecer laços de vizinhança e a integrar uma comunidade, mesmo que isso possa emergir como consequência de tais práticas.

O mercado imobiliário explora a ideia de "áreas comuns" como elementos de qualidade de vida compensatórios à restrição espacial das habitações, que se tornam progressivamente menores para otimizar a mais-valia da localização. Trata-se da

tipologia que um arquiteto de imóveis para as classes médias altas chama de "condomínios clube". Enquanto o público de altíssima renda valoriza pouco espaços comuns, mantendo a privacidade do usufruto doméstico em suas próprias residências, as classes médias altas se encontram no lugar de aceitar a restrição espacial e a divisão de custos para manutenção do seu estilo de vida. Esse empobrecimento em termos práticos, menos espaço e compartilhamento de bens, entra em choque com os valores de reserva, ordem e exclusividade, obrigando os condôminos a emularem um usufruto individual e a reclassificação da vida compartilhada sob o discurso da praticidade, segurança e qualidade de vida.

Ao me passar por cliente interessado e contestar o valor desses equipamentos para corretores que vendem apartamentos em novos empreendimentos na região, é possível observar como um discurso pedagógico ensina o consumidor de tais habitações a aceitar tais signos de estilo de vida como valor agregado. Minhas objeções já parecem roteirizadas, recebendo respostas semelhantes de ambos os corretores. Afirmo que não tenho filhos, e me respondem que um dia certamente os terei. Digo que não pretendo, e me respondem que ainda sou jovem. Insisto que não os planejo de forma alguma, e me explicam que as áreas são importantes para a valorização do meu investimento, que terei dificuldades em vender (o imóvel que naquele momento estou comprando) posteriormente, irei perder no futuro. Argumento que a pirâmide social brasileira está invertendo e que no futuro as pessoas terão menos filhos e terão preferência por espaços mais úteis ou maiores, e recebo a resposta que hoje em dia, inclusive, os empreendimentos já estão criando pet places. Os argumentos tautológicos de que elementos possuem valor porque são valorizados mostra como o mercado atua educando os consumidores, via agentes comerciais e materiais promocionais, (in)formando seus desejos a partir da oferta de produtos que melhor atendem a otimização de lucros dos promotores e as demandas pautadas por valores individualistas e locacionais de classe. É dentro do conjunto que resulta dessa síntese entre necessidades de classe e de produtores colocada em oferta que os consumidores confeccionam seus estilos de vida com objetos e representações.

O estilo de vida condominial e sua tentativa de endereçar as necessidades de reserva, exclusividade e ordem busca reproduzir a zona de conforto ético e estético de classe garantida pela homogeneidade social e sincronia entre habitus e habitat,

mantendo a estabilidade e o isolamento no contexto percebido como caótico e ameaçador da cidade marcada por uma configuração de alta exposição social. A territorialização de classe, como forma de exercício de poder simbólico, tenta garantir o acesso e controle a recursos reduzindo o encontro e a colisão de diferenças. No entanto, diante da convivência com outros inevitável na vida condominial, os enclaves residenciais tentam homogeneizar não só a comunidade em termos socioeconômicos, mas também suas práticas e apropriações dos espaços comuns. Isso é realizado, em primeiro lugar, regulando acessos e usos, submetendo-os a extensas regras formalizadas em convenções e estatutos de condomínio, reproduzindo internamente a organização burocrática estatal e submetendo todos aos mesmos direitos e deveres enquanto condôminos. Em segundo lugar, isso é realizado por uma extensa vigilância interna de comportamentos e de exigências de igualdade, em que não só condôminos denunciam, reclamam e regulam constantemente de usos e comportamentos esteticamente e eticamente incômodos, como avaliam constantemente usos e comportamentos de vizinhos em relação aos seus próprios, garantindo que "uns não possam mais do que outros".

Essa regulação resulta em um alinhamento de comportamentos e usos que frequentemente resulta na formação de espaços comunitários estéreis, mas simbolicamente presentes e bem mantidos. Tornam-se, sobretudo, elementos de apresentação estética, e não elementos funcionais de usufruto e comunhão. A maior parte dos entrevistados afirmou que acredita que as normas dos seus condomínios são excessivas. Na mesma direção, muitos dos entrevistados relataram que deixaram de usar espaços que inicialmente tentaram usar "porque dava muita confusão" e relataram casos de conflito com o condomínio ou vizinhos reclamantes em função dos seus usos. Por outro lado, muitos dos entrevistados também relataram se incomodar com práticas e usos de espaços comuns de outros vizinhos. Frequentemente, o "bom senso" é citado como elemento a ser tomado como prática, evidenciando a dinâmica de orquestração do habitus como esquema de avaliação que coordena a regulamentação de um estilo de vida de classe que constrange os próprios sujeitos a reproduzi-lo.

São comuns nos condomínios, por exemplo, as proibições formais de práticas tipicamente condenadas pelas classes dominantes, especialmente as que impõem o compartilhamento da intimidade. O bordão "o seu direito termina quando começa o do

outro" é evocado por múltiplos entrevistados ao argumentarem em relação às dificuldades e frustrações da vida comunitária em condomínio e ilustra bem como o desejo de ordem resulta na subordinação de comportamentos e liberdades de apropriação de modo a evitar conflitos de vizinhança. Roupas estendidas em varandas ou áreas de serviço, assim como alterações de fachadas, são proibidas por prejudicarem a expectativa estética do espaço compartilhado, usos noturnos, permanência nos corredores, barulhos excessivos, e até mesmo "festas na área errada" são proibidas e policiadas pelos próprios moradores que recorrem à figura mediadora do síndico como mantenedor dos comportamentos adequados.

A vigilância constante, no entanto, não é pareada por benefícios de integração e envolvimento comunitário. O fato de que a maior partes dos moradores relatou não acompanhar reuniões de condomínio, e de que moradores síndicos entrevistados relataram a baixa adesão a reuniões de condomínio, mas alta participação de moradores em grupos de whatsapp como reclamantes, ilustra como os valores individualistas se associam a um ethos consumerista de pagar por direitos. O abandono do trabalho comunitário nos contextos urbanos ao longo da modernidade, bem observado por Sennett, é reforçado pelo desenvolvimento da cultura de consumo que constroi noções de cidadania como serviço. Os valores de reserva, ordem e exclusividade também se articulam a essa transformação cultural que emerge progressivamente como substituição à noção do público como uma instância conquistada de liberdade e não subordinação ao despotismo, ao personalismo ou mesmo ao constrangimento comunitário tradicional. A fragmentação produzida pela segregação em enclaves exclusivos, bem ordenados e regulamentados em função da preservação da intimidade e individualidade de unidades familiares resulta na progressiva privatização da esfera pública em seus interiores, mas também, como observam Sennett e Serpa, na privatização do espaço público exterior.

É precisamente essa externalização da privacidade sobre o espaço público sob formas de apropriação democraticamente desequilibradas que resulta nos processos de condominialização de praças públicas verificados no Cocó. Veremos como a observação de espaços públicos de lazer revelou formas de transposição da organização comunitária condominial para espaços públicos, circunscrevendo-os a um domínio territorial de classe ao impor regras e práticas típicas do associativismo das classes dominantes que subjazem ao estilo de vida condominial em edifícios residenciais de apartamentos.

6.2.2.4. O Parque do Cocó: primórdios da tradição de vigilância de espaços públicos na zona nobre

Os moradores de alta renda dos bairros da frente leste de expansão da zona nobre apresentam um comportamento de vigilância de áreas públicas que se distingue de outros bairros da zona nobre de Fortaleza. Não só o bairro de Lourdes, que será analisado à parte, apresenta um forte associativismo em torno da segurança das ruas do bairro e um comportamento tipicamente NIMBY, mas também no Papicu, em torno da praça Estrigas e Nice (informalmente chamada de Praça do Rio Mar), e especialmente o Cocó, que possui três praças adotadas, sendo uma delas, a Praça Martins Dourado, um projeto de associativismo de vizinhança de moradores de alta renda que antecede a própria política municipal de adoção de espaços públicos.

Vários fatores colaboram para a maior intensidade e antecipação dessa prática no recorte de estudo do que na centralidade da zona nobre na Aldeota ou em outros bairros satélites desse centro. Por um lado, a proximidade da periferia leste já bem consolidada quando da expansão da zona nobre na região aguça o senso de vigilância das elites em torno de espaços públicos. Por outro lado, a maior oferta de espaços públicos relevantes no bairro do Cocó também parece se configurar como um gatilho para a movimentação das elites no sentido de evitar a criação de territorialidades fronteiriças, tal como aquelas observadas no Papicu, garantindo a apropriação e disciplinamento do espaço contra outras apropriações. E, finalmente, a implantação da segunda etapa do Parque Ecológico do Cocó, implantando uma grande área pública em disputa e valorizando a qualidade dos espaços públicos como elemento necessário para a boa vida urbana, parece ter dado início à prática de engajamento das elites enclausuradas com o espaço público fisicamente próximo.

O espaço do bairro Cocó, diferente da Aldeota, não é tão vasto e tão densamente ocupado. Não só ainda existem em parte do bairro um grande número de residências unifamiliares e terrenos vazios. Mas sobretudo o número de espaços livres é relativamente maior, especialmente com a construção do Parque Ecológico do Cocó na década de 1990, que tornou-se símbolo e deu nome ao bairro (antes referido como Mata do Cocó, em referência ao rio). A extensão do primeiro parque da cidade, produzindo uma área verde urbanizada para o lazer, se tornou um novo atrativo em termos de amenidade da localização, tanto pelo seu valor paisagístico como pelo valor agregado

de qualidade de vida atribuído ao espaço conforme a pauta ambiental atualizou a valorização de áreas verdes como um contraponto às representações históricas das cidades como lugar de poluição e desconforto ambiental.

O Parque do Cocó, situado na margem norte do rio, rapidamente produziu uma nova área nobre no seu entorno. As margens do parque urbano foram rapidamente ocupadas por edifícios de apartamentos de alto padrão, concentrando ocupações de alta renda em uma área anteriormente destinada à extração de sal. Os mais velhos se recordam da paisagem que margeava a avenida Perimetral na região próxima ao rio Cocó, "ali não tinha nada, era tudo salina ali onde hoje é o Iguatemi". O shopping Iguatemi ofereceu ao imaginário geográfico das elites um poderoso elemento urbano, uma vez que, como discutido acima, shoppings de grande porte possuem a capacidade de produzir artificialmente o atributo de centralidade dos mercados. Foi adicionado um marco geográfico ao mapa mental de uma classe que até então se reproduzia no entorno imediato do Centro e na Aldeota. Enquanto as localizações no entorno da Avenida Perimetral (atual Av. Eng. Santana Júnior) formaram a frente sudeste de expansão da zona nobre, processo analisado por Fuck Jr (2002), as localizações no vetor leste de expansão, entre o Iguatemi e o então longínquo conjunto habitacional Cidade 2000, ganharam novo significado. A segunda etapa do Parque Ecológico do Cocó, situado na proximidade da ponte construída sobre o rio, conectando a Aldeota à frente de expansão sudeste, por sua vez, continuou esse processo reforçando em Fortaleza uma nova forma de domesticação urbana da natureza, transformando-a em área destinada ao lazer e fruição estética, tal como foi operado com a ressignificação do litoral décadas antes.

Gleilson Lopes (2014), em sua análise dos usos e conflitos em torno do Parque do Cocó, observa bem como

> o Parque do Cocó, representado pelo seu mangue e rio, também percorreu esse mesmo percurso em relação ao mar, onde ocorreu uma mudança de percepção social, transformando um espaço anteriormente visto como ermo e abandonado em um dos espaços mais disputados e valorizados da cidade. Há algumas décadas, a região que hoje ocupa o Parque do Cocó era uma região destinada a usos "periféricos" dentro da cidade, usos vinculados ao trabalho da classe economicamente desfavorecida, lugar de não passagem das principais vias urbanas da cidade e de pouco trânsito social, enquanto o centro da cidade era seu local social e econômico hegemônico.
> [...]
> Morar no parque passa a ser um modo de se estar próximo à natureza, integrado a ela, estabelecendo uma distanciação do ritmo frenético urbano. O Parque do Cocó é apresentado como sendo um oásis dentro do qual é possível estar

> próximo do meio ambiente, dos benefícios de morar no campo, mas integrado à cidade e seu movimento inacabável. Desse modo, o parque passa a ser uma opção que agrega um "bem viver urbano". [...] o meio ambiente, neste caso, o Parque do Cocó, é incorporado como reserva discursiva de encontro do homem com esses sentimentos: calma, qualidade de vida, mas também conforto, conforme declaram as construtoras de edifícios de luxo no entorno do parque
> [...]
> Esse contexto de valorização do meio ambiente e de produção daquela região como prioridade de investimentos faz deste espaço único na cidade, local produzido para usos específicos: morar no entorno, caminhar, andar de bicicleta, fazer trilhas e atividades esportivas. Como é uma área de grandes investimentos governamentais e empresariais, há tensões diversas em torno da preservação do verde e dos dilemas do "progresso" e do "desenvolvimento", opondo segmentos sociais aos grupos políticos/ empresariais. Para além desse conflito de ideologias postas, existem conflitos cotidianos entre os usuários dessa região.

O discurso ambientalista que se desenvolve a partir dos anos 1970 foi prontamente incorporado pelo mercado imobiliário conforme as classes dominantes, em cujo interior se situam as frações de classes doutas (BOURDIEU, 2017), exercem grande influência na relação dialética que consumidores e produtores mantém no mercado como uma instância de comunicação. O acúmulo de capital cultural e simbólico das classes dominantes opera de forma muito eficiente na redefinição da cultura legítima (i.e., no exercício do poder simbólico) e na sua operacionalização em estilos de vida, sobretudo por meio da (in)formação de necessidades de consumo. Tais necessidades, em parte, subordinam os produtores imobiliários. Mas, em parte, tais necessidades também são subordinadas ao processo de fetichização das mercadorias, onde o poder simbólico dos produtores é exercido de forma estratégica através de ações de marketing e comunicação, que identificam e priorizam seletivamente necessidades de consumidores e dão forma aos desejos oferecendo objetos que respondem a tais necessidades de consumo.

Figura 72 - O Parque do Cocó margeado por edifícios de alto padrão

Fonte: produzido pelo autor

Nesse sentido, a valorização da natureza em Fortaleza, na figura do Parque do Cocó, ocorre dentro daquilo que Lopes (2014) concebe como a "rede ideológica de produção da cidade". Essa rede ideológica nada mais é do que o espaço simbólico da cultura no qual indivíduos, grupos e coisas situadas no espaço social ganham sentido, valoração e legitimidade refletindo as lutas por posições no espaço social. O espaço físico, o modo de habitá-lo, e portanto a cidade e seus elementos, ao ser reificado sempre ocupam um lugar fundamental na composição de gostos e estilos de vida. O

discurso ambientalista marca na contemporaneidade uma mudança de estilo de vida, tanto política quanto estética, marcado pelo desejo de fruição da natureza e da tranquilidade sem perder o acesso à fruição da urbanidade, pela demanda de conciliar a preservação da natureza com as vantagens da cidade. Um estilo de vida que diverge do afastamento da proposta de vida suburbana e passa a demandar a integração da natureza à vida urbana como um elemento acessível. A natureza deixa de ser relegada à condição de elemento ornamental e de conforto urbanístico (e.g., a arborização espaçada das calçadas e praças), mas tampouco se opera um retorno às ideologias urbanísticas modernas em torno do contato com a natureza (a cidade jardim de Howard, por exemplo), cujos resultados reais em formas urbanas concretas foram os subúrbios estadunidenses, caricaturas de utopias Ressignifica-se a natureza atribuindo a ela o status de elemento urbano fundamental, que deve ser integrado à metrópole como forma de recuperar e redimir a degradação ambiental imposta ao indivíduo pelos grandes agentes produtores do espaço, eximindo o consumidor do seu papel destrutivo. O Parque do Cocó surge, portanto, como resultado dialético entre a demanda das classes dominantes por tal preservação da natureza como remédio contra a degradação ambiental e a atuação dos promotores imobiliários na transformação da terra e das localizações urbanas em mercadoria. É exemplo concreto do exercício de tal jogo de poder simbólico entre consumidores e promotores o fato de que decreto estadual regulamentando a preservação de toda a extensão do Rio Cocó, foi apenas recentemente aprovado, enquanto o Parque Ecológico do Cocó não tardou a ser construído como equipamento implantado na conexão entre a Aldeota e a frente sudeste de expansão da zona nobre, dentro do território restrito da "cidade leste", onde as elites urbanas e promotores imobiliários de Fortaleza poderiam facilmente desfrutá-lo funcionalmente enquanto equipamentos e simbolicamente enquanto signo de sucesso e conforto da preservação do meio ambiente. O verde, e todo os benefícios que ele passa a representar a partir do anos 1970, vira o novo mar. E o Parque Ecológico do Cocó, uma nova Beira-Mar.

O ideal da vida pacata urbana se transforma dentro dos sentidos cambiáveis do espaço simbólico da cidade. Não se trata mais da vida campestre, tampouco da vida isolada da cidade, mas da vida esteticamente bela, saudável e prática, conforme densidade, acessibilidade e aprazibilidade natural podem ser ofertadas com a tecnologia,

com o controle e com a vigilância adequada do espaço urbano e da própria natureza: morar em um edifício fechado, perto de shoppings e ao lado de parques urbanos, espaços limpos e bem vigiados, garantindo acesso a uma cidade em que se pode caminhar pelas manhãs, ensinar crianças a andar de bicicleta, comprar em segurança e permitir que jovens se encontrem em cinemas depois das aulas, torna-se o ideal de vida urbana amena que outrora foram os bairros de caráter suburbano onde crianças podiam brincar nas ruas e fazer tertúlias sob a supervisão matriarcal. Com efeito, sem exceção, todos os moradores entrevistados citaram o benefício da presença do parque urbano, especialmente os que tomaram suas decisões locacionais em um momento em que a criação dos filhos comandava as suas avaliações dos pontos da cidade. E os mais jovens, que cresceram ali, indicam forte relação afetiva com o parque que, embora já não seja mais desfrutado "por falta de tempo", recordam-se de desfrutar de atividades de lazer na infância.

A presença da grande área verde e pública do Parque do Cocó, no entanto, marca as estratégias de apropriação do espaço por parte da classe dominante que habita o bairro. Lopes (2014), ao explorar os diversos conflitos cotidianos que atravessam o parque urbano, observou como os interesses dos moradores do entorno colidem com usuários do parque "estranhos" a esse grupo (e.g., os pescadores, moradores de áreas de baixa renda no entorno). O autor observa como a disciplina e a vigilância do espaço foram exigidas perante o Estado, culminando no seu completo cercamento em 2007, criando pontos de entrada específicos, e no estabelecimento de restrição de horários de funcionamento, proibindo o uso do parque durante as noites. Nossas entrevistas vão ao encontro dos achados de Lopes. Para os residentes do bairro, o "matagal" representava perigo. A fala do crime, conforme a violência urbana aumentava na cidade nos anos 1990, construiu a natureza não domesticada como zona de perigo. "Naquela curva ali, de quem vai pro Iguatemi, era um perigo, os marginais se escondiam ali no matagal e saltavam na frente do carro, bem onde você tinha que diminuir a velocidade pra fazer a curva". No estado de *low key warfar*e da fobópole em ebulição desde a década de 1980, a natureza se tornou aterradora conforme a fala do crime evidenciava o seu uso potencial pela figura do "marginal", o novo inimigo público brasileiro. A domesticação da natureza como espaço não disciplinável exigiu a restrição do espaço público a partir da sua normatização conforme os interesses das classes dominantes: entre a sensação de

segurança de uns e a conveniência do acesso de outros, a primeira prevaleceu, facilmente suportada pelo discurso de preservação da natureza contra usos irregulares predatórios, como a pesca ou ocupações irregulares por moradores de rua.

No entanto, a lógica da vigilância sobre os espaços públicos de lazer por parte das camadas de alta renda no bairro não se restringe ao Parque do Cocó. Tratando-se de um equipamento ambiental de alta visibilidade, complexidade e objeto de interesse de múltiplos agentes (usuários diversos, ambientalistas, órgãos públicos, universidades etc), o parque se encontra sob maior escrutínio por parte da sociedade fortalezense na defesa de seu status de espaço público e ambiental importante da cidade. Como consequência, o parque é gerido enquanto tal. O espaço conta com a presença de vigilância policial e ambiental, atividades de lazer, turismo e educação ambiental, todas operadas pelo poder público ou sob sua tutela.

As praças públicas do Cocó e, mais recentemente, do Papicu revelam de forma ainda mais evidente a lógica segregatória de controle do espaço público operada pelas classes dominantes que se mobilizam não apenas para ocupá-lo e mantê-lo, mas sobretudo para discipliná-lo.

6.2.2.5. As praças adotadas: a contra-apropriação de espaços públicos e urbanidades segregadas

Ao longo da pesquisa, os curiosos casos de adoção de praças particularmente bem sucedidas no bairro do Cocó imediatamente chamaram a atenção e foram definidos como pontos de observação de usos. Tratam-se das praças Martins Dourado, adotada pela associação Amigos da Praça Martins Dourado (APMD), e a praça Francisco Rodrigues Sancho, adotada pela associação Aprosa - Associação dos Amigos da Praça Fco. Rodrigues Sancho. Em seguida, a praça Estrigas e Nice, construída pela OUC Lagoa do Papicu, cuja adoção por uma pequena associação de vizinhos (APEN - Associação da Praça Estrigas e Nice), que já zelava pela praça, estava em andamento também foi incluída como um ponto de observação.

Diferentemente do contato com os moradores e síndicos de edifícios de alto padrão, de dificílimo acesso, o acesso às diretorias das associações foi imediato e sem ressalvas. Cientes do papel de liderança de associações em torno de espaços públicos,

membros das diretorias se colocaram a disposição não apenas para entrevistas, como também auxiliaram imensamente a pesquisa emprestando um lastro de confiança às tentativas de recrutamento de informantes residentes, muitos deles membros, mais ou menos ativos, dessas organizações.

Essas praças se destacam por um notável estado de conservação, assim como por uma notável urbanidade em diversas horas do dia e pela realização de diversas atividades em espaços públicos. Aulas de skate, de capoeira, karatê, missas, shows, contação de histórias, rodas de oração, até mesmo um grupo de discussão de filosofia, afirmam os diretores, já ocorreram nas praças. O sucesso das iniciativas de adoção por associações de vizinhos é tão evidente que, no caso de duas praças vizinhas, as praças Rodrigues Sancho e Eng. Felipe Borges, constata-se uma grande diferença de conservação e de intensidade da ocupação e uso do espaço público. As duas praças do bairro Cocó, com adoção mais antiga e bem consolidada, já foram louvadas pelo poder público como projetos modelo do sucesso da política de adoção de praças.

A observação desses espaços e entrevistas com membros diretores e associados das organizações revelou formas como mesmo tais movimentos sociais de zelo e resgate da vitalidade urbana de espaços públicos são atravessados por estratégias de territorialização de classe que, apesar de compreensões muito claras pela maior parte dos membros em torno da natureza pública desses lugares, se desdobram como formas de apropriação que resultam na exclusão de usuários mais pobres e controle socialmente homogêneo desses espaços.

Embora o tamanho, idade, comportamento e posicionamento político dos diretores e formas de apropriação levadas a cabo pelas associações sejam bastante distintas entre si, é importante apontar para o fato de que todas as associações foram organizadas em torno da necessidade de garantir que os espaços públicos não fossem ocupados por pessoas e usos indesejados.

No caso da praça Martins Dourado, o movimento social de vizinhos precedeu a política de adoção de praças no município de Fortaleza. No início dos anos 1990, moradores do Cocó que residiam nas imediações de uma grande área livre, preocupados com movimentos de ocupação irregular, iniciaram a reivindicação organizada de uma praça no local. A associação de vizinhos passou a zelar pelo novo equipamento,

transformando-se em uma iniciativa modelo aos olhos da prefeitura e conquistando respaldo e influência sobre as decisões em torno do equipamento.

Figura 73 - A praça Martins Dourado, Cocó

Fonte: produzido pelo autor

Já a praça Rodrigues Sancho, adotada pela Aprosa, "que sempre esteve aí", segundo uma moradora que reside no bairro desde os anos 1990, também foi motivada pelo desejo de garantir a ocupação considerada ideal da praça. O assassinato de um juiz em uma tentativa de assalto gerou comoções que iniciaram a primeira tentativa de associação de vizinhança. A chegada de um grande contingente de novos moradores no bairro com a construção de duas grandes torres de apartamentos de classe média alta, um de cada lado da praça, deu novo estímulo ao associativismo em torno da praça, que antes, relata uma moradora participante do movimento, era escura durante a noite e onde às vezes "ficava sentado um pessoal meio estranho das redondezas… até gente com tornozeleira eletrônica, passavam o dia sentados aí".

Figura 74 - A praça Rodrigues Sancho (Praça da Aprosa), Cocó

Fonte: produzido pelo autor

A praça Estrigas e Nice, no Papicu, por sua vez, segundo relatos de moradores que compraram seus apartamentos ainda na planta, originalmente foi concebida pela empresa construtora como uma praça privada no centro de um complexo de torres de apartamentos. “Havia sido vendido assim”, relatam moradores, mas a prefeitura proibiu a continuidade da ideia por alguma razão e determinou que a praça fosse pública. A praça é um ponto de entrada e saída do shopping Rio Mar. Segundo membros da diretoria, os edifícios construídos na OUC Lagoa do Papicu e o shopping Rio Mar pagam uma taxa voltada para a manutenção da praça, embora não tenham ingerência sobre o equipamento. O shopping Rio Mar comunica que não possui nenhuma ingerência sobre a praça. Mas o seu projeto urbanístico foi realizado de forma a conectar visualmente a praça ao enclave. Inicialmente cercada por uma cerca viva, os moradores solicitaram a sua retirada, pois jovens “da região ali do Vicente Pinzón ficavam aí à noite fumando maconha”. Posteriormente a praça recebeu um posto da polícia militar, uma pequena edificação onde continuamente se encontra pelo menos um

policial e que funciona como ponto de apoio para rondas. A base foi construída na praça muito embora a uma distância de poucos quarteirões, também ao lado do shopping, se encontre um batalhão da polícia militar, entre a comunidade do Pau Fininho e a Lagoa do Papicu.

Figura 75 - A praça Estrigas e Nice (Praça do Rio Mar), Papicu

Fonte: produzido pelo autor

Em comum, as três associações também determinam que a participação das entidades é garantida mediante o pagamento de mensalidades. Muito embora as

mensalidades não cheguem a valores proibitivos para famílias de classe média alta, elas se constituem como uma grande barreira para a participação como membros legítimos de indivíduos residentes nas favelas nas proximidades da praça. Enquanto todos os membros de diretorias da associação reclamaram da baixa adesão de moradores dos edifícios do entorno que, mesmo sem filiação, usufruem do espaço, os moradores da favela do Gengibre, por exemplo, a pouco quarteirões da praça Rodrigues Sancho, "não gostam muito de usar a praça", afirma uma liderança da comunidade, que ressalta que não existem áreas de lazer na comunidade e que "o pessoal aqui gosta mais ali da praça da 2000". Não só os moradores não se sentem à vontade, como diante de sua realidade financeira, arcar com taxas de associação à praça são impossíveis. Uma moradora da favela, em relato durante uma visita à comunidade, afirmou que pagava R$400 de aluguel (um terço do auxílio emergencial pago pelo Estado durante a pandemia) por um barraco às margens da lagoa, que durante as chuvas estava sendo invadido pela água. "O pior", afirma a moradora, "não é nem a água, é [sic] os ratos que ficam subindo na cama, porque tem um buraco aqui no chão, quando a água sobe, eles saem tudo [sic] de dentro e não querem nem saber, sobem na gente mesmo".

Nenhuma das diretorias entrevistadas relatou nenhuma estratégia de isenção de taxas, de convites de representantes das comunidades para compor chapas ou assumir posições de diretoria, ou qualquer intenção de criar condições de participação equilibrada de moradores de áreas de vulnerabilidade social que possuem necessidade de equipamentos públicos muito maiores. A relação das associações com as "comunidades carentes" da região são mantidas com base em ações de caridade, com ações de levantamento de doações de alimentos ou brinquedos, por exemplo. Muito embora donativos possam aliviar a privação imediata das famílias, ações de caridade reforçam ao mesmo tempo afetos de solidariedade e condescendência, reforçando, em última análise, a assimetria entre os dois grupos sociais.

Essa condescendência e filantropia estratégica dominadora é expressa de forma clara na política adotada pela APMD, cujos membros diretores afirmam que "eu sempre contrato pessoas das comunidades próximas aqui pra trabalhar na praça, é uma estratégia minha, o marginal não vai criar confusão aqui porque sabe que tem um morador de lá trabalhando aqui", Expressando um discurso e imaginário semelhante, em um misto de ideias não apenas sobre as práticas e praticantes de violência urbana,

concebendo-as como práticas de sobrevivência diante de necessidades mas também em torno de uma espécie ressentimento vingativo dos mais pobres, a associação de moradores do bairro de Lourdes também realiza ações de filantropia com fins desmobilizadores. A ideia de levantar alimentos, financiar brinquedos e ações educativas nas comunidades, frequentemente mediadas pelas igrejas do bairro, são realizadas como espécies de oferendas de paz no contexto da fobópole. A representante dos moradores afirma que foi uma "estratégia do diretor de segurança" levantar donativos para as favelas vizinhas durante a pandemia, para evitar que indivíduos mais empobrecidos praticassem crimes no bairro.

Apenas a Aprosa relatou possuir uma relação um pouco mais próxima e de diálogo, através da figura de um de seus diretores, com as comunidades pobres da região, mantendo algum contato com lideranças comunitárias, organizando sistematicamente a oferta de atividades gratuitamente (como aulas de skate após a construção de um skatepark no local, contação de histórias) abertas para todos, além de ações de coleta de donativos. A abertura ao público, gratuidade e divulgação das atividades, no entanto, não parece ser suficiente para quebrar a barreira criada pela apropriação de classe do espaço. A APEN, por sua vez, também mantém relações de abertura com a comunidade do Pau Fininho, não se opondo e endossando, sem apoio financeiro até a data das entrevistas, a projetos como aulas de karatê e capoeira em áreas da praça Estrigas e Nice. Os limites territoriais permanecem, no entanto, apesar de esforço das diretorias de garantir o uso socialmente variado do espaço, não se opondo ou apoiando apropriações das comunidades pobres vizinhas: nenhum dos alunos das aulas de karatê eram moradores dos prédios do entorno, e nenhum dos pais moradores dos edifícios entrevistados havia cogitado inscrever os filhos nas aulas gratuitas, até serem questionados, muito embora tenham afirmado a grande importância da praça como um lugar de lazer e socialização para os filhos, "um lugar que eles podem sair do celular, do computador, sabe, sair de casa, brincar na rua, andar de bicicleta, conhecer outras crianças".

As barreiras de participação isonômica por parte de moradores de comunidades mais pobres não são formais, não existem regulamentos que determinem a proibição de determinadas categorias, nem mesmo distâncias físicas, para tornar-se associado às organizações, o que as leva a argumentar que garantem a abertura democrática para

todos, levantando a explicação de que a não associação por parte de determinada população é voluntária. Do ponto de vista das lideranças das associações, a intenção genuína das organizações é de melhorar o espaço sem ameaçar a sua natureza pública, e de fato todass as lideranças entrevistadas relatam defender tais princípios dos próprios membros associados que demonstram arroubos patrimonialistas em grupos de whatsapp. Tais barreiras à participação, no entanto, existem, uma vez que a associação de populações pobres interessadas nas praças não ocorrem. Mas elas se constituem em consequência do senso prático comandado pelo habitus de classe tanto dos moradores dos condomínios de apartamentos quanto dos moradores das favelas. Não é coincidência que tais barreiras parecem ser mais facilmente quebradas por crianças, cujas internalizações de suas posições sociais não se cristalizaram, assim como relativamente menos afetadas por estigmas como estratégias classificatórias de desprestígio e deslegitimação que permeiam a cultura das classes dominantes. É da natureza do poder simbólico velar a sua própria atuação para aqueles que subordina tanto quanto para aqueles que o exercem. Por um lado, as barreiras à participação do movimento social de vizinhança não são percebidas pelos que a impõem de modo a serem mantidas sem desconforto e dissenso; por outro lado, são percebidas como mais potentes do que realmente são por parte daqueles que se encontram excluídos de representação, uma vez que o sense of one's self desses indivíduos garante a leitura clara dos sinais de repulsa mais ou menos invisíveis comunicados de forma mais ou menos inconsciente no processo de territorialização das elites.

A condescendência, a negação da assimetria social, por parte dos indivíduos das classes dominantes é uma forma típica de exercício de violência simbólica. Defende-se que não são necessárias adaptações e esforços específicos para garantir condições de participação social em pé de igualdade daqueles com significativamente menos recursos, uma vez que formalmente é garantida a igualdade de condições de acesso para todos. Vela-se sob a legitimidade do princípio da igualdade os efeitos excludentes da ausência de equidade, garantindo a assimetria de representação em um movimento social como ausência de interesse em participar.

O senso prático de classe das lideranças orienta os indivíduos a desenharem estratégias de participação que favorecem sobremaneira os seus iguais em detrimento daqueles socialmente distantes. Além da própria exigência de taxas de mensalidade,

estratégias de prospecção de novos associados, por exemplo, demonstram como essa exclusão é realizada na prática ao pensar em formas de fazer acontecer um movimento social. Algumas das associações relataram buscar convencer indivíduos a se associarem através de apresentações em reuniões de condomínio nos edifícios de apartamentos da vizinhança. A forma de cobrança de mensalidades é facilitada associando condomínios e inserindo a mensalidade nas taxas de condomínio. E os pagamentos são realizados via transferência bancária. O resultado de tais estratégias é a inclusão de uns e a exclusão de outros para os quais os custos são proibitivos; a ausência de circulação de informação e de deliberação sobre condições de participação, uma vez que incursões de prospecção não são realizadas nas favelas e áreas pobres vizinhas, concentrando-se nos que moram mais perto; e a imposição de dificuldades até mesmo para a efetiva realização de pagamentos para aqueles sujeitos à informalidade econômica e habitacional, sem acesso a contas de bancos ou a estruturas burocráticas de condomínios coletivamente financiadas.

A exclusão ocorre de forma prática ao passo que, orientadas pelo habitus de classe, as lideranças concebem objetivos e operações ideais de associativismo a partir de suas próprias experiências socialmente limitadas de existência dentro de um território. Ao idealizar como melhorar e gerir as praças e as organizações sociais, reproduzem seu próprio mundo no espaço. Nesse processo, impõem ao espaço público ideais, objetivos e necessidades que não foram traçados a partir da deliberação verdadeiramente democrática entre os diferentes grupos sociais que habitam a cidade e uma vizinhança, mas apenas entre semelhantes.

A vigilância e regulamentação de usos econômicos das praças é, talvez, o principal exemplo do domínio das classes dominantes e de seus valores sobre o espaço público. Foi unânime entre as associações a preocupação com a ocupação irregular do espaço por parte de pequenos empreendedores. Embora sem dúvidas a ocupação desregulada de qualquer espaço seja problemática, tal controle, ao ser orientado não pelo poder público, mas por um grupo socialmente homogêneo, torna-se problemático. As associações de vizinhança podem atuar legitimamente como agentes consultivos, representando moradores perante o poder público. Ao se constituírem como associações socialmente homogêneas de classe média e alta, operam como mecanismos de políticas NIMBY. Para além do caráter consultivo, no entanto, as associações efetivamente atuam

contra tentativas de ocupação do espaço por pequenos comerciantes informais. “Apenas informamos”, argumenta um membro de diretoria, “comunicamos que não pode, que tem que ser autorizado pela prefeitura”. Ao “avisarem” aos pequenos comerciantes, revelam a vigilância sobre o espaço, tornando presente o poder regulador do município que, de outra forma, sem a intervenção voluntária das associações, não se daria ao trabalho ou dispêndio de recursos para fiscalizar e proibir comércios informais móveis, como espetinhos, carrinhos ou vans.

Figura 76 - Padrão proxêmico ilustrando divisão no posicionamento de corpos no espaço público, missa na praça Martins Dourado

Fonte: produzido pelo autor

Ao se armar da *ideia* do poder público, as associações conseguem desmobilizar táticas informais de indivíduos de baixa renda que operam menos driblando e muito mais desconhecendo a figura e as atribuições do Estado, logicamente ignorando deveres uma vez que são ignorados enquanto possuidores de direitos. Os agentes reguladores que operam o controle das associações se valem da assimetria de capital cultural e simbólico que existe entre indivíduos das classes dominantes e classes dominadas. Os avisos normalmente são suficientes para eliminar as tentativas de uso do espaço público

consideradas indesejadas. Um conflito curioso na praça Martins Dourado revela a instrumentalização de tal assimetria justamente por haver fracassado. Um vendedor de produtos alimentícios típicos, ex-representante comercial de uma grande empresa, portador de diploma de ensino superior em administração, que decidiu empreender no seu próprio pequeno negócio, frustrou sem dificuldades as tentativas do que classificou como "intimidação" por parte de um representante da APMD. Após inúmeros "estresses", resolveu a querela brandindo armas à altura: ameaçou acionar a justiça contra a associação e agora "utiliza a praça normalmente, sem problemas, sem pagar taxas, como é meu direito como qualquer cidadão".

Figura 77 - Regulação do espaço público na praça Martins Dourado

Fonte: produzido pelo autor

Insatisfeito com a associação, o comerciante denuncia que "abusam do poder" e tentam "cobrar taxas" dos comerciantes e profissionais que trabalham na praça. A direção da associação argumenta, em defesa, que não cobra taxas para as pessoas poderem usar as praças, mas apenas pede "a justa contribuição daqueles que se beneficiam economicamente da praça", mas sem obrigatoriedade de serem pagas. Na percepção do entrevistado, o valor da praça como espaço público é fruto da atuação da associação. "Alguns contribuem, outros não". Além da solicitação de contribuições para

a organização, ele também tenta ordenar bem o espaço e os comportamentos, indicando o lugar ideal para os *personal trainers* treinarem seus clientes, solicitando a coleta de fezes dos cães aos seus donos, regulando a intensidade de carícias entre casais, especialmente entre os homoafetivos, conforme narra exemplos em sua entrevista:

> A gente só pede pra que as pessoas sejam *educadas*, pra fazerem o básico. (...) Mas, infelizmente, no nosso país nós temos pessoas que não tem o mínimo de cidadania, de bom senso, só pensam em si, e quando a gente pede, com educação, soltam os cachorros pra cima da gente. Eu não sei porque que eles não entendem que se prejudicam a praça, estão prejudicando uma coisa que é de todos, inclusive deles mesmos, mas não estão nem aí.

O entrançamento do discurso da cidadania com o do bom gosto, da etiqueta, dos modos, do comportamento adequado para determinado grupo social é um ponto significativo para entender o funcionamento do poder simbólico no disciplinamento do espaço. A vigilância e regulação dos usos das praças são realizadas a partir da crença em um conjunto de valores e comportamentos considerados legítimos e universalmente adequados para a boa convivência e para a boa cidade. Nesse sentido, a preocupação com fezes de cães, barulhos altos, depredações de equipamentos, demonstrações públicas homoafetivas, se abrigar durante a noite, consumir drogas e operar comércios informais são todas práticas classificadas como deletérias para a cidadania e urbanidade do espaço público. A territorialização de classe ocorre no espaço público no momento em que determinada concepção de cidadania e urbanidade é imposta como referência pautada em princípios éticos e estéticos de (di)visão do mundo para a avaliação do que é e não é adequado e legítimo ali. Mesmo que o espaço permaneça aberto e fisicamente acessível para qualquer um, o *habitat* ali configurado passa a ser acessível para aqueles que sabem entrar e se portar, sabem se fazer perceber e reconhecer enquanto usuários bem-vindos legítimos ou subordinados.

O receio das diretorias de associações entrevistadas em torno da ocupação irregular do espaço, principalmente em torno dos comércios informais, também é unânime. O discurso igualmente reproduzido por todas as associações - de formas e intensidades diferentes - é o da proteção contra a desordem, trata-se de "evitar a bagunça". Essa expressão do valor do desejo de ordem das elites urbanas, mais do que o da reserva ou da exclusividade, é o principal motor da condominialização do espaço público. A noção de *público* é distorcida para a noção de *aberto*. Todos podem entrar e

ocupar o espaço, mas só podem se apropriar dele de acordo com certas regras, criando uma concepção do espaço público mais semelhante à compreensão de áreas comuns condominiais, livres para reservas de acordo com as normas, do que à compreensão de espaço público moderna.

A APMD, organização mais antiga e gerida por indivíduos significativamente mais velhos, aposentados e que se reúnem diariamente no espaço, apresenta práticas patrimonialistas particularmente mais expressivas. Nomeiam os adotantes de bancos, espaços e equipamentos no interior da praça, interpelam usuários sobre seus comportamentos, mantêm um segurança durante o turno noturno, constrangem, intimidam e até mesmo pagam para que moradores de rua que tentam permanecer na praça por mais de um dia se retirem. O fato de que a praça é meticulosamente mantida, mas ainda assim um problema visualmente evidente de conforto, acessibilidade e segurança sequer existe no horizonte de preocupação da associação - a ausência de uma parada de ônibus ou assento para espera na rua Dr. Gilberto Studart, onde diversos trabalhadores esperam condução em uma calçada elevada, de mais de 30 cm de altura, com acesso aos veículos frequentemente dificultados por carros estacionados - evidencia a seletividade das intervenções. Do mesmo modo, é revelador da apropriação classista o relato de que a implantação de uma areninha[132] no espaço de uma quadra de areia subutilizada (e mesmo assim com horários regulados) foi recusada pelo fato de que a mesma deveria ser gerida por um líder comunitário de alguma comunidade pobre vizinha. Embora o equipamento tivesse sido vislumbrado como interessante pela associação, a sua des-territorialização foi considerada inaceitável.

Já a Aprosa e a APEN, geridas por diretorias maiores, culturalmente mais diversas (mas não socioeconomicamente) e mais jovens, apresentam uma compreensão de limites entre público e privado maior. Mas, embora não expulsem moradores de rua, esforçam-se em acionar o poder público para intervir e mediar a sua remoção; embora não interpelem usuários sobre seus comportamentos, observam-nos, coletam denúncias por parte de associados e criam estratégias para desestimular usos indesejados, como o aumento da iluminação em áreas escuras para evitar o seu uso por casais, consumidores de maconha ou moradores de rua. As práticas mais restritas ao zelo material do espaço e

[132] Equipamento municipal de lazer, composto por uma quadra, equipamentos e educadores, implantado em áreas públicas, especialmente em áreas de baixa renda. A política foi criada durante as gestões do prefeito Roberto Cláudio (2012-2020).

ao estímulo de determinadas ações coletivas nas praças por parte dessas associações sem dúvidas criam apropriações mais democráticas e vigilâncias e disciplinamentos mais comedidos, mas ainda assim a adoção das praças as tornam objetos de um *projeto* definido e executado por indivíduos pertencentes às classes dominantes, cujas práticas são orientadas e coordenadas por um *habitus* de classe que buscará criar no espaço público um *habitat* a sua imagem e semelhança.

Nos três casos, no entanto, o receio com a desordem pauta as ações dos dirigentes. A ideia de permitir que um espaço público seja efetivamente livre para diferentes formas de apropriação, restrito apenas pelas normas municipais, é inaceitável. A não regulação dos usos econômicos, relatam os dirigentes entrevistados, geraria barulho, sujeira, excesso de pessoas, que por sua vez atrairia moradores de rua, flanelinhas, assaltantes, depredação mais rápida do patrimônio. "O cara coloca um espetinho, massa, mas aí depois tá colocando um som nas alturas, no outro dia de manhã, tá lá a sujeira, o cara não vai lá limpar" (LID01COCO). Curiosamente, à exceção da praça Martins Dourado, que já nasceu associada a um movimento de apropriação dos moradores do Cocó, as outras duas praças observadas, segundo relatos de moradores mais antigos, eram esvaziadas e consideradas espaços de risco potencialmente perigosos. Os moradores das classes dominantes só demonstram interesse no espaço público conquanto ele seja público nos seus termos. Conforme relatam lideranças da Aprosa, existe um propósito para a praça, "a gente não quer uma praça tipo a da 2000, que tem feira, comércio, lá é um estilo de praça, eles querem aquilo, é legal também, eu mesmo frequento lá o tempo todo, mas aqui a gente quer outra coisa, a gente quer tranquilidade, quer o verde, quer que as pessoas ocupem pra lazer, pra descansar" (LID01COCO), ou então, dito de forma mais sintética, "a gente quer que isso aqui seja como se fosse o quintal da nossa casa" (LID01COCO).

A busca pelo lazer e aprazibilidade e não pela conveniência do acesso ao comércio ilustra como os moradores de maior renda atuam de forma a garantir que determinado potencial da praça se concretize (sua função de parque) em detrimento de outro potencial (sua função de mercado). O aumento significativo dessa população no entorno das praças, conforme os grandes edifícios de apartamentos nas suas laterais foram ocupados, resultou na formação das associações para capitanear essa apropriação de acordo com os desígnios de classe, muito embora as associações entendam que a foi

sua atuação que garantiu o aumento da ocupação e da urbanidade dos espaços adotados. Sem as instituições mediar uma outorga de controle por parte do poder público, o maior fluxo dessas praças pelo aumento da densidade demográfica possivelmente pudessem ter feito aflorar outros usos das praças, menos desejados pelos novos moradores.

É interessante notar ainda que, enquanto a própria diretoria da APMD apresenta um comportamento patrimonialista classista mais evidente, criando conflitos até mesmo com alguns usuários "bem-vindos", as outras duas associações lidam com uma situação distinta de disputa entre membros diretores e associados. "Eles pensam que a gente é um síndico" (LID01COCO), afirma um membro diretor de uma das organizações mais jovens, exasperado com o comportamento de associados no grupo de whatsapp, "acham que tão pagando por um serviço, querem que a gente resolva coisa que nem a prefeitura consegue resolver, e acham ruim quando explicamos que não podemos fazer". "Parece o grupo de condomínio, sabe, reclamam de tudo, sabem de tudo, pedem isso, pedem aquilo, mas na hora que você fala 'abre um B.O sobre isso' ou 'liga para a prefeitura', não levantam um dedo", relata a mesma frustração membro diretor de outra organização. As lideranças que se mobilizam para cumprir a função pública de institucionalizar a erosão do espaço público se encontram em um papel que produz compreensões mais claras sobre limites e responsabilidades da apropriação das praças, transformando ou reforçando suas compreensões políticas divergentes sobre sua própria classe. Por outro lado, muitos dos associados que apenas apoiam a iniciativa pagando mensalidades, por outro lado, parecem transformar a sua visão da coisa pública, entendendo que, uma vez que passaram a investir recursos nas iniciativas de adoção, tornam-se consumidores da praça. O *ethos* consumerista das classes dominantes erode a natureza comunitária do associativismo, dissociando-o da ideia de trabalho comunitário e vinculando-o à noção de serviço comunitário, concebendo a possibilidade de delegar o trabalho comunitário não por representatividade, escolhendo líderes para coordenar o esforço comunitário, mas por assinatura, escolhendo funcionários para resolver o trabalho comunitário. Como nos condomínios, a lógica comunitária das associações de vizinhança das classes dominantes é distorcida pela ideia de que é possível comprar direitos pagando por, e não *cumprindo*, deveres.

De todo modo, a institucionalização da ação coletiva de classe por meio de uma associação de vizinhos produz uma imagem despersonalizada que torna legítima e mais

eficiente a apropriação do espaço público. As praças adotadas, por exemplo, são eivadas de sinalizações que comunicam a existência e a presença ativa de instituições que zelam, vigiam e regulam os usos e ocupações do espaço. O fato de que se trata de um espaço de natureza pública e de que tal existência e atividade institucional não se sobrepõe a tal status só é relevante para os que ponderam sobre tais arranjos e construtos. O usuário engajado no uso banal cotidiano do espaço conceberá que entrou em uma territorialidade específica, independente da sua intensidade, de outro modo aqueles sinais não existiriam. O fato de que não apenas comunicações visuais de logotipos, mas sobretudo mensagens disciplinares são espalhadas pelas praças reforça essa percepção: comunicam que há alguém que espera determinados comportamentos naquele lugar.

O resultado da apropriação das praças, como afirmamos antes, é evidente. No interior das praças, a observação de usuários em diferentes horários mostrou que ali se desdobram as mesmas dinâmicas de avaliação e julgamento dos corpos e modos como forma de reconhecimento de usuários menos ou mais "bem-vindos", tal como observado no interior do shopping Rio Mar, produzindo um mundo demograficamente invertido e marcadamente homogêneo socialmente. Embora não existam seguranças ostensivamente vigiando o espaço, uma autorregulação por parte dos próprios usuários coordena tanto as práticas dos diferentes indivíduos quanto as suas localizações no espaço e no tempo.

Por exemplo, em todas as praças foram observados contrastes na ocupação do espaço. Na situação de inversão demográfica, onde pessoas de classe média alta ultrapassam em números as pessoas de menor renda, é possível observar que em horários de pico ocorre uma ocupação geral e espalhada por parte dos grupos sociais mais ricos, realizando práticas diversas: atividades físicas, passeios com crianças, passeios com cachorros, passeios de bicicleta, brincadeiras entre crianças, conversas, consumo de alimentos. Em tais situações, indivíduos perceptivelmente de outra classe social se aglomeram em espaços reduzidos e discretos. Na praça Martins Dourado, optam por permanecer em uma academia improvisada na esquina sudeste ou sob um caramanchão no centro da praça. Na praça Estrigas e Nice, parecem preferir permanecer no entorno de um parquinho infantil localizado na esquina nordeste, e atividades como aulas de karatê e capoeira para jovens das comunidades pobres vizinhas ocorrem sob

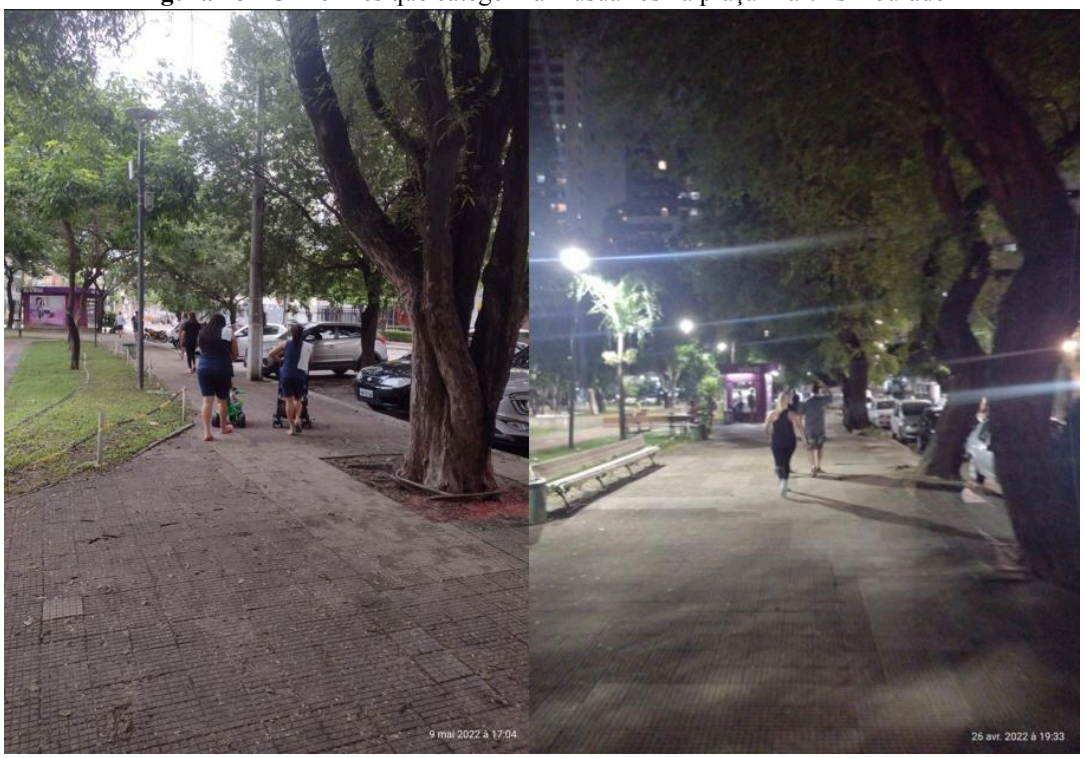
uma pequena coberta no quadrante sudoeste, e não em gramados ou áreas centrais ou mais espaçosas e evidentes. Na praça Rodrigues Sancho é difícil situar as localizações, dado o seu tamanho, mas é possível perceber que as quadras da praça são ocupadas sobretudo por jovens de classes mais baixas, e não por jovens moradores dos edifícios de alto padrão do entorno. O atual *skatepark* nessa praça, que certamente transforma os usos da praça, não existia no período das observações.

Funcionárias domésticas (percebidas sobretudo pelo uso de roupas em tons pastéis monotônicas utilizadas como uniformes) passeando com cachorros ou supervisionando crianças raramente se aproximam de outros indivíduos realizando as mesmas práticas que aparentam ser moradores dos edifícios do entorno. Diante da ocupação intensa nos horários de pico - em todas as praças ocorrendo no final da tarde e início da noite - os usuários de classes mais baixas optam por manterem-se entre si e de forma discreta, em relação aos usos mais expansivos dos usuários de classes médias-altas. O único ponto observado em que aparentemente pessoas de diferentes classes sociais pareciam se integrar de forma genuína foi uma região central da praça Estrigas e Nice, onde diariamente se reúnem usuários que passeiam com cães e participam do "grupo dos cachorros" no whatsapp.

Ao longo da noite, no entanto, quando o movimento de moradores dos prédios do entorno diminui, a partir das 20h, as praças passam a receber um influxo de pessoas de menor renda, especialmente de famílias com crianças. Alguns chegam em carros, sempre antigos, alguns de motocicleta, outros chegam andando. Ocupam mesinhas, bancos, parquinhos, quadras, usufruem do espaço com liberdade, expansão e relaxamento. Embora o horário possa ser atribuído ao início tardio do tempo livre após o tempo de trabalho e locomoção, a diferença nos comportamentos demonstra que a presença dos usuários de maior renda constrange o usufruto do espaço por aqueles de menor renda. Antes dos horários de pico, de forma semelhante, usuários no meio da jornada de trabalho utilizam os espaços para descanso. Trabalhadores do shopping Rio Mar na praça Estrigas e Nice, entregadores, funcionários de edifícios em obras e dos comércios no entorno usufruem da praça sozinhos ou em pequenos grupos, conversando, contemplando ou até mesmo dormindo em lugares sombreados. São usos geralmente curtos e esporádicos. Essa liberdade de uso, ideal do espaço público, só ocorre na ausência da presença significativa dos usuários de maior renda. Do mesmo

modo, o horário de pico pode ser incompatível com os usos de repouso e contemplação, mas de toda forma, esses usos, como os usos de lazer tarde da noite, não observados por usuários socialmente distantes, demonstram como a presença de usuários de maior renda tolhem a liberdade de apropriação de outros.

Figura 78 - Uniformes que categorizam usuários na praça Martins Dourado



Fonte: produzido pelo autor

Tais situações podem parecer corriqueiras ou meras expressões de conforto e desconforto de estar entre os seus ou entre estranhos. Mas é precisamente essa banalidade da exclusão, do distanciamento e da subordinação que demonstra como diferentes dinâmicas sociais desdobram a experiência urbana dos indivíduos de classes mais abastadas mantendo a continuidade da sua percepção relativa de si e dos outros no espaço social.

6.3. O BAIRRO DE LOURDES

O bairro de Lourdes, separado do Papicu em 2005, foi ocupado quase em sua totalidade por residências unifamiliares, sem circulação de transporte coletivo e comércios geradores de fluxo. O estilo de vida suburbano ameno foi garantido, no entanto, com casas aprazíveis, plenamente equipadas e ajardinadas, mas completamente enclausuradas por trás de grandes muros, sem produzir, pela beleza estética da arquitetura de alto padrão, uma vizinhança aprazível. O bairro é cercado por ocupações de baixa renda por todos os lados. Ao norte, faz divisa com o Vicente Pinzón; ao sul, a Av. Santos Dumont ocupada terrenos de grande extensão, que por muito tempo estiveram vazios e por trás dos quais está localizada a favela do Gengibre; a oeste, a lagoa do Papicu e a favela do Pau Fininho; e a leste, antes de encontrar o bucólico litoral da Praia do Futuro, está localizada a favela Luxou.

As atitudes NIMBY das famílias de altíssima renda resultou numa espécie de abandono ao patrimonialismo por parte do poder público, sendo o bairro o que recebeu a menor quantia de investimento público em trabalhos de urbanização e manutenção, uma vez que não possuem nenhum espaço público, além das vias, equipamento público ou mesmo fluxo de transporte público. O bairro apresenta um exemplo intenso de enclausuramento e de vigilância do espaço público, inclusive com vigilantes circulando, abordando indivíduos e até mesmo com uma guarita, instalada em um espaço intersticial em um entrocamento de vias.

6.3.1. Flânerie

Para onde os mais ricos vão, os relativamente mais pobres parecem seguir. Do Outeiro, pela Aldeota, o subúrbio arquetípico do isolamento e da fruição da natureza e do espaço parece ter sido invadido por novos ricos, adensando o espaço com pretensões de semelhança social, mas necessidades muito diferentes, que se transformam inevitavelmente na demanda pela cidade. Mais ruas, asfalto, comércios, serviços, transporte público, acesso para os empregados para os quais não possuíam espaço, dos comércios que trouxeram, ou mesmo para si, conforme a necessidade de trajeto para o trabalho ou para escola não era suprível com as próprias capacidades.

O processo de expansão da zona nobre parece operar a partir de uma espécie de filtragem dos subúrbios arquetípicos, degenerando-os em subúrbios românticos e depois em expansão da centralidade. O jogo contínuo de emulação e distanciamento de estilos de vida através do consumo observado por Thorstein Veblen, de modo um tanto moralista, mas bem esquadrinhado em sua lógica social por Bourdieu, parece se manifestar de forma clara no processo de localização das camadas de alta renda, conforme se desdobra o movimento contínuo de transformação - mas não de reestruturação - do espaço intraurbano a partir da localização das coisas e indivíduos no espaço físico, mas também no espaço social. O fato de que ao leste do centro da cidade primeiro veio o Outeiro, em seguida a Aldeota, e depois dela o loteamento Moderna Aldeota, e depois dele, a família Craveiro construiu no alto das dunas do Papicu o loteamento Outeiro é uma evidência quase cômica desse processo de relocação espacial a partir das referências do espaço simbólico que tornam salientes o espaço social.

A ocupação das dunas à beira-mar na Praia do Futuro começou com o loteamento Vereda Atlântica, no final da década de 1970, mas logo em seguida, em 1983, praticamente todo o campo de dunas, que já era zoneado como área especial ambiental, foi loteado como Outeiro. É difícil precisar o quão rápido foi feita a sua ocupação. Nossos informantes lembram de uma paisagem vazia quando chegaram na década de 1990 e afirmaram que ali não tinha quase nada, "uma casa aqui, outras lá do outro lado". Lembram-se de sair a pé, com as crianças, para a praia e para brincar nas dunas. Longe da cidade, as camadas de altíssima renda encontraram ali outro refúgio suburbano, pleno de amenidades e tranquilo. "Eu emprestava água do meu poço para o vizinho fazer a obra dele, aqui não tinha nada".

A Av. Santos Dumont acaba na Praia do Futuro. No lindo perfil do litoral fortalezense, para continuar seguindo a leste saindo da Santos Dumont é preciso fazer uma curva acentuada à direita e seguir para a região da foz do Rio Cocó, para a região de dunas da Sabiaguaba. Talvez ali fosse o último refúgio suburbano ao leste, inclusive. Ou talvez não. Há alguns anos, afinal, foi embargado um loteamento de casas que seriam voltadas para o público de altíssimo padrão na área ambiental do parque de dunas da Sabiaguaba. A ideia de invadir a área ambiental, segundo os empreendedores, era garantir, com uma ocupação bem ordenada de alta renda, a defesa do meio ambiente contra a ocupação predatória de baixa renda, desordenada.

Independente da data do adensamento das dunas que compõem o de Lourdes, o fato é que as dunas permaneceram intactas, sem "invasões" de ocupações irregulares da camadas de baixa renda durante o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, período de aumento expressivo de ocupações devido à crise habitacional que corresponde mais ou menos ao período do governo Maria Luíza. No mesmo período e no mesmo campo de dunas, mais ao norte, na região do Vicente Pinzón, as dunas foram completamente ocupadas, resultando no abandono, inclusive, do pólo boêmio de classe média do Mirante do Morro Santa Terezinha, que gentrificava o alto das dunas urbanizado com um conjunto habitacional (AMARAL, 2019).

Dos 9 indivíduos entrevistados sobre o bairro - dos quais seis eram moradores, dois ex-moradores, dois moradores de um edifício de apartamentos, e apenas dois moradores dos imensos casarões - todos citaram casualmente que ali mora o próprio Tasso Jereissati, ex-governador e megaempresário cearense. Assim como também citam que ali mora Beto Studart, magnata dono de construtoras. Citam os personagens comentando o alto perfil do bairro e o "nível" de residências e famílias que existem, mas também deixando para deixar clara a distância que existe entre aqueles magnatas da classe dirigente e eles, que são de classe média, "não remediados, mas não são só ricos que moram aqui".

O mapa de uso do solo do bairro não foi difícil. Os lotes, além de possuírem grandes dimensões, possuem quase todos o mesmo uso. As grandes diferenças eram dois edifícios de apartamentos construídos no pé da duna, na Av. Santos Dumont, pelo qual os moradores dos casarões expressam profundo desprezo, pois eram projetos proibidos ali; três enormes igrejas e alguns poucos comércios na avenida ao norte do bairro, que pertence mais ao Vicente Pinzón do que ao de Lourdes, em termos de paisagem construída. E em seguida foi preciso distinguir apenas entre habitações unifamiliares de alto padrão e condomínio de casas de alto padrão.

Visto de cima, pelas imagens de satélite do Google Earth, o bairro de Lourdes é um belíssimo paraíso. Entre os grandes quintais é possível visualizar extensos gramados verdes e grandes piscinas em formatos pouco convencionais, quadras de tênis e edículas. Em uma visão ortogonal de sobrevôo é possível ver a imagem física de projetos arquitetônicos e de paisagismo, incluindo um jardim de Burle Marx. A disposição projetada dos elementos no solo, lote a lote, é quase absoluta.

Figura 79 - Imagem aérea do bairro de Lourdes

Fonte: Google Earth

Figura 80 - Imagens de ruas do bairro de Lourdes

Fonte: produzido pelo autor

Com os pés no chão, entretanto, a realidade do bairro é bem diferente. Todos os jardins estão muito bem escondidos por trás de muros que chegam a 4m de altura. E não

existem árvores nas calçadas. Tampouco as guaritas de condomínios são ajardinadas para embelezar as ruas, ou cercas de vidro amenizam muros, como acontece em alguns edifícios no Cocó e em outros bairros nobres. O bairro construído no loteamento Outeiro produziu uma ocupação suburbana muito diferente do seu passado referencial do Outeiro de 1920, em que Plácido de Carvalho ofereceu o seu castelo às vistas de todos. O poder e prestígio de Plácido foi comunicado de forma expressiva. Embelezando a cidade ao seu redor, oferecendo sua arquitetura ao entorno, de certa forma era uma tentativa de legitimar sua riqueza compartilhando beleza. A ostentação podia fazer parte do jogo estatutário da sempre diminuta classe dirigente, mas ao tornar o resultado arquitetônico - e não a intimidade - de tal jogo público aos olhos dos outros, o retiro suburbano arquetípico das elites do Outeiro não parecia produzir uma desfiliação de classe do espaço público, pelo contrário, mantinham-nas no espaço público, muito bem localizadas e localizáveis, mas sem quaisquer pretensões de simetria que, como observou Nancy Fraser (2005), jamais existiram na esfera pública moderna.

Ao questionar uma informante sobre a oposição dos moradores do de Lourdes a instalação de comércios e linhas de ônibus ali, sua resposta foi clara: "quem não é visto, não é lembrado".

6.3.1.1. A guerra pela tranquilidade: o de Lourdes contra o Pau Fininho

O encastelamento dos nobres talvez seja o símbolo mais expressivo de uma cidade em guerra. Antes que se pense que esquecemos da concentração de homicídios de jovens negros nas periferias, que desprezamos as chacinas policiais, ou mesmo dos campos de concentração da primeira metade do século, é preciso distinguir entre extermínio e guerra: o extermínio é unilateral, na guerra, os inimigos atacam de volta.

A guerra não é pessoal - ataca-se uma ideia investindo contra as coisas que a concretizam. É por isso que guerras destroem monumentos, tomam palácios e assassinam crianças com a mesma frieza, como ações necessárias para cumprir um propósito; e é pela mesma lógica não pessoal que é possível desejar a eliminação dos inimigos, mas excluir um indivíduo específico da sua condição de alvo. Pode-se desejar a eliminação dos pobres da cidade, sem necessariamente desejar a eliminação de Carolina, a faxineira da casa, ou de Seu Jesus, o caseiro.

A favela do Pau Fininho remonta, no mínimo, à década de 1980, cuja segunda metade assistiu um pico na crise permanente (se é que se pode falar em uma crise permante) do déficit habitacional em Fortaleza. Nos anos 2000 um pequeno conjunto habitacional foi construído para reassentar no lugar famílias que ocupavam as margens da lagoa e as encostas da duna sobre a qual se encontra o bairro de Lourdes. Atualmente, novas ocupações ocorrem nas encostas novamente.

Moradores e representante dos moradores[133] afirmam a gravidade do problema da ocupação da lagoa. Apontam em primeiro lugar a questão da agressão ambiental como a razão para advogar pela remoção das famílias do entorno e das encostas da lagoa. Ao serem questionados sobre a ocupação do campo de dunas pelas casas, o argumento é a legalidade das ocupações na época em que foram feitas e o fato de que foram feitas de acordo com parâmetros permitidos, sem agredir o meio ambiente. A mesma legitimidade não é atribuída aos dois edifícios de apartamentos na entrada do bairro, no pé da duna, ao qual expressam desaprovação e agressão ambiental, mas não concebem ou advogam a demolição e remoção das famílias. E não expressam nenhuma desaprovação às construções dos belíssimos templos no bairro, a Igreja da Nossa Senhora de Lourdes, com projeto de Nasser Hissa, localizada no alto das dunas, no centro do bairro, e o complexo do Mórmons, ao lado dos dois edifícios de apartamentos.

A lógica de dois pesos, duas medidas, das classes dominantes em perfeita consistência com a atuação do poder público no exercício da força revela a materialidade da principal ferramenta territorial da elite urbana: a flexibilização da legalidade moral e jurídica garantida pela posse de capital simbólico e cultural.

[133] A associação de bairro Amigos das Dunas (antigo nome do bairro de Lourdes e pelo qual o bairro ainda é chamado) foi a única associação de vizinhos da região que possui um funcionário dedicado para sua adminstração, e que gentilmente nos concedeu uma entrevista, uma vez que os participantes da associação não podiam ou não tinham interesse em participar da pesquisa. O funcionário adminstrador não reside no bairro, no entanto, mas cumpre cotidianamente o trabalho administrativo da associação, inclusive de registro de reclamações e protocolação de ofícios para os órgãos públicos, conforme as orientações da diretoria da associação.

Figura 81- barracos recentemente levantados nas dunas da Lagoa do Papicu, na favela do Pau Fininho

Fonte: Produzido pelo autor

A imagem de tratores demolindo impiedosamente casarões e edifícios, enquanto uma multidão de famílias de pessoas brancas, bem vestidas, depois de desobedecer ordens de despejo, choram e gritam enquanto amontoam pertences em seus carros, nunca foi vista na história das cidades brasileiras. O mesmo não é verdade para as pequenas casas autoconstruídas, sejam barracos ou casebres de tijolos, que ocorrem consistentemente em nome da infraestrutura, saneamento ou bem próprio, com uma expressão de biopoder que subjaz às remoções forçadas sobre o argumento de que famílias colocam não só o meio ambiente, o funcionamento da cidade mas a si mesmas em risco.

A mensagem puritana da história infantil dos três porquinhos ilustra muito bem: a casa de tijolos do porquinho dignificado pelo trabalho é invulnerável, bem material fruto do seu trabalho. Fora dessa relação, outras formas de ocupar o espaço não são legítimas e são facilmente destruídas. A ocupação formal, que inclusive se manifesta em termos materiais e estéticos conforme parâmetros edilícios determinam a forma da edificação, garante o pleno direito de propriedade moralmente e juridicamente. E mesmo nos casos de ocupações irregulares, os arranjos econômicos de compra e venda são facilmente convertidos em documentação mais sólida que garante a solidez jurídica da propriedade. Tais conversões, por exemplo, foram realizadas conforme casas do conjunto habitacional Santa Terezinha, cuja venda era proibida, foram compradas por indivíduos de classe média-alta que conseguiram garantir seu direito de propriedade em escrituras a partir de contrato de compra e venda (AMARAL, 2019). A consciência de direitos e do sistema jurídico permitem formas de escamotear arranjos irregulares com o auxílio de advogados, mostrando como capital cultural e econômico podem garantir a permanência no espaço urbano.

A indignação moral que a ideia de regularização fundiária causa em alguns entrevistados revela o capital simbólico do reconhecimento da propriedade. Muito embora a maior parte dos informantes seja contrária a remoções, e favoráveis à urbanização das favelas do entorno, a ideia de "simplesmente dar" a propriedade para os habitantes é considerada "injusta", pois "a gente trabalha feito um condenado, paga a vida toda, pra ter nosso lugar, e outra pessoa simplesmente ganha". Se concebe que "isso não daria certo, porque eles não aprenderiam a dar valor". E mais ainda que "ia aparecer um monte de gente que nem precisa pra se dar bem" ou, revelando um ponto especialmente importante para nossa discussão, que "ia acabar dando casa para os traficantes".

A criminalização da pobreza como violência simbólica opera sobretudo utilizando a sinédoque como um modo de operação ideológica. Toma-se a parte pelo todo. O grileiro pelo movimento social de ocupação, o traficante pela favela. A guerra não é pessoal, argumentamos, e assim opera muito eficientemente a desumanização necessária para o exercício da violência física contra grupos inteiros. O tropo do "lobo em pele de cordeiro" e o clichê do "mal necessário", se articulam consistentemente como discurso desumanizante justificador de violências em busca de inimigos

escondidos entre os vulneráveis. A destruição total de Gaza levada a cabo por Israel em 2024, bombardeando inclusive hospitais, foi realizada em busca de terroristas escondidos em túneis. Da mesma forma, Eduarda afirma que cessou as doações de alimentos que fazia mediante associação de vizinhança para a paupérrima favela do Gengibre quando a esposa de um policial revelou em um grupo de whatsapp que "quem mandava na favela era o comando vermelho e que as doações iam parar era na mão dos traficantes".

Figura 82 - barracos avançam sobre a Lagoa do Papicu, prédios avançam sobre as dunas

Fonte:Produzido pelo autor

No de Lourdes, os esforços de afastamento físico da favela do Pau Fininho são amplos. E colocam em relevo as estratégias de domínio territorial. Discursivamente elas se suportam na proteção do meio ambiente e na segurança contra a violência urbana. O discurso ambiental serve às ações no campo jurídico, uma vez que a mácula na paisagem e o incômodo da exposição não são legalmente válidos. O discurso da segurança serve para mobilizar ações coletivas de vigilância, enclausuramento e paternalismo com as comunidades no entorno.

No campo jurídico, sob a pauta ambiental de mobilização coletiva, os moradores do de Lourdes atuam consistentemente tentando fragilizar a consolidação da ocupação do Pau Fininho e mantendo a vigilância em relação à sua expansão nas margens da lagoa e das encostas. O histórico dos litígios em torno da Lagoa do Papicu, mostra Bernardini (2012), remontam pelo menos ao final dos anos 1990, com a delimitação da Área de Preservação Permanente da lagoa pelo Decreto Estadual nº 25.276 em 1998, resultando na remoção de 83 famílias das margens da lagoa. Em 2006 Bernardini (2012) registrou mobilizações dos moradores do entorno à Habitafor e à Secretaria Regional II, em seguida ao Ministério Público contra novas ocupações das encostas. Entrevista com representante da associação de moradores do bairro mostraram que outras denúncias foram e serão realizadas visando "a preservação do meio ambiente e a proteção da lagoa".

A lógica da segurança, no entanto, muito mais do que o discurso ambiental, orienta a maior parte da mobilização coletiva dos moradores e as ações fora do campo jurídico, teoricamente o único legítimo para mediação de quaisquer conflitos no espaço urbano. A OUC Lagoa do Papicu, no âmbito da contrapartida de requalificação das suas margensinstalou um batalhão da Polícia Militar entre a comunidade e a lagoa. Recentemente, os diretores da associação, conforme representante dos moradores, foram até o batalhão parabenizar em nome dos moradores do bairro o comandante pelo seu trabalho. É que as estratégias de apropriação hostil do espaço pelos moradores do bairro de Lourdes são dependentes da cooperação policial para se manterem dentro da legalidade.

Décadas de exclusão social no Brasil resultaram, depois de décadas de concentração da pobreza nas cidades, na explosão de uma cultura urbana violenta. Se nas cidades modernas, Simmel e Park observavam curiosos a reserva urbana, décadas

mais tarde as cidades, especialmente as latinoamericanas, produziram a hostilidade como traço de sociabilidade urbana. A violência das classes dominantes exercida por meio do Estado, garantindo a aplicação diferencial do uso força, inclusive, como meio de segregação residencial, tentou proibir insistentemente a pobreza sem criar reais condições de possibilidade para sua superação[134]. Como resultado, não só mercados ilegais estimularam práticas criminosas violentas que se concentraram nos espaços cuja ordenação do Estado restringiu sua eficiência ao afastamento e à repressão - e onde lentamente se consolidaram as facções que aterrorizam o imaginário dos nosso informantes -, mas sobretudo se produziu uma violenta reação cotidiana contra a malaise das metrópoles da "Belíndia" que urbanizou a "máquina de moer gente" dos engenhos.

Ao longo da pesquisa, um evento estatisticamente banal no contexto da cidade, mas sempre intenso para os envolvidos: uma tentativa de assalto. Não no setor leste, mas socialmente perto o suficiente, no bairro de Fátima, perto de casa. Diante das falas sobre medo e violência urbana dos entrevistados, o assalto veio a calhar enquanto imersão no campo da cidade. À exceção de três informantes em todos os bairros, todos tiveram experiências, mais ou menos intensas, de violência urbana. E os outros três tiveram algum familiar vítima de violência ou testemunharam algum evento de violência. Debaixo do capacete do jovem de moto e diante do comportamento agressivo enquanto aponta uma arma, é difícil entender o que ele fala, mas ao provar que não carrego comigo celular e carteira, consigo entender que ele exclama "fela da puta, a vontade que dá é de te dar um tiro" e consigo sentir o seu ódio. A guerra não é pessoal, é contra o engenho urbano brasileiro, mas sem o aparato policial de Estado, a violência é feita com as próprias mãos. Tamanha transgressão contra as normas sociais, cometendo um assalto, dificilmente se conforma como uma prática cirúrgica e fria, especialmente diante da adrenalina envolvida em algo dar errado - e a sua pressa quando parte, furando um sinal vermelho, comunica isso. É improvável que os seus batimentos cardíacos estivessem muito diferentes dos meus. A sensação de ser ameaçado, de sentir medo, de se manter manso e de pedir desculpas para um estranho é revoltante e, sobretudo, humilhante. Touché. Desprovido da capacidade crítica de desvelar a

[134]Em setembro de 2024, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) registrava que o Brasil ainda apresentava uma taxa de informalidade no mercado de trabalho de 38,8%, o que representa quase 40 milhões de brasileiros.

violência simbólica, a coincidência de que se tratava de um jovem pardo facilmente alimentaria um ódio de classe racializado, como o que alguns dos entrevistados deixam antever na sua condenação de comportamentos e corpos dos mais pobres.

Por curiosidade, em busca de alguém não afetado pela violência urbana, passei a perguntar sempre que tenho oportunidade se alguém já foi ou conhece alguém que foi assaltado na cidade. E ainda não consegui encontrar alguém que tenha se mantido isolado da ideia de que a violência está logo ali e da certeza de que "lugar nenhum é realmente seguro". A constatação não é estatisticamente representativa, evidentemente, mas revela a pervasividade do afeto do medo ao meu redor, assim como ao redor dos meus entrevistados. A pervasividade da experiência com a violência, contribui para banalizar a violência de estado.

Caldeira (2001), como vimos, observou o enclausuramento em enclaves fortificados no Brasil demonstrando como essa forma de segregação emergiu com a intensificação da violência urbana e dos discursos de reação a esse fenômeno como produtores da desfiliação do espaço público por parte das elites nas cidades. O bairro de Lourdes, no entanto, mostra que mais do que se enclausurar diante da sensação de serem atacados, os moradores dos paraísos domésticos murados externalizam ativamente para o espaço público o afeto do medo do estranho e da vingança histórica de "algum doido", de "algum drogado" ou "de algum marginal".

O resultado é uma paranoia estafante, mas que parece estimular o masculinismo dos homens diante da ideia de uma guerra em defesa do lar e da família. Talvez a guerra também seja apenas o desejo de pegar em armas. M08DLRD subiu o muro traseiro da sua casa, perdendo a vista que tinha antes, deixando a sua piscina diante de um paredão de quase 4m de altura. Ele me mostra, com certo entusiasmo, como se me mostrasse um carro novo, um sistema de câmeras que vigia a casa inteira e a sua rua. O sistema é conectado ao seu celular, e pode ser acessado de qualquer lugar. Antes de sair de casa, verifica a rua, antes de chegar, verifica a rua. Antes de abrir a porta para alguém, igualmente. A sua apreensão ao me deixar no portão enquanto conversávamos era visível, mesmo sendo dia claro. Especialmente quando desponta uma motocicleta no fim da rua vazia, que o faz recuar para dentro. Ele relaxa e não fecha o portão, entendendo que é um vigilante. Circulando coberto de preto da cabeça aos pés, com um capacete com vidro escuro, ele parece um combatente de alguma força especial. A

indumentária, inclusive, parece mais cerimonial do que funcional, como uma armadura medieval. Eu comento o calor que deve fazer debaixo do uniforme. M08DLRD concorda, diz que não é uma boa ideia o vigilante sem rosto, e me explica que "não dá bobeira, até esses caras do ifood eu atendo sempre armado". Eu pergunto se ele está armado naquele momento, ele diz que sim.

O estado de *low key warfare* adquire maior intensidade no bairro de Lourdes. Talvez em consequência disso, a população do bairro esteja diminuindo. Enquanto o Papicu, o Cocó, e o Manuel Dias Branco ganharam habitantes, o bairro de Lourdes diminuiu 1.060 indivíduos. Talvez os empreendimentos no entorno ofereceram uma saída para o subúrbio encalhado em meio a três comunidades de baixa renda e muitos tenham decidido deixar o bairro por apartamentos na mesma localização geral da cidade, M06PAP e M05PAP. Considerando que o início da ocupação e adensamento do bairro foi por volta dos anos anos 1990/2000, muitas famílias que investiram no estilo de vida suburbano para a criação dos filhos provavelmente experimentaram a saída dos filhos do lar e, com eles, também partiu a necessidade de manter "boas casas", tal como foi relatado por M05PAP, como causa principal do seu abandono do bairro, pelo qual podia, no entanto, "arcar sem problemas". Hoje, morando na torre de apartamentos com a maior área do complexo de torres residenciais ao lado do shopping Rio Mar, ele participa do "grupo dos cachorros", criado por moradores que passeiam com os seus cães todas as tarde na praça Estrigas e Nice, inclusive comemorando, ocasionalmente, seus aniversários.

No entanto, nem todos parecem dispostos a abandonar o bairro. Uma vez que famílias de classe média-alta possuem liberdade de movimento locacional, há que se ponderar sobre a determinação em permanecer. A afetividade ao lugar certamente cumpre um lugar importante. Ao viver na mesma casa por décadas, M08DLRD não cogita sair, "meus filhos cresceram aqui". E apesar do medo, a qualidade ambiental do bairro e arquitetônica garante, por trás dos muros, a experiência suburbana de fruição. Se um dia as elites escaparam para a Aldeota, onde construíram um subúrbio romântico para as famílias. Talvez essa nunca tenha sido a intenção no de Lourdes. M08DLRD e F17DLRD construíram suas "boas casas" já com muros, nunca cogitaram não tê-los, embora no início, desfrutaram da localização à beira-mar da Praia do Futuro, do campo de dunas, da experiência lúdica de brincar com os filhos fora de casa: andar de bicicleta,

construir “skibundas” de madeira e deixar os filhos brincarem, com os amigos, nas dunas. A sensação de perda do espaço natural não parece gerar rancor expresso na narrativa dos entrevistados. Como outros entrevistados, afirmam que é perigoso em todo lugar, muito embora em outros lugares, os indivíduos não atendam portões armados.

Figura 83 - instalação de arame farpado no espaço público no bairro de Lourdes, entre as dunas e o Mirante

Fonte: produzido pelo autor

No bairro de Lourdes, expressa-se um território espacialmente intenso das camadas de alta renda, apesar desagradável espaço público construído ali. O enclausuramento militarizado privatiza áreas agradabilíssimas. Circulando encerrados em carros, acessam com facilidade o Cocó ou a Cidade 2000, onde conseguem acessar facilmente quaisquer serviços necessários. “Antes era mais difícil, agora é bem melhor, nesse sentido, aqui do lado você chega num supermercado, e agora com o Rio Mar, eu resolvo tudo por lá”, afirma M08DLRD. A reorganização na manutenção do território é evidente: a homogeneidade continua intacta. Antes, para se expor ao meio ambiente, era

necessário estar fisicamente afastado, conforme o bairro foi cercado por comunidades de baixa renda, todo o prazer é fechado em enclaves. Abre-se mão inclusive da bela Praia do Futuro. Pode-se argumentar que se trata de uma perda de território. No espaço físico, sim. No espaço social, não. Transforma-se o estilo de vida sem problemas, readaptando o símbolos habitacionais e arquitetônicos de status, a valorização da paisagem interna no lugar da paisagem externa, ressignifica-se o contexto da cidade e do bem viver (o espaço simbólico é transformado); as intervenções arquitetônicas de segurança são adaptadas e alteram o espaço disponível e não disponível para determinados tipos de práticas (o espaço físico se transforma); os vizinhos se organizam no compartilhamento de custos para militarizar o bairro e os seus encontros se encerram nas casas (o espaço de sociação é transformado). Tudo se organiza, a vida e a experiência urbana podem se tornar de pior qualidade, mas a segregação continua garantindo a experiência de homogeneidade social e o espaço social é relativamente mantido o mesmo, todos aqueles do mesmo "nível" vivem experiências semelhantes, e é isso que importa no jogo estatutário de pertencimento e reprodução de classe. Os valores mudam com a transformação do espaço simbólico e a "boa vida"", e os problemas que a ameaçam, continuam sendo compartilhados por aqueles que possuem condições objetivas de existência semelhantes. O comportamento coletivo de em torno das mesmas necessidades mantém o efeito de classe.

6.3.1.2. Ainda existem subúrbios para as elites?

M06PAP carregava uma arma no carro - pela profissão, não pelo bairro - que abriu mão depois que os filhos começaram a crescer. E percebeu que ela o deixava mais nervoso, como se fosse obrigado a reagir, na posse da arma. Entendeu que teria mais chance de sobreviver a um assalto se estivesse desarmado. Depois de se divorciar deixou a casa em um condomínio no de Lourdes para residir no Papicu, ao lado do Rio Mar. E em comparação das experiências, afirma que "morar lá [no de Lourdes] era cansativo". E, além disso, julgava os gastos com segurança cobrados pela vizinhança eram absurdos e desnecessários. M05PAP, outro ex-morador, que também trocou uma casa no bairro pelo complexo no Papicu, concorda. E o pior, ao se negar a contribuir com o compartilhamento de custos de segurança, criava-se conflitos com os vizinhos

que achavam que não era possível viver ali sem o aparato bélico para garantir a tranquilidade. M06PAP e M05PAP concordam que o medo "lá em cima" era contagiante. "Você vê o cara colocando cerca, alarme, câmera, inevitavelmente você começa a achar que a sua casa vai virando o alvo mais fácil, se o ladrão tiver que escolher, ele vai escolher a sua". Mas "nem todos", lembra Davi, "acham que são alvo de sequestrador" ou "são ricos iguais aos que querem e podem pagar por aquilo".

Os moradores do de Lourdes que aceitaram uma entrevista não eram - e sobretudo não se sentiam - os mais ricos de Fortaleza, muito embora parte deles ocupacionalmente pertencessem à fração de classe dirigente, dentro da classe dominante na categorização do Observatório das Metrópoles. Todos eles na sua narrativa do bairro, entendiam possuir boas casas e levar boas vidas, mas entendiam que ainda estavam muito distantes da riqueza localizada no de Lourdes. De fato, no interior dos 1% mais ricos da população fortalezense, ao qual aqueles indivíduos pertencem, ainda existem grandes distâncias sociais. Na lógica da leitura dos posicionamentos sociais através do espaço simbólico de estilos de vida, as localizações urbanas e as tipologias habitacionais são excelentes marcadores. No caso do de Lourdes, os ricos que residem em casarões apontam socialmente para cima apontando as mansões, os motoristas, os guarda-costas e até helicópteros. A representante do associação de vizinhos do bairro afirma que alguns desse indivíduos participam da entidade, e contribuem com suas mensalidades regularmente, embora prefiram não se envolver excessivamente. "São pessoas muito ocupadas, constantemente estão fora da cidade", ela explica.

Diante do insucesso de conseguir entrevistas com os "mega-ricos", arquitetos que atendem o mercado de altíssimo padrão nos ajudam a entender a cultura do medo e a lógica do mercado da segurança. Para Alesson, pelo conhecimento de clientes, amigos e de outros profissionais da área, "não é um medo infundado e inteiramente sem razão de ser"."São pessoas muito visadas", afirma, "e que recebem ameaças, sim, trotes, tentativas de golpe, às vezes pessoas que trabalham perto, de alguma forma, tentam se aproveitar". Ele não sabe me informar se as ameaças se concretizam enquanto tentativas, mas sabe que "se algo acontece com a família desses indivíduos, todos [de altíssima renda] ficam sabendo, mesmo que não seja divulgado na mídia". Ele entende que diferentemente dos empreendimentos para o que se refere como classes médias, que chama de "condomínios clubes", que demandam certa proximidade de serviços, os

projetos imobiliários demandam “uma completa ruptura com o espaço público” e que os grupos de altíssima renda “não vivem na cidade”, mas “dentro de lugares”, “do apartamento, para o carro blindado, para o lugar de destino”.

Na sua percepção do comportamento do consumidor, Alesson adiciona que percebe que as novas gerações de altíssima renda parecem menos apegadas a bens materiais de alto custo permanentes, como grandes propriedades, e mais apegadas à disponibilidade de renda para “novos investimentos, novas experiências”, para exercer sua “liberdade”.

A lógica do enclausuramento das classes médias e altas e do encasulamento na formação de circuitos de enclaves socialmente homogêneos, se reproduzem em uma escala bem mais ampla no caso dos excepcionalmente ricos, apontando para a importância do que aquilo que Urry (apud FREIRE-MEDEIROS, LAGES, 2020, p. 26) define como capital de rede, “a capacidade de gerar e sustentar relações sociais com pessoas não necessariamente próximas”, na produção de um território de classe que não se restringe ao espaço intraurbano, apenas incorpora enclaves locais em uma rede nacional e global. Uma espécie de trickle-down de estilos de vida parece operar de forma historicamente ampla e com consequências importantes sobre a segregação como motor de estruturação do espaço intraurbano, conforme operam-se nesse processo as transformações culturais que mudam as necessidades de mobilidade ao passo que se popularizam condições de mobilidade.

No início do século XX, Plácido de Carvalho, trazendo suas referências cosmopolitas para a cidade, às quais tinha difícil e oneroso acesso através de viagens de navio, construiu seu castelo italiano na sua busca pelo subúrbio arquetípico, no qual poderia fruir uma vida esteticamente plena distante da cidade, para a qual poderia retornar, certamente prescindindo do bonde, conforme seus desejos, para dentro dos cineteatros, dos clubes, do Pavilhão Atlântico ao lado do porto, e do seu próprio hotel de luxo na Praça do Ferreira, no espaço mais nobre da cidade antes da descoberta da maritimidade lúdica em Fortaleza. A degeneração do subúrbio arquetípico no subúrbio romântico, conforme observa Mumford (1998), ocorre conforme os arrabaldes são perseguidos em fuga, transformando a natureza do isolamento do subúrbio arquetípico, essencialmente estético. A Aldeota degenerou o Outeiro em subúrbio romântico, conforme a popularização da mobilidade veicular individual permitiu, e rapidamente o

mesmo ocorreu mais ao leste, conforme “boas casas” ocuparam o alto das dunas do Papicu com as mansões de Beto Studart e de Tasso Jereissati. Todos em um processo de emulação de estilos de vida, mobilizando a densidade de poder de consumo e de demanda no espaço intraurbano.

No entanto, se antes a globalização trazia perfumes de paris de navio (vendidos por Plácido de Carvalho), engenharia, engenheiros e capital ingleses na instalação de telégrafos e trilhos de trem, ela se desenvolveu transportando mercadorias, informações, capital e pessoas com cada vez mais facilidade, permitindo às elites dirigentes adquirir o seu caráter de globetrotters, nos termos de Bauman (1998). Os subúrbios arquetípicos na sociedade de consumo globalizada, em que, como Bauman percebeu, comprime-se o espaço-tempo diferencialmente, já não são apenas o retiro natural, nos termos que concebeu Mumford (1998), e se transformam na fruição em escala global, conforme a renda disponível colocam Rio de Janeiro, Paris, São Paulo, Nova York e Suíça a algumas horas de distância. Isso não significa, evidentemente, conceber uma desespacialização ou desterritorialiazação dessas elites, mas a sua territorialização costurando uma rede de espaços suburbanos arquetípicos pós-modernos em enclaves que servem o mercado de luxo (que oferecem para a fruição tanto os templos do entretenimento à natureza inteira, incluindo o espaço sideral). Fortaleza se insere nesse circuito internacional, conforme a sua região metropolitana se transforma em tal espaço de fruição, com mansões, condomínios fechados de luxo, resorts, campos de golfe se instalam em Aquiraz, ao leste de Fortaleza, e no Cumbuco, a oeste, com os empreendimentos divulgando a distância do aeroporto. Desse modo, os super-ricos estão sempre muito ocupados, sempre fora da cidade, convertendo capitais em capital de rede, que Alesson descreveu muito bem como liberdade.

Localmente, no entanto, os super-ricos ainda mantém seus enclaves e relações locais, e ainda circulam cercados e blindados nos seus territórios localmente. O ex-governador Tasso Jereissati, relatam o adminstrador da igreja e moradores expressando admiração, “às vezes está aí na igreja, aparece na missa, vem orar, ele é muito educado com tudo mundo, ele é reservado, na dele, ele vem andando, inclusive, descendo aí na rua, com os seguranças dele, senta lá atrás, fica lá quietinho, não é cheio de coisa, sabe”.

6.3.1.3 Do enclausuramento à apropriação hostil

De longe, eu entendi que era um gato. Fazia sentido. Provavelmente, como é comum em praças de Fortaleza, ao redor da igreja, devem abandonar filhotes ou disponibilizar alimentos para gatos de rua. Eu ignorei a placa inicialmente até vê-la novamente em quase todas as esquinas do bairro. Depois descobri que elas são instaladas onde quer que tenham casas filiadas à associação que paguem para sua confecção e instalação. Sobre a imagem de um espião, com chapéu pontudo e casaco, o símbolo universal de proibido, sob o qual consta: "atividades suspeitas serão reportadas".

Figura 84 - placa hostil contra "comportamentos suspeitos" no bairro de Lourdes

Fonte: produzido pelo autor

As cidades contemporâneas, incapazes incapazes de lidar com os resíduos que produzem enquanto sistemas socioespaciais capitalistas, inventaram a arquitetura hostil. Dessa forma, transformam o espaço em uma ferramenta de controle, impedindo usos específicos de espaços específicos. Como espantalhos, pequenas divisórias salientes impedem que bancos sejam apropriados para o sono por moradores de rua, jatos periódicos de água, luzes intensas e cobertas vazadas fazem o mesmo com marquises, por exemplo. A viralização de uma imagem do padre e pedagogo Julio Lancellotti tentando quebrar paralelepípedos cimentados como espinhos sob um viaduto culminou na lei nº 14.489/2022, que leva seu nome, vedando no Brasil "o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população".

O adminstrador da Igreja de Lourdes me relata anedotas de propostas de cercar o bairro inteiro. M08DLRD me confirma a veracidade e que, de fato, "de vez em quando aparece alguém com essas propostas estapafúrdias". A proposta é desmerecida como estúpida porque, diante da complexidade das regras de um Estado de Direito que regem a cidade, a ideia é pueril. Não se pode conseguir o que se quer como se bem entende. O problema, no entanto, é o método, não o objetivo final da proposta.

Caminhar pelo de Lourdes é uma experiência hostil. Nos dois sentidos. Desagrada a comunidade que vive ali, e é uma experiência tornada desgradável.

Ao perambular por algum tempo pelo bairro, especialmente fotografando casas e placas, aparentemente ofendi a comunidade vigilante entre os muros, e em algum tempo uma viatura de vigilantes da empresa Servis me aborda. Educadamente, eles me perguntam "se está tudo bem". Eu sou um homem branco de classe média-alta, e inevitavelmente, inconscientemente e involuntariamente porto comigo meu lugar social conforme um habitus de classe, enquanto mecanismo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade, sedimenta no meu corpo uma história individual e social, um lugar de origem e (con)formação social que o torna "a objetivação mais irrecusável do gosto de classe", constituindo uma héxis corporal (BOURDIEU, 1990, p. 210). Antes de iniciarmos uma interação, eu imagino que para os vigilantes o meu corpo já era documento suficiente. Consciente do jogo em curso, eu educadamente e docilmente respondo a pergunta velada - e não a pergunta realizada - e explico o que eu

estou fazendo ali. O vigilante educadamente responde “beleza, tudo bem, eu só vou pedir pro senhor tomar cuidado, então, aqui não tem muito movimento”. Eu pergunto se é ali é perigoso e ele responde que não, “só meio deserto mesmo, às vezes pode passar um motoqueiro, é bom não dar bobeira”. Eu agradeço e eles seguem o seu caminho.

Eu não obtive relatos sobre abusos por parte dos vigilantes no bairro, o que os moradores sabem que é terminantemente proibido. E os vigilantes só podem prestar entrevistas mediante autorização da empresa, o que me foi negado. É inevitável especular que se eu fosse um homem negro, ou estivesse em uma moto, possivelmente a interação seria diferente. Igualmente velada, mas com tons que seriam determinados em função da leitura dos marcadores de lugar social do pedestre interpelado e do papel de vigilante que aqueles indivíduos se orientam uma vez que a interação, para eles, está dentro do seu contexto de ofício, informando práticas específicas. Igualmente, se o meu lugar social fosse outro, e outro fosse o meu sense of one’s place, a minha leitura da interação talvez fosse menos segura e mais permeada por tensão, alimentando, possivelmente, o papel de policial no lugar do de servidor dos vigilantes. Eis um exemplo muito evidente de como o habitus opera como chave de acesso aos habitats, conforme na interação dos vigilantes cuja função é cumprir o propósito expresso das placas espalhadas nas esquinas, monitorar atividades suspeitas, torna um ambiente mais seguro ou mais hostil para o transeunte.

Eu perambulava durante o dia, fotografando o bairro, enquanto aguardava o início do horário de atendimento da recepção da Igreja de Lourdes. Mais tarde, descobri na entrevista com o adminstrador da Igreja, que eu havia sido reportado enquanto suspeito. Eu digo que não vi ninguém. “No grupo”, ele me explica, “tudo eles colocam no grupo, já tava aqui alguém falando que tem uma pessoa andando fotografando a rua, perto da igreja”. Portões esquecidos abertos, carros estacionados, até empresas realizando serviços em postes, e pessoas andando, passam pelo crivo de moradores assustados, que reportam as atividades suspeitas.

Os grupos de whatsapp funcionam como ferramentas de comunicação essencial para as associações de vizinhanças e condomínios. Agilizam processos de comunicação entre lideranças da comunidade e seus membros e criam espaços de apoio, que alertam sobre portões esquecidos abertos, por exemplo, e espaços de troca e recomendação, inclusive, onde vendem-se itens e serviços, indicam-se especialistas, procuram-se cães

perdidos. No entanto, na rede densa de comunicação rápida individual, a fala do crime, que Caldeira observou se articular entre a mídia e os indivíduos nos anos 1980/90, é multiplicada exponencialmente, conforme vizinhos compartilham, sobretudo, o medo de estranhos e os eventos de violência.

Nisso os moradores do de Lourdes não são idiossincráticos. No Cocó e no Papicu, a mesma lógica de compartilhamento de crimes e suspeitos acontecem nos grupos de whatsapp. A diferença é que nos outros bairros, a circulação da fala do crime cria uma ilusão de vigilância, conforme suspeitos e problemas reportados raramente se concretizam em ação prática por parte de alguém ou alguma instituição, e tendem apenas a alimentar o afeto do medo e a desfiliação do espaço público. No bairro de Lourdes, no entanto, os moradores de altíssima e alta renda compartilham seus recursos para implementar no bairro um patrulhamento, que monitora o bairro conforme orientações dos representantes dos moradores. Divulgam-se festas, campanhas de doação e ações de limpeza coletiva, por exemplo, que contam com as palmas e aderência de alguns moradores. Mas aqui, o grupo como ferramenta de vigilância se transforma numa ferramenta de apropriação hostil do bairro, externalizando para o espaço público a vigilância do enclave fortificado, uma vez que o bairro inteiro, não pode ser estapafurdiamente cercado.

Ao longo de toda a Avenida Padre Joaquim Colaço, que margeia a duna sob a qual se estende a favela do Pau Fininho, no entanto, é equipada com uma cerca. A princípio a cerca parecia um evidente equipamento de segurança para que um transeunte não caia duna abaixo. Mas um exame mais próximo revela que é precisamente o contrário. Os arames farpados existem para impedir que se suba duna acima. A cerca, afirma a representante dos moradores, é para evitar as práticas que apavoram os motoristas fortalezenses: bandidos “pulam na frente do carro” para assaltar moradores ou visitantes, que inevitavelmente paravam os carros, cometiam assaltos e “corriam para dentro dos matos”. Dentro “do mato” - a herança das “areias”, pois os matos levam aos lugares onde ninguém ousa ir, à anticidade - ninguém encontra mais o criminoso. Cercar o bairro não parece mais estapafúrdio para alguns moradores, que insistem em reconstruí-las mesmo que elas sejam quebradas.

A hostilidade do bairro também se configura na paisagem, tornando-a, como o próprio vigilante observou, um deserto, árida para o transeunte. As ruas não são

arborizadas, embora o interior de muitas das casas, em uma flânerie de sobrevoo, pareçam amplamente ajardinados e arborizados. Os muros altos são encimados por cercas elétricas, concertinas e alarmes. Algumas mansões, inclusive, possuem guaritas sobre os portões. Por cima dos muros só é possível visualizar telhados equipados com placas solares, algumas varandas em que não pude ver moradores, pois não parece haver nada para contemplar, e algumas sugestões de arquiteturas interessantes, cuja contemplação é completamente privada, sem qualquer integração com a paisagem. Não existem cercas ou cercas de vidro, que poderiam expor o belo interior, elevando a qualidade estética do bairro. Mas não parece haver disposição para abrir mão do enclausuramento em nome da coletivização da beleza e da vitalidade, ao contrário, parece haver apenas a disposição de privatizar a rua hostilizando os estranhos, deixando-as vazias e, assim, monitoráveis.

Eis uma das razões pela qual F17DLRD expressou que ali desejam se manter invisíveis - e daí o esforço em internalizar toda a beleza e construir uma paisagem e bairro essencialmente desinteressante. Organizado como um grupo de ativismo NIMBY[135], garantem a monofuncionalidade residencial do interior do bairro e a não circulação de linhas de ônibus. E esta pauta parece gerar mais consenso do que às relacionadas às estratégias de segurança adotadas. Assim, evitam o fluxo de pessoas, que traria estranhos circulando, e com os estranhos circulando, o espaço público passa a ser útil e necessário. Com um maior fluxo de estranhos, não se pode contá-los um a um e monitorá-los, ou exigir que os seguranças intimidem sutilmente aqueles que não passam no seus filtros sociais. Um espaço estéril, sem vitalidade, por outro lado, garante a sua privatização, apesar da sua decadência. Ao sondar entre os informantes de outros bairros o interesse em morar no de Lourdes, a resposta foi um unânime não. Keila, moradora de alta renda do Cocó, "não moraria nem se me pagassem". A razão de todos, era o mal-estar que o bairro comunica, a insegurança e os custos de tamanho aparato de segurança. Diferentemente do Papicu, que carrega um certo estigma de bairro perigoso

[135] Acrônimo utilizado na literatura norte-americana referente a *Not In My Backyard*, para descrever grupos que se organizam para controlar e impedir intervenções públicas ou privadas nas suas vizinhanças. Não necessariamente se refere a organizações elitistas, mas qualquer movimento social contra intervenções de qualquer natureza, desde organizações contra equipamentos poluentes, ou grupos de alta renda que não querem desvalorizar suas propriedades com construções de apartamentos que aumentam a oferta habitacional na área, por exemplo, ou, ao contrário grupos que não querem aumentar a valorização imobiliária em sua vizinhança, com receio de processos gentrificadores. Refere-se a qualquer organização de vizinhança no sentido de exercer o controle *grassroots* do uso do espaço público ou privado.

gerado pelos outros, o de Lourdes parece construir um estigma a partir da ação dos seus próprios moradores em comunicar a insegurança do bairro, em um exercício de guerra contínuo, e que, como vimos nos depoimentos de M06PAP e M05PAP, constrangem os outros a participar ou a desertar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando distâncias falham, barreiras físicas são erguidas, e quando estas falham vigias, placas e regras são erigidas no seu lugar, e mesmo quando estas não garantem "as coisas no seu devido lugar", normas tácitas se valem do espaço como contexto semântico, transformando-o em cenário de determinadas situações, e o transformam em meio proxêmico no qual hierarquias sociais se expressam definindo lugares adequados, de prestígio e desprestígio. Quando configurações socioespaciais que podem ser objetivamente concebidas como formas de segregação espacial perdem a eficácia em impedir a interação entre mundos sociais diferentes, o poder simbólico garante as condições necessárias para que tais interações continuem impedidas, dificultadas ou muito bem disciplinadas, manifestando-se em configurações espaciais internas aos lugares e situações ou em comportamentos proxêmicos, afetando a relação entre corpos e espaço.

A analogia da teoria social relacional de Bourdieu com o ramo da matemática da topologia, aventada pelo próprio autor, sugere não só a importância da análise sociológica, em seu momento ou ângulo estruturalista, como uma análise de uma estrutura de posições relacionadas entre si em um espaço abstrato próprio, mas também sugere a importância da continuidade estrutural das relações entre essas posições diante de possíveis deformações. A inércia social, como argumentado na discussão teórica realizada no primeiro capítulo desta tese, é uma ideia importante para compreender o pensamento de Bourdieu. Espacializando sua sociologia, seguindo os passos iniciais para tanto sugeridos em sua própria obra, centralizando a ideia de reificação do espaço social / apropriação do espaço físico como nexo teórico para pensar a relação espaço-sociedade, as ideias de inércia e continuidade topológica iluminam a apreensão do uso, ocupação, semantização, ordenação do espaço urbano como um sistema no qual não só se expressa - vimos que a ideia do espaço como espelho que rebate o social é limitante - mas também se tende a preservar, a se reproduzir a estrutura do espaço social. Também argumentamos que outros "espaços" - o espaço simbólico e aquilo que definimos como espaço de sociação - também cumprem essa função, mantendo relação direta com o espaço físico enquanto dimensão relevante da existência social: um sistema de pesos e contrapesos, que se transformam em conjunto tendendo a reproduzir a integridade do espaço social. São planos do espaço social, o espaço físico, a cultura, os

vínculos com pessoas e coisas, nenhum deles recursos em si mesmo, mas meios em que recursos são produzidos e acessados

É importante enfatizar que não se deve conceber que esses espaços refletem ou rebatem o espaço social, mas mais precisamente o concretizam como realidade social estruturada. A ideia de que o espaço social simplesmente se expressa em outros espaço facilmente escorrega para uma leitura estruturalista. A ideia-chave para compreender a conciliação das noções de estrutura e agência é a de estruturação. O espaço social nada mais é que um construto analítico que tenta modelar a natureza abstrata, mas eficaz, do sistema social de relações entre agentes e coisas socializadas, uma estrutura virtual que se atualiza nas práticas. As práticas, atos concretos socialmente informados e socialmente formadores, são sempre situadas. De forma um pouco mais concreta, são situadas nos meios analíticos supracitados em que os fenômenos sociais necessariamente se desdobram, (re)produzindo o espaço social. Não existe agência, prática, muito menos interação, fora dessas dimensões da realidade social. Concretamente, não existe indivíduo, corpo e gesto executado que não se constitua como coisa e movimento envolto e investido por signos, espacialidades e vínculos.

A noção de territórios mobilizada nesta tese, em grande medida construída sobre o pensamento de Rogério Haesbaert, os concebe como construções multiescalares e multidimensionais no continuum da existência social. Ou seja, territórios atravessam o espaço físico, o espaço de sociação e o espaço simbólico, circunscrevendo no espaço social diferentes configurações de limites e controles de acesso que são inscritas, mais concretamente, em tais planos da realidade social como forma de exercício de poder a partir da posse de determinados recursos. Essas configurações territoriais são complexas e articulam-se entre os planos do espaço social, produzindo uma unidade que nem sempre pode ser observada como uma configuração clara em qualquer desses planos. Essa unidade é topológica, não formal. Ela pode possuir manifestações materiais objetivas como indícios da sua existência, formas concretas, mas ela é sobretudo sentida, percebida, lida, experienciada pelos indivíduos como territorialidades, conforme sentem, a partir da internalização do mundo social por meio do habitus, que são insiders ou outsiders, que pertencem ou não pertencem, que "estão em casa" ou que são "peixes fora d'água".

Compreender essa unidade topológica experiencial configurada nos diferentes planos do espaço social é uma tentativa de investigar uma problemática que remonta às pioneiras reflexões sociológicas urbanas de Robert Park, que observava a cidade como uma coleção de microcosmos sociais. Entretanto, no lugar de desvirtuar sua obra hipertrofiando sua metáfora ecológica de áreas naturais, hipostaseando os conceitos de áreas sociais e de vizinhanças (e a noção de efeitos de vizinhança facilmente pode reforçar tal hipóstase, se lida e operacionalizada sem o devido cuidado), tenta-se recuperar a dimensão pragmática do seu pensamento. Não muito diferentemente de Bourdieu, Park também concebia dimensões de análise social distintas, embora não tenha alcançado uma solução de conciliação entre elas. Em um momento objetivista, a ideia de sistema ou estrutura social comandada por forças ecológicas deságua na leitura da cidade como um mosaico de pequenos mundos que se constituem pela sedimentação dos resultados de tais forças suprassociais. Mas em um momento subjetivista, a sua leitura sociológica pragmatista, fortemente centrada na comunicação, no consenso e na percepção socialmente construída da realidade, concebe a cidade como um meio em que indivíduos podem se encontrar lado a lado, mas vivem em mundos completamente diferentes. Os "mundos" são tanto áreas quanto microcosmos de sentido, aos quais os indivíduos se subscrevem, participam. Habitá-los é sobretudo portá-los consigo.

Nossa investigação tentou explorar as duas realidades da diferenciação social nas cidades buscando eliminar a distinção entre o paradigma do mosaico urbano e a leitura intersubjetiva de lugares e círculos sociais nas cidades. Tentamos demonstrar o princípio comum que subjaz tanto à organização da cidade em um conjunto de áreas socialmente caracterizadas e em um conjunto de indivíduos socialmente pertencentes ou não pertencentes a categorias reconhecidas que determinam a sua experiência de transitar e pertencer ou não aos microcosmos sociais que se superpõem na cidade. Demonstramos que tanto a estruturação do espaço intraurbano a partir do fenômeno da macrossegregação residencial quanto a apropriação de praças públicas por parte de alguns indivíduos socialmente semelhantes seguem o mesmo princípio da preservação da topologia do espaço social: a manutenção de distâncias sociais demanda a manutenção de posições no espaço social, i.e., do acesso aos recursos que definem tais posicionamentos. Desde as decisões locacionais de fixação de residência em determinados bairros em detrimento de outros até as normas tácitas que regulam

comportamentos em uma praça pública, produz-se um conjunto típico de experiência objetiva e subjetiva da cidade que toma parte no fenômeno que Bourdieu concebe como efeito de classe, aglomerando simbolicamente e politicamente em uma unidade indivíduos que ocupam posições semelhantes no espaço social. O entendimento que essa unidade necessariamente se espacializa, mas não necessariamente em áreas contínuas, é um ponto crucial para a teoria da segregação como resultado de processos de territorialização intraurbana de classe aqui proposta.

Demonstramos que a segregação residencial importa e que, em conformidade com a teoria de Flávio Villaça, a formação da área de concentração das camadas de maior renda - que chamamos mais genericamente de zona nobre da cidade - ocorre como uma externalidade do comportamento de consumo das elites, que se aglomeram como uma estratégia de classe, garantindo não só a facilitação do acesso a recursos, mas também a facilitação da concentração de recursos ao seu alcance. Os limites da zona nobre, como constatamos, também revelam os limites da experiência e do imaginário de classe da cidade. Essa redução da cidade garante a invisibilização da periferia, colocando-a fora do horizonte dos indivíduos abastados, afastando os problemas sociais que se desenvolvem com a concentração da pobreza e facilitando o abandono político ou a gestão violenta desses espaços historicamente concebidos como residuais, classificados como oposição à ordem e progresso da centralidade. A ideologia da cidade x periferia, emerge como a mais poderosa operação simbólica de exclusão e subordinação de classe, e se associa não só aos limites espaciais da vida cotidiana das elites, mas também à extensão espacial das suas redes sociais significativas.

No entanto, também mostramos que dentro da zona nobre, a mistura social é evitada e a experiência de vizinhança e do cotidiano é uma experiência fragmentária e encasulada, que articula através do automóvel particular como modal de mobilidade um conjunto de enclaves para diferentes atividades marcados pela homogeneidade social e pelo consenso em torno dos contextos sociais que tais lugares abrigam, produzindo assim circuitos de lugares comuns, estilisticamente coesos, socialmente filtrados e valorativamente destensionados, conforme um habitus de classe coordena a construção de habitats de classe, que garantem que a reprodução social de indivíduos das classes dominantes ocorra dentro de uma zona de conforto ético e estético.

O território de classe garante que indivíduos das classes dominantes possam experienciar sua posição dominante, mantendo-se continuamente "em casa", habitando os seus habitats, onde são acessados os recursos para a reprodução de sua posição, evitando a situação de histerese ou de subordinação. Diferentemente, os indivíduos das classes mais baixas frequentemente se encontram na situação de se subordinar ao territórios dos outros, ocupando os espaços, mas não habitando habitats, frequentemente submetendo-se a existir incorporando papeis sociais bem delimitados e subalternos, ou em espaços intersticiais não apropriados, esconderijos onde podem abandonar a submissão territorial de classe.

Observamos que Fortaleza não foge aos padrões de macrossegregação residencial na sua estrutura intraurbana, mas tentamos qualificar sociologicamente o processo de segregação das elites a partir da noção de campo de reprodução cultural, observando como o comportamento locacional é uma prática socialmente situada, que se desdobra em função da leitura e classificações do espaço urbano. Demonstramos como a cidade adquiriu configuração socioespacial cada vez mais complexa, pareada por leituras do espaço e do contexto urbano de existência também mais complexas, resultando na transformação de estilo de vida das elites, marcada pela degeneração da busca pelo estilo de vida suburbano arquetípico, conforme áreas da cidade se popularizam, transformando-se em uma busca pelo subúrbio romântico e, eventualmente, na ressignificação do ideal de boa vida urbana como o equilíbrio entre amenidades naturais e fruição estética consumerista de enclaves, favorecendo o acesso facilitado ao consumo em mercados privatizados e à externalização de atividades domésticas em estabelecimentos de serviços.

O leitor possivelmente terá percebido que a pesquisa favoreceu um esforço em prol da latitude em detrimento do aprofundamento analítico de um recorte bem delimitado. Análises mais ricas dos mecanismos de territorialização intraurbana poderiam ser realizadas tomando como objeto uma única praça, por exemplo, ou toda a área e equipamentos da OUC Lagoa do Papicu. No entanto, a teoria da territorialização intraurbana de classe emergiu justamente como resposta às lacunas e deficiências que diferentes abordagens sobre segregação demonstraram diante das diferentes formas de articulação de distâncias sociais e físicas observadas ao se debruçar sobre uma investigação ampla. Uma vez organizada uma proposta coerente de operacionalização

de um quadro teórico sociológico e geográfico capaz de endereçar a natureza fragmentária e fluida da ordenação socioespacial das cidades, ela se torna imediatamente aplicável a recortes mais específicos.

Diversos caminhos de investigação se abriram ao longo da investigação, mas não foram perseguidos por razões práticas de insuficiência de recursos e tempo. O mais importante desses caminhos, sem dúvidas, é explorar análises mais precisas da natureza reticular do território das classes dominantes. O mapeamento dos circuitos de fruição da cidade em uma rede de lugares, produzindo ecomapas em escala intraurbana, por exemplo, pode revelar padrões importantes não apenas em termos de leituras geográficas de distâncias e localizações, mas também em termos sociologicamente relevantes, revelando categorias de lugares, relações com outros equipamentos, formas de mobilidade, diferenças entre categorias sociais intraclasse (por gênero, raça, idade). Mapeamentos dessa natureza, que não são inéditos, certamente enriqueceriam a análise de territórios intraurbanos com medidas objetivas.

Outro caminho de enriquecimento da análise também se encontra na possibilidade de espacialização de redes sociais de indivíduos para compreender como elas restringem suas decisões locacionais, especialmente residenciais. Em diversas entrevistas foi notada a importância não só da herança de imóveis na definição de localizações residenciais, mas também da proximidade de pais e filhos, conforme a necessidade de apoio (seja de pais mais velhos, mães com crianças pequenas, familiares com necessidades especiais) dita uma importante ponderação em torno da otimização do tempo no acesso à rede social.

Estudos mais objetivos de padrões territoriais, seja através da análises de redes, seja através de mapeamento de configurações tectônicas de uso da vizinhança, podem garantir uma compreensão mais clara do comportamento locacional das elites, uma vez que seus membros tendem a se manter. no interior do seu território. Isso é relevante não apenas para o mercado imobiliário na compreensão do comportamento de consumo de localizações, mas sobretudo na compreensão de como diferentes formas de exclusão e segregação, ou mesmo potenciais processos de gentrificação, podem se desenvolver e, portanto, de como podem ser combatidos.

Em última análise, a compreensão mais objetiva e aprofundada do comportamento territorial das elites também permite que se avalie formas mais

assertivas e eficazes de democratizar o direito à cidade e de restituir a importância dos espaços públicos. A análise das praças adotadas, por exemplo, revelou como o estímulo a iniciativas de ocupação e revitalização de espaços públicos pela própria sociedade podem ser desvirtuadas conforme o senso prático e valores de classe tendem a reproduzir a sua dominação, mesmo em ações filantrópicas. Se se compreende com maior precisão a maneira como a circunscrição do espaço social ocorre pela inscrição de limites nos seus planos de concretização, cria-se oportunidades de projetar formas mais eficientes de garantir a existência de fronteiras, onde a co-presença de diferenças possa se transformar em interação, esta em diversidade e esta, por sua vez, em vitalidade. O sonho de Jane Jacobs é possível, e o impasse civilizacional que se aproxima com o aumento da fragmentação sociopolítica do tecido social urbano pode ser evitado, mas como afirma um bordão derrotista: "falta vontade política". O principal meio de sobrepujar essa exasperante missão de remediar o mal-estar urbano contemporâneo, no entanto, é nomear agentes, sintomas e causas, encontrar um diagnóstico eficiente que permita endereçar elementos que garantem a reprodução contínua da segregação socioespacial.

REFERÊNCIAS

ALIHAN, Milla. **Social Ecology**. Nova York: Columbia University Press, 1938

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociai**s, v. 2, n. 4, 1987

ALMEIDA, André Araújo. **Segregação urbana na contemporaneidade**: o caso da Comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza. 2015. 259 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Fortaleza, 2015.

ALONSO PEREIRA, José Ramón. **Introdução à História da Arquitetura**: das origens ao século XXI. Porto Alegre: Bookman, 2010

ALVES, A., ALBUQUERQUE, C., DE ASSIS, R., BEZERRA, L., ARRAIS, G., CAPASSO, M., CAVALCANTE, C., LOPES, A. Reflexos e Proposições Urbanísticas: o caso dos planos diretores da cidade de Fortaleza-CE relacionados às teorias e aos marcos legais urbanísticos entre 1960 e 2000. In: IX CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL - PLURIS. **Anais [...].** Congresso Digital: PLURIS, 2021, ISSN: 2525-7390. Disponível em: https://doi.org/10.21814/pluris21

ANDRADE, Margarida. O papel do poder público e da iniciativa privada nas transformações urbanísticas de Fortaleza (1850-1933). In: SOARES, Igor de M., SILVA, Ítala B. M. (orgs.). **Cultura, Política e Identidades**: Ceará em perspectiva, vol. II. Fortaleza: Iphan, 2017

ANDRADE, Margarida. Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade 1810-1933 (Tese de Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARAGÃO, R. Batista. **Índios do Ceará e Topônimos Indígenas**. Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1994

ARAGÃO, Elisabeth Fiúza. **A trajetória da indústria têxtil no Ceará:** o setor de fiação e tecelagem 1880-1950. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989, Coleção Estudos Históricos, n. 2

ARANTES, António. A guerra de lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. **Revista do IPHAN**, n. 23, p. 184-196, 1994.

ARAÚJO, Ana, CARLEIAL, Adelita. Opulência e miséria nos bairros de Fortaleza (Ceará/Brasil). **Scripta Nova,** v. VII, n. 146(030), ago 2003. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/668

ATKINSON, Rowland. Padding the Bunker: Strategies of Middle-class Disaffiliation and Colonisation in the City. **Urban Studie**s, v. 43, n. 4, Edição Especial: Cohesive neighbourhoods and connected citizens in contemporary european societies, p. 819-832, abr 2006

ATKINSON, Rowland; HO, Hang Kei. Segregation and the urban rich: enclaves, networks and mobilities. In: MUSTERD, Sako (ed.). Handbook of Urban Segregation. Chetelham: Edward Elgar Publishing, 2020.

AZEVEDO, Sanzio de. **Aldeota**. Fortaleza: SECULTFOR, 2015. Disponível em: https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/

BÄHR, Jürgen, MERTINS, Günther. Idealschema der sozialräumlichen Differenzierung lateinamerikanischer Großstädte, **Geographische Zeitschrift**, v. 69, n. 1, p. 1-33, 1981.

BARABÁSI, Albert-László. **Linked (conectado)**: a nova ciência dos networks. São Paulo: Leopardo, 2009

BARLÉUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

BARRETO, Aníbal. **Fortificações no Brasil** (Resumo Histórico). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958

BARRETTO, Vinícius C., HOLANDA, Breno S., PEQUENO, Renato, MORENO, Thaís M. O desenvolvimento da Praia do Futuro como elemento de análise da ação estatal em proveito da "cidade como negócio". In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. **Anais [...].** Natal: ANPUR, 2019 ISSN: 1984-8781. Disponível em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

BARROS, Angerlânia. Favelas, as "chagas" de Fortaleza (1973-1980). In: 30° Simpósio Nacional de História.. **Anais [...].** Recife: ANPUH, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564158622_ARQUIVO_FAVELAS.pdf

BARROS, Angerlânia. Favelas em Fortaleza: do surgimento a tentativa de erradicação (1877-1973) . In: XXIX Simpósio Nacional de História. **Anais [...].** Brasília: ANPUH, 2017. ISBN: 978-85-98711-18-8 Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/35-snh29?start=100

BARROS, Joana, FEITOSA, Flávia. Uneven Geographies: exploring the sensitivity of spatial indices of residential segregation. **Environment and Planning B**: Urban Analytics and City Science, v. 45, n. 6, p. 1-17, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1177/2399808318760572

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidad**e. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

BEAUREGARD, More Than Sector Theory: Homer Hoyt's Contributions to Planning Knowledge. **Journal of Planning History**, v. 6, n. 3, Ago 2007, 248-271

BECKER, Howard. A Escola de Chicago. **Mana**, v. 2, n. 2, 1996. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/6FvBPkkRffvcrrkJb77SZBv/

BECKER, Howard; PESSIN, Alain. A dialogue on the ideas of 'world' and 'field'. **Sociological Forum**, v. 21, n. 2, p. 275-286, 2006.

BELL, Wendell. **A Comparative study in the Methodology of Urban Analysis**. Universidade da Califórnia, Los Angeles (tese de doutorado). Não publicada. 1952

BELL, Wendell. The social areas of the San Francisco Bay Region. **American Sociological Review**, n. 18, p. 39-47, 1953

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009

BERNARDINI, Camila. Os conflitos socioambientais e o poder político no espaço urbano: o caso da lagoa do Papicu – Fortaleza/ce. 36º Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindóia (SP). **Anais [..**.], 2012

BERRAY, Mohamed. A Critical Literary Review of the Melting Pot and Salad Bowl Assimilation and Integration Theories. **Journal of Ethnic and Cultural Studies**, v. 6, n. 1, 2019, pp. 142–51. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/48710211.

BITTENCOURT, Tainá A., GIOANNOTTI, Mariana, MARQUES, Eduardo. Cumulative (and self-reinforcing) spatial inequalities: interactions between accessibility and segregation in four brazilian metropolises. **Environment and Planning B:** Urban Analytics and City Science, v. 48, n. 7, p. 1989-2005, set 2020

BIRDWHISTELL, Ray. **Kinesics and context*:*** essays in body motion communication. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1970

BLOKLAND, Talja; SAVAGE, Mike. Social capital and networked urbanism. In: BLOKLAND, Talja; SAVAGE, Mike (eds.). **Social capital and networked urbanism:** social capital in the city. Londres: Basil Blackwell, 2008.

BOGARDUS, Emory S. Social Distances in the City. In: The BURGESS, Ernest W. **The Urban Community:** selected papers from the proceedings of the American Sociological Society 1925. Nova York: AMS Press, 1971

BOTELHO, Tarcísio. Listas nominativas de habitantes e censos demográficos: fontes para o estudo da desigualdade social no Brasil, 1800-1940.‖ In: BOTELHO, Tarcísio, VAN LEEUWEN, Marco. (Orgs.) **Desigualdade Social na América do Sul**: perspectivas históricas. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2010

BOURDIEU, Pierre. La maison kabyle ou le monde renversé. In: LÉVI-STRAUSS, Claude, POUILLON, Jean, MARANDA, Pierre (orgs.). **Échanges et communication**s **II**: Mélanges offerts à Claude Lévi-Strauss à l'occasion de son 60ème anniversaire. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 1970. Disponível em: https://doi.org/10.1515/9783111698281

BOURDIEU, Pierre. Le capital social. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 31, p. 2-3, jan. 1980. Disponível em: https://www-complexnetworks.lip6.fr/~tarissan/anares/Bourdieu_Capital_Social.pdf

BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2. ed. 1982.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: **Coisas Ditas**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996b

BOURDIEU, Pierre. **Physical space, social space and habitus**. Oslo: Vilhelm Aubert Memorial Lecture, University of Oslo, 1996

BOURDIEU, Pierre. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social**. México: Siglo Veintiuno, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre.. A casa kabyle ou o mundo às avessas. **Cadernos de Camp**o, v. 8, n. 8, p. 147-159, 1999 Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v8i8p147-159

BOURDIEU, Pierre. Estrutura, Habitus e Prática. In: MICELLI, Sérgio (org.). **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Les structures sociales de l'économie.** Paris: Les Éditions du Seuil, 2000

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estud. CEBRAP**, v. 96, jul 2013b. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2013c.

BOURDIEU, Pierre.Social Space and the Genesis of Appropriated Physical Space. **International Journal of Urban and Regional Researc**h, v. 42, n.1, p. 90-105, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1468-2427.12534

BOURDIEU, Pierre. . **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo; Porto Alegre: Editora USP; Zouk, 2017

BORSDORF, Axel. La Segregación socioespacial en ciudades latinoamericanas. In: LUZÓN, José, STADEL, Christoph. BORGES, César (Org.) **Transformaciones regionales y urbanas en Europa y América Latina**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2003.

BORSDORF, Axel, HIDALGO, Rodrigo. The fragmented city changing patterns in latin american cities. **The Urban Reinventors Online Journal**, n. 3, 2009. Disponível em: http://www.urbanreinventors.net/paper.php?issue=3&author=borsdorfhidalgo

BOTERMAN, Willem., MUSTERD, Sako. Cocooning Urban Life: exposure to diversity in neighbourhoods, workplaces and transport. Cities, v. 59, nov. 2016, p. 139-147. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.cities.2015.10.018

BOTTERO, Wendy; CROSSLEY, Nick. Worlds, fields and networks: Becker, Bourdieu and the structures of social relations. **Cultural Sociology**, v. 5, n. 1, p. 99-119, 2011.

BUTLER, Tim. **Gentrification and the middle-classes**. Aldershot: Ashgate, 1997

BUTLER, Tim. Urban-centeredness as a source of variation in middle-class formation: some evidences from North London. In: VAN GYES, G., DE WITTE, H., PASTURE, P. (eds). **Can class still unite:** trade unions, class solidarity and the differentiated workforce in late modernity. Aldershot: Ashgate, 2001

BRASIL, Armíria, NASCIMENTO, José, CARNEIRO, Alexandra. (Re)Ordenar o xadrez: Plano de Saboya Ribeiro para a cidade de Foraleza. ANPUR. XIV Encontro Nacional da ANPUR. **Anais (...).** Rio de Janeiro, 2011

BRASIL, Amiria. B. Os conflitos pelo Direito à Cidade em Fortaleza: disputas entre a visão estratégica da cidade e a regulamentação das ZEIS. **urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200341

BRIGGS, Xavier. Ties that bind, bridge and constrain: social capital and segregation in the American metropolis. In: **Segregation and the City**, Lincoln Institute for Land Policy, 2001.

BURGESS, Ernest B. The growth of the city: an introduction to a Research Project. In: PARK, Robert E., BURGESS, Ernest W., MCKENZIE, Roderick D. **The City**. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

BURGESS, Ernest W. **The Urban Community:** selected papers from the proceedings of the American Sociological Society 1925. Nova York: AMS Press, 1971

BURGESS, Ernest W. Preface. In: BURGESS, Ernest W. **The Urban Community:** selected papers from the proceedings of the American Sociological Society 1925. Nova York: AMS Press, 1971

BURGESS, Ernest W. The growth of the city. In: BURGESS, Ernest W., PARK, Robert E. **The City**. Chicago: The University of Chicago Press, 2019

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. "Building up Walls: The New Pattern of Spatial Segregation in São Paulo". **International Social Science Journal**, v. 48, n. 147, 1996a.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. "Fortified Enclaves: The New Urban Segregation". **Public Culture**, v. 8, n. 2, 1996b.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. "Un nouveau modèle de ségrégation spatiale: les murs de São Paulo". **Revue Internationale des Sciences Sociales**, n. 147, 1996c.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. "Enclaves fortificados: a nova segregação urbana". **Novos Estudos**, v. 47, n. 1, 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000

CALHOUN, Craig. Community without propinquity revisited: communications technology and the transformation of the urban public sphere. **Sociological Inquir**y, v. 68, n. 3, p. 373-397, ago. 1998.

CÂMARA, José A. S. Um aspecto da tradição militar cearense: os estabelecimentos militares de ensino de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Anno LXXIII, p. 104-167, 1959. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/1959-2/

CAMPOS, Eduardo. Breve memória da Companhia Ferro Carril do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Anno CXVII, p. 9-15, 2003. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/2003-2/

CARVALHO, Alfredo de. Diário da Expedição de Matias Beck ao Ceará em 1649. R**evista do Instituto do Ceará**, ano XVII, 1903. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/1903-2/

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura no Ceará - o século XIX e algumas antecedências. **Revista do Instituto do Ceará**, Anno CXXVII, p. 9-68, 2014. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/2014-2/

CASTRO, José Liberal de. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. **Revista do Instituto do Ceará**, ANNO CXIX, p. 93-126, 2005. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/2005-2/

CATANI, Afrânio, PEREIRA, Gilson. Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social. **Perspectiva**. Florianópolis, v.20, n.Especial, p. 107-120, jul./dez.2002

CATANI, Afrânio et al (orgs.).**Vocabulário Bourdieu**.Belo Horizonte: Autêntica, 2017

CAVALCANTE, Márcia. Os edifícios de apartamento em Fortaleza (1935-1986): dos conceitos universais aos exemplos singulares. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana McKenzie. São Paulo, 2015.

CAVALCANTI, Emanuel Ramos. Sobre as Operações Urbanas Consorciadas em Fortaleza (CE). In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Anais [...]. São Paulo: ANPARQ, 2014. Disponível em: https://anparq.org.br/site/eventos/enanparq/iii-enanparq/

CEFAÏ, Daniel. Instituições sociais: um diálogo entre sociologia de Chicago e filosofia pragmatista. **Revista Sociedade e Estado,** v. 36, n. 2, 2021

CHAVES, Elisgardênia O. **População e família mestiça nas freguesias de Aracati e Russas** - Ceará, 1720/1820. Tese (Doutorado em História Social da Cultura). Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG. Belo Horizonte, 2016.

COELHO, Edmundo C. A criminalidade urbana violenta. **Dados - Revista de Ciências Sociai**s, v. 31, n. 2, p. 145-183, 1988

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida, CORRÊA, Roberto Lobato, PINTAUDI, Silvana (orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. 1 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018

CORRÊA, Roberto Lobato. Áreas sociais: uma avaliação e perspectivas. **Geousp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 1, p. 10-33, 2016. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/111752

CORTESE, Anthony J. The rise, hegemony, and decline of the Chicago School of Sociology, 1892–1945. **The Social Science Journal***,* v. 32, n.3, p. 235–254, 1995. Disponível em: https://doi.org/10.1016/0362-3319(95)90009-8

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**, Anno CXXVII, p. 81-111, 2014. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/2014-2/

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**, Anno CXXII, p. 183-204, 2008. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/2008-2/

COSTA, Sérgio R., BUENO, Miguel G. **A saga do algodão:** das primeiras lavouras à ação na OMC. Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004. Disponível em: https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura-novo/culturas-anuais/culturas-anuais-livros/

COX, Oliver C. The Racial Theories of Robert E. Park and Ruth Benedict. **The Journal of Negro Education**, v. 13, n. 4, pp. 452-463, 1944. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2292493

CUTLER, David, GLAESER, Edward, VIGDOR, Jacob. When are ghettos bad? Lessons from immigrant segregation in the United States. **Journal of Urban Economic**s, v. 63, n. 3, p. 759–774, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jue.2007.08.003

DANTAS, Eustógio, BORZACHIELLO, José, COSTA, Maria. De cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006

DESA UN. **World urbanization prospects:** the 2018 revision. Nova Iorque: ONU, 2019. DIsponível em: https://digitallibrary.un.org/record/3833745

DIÓGENES, Beatriz H., N. Novas centralidades urbanas: o bairro da Aldeota em Fortaleza. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2023. Disponível em: https://www.fwa.org.br/wp-content/uploads/2024/07/061466-miolo-WALDEMAR-ALCANTARA-LIVRO-NOVAS-CENTRALIDADES-URBANAS.pdf

DUNCAN, Otis D., DUNCAN, Beverly. A methodological analysis of segregation indexes. **American Sociological Review**, v. 20, n. 2, p. 210-217, abr 1955. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2088328 .

EGERTON, Frank N. A History of the Ecological Sciences, Part 23: Linnaeus and the Economy of Nature. **Bulletin of the Ecological Society of America**, v. 88, n. 1, pp. 72-88, jan 2007

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. **The American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, p. 281-317, set. 1997.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Porto: Apontamentos, 1975.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da habitação.** São Paulo: Boitempo, 2015.

EVANGELISTA, Isolda Machado. **Uma leitura sobre a Praia de Iracema - Fortaleza (CE):** transformação socioespacial do lugar e suas representações. Tese (doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/f4cfd872-b187-4583-a80a-3af72fa49d60/content

FESTINGER, Leon, SCHACHTER, Stanley, BLACK, Kurt. **Social Pressures in Informal Groups**: a study of human factors in housing. Stanford: Stanford University Press, 1970

FEITOSA, Flávia. **Índices espaciais para mensurar a segregação residencial:** o caso de São José dos Campos (SP). Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). São José dos Campos, p. 169. 2005

FEITOSA, Flávia, CÂMARA, Gilberto, MONTEIRO, Antônio, KOSCHITZKI, Thomas, SILVA, Marcelino. Global and local spatial indices of urban segregation. **International Journal of Geographical Information Science**, v. 21, n. 3, p. 299-323, mar 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13658810600911903

FEITOSA, Flávia., REYES, J., ZESKS, W. Spatial patterns of residential segregation: A generative model. GeoINFO (2008)

FERREIRA, Luciana de Moura. O Discurso Médico e o Espaço Urbano: relações possíveis, Fortaleza no século XIX. In:CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ, XVII, 2018, Fortaleza. **Anais XVII Congresso de História da Educação do Ceará**, v.1, 2018, ISSN 2237-2229. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51845/1/2018_eve_lmferreira.pdf

FIREY, Walter. Sentiment and symbolism as ecological variables. **American Sociological Review**, v. 10, n. 2, p. 140-148, 1944

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Apresentação Operação Urbana Consorciada Dunas Cocó**. Fortaleza: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, [201-]. Disponível em: https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/432-dunas-do-coco

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Book Fortaleza Competitiva**. Fortaleza: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, 2017. Disponível em: https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/457-programa-fortaleza-cidade-competitiva

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Apresentação Fortaleza Competitiva:** Resultados do Programa 2018 - Projetos 2019. Fortaleza: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, 2018. Disponível em: https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/627-programa-fortaleza-competitiva-apresentacoes

FOWLER, Christopher S. Segregation as multiscalar phenomenon and its implications for neighborhood-scale research: the case of South Seattle 1990-2010. **Urban Geography**, v. 31, n.1, p. 1-25, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/02723638.2015.1043775

FRANÇA, Danilo. Segregação residencial por raça e classe em Fortaleza, Salvador e São Paulo. Caderno CRH, v. 35, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.42018

FRASER, Nancy. Qu'est –ce que la justice sociale? Reconnaissance et redistribuition. Paris: La Découverte, 2005

FREEMAN, Linton. Segregation in social networks. **Sociological Methods and Research**, v. 6, n. 4, p.411–429, 1978. Disponível em: https://doi.org/10.1177/004912417800600401

FREHSE, Fraya. Erving Goffman, sociólogo do espaço. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 155-200, out 2008

FREHSE, Fraya. Da desigualdade social nos espaços públicos centrais brasileiros. Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 06, n.01, p. 129–158, abr 2016

FREIRE-MEDEIROS, Bianca, LAGES, Mauricio. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], v. 123, 2020 Disponível em: http://journals.openedition.org/rccs/11193

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos:** decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2013

FUCK JR, Sergio. **Expansão urbana e segregação espacial no sudeste do município de Fortaleza**. Dissertação. Mestrado Acadêmico em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, 2002

GALSTER, George, ANDERSSON, Roger, MUSTERD, Sako, KAUPINNEN, Timo. Does neighborhood income mix affect earnings of adults? New Evidence from Sweden. **Journal of Urban Economics**, v. 63, p. 858–870, 2008.

GARRIDO, Carlos Miguez. **Fortificações do Brasil.** Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940

GEHL, Jan. **Life between buildings**: using public space. Londres: Island Press, 2011

GIRÃO, Raimundo. **Matias Beck Fundador de Fortaleza.** Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1961

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1962

GIRÃO, Blanchard. **Mucuripe:** De Pinzón ao Padre Nilson. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1998.

GIUFFRE, Katherine. **Communities and networks:** using social networks to rethink urban and community studies. Cambridge: Polity Press, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Behavior in public spaces:** notes on the social organization of gatherings. Nova York: The Free Press, 1963
GOFFMAN, Erving. **Stigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

GOFFMAN, Erving, The Presentation of Self in Everyday Life. Edinburgh: University of Edinburgh Social Sciences Research Centre, 1959

GRAEBER, David, WENGROW, David. **O despertar de tudo**: uma nova história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481–510, 1985. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2780199

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019

HALL, Peter G. **Cities in Civilization**. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1998

HALL, Edward T. **A dimensão oculta.** São Paulo: Martins Fontes, 2005

HARRIS, Chauncy D. ULLMAN, Edward L. The Nature of Cities. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 242, n. 1, 1945, p. 7-17. Disponível em: https://doi.org/10.1177/000271624524200103

HASTINGS, Annette. Neighbourhood environmental services and neighbourhood 'effects': Exploring the role of urban services in intensifying neighbourhood problems. **Housing Studie**s, v. 24, n. 4, p. 503–524, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1080/02673030902938389

HAWLEY, Amos. **Human Ecology:** A Theory of Community Structure. New York: Ronald Press, 1950

HAWLEY, Amos. The logic of macrosociology. **Annual Review of Sociology**, v. 18, p. 1-15, ago 1992. Disponível em: https://doi.org/10.1146/annurev.so.18.080192.000245

HISSA, Marina, ARAUJO, Cristina. Operações Urbanas Consorciadas no Brasil e o caso de Fortaleza. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. **Anais [...].** São Paulo: ANPUR, 2017. ISSN: 1984-878. Disponível em: https://anpur.org.br/anais-do-xvii-ena/

HOLANDA, Firmino. **Orson Welles no Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001.

HOYT, Homer. The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities. Washington: United States Government Printing Office, 1939.

HOYT, Homer. One Hundred Years of Land Values in Chicago: The Relationship of the Growth of Chicago to the Rise of Its Land Values, 1830-1933. Chicago: Arno Books, 2000

HOYT, Homer. Distorções recentes dos modelos clássicos de estrutura urbana. **PLURAL,** Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.15, 2008, p.129-147

HUBBARD, Phil; KITCHIN,Rob (eds.). Key thinkers on space and place.Londres:SAGE, 2011.

HUBER, Joan. Symbolic Interaction as a Pragmatic Perspective: The Bias of Emergent Theory. **American Sociological Review**, v. 38, n. 2, pp. 274-284, abr 1973

JACOBS, Jane. **The death and life of great American cities**. Nova York: Random House, 1961

JACKSON, John Brickerhoff. **Discovering the Vernacular Landscape**. New Haven: Yale University Press, 1984.

JACKSON, Emma, BUTLER, Tim. Revisiting 'social tectonics': The middle classes and social mix in gentrifying neighbourhoods. Urban Studies, v. 52, n. 13, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0042098014547370

JAKLE, John A., BRUNN, Stanley, ROSEMAN, Curtis. **Human spatial behavior:** a social geography. Massachusetts: Duxbury Press, 1976

JAYNE, Mark. Cultural Geography, Consumption and the City. **Geography**, v. 91, n. 1, p. 34-42, 2006. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/40574131

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza. 1945-60. São Paulo: Annablume, 2000

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **A urbanização do Ceará setecentista** – As vilas de Nossa Senhora da Expectração do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, 2007.

KERSTENETZKY, Celia, UCHÔA, Christiane, SILVA, Nelson. Padrões de consumo e estilos de vida da "nova classe média". **Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento - Texto para Discussão**, n. 80, 2013. Disponível em: https://cede.uff.br/wp-content/uploads/sites/251/2021/04/TD-080-KERSTENETZKY-C.-et-al.-2013.-Padroes-de-consumo-e-estilos-de-vida-da-_nova-classe-media_.pdf

KERSTENETZKY, Celia, UCHÔA, Christiane, SILVA, Nelson. The Elusive New Middle Class in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 9, n. 3, p. 21-45, 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1981-38212015000300018

KLÜGER, Elisa. Espaço social e redes: contribuições metodológicas à sociologia das elites. **Tempo Social**, v. 29, n. 3, p. 83-110, dez. 2017

KOHL, Johann Georg. **Der Verkehr und die Ansiedlungen der Menschen in ihrer Abhängigkeit von der Gestalt der Erdoberfläche**. Dresden / Leipzig: Arnoldischen Buchhandlung, 1941. Disponível em: https://play.google.com/store/books/details?id=BRMPAAAAQAAJ&rdid=book-BRMPAAAAQAAJ&rdot=1&pli=1

LAZARSFELD, Paul, MERTON, Robert. Friendship as a social process: a substantive and methodological analysis. In: BERGER, Morroe., ABEL, Theodore, PAGE, Charles (eds). **Freedom and Control in Modern Society**. NovaYork: Van Nostrand,1954

LEBOWITZ, Michael D. A Critical Examination of Factorial Ecology and Social Area Analysis for Epidemiological Research. **Journal of the Arizona Academy of Science**, v. 12, n. 2, p. 86-90 jun 1977. Disponível em: https://doi.org/10.2307/40022220

LEES, Loretta. Gentrification and social mixing: Towards an inclusive urban renaissance? **Urban Studie**s, v. 45, p. 2449–2470, 2008

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**, **vol 1**. Paris: L'Arche Éditeur, 1958.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space.** Oxford: Blackwell, 1993

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001

LEGG, Catherine, HOOKWAY, Christopher. Pragmatism. In: ZALTA, Edward S. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy.** Palo Alto: Stanford University, 2021. Disponível em: https://plato.stanford.edu/archives/sum2021/entries/pragmatism/

LEGROUX, Jean. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia.** v. 22, n. 81, jun 2021, p. 235-248. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/55499/31706

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: conflitos e hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991

LEY, David. Artists, aestheticisation and the field of gentrification. **Urban Studies**, v. 40, n. 12, p. 2527–44, 2003 Disponível: https://doi.org/10.1080/0042098032000136192

LI, Xuecao, GONG Peng. Urban growth models: progress and perspective. **Science Bulletin,** v. 61, p. 1637–1650, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s11434-016-1111-1

LI, Fei, WANG, Donggen. Measuring urban segregation based on individuals daily activity patterns: A multidimensional approach. Environment and Planning A, v. 40, n. 2, 2016. DOI:10.1177/0308518X16673213

LINHARES, Paulo. **Cidade de Água e Sal:** por uma antropologia do Litoral Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

LISBOA, Flávia, FEITOSA, Flávia, BARROS Joana. Do lugar ao indivíduo: perspectivas para a análise e mensuração da segregação. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 13, n 1, p. 29-45, 2023.

LOPES, Gleison. **Práticas Sociais e Cotidiano:** O Parque do Cocó em análise. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2014.

LYMAN, Stanford M. Civilization, Culture, and Color: Changing Foundations of Robert E. Park's Sociology of Race Relations. **International Journal of Politics, Culture, and Society**, v, 4, n. 3, pp. 285-300, 1991. Disponível: https://www.jstor.org/stable/20006999

LYNCH, Kevin. **The image of the cit**y. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960

MACHADO, Eduardo G. Desigualdades e segregações socioespaciais em Fortaleza, Brasil: uma análise a partir da Praia do Futuro. **O Público e o Privado**, n. 30, p. 179-207, jul/dez, 2017

MACIEL, Anna Emília. A (re)produção do espaço no Grande Mucuripe, em Fortaleza, Ceará – Brasil. In: **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p.469-478, nov. 2015. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5548137

MACIEL, Wellington R. Fortaleza: cidade fortificada e governo dos resíduos. **Ponto Urbe**, v. 32, n. 1, p. e226626, 2024. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/pontourbe/article/view/226626.

MASSEY, Douglas S. DENTON, NAncy A. The dimensions of residential segregation. **Social Forces**, v. 67, n. 2, p. 281-315, dez 1988. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2579183

MAINES, David R., BRIDGER, Jeffrey C., ULMER, Jeffery T. Mythic facts and Park's pragmatism: on predecessor-selection and theorizing in Human Ecology. The Sociological Quarterly, v.37, n.3, p.521-549, 1996. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1533-8525.1996.tb00752.x

MARQUES, Janote Pires. **Festas de negros em Fortaleza:** territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900). Dissertação em História Social (mestrado). Departamento de História. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2008

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, pobreza e segregação em São Paulo.** São Paulo: Ed. UNESP/Centro de Estudos da Metrópole, 2010

MARQUES, Eduardo. **Social Networks, Segregation and Poverty in São Paulo.** International Journal of Urban and Regional Research, v.36, n..5, set 2012. Disponível em: https://neci.fflch.usp.br/sites/neci.fflch.usp.br/files/ijur1143.pdf

MARTINS, Guilherme S. A revolta indígena de 1643-44 no Ceará: Alianças e conflitos no Brasil Holandês. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História** – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/30-snh25

MARX, Karl. Posfácio à segunda edição alemã (1872) de O Capital. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Tomo II. Lisboa: Edições Progresso, 1982. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/01/24.htm

MCKENZIE, Roderick D. The ecological approach to the study of the human community. In: PARK, Robert E., BURGESS, Ernest W., MCKENZIE, Roderick D. **The City**. Londres: University of Chicago Press, 1967

MCKENZIE, Roderick. The Ecological Approach to the Study of the Human Community. **American Journal of Sociology**, v. 3, n.30, pp. 287-301, nov 1924

MCPHERSON, Miller, SMITH-LOVIN, Lynn, M. COOK, James. Birds of a Feather: Homophily in Social Networks. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 415-444, 2001

MENDES, Simone Menezes. **Corredor gastronômico da Varjota em Fortaleza:** dinâmicas urbanas e conflitos socioespaciais. Dissertação (mestrado em arquitetura). Universidade Federal do Ceará: Centro de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, 2018

MILLS, Charles Wright. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009

MORO, Marcelo, MOURA-FÉ, Marcelo, MACEDO, Mariana, CASTRO, Antônio, COSTA, Rafael, ARAÚJO, Francisca. Diversidade paisagística, unidades fitoecológicas e vegetações do estado do Ceará. **Rodriguésia**, n. 66, v. 3, p. 717-743, jul-set 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-7860201566305

MUMFORD, Lewis. The neighborhood and the neighborhood unit. **The Town Planning Review**, v. 24, n. 4, p. 256-270, jan 1954. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/40101548

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998

MUNIZ, Alexandra Maria. Produção do espaço metropolitano de Fortaleza e a dinâmica industrial. **Mercator**, v. 14, n. 3, dez 2015. Disponível em: https://doi.org/10.4215/RM2015.1403.0004

MÜÜRISEPP, Kerli, JÄRV, Olle, TAMMARU, Tiit, TOIVONEN, Tuuli. Activity Spaces and Big Data Sources in Segregation Research: A Methodological Review. Frontiers Sustainable Cities, v. 4, mai 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3389/frsc.2022.861640

MUSTERD, Sako, VAN GENT, Wouter, DAS, Marjolijn, LATTEN, Jan. Adaptive behaviour in urban space: residential mobility in response to social distance. Urban Studies, v. 53, n. 2, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0042098014562344

MUSTERD, Sako. Urban segregation: contexts, domains, dimensions and approaches. In: MUSTERD, Sako (ed.). **Handbook of Urban Segregation**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2020

NECKEL, Sighard. Zwischen Robert E. Park und Pierre Bourdieu: eine dritte "Chicago School"? Soziologische Perspektiven einer amerikanischen Forschungstradition. **Soziale Welt**, v. 48, n. 1, pp. 71-83, 1997. Disponível em: www.jstor.org/stable/40878428

NEGRI, Silvio. Segregação Sócio-Espacial: alguns conceitos e análises. In: **Coletâneas do Nosso Tempo**, ano VII, v. 8, n. 8, 2008, p. 129-153.

NETTO, Vinicius M., SOARES, Maíra P., PASCHOALINO, Roberto. Segregated Networks in the City. **International Journal of Urban and Regional Research - IJURR**, v. 39, nov 2015, p. 1084-1102. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1468-2427.12346

NEVES, Marta. Living together apart: the effect of boundary-salience on the stability of contact. Evidence from two Portuguese neighbourhoods. **Geografiska Annaler: Series B, Human Geography**, p.1–20, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1080/04353684.2023.2295845

NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império**: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010

NUGENT, Walter. **Demography**: Chicago as a Modern World city. Encyclopedia of Chicago, c. 2005. Disponível em: http://www.encyclopedia.chicagohistory.org/pages/962.html

OBSERVATÓRIO das Metrópoles. Estrutura Sócio-Ocupacional do Observatório Das Metrópoles. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 2023. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2023/03/Relatorio-Estrutura-Socio-Ocupacional-do-OM_final.pdf

OLIVEIRA, Tácito T. G. Martim Soares Moreno, o capitão do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**: Tomo Especial: 1º Centenário Do Instituto Do Ceará, 1987. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/tomo-especial-de-1987-1o-centenario-de-fundacao-do-instituto-do-ceara/

OLIVEIRA, José de Arimatéia. Uma cidade em construção: modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. **Espacialidades** [online], v. 2, n. 1, p. 1-31, 2009

OLIVEIRA, Almir Leal de. A construção do Estado Nacional no Ceará: autonomias locais, consensos políticos e projetos nacionais. In: SOARES, Igor de M., SILVA, Ítala B. M. (orgs.). **Cultura, Política e Identidades**: Ceará em perspectiva, vol. II. Fortaleza: Iphan, 2017

ONU-HABITAT. **World Cities Report 2022**. Nairobi: ONU-Habitat, 2022

ORLEANS, Peter A. Eshref Shevky 1893-1969. **The American Sociologist**, v. 5, n. 4, p. 383-384, nov 1970. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/27701691

PADILHA, Valquíria. **Shopping center:** a catedral das mercadoria São Paulo: Editora Boitempo, 2006

PARK, Robert E. The City: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment. **The American Journal of Sociology**, v. XX, n. 5, mar 1915.

PARK, Robert E. The City: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment. In: PARK, Robert E., BURGESS, Ernest W., MCKENZIE, Roderick D. **The City**. Londres: University of Chicago Press, 1967

PARK, Robert E. The urban community as a spacial pattern and a moral order. In: The BURGESS, Ernest W. **The Urban Community:** selected papers from the proceedings of the American Sociological Society 1925. Nova York: AMS Press, 1971

PARK, Robert E., BURGESS, Ernest W. **The City**. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

PAULET, Antonio Jozé da Silva. Descripçao Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Anno XII, p. 5-33, 2014. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/1898-2/

PEQUENO, Renato. Projetos e obras da Copa 2014 diante da política urbana de Fortaleza. In: COSTA, Maria Clelia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria (Org.). F**ortaleza: os impactos da copa do mundo 2014**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015. p. 17-55.

PEQUENO, Renato, MOLINA, Arthur. Análise Socioocupacional da estrutura intra-urbana da Região Metropolitana de Fortaleza. In: PEQUENO, Renato (org.). **Como anda Fortaleza.** p. 97-127. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009

PEREIRA, Álvaro L. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, n.32, p. 307-328, 2014

PESAVENTO, Sandra.

PETERS, Gabriel. A caminho da cidade: momentos decisivos de teorização do espaço geográfico em Bourdieu. **Estado e Sociedade**, v. 37,n. 3, set/dez, 2022.

PEUCKER, Thomas K. Johann Georg Kohl, a theoretical geographer of the 19th century. **The professional geogrpaher**, v. 20, n. 4, p. jul. 1968. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.0033-0124.1968.00247.x

PONTE, Sebastião. Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2014

POPKIN, Susan, LEVY, Diane, BURON, Larry. Has HOPE VI transformed residents' lives? New evidence from the HOPE VI panel study. **Housing Studies**, v. 24, n. 4, p. 477–502, 2009

REARDON, Sean, O'SULLIVAN, David. Measures of spatial segregation. **Sociological Methodology**, v. 34, n. 1, p. 121–162, 2004. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3649372

REES, Philip. Factorial Ecology: An Extended Definition, Survey, and Critique of the Field. **Economic Geography**, v. 47, p. 220-233, 1971. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.2307/143205

RÉRAT, Patrick. Spatial capital and planetary gentrification: residential location, mobility and social inequalities. In: LEES, Loretta, PHILIPS, Martin. **Handbook of Gentrification Studies**. Cheltenham: Elgar, p. 103-118, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.4337/9781785361746.00016

RAMOS, Elvis. A contribuição do pensamento de Pierre Bourdieu para perspectiva socioespacial em geografia: espaço, práticas espaciais e capital espacial. **Geousp, v.** 28, n.2, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/geo/a/bzZ5LF3BHH6PmVZBF4ZXx3K/

REZENDE, Vera F. Refazendo caminhos: o pensamento urbanístico a partir da produção do engenheiro Saboya Ribeiro . ANPUH. XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais** (...). João Pessoa, 2003.

RIBEIRO, Lucíola Limaverde. **Afetos em construção:** narrativas e processos de apropriação do espaço pelos moradores da Cidade 2000. 2015. 114f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13034/1/2015_dis_llribeiro.pdf

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras: mudanças e permanências em 40 anos. **Cad. Metrop**., São Paulo, v. 26, n. 59, pp. 19-42, jan/abr, 2024 http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5902

RITCHIE, Hannah, ROSER, Max. Urbanization. **Our World in Data**, 2018. Disponível em: https://ourworldindata.org/urbanization

ROBSON, Garry, BUTLER, Gary. The model of social cohesion in Brixton. International Journal of Urban and Regional Research, v. 25, n.1, 2001.

RODARTE, Marcelo. **O Trabalho do Fogo:** perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Tese de Doutorado em Demografia. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/AMSA-7T6Q5V

RODRIGUES, Eliezer. **A avenida Santos Dumont no contexto da cidade.** Fortaleza: Rodar, 2019

RUWET, Coline. The Cities of Robert Ezra Park: Toward a Periodization of His Conception of the Metropolis. KIVISTO. Peter. In: **The Anthem Companion to Robert Park**. Nova York: Anthem Press, 2017

SABATINI, Francisco, SIERRALTA, Carlos. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). **Novas metrópoles paulistas:** população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006

SAMPSON, Robert. Neighbourhood Effects and Beyond: Explaining the Paradoxes of Inequality in the Changing American Metropolis. **Urban Studies**, v. 56, n. 1, pp. 3-32, 2019.

SANTOS, Martha. Honra, Terra e Violência: O mundo dos homens pobres livres do sertão cearense do século XIX. **Trajetos** - Revista de História da UFC, v. 6, n. 11, 2008, p. 9-22. Disponível: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29717/1/2008_art_mssantos.pdf

SATTERTHWAITE, David. The world's largest and fastest growing cities: the transition to a predominantly urban world and its underpinnings. International Institute for Environment and Development, 2007. Disponível em: http://www.jstor.com/stable/resrep01253.5

SAVAGE, Mike, BAGNALL, Gaynor, LONGHURST, Brian. **Globalization and belonging.** Londres: SAGE, 2005

SAVAGE, Mike, HANQUINET, Laurie, CALLIER, Louise. Elaborating Bourdieu's field analysis in urban studies: cultural dynamics in Brussels. **Urban Geography**, v. 33, n. 4, p. 508–29, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.2747/0272-3638.33.4.508

SAVAGE, Mike, HANQUINET, Laurie, CUNNINGHAM, Niall, HJELLBREKKE, Johs. Emerging Cultural Capital in the City: Profiling London and Brussels. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 45, n.1, p. 138-149, jan 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1468-2427.12531

SAVAGE, Mike. Bourdieu comes to town: part II. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 45, n.1, p. 90-105, jan 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1468-2427.12535

SCHELLING, Thomas. Models of Segregation. Santa Monica: Rand Corporation, 1969

SCHNORE, Leo. Sobre a estrutura espacial das cidades nas duas Américas. In: HAUSER, Philip e SCHONRE, Leo. **Estudos de urbanização**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. de **O. Território livre de Iracema:** só o nome ficou? memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema. 2001. 176 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

SCOTT, John. **Social Network Analysis:** a handbook. Londres: Sage, 2000

SECRETARIA de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza. **Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza.** Fortaleza: PMF-SDE, 2014. Disponível em: https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-estudo-sobre-desenvolvimento-humano-por-bairro

SENNET, Richard. The fall of public man. Londres: Penguin Books, 2002

SERPA, Angelo. Segregação, território, e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida, CORRÊA, Roberto Lobato, PINTAUDI, Silvana (orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. 1 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018a

SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2018b.

SHEVKY, Eshref, WILLIAMS, Marilyn. **The Social Areas of Los Angeles:** Analysis and Typology. Los Angeles: University of California, 1949.

SHEVKY, Eshref, BELL, Wendell. **Social Area Analysis**: theory, illustrative application and

computational procedures. ?????: Stanford, 1955

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará**: das origens a extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002
SIMMEL, Georg. Sociology: inquiries into the construction of social forms, vol. 2. Leiden: Brill, 2009

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. In: BOTELHO, André (org.). **Essencial Sociologia**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013

SIMMEL, Georg. O conceito e a tragédia da cultura. (Tradução de Antônio Carlos Santos). **Crítica Cultural - Critic**, v. 9, n. 1, p. 145-162, jan-jun 2014.

SIMMEL, Georg. **Sociology**: Inquiries into the Construction of Social Forms v. II. Leiden: Brill, 2009

SJOBERG, Gideon. **The pre-industrial city:** past and present. Nova Iorque: The Free Press, 1960

SJOBERG, Gideon. Cidades em desenvolvimento e cidades das sociedades industriais: análise pluricultural. In: HAUSER, Philip e SCHNORE, Leo. **Estudos de Urbanização**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo L. S. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani A. SOUZA, Marcelo L. SPOSITO, Maria E. B. (orgs.). A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Semântica urbana e segregação: disputas simbólicas e embates políticos na cidade "empresarialista". In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida, CORRÊA, Roberto Lobato, PINTAUDI, Silvana (orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2018

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar. **A classe média brasileira**: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SPOSITO, Maria E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida, CORRÊA, Roberto Lobato, PINTAUDI, Silvana (orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. 1 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO Eliseu Savério. Fragmentação socioespacial. **Mercator**, vol. 19, 2020, p. 1-13.

STAUFFER, Robert C. Haeckel, Darwin and Ecology. **The Quarterly Review of Biology**, v.32, n.2, jun 1957

STEINERT, Heinz. The indispensable metaphor of war: On populist politics and the contradictions of the state's monopoly of force. **Theoretical Criminology**, v. 7, n. 3, p. 265-291, 2003.

STUDART, Barão de. Martim Soares Moreno: o fundador do Ceará. R**evista do Instituto do Ceará**, anno XVII, 1903. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/1903-2/

STUDART FILHO, Carlos. A rebelião de 1713. R**evista do Instituto do Ceará**, anno LXXVII, 1963. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/1963-2/

TAVOLARI, Bianca. (2023). Segregação Urbana em São Paulo: 25 anos depois de "enclaves fortificados", de Teresa Caldeira . **Novos Estudos CEBRAP**, v. 42, n. 3, pp. 407–423, set-dez 2023. Disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202300030003

TIMMS, Duncan. The urban mosaic: towards a theory of residential differentiation. Londres: Cambridge University Press, 1971

UN-POPULATION DIVISION. **The world's cities in 2016:** data booklet. Nova Iorque: UN, 2016.

VALENTINE, Gill. Living with difference: reflections on geographies of encounter. **Progress in Human Geography**, v. 32, n.3, p. 323–337, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0309133308089372

VAN GENT, W. P. C, BOTERMAN, W. R., VAN GRONDELLE, M. W. Surveying the Fault Lines in Social Tectonics; Neighbourhood Boundaries in a Socially-mixed Renewal Area. **Housing, Theory and Society**, v. 33, n. 3, p. 247–267, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/14036096.2015.1134650

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço Terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. Barueri: Editora Manole, 2018.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas espaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida, CORRÊA, Roberto Lobato, PINTAUDI, Silvana (orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. 1 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Uma discussão sobre o uso dos conceitos de processos (e formas) espaciais nas cidades brasileiras. **Confins** [*online*], n. 44, 2020. Acesso em: http://journals.openedition.org/confins/27344

VELHO, Otávio G. Introdução. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: ??, 1967. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7923180/mod_resource/content/1/PARK%2C%20Robert%20-%20A%20cidade_%20Sugesto%CC%83es%20para%20a%20Invenc%CC%A7a%CC%83o%20do%20Comportamento%20Humano%20n.pdf

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

VIANA JR., Mário Martin. **As mulheres na expansão material de Fortaleza no anos de 1920 e 30.** Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2996/1/2009_dis_mmvjunior.pdf

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**.São Paulo:Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2017.

VRIES, Jan de. The Netherlands in the New World: The Legacy of European Fiscal, Monetary, and Trading Institutions for New World Development from the Seventeenth to the Nineteenth Centuries. In: BORDO, Michael D., CORTÉS-CONDE, Roberto (eds.). **Transferring Wealth and Power from the Old to the New World:** Monetary and Fiscal Institutions in the 17th through the 19th Centuries. p. 100-139. Cambridge: Cambridge University Press; 2010. DOI: https://doi.org/10.1017/CBO9780511664793.004

WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. In: **Sociologia**: problemas e práticas, v. 16, p.27-39, nov. 2006.

WACQUANT, Loïc. **Punishing the poor:** the neoliberal government of social insecurity. Durham e Londres: Duke University Press, 2009.

WACQUANT, Loïc. Symbolic power and group-making: On Pierre Bourdieu's reframing of class. Journal of Classical Sociology, v. 13, n. 2, p. 1-18, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1468795X12468737

WACQUANT, Loïc. Bourdieu comes to town: Pertinence, Principles, Applications. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 42, n.1, p. 90-105, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1468-2427.12535

WACQUANT, Loïc. **Bourdieu in the city:** challenging urban theory. Canbridge: Polity, 2023.

WANDERLEY, Andrea. **Luciano Carneiro (1926 – 1959)**. Instituto Moreira Salles, Reserva Técnica Fotográfica, 2018. Disponível em: https://ims.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossi%C3%AA-Luciano-Carneiro-por-Andrea-Wanderley-IMS.pdf

WEBBER, Melvin. Order in Diversity: Community without Propinquity. In: WIRIGO, Lowdon. **Cities and Space:** the future use of urban land. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1963.

WELLMAN, Barry. The persistence and transformation of community: from neighborhood groups to social networks. **Report to the Law Commission of Canada**. Toronto: Wellman Associates, 2001.

WHITE, Michael J. The measurement of spatial segregation. **American Journal of Sociology**, v.88, n.5, p. 1008-1018, 1983. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2779449

WILSON, Godfrey, WILSON, Monica. The analysis of social change. Nova York: The Macmillan Co., 1945

WILSON, Julius. **The truly disadvantaged:** the inner city, the underclass and public policy. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

WINKIN, Yves. La nouvelle communication. Paris: Éditions du Seuil, 1981

WIRTH, Louis. Urbanism as way of life. **The American Journal of Sociology**, v. XLIV, n.1, jul. 1938

WIRTH, Louis. **The Ghetto**. 10ª reimpressão. Chicago: The University of Chicago Press, 1969

WONG, David, SHAW, Shih-Lung. Measuring segregation: An activity space approach. **Journal of geographical systems**, v. 13, p. 127-145, 2011. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10109-010-0112-x

YACCOUB, Hilaine. A chamada “nova classe média”: cultura material, inclusão e distinção social. **Horiz. antropol.[online]**, v..17, n.36, p. 197-231, 2011

YUJNOVSKY, Oscar. **La estructura interna de la ciudad:** el caso latinoamericano. Buenos Aires: Ed. SIAP, 1978.

ZORBAUGH, Harvey W. The natural areas of the city. In: The BURGESS, Ernest W. **The Urban Community:** selected papers from the proceedings of the American Sociological Society 1925. Nova York: AMS Press, 1971

ZORBAUGH, Harvey W. **The Gold Coast and the Slum:** a sociological study of Chicago’s Near North Side. Chicago: The University of Chicago Press, 1976